

# TESES XXII CONFASUBRA

2015

# SUMÁRIO

## Sumário

Coletivo Tribo _____	1
Tese do Coletivo Vamos à Luta! _____	41
CTB - na construção de uma FASUBRA unitária classista e de luta _____	97
Unificar os que lutam para derrotar o ajuste econômico de Dilma / Levy _____	109
PSLivre _____	118
Movimento Resignificar a FASUBRA plea Base _____	137
Tese do grupo independente na FASUBRA ____	146
Tese do Coletivo Base e Independente ... ao XXII CONFASUBRA _____	160
Regimento CONFASUBRA _____	181
Estatuto _____	191

## Coletivo Tribo

### UMA PLATAFORMA CUTISTA PARA RESGATAR A FASUBRA

#### “LUTAR PELOS DIREITOS CONTRA A DIREITA”

*“Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas.” Vladimir Maiakóvski*

O coletivo TRIBO, organizado na FASUBRA-Sindical se constitui em uma rede de interlocução política, suprapartidária, atuando no movimento social e sindical, congregando trabalhadores(as) em educação técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior.

Somos CUTISTAS, por definição política e ideológica, e somos FASUBRA comprometidos com a defesa dos interesses da categoria e do patrimônio construído pelos (as) trabalhadores (as).

O XXII CONFASUBRA ocorre num momento de turbulência política, exigindo dos trabalhadores definição clara do seu papel nessa conjuntura, não se deixando envolver pelo “falso” discurso moralista da direita, cuja finalidade é a ameaça à democracia. Denúncias e reivindicações cabem perfeitamente numa democracia consolidada, é papel do movimento sindical. Porém, o GOLPE orquestrado pela direita, já exposto na imprensa burguesa, deve ser combatido com o mesmo vigor pelo movimento sindical.

Apresentamos ao conjunto da categoria nossos princípios estruturados nos pilares da democratização das relações do movimento sindical, a construção do socialismo, a defesa da Universidade Pública, Democrática e referenciada socialmente. Nossas ideias e práticas são manifestadas através do exercício da democracia sindical, garantia do direito à divergência e ao contraditório, tendo como princípios:

Solidariedade entre os povos e a classe trabalhadora;

Crença na democracia dos trabalhadores(as) rumo ao socialismo;

A luta contra o neoliberalismo, as reformas neo-liberais, as privatizações, à precarização dos empregos e a retirada dos direitos dos trabalhadores(as);

Proporcionalidade qualificada em todas as instâncias;

Defesa da ética em todos os níveis;

Defesa da organização dos trabalhadores por ramo de atividade; e

Posição contrária ao centralismo democrático, à partidarização e ao aparelhamento das entidades sindicais.

Coerente com estes princípios, não compactuaremos com nenhuma disputa fratricida, nem responderemos no mesmo “tom” aos processos de calúnias e difamação que tentaram impor como método de disputa no cotidiano da Federação. Mantemos nossa forma de atuar, nos inspirando em Kalil Gibran, ao afirmar que *“Divergência de opinião jamais deve ser motivo para hostilidade”* – e ainda que – *“O que precisamos matar no opositor é o seu desejo de matar”* – conforme nos ensinou Gandhi.

Assim, nos dispomos a participar do XXII CONFASUBRA, esperando que os desafios da conjuntura nos alimente a priorizar com sabedoria o que nos une. Os milhares de trabalhadores técnico-administrativos aguardam uma postura pró-ativa da FASUBRA, com a construção um Plano de Lutas que aponte alternativas para ampliações de nossas conquistas.

Apresentamos uma Plataforma cutista para o debate, buscando a construção coletiva. Esperamos que os demais coletivos também apresentem suas proposições de lutas, para que possamos, acima das vaidades, nos debruçar na construção de proposições unificadas de lutas.

A Unidade é Possível, desde que se preservem princípios básicos, como a democracia, a tolerância com a diferença, e a ética na convivência cotidiana.

## INTRODUÇÃO

*“ O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.” Guimarães Rosa*

A FASUBRA Sindical, ao longo de sua história, tem se apresentado como um importante instrumento de interlocução dos trabalhadores(as) Técnico-Administrativos em Educação com a sociedade civil organizada e o Estado. Nossa Categoria, que outrora operou uma política de contestação combinada à apresentação de alternativas embasadas nos reclames e projetos da classe trabalhadora, passa ultimamente por um período estranho a sua tradição, resultante da ausência de uma política com rumos definidos segundo os reais anseios de seus integrantes. Tal ausência de política levou-a ao isolamento no movimento nacional, transformando-a numa entidade ilhada. A colocação da FASUBRA Sindical neste mundo à parte serviu tão somente aos propósitos de empoderamento de interesses individuais e partidários, em detrimento dos projetos coletivos. Assim, o XXII CONFASUBRA se estabelece como um espaço privilegiado para a nossa Categoria, com vistas ao debate necessário à correção de rumos e, principalmente, ao estabelecimento de políticas que privilegiem uma agenda propositiva, capaz de nos incluir, como outrora, no cenário

nacional, reabilitando-nos ao debate sindical e à disputa de projetos. Na perspectiva de reorganização do movimento e visando atender às demandas da Categoria dos Técnico-Administrativos em Educação como um todo, apresentamos nossa análise, bem como um conjunto de propostas, alicerçadas numa plataforma CUTista, orientadora da defesa dos programas da classe trabalhadora, que estão em disputa numa conjuntura adversa, sabidamente desfavorável, porém que não nos intimida.

O XXII CONFASUBRA se realiza num momento desafiador para o conjunto dos trabalhadores. Em análises anteriores da conjuntura, já havíamos identificado que o ano de 2015, devido à ampliação das alianças do segundo governo Dilma, que cedeu espaço aos setores conservadores, além do perfil reacionário do novo Congresso Nacional sob a batuta de Eduardo Cunha, trará novas batalhas ao movimento sindical e a necessidade de rever suas estratégias de luta para resistir e se contrapor à retirada de direitos.

As lutas pela ampliação das políticas de desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social permanecem e não podem sofrer refluxo. Por isso os trabalhadores devem manter a cobrança da continuidade das mudanças que o país necessita, como forma de superar a realidade desigual culturalmente instituída na sociedade brasileira, que compromete o grande esforço para aumentar a justiça social, devido principalmente à grande injustiça tributária.

### CONJUNTURA INTERNACIONAL – GLOBALIZAR A SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES

A crise iniciada em 2008 definiu as mudanças não só na economia, mas principalmente na governança política em todo o mundo, permitindo o restabelecimento dos governos de direita na Europa, o avanço dos conservadores no parlamento norte-americano, porém sem o mesmo efeito na América Latina. Nesta reacomodação político-ideológica na Europa alguns aspectos devem ser analisados mais amiúde, pois apesar das manifestações do povo nas ruas com protestos em defesa de direitos trabalhistas e sociais, este mesmo povo, descrente da política e desiludido com a democracia representativa, em virtude de já terem experimentado também governos social-democratas que somente gerenciaram a agenda neoliberal, eleva ao poder a extrema direita, dignos representantes deste modelo que condenam nas ruas. Entretanto, novos ventos começam a soprar: a Grécia acaba de eleger um novo governo, de coalizção partidária de esquerda,

que se apresentou ao povo grego com um receituário político contrário radicalmente às políticas neoliberais impostas pela Troika e implementadas pelo governo anterior, de direita. A Espanha, também em crise, e bem próxima de realizar o mesmo com os partidários de um novo partido, o Podemos. Assim, o mapa político europeu começa a demonstrar pequenos sinais de mudança.

Nos Estados Unidos, aquilo que de início parecia uma diferenciação no enfrentamento da crise no campo das políticas sociais, sofre um retrocesso com a renovação do parlamento americano com o empoderamento do conservadorismo, acompanhando o quadro político instalado na Europa. A configuração desse novo parlamento anuncia o realinhamento de forças em nível global, como forma de sustentação hegemônica da política norte-americana de transferência da “conta da crise” para os chamados países periféricos. Neste cenário, há que se destacar o papel dos BRICS, cujos países integrantes apresentam uma postura diferenciada no enfrentamento da crise econômica, se articulando em torno de uma proposta comum de relação político-econômica, buscando diminuir um pouco a dependência da política dos chamados países de primeiro mundo.

Essa combinação apresenta mundialmente uma faceta danosa do capitalismo: o enfraquecimento do movimento sindical, o aumento da pobreza e da desigualdade social e, paradoxalmente, a concentração de riquezas. As políticas que vem sendo adotadas pelos Estados Unidos e União Europeia de enfrentamento aos efeitos da crise internacional são baseadas em medidas neoliberais de austeridade e corte de gastos ineficazes, pois não estancam seus efeitos e, ao contrário, promovem a recessão e reduzem os gastos do Estado na área social, deteriorando as condições de vida dos/as trabalhadores/as.

Dados estatísticos comprovam que a América Latina, uma das regiões mais desiguais do mundo, foi a única a conseguir reduzir a desigualdade social na década passada. Entre 2002 e 2011, a desigualdade de renda diminuiu em 14 dos 17 países sobre os quais há dados comparáveis. No período, cerca de 50 milhões de pessoas deixaram a pobreza extrema na região. Nos últimos 20 anos, o gasto social em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) teve um incremento de 66%. Mesmo com esse avanço, permanecem diferenças significativas entre os países da América Latina. Há um esforço dos países Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador, nos últimos 10 anos em busca de constituição de espaços de integração

política, econômica e social. Essas ações resultaram na UNASUL (União de Nações Sul Americanas) e a CELAC (Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos). Esse esforço ainda não é homogêneo, pois países como o México, Colômbia e Paraguai ainda se rendem aos EUA. Esses aspectos políticos da crise internacional tem sua dimensão econômica que afetam os países que possuem maior dependência frente ao comércio internacional e maior vulnerabilidade cambial e taxas de juros mais altas.

Ao olharmos para outros continentes, nos deparamos com os métodos de enfrentamento à crise do capital que se concentraram nas velhas receitas neoliberais de Reagan e Thatcher (1982), totalmente centradas na diminuição do tamanho e papel do Estado, tendo como consequências as desobrigações para com a população, principalmente no âmbito da seguridade social e na retirada de direitos dos trabalhadores. Esses aspectos políticos da crise internacional tem uma dimensão econômica que afeta os países que possuem maior dependência frente ao comércio internacional, maior vulnerabilidade cambial e taxas de juros mais altas. Em que pese a crise econômica e a visão negativa de setores do grande empresariado e da grande mídia, a economia brasileira atual é bem mais sólida do que no final dos anos noventa, quando foi duramente afetada pela crise internacional.

Inegavelmente, com a ascensão da direita e a tomada de alguns Estados pelas megaempresas, na Europa, e o processo de globalização, não há como a América Latina ficar isenta das consequências desta crise.

Em resposta à crise econômica e para salvar bancos e corporações as políticas adotadas pelos Estados Europeus tem agravado a crise social. O corte de gastos públicos, para minimizar as consequências do rombo monetário deixado pelo “socorro” bilionário às instituições financeiras privadas e o cumprir com as normas da União Europeia levaram o aumento de impostos, arrocho salarial e altas taxas de desemprego. As políticas de austeridade fiscal implantadas também desencadearam medidas governamentais contra sindicatos, especialmente dos servidores públicos e populações imigrantes, sobretudo, em países como Grécia, Espanha, Portugal, Itália e França. Tais ações foram acompanhadas pelo aumento do autoritarismo estatal. Essa combinação apresenta mundialmente uma faceta danosa do capitalismo: o enfraquecimento do movimento sindical, o aumento da pobreza e da desigualdade social e, paradoxalmente, à concentração de riquezas. As políticas que vem sendo adotadas pelos

Estados Unidos e União Europeia de enfrentamento aos efeitos da crise internacional são baseadas em medidas neoliberais de austeridade fiscal e corte de gastos que não são eficazes, pois não estancam seus efeitos, ao contrário promovem a recessão e reduzem os gastos do Estado na área social, deteriorando as condições de vida dos/as trabalhadores/as. O esforço em busca da austeridade fiscal corta direitos sociais e garante a remuneração às instituições financeiras, rentistas do capital.

Internacionalmente, são disponibilizados recursos públicos para salvar os verdadeiros responsáveis pela crise, o sistema financeiro e as corporações transnacionais. Com o desemprego crescente, aumentam a discriminação e a xenofobia contra trabalhadores/as imigrantes, já submetidos/as a condições precárias de trabalho, e na carona os movimentos fascista.

Esses aspectos políticos da crise internacional tem sua dimensão econômica que afetam os países que possuem maior dependência frente ao comércio internacional e maior vulnerabilidade cambial e taxas de juros mais altas.

Em que pese a crise econômica e a visão negativa de setores do grande empresariado e da grande mídia, a economia brasileira atual é bem mais sólida do que foi no final dos anos noventa, quando foi duramente afetada pela crise internacional.

A luta dos trabalhadores em âmbito internacional é necessária, pois para combatermos a globalização do capital é necessário globalizarmos a solidariedade entre os trabalhadores. Qualquer ação estratégica que tenha como objetivo central a ruptura com o atual sistema capitalista de relações sociais, está na aliança internacional com a classe trabalhadora. A busca deve ser permanente rumo a outro modelo de relações sociais, que tenha como base a democracia e o socialismo, pautado no respeito à autodeterminação dos povos.

A ação estratégica internacional da CUT não fica limitada a atuação nacional, ela se compromete com a luta pelo fortalecimento da posição e da atuação da Central no movimento sindical internacional.

A atuação da CUT nas organizações internacionais, intervindo nos espaços multilaterais onde são definidas políticas de interesse da classe trabalhadora, tem ampliado o espaço de disputa hegemônica, além de ampliar sua ação solidária ao movimento sindical e aos/as trabalhadores/as de países menos desenvolvidos, em especial, na América Central, Caribe e África.

*A FASUBRA tem atuação na CONTUA, ISP e CEA, mas precisa consolidar essa posição, com investimento em programas que ampliem a compreensão dos dirigentes sindicais sobre o cenário político e a luta internacional dos trabalhadores. Por isso é necessário o*

*investimento em formação sobre política internacional e sindicalismo, participando de espaços e fóruns que debatam o tema, como os promovidos pela CUT e a Universidade Global dos Trabalhadores.*

*O enfrentamento da crise mundial no Brasil tem que ser pautado pela luta contra as políticas recessivas geradas pela crise internacional do capitalismo, que ampliam a exploração do capital e violam direitos humanos dos/as trabalhadores/as, criminalizando a organização sindical de trabalhadores/as em várias regiões do mundo.*

### CONJUNTURA NACIONAL

Neste processo, o Brasil tomou um caminho diferente no enfrentamento à crise. As medidas adotadas, diferentemente dos governos europeus e norte-americano, voltaram-se para o fortalecimento do mercado interno, de grandes investimentos em infraestrutura e incentivo ao consumo interno, que proporcionaram a geração de renda e emprego, e que permitiu ao Estado um fôlego econômico maior. Entretanto, a não recuperação do mercado externo com a retração nas importações dos parceiros comerciais, impacta fortemente no crescimento do nosso PIB, ocasionando assim medidas que ameaçam as conquistas dos trabalhadores brasileiros obtidas nestes últimos períodos.

O Brasil enfrenta hoje desafios nas dimensões econômica, política, social, urbana, entre outras. Pragmaticamente, nesse início de governo, o que se tem assistido, são ações controversas, com ajustes e reformas priorizando o rentismo em detrimento as políticas sociais. O segundo mandato do governo Dilma teve uma ampliação de alianças demarcada por interesses divergentes. Dentro de um único espectro político, a agenda dos trabalhadores é secundarizada, impondo à classe trabalhadora a busca da unidade e ampliação da mobilização e de disputa de suas bandeiras de lutas. Essa tarefa é prioritária nesse período.

Assim como o empresariado tenta se resguardar interferindo nas políticas de governo, os trabalhadores também se mobilizam na defesa de seus interesses e, neste aspecto, a atuação da Central Única dos Trabalhadores – CUT -, tem

destaque no cenário de movimentação social. O capital conseguiu influenciar e ampliar sua participação no segundo governo da presidenta Dilma, demandando assim uma responsabilidade ainda maior dos trabalhadores, com a ampliação de sua mobilização. O aumento da taxa Selic e a composição do novo ministério, com a entrega do comando da área econômica a Joaquim Lévy, um economista de formação neoliberal, contrário ao desenvolvimentismo e crítico contumaz das políticas de valorização do salário mínimo, e a uma representante-mor do agronegócio, que simboliza o latifúndio mais retrógrado, para o comando do Ministério da Agricultura, são decisões definidoras da participação forte do capital no governo.

O modelo de governança vigente deu exemplos claros do perfil conservador na composição do novo ministério. O expressivo espaço ocupado por quadros conservadores e integrantes do agronegócio, empresariado e banqueiros, bem como a apresentação unilateral, pelo governo, de medidas que levam à redução de diversos direitos trabalhistas, repudiados pela CUT, mostram claramente que, na correlação de forças, o mercado/capital esta levando vantagem. Além disso, a própria presidenta Dilma Rousseff já deixou claro que não se dispõe a liderar o processo de mudança de estratégia para alteração dessa correlação de forças.

Iniciando seu novo mandato, a presidenta DILMA anuncia medidas que alteram as regras da seguridade e seguro desemprego e outros benefícios sociais. De imediato a CUT protesta conclamando os trabalhadores às marchas que ocorreram em todo o país no dia 28 de janeiro, Dia Nacional de Lutas por Emprego e Direitos. Estas manifestações fazem parte de um conjunto de ações já anunciadas pela Direção da CUT para o início deste ano. Uma jornada de lutas agregando todos os setores incluindo movimentos sociais, será implementada neste momento tendo como centro: Respeito aos direitos trabalhistas; Ratificação da Convenção 158 da OIT (coíbe demissões imotivadas); Regulamentação da Convenção 151 da OIT (direito à negociação coletiva dos servidores públicos); Fim do Fator Previdenciário; Jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial; Correção da tabela do IR na fonte; Fim do Projeto de Lei 4.330, que amplia a terceirização; Reajuste digno para os aposentados; Mais investimentos em saúde, educação e segurança; Transporte público de qualidade; Reforma Agrária; Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Praticamente todas as organizações sindicais encamparam esta jornada de lutas. Nossa categoria participou em parte por iniciativa própria dos sindicatos de base da Federação, visto que não há referência alguma no sítio eletrônico da FASUBRA dessa mobilização. Neste CONFASUBRA é preciso reafirmar a inserção da FASUBRA no movimento nacional com uma pauta definida pela categoria e que incorpore não só nossas bandeiras, mas também bandeiras gerais que se contraponham ao projeto neoliberal que a direita tenta resgatar e impor a sociedade.

Se os movimentos sociais querem mudanças não deverão esperar que o pontapé inicial parta dos governantes. Caberá a esses protagonizarem a mudança da correlação de forças na sociedade e a disputa dos rumos do governo. Por isso, há a necessidade urgente de melhorar a capacidade de organização, mobilização e comunicação estratégica dos grupos sociais, dentre os quais este no qual nos inserimos: o movimento dos trabalhadores técnico-administrativos em Educação das instituições de ensino superior públicas brasileiras.

O movimento sindical precisa entender que as contradições são inerentes ao regime democrático. Essas existem em contraponto a modelos autoritários de frente única de pensamento, exigindo cada vez mais dos trabalhadores o aprimoramento das ferramentas de lutas na disputa do projeto político da classe, na resistência a ação da direita que continua impondo suas agendas políticas. Essa reflexão impõe à classe trabalhadora e aos movimentos sociais a construção da unidade na diversidade. Para tanto, a possibilidade de avanço nas negociações gerais e setoriais articulada a programas de mudanças na vida de cada cidadão e cidadã desse país é tarefa urgente para o movimento sindical. Nesse contexto, as disputas fratricidas e individuais, motivadas por divergências partidárias, vaidades, e pela conquista do “aparelho sindical” devem ser suplantadas pelo interesse maior, que é a transformação social e a defesa das pautas da categoria.

Nessa disputa é preciso reconhecer o significado das ações desenvolvidas pelo governo no combate a pobreza extrema nos últimos anos. Os dados comprovam que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, mas a miséria e a exclusão social ainda permanecem. Por isso é preciso avançar. Mudanças estruturais devem ser implementadas através das reformas política e tributária, regulamentação dos meios de comunicação,

combate à corrupção e na tributação daqueles que acumularam riquezas a custo do sacrifício da maioria do povo brasileiro, que ainda não tem acesso aos direitos da cidadania.

O povo brasileiro reelegeu a presidenta Dilma, em função do seu compromisso com a ampliação das conquistas dos trabalhadores. O início do governo tem demonstrado que as promessas da campanha não estão sendo cumpridas.

Assim é necessário que a classe se mantenha alerta, combatendo qualquer iniciativa governamental que represente retirada de direitos, ao mesmo tempo ampliando a disputa com a direita conservadora, mantendo-se em alerta contra “golpes a democracia”. Qualquer iniciativa de setores de esquerda que, em vez de dirigir suas energias no combate às ameaças às conquistas dos trabalhadores, utilizam essas para caluniar e difamar seus pares na luta deve ser denunciado. O momento requer aos trabalhadores que lutam no cotidiano o exercício da palavra de ordem tão cantada no movimento sindical: *solidariedade, tolerância, respeito e unidade entre os trabalhadores!* Unidade respeitando as diferenças!

### A LUTA PELOS DIREITOS E CONTRA A DIREITA

A reeleição de Dilma só foi possível em função do compromisso da Presidenta com a ampliação das conquistas dos trabalhadores. É necessário que a classe se mantenha alerta, combatendo qualquer iniciativa que represente retirada de direitos, ao mesmo tempo, ampliando a disputa com a direita conservadora, mantendo-se em alerta contra “golpes a democracia”. Qualquer iniciativa de setores de “esquerda”, que ao invés de dirigir suas energias no combate as ameaças as conquistas dos trabalhadores, utilizam esforços para caluniar e difamar seus pares, deve ser denunciado. O momento requer aos trabalhadores que lutam no cotidiano, o exercício das palavras de ordem tão expressadas no movimento sindical: *solidariedade, tolerância, respeito e unidade entre os trabalhadores!* Unidade respeitando as diferenças!

A crise mundial e seus efeitos no Brasil mais uma vez coloca na Agenda Nacional a palavra de ordem dos trabalhadores: Não pagaremos essa conta! A CUT e as demais centrais sindicais protestaram contra as medidas do governo, que oneram somente os trabalhadores, editadas através das Medidas Provisórias 664 e 665 e do Pacote econômico “Levy”. A exigência de revogação dessas MPs (retrocesso aos direitos dos trabalhadores) e a retomada das ações de massa, com a MANIFESTAÇÃO NACIONAL do Dia 28 de janeiro demonstrou



ao governo que os trabalhadores não aceitarão nenhuma retirada de direitos. A luta “pelos direitos e contra a direita.” – está na agenda da nossa Central.

Esta manifestação faz parte de um conjunto de ações já anunciadas pela Direção da CUT para o início deste ano. Uma jornada de lutas agregando todos os setores incluindo movimentos sociais será implementada neste momento tendo como centro: Respeito aos direitos trabalhistas; Ratificação da Convenção 158 da OIT (coibe demissões imotivadas); Regulamentação da Convenção 151 da OIT (direito à negociação coletiva dos servidores públicos); Fim do Fator Previdenciário; Jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial; Correção da tabela do IR na fonte; Fim do Projeto de Lei 4.330, que amplia a terceirização; Reajuste digno para os aposentados; Mais investimentos em saúde, educação e segurança; Transporte público de qualidade; Reforma Agrária; Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

As discrepâncias contidas nessas MPs, a começar pela fragilidade da justificativa do governo, de redução da corrupção na cessão de seguro desemprego não foi acatada pelos trabalhadores. O combate a corrupção em todos os setores deve ser permanente, mas não é com retirada de direitos, penalizando e ofendendo os trabalhadores, como se os mesmos fossem os algozes e fraudadores do seguro desemprego. O debate com as centrais sindicais, com dados comprobatórios na mesa, para que, se comprovado ações fraudulentas apliquem ações que penalizem os fraudadores é função é do gestor. Alternativa ao pacote “Levy” é a Reforma Tributária, taxando o lucro, não o consumo.

É necessário, ainda, a construção de políticas alternativas para combater a rotatividade, com a ratificação da Convenção 158, que coibe demissão imotivada. Para isso, temos que construir uma ofensiva no Congresso Nacional, ainda mais conservador nesse novo mandato, com um Presidente que defende o que há de mais “sujo” na prática parlamentar.

### A LUTA PELA SUPERAÇÃO DA “DITADURA DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO”.

A CUT, em conjunto com as demais Centrais, ao rejeitaram o pacote Levy, demonstram à sociedade necessidade de superar o propósito do *superavit* em 2015 no patamar de 1,2% do PIB, que induziu o governo na elevação dos impostos, casada ao aumento do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras para os empréstimos às pessoas físicas. Além disso, a elevação da

taxa básica de juros (Selic), responde aos anseios do setor rentista em contraponto com o dos trabalhadores. Essas ações apresentam ameaças de desemprego e desaceleração do desenvolvimento do País. Por isso é necessário, além da denúncia e do protesto construir parcerias com os movimentos sociais e com as Centrais Sindicais, para ampliar a cobrança de coerência da Presidenta Dilma, mantendo o seu discurso, vencedor nas eleições de que o “*ajuste nas contas publicas ocorreria com o menor sacrifício possível*”.

Os trabalhadores, além de suas bandeiras corporativas devem fazer campanhas de denúncias da atual taxa Selic, que realizou o sonho do mercado financeiro e do PIG (imprensa conservadora) que tem elogiado a iniciativa! Esses setores preferem conviver com o aumento dos impostos, do que com a taxação das fortunas, das heranças e do lucro da especulação financeira. O movimento sindical deve utilizar suas mídias denunciando essa concentração de renda, em prol de uma minoria detentora dos títulos públicos da dívida interna brasileira. Está em jogo o crescimento do país, com mais empregos, políticas públicas e salários justos, sem penalizar a classe trabalhadora. O Pacote está na contramão do processo de mudança que o Brasil necessita na lógica da inclusão social.

Para combater as medidas impopulares temos que demonstrar que o aumento da Selic significa passar o custo da conta da crise para a classe trabalhadora. A fórmula que está sendo adotada já é nossa velha conhecida e foi rechaçada no início do governo Lula, pois sabemos que “com os juros altos o consumo cai, a produção diminui e o desemprego aumenta; a desigualdade social cresce, o desenvolvimento cessa e o País retrocede”. No Brasil deve haver equalização das contas, superando a ditadura do superávit primário e a economia não deve se render ao pagamento aos rentistas.

### A AGENDA DERROTADA TEM QUE SER COMBATIDA

É incontestável que o Brasil mudou nesses 12 anos e estamos cientes de que a herança colonialista não seria suplantada em uma década. Muito ainda há que ser feito e para que as mudanças continuem é preciso combater a opção inicial do governo Dilma nesse segundo mandato, ao priorizar, no campo macroeconômico a agenda da direita derrotada nas eleições.

*Não podemos admitir recuo nas conquistas desses últimos anos. Temos que enaltecê-las e defendê-las, buscando a*



*ampliação das mesmas e a derrota daquelas que reforçam a visão neoliberal de estado.*

## CONGRESSO NACIONAL: MAIORIA REPRESENTA O RENTISMO E CONSERVADORISMO

O espaço de disputa da agenda da classe trabalhadora se dá nas ruas, nos espaços institucionais e no Congresso Nacional que aprova legislações que asseguram ou retiram direitos. Esse espaço que deve ter uma atuação dos trabalhadores na defesa de seus projetos.

Nessas eleições os movimentos sociais sofreram uma inflexão, ao diminuir o seu espaço representativo no Congresso Nacional. Dados do DIAP, demonstram que o espectro do Congresso Nacional é o mais conservador desde a redemocratização. Esse desenho demonstra que a disputa naquela casa será mais “renhida”. O perfil conservador do atual Congresso Nacional ao final da legislatura anterior, demonstrou o seu “des”-compromisso com a democracia participativa, ao derrotar o Decreto n. 8.243, que criava a Política Nacional de Participação Social. Esse tema deve ser retomado na agenda dos trabalhadores.

## O SISTEMA DEMOCRÁTICO E A DISPUTA PERMANENTE EM DEFESA DA AGENDA DOS TRABALHADORES

A disputa na vida e num regime democrático é permanente, nos espaços em que se organizam, na família e no trabalho. Todos possuem um projeto e uma visão de mundo. Não é diferente no governo. Por isso reafirmamos que esse governo continua em disputa. Alguns momentos tende mais a direita, em outros a esquerda. Esse é o modelo democrático que sustenta o nosso país e que com todas as suas contradições é muito caro para o povo brasileiro e dele não abrimos mão.

A cobrança da prática do princípio da Democracia participativa, que não se restringe as eleições majoritárias, deve ser constante. A luta pela ocupação de espaços de formulação de políticas públicas sempre foi defendida pela FASUBRA, pois é nesses espaços que os trabalhadores disputam sua visão de educação e de saúde, e conseqüentemente de concepção de estado. A participação da FASUBRA na CONAES – Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior, FNE-Fórum Nacional da Educação, CNS – Conselho Nacional de Saúde, tem proporcionado a disputa de nossas teses, bem como a

denúncias a projetos que comprometem a visão defendida de Universidade. A nossa atuação no CNS contra o modelo de gestão dos HU’s, com a aprovação da Lei que criou a EBSERH tem sido marca da importância dessa ação. Da mesma forma a nossa atuação no FNE, dando ênfase a visão da Federação com relação a modelos de educação e de Universidade e quanto ao papel do Trabalhador Técnico-Administrativo em Educação e na CONAES, com referência à avaliação e credenciamento das IFES.

Essa participação deve se dar em todos os níveis da sociedade, seja Federal, Estadual e Municipal, e também no ambiente universitário, com a nossa atuação nos órgãos colegiados superiores e nas congregações acadêmicas das Universidades. O entendimento da necessidade da ocupação e disputa desses espaços está intrinsecamente ligada à compreensão de que o governo não é propriedade de um partido ou de uma classe. É um governo de coalizão ampla, em disputa constante para atender os interesses de todos os setores que o compõem. Os movimentos sociais devem compreender a dimensão do seu papel nesse contexto na luta pela prática do princípio que originou a criação do Partido dos Trabalhadores que compõem a coalizão do governo Dilma - a participação social. É preciso agir em defesa desse princípio, pois a maioria da população brasileira que garantiu a vitória no segundo turno da Presidenta Dilma cobra a manutenção de canal de diálogo e de negociação com os trabalhadores.

## QUAL É A AGENDA DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO?

A pauta de reivindicações da nossa Categoria deve ser redimensionada. Separar o que é estratégico do prioritário, bem como dar visibilidade à agenda com temas que extrapolem as questões corporativas e que dialoguem com as proposições das mudanças que o Brasil necessita para que, de fato, ela seja uma pátria “educadora”. Essa frase da Presidenta Dilma, não deve ficar na retórica, pois ela representa um governo que exercita o poder de inclusão, de participação e de transformação. Crescimento só é possível com inclusão e participação social.

A FASUBRA deve ampliar a sua agenda, que não pode ficar limitada a demandas dos Grupos de Trabalho, instituídos com o Acordo da Greve de 2012. É tarefa urgente, pensar políticas para os novos trabalhadores ingressantes na Universidade pós reforma da previdência. A Universidade e o perfil dos trabalhadores que ingressaram desde 2003 mudou.

# COLETIVO TRIBO

Convivemos com modelos diferenciados de direitos, mesmo para os estatutários, por isso a FASUBRA deve sair da “trincheira”, voltar a formular políticas, atualizar a sua pauta e ter coragem para disputá-la.

As Centrais Sindicais tem atuado corretamente, ao cobrar da Presidente Dilma o seu compromisso com os trabalhadores. A rejeição às “medidas impopulares” e antidemocráticas de retiradas de direitos deve unir a classe trabalhadora, ampliar a mobilização e resistência, bem como dar visibilidade a proposições com relação à superação do fator previdenciário, a manutenção da Política de Valorização do Salário Mínimo, a regulamentação da Convenção 151 (Negociação Coletiva no Serviço Público), a correção da tabela do imposto de renda, a reforma política, tributária, democratização da mídia, agrária e as políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

## O PAPEL DA FASUBRA SINDICAL

A FASUBRA sempre teve um papel estratégico na luta setorial e geral. Por isso deve levantar a bandeira da unidade na luta. O que nos divide é natural, mas devemos potencializar o que nos une. A classe trabalhadora sempre é o alvo da visão ortodoxa da economia. Temos que nos questionar cotidianamente: qual é a real inserção da FASUBRA nos diversos espaços de disputa? Tal indagação deve ser respondida considerando-se a análise da atuação da Federação nesse último período demarcado por uma significativa mudança nas lideranças políticas à frente da FASUBRA.

A prática pública de setores da Federação divulgado nas redes sociais, reivindicando para si todas as “conquistas” obtidas nesse período demonstra um narcisismo absurdo, que convence apenas a alguns, pois é de conhecimento dos trabalhadores que as conquistas não são propriedades privadas. Se as conquistas da categoria forem reduzidas à “cara e cor da camisa” de quaisquer dirigentes, onde fica o princípio democrático do exercício da proporcionalidade?

Infelizmente, essa foi a marca da atuação da entidade nos últimos três anos. Uma postura arrogante e inábil do ponto de vista político nos diferencia e demarca a forma de leitura da conjuntura e das tarefas do movimento. Para nós, a fortaleza da FASUBRA é justamente a sua diversidade. Respeitamos a todos (as), inclusive aqueles que nos agridem. Para esses, é preciso expurgar os diferentes como única forma de construir a Luta! Aliás, uma prática utilizada nos regimes totalitários, e na

contramão da história dessa Federação, que é um exemplo no exercício da democracia. Isto demonstra que a única preocupação de alguns grupos/pessoas, sem generalizações, no interior da entidade é a disputa pelo aparelho sindical, colocando, inclusive, em risco o exercício da proporcionalidade. A FASUBRA é muito mais do que isso! A essa postura respondemos com o nosso compromisso com a Luta, de forma coerente e respeitando as diferenças.

A avaliação inicial e a autocrítica do Coletivo Tribo é de que a atual gestão apresentou inúmeras dificuldades, dentre as quais a falta de definição de políticas claras que norteassem a prática coletiva da Federação; a falta de unidade do Bloco Majoritário, desde o início da gestão, exposto em debates em redes sociais; a ausência de estratégias, a insegurança nos processos de negociação frente ao governo, e a carência de informação institucionalizada. Ressalte-se que essa avaliação atinge a todos os 25 diretores da entidade, sem distinção de grupos políticos. Poderíamos pontuar a ausência de membros da direção, que, pela estratégia de sua função, fragilizou ainda mais a condução política da entidade, mas não o faremos, pois respeitamos as particulares de cada coletivo.

## A EXPOSIÇÃO PÚBLICA DA FASUBRA NAS REDES SOCIAIS.

As disputas internas do Bloco Majoritário (FRENTE BASE e VAL), expostas nas redes sociais, fragilizaram a ação da FASUBRA nesse período. A Greve de 2012, com seu resultado final afirmado num acordo de três anos, defendido de forma incisiva pela maioria dos integrantes do Bloco Majoritário, teve a contribuição de todos, na tentativa de minimizar os desgastes com a Categoria. Sabíamos que o acordo era rebaixado, mas em nome da unidade, concordamos com a sua assinatura. A desqualificação pública da direção da FASUBRA por diretores integrantes do Bloco Majoritário demonstrou novamente a fragilidade dessa direção e mais uma vez contribuiu com a prática da difamação e do deboche.

## A ARROGÂNCIA POLÍTICA E A DESLEGITIMIZAÇÃO DOS DEMAIS

Todas as forças políticas e o conjunto da categoria, em cada Universidade, tiveram um papel importante na história da FASUBRA nesses 34 anos de Luta. É óbvio que a estrutura da FASUBRA cobra uma ação maior da direção majoritária, com dois coordenadores gerais, que tem a obrigação política de dar direção à Luta, o que de fato não ocorreu nesse período. A falta

de respeito com companheiros da direção e de orientação é uma marca nessa gestão.

Outro dado a ser registrado é a contradição entre a prática e o discurso de alguns grupos. A FASUBRA buscou (oficialmente) o apoio das centrais sindicais CUT e CTB, nos movimentos grevistas e processos negociais para contribuir na Luta. Inclusive o Acordo de Greve de 2007 foi assinado pela CUT na pessoa do seu Presidente Artur que sempre esteve presente, quando demandada, independente da filiação. Mesmo assim os setores majoritários optaram por um ataque sistemático e a desqualificação dessas Centrais. Para além da crítica, pertinente em alguns momentos, optou-se por um processo de desconstrução da CUT e CTB buscando alavancar outras centrais. Perda de energia que podia estar direcionada para a luta e formulação de estratégias. Certamente nenhuma central sozinha conseguirá fazer a “revolução”.

*Diante desse diagnóstico, da forma de atuação da FASUBRA e sua relação com as Centrais, achamos importante aprofundar a reflexão coletiva nesse CONFASUBRA: se a FASUBRA deve ou não filiar a uma Central, vez que sempre conclama o apoio das Centrais.*

### UM HISTÓRICO DE LUTAS

A FASUBRA é uma entidade reconhecida historicamente por sua capacidade de mobilização e pela contribuição política nas disputas dos espaços sociais. Ao longo da sua história, diversos atores das forças políticas organizadas na Federação contribuíram significativamente para essa condição, empenhando-se na elaboração de orientações políticas sobre os mais diversos assuntos; na concepção de projetos educacionais; na definição de estratégias de mobilização; na realização de estudos sobre a Categoria; nas elaborações de propostas para a disputa com os agentes governamentais.

Estas ações sem dúvida foram fundamentais para a implementação de políticas públicas essenciais para a área da educação, mesmo que muitas vezes tenham sido necessárias a utilização de atividades radicalizadas de organização e mobilização, tais como memoráveis greves, que resultaram não somente em benefícios para os Técnico-Administrativos, como também para as comunidades universitárias, para o serviço público e para sociedade. Foram também responsáveis por

consolidar o protagonismo da FASUBRA nas lutas por um modelo de educação que seja indutor da transformação social.

A Federação, estrategicamente, buscando a afirmação da identidade da classe que representa - trabalhadores técnico-administrativos em educação - foi protagonista na luta contra-hegemônica, atuando efetivamente em todos os fóruns de disputa da visão desse segmento de trabalhadores sobre modelos de estado, de universidade e de relações de trabalho.

Nos últimos anos a FASUBRA, coordenada pelo Bloco Majoritário, com duas coordenações gerais (VAL e BASE), desperdiçou suas energias no combate e desqualificação de companheiro (as) da direção, priorizando a disputa do “aparelho” FASUBRA. A luta real e o interesse da categoria foi secundarizado. Em vez de se investir na busca de análise de cenários internos e externos, de instrumentos que possibilitassem avanços nas conquistas, priorizou-se o exercício da “demonização” das forças políticas que não integram o bloco majoritário, da prepotência política (publicada em vários textos), do enaltecimento pessoal, reivindicando para si a ação política da FASUBRA nesses três últimos anos. Desqualificaram-se todas as forças que compõem a direção da Federação, inclusive de agrupamentos políticos que somaram na composição do bloco majoritário do último CONFASUBRA. Essa opção política tem levado a Federação ao descrédito, à derrotas políticas e a falta de unidade.

A forma de atuação histórica da FASUBRA nos últimos anos foi reduzida, cedendo significativo espaço para uma nova forma de militância, a das redes sociais virtuais, cuja principal característica é a “interpretação de fatos”, a utilização de um discurso fácil de oposição e o uso da estrutura sindical para o aparelhamento partidário. Essa pseudoação é camuflada pelo exercício da crítica pela crítica. Concordamos que a crítica precisa ser feita, mas que ela deve servir para ajudar a aprimorar os instrumentos da luta social, convertendo-se em prática política e social, sob pena de se perder tudo o que foi construído coletivamente ao longo dos anos. Desde 2012, foram produzidos pouquíssimos materiais formativos pela FASUBRA; não há qualquer novo projeto em disputa no Congresso Nacional ou na base da categoria; não há estudos sobre as demandas e especificidades da Categoria; e as informações produzidas, de forma geral, não são institucionalizadas. Vive-se, atualmente, na “corda bamba de sombrinha”.

Com relação à “informação” veiculada nas redes sociais, esta é operacionalizada conforme a conveniência e vaidade do diretor que dela dispõe, refletindo somente o seu lado. A FASUBRA instituição se cala, não tem voz! Além disso, os veículos utilizados não são o site e as páginas oficiais da Federação, mas sim grupos informais das redes sociais. Em vez de se utilizar a informação como um mecanismo de orientação da Categoria e, conseqüentemente, fortalecer a Federação enquanto fonte séria e confiável, os dados são tratados a partir do interesse e da visão do coordenador, banalizando e rebaixando, em muitos casos, a própria entidade. Por causa da disputa interna de grupos políticos, perde-se a oportunidade de se usar as novas mídias, decorrentes das inovações tecnológicas que democratizaram a comunicação, para formar e informar. A palavra de ordem é desqualificar o diferente e usar a crítica para jogar por terra qualquer esforço de busca da construção unitária, que sempre representou a melhor tradição da FASUBRA: *a unidade na diversidade, a unificação dos esforços e o investimento nos consensos das ações.*

### OBJETIVO PRINCIPAL DO CONFASUBRA: ARMAR A CATEGORIA PARA A LUTA!

Nesse CONFASUBRA mais uma vez é necessário debater sobre qual é a FASUBRA que queremos. Para nós a prioridade tem que ser a construção da Luta e o fortalecimento da FASUBRA. Aqueles que querem debater ideias, pensar formas de combate e de luta, e que sempre estiveram nas disputas convidamos a realizarem o exercício da avaliação dos rumos que adotaremos para a entidade e, conseqüentemente, para a Categoria.

Os inúmeros desafios, com o final das parcelas remuneratórias do Acordo de Greve no mês de março, exigirá uma atuação firme e precisa da direção da entidade. Não adianta ficar atirando para todos os lados, ou pior, atirando para os companheiros de luta!

A maioria da base, milhares de trabalhadores(as), acreditam e esperam que a Federação tenha protagonismo na Luta, que saia da “trincheira do denunciamento, da arrogância, da vaidade política, e das disputas fratricidas”, e que não fique à reboque de outras entidades nacionais.

Conclamamos o conjunto da Categoria ao debate político quanto à avaliação da conjuntura e qual o papel do trabalhador nesse contexto. Somos contrários à utilização de quaisquer

espaços, em especial os virtuais, para desqualificação das forças políticas que integram a Federação. Cientes da necessidade da Unidade na Luta e de que setores da direita têm acesso aos debates dos trabalhadores, principalmente porque são amplamente acessíveis em mídias virtuais, não rebaixaremos a nossa intervenção política. A utilização da desinformação generalizada e a informação banalizada, em nome da FASUBRA, tem desconstruído ações políticas e o pior, tem fragmentado a luta dos trabalhadores. O momento requer o enfrentamento do grande desafio de converter as críticas em ideias, que ajudem a criar novas estratégias de luta, de organização, mobilização e comunicação e, principalmente, represente um novo comportamento dos dirigentes dessa Federação.

### A PETROBRAS É NOSSA!!!

A PETROBRAS, maior estatal do País, responsável por milhares de empregos e que representa 13% do PIB Nacional, nunca esteve tão ameaçada como agora, em face da guerra especulativa que vem sofrendo, orquestrada por setores políticos e econômicos que a querem privatizada, como ocorreu, em passado recente, com a Vale do Rio Doce, vendida a preço muito inferior ao que realmente valia.

Em meio a essa “guerra” reacende-se a necessidade de resgate do projeto de lei construído pela FUP e movimentos sociais, a fim de transformar a estatal em empresa 100% pública, que foi apresentado ao Congresso Nacional em 2009 e tramitou em conjunto com os projetos que estabeleceram o novo marco regulatório do pré-sal. Essa proposta (PLS 531/2009) encontra-se parada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, onde aguarda distribuição. “Nunca foi tão necessário que o Estado brasileiro aumente sua participação no controle acionário da Petrobrás e resgate a empresa do capital especulativo” – afirmou o coordenador da FUP, lembrando que o mercado nunca desistiu de pautar a empresa e o governo, submetendo-a a interesses escusos.

O movimento sindical não pode ficar a reboque do que vem pautando a mídia, que distorce fatos e omite dados e informações sobre a realidade da empresa, no que tange a avanços e investimentos, conquistados e realizados nos últimos anos. Deve se posicionar contrário aos ataques, que visam depreciar o valor da Petrobrás e desqualificar a capacidade administrativa dos técnicos brasileiros para, em seguida, entregarem esse importante patrimônio da população na mãos dos especuladores internacionais.

Deve-se, com veemência, exigir que todas as irregularidades sejam devidamente apuradas e seus responsáveis punidos, na forma da Lei – como já vem ocorrendo. No entanto, não pode perder de vista o ressurgimento de ameaças, do tipo da que foi implementada no período de FHC (entre 1995 e 2002), quando tentaram transformá-la em Petrobrax, com o objetivo claro de entregá-la para as produtoras petrolíferas norte-americanas, quando 36% das ações da estatal foram entregues, através das bolsas de Nova Iorque, aos especuladores internacionais.

Defender a Petrobrás significa defender o maior patrimônio do povo brasileiro! E isso requer que se faça justiça, sobretudo em relação aos que dependem diretamente dela – seus milhares de trabalhadores/as, que precisam serem ouvidos e valorizados, nesse momento de crise.

A FUP – Federação Única dos Petroleiros, reage as ameaças de privatização da Petrobrás, se posicionando sobre a crise vivenciada pela estatal. Reproduzimos, abaixo, parte da Nota Nacional divulgada pela Federação, concordando com a mesma.

*“(…)Não vamos abrir mão de esclarecer todas as denúncias, de exigir o julgamento e a punição dos responsáveis; mas não temos o direito de ser ingênuos nessa hora: há poderosos interesses contrariados pelo crescimento da Petrobrás, ávidos por se apossar da empresa, de seu mercado, suas encomendas e das imensas jazidas de petróleo e gás do Brasil.*

*Historicamente, tais interesses encontram porta-vozes influentes na mídia e nas instituições. A Petrobrás já nasceu sob o ataque de “inimigos externos e predadores internos”, como destacou a presidência da República. - Contra a criação da empresa, em 1953, chegaram a afirmar que não havia petróleo no Brasil.*

*São os mesmos que sabotaram a Petrobrás para tentar privatizá-la, no governo do PSDB, e que combateram a legislação do Pré-Sal.*

*Os objetivos desses setores são bem claros:*

- *Imobilizar a Petrobrás e depreciar a empresa para facilitar sua captura por interesses privados, nacionais e estrangeiros;*
- *Fragilizar o setor brasileiro de Óleo e Gás e a política de conteúdo local; favorecendo fornecedores estrangeiros;*
- *Revogar a nova Lei do Petróleo, o sistema de partilha e a soberania brasileira sobre as imensas jazidas do Pré-Sal.*

*Para alcançar seu intento, os predadores apresentam a Petrobrás como uma empresa arruinada, o que está longe da verdade, e escondem do público os êxitos operacionais. Por isso é essencial divulgar o que de fato aconteceu na Petrobrás em 2014:*

- *A produção de petróleo e gás alcançou a marca histórica de 2,670 milhões de barris equivalentes/dia (no Brasil e exterior);*
- *O Pré-Sal produziu em média 666 mil barris de petróleo/dia;*
- *A produção de gás natural alcançou 84,5 milhões de metros cúbicos/dia;*
- *A capacidade de processamento de óleo aumentou em 500 mil barris/dia, com a operação de quatro novas unidades;*
- *A produção de etanol pela Petrobrás Biocombustíveis cresceu 17%, para 1,3 bilhão de litros.*

*E, para coroar esses records, em setembro de 2014 a Petrobrás tornou-se a maior produtora mundial de petróleo entre as empresas de capital aberto, superando a ExxonMobil (Esso).*

*O crescente sucesso operacional da Petrobrás traduz a realidade de uma empresa capaz de enfrentar e superar seus problemas, e que continua sendo motivo de orgulho dos brasileiros.*

*Os inimigos da Petrobrás também omitem o fato que está na raiz da atual vulnerabilidade da empresa à especulação de mercado: a venda, a preço vil, de 108 milhões de ações da estatal na Bolsa de Nova Iorque, em agosto de 2000, pelo governo do PSDB.”*

Não podemos nos omitir. A atuação do movimento sindical e, em especial dos TAE's, frente a essa questão, deve ser de total combate, desconfiança e defesa:

Combate às ações que vêm sendo orquestradas pela mídia especulativa, que “bombardeia” a empresa, diariamente, para reduzir sua importância, mascarando dados e informações sobre sua real situação econômica, a fim de reduzir seu valor e sua importância;

Desconfiança diante dos atores que estão se apresentando como salvadores da estatal e que, em passado recente, esboçaram entregá-la ao mercado internacional, sob a roupagem de Petrobrax, quando derramaram 180 milhões de



ações da estatal, das quais 60% foram parar nas mãos de investidores estrangeiros;

Defesa do PLS 531/2009, que além de defender a transformação da empresa em 100% pública, visa a constituição do “Fundo Social Soberano”, para que todos os recursos excedentes do petróleo sejam destinados às políticas públicas de atenção às necessidades do povo brasileiro.

### A CRISE HÍDRICA E ENERGÉTICA

"A água de boa qualidade é como a saúde ou a liberdade: só tem valor quando acaba." *Guimarães Rosa*

Sabe-se que a crise hídrica vivenciada na atual conjuntura, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, é uma tragédia prevista desde 2001, quando especialistas e ambientalistas, anunciaram essa ameaça em vários fóruns de debate e estudos sobre a questão, sem, contudo serem levados a sério pelos governantes estaduais à época.

O alerta da Agência Nacional de Águas (ANA) não foi o único, pois o próprio governo de São Paulo, baseado em análises de duas centenas de especialistas, já apontava para o risco de desabastecimento em 2015. A estiagem que assolou o Sudeste, nos últimos três verões foi, apenas, mais um dos fatores que agravaram a problemática, com destaque para a falta de planejamento e ações concretas, que pudessem enfrentar a crise.

O Brasil, apesar de deter o maior volume de água doce do planeta é também um dos campeões em desperdício. São Paulo desperdiçou, em 2013, 34,3% de toda água tratada e ocupa a 19ª posição no ranking nacional; no Rio Grande do Sul foram desperdiçados, no mesmo ano, 37,2% e no Amapá, atingiu-se o patamar vergonhoso de 76,2%. Isso fez com que a média nacional de desperdício, em 2013, alcançasse 37%.

Comparando-se o volume desperdiçado com outros países estamos na frente de Itália (29%); França (26%); Reino Unido (16%); Estados Unidos (15%) e do Japão (7%), o que coloca o Brasil em estado de alerta, diante de tamanho descalabro. Pergunta-se, então: qual o papel e a responsabilidade dos trabalhadores técnicos em educação, diante de tamanho desafio? Os trabalhadores/as, enquanto cidadãos e cidadãs, honrando o protagonismo que lhe é peculiar, não podem se omitir em oferecer sua contribuição, seja aprofundando o conhecimento sobre a questão, a fim de não se deixarem

manipular pelo alarmismo da grande mídia, mas principalmente como agentes de transformação, atuando como formadores de opinião consciente e coerente, que, por meio de ações concretas, no ambiente doméstico e de trabalho mostram o que é possível ser realizado, cotidianamente: seja economizando ou realizando campanhas educativas contra o mau uso e o desperdício desse precioso recurso natural finito, que é a água.

Deve-se, portanto, inserir na agenda de lutas da FASUBRA, no mínimo, um grupo de estudo, a fim de que a crise hídrica e energética seja esmiuçada, possibilitando aos TAE's, mostrar seu potencial de mobilização e atuação.

### RELAÇÕES DE TRABALHO – CARREIRA-TERCEIRIZAÇÃO

"Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la" *Bertolt Brecht*

A fundamentação teórica apresentada na tese desse Coletivo no XXI CONFASUBRA, continua atual, e por isso nesse Congresso optamos em socializar com os companheiros alguns elementos de nossa reflexão sobre o tema, na expectativa de contribuir com o avanço da formulação coletiva da FASUBRA, paralisada nos últimos anos, ou limitada à reflexões individuais ou de forças políticas organizadas na Federação, sem que houvesse um esforço coletivo, acima das disputas fratricidas pela construção coletiva.

Inegavelmente houve uma expansão da educação pública jamais vista anteriormente. A ideia de que educação não é gasto e sim investimento provocou o aumento nas verbas orçamentárias que saíram do patamar de 18 bilhões em 2002, para 115 bilhões em 2014 permitindo a criação de 422 novas instituições de ensino Técnico-Tecnológico e também 18 Universidades federais, e 173 campus. Combinado a isto houve a contratação, no período de 2003 a 2014, de 72.619 novos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, denotando uma inversão na política neoliberal aplicada anteriormente, em que o projeto reinante na década de 90 foi a de Estado Mínimo e, portanto a redução do papel do estado na educação.

Estes dados demonstram uma mudança substancial na formatação do Estado e em especial na educação. Porém a FASUBRA permanece alheia a estas mudanças, ignorando ainda a necessidade de organizar estes novos trabalhadores que, na defesa de seus direitos, começam a se organizar por



conta própria, dada a ausência da Federação. O reconhecimento dessa situação nos impõe, além de repensar nossa organização sindical, realizar levantamento do perfil desses novos trabalhadores, visando à construção de debates segundo esta nova realidade das relações de trabalho; a consequente instituição de uma carreira como instrumento de gestão para a categoria, que atenda as demandas já manifestas há tempos nos fóruns da Federação.

Com o advento do PCCTAE e mais recentemente com o Plano Nacional de Capacitação e Qualificação, nossa categoria fez um expressivo movimento na busca de sua formação. Isto aliado ao elevado nível de escolaridade dos recém-ingressos nos coloca em um patamar mais elevado no que se refere ao nível de escolaridade, o que deverá se refletir na reestruturação do PCCTAE.

Iniciando então o reclamado debate, reconhecendo a falta de conhecimento pleno do perfil da força de trabalho e das relações de trabalho existentes no âmbito das instituições, cabe uma indagação: quem são os trabalhadores em educação? A pertinência deste questionamento tem base na necessidade de admissão que a Educação se faz num processo e, como tal, deve se compreender como força de trabalho todos os que integram este processo, independentemente do vínculo.

Partindo do entendimento de que categoria significa corpo único, e reconhecendo as diferenças entre seus integrantes, a carreira deve comportar estes elementos diferenciadores inerentes ao processo de trabalho, coadunando com os dispositivos estatutários das entidades que identificam sua base de representação. Demanda deste ponto de vista, inclusive como forma de se evitarem movimentos setorizados, a necessidade de reestruturação do PCCTAE, bem como a implantação imediata dos programas de capacitação e qualificação, definindo o acesso e financiamento em debate na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira. A isto deverá ser agregado a participação também nos convênios firmados pela CONTUA com universidades brasileiras de intercâmbio também para os TAEs. Esta demanda deve ser prioridade número um da Federação junto ao MEC.

Repensar o PCCTAE obriga, portanto olhar para todos estes elementos que envolvem o processo de trabalho, as condições de trabalho com jornada semanal máxima de 30 horas e o ambiente institucional onde se deve estabelecer uma gestão democrática.

## PCCTAE: 10 ANOS – DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*A Lei 11.091/2005, no mês de janeiro completou 10 anos de sua aprovação no Congresso Nacional, resultado da luta da categoria e também de compreensão política de setores do governo, com destaque ao MEC, que se somaram aos técnico-administrativos na ocasião, por entender o papel e a importância dessa categoria no ambiente acadêmico universitário.*

*A lei não comporta todos os elementos de uma carreira, dada a impossibilidade da ascensão funcional, mas possui em seu bojo instrumentos de gestão da Universidade, definição de papéis dos técnico-administrativos e, fundamentalmente, a afirmação da identidade de trabalhador da educação, antes invisível nas legislações vigentes, admitida apenas para os docentes.*

*Por vincular o Programa de Capacitação dos Integrantes da Carreira ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a Lei incorpora ferramentas que trabalham a visão de Universidade defendida pela FASUBRA e, portanto, se tornou em instrumento estratégico de disputa acerca do papel da Universidade. Daí a importância da implementação na íntegra de todos elementos nela contidos.*

*Com dez anos, a Lei precisa ser avaliada do ponto de vista da sua implementação e pela necessidade de seu aprimoramento, previsto na própria Lei. No processo de construção do PCCTAE havia a consciência de sua limitação, imposta pela correlação de forças no momento da finalização do acordo com o governo, e por isto ocorreu a inclusão estratégica de artigo que abria possibilidades de aprimoramento. Essa estratégia visava ao acúmulo de forças para avançar na luta pela recuperação, com outra nomenclatura, de cargos extintos pela Terceirização, bem como o avanço de elementos contidos no PCU – Plano do Cargo Único.*

*A partir de 2005, resultante da luta, houve o avanço em, dentre outros itens como reajuste de Tabela, na conquista dos IQ – Incentivos de Qualificação para todas as classes e no step. Mas não conseguimos cumprir o que determina a Lei com relação à racionalização de cargos, reposicionamento dos aposentados, terceirização e dimensionamento de vagas. A impossibilidade desse avanço se deu em função do impasse com o governo no processo negocial, tendo em vista que sua concepção sobre esses temas não tem similaridade com a posição da FASUBRA. Por outro lado, não conseguimos,*

*minimamente, desenvolver uma tarefa básica e fundamental para diagnosticar a implantação do PCCTAE nas Universidades.*

*A FASUBRA estacionou no tempo com relação a estudos e formulação acerca da carreira. Essa postura de “trincheira” adotada pela Federação, acomodada nas ações de denúncias e de resistência, abandonando um papel estratégico do sindicato que é a formulação e disputa de suas ideias em todos espaços institucionais, não muniu a categoria de elementos na disputa do seu projeto estratégico, que a maioria da categoria sequer conhece.*

*É inconcebível uma Federação com a história e prática da FASUBRA não se aprofundar no conhecimento das mudanças do mundo do trabalho e do perfil do trabalhador que ingressa na Universidade. O estudo sobre o tema é imprescindível na disputa com o governo relativo ao modelo da carreira e de universidade, principalmente em função dos impactos promovidos pela reforma da previdência (EC-19 e 41), que criou dois tipos de aposentadoria: aposentadoria integral, parcial (80 últimos salários) e por último a FUNPRESP, que enquadra os novos trabalhadores no RGPS, com teto de R\$ 4.662,43 neste ano de 2015.*

*A última reunião sobre reflexão da Carreira com Grupo de Trabalhos da FASUBRA, realizada no final de 2014, não teve seus desdobramentos encaminhados pela Federação, foi secundarizada à construção coletiva, passando a atuação de ação por resultados setorizados, contradizendo sua história de sindicato que disputa ideias e concepções de estado e Universidade, em todos os espaços, como Congresso, SBPC, Governos, ANDIFES etc.*

*O trabalho, ainda inconcluso, é simples, mas demanda o comprometimento da direção da FASUBRA e de sua base. Sem ele, qualquer debate sobre o aprimoramento da Carreira fica comprometido. A reflexão coletiva com o conjunto da categoria sobre os limites da Lei e da necessidade do seu avanço é urgente, ancorada pela força da Lei. Foram incluídos na legislação elementos de gestão institucional que permitem a participação dos trabalhadores no processo de supervisão, fiscalização e aprimoramento do plano de carreira por meio das CIS e da CNSC. É preciso demandar à essas instâncias as formulações e não apenas esperar delas as proposições.*

*Há a necessidade da convocação urgente do GT-Carreira, com a definição antecipada da forma do seu funcionamento, objetivos e participantes para evitar que este espaço de*

*estudos da evolução e aprofundamentos teóricos-argumentativos na afirmação de nosso projeto seja utilizado como uma instância de disputa de força política, com interesses divergentes ao da categoria. Avaliamos que o GT-Carreira da FASUBRA, se bem articulado, atenderá ao pleito do Seminário de Carreira realizado em dezembro de 2014, de criação do espaço de aglutinação e articulação entre os debates da CNSC/FASUBRA, CIS e Entidades Sindicais.*

*Estamos convictos de que há necessidade de uma mudança na estrutura de cargos, pois um dos elementos da carreira é o pleno desenvolvimento na mesma, e hoje, por força da reforma da previdência, os trabalhadores atingem o último NC – Nível de Capacitação Padrão Salarial (16), bem antes de se aposentarem. Ficam estagnados, sem perspectivas de desenvolvimento, por mais de 10 anos na instituição. Achamos que o debate e proposição de mudança na estrutura é necessário, desde que seja antecipada pelo diagnóstico.*

*A cobrança ao governo de finalização da matriz do dimensionamento da força de trabalho pode ser objeto de denúncia judicial, pois a legislação determina prazo, que não foi cumprido pelo governo. Da mesma forma, outros elementos contidos no PCCTAE – Lei 11.091/2005 (racionalização, reposicionamento de aposentados, terceirização), que não foram cumpridos. Tanto a resolução da racionalização, quanto o combate à terceirização demandam o dimensionamento da força de trabalho, e portanto é urgente a construção de matriz nacional para cumprir a tarefa.*

*Nossa avaliação é de que o PCCTAE não contém todos os elementos de uma carreira, porém consideramos que uma das maiores conquistas foi a afirmação da identidade de que SOMOS TODOS TRABALHADORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO e que o desenvolvimento na carreira deve ser atrelado ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Assim devemos promover campanhas de conscientização de que somos AGENTES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CIDADÃO E DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO, para que possamos avançar na luta pela construção de uma Universidade Cidadã para os trabalhadores.*

### ATUAÇÃO DAS CIS E DAS ENTIDADES SINDICAIS

*Parcela significativa das Instituições teve dificuldades em organizar eleições e o funcionamento das Comissões Internas de Supervisão da Carreira. Outras, mesmo conseguindo dar sequência a esta exigência da Lei, implantando a CIS, atuaram*

*muitas vezes de forma desarticulada e, em alguns casos, sem o conhecimento histórico dos princípios e conceitos que fundamentaram a luta da Federação na construção do seu projeto de carreira. Em locais onde os sindicatos atuaram mais firmemente houve maiores avanços, o que dá conta da importância da atuação da entidade sindical na implementação prática de seus direitos.*

### RACIONALIZAÇÃO DOS CARGOS: LIMITAÇÕES

*Nos últimos anos a discussão na FASUBRA ficou limitada às pendências dos acordos de Greves anteriores, não sendo pautados novos debates, necessários para se avançar na compreensão de conceitos, dentre os quais o da racionalização de cargos. A categoria vê a racionalização como uma forma de ascensão funcional, e outros exclusivamente como uma forma de obter salários iguais, independente de hierarquia real existente, dos fazeres e dos dispositivos legais. Isso impede o avanço no debate de racionalização que, por sua vez, encontra resistência na posição do governo.*

*A luta pela implantação da racionalização ganha força com aprovação da CNSC de que a meta da comissão será avançar na atualização e descrição dos cargos. Portanto, é necessário incluir na agenda de lutas da CNSC a regularidade das suas reuniões e a prioridade neste trabalho, a fim de que seja realizada a descrição de todos os cargos. Além disso, precisamos refletir de que forma pode-se avançar na luta pela racionalização, organizando a categoria dentro dos Ambientes Organizacionais, conforme previsto na própria carreira e criando novos cargos que incorporem as atribuições dos cargos extintos.*

### DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

*O desafio maior no debate acerca do aprimoramento da carreira não deve se restringir a reajuste de Tabela Salarial. A categoria tem que ser motivada e conscientizada a refletir sobre o modelo de desenvolvimento indicado para uma trajetória de 35 anos de trabalho no mesmo cargo, além de aprofundar a sua compreensão de categoria e dos papéis a ela atribuídos, buscando superar a dicotomia NA X NI X NS. Essa luta deve recuperar a trajetória da busca da afirmação da nossa identidade e pela superação do conceito a nós atribuídos, de atividade meio. Somos todos trabalhadores em educação, cada um cumprindo uma função no tripé indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, sem os quais a qualidade das*

*atividades desenvolvidas pela Universidade estariam comprometidas.*

*É necessário que nos comprometamos, nesse Congresso, a lutar pela unidade da categoria, superando preconceitos e avançando na compreensão de que todos nós, ativos e aposentados, cumprimos papel importante para a construção de uma universidade socialmente referenciada. Uma das tarefas imediatas da FASUBRA, em sua atuação na CNSC é definição de parâmetros para todas as instituições quanto a questões como: interstício para progressão por capacitação (respeitar os 18 meses ou progredir para o último NCIV de acordo com a carga horária); concessão de IQ na classe D, para assistente administrativo ou cargo correlato que possua curso profissionalizante, dentre outros.*

*Articulado a esse debate é necessário entender que o Projeto de Carreira defendido pela FASUBRA tem, em seu conteúdo, a compreensão do usuário como sujeito do nosso fazer.*

### DIRETRIZES DO PLANO DE CARREIRA - DPC

*A definição das Diretrizes de Planos de Carreira continua sendo urgente na gestão pública. Reconhecendo as diferentes missões e estruturas dos órgãos/instituições na esfera pública, e com o entendimento do papel do trabalhador nas suas funções de atendimento ao cidadão, com qualidade referenciada socialmente, é necessário o estabelecimento de Diretrizes para construção dos Planos de Carreira na Administração Federal. Dessa forma, será possível buscar uma uniformização quanto à missão do servidor público na relação com o usuário, sujeito de nosso fazer, articulado à valorização dos trabalhadores(as), através do desenvolvimento na carreira, condições de trabalho e remuneração isonômica.*

*Tais diretrizes deverão prever a isonomia salarial de pisos e tetos entre as estruturas salariais de funções semelhantes em sua natureza e complexidade de seu fazer laboral; a instituição, em cada carreira, de políticas de capacitação e qualificação vinculadas ao plano de desenvolvimento dos órgãos/instituições; programas de avaliação de desempenho, em que prevaleça o caráter pedagógico, tendo como objeto e objetivos o desenvolvimento do trabalhador e o aprimoramento dos processos de trabalho, numa estrutura democrática aberta aos interesses sociais.*

### ASCENSÃO FUNCIONAL

## COLETIVO TRIBO

*A instituição das DPC – Diretrizes de Plano de Carreira - deve vir obrigatoriamente acompanhada do instituto da progressão - ascensão funcional -, instrumento que permite o desenvolvimento pleno do trabalhador em sua função pública. A ausência deste instituto tem feito prevalecer na administração pública a figura dos PCSs (Planos de Cargos e Salários) que se prestam ao agrupamento de cargos e estabelecimento de suas respectivas tabelas salariais.*

*Buscando recuperar este instrumento, a FASUBRA atuou junto ao parlamento revertendo o voto contrário do relator da PEC, à época, e ainda junto ao presidente da Câmara para inclusão na pauta de votação em plenário. Nesta jornada a CUT teve papel importante abrindo espaços no parlamento para nossa atuação.*

*Sabendo da interface necessária entre modelos de estado, de gestão e diretrizes de planos de carreira e por se tratar de uma real transformação da gestão pública sob nossa ótica propomos:*

### PLANO DE LUTAS

*Rearticular as entidades representativas dos trabalhadores para este debate;*

*Reafirmar a carreira enquanto instrumento que, por excelência, organiza e hierarquiza as atribuições dos servidores públicos e institucionaliza programas de desenvolvimento;*

*Reafirmar as diretrizes de DPC pactuadas na bancada Sindical em 2003;*

*Garantir a alteração na Constituição Federal instituindo o Direito a Negociação Coletiva no serviço público;*

*Garantir o regramento na Mesa Nacional de Negociação Permanente;*

*Lutar pela aprovação da PEC 257 - Ascensão Funcional.*

*Por último reafirmamos as resoluções do XXI CONFASUBRA, que ainda não foram implementadas pela FASUBRA:*

*Fazer um diagnóstico da categoria para conhecimento do seu perfil e subsidiar a busca de soluções para as distorções internas apontadas;*

*Exigir a retomada imediata do trabalho de levantamento de dados buscando a identificação da realidade funcional, perfil,*

*qualificação e o quantitativo de postos de trabalho – RJU e CLT – e o conseqüente aprimoramento do PCCTAE;*

*Estabelecer, após a conclusão do trabalho retro-mencionado, agenda nacional de debates e seminários em todas a base da Federação, visando consolidar o PCCTAE;*

*Lutar pelo início imediato dos trabalhos do GT-Terceirização;*

*Cobrar Calendário de Reunião da CNSC por período;*

*Reafirmar a carreira enquanto instrumento de organização e hierarquização das atribuições dos trabalhadores do setor público e institucionalização programas de desenvolvimento;*

*Debater com os gestores das Universidades os elementos da Carreira que precisam ser aprimorados;*

*Estabelecer fórum específico de debate entre a FASUBRA as CIS;*

*Pautar na CNSC o debate sobre o interstício de concessão da progressão por capacitação;*

*Lutar pela aprovação da PEC 257 de 2005, que trata da Ascensão Funcional;*

*Todo apoio ao PL 2.295/00 que reduz a carga horária dos profissionais de Enfermagem de 40h semanais para 30 horas.*

*Todo apoio ao PL 150/09 que reduz a jornada dos profissionais de Psicologia para no máximo 30 horas, bem como lutar pela aplicação da Lei 12.317/10 que reduz a carga de 40 horas para 30 horas aos Assistentes Sociais.*

*Pelo remanejamento dos cargos Públicos de Confiança, que deverão ser exercidos apenas por agentes ligados diretamente as instituições, sendo os mesmos concursados;*

*Lutar pelo adicional de localidade para os servidores lotados nos Campi afastados das metrópoles;*

*Apresentar aos reitores argumentos que justifiquem que o cargo de Vigilante não foi extinto.*

*Lutar por concurso público para o cargo de vigilante*

### A TERCEIRIZAÇÃO E OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

*A desestruturação do aparelho do Estado em função da redução do quadro de pessoal resultante dos programas de desligamento voluntário – PDV – e da ausência de concurso fez proliferar na administração pública o processo de terceirização nas áreas em que o Estado não conseguiu se desobrigar de suas atribuições, remetendo para a iniciativa privada, principalmente os labores de infraestrutura.*



*A questão em pauta passa a ser a definição da identidade destes trabalhadores(as) e de sua base de representação. Neste aspecto os sindicatos da base da FASUBRA vivem em seu cotidiano um contraditório, qual seja: a campanha contra este modelo de terceirização tendo para isto a abertura de concursos para reposição do quadro permanente de pessoal, e pelo seu compromisso com a defesa dos(as) trabalhadores(as) em geral, acolhe em teu seio a defesa destes postos de trabalho.*

*O diagnóstico demonstra que a Terceirização, enquanto modelo alternativo de gestão, permanecerá, já atingindo em média 40% de cargos nas instituições. Deliberamos congressionalmente que os sindicatos de base deveriam lutar em defesa dos direitos desses trabalhadores, e exigir a inclusão no processo licitatório das empresas de cláusulas, que garantissem salários e condições dignas de trabalho.*

*Este debate precisa ser feito e com urgência, pois já se tem com mais frequência a incorporação dos trabalhadores celetistas terceirizados em seus quadros de filiados, a exemplo do ocorrido outrora com os trabalhadores fundacionais. Contudo, é necessário ter por horizonte a organização dos trabalhadores(as) na instituição tendo por consequência a retomada do debate acerca da organização por ramo de atividade, proposto pela CUT, e não por vínculo empregatício ou regime jurídico de trabalho, RJU e CLT.*

*No aspecto geral das relações de trabalho, dada a sua diversidade jurídica, devemos construir um plano de ação que assegure a isonomia de direitos no ambiente universitário, como carga horária, capacitação etc., buscando paulatinamente o avanço necessário para corrigir as disparidades de direitos.*

*Inevitavelmente esta batalha desembocará no Congresso Nacional, seja em relação aos trabalhadores do quadro permanente – RJU – seja dos trabalhadores públicos e terceirizados – CLT. Por isso reafirmamos a resolução do XV CONFASUBRA sobre terceirização – na luta em defesa desses trabalhadores, para que não sejam vítimas do sistema perverso da terceirização, que explora os trabalhadores.*

### LEI 4330/04(CÂMARA) E PL 87/10 (SENADO)

*Paralelo a essa luta, no campo geral nos juntamos à luta mais específica dos trabalhadores ameaçados pela terceirização, que recentemente reafirmaram sua posição frente ao Governo, cobrando posição sobre os projetos que tratam do tema no*

*Congresso Nacional, em particular o Projeto de Lei 4330/04(Câmara) e Projeto de Lei do Senado 87/10 (Senado), que ampliam a terceirização também para a atividade-fim, a principal da empresa.*

*A decisão do STF, condenando a empresa Cenibra (Celulose Nipo Brasileira) a pagar R\$ 2 milhões em uma ação civil pública do Ministério do Trabalho, em 2006, por terceirizar toda a cadeia produtiva, amplia o debate se a terceirização da atividade-fim será permitida no país, vez que a decisão da Corte Suprema passará a referendar os demais julgamentos sobre o tema.*

*O DIEESE ultimou estudo que comprova: terceirização é sinônimo de mortes e acidentes. A precarização do trabalho tem a terceirização como sua principal fonte no Brasil. Ainda, estudos do DIEESE e CUT “comprovam que os terceirizados, 12,7 milhões de assalariados, o equivalente a 26,8% do mercado formal, recebiam, em dezembro de 2013, 24,7% a menos do que os contratados diretos para realizar a mesma função. Com relação ao tempo de emprego, os diretos permanecem 5,8 anos nas empresas, em média, enquanto os terceirizados ficam 2,7 anos. O problema é resultado da alta rotatividade dos segundos, 64,4% contra 33% dos primeiros.”*

*Com esse entendimento, defendemos que é necessário construção de legislação, como o Projeto de Lei elaborado pela CUT - (1621/2007) apresentado pelo deputado federal Vicentinho (PT-SP) que estabelece a igualdade de direitos, a obrigatoriedade de informação prévia, a proibição da terceirização na atividade-fim, a responsabilidade solidária e a penalização de empresas infratoras. O texto tramita no Congresso Nacional.*

### TRABALHO DECENTE

*A resistência a todas as formas de precarização do trabalho devem ser ampliadas. Os modelos de terceirização, consubstanciados nas Fundações Privadas, Empresas Privadas e trabalhos precarizados no ambiente universitário tem comprometido a forma de gestão das Universidades. Todas as formas de trabalho que sustentem políticas de exploração do trabalhador devem ser combatidas.*

*A Agenda da CUT na defesa do Trabalho Decente tem por premissa a garantia do trabalho formal com carteira assinada para que os trabalhadores tenham garantidos seus direitos previdenciários, de saúde e de aposentadoria e redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário. A*

*aprovação da Emenda Constitucional n. 72, em 2013, foi uma vitória da sociedade, mas ainda é necessária a regulamentação da Convenção 158 da OIT, que trata da rotatividade no emprego celetista que enfrenta resistência no Congresso Nacional.*

*Propomos aprofundar o debate na perspectiva da construção de estratégias no combate ao modelo de terceirização:*

*Dar destaque no debate da Racionalização do tema criação de novos cargos, recuperando as atribuições de cargos extintos.*

*Que a FASUBRA organize os trabalhadores terceirizados se pautando pelo princípio – Organização por Local de Trabalho – OLT.*

### A EDUCAÇÃO BRASILEIRA QUE DEFENDEMOS

*“A Educação sozinha não transforma a sociedade mas sem ela, o país não se desenvolve, e as diferenças sociais permanecem”*

*A educação tem um papel estratégico na transformação social. Se a opção de transformação é via Educação, como na maioria dos países que se desenvolveram; se o estado respeita o homem; se repudia a injustiça; se prefere o diálogo, a convivência com o diferente e não sua negação, não há outro caminho senão encarar a Educação como instrumento desta opção. Desta forma a distância será diminuída entre o que é proposto pelo governo e o efetivamente é feito.*

*O Coletivo Tribo, com esta compreensão, reafirma sua posição apresentada na Tese do XXI CONFASUBRA, no tocante ao papel da Universidade no processo de mudanças que o Brasil ainda necessita. Salientamos que o pressuposto para que a Universidade avance no cumprimento do seu papel, é a garantia do exercício da Autonomia com democracia e a ampliação das fontes de financiamento da educação.*

*Resultante das lutas dos técnico-administrativos e dos estudantes, houve um empoderamento de espaços antes hegemônico pelos docentes no ambiente universitário, bem como na forma de escolha dos reitores. Entretanto, a gestão da Universidade continua predominantemente docente, por isso defendemos que a gestão democrática e participativa, deve assegurar o exercício da democracia no cotidiano universitário, que não se limita a escolha de reitores.*

*Por isso a participação dos integrantes da comunidade universitária, de forma paritária, em todos os órgãos colegiados e a efetivação de uma gestão democrática é uma luta contínua*

*dos trabalhadores técnico-administrativo. Daí a nossa reivindicação de isonomia de tratamento com a lei dos IFETS e revogação da Lei 9.192.*

*A luta continua....*

*Passados 25 anos da aprovação do art. 207 da CF/88, a Autonomia Universitária ainda continua sendo um desafio a ser conquistado. A Universidade Pública continua se submetendo a ingerência do poder executivo, como se as mesmas fossem meras “repartições públicas”.*

*O debate da natureza jurídica das IFES, buscando seu resguardo institucional às ingerências do poder constituído, bem como a necessidade da superação de amarras legais que impedem o pleno exercício da autonomia, continua urgente e deve ser enfrentado com coragem pelos gestores e pelo movimento sindical.*

*A disputa pela constituição da Universidade pública, gratuita, democrática e compromissada socialmente é uma tarefa desafiante e se dará por dentro do espaço institucional da Universidade, e fora dela, com setores conservadores e neoliberais, que veem a Educação Superior como um negócio, exclusivo para determinada categoria social.*

*Cabe reafirmar que a Universidade defendida pelos Trabalhadores está articulada a um modelo de estado democrático na verdadeira concepção da palavra, que precisa reconhecer como saber os saberes informais não hegemônicos. Essa Universidade, que sempre esteve culturalmente ligada ao projeto das elites, tem mudado através da implementação de políticas afirmativas historicamente defendidas pela FASUBRA.*

*É preciso que se tenha uma instituição que busque a superação da alienação individual e coletiva, a erradicação do racismo, da segregação religiosa, sexual e de classe, a pobreza, a intolerância, a violência, o analfabetismo, a fome, a degradação do meio ambiente e as enfermidades.*

*Numa conjuntura demarcada pela crise mundial, a luta pela superação desse modelo tem na educação uma força estratégica, demandando a aplicação de um projeto político pedagógico que supere os padrões culturalmente instituídos. Esta superação pode proporcionar a formação de um cidadão ético, consciente do seu papel na transformação da sociedade.*

*Para avançar nas transformações sociais, com oportunidades iguais a todos os cidadãos e cidadãs, o governo brasileiro deve*



*priorizar o investimento em Educação de qualidade social, universalizada e democrática ao alcance de todos, como instrumento de emancipação social.*

*Com essa compreensão afirmamos que um país para se desenvolver de forma sustentável, democrática e com soberania, precisa priorizar dentre as políticas públicas a Educação. O mote “Brasil – Pátria Educadora” para se concretizar de fato, tem que ser reproduzido em ações positivas, relacionadas principalmente ao seu financiamento, que possam propiciar as transformação que a educação brasileira necessita.*

*Cabe ressaltar que as mudanças ocorridas no Sistema Educacional Brasileiro desde o início do governo Lula, com a ampliação do orçamento, em particular das IFES, proporcionou ampliação, expansão e aumento de vagas significativas. No entanto é reconhecido pelo próprio governo de que muito há, ainda, que se fazer.*

*Por isso a decisão do contingenciamento, nesse início de governo, de investimento orçamentário em políticas públicas, em particular com a educação, no montante de R\$ 7 bilhões contradiz a necessidade do momento, para que de fato o Brasil se torne uma “Pátria educadora”. Entidades nacionais, como a CNTE e UNE manifestaram publicamente sua crítica a essa medida, que reduzirá o processo de investimento na educação pública ocorrido nos últimos 12 anos, bem como inibirá a ampliação do financiamento da educação em 10% do PIB, conforme meta do PNE.*

*Essa contradição, de retirada de recursos para a educação, que deverá pautar as ações do governo nesse setor, precisa ser resistido pelo movimento sindical, além de bancar a defesa da conquista da vinculação dos recursos dos royalties do Petróleo e da metade do Fundo Social do Pré-Sal, este bastante ameaçado pela cobiça do mercado financeiro.*

*O avanço significativo do ensino superior, democratizando o seu acesso, ampliando as vagas noturnas e a instituição da Lei de Cotas, não pode ser contido, e tem que ser ampliado. A disponibilidade de 200 mil vagas em 2015 pelo SISU representa um aumento de 20% de vagas nas Universidades, e uma conquista importante na luta pela democratização do acesso ao oportunizar para milhares de jovens a entrada na Universidade. Entretanto, deve vir acompanhado de ampliação paulatina de recursos para seu financiamento.*

*Daí a perplexidade dos movimentos que atuam na área da educação com o corte orçamentário, que, ao contrário, deve ser expandido, possibilitando além do acesso, políticas efetivas de permanência estudantil para o contingente de alunos que necessitam do apoio do estado e mais concursos públicos para Técnico-Administrativos e Docentes, para acompanhar a expansão das IFES.*

*Conferência Nacional da Educação: Resgatando as Propostas do Plano Nacional de Educação da Sociedade.*

*Os trabalhadores devem se apropriar do conteúdo do PNE aprovado em 2014. Para tanto optamos em trabalhar nessa tese as metas que possuem relação com a agenda política de luta dos trabalhadores técnico-administrativos.*

*A aprovação do PNE (Lei 13.005/), em 2014 para os próximos dez anos, e o documento final da CONAE (Conferência Nacional da Educação), impôs novos desafios aos trabalhadores da educação, que demandará uma participação contínua nos espaços de disputa que formulam políticas educacionais.*

*Numa sociedade democrática, a participação social, sem dúvida, contribui para a qualificação das políticas públicas. Nesse sentido, é imprescindível que os movimentos sociais e de trabalhadores tenham uma ação protagonista e efetiva visando a disputa de suas concepções, bem como a aplicação das metas previstas no PNE, cuja base é um modelo de projeto nacional de educação pública, gratuita, laica e de qualidade referenciada socialmente.*

*Essa é uma oportunidade concreta para que os trabalhadores técnico-administrativos ultrapassem os “muros da universidade”, dando visibilidade às teses desse segmento de trabalhadores, discutindo educação nos mais diversos espaços sociais, como um sistema integrado e articulado com o desenvolvimento do país, que se estruture na afirmação dum estado justo e inclusivo.*

*Na tarefa de construir conceitos, diretrizes e estratégias educacionais para a efetivação do Sistema Nacional Articulado de Educação, os trabalhadores devem participar de todos os fóruns de debate, defendendo uma visão sistêmica da Educação, avançando rumo a materialização do PNE, democraticamente concebido.*

## COLETIVO TRIBO

*Cabe destacar as metas aprovadas na CONAE – Conferência Nacional da Educação, dentre elas as que se referem a gestão democrática na educação pública, em seus níveis, básico e superior:*

*Garantir que todas as IFES e IES tenham Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, assim como o projeto curricular de cursos, contando com a participação da comunidade universitária na sua elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação.*

*Essa meta é muito importante, pois o PDI representa a linha de atuação da Instituição, o que fazer (suas prioridades) e como fazer (modo de gestão). Daí a importância da disputa de nosso modelo de Universidade quando da construção dos PDI em cada Universidade, com atenção especial a inclusão no mesmo do PDICTA – Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira Técnico-Administrativa.*

*Além disso, o acompanhamento e avaliação, pois ambas as fases estão diretamente relacionadas ao SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, cuja Comissão Coordenadora (CONAES) tem participação representativa da FASUBRA, que atua disputando a política da Federação em relação ao tema avaliação institucional.*

*Regulamentar através de lei, a eleição direta para dirigentes das instituições de ensino superior públicas, com garantia de paridade entre docentes, técnico-administrativos e estudantes.*

*Criar e regulamentar, através de lei, a eleição direta para gestores das unidades escolares da educação básica e das instituições de ensino superior pública, com garantia de votação proporcional entre docentes, técnicos administrativos, pais e estudantes, de forma democrática e participativa.*

*A concretização dessas propostas de gestão democrática dialoga com o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, e fortalece a luta dos trabalhadores técnico-administrativos como pertencentes do conjunto de sujeitos que constroem a educação brasileira.*

*Assim sendo, defendemos que a FASUBRA participe ativamente dos espaços de disputa das pautas educacionais, dentre eles, o Fórum Nacional de Educação, garantindo, além de maior representatividade da categoria no âmbito político,*

*social e institucional, uma ação mais protagonista em defesa de seus projetos.*

*Quanto ao PNE (2014 – 2024), compreendemos que, dentre as metas aprovadas, o investimento de 10% do PIB para a educação constitui um dos maiores desafios para garantir ao povo brasileiro formação de qualidade em todos os níveis – da educação infantil à pós-graduação. No entanto, a simples inclusão dessa meta não representa a garantia de sua exequibilidade, daí a necessidade da participação ativa em todos espaços de disputas em que se debate política educacional nesse país.*

*As metas do PNE devem fazer parte da pauta de todos os segmentos sociais e políticos, visando a erradicação do analfabetismo, ampliação das matrículas para educação básica e ensino superior, implantação do sistema nacional de educação, efetivação da gestão democrática, valorização dos profissionais da educação, promoção do respeito aos direitos humanos e, principalmente, a superação das desigualdades educacionais.*

*O processo de acompanhamento e execução do PNE demandará reflexão, discussão e ações políticas das entidades da sociedade civil. Trata-se de uma dinâmica desafiadora, para que se materialize um plano que traduza uma perspectiva de educação pública e de qualidade.*

*O resultado consolidado no documento final da CONAE, que são documentos legais, não são textos isentos de tensões e correlações de forças ocorridas nos seus espaços de consolidação. Sendo assim, há a necessidade contínua de disputar as pautas da classe trabalhadora, defendendo o acúmulo construído nos Congressos Nacionais de Educação – CONEDs - realizadas pela sociedade brasileira.*

*A atuação da FASUBRA nesse espaço de disputa constante será norteada pelo Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores, subsidiando a ação política do conjunto da categoria nas Conferências em seus níveis municipais, estadual e nacional. Daí a necessidade de atuação positiva dessa entidade, visando a sua disputa nos espaços institucionais que couber.*

*Cabe ainda debater a atuação da FASUBRA na continuidade da defesa do Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores. O fato do Projeto não ter sido aprovado no Congresso Nacional não significa o abandono das teses ali contidas acerca de modelo de Universidade, que pode ser*

*aplicado às IFES, no gozo de sua autonomia. Para isso é necessário a aprovação de Plano de Ação que oriente a ação política das entidades de base.*

*Com esse entendimento avaliamos que a conjuntura que se avizinha cobrará da Federação a formulação e disputa de projetos, buscando moldar a Universidade aos desafios que o novo milênio apresenta.*

*A transformação da educação superior brasileira para atender aos anseios da sociedade na construção de um país desenvolvido, soberano, democrático, com autonomia de decisão sobre o seu destino é premente nesse início de século. Para tanto, a construção de um sistema nacional integrado de educação superior contribuirá para a organicidade do sistema em todo país.*

*A qualidade das universidades públicas federais é ferramenta indutora para o desenvolvido nacionalmente articulado, bem como para que estas sejam o modelo de referência para o conjunto do sistema nacional, reafirmando-se assim o papel essencial do financiamento do Estado à educação pública superior.*

*Pautamos esse debate nesse XXII CONFASUBRA, pois o mesmo está vinculado a necessidade de uma ação mais protagonista da FASUBRA nos espaços de disputa de políticas educacionais. Não podemos conceber um sistema educacional, sem que o mesmo inclua uma concepção de universidade como instituição social cuja prática acadêmico-científica e social seja fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e respaldar-se na ideia de autonomia do saber, isto é, na liberdade acadêmico-científica.*

*No tocante a luta geral de temas de interesse do conjunto da sociedade, a FASUBRA deve se inserir, sem abandonar sua ação setorializada, coletivamente construída com o conjunto da categoria. Essa postura precisa estar comprometida com a busca da construção de um projeto solidário e comprometido com os anseios dos trabalhadores da educação e da maioria da população, que ainda se encontra excluída da Universidade.*

*Estes compromissos políticos dialogam com as diretrizes abaixo afirmadas, que apontamos como Plano de Lutas para a nossa intervenção articulada e qualificada nos espaços de disputas:*

*Lutar pela autonomia das escolas e das universidades na elaboração do projeto político pedagógico, de acordo com as*

*características e necessidades da comunidade, com financiamento público e gestão democrática, com a perspectiva da consolidação do sistema nacional de educação.*

*Lutar pela Democracia do ensino superior, ampliando as redes de instituições educacionais, os recursos humanos devidamente qualificados, o número de vagas com políticas de permanência e assistência, fortalecendo o caráter público, gratuito da educação brasileira em todos os sistemas de educação.*

*Lutar pela implementação da gestão democrática nos sistemas de educação nas instituições de ensino.*

*Lutar pela valorização dos trabalhadores da Educação em sua formação básica e continuada, carreira e salário.*

*Defender a autonomia universitária, articulada à democracia.*

*Incentivar debates quanto à valorização das universidades públicas como instituições estratégicas.*

*Lutar pela revogação da Lei 9192 - Escolha de reitores. As eleições devem ser no mínimo paritárias, devendo tal processo esgotar-se no âmbito das próprias universidades.*

*Lutar pela composição democrática e paritária, nos órgãos Colegiados Superiores em todas as instituições de ensino públicas.*

*Lutar pela instituição de Conselhos Sociais nas Universidades, com representação da sociedade civil organizada.*

*O Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores encontra-se na Câmara dos Deputados e precisa ser recuperado.*

*É necessário institucionalizar um Fórum permanente de debate acerca da Universidade, resgatando o modelo da Agenda Autonomia Universitária de 1994.*

*Reafirmando nosso compromisso com a luta pela transformação social, esperemos que a FASUBRA participe ativamente das discussões sobre as condições para a definição de políticas educacionais que promovam a inclusão social, democratização do acesso e da gestão e o respeito à diversidade.*

*Nós adoramos a folha de rosto deste modelo. Mas também achamos que você deve ter outras opções. Na guia Inserir,*

clique em Folha de Rosto para ver uma galeria de opções. E não se preocupe com o texto que você já adicionou a essa página. Ele ainda estará lá depois que você escolher outra folha de rosto.

Se você gosta da folha de rosto, mas prefere mostrar sua própria foto, basta clicar na imagem e depois clicar em Alterar Imagem.

### OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

*O direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia: uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões, culturas e raças que a compõem têm espaço para se manifestar. Assim, o compromisso da FASUBRA, enquanto entidade do movimento social, deve ser o de promover o direito humano à comunicação, em articulação e mobilização com diferentes atores; fortalecer as lutas sociais a partir do compartilhamento de pautas e demandas com os movimentos sociais, trabalhando juntamente com as entidades que atuam em defesa de uma comunicação libertária, construída por meio da autonomia, dignidade e participação de todas as pessoas, para que este direito seja apropriado e exercido pelo conjunto da sociedade.*

*Para isso, é necessário que busquemos avançar na implementação de um sistema nacional de comunicações, com um marco regulatório balizado pelo interesse público, a diversidade e a democracia e que respeite, promova e proteja o direito humano à comunicação no Brasil; que atuemos no sentido de estimular, reforçar e construir práticas, mecanismos e processos de participação pública e social na comunicação para a garantia desse direito humano; que busquemos fortalecer as ações que visem a uma comunicação popular, comunitária, independente, alternativa e livre, bem como a produção e difusão de conteúdos plurais e diversos, promovendo uma mídia mais plural, diversa e democrática.*

*Em recente reunião de representantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) com o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, foi cobrado do governo a abertura de um amplo debate sobre um novo marco legal para as comunicações. A organização também apresentou o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Comunicação Social Eletrônica, conhecido como Projeto de Lei da Mídia Democrática, cobrando do ministério um papel político, e não*

*meramente técnico, para a discussão das políticas públicas de comunicação que garantam pluralidade e diversidade na mídia brasileira. O FNDC solicitou, ainda, abertura de mesa de diálogo permanente entre o governo e as entidades da sociedade civil que atuam em prol da democratização da comunicação. O FNDC propõe a discussão de políticas públicas que ampliem a liberdade de expressão e o direito à comunicação.*

### AÇÕES URGENTES

*A Coordenação Executiva do FNDC entregou também ao ministro documento que lista algumas ações de curto prazo que não dependem de marco regulatório mais amplo. É o caso do controle de emissoras por políticos; o combate e fiscalização sobre o arrendamento e subconcessões de canais de radiodifusão; garantia do respeito aos limites da concentração de propriedade já existentes; responsabilização das emissoras por violações de direitos humanos na programação; procedimentos mais democráticos na concessão e renovação de outorgas; envolvimento da pasta na garantia da classificação indicativa e fortalecimento do sistema público (financiamento e universalização) e uma política de fortalecimento e descriminalização das rádios comunitárias, entre outros.*

*Ampliar a discussão sobre a regulação democrática da mídia no Brasil é, antes de tudo, desconstruir a noção de que é um debate entre quem defende a censura e quem é contra a censura. Este é um debate de quem quer a liberdade de expressão não como mercadoria ou como privilégio de grupos que não representam os interesses da sociedade como um todo. Existe, hoje, um estigma muito forte de que qualquer regulação cercearia a liberdade de expressão dos meios de comunicação, o que não é verdade. O que é necessário é desmistificar essa pauta, mostrar que regulação não é censura. O Segundo o ministro Berzoini, a ideia do governo é realizar eventos amplos que deverão envolver movimentos sociais, empresários e gestores para o levantamento de propostas e ideias para a construção de um novo marco regulatório das comunicações, que deverão ser lançados ainda no primeiro semestre deste ano. A nós, que queremos mudança na área, cabe disputar as nossas propostas de democratização da comunicação no Brasil.*

### ASPECTOS EM DISPUTA - MARCO REGULATÓRIO DAS COMUNICAÇÕES



*Há pelo menos quatro razões que justificam um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil. Uma delas é a ausência de pluralidade e diversidade na mídia atual, que esvazia a dimensão pública dos meios de comunicação e exige medidas afirmativas para ser contraposta. Outra é que a legislação brasileira no setor das comunicações é arcaica e defasada, não está adequada aos padrões internacionais de liberdade de expressão e não contempla questões atuais, como as inovações tecnológicas e a convergência de mídias. Além disso, a legislação é fragmentada, multifacetada, composta por várias leis que não dialogam umas com as outras e não guardam coerência entre elas. Por fim, a Constituição Federal de 1988 continua carecendo da regulamentação da maioria dos artigos dedicados à comunicação (220, 221 e 223), deixando temas importantes como a restrição aos monopólios e oligopólios e a regionalização da produção sem nenhuma referência legal, mesmo após mais de 25 anos de aprovação. Impera, portanto, um cenário de ausência de regulação, o que só dificulta o exercício de liberdade de expressão do conjunto da população.*

*A ausência deste marco legal beneficia as poucas empresas que hoje se favorecem da grave concentração no setor. Esses grupos muitas vezes impedem a circulação das ideias e pontos de vista com os quais não concordam e impedem o pleno exercício do direito à comunicação e da liberdade de expressão pelos cidadãos e cidadãs, afetando a democracia brasileira. É preciso deixar claro que todos os principais países democráticos do mundo têm seus marcos regulatórios para a área das comunicações. Em países como Reino Unido, França, Estados Unidos, Portugal e Alemanha, a existência dessas referências não tem configurado censura; ao contrário, tem significado a garantia de maior liberdade de expressão para amplos setores sociais. Em todos estes países, inclusive, existem não apenas leis que regulam o setor, como órgãos voltados para a tarefa de regulação. A própria Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos destaca, em sua agenda de trabalho, o papel do Estado para a promoção da diversidade e pluralidade na radiodifusão.*

### MARCO CIVIL DA INTERNET

*O caráter da Internet e os direitos e deveres dos usuários da rede são objetos de consulta pública promovida pelo Ministério da Justiça por meio de uma plataforma virtual. Ela trata da minuta do decreto presidencial que vai regulamentar o Marco Civil da Internet. Não é exagerado afirmar que o que está em*

*jogo é o futuro das comunicações no Brasil. Com a consulta, tem início nova batalha. O desafio é garantir uma regulamentação que assegure os avanços conquistados com a aprovação da norma, no ano passado. Um dos pontos mais sensíveis é a neutralidade de rede, princípio que estabelece que todo o conteúdo que trafega na rede mundial de computadores deve ser tratado igualmente.*

*Também está em questão a proteção dos usuários. O Marco Civil já garante que os dados pertencem a eles e que a venda de informações pessoais ou sobre acesso pelas empresas só pode ocorrer com a autorização expressa do internauta. Ocorre que muitas vezes essa permissão é dada quase que automaticamente, por meio de cliques rápidos em links acompanhados por explicações em letras miúdas, ou mesmo sem informações acessíveis. É preciso criar padrões que assegurem maior clareza sobre procedimentos de segurança e de sigilo adotados pelas empresas e sobre o uso dos nossos dados pessoais. Além disso, tendo em vista que os registros deverão ser guardados pelos provedores para que possam ser acessados em caso de determinação judicial, a regulamentação deverá tratar dos padrões de segurança para a guarda e disponibilização desses dados.*

*A regulamentação do Marco Civil deve tratar também a questão do acesso, dos princípios e objetivos que apontam para a essencialidade do serviço de acesso à Internet e para a garantia de que este seja assegurado a todos os brasileiros. Uma primeira mudança que deve fazer parte do detalhamento da lei é fazer com que este serviço possa ser prestado em regime público, ou seja, que haja obrigações de universalização, de continuidade do serviço e controle maior sobre as tarifas e seus reajustes.*

*O Marco Civil também traz em seus artigos diretrizes para a atuação do Poder Público em suas várias esferas. A regulamentação pode consolidar um sistema nacional de governança calcado no papel protagonista do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) e na criação de comitês congêneres nos estados para acompanhamento das metas e da prestação dos serviços, de modo que este sistema de governança seja transparente, aberto e permeável à participação da sociedade.*

*Todos esses aspectos são fundamentais para resistir à transformação da Internet em um espaço cerceado e pautado por interesses privados e para fortalecer a luta por direitos no ambiente virtual. Uma vez mais, a batalha será intensa, afinal não são poucos ou frágeis os grupos que se opõem a um*

*ambiente livre e pautado pela compreensão da comunicação como um direito fundamental.*

## CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

*O Código Brasileiro de Telecomunicações completará 53 anos no dia 12 de agosto de 2015. Ou seja, a lei que regulamenta o funcionamento das rádios e televisões no país é de outro tempo, de outro Brasil. Em 50 anos muita coisa mudou. Superamos uma ditadura e restabelecemos a democracia; atravessamos uma revolução tecnológica e assistimos a um período de mudanças sociais, políticas e econômicas. A lei é ultrapassada e não representa os novos valores e demandas na comunicação brasileira. São mais de 50 anos de negação da liberdade de expressão e do direito à comunicação para a maior parte da população. E por isto é necessária uma nova lei, que dê conta deste tempo que vivemos, de afirmação da pluralidade e da diversidade, de busca do maior número de versões e visões sobre os mesmos fatos, plural também na comunicação.*

*Estão em disputa, ainda, aspectos relativos aos temas como Legislação e regulação da comunicação social; Tecnologia digital e mudança social; Concentração dos meios e conglomerados de mídia; Alfabetização para leitura crítica da mídia; Radiodifusão pública e comunicação comunitária.*

## ATUAÇÃO

*A FASUBRA Sindical, articulada com outras entidades da sociedade civil e de órgãos que atuam em defesa da comunicação democrática e plural, precisa se engajar, realizar, apoiar e participar de debates e campanhas que tenham os seguintes objetivos:*

- Acompanhamento e fiscalização das ações do Executivo, Legislativo, Judiciário e de empresas, públicas e privadas, prestadoras de serviços de comunicação;*
- Sensibilização de pessoas e grupos, organizados ou não, com participação em espaços de debates e produção de material de referência sobre o tema;*
- Articulação política com movimentos sociais e organizações, por meio da participação em fóruns e redes que tenham também como pauta a democratização da comunicação;*
- Monitoramento das violações do direito à comunicação, com formulação de denúncias e envio das mesmas aos órgãos nacionais e internacionais;*

*• Formação para a interação crítica com a mídia, para a intervenção nas políticas públicas de comunicação e para a prática que incentive outra comunicação, popular e comunitária.*

*• Buscar soluções e caminhos capazes de fortalecer a mídia pública no país, visando a: Ampliação e fortalecimento das emissoras já existentes no campo público (estatais, culturais, comunitárias, educativas); Aumento da participação civil nas empresas públicas de comunicação, através de instâncias deliberativas e consultivas, com participação de representantes da sociedade civil criteriosamente estabelecida e objetivada; Estipular metas em torno de percentuais a serem cumpridos quanto ao desenvolvimento entre os sistemas público, privado e estatal (seja através de cotas na concessão de canais, seja através de fomento e políticas públicas de desenvolvimento para atingir tal equilíbrio); Fomento à produção independente e fortalecimento da cadeia produtiva entre os canais e emissoras do campo público; criação de fundos para fomento do sistema público de comunicação; Criação de tributos ou redirecionamento de tributos já existentes para financiamento direto da comunicação pública; Tributação do sistema comercial para financiamento do sistema público; Reformulação e maior objetivação dos critérios e normas de distribuição da publicidade institucional do Governo Federal a fim de corrigir distorções e contemplar as emissoras do campo público; Investimento e políticas públicas que garantam o devido processo de migração do sistema analógico para o sistema digital nos canais públicos; Criação de rede pública ou operador único digital, capaz de integrar os canais públicos e baratear a transmissão em rede; Incorporação legal dos canais comunitários como um serviço público de comunicação e desburocratização das concessões para tais veículos; Aumento do número de canais destinados para emissoras comunitárias e aumento da potência em que operam; Criação de TVs comunitárias em sinal aberto.*

## A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA FASUBRA SINDICAL

*A FASUBRA Sindical tem definida uma política de comunicação, sendo estabelecidas normas de funcionamento dos seus veículos informativos, bem como outras, relativas às suas publicações. Embora em funcionamento, as ferramentas da comunicação institucional não têm atendido, de forma eficaz, às demandas de um público cada vez mais exigente nas suas formas de comunicar, instantâneas e mediadas pelas*



*novas tecnologias, que possibilitam às pessoas se apropriar de informações diuturnamente, em tempo real.*

*Dentre as atribuições da Coordenação de Formação e Comunicação Sindical da FASUBRA no último período esteve a implementação do Regimento Interno para o Conselho Editorial da Federação, que prevê, dentre outros, o que se segue: definir a política editorial de comunicação com a sociedade em geral, em consonância com a política da FASUBRA Sindical; desenvolver ações destinadas a garantir a execução da política editorial estabelecida; analisar propostas de publicação enviadas pela DN, representações da FASUBRA e entidades de base; propor medidas destinadas ao aprimoramento da comunicação da FASUBRA Sindical; estabelecer as diretrizes gerais e definir as linhas específicas de comunicação com a sociedade em geral; elaborar e propor ao Pleno da DN o Plano Editorial (PEd), determinando políticas e estratégias; definir normas e critérios de prioridades para encaminhamento de produções a serem apreciadas e publicadas; apreciar e aprovar normas para as publicações a serem editadas nos diversos meios de comunicação da entidade; aprovar o relatório anual de acompanhamento e avaliação do PEd em curso e encaminhá-lo ao Pleno da DN; apreciar assuntos atinentes ao Conselho Editorial que lhe sejam submetidos por representantes de entidades de base.*

*Para o novo período, é fundamental se pensar o avanço nas formas de comunicação com o seu público-alvo, por meio da ampliação, modernização e planejamento estratégico em comunicação. Fundamental, ainda, é a realização, juntamente com as entidades de bases, de encontros e eventos formativos, visando à melhoria dos canais de informação.*

*Um dos principais objetivos da comunicação institucional é o estabelecimento de relações duradouras com seus públicos. Isso é possível através de ações personalizadas e segmentadas, tomando como base a análise periódica das informações obtidas, objetivando identificar as necessidades dos públicos-alvo. Estas ferramentas da comunicação institucional visam atingir todos os públicos envolvidos, internos e externos. Posteriormente ao conhecimento dessas necessidades e demandas, devem ser elaboradas ações de acordo com os objetivos da Federação. Neste sentido, as publicações organizacionais em veículos virtuais ou físicos, são importantes instrumentos da comunicação institucional que podem ser utilizadas tanto para o público interno quanto para o externo. Um dos principais objetivos das publicações organizacionais é combater o desconhecimento a respeito da*

*entidade, promover a integração entre os públicos ligados a ela, ao mesmo tempo em que se possa projetar a Federação assegurando, aumentando e melhorando os relacionamentos e fortalecendo os vínculos com as entidades de base e a Categoria.*

*Neste sentido, é necessário que a comunicação organizacional da FASUBRA Sindical seja tratada de forma profissional, porém democratizada e o menos burocratizada possível. É preciso que os canais da entidade sejam utilizados para servir ao seu propósito público, evitando a personalização, a centralização, o uso indevido e, em especial, o desgaste produzido pela manipulação de informações ou o estabelecimento de privilégios daquilo que é de direito de todos/as, igualmente.*

### SEGURIDADE SOCIAL

*A SEGURIDADE SOCIAL, segundo o art.194 da Constituição Federal do Brasil (1988), constitui-se num “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. É, constitucionalmente, o sistema de maior importância para todos os cidadãos, pois trata da segurança e proteção social, integrando estes três grandes Programas Sociais: Saúde, Previdência e Assistência social.*

*Saúde - De acordo com a CF(art.196), “a Saúde é direito de todos e dever do Estado.”É o mais importante tripé da SEGURIDADE SOCIAL pelo seu caráter amplamente social. Por isso, deve ser assegurada a todos, sem distinção de gênero, raça, religião, etnia, condição econômica e classe social, etc., e não pode ser exigida contribuição dos beneficiários, vez que compete ao Estado garantir a saúde a todos. Para desenvolver as ações nessa área foi criado o Sistema Único de Saúde, que é composto de órgãos municipais, estaduais e federais e está ligado ao Ministério da Saúde. A política nacional de saúde é regulamentada pelas leis 8.080 e 8.142/90.*

*Para melhor entender-se o funcionamento desse sistema, leia-se as ações que lhe são pertinentes: executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, e as da saúde do trabalhador; participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho; incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico; fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e águas para o consumo humano; participar da*

produção de medicamentos, equipamentos e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde. Ressalte-se que as ações não se atêm apenas à área médica, mas, estende-se, também, a medidas preventivas para solucionar problemas sociais quanto ao bem-estar da população nas áreas sanitárias, educacionais, alimentares, ambientais, etc., com vistas a evitar situações de risco, infortúnios, endemias, epidemias, etc.

Previdência Social - Diferentemente da “Saúde”, que não exige contribuição dos beneficiários, a Previdência Social, segundo a CF (art.201) é o sistema ao qual qualquer pessoa (brasileira ou não) que desenvolva alguma atividade com carteira de trabalho assinada é obrigada a se filiar e a contribuir e, em contrapartida, fica amparada financeiramente bem como seus dependentes, por meio de benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões, auxílios, etc.), em razão de contingências sociais ou de infortúnios, tais como: morte, reclusão, invalidez, velhice, doença, acidente do trabalho, desemprego involuntário, ou, ainda, em outras situações previstas em lei, como a maternidade. Este segmento da SEGURIDADE SOCIAL abrange, pois, os trabalhadores e seus dependentes previstos na Lei 8.213/91 e legislação complementar (cônjuges, companheiros, pais, filhos e irmãos menores não emancipados e menores de 21 anos, etc.). Contudo, a contribuição é compulsória tanto para o trabalhador como para o empregador, cabendo a cada um sua parcela respectiva de contribuição.

Além dos trabalhadores com vínculo empregatício, podem ser segurados da Previdência Social, de maneira facultativa, profissionais autônomos ou pessoas que não assumem trabalho remunerado, mas querem contribuir, voluntariamente, para o sistema, tais como: estudantes, donas de casa... Estes contribuem com vistas a poderem gozar dos benefícios previdenciários, sem o que não teriam acesso. Sabe-se que, afora a Previdência Social de responsabilidade do Estado, há também instituições ou fundações privadas que mantêm sistemas de previdência complementar, visando, complementar os salários e assegurar benefícios previdenciários aos seus segurados.

Daí, pode-se concluir que a Previdência Social, em geral, é um tipo de seguro em vista do futuro, exigindo, no presente, contribuição dos seus diversos segurados.

Assistência Social - Como o título expressa seu caráter assistencial, a Assistência Social é um dos tripés da SEGURIDADE SOCIAL cujo fim é atender às

pessoas mais carentes da sociedade, sem condições do próprio sustento. Igualmente à “Saúde”, não exige contribuição social, como preceitua a CF (art.203): “a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos (...)”. Então, este programa visa oferecer o básico para minimizar estado de extrema necessidade às pessoas assistidas, haja vista seus objetivos constitucionais: proteção da família, da maternidade, infância, adolescência e velhice; amparo às crianças e adolescentes carentes; promoção da integração ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção da sua integração à vida comunitária; garantia de 1 salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a sua própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família. Como os outros da SEGURIDADE SOCIAL, o Estado é responsável pelas ações da Assistência Social, que a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. De fato, a Assistência Social tenta suprir falhas da Previdência Social que, em face de seu caráter contributivo, termina deixando “de fora” os mais necessitados, agravando-lhes suas carências e acirrando as desigualdades sociais.

### A SEGURIDADE SOCIAL NA ATUALIDADE

Contextualizando, pressupõe-se que a SEGURIDADE SOCIAL deveria ser um instrumento capaz de levar o Brasil à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, promovendo o bem-estar de todos os brasileiros; minimizando as desigualdades sociais e erradicando a pobreza, a miséria, a fome, o analfabetismo que dão como consequência a marginalidade, a violência e a morte de crianças e jovens. Porém, a população continua enfrentando as mesmas dificuldades de sobrevivência. É verdade que, nos últimos governos, pessoas saíram da situação de extrema miséria, por conta de programas sociais, como: Bolsa Família, Mais Médicos, Sem Fronteiras, etc. e emergiram para uma classe mais condizente com a dignidade humana.

Todavia, as ameaças aos trabalhadores e a população em geral continuam: as mazelas crônicas de uma educação e uma saúde pública deficitária e de péssima qualidade; hospitais superlotados e pessoas morrendo por falta de atendimento médico; leis feitas para prejudicar ou suprimir direitos dos trabalhadores, etc., a exemplo das reformas previdenciárias que, até hoje, a classe trabalhadora luta para reverter seus efeitos nefastos, da criação da EBSEH, do FUNSPREV.

Agora, já bem recentemente, os trabalhadores foram, mais uma vez, surpreendidos pela emissão de medidas provisórias que ferem direitos previdenciários, com a mudança nas regras de pensões, seguro-desemprego, auxílio-saúde. E o que se vê na mídia são afirmações do novo Ministro da **Previdência Social**, Gabas ressaltando que “sua gestão não reduzirá **direitos dos trabalhadores** e que as medidas anunciadas pelo governo federal, mudando essas regras não retiram direitos, apenas corrigem distorções para garantir a sustentabilidade da Previdência”, complementando, ainda, que “com o comprometimento de todos, continuaremos fazendo as mudanças necessárias. Continuaremos trabalhando para a sociedade brasileira”.

Obviamente, para a classe trabalhadora que sofrerá as consequências dessas medidas, esse discurso não condiz com a prática. O que o Brasil precisa mesmo é de políticas de inclusão social mais concretas, com menos discursos e mais ações que tirem os Programas Sociais do papel e os tornem uma realidade para o povo brasileiro, principalmente para os mais carentes da sociedade.

### OS NOVOS SERVIDORES E A FUNPRESP

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE) foi criada pela Lei nº 12.618 aprovada em 30 de abril de 2012, e regulamenta o parágrafo 15, do artigo 40, da CF/88, redação dada pela EC 41/03 (reforma da Previdência no governo Lula). Foi estruturada na forma de fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado, goza de autonomia administrativa, financeira e gerencial e tem sede e foro no DF. É entidade da Administração Indireta, está obrigada a fazer licitação e, como é uma entidade de Direito Privado, todo o pessoal contratado é por seleção pública, portanto contratação via da CLT (celetista).

O plano de benefício da FUNPRESP é de contribuição definida, pois a pessoa sabe o valor da contribuição que terá que fazer, mas infelizmente não sabe qual será o valor que receberá, pois a aposentadoria estará sujeita aos riscos do mercado financeiro, tanto o brasileiro quanto o internacional, já que vivemos num mundo globalizado e tudo que acontece lá fora nos atinge aqui.

A FUNPRESP poderá falir, uma vez que os investimentos realizados estarão quase todos intimamente interligados ao mercado financeiro, tais como altos e baixos da bolsa de

valores, quebra de instituições financeiras, calote nos títulos da dívida pública e outras formas de investir (mal) o dinheiro do fundo de pensão. Desta forma, caso aconteça uma crise como ocorreu em 2008 com os Estados Unidos, e em 2012 com a Europa, que arrastou o restante do mundo e trouxe consequências para o Brasil. A origem da crise ‘da dívida’ no setor financeiro do EUA decorreu do excesso de emissão pelos bancos de “papéis financeiros” sem lastros, isto é, sem garantias reais, pela desregulamentação e autonomia do setor bancário americano.

Acontecendo a falência da FUNPRESP, quem arcará com o prejuízo de não ter o valor da aposentadoria complementar é o próprio servidor e não o governo. Como o fundo depende do mercado financeiro e dos supostos investimentos que a FUNPRESP fizer, se o investimento for em ações na bolsa de valores e, a bolsa cair ou ocorrer um colapso, o prejuízo será distribuído entre todos que aderiram ao fundo, mesmo que o servidor não tenha dado permissão para o investimento. A previdência complementar é um investimento de risco. Pode-se ganhar ou pode-se perder, assim como já aconteceu com outros fundos de pensões que faliram no Brasil, a exemplo do GBOX, CAPEMI, MONTEPIO etc.

Com a criação da FUNPRESP o governo lavou as mãos e entregou o destino dos novos servidores a um jogo de risco, dependendo do mercado financeiro, sem órgão que garanta seus direitos. Deixou os novos servidores à mercê dos lucros implacáveis que propiciam largas negociações com a criação do fundo mais poderoso existente no país, e que poderá eleger ou derrubar presidente, dentre outras situações. A gestão dessa entidade vai capitalizar, se nada der errado, fortunas pelos próximos 30 anos, até que chegue a hora de efetuar pagamentos aos servidores. E o pior é que o próprio governo não faz a menor ideia do que pode acontecer. No mínimo é um modelo incerto e que já demonstrou ser equivocado em outros países da Europa, no EUA, no Chile e há muito pouco tempo na Argentina.

Propomos que a FASUBRA lute pela revogação desta lei e faça campanhas para que os novos servidores não façam a adesão a FUNPRESP. É preciso, ainda, que a Federação se debruce no estudo da temática, buscando alternativas para os novos servidores públicos, que já entram nas instituições com desvantagens reais para o futuro.

### HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS X EBSERHS

### Nossa visão estratégica dos Hospitais Universitários:

Na sequência do debate sobre a Saúde Pública, no Brasil, cabe um capítulo especial com abordagem específica sobre os Hospitais Universitários, que, como se sabe, são unidades acadêmicas que não podem ser dissociadas do viés ensino (formação técnica à graduação, residência e pós-graduação), pesquisa e extensão para cumprir sua missão social sem esquecer que seu papel vai muito mais além, pois, efetivamente, desenvolve atividades de atenção à saúde da população usuária do SUS. Por isso mesmo, sua dinâmica de funcionamento contempla a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, articulando-se com toda a rede de saúde, da atenção básica à alta complexidade, levando em conta as características e peculiaridades da região e do território onde está inserido.

Assim, recuperar a missão dos HUs de gerar conhecimento e saber através de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, atendimento de qualidade à população, local de excelência e referência em termos de saúde e efetivação de políticas públicas se mostra cada vez mais urgente porque o seu papel vai muito além da assistência, visto que é parte fundamental do processo de formação em todos os cursos da área de saúde. Para que os HUs cumpram com o seu papel de formador, de atendimento qualificado do cidadão, da promoção da saúde e do acesso à alta tecnologia nessa área é urgente recuperar sua imagem junto à população. Nesse sentido, reafirmar o verdadeiro papel dos HUs é recuperar o seu caráter público, assim como buscar fontes viáveis de financiamento são bandeiras fundamentais para a defesa do SUS.

A busca por soluções para a crise que assola os HUs passa pela efetivação da Autonomia Universitária, prevista no art. 207 da Constituição Federal; pelo fortalecimento dos espaços democráticos de diálogo e debate dentro das IFES; por condições dignas de trabalho.

É imprescindível que seja feita revisão imediata dos Termos de Adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH que tem demonstrado não ser instrumento viável para solucionar os problemas. A mudança do modelo de gestão dos HUs, adotando a precarização das forças de trabalho vez que, com a adesão a essa Empresa (apesar das lutas e resistência da Comunidade Universitária), os problemas já existentes só aumentaram, agravando ainda mais as relações de trabalho e distorcendo o seu papel de formador.

A EBSEH como modelo de gestão fere a Autonomia Universitária e fragiliza o papel primordial dos HUs, trazendo prejuízos para a formação acadêmica nas Universidades e comprometendo a qualidade da assistência a população atendida nestes hospitais.

A retomada dos HUs como instrumento vital para a missão das IFES na formação dos profissionais que atuam na área da saúde é urgente e só se dará com a continuidade da luta contra todas as formas de terceirização e quarteirização, como ocorre no caso da EBSEH. É de suma importância para o cumprimento de sua missão junto a sociedade e na consolidação do direito à saúde denunciar atos e ações contrários ao interesse público. Para tanto, é fundamental reafirmar o Projeto HU'S construído pela FASUBRA Sindical como plano de ação para recuperar a gestão destes hospitais para as IFES, tendo como essencial a participação da Comunidade Universitária e do Controle Social acompanhando, avaliando e fiscalizando as atividades.

Contribuindo com o fortalecimento dessa luta, a Federação conta o apoio do Conselho Nacional de Saúde, onde ocupa uma cadeira de Conselheira e participa de oito Comissões Temáticas que funcionam como instrumentos qualificados de assessoramento, tendo como missão: participar da formulação e do controle da execução da Política Nacional de Saúde, articular os órgãos de controle social do SÚS e mobilizar a sociedade brasileira em defesa do direito à saúde.

### CHOQUE DE REALIDADE: HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS SOB ÉGIDE DA EBSEH

A situação dos HU's que aderiram a EBSEH apresenta uma nova questão ao movimento sindical, que precisa ser debatida nesse congresso. Como garantir os HU's como unidades acadêmicas das Universidades? Necessidade de atualizar formas de lutas para garantir direitos e condições dos trabalhadores estatutários cedidos a EBSEH? Como lutar pelo isonomia de benefícios no mesmo ambiente de trabalho, vez que os trabalhadores dos HU's já reivindicam esse direito?

Estamos convictos de que, os trabalhadores cedidos não são propriedades da EBSEH. São trabalhadores da educação, vinculados ao MEC, mas o cotidiano do trabalho desenvolvido nos HU's, sob nova gestão e diferença gritantes do ponto de vista salarial e de benefícios, compromete a relação entre os trabalhadores da EBSEH e Estatutários, e conseqüentemente a qualidade do atendimento.



Nesse sentido, nesse XXII CONFASUBRA temos necessariamente que aprofundar alguns debates: Com relação a avaliação desempenho: Qual o modelo adotado - da EBSEERH ou da Universidade? Essas questões precisam ser respondidas ou debatidas, para instrumentalizar a ação de nossas entidades. O combate a EBSEERH como modelo de gestão, a defesa dos trabalhadores, sejam estatutários ou celetistas deve continuar sendo uma prática dessa Federação. Da mesma forma a luta em defesa da concepção construída pela FASUBRA de Hospitais Universitários, como unidade responsáveis pela formação e produção do conhecimento deve retomada.

A finalização de contratação de pessoal para os HU's via RJU, apresenta um triste cenário. No máximo em 10 anos não teremos mais trabalhadores estatutários nos Hospitais Universitários, pois a maioria já serão aposentados. Como fica a relação desses trabalhadores com a Universidade de os sindicatos não assumirem sua representação.?

Cabe registrar que desde os primeiros ensaios do governo em instituir um novo processo de gestão dos HUs como forma de superação da crise da saúde, nossa categoria tem se manifestado de forma contrária a estas iniciativas. A vitória do governo com a criação da EBSEERH, no entanto não se consolidou: a crise dos HU'S continua e para o movimento sindical, os desafios são ampliados.

Entretanto este processo de contratação da EBSEERH pelas universidades está em curso e numa perspectiva de irreversibilidade. A Federação mantém sua luta contra este modelo de gestão, da mesma forma que luta constantemente contra o modelo de terceirização e de fundações privadas nas Universidades, vez que não coadunam com a concepção de modelod e estado defendido pelo movimento.

A aprovação da Lei da EBSEERH, mesmo com a resistência localizada em algumas Universidades, coloca um questionamento a FASUBRA. Como atuar na defesa dos trabalhadores da EBSEERH, da mesma forma que os trabalhadores terceirizados. Vários sindicatos já incluíram em seus estatutos a base de trabalhadores da EBSEERH, mas a FASUBRA não os representa pois não assina a convenção coletiva.

Mantemos nossa posição contrária este modelo de gestão, mas daí ignorar a existência da EBSEERH aprofunda ainda mais nossas contradições abrindo espaço para que estes trabalhadores se organizem em outros sindicatos. A política

correta deveria ser então o ocorrido com as Fundações onde mantemos a mesma posição contrária ao processo de terceirização, porém reconhecendo sua existência e buscando junto aos seus gestores o atendimento as demandas de seus trabalhadores. Depreende disto formular políticas para aqueles trabalhadores e processo de negociação com os gestores sob pena de em não sendo desta forma, transforma-los tão somente em indicadores de representação dos sindicatos nos fóruns da FASUBRA.

### PLANO DE LUTAS

Que a FASUBRA reforce a luta pela aprovação do Projeto de HUs construído pela Federação, fazendo pressão nas diversas frentes: MEC, ANDIFES, Reitores das Universidades Públicas, Parlamentares;

Que a FASUBRA envie documento de denúncia ao Tribunal de Contas da União, Ministério Público, Supremo Tribunal Federal e onde mais competir sobre as incongruências da EBSEERH na administração dos HUs;

Que a FASUBRA construa ações ostensivas a serem desenvolvidas pelas Bases para organizar os trabalhadores na fiscalização das atividades da EBSEERH;

Que a FASUBRA e as Entidades de Base orientem os trabalhadores para denunciar os prejuízos que a EBSEERH traz para a população, por meio das redes sociais;

Que a FASUBRA retome a campanha em prol dos HUs e contra a EBSEERH usando documento padronizado a ser entregue a ANDIFES, Reitores, Parlamentares e à população em geral.

Aprofundar o debate sobre a forma de atuar e de incorporar na luta da FASUBRA a organização dos vários trabalhadores com regimes e vínculos diferentes num mesmo ambiente.

Cobrar transparência das contas da EBSEERH.

Demonstrar a sociedade com as reestruturações ocorridas nos HU's sob égide da EBSEERH não aconteceram.

Combater os assédios que estão ocorrendo sob a gestão da EBSEERH, com os trabalhadores estatutários.

### TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE

Vale lembrar que, atualmente, os trabalhadores em geral e os Técnico-Administrativos em Educação das IFES, em particular, não têm se limitado a ações puramente economicistas, mas, de



## COLETIVO TRIBO

*forma crítica e propositiva, têm empreendido lutas em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que as Políticas Sociais possam se tornar uma realidade, de fato, principalmente para a população de baixa renda.*

*Assim é que esta Categoria tem procurado ocupar mais espaços nos diversos Fóruns propositivos de Políticas Públicas e no Controle Social, aqui, tratando-se mais especificamente da área da saúde. Vê-se trabalhadores participando das Mesas Municipais, Estaduais e Nacional de Negociação Permanente do SUS, nos Conselhos e nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Saúde, etc.*

*Nesses espaços do Controle Social a FASUBRA tem indicado trabalhadores qualificados que bem representam a Entidade, contribuindo para a construção e execução das Políticas Públicas na área da Saúde.*

*Só a título de exemplo, para se ter ideia da importante atuação desses trabalhadores é válido saber que a principal prerrogativa do pleno do CNS é aprovar instrumentos legais como Recomendações e Moções que tenham como objetivo garantir o cumprimento do direito do cidadão e da cidadã brasileira ao acesso a um Sistema de Saúde de Qualidade, direito do povo e dever do Estado. Para atingir esse objetivo, foram definidas as seguintes diretrizes:*

*Mobilizar a sociedade em defesa do Direito à Saúde e fortalecer os órgãos de Controle Social do SUS usando como ferramentas o fortalecimento da comunicação do CNS com a sociedade ampliando a visibilidade do controle social do SUS, da articulação dos órgãos de controle social visando uma atuação mais sistêmica e estratégica, repolitizar a reforma sanitária, assegurando a primazia dos serviços públicos de saúde no SUS, valorizar e qualificar o trabalho dos Conselheiros de Saúde em todos os níveis de gestão, fortalecer estruturas e processos de trabalho do CNS:*

*Fortalecer a participação dos órgãos do Controle Social na formulação da Política Pública de Saúde, usando como ferramentas o fortalecimento dos órgãos de participação social no controle da execução da política de saúde, a articulação de apoios para ampliação do financiamento do SUS e otimização da ampliação dos recursos públicos, o fortalecimento da política nacional de saúde indígena, respeitando a especificidade cultural desses povos, apoiar políticas dirigidas a Populações Vulneráveis – Quilombolas, LGBT, Ribeirinhas, do Campo e da Floresta e em Situação de Rua e o fortalecer o Sistema de*

*Participação Social na formulação e no controle da execução da Política de Saúde;*

*Contribuir para a valorização da força de trabalho do SUS e qualificar a formação profissional em saúde e o acesso dos profissionais do SUS à Educação Permanente usando como ferramentas o fortalecimento da Política de Saúde do Trabalhador, a participação na Formulação e Controle da Execução da política de Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde, da aproximação da produção do conhecimento e incorporação tecnológica na saúde às necessidades da população, assegurar mecanismos para a proteção dos participantes de pesquisa e valorização dos pesquisadores e o acompanhamento do desenvolvimento e da incorporação de tecnologias e insumos estratégicos em saúde no SUS;*

### PLANO DE LUTAS

*Que a FASUBRA participe e incentive as Entidades de Base a participar de atos e ações do Controle Social;*

*Que a FASUBRA dispute e oriente as Entidades de Base a disputar de espaços nos órgãos de Controle Social – Conselhos Estaduais, Regionais, Municipais e Nacional de Saúde, bem como de outros espaços de grande relevância como as Conferências também nos três níveis.*

### APOSENTADORIA

*A Aposentadoria é um dos benefícios previdenciários garantidos constitucionalmente e faz parte do universo da SEGURIDADE SOCIAL, mais precisamente do Programa da Previdência Social. Assim, toda pessoa que contribuiu para os Regimes da Previdência Social durante os anos em que esteve em atividade tem o direito de receber Aposentadoria paga pelo Governo, desde que cumpridos os pré-requisitos e atendidas as regras de idade e tempo de contribuição. Todavia, em que pese ser um benefício de suma importância para os trabalhadores porque é um determinante para sua vida futura, muitas vezes o valor recebido da Previdência Social não é bastante para seu sustento e manutenção do padrão de vida, com um nível de satisfação que haviam sonhado quando “entraram” na Aposentadoria. Mesmo porque, é na idade mais avançada que as pessoas requerem mais atenção à saúde e as suas necessidades físicas em vista das deficiências orgânicas advindas com o avançar dos anos.*

*Na contramão das necessidades prementes dos trabalhadores que se aposentam, surgem as dificuldades que lhes são impostas. E não é só pelo elemento “idade”, mas pelo preconceito da sociedade que vê o trabalhador aposentado como um inválido e, também, pelo próprio Estado, que é um devedor para com essas pessoas, uma vez que estas já contribuíram com parte de sua vida, com seu trabalho e, principalmente, com valores para os cofres públicos. A exemplo disso, vale lembrar expressões ditas, no passado, por autoridades governamentais que “taxaram” os aposentados como “vagabundos”, “peso para a sociedade”, porque, no entender daquelas esses trabalhadores só oneram os cofres da Previdência Social...*

*Afora essas questões preconceituosas contra os trabalhadores aposentados, pesam ainda sobre os seus ombros as Reformas Previdenciárias que, em vários momentos, mudaram as regras da Aposentadoria, suprimindo-lhes direitos. A solução que o Governo ofereceu para, hipoteticamente, minimizar os prejuízos advindos dos proventos com valores rebaixados é a criação de uma Previdência Complementar em que o trabalhador deverá pagar mais para receber uma complementação salarial que lhe possibilite “supostamente” uma vida melhor no futuro.*

*No caso dos trabalhadores aposentados das Instituições Federais de Ensino ainda há mais o agravante de um enquadramento equivocado na época da implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei 11091/95), carecendo hoje de um reposicionamento. Estas matérias são objetos de reivindicações incessantes dos trabalhadores aposentados que não dão trégua ao Governo e ao Parlamento e continuam organizando a luta para que essas leis sejam revogadas e seja feita justiça a esse segmento da Classe Trabalhadora.*

*Em resumo, os aposentados não querem ser tratados como “coitadinhos”, “velhos”, “peso para a nação” por conta de um falso déficit da Previdência Social... Pelo contrário, são trabalhadores que deram uma parcela de sua vida para construir este País e, portanto querem o respeito que merecem e o resgate dos seus direitos como seres humanos e cidadãos*

### **RESPEITO E DIGNIDADE – É O MÍNIMO QUE NOSSOS IDOSOS MERECEM**

*Afirmam, com propriedade, alguns sociólogos: “se quiserem medir o grau de desenvolvimento de algum país, basta olhar*

*como tratam suas crianças e seus idosos!” É sob essa premissa que se aborda a problemática do idoso no Brasil, a qual, apesar dos avanços, ainda tem muito que se fazer, para que se confira dignidade e respeito àqueles/as que ajudaram a construir essa nação.*

*Conforme pesquisa do IBGE, a população de idosos no Brasil (pessoas acima de sessenta anos) deverá triplicar em duas décadas, saltando dos atuais 22,9 milhões (cerca de 11,34% da população) para 88,6 milhões, alcançando 39,2% o que, segundo estudiosos, exigirá muito mais dos governantes, em termos de políticas públicas, que dispense atenção e assistência para esse contingente. Outros indicadores importantes dizem respeito à expectativa média de vida do brasileiro, que deverá, também, subir dos atuais 75 anos para 81 anos. E, ainda, o número de brasileiros/as acima de 60 anos (o que define a pessoa idosa, pelas pesquisas) continua aumentando, visto que em 2012 representavam 12,6% da população e já atingiu os 13%, em 2014. Por esse viés a população de idosos no Brasil já contabilizaria 26,1 milhões de indivíduos, acima do que foi aferido pela pesquisa anterior.*

*Ressalte-se, ainda, que a população dos que contam com mais de 40 anos já atingiu os 75,7 milhões de pessoas, ao passo que a população de crianças e adolescentes, de 0 a 19 anos, conta com 62,3 milhões de indivíduos. Nesse cenário destaca-se a região Sul, que tem a maior população de idosos, com 14,4 % do total e a Norte, com a menor, com 8,8 %. Um passo importante foi dado com a aprovação da Lei nº 10.741 de 01/10/2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, o qual estabelece a responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, no sentido de garantir à pessoa idosa prioridade absoluta na efetivação de seus direitos: à vida, à saúde, à boa alimentação, à educação, ao esporte e cultura, ao lazer, ao trabalho, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à boa e fraterna convivência familiar e social.*

*Diante deste cenário insere-se a FASUBRA, com seus 36 anos de existência, a serviço de uma categoria, que conta com aproximadamente 180 mil trabalhadores/as, entre os quais está o segmento dos idosos, com uma coordenação dedicada a defender direitos, preservando o que já foi alcançado, sem perder de vista a história dos que lutaram e conquistaram, inclusive, a ampliação do número vagas, para que outros, também, integrassem esse importante segmento do serviço público federal. Baseando-se então nos dados supracitados é plausível imaginar: aqueles que estream na história de lutas e conquistas da FASUBRA, ao iniciarem sua militância há 36*

anos eram, em sua maioria jovens, determinados a enfrentarem todas as adversidades, com destaque para a truculência dos governos. Portanto, muitos sofreram nos olhos e na própria pele a dureza da luta! Esses, no entanto, como é regra da vida, hoje estão idosos e mesmo assim, continuam determinados a continuarem contribuindo, desde que sejam devidamente acolhidos e respeitados.

Não é admissível que se reproduza, no meio dos TAE's, qualquer forma de ataque, preconceito ou exploração contra qualquer companheiro/a que tem a oportunidade e a vontade de permanecer, até o presente, entre os que estão na luta, apesar do fardo, que lhes impõe a idade e suas consequências. A FASUBRA tem que continuar defendendo e protegendo seus combatentes mais maduros, com a mais absoluta prioridade, mantendo a paridade como princípio e toda a agenda que visa conceder dignidade e respeito aos seus idosos, sejam aposentados ou não! Que se baseie, então, no seguinte:

A mocidade, em geral, não cria; utiliza, transformando-o, o legado que recebeu. Juventude e velhice não se opõem; completam-se na harmonia universal dos seres e das coisas. A vida não é só o entusiasmo dos moços; nem só a reflexão dos velhos; não está apenas na audácia de uns, nem apenas na experiência dos outros; realiza-se pela magnífica integração das virtudes contrárias, sem a qual não seria possível, em todo o seu esplendor, a marcha da humanidade.

(Júlio Dantas, in "Páginas de Memórias")

### JUVENTUDE TRABALHADORA

Grande parte da juventude trabalha de forma precarizada e em alta rotatividade. O pacote "Levy" atingiu diretamente os direitos sociais e trabalhistas. O primeiro emprego, com as mudanças nos prazos de carência ao seguro desemprego, amplia as dificuldades para os jovens trabalhadores. Anteriormente a essas modificações contidas na MP n° 665, bastava seis meses ininterruptos de trabalho para acessar pela primeira vez o benefício.

Análise publicada pelo IPEA, que aborda a rotatividade dos jovens no mercado de trabalho, aponta que a taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos é maior do que em qualquer outra faixa etária. Esse estudo mostra que além do desemprego, os jovens trabalhadores perdem seus empregos

com mais frequência do que os trabalhadores mais velhos, devido, em sua maioria, por trabalharem em setores econômicos que exigem pouca qualificação e que oferecem empregos instáveis, marcados pela precarização dos contratos de trabalho. Essa elevada rotatividade experimentada pelos jovens no Brasil é um fator que dificulta o aumento da sua produtividade e salários. A maior parcela da juventude trabalhadora tem remuneração de até um salário mínimo/mês.

Para corrigir esta desigualdade no mercado de trabalho, as chamadas políticas ativas de geração de emprego devem ser prioridade. Além de garantir o desenvolvimento sustentável, inibir a demissão imotivada, para isso a importância da ratificação da convenção n° 158 da OIT, além de investir em qualificação profissional são condições fundamentais para combater a insegurança da juventude no mercado de trabalho.

Pronatec, Prouni e Fies são políticas ativas para geração de emprego voltada para a juventude trabalhadora. As mudanças ocorridas no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) limitaram o uso simultâneo pelos beneficiários, sendo que os programas são utilizados absolutamente por jovens trabalhadores de baixa renda. Reduzir direitos sociais e trabalhistas para os jovens trabalhadores pode implicar no maior aumento desta parcela da população na pobreza e nos processos de precarização do trabalho, além de desproteger a maioria dos jovens que sofre com a alta rotatividade no mercado de trabalho.

Os jovens organizados na CUT denunciam que essas medidas para "corrigir distorções, abusos fraudes" contradizem com a continuidade das ações do governo que aprovou ao Estatuto da Juventude, em 2014, no qual os direitos ao trabalho e à educação são fundamentais. Dados da CAGED (entre os meses de janeiro e novembro de 2014) demonstram que entre os e as menores de 18 anos demitidos/as sem justa causa naquele período 78% estavam no emprego há menos de 12 meses. Na faixa de 18 a 24 anos esse percentual foi de 58% e entre 25 e 29 anos o índice foi de 48%.

### COMBATE ÀS OPRESSÕES

O conservadorismo que se mostra como alternativa nesta época de crise do capitalismo se apresenta em todos os seus aspectos, figurando nas estratégias econômicas e na organização social das populações e da mão-de-obra disponível no mercado. É sabido e quase repetitivo que interessa ao capital segmentar e classificar @s trabalhador@s

*sob os mais diversos aspectos: origem, cor de pele, gênero, orientação sexual, nível de instrução formal, classe social. Dessa forma, é possível criar níveis salariais diferenciados e, conseqüentemente, baratear os custos com mão-de-obra.*

*Isso se reflete diretamente nas relações de trabalho e até mesmo no movimento sindical organizado. O preconceito e a discriminação ao fazerem parte da cultura tomam lugar no local de trabalho, nas oportunidades de contratação, de capacitação e qualificação. No próprio movimento sindical um “segmento” ou outro pode ter dificuldade de ser representado ou ter suas necessidades atendidas.*

*A FASUBRA tem um bom histórico e acúmulo nas discussões sobre o combate às opressões e, embora presente atualmente um quadro de isolamento e estagnação em vários aspectos, sempre esteve na vanguarda das discussões de gênero, mulheres, raça e etnia e no último período mais intensamente nas discussões LGBT.*

*A luta contra todas as formas de opressão e discriminação deve ser encarada, por tod@s como uma atividade cotidiana. A luta contra o machismo, o racismo e a homofobia, mais recentemente denominada LGBTfobia (lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia) precisa ser o princípio norteador das nossas principais bandeiras de luta. Garantir a dignidade e o respeito no local de trabalho e na sociedade deve ser o alicerce de toda a luta sindical. Isso significa que as nossas lutas e reivindicações mais evidentes e notórias, que passam a ser geralmente o foco da nossa atuação, tais como, carreira, salários, política de governo, manutenção e conquista de direitos, devem por princípio incluir a tod@s e ser combinadas com a necessidade de garantir igualdade de oportunidades para toda classe trabalhadora.*

### **MULHER TRABALHADORA: PARA AS MULHERES, NEM MAIS NEM MENOS QUE PARA OS HOMENS.**

*Queremos igualdade de direitos, oportunidades e respeito às diferenças.*

As políticas públicas construídas para as mulheres durante os últimos anos no Brasil têm ampliado os direitos e o espaço da mulher na sociedade, a exemplo da ampliação do período da licença maternidade no serviço público para 180 dias. Mas as mudanças ideológicas são lentas e requerem nosso empenho. Modificar este quadro e abrir novos espaços para atuação

política e profissional é o desafio constante das mulheres e a FASUBRA deve entrar de cabeça nesta Luta. É de extrema importância que as mulheres conheçam seus direitos, atuam nas organizações sociais e se façam presentes em todos os espaços do movimento sindical e institucionais, discutindo políticas públicas, afirmando a sua qualidade enquanto sujeito social e político.

O resultado das eleições para o Congresso Nacional demonstra um refluxo no espaço ocupado pela mulher. Dos 513 deputados federais, apenas 51 são mulheres e nenhuma mulher transexual foi eleita. Somos maioria da população (51,5%) e paradoxalmente votamos na maioria dos homens. Essa reflexão deve ser feita começando pelas mulheres militantes! Por que não votamos nas mulheres, nos partidos que militamos, ou em mulheres que tenham comprovadamente atuação qualitativa em defesa de igualdade de oportunidades?

Outro dado a ser considerado nessa reflexão é a forma como o empoderamento feminino se dá nos espaços, tanto no mercado de trabalho, como nas organizações políticas e dentro do próprio lar. Nessa luta há muitos parlamentares homens solidários e conscientes da importância da luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas a onda conservadora e fundamentalista do parlamento não permite muitos avanços. A disputa pela Presidência da República foi inédita. Três mulheres se candidataram ao cargo. Essa proporção não corresponde ao espaço da mulher na nova legislatura do Congresso Nacional. Assim a mulher continua a sua caminhada a passos lentos pela ocupação dos espaços de poder.

As conquistas históricas como o voto feminino e a participação efetiva no processo eleitoral, hoje se atualiza na luta pelo empoderamento das mulheres nos espaços institucionais de poder. Também na esfera sindical esta disputa se estabelece entre as posições políticas e na correlação de forças que se constroem nos lugares ocupados por homens e mulheres, compreendidos como força motriz da organização sindical.

Mesmo com maioria na sociedade, as mulheres enfrentam discriminações e falta de igualdade de direitos e oportunidades, sendo uma das causas o financiamento de campanha, que, em sua maioria vai para os homens. Predomina a cultura patriarcal e machista na ocupação dos espaços políticos. Por isso o financiamento público de campanha, na visão da CUT, servirá para equalizar os direitos e oportunidades na disputa eleitoral, além de erradicar a sub-representação de mulheres, negros, indígenas e jovens.



Nas relações internas, devemos abrir o debate quanto às candidaturas “laranjas” de mulheres, apenas para atingir as cotas nos partidos. No parlamento, a falta de espaço da mulher é mais agravado pela dificuldade em pautar as questões de gênero. Pesquisas diversas demonstram as dificuldades na luta da mulher, que enfrenta ainda a falta de tempo (dupla jornada), a falta de dinheiro devido à menor remuneração, a falta de divisão das responsabilidades familiares e domésticas, a cobrança da sociedade patriarcal, e a ausência recorrente de políticas públicas universais de qualidade, como creches, principalmente em horário integral, escolas, lavanderias comunitárias, postos de saúde, entre outros.

Esse dado da realidade aponta que apenas uma profunda reforma política será capaz de enfrentar essas distorções históricas. As mulheres, trabalhadoras e cidadãs estão na Luta pelas reformas que o Brasil necessita, com uma representação justa de mulheres, negros e indígenas dentre os parlamentares; o fortalecimento dos partidos e seus programas e a necessária regulação da mídia. Estamos convictas de que a luta pela igualdade de direitos e o empoderamento feminino são lutas coletivas de homens e mulheres comprometidos com o fortalecimento da democracia e a construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Não é concebível uma sociedade democrática, com mulheres recebendo 30% a menos que o homem, enquanto exerce o mesmo trabalho, além de fazer dupla ou tripla jornada. Nos sindicatos, segundo o IBGE, a participação das mulheres ocorre em cargos “secundários”, e o mesmo censo mostra que as mulheres ainda têm uma participação sindical inferior sua importância no mercado de trabalho. No quadro de filiados, a presença das mulheres é maior nos sindicatos de trabalhadores urbanos do que no de trabalhadores rurais. Como tarefa temos que fazer o levantamento do número de mulheres filiadas nos sindicatos de base da FASUBRA.

É compreensão de todos(as), que a temática da Mulher na FASUBRA foi construída pelas mulheres militantes, independentes de corrente política. Temos que elaborar um Plano de Lutas que nos qualifique para o cumprimento da tarefa para o próximo período, construindo ações para concretizar as inúmeras resoluções aprovadas nos Encontros e Seminários da Mulher Trabalhadora da FASUBRA, superando a reprise de quase todos os Seminários, em que as deliberações não são colocadas em prática, na sua maioria. Temos que ultrapassar o debate do que fazer para o como fazer.

Outro tema recorrente é a violência. Em pleno século XXI convivemos ainda com a violência contra a Mulher. As Nações Unidas definiram “*violência contra a mulher como qualquer ato de violência baseada no gênero, que resulta ou provavelmente resultará em dano físico, sexual, emocional ou sofrimento para as mulheres, incluindo ameaças a tais atos, coerção ou privação de liberdade, seja na vida pública ou privada*”.

Nesta luta, pela construção de outro estado, sem discriminação e preconceito, com igualdades de oportunidades, e para alcançarmos as conquistas mais gerais da classe trabalhadora, precisamos pautar constantemente, a luta específica de cada segmento, e nos inserir, enquanto protagonistas, na luta por cotas para as mulheres em todos os espaços políticos. *Por isso é imprescindível termos coordenações específicas para a mulher em todas as entidades representativas dos trabalhadores.*

A FASUBRA deve estar inserida nas políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, e para tanto precisamos construir espaços de debate, de formação e informação, para que as mulheres militantes da base da FASUBRA possam ser multiplicadores em seu espaço social. Para isto, é necessário implementar na FASUBRA uma agenda permanente de seminários, plenárias, debates e ações educativas, sobre a o papel da mulher no movimento sindical. Além disso, a FASUBRA deve colocar em sua pauta de debates, temas que hoje estão na Agenda Nacional, como: Aborto e todas as suas implicações, sociais, econômicas e culturais; Gênero, dado a transversalidade do tema, precisamos pautar as discussões de etnia, vez que indicadores sociais ainda apontam as mulheres negras e indígenas vivendo com as piores condições de vida; Educação o índice de analfabetismo é cruel com relação às mulheres e, neste número, as mulheres negras são maioria; Saúde da mulher, o tema deve ter atenção especial do Sistema Único de Saúde (programas voltados a informações necessárias de prevenção de doenças, o fornecimento gratuito de preservativos masculinos e femininos, anticoncepcionais orais e injetáveis e medicamentos para a reposição hormonal); Programa de saúde do trabalhador nas IFE's, deve contemplar também a transversalidade de gênero; Assédio moral e sexual no trabalho, o movimento sindical tem que prestar apoio e solidariedade às vítimas e investir na formação e base acerca do tema.; Cumprimento do disposto no RJU: Universidades não respeitam o direito que a servidora gestante ou lactante, fique afastada, das operações e dos locais insalubres e em serviços não penosos e não perigoso; Licença



paternidade – temos que lutar pela ampliação dessa licença para que o homem divida com a mulher os cuidados com a saúde da mulher e da criança; Direito à creche, para as crianças até os seis anos de idade em todas as IFE's e HU's quando estes não estiverem próximos do campus; Direito a expressão da sexualidade, sem violência e / ou discriminação e sem imposições, devemos respeitar a orientação sexual de cada mulher.

### POLÍTICAS PARA OS/AS LGBT

EM 2010, resultante de luta contra a opressão, foi aprovado, por Decreto Presidencial, o dia 17 de maio como o “Dia Nacional de Combate à Homofobia”. Essa data é emblemática, pois remete à luta contrária a posição da OMS, que tratava a “homossexualidade” como transtorno mental e culminou no dia 17 de maio de 1990 com a extinção do CID 302.0 da lista de doenças. A data no Brasil deveria ser utilizada como um espaço de reflexão acerca do combate ao preconceito. Os movimentos sociais e sindicais tem pautado essa temática em seus fóruns, organizando atos e Marchas Nacionais contra a homofobia nesta data.

Há necessidade de se reafirmar o conceito de homofobia, com a função de informar e conscientizar a categoria do que é o preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas. Vivemos cotidianamente com violações dos direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. Esses ataques estão centrados na população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), de forma diversa, que no fundo retratam o ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça/cor, deficiência e situação socioeconômica.

A homofobia deve ser tratada como caso de polícia, embora não seja ainda uma violência tipificada pelo código penal. Além do estigma da prática da rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, se constitui também como uma posição arbitrária, ao qualificar outra pessoa como inferior ou anormal, aliado de sua humanidade, dignidade e personalidade.

A partir de 2004 houve uma mudança importante no Brasil, entendendo que o preconceito e a discriminação devem ser enfrentados com políticas públicas. Com a criação, em 2004, do Programa Brasil Sem Homofobia, foram desenvolvidas inúmeras ações envolvendo vários Ministérios, dentre elas

duas Conferências Nacionais de Políticas Públicas para LGBT, no governo Lula e Dilma.

Essas conferências deliberaram ações proativas que foram desdobradas no país. Cabe ainda destacar o empoderamento desse grupo populacional nos espaços de construção das políticas públicas com a criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação/LGBT no ano de 2010, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2013, com a indicação do Deputado Marco Feliciano (PSC/SP) para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a discussão sobre a homofobia e a contradição representada por essa indicação para outros setores, tais como mulheres e negros, obteve destaque e na imprensa e na sociedade. Essa indicação provocou uma forte reação dos movimentos sociais, inclusive conclamando a justiça, dadas as inúmeras declarações homofóbicas do deputado.

No aspecto das discussões LGBT desde o último CONFASUBRA quando foi aprovado um ponto específico sobre o tema no plano de lutas, a FASUBRA Sindical iniciou a implementação de uma política que pode ser levada adiante no próximo período e avançar para além do que já foi produzido. A Federação já conquistou uma vaga nos Comitês LGBT na ISP em âmbito nacional e também regional (ISP Inter-Américas). A FASUBRA, com sua representação, pautou o tema no plano de lutas da ISP Mundial; contribuiu para a abordagem do tema e parcerias entre as afiliadas no continente americano; ajudou a construir uma campanha nos municípios do Brasil sobre direitos trabalhistas para LGBT; articulou a aprovação de resoluções em Conferências Mundiais de Direitos Humanos; foi parte integrante na consolidação de convênio entre a ISP e o movimento social LGBT a ILGALAC.

Além disso, conquistamos uma vaga na suplência do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCDLGBT); lançamos uma campanha educativa nacional LGBT é de Luta Unidade na Diversidade e disponibilizamos material para todas as entidades de base; realizamos o primeiro seminário LGBT da FASUBRA Sindical. O trabalho neste campo ainda apresenta desafios e podemos estabelecer metas específicas no plano de lutas para os próximos anos: realizar outros seminários; produzir material de campanha sobre o tema de forma mais aprofundada; continuar a incentivar os sindicatos filiados a discutir mais este tema com as bases; empenhar-se para conquistar uma vaga titular no CNCDLGBT; fazer um levantamento de dados sobre o uso do nome social nas

*universidades do país (trabalhador@s e estudantes); manter a representação nos comitês LGBT da ISP Brasil e Inter-Américas; estabelecer parcerias com os movimentos sociais (redes LGBT em âmbito nacional); lutar pela criminalização da homofobia; convocar um GT específico para definir as necessidades e apontar estratégias.*

*Estas propostas vêm ao encontro dos desafios que se apresentam para os próximos anos, devido à composição do parlamento e a pressão para a retirada de direitos da classe trabalhadora. A eleição de um conservador fundamentalista para a presidência da Câmara dos Deputados é um sinal de grandes desafios para a garantia de manutenção de direitos e a conquista de outros, principalmente para populações historicamente discriminadas, tais como, mulheres, negros, índios, LGBT e deficientes. Apenas a força e a coragem do movimento, comprometido com as lutas contra todo tipo de opressão aliado à ampliação das políticas públicas afirmativas por parte do governo, antecipada pelo necessário diálogo entre ambos, poderá construir caminhos para mudar o quadro atual de violência, que continua assustando, humilhando e matando a população LGBT no Brasil.*

### RAÇA E ETNIA

*A democracia racial se existisse no Brasil, teria uma preliminar básica: a igualdade de oportunidades entre os indivíduos pertencentes a todas as raças. Iniciamos essa reflexão com essa provocação e a constatação de que a luta contra a discriminação em relação a cor da pele e negação da história e da civilização desse povo, em pleno século XXI ainda existe no Brasil.*

*O movimento sindical tem acúmulo sobre esse tema, e a FASUBRA foi vanguardista dentre os movimentos dos trabalhadores da educação superior na defesa das cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas. Entretanto, as bandeiras de lutas precisam ter planos de ação concretos que possibilitem sair do discurso para ação, pois a Luta contra o racismo na vida e no trabalho, deve ter seu desdobramento na ação cotidiana dos sindicatos e nos processos de formação nas escolas e nas Universidades.*

*2014 foi um ano que ficará na história desse país, marcado por várias manifestações raciais, xenofóbicas e preconceituosas. O resultado das eleições parlamentares retrata a diminuição na representatividade, reafirmando que a desigualdade racial na política continua sendo a marca do Brasil.*

*Por isso a aprovação da CUT em sua 14ª Plenária da Campanha Basta de Racismo no Trabalho e na Vida, sem dúvida alguma demarcará a ação dos trabalhadores no ano de 2015. Entidades sindicais já incorporam em seus Planos de Ação essa campanha, com o objetivo de desmascarar e debater nos locais de trabalho, nos sindicatos e na sociedade o preconceito racial.*

*É tarefa dos sindicatos lutarem contra o racismo e pelo fim da desigualdade social e racial. Para tanto é necessário empreender a reeducação das relações etnicorraciais. Dados estatísticos oficiais demonstram que o preconceito racial está enraizado no mercado de trabalho, onde, após 300 anos do fim da escravidão, os negros e as negras ainda ocupam os postos de trabalho de menos prestígio e mais desvalorizados se comparados os lugares que os (as) brancos ocupam.*

*Há que se considerar que houve um avanço significativo na luta contra o racismo, fruto da organização e articulação do movimento negro, mas ainda há muito que ser construído rumo à justiça racial. Há necessidade de avanço nas políticas de ações afirmativas, o investimento na educação de base, maior investimento na permanência dos (as) estudantes no nível superior, para paulatinamente, diminuir a distância socioeconômica que ainda separam brancos (as) e negros (as) no país.*

*Uma política concreta nessa luta foi a afirmação da Década criada pela ONU, objetivando reforçar o combate ao preconceito, à intolerância, à xenofobia e ao racismo, iniciada nesse ano de 2015, com o tema “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”. A maior federação do país que congrega os educadores no ensino superior precisa incorporar o projeto criado pela ONU e incentivar a fomentação da discussão em suas bases filiadas.*

*A FASUBRA sempre esteve a frente nesse debate. No entanto suas teses, aprovadas de forma unânime, ainda não se concretizaram. Portanto é necessário o desdobramento das políticas deliberadas nacionalmente com ações nos sindicatos de base.*

*A discussão sobre a questão racial não se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema. O movimento sindical precisa atuar nessa temática, dado a sua transversalidade que atinge a todos, independente de partidos ou de correntes políticas.*

*Com esse entendimento, encaminhamos que o XXII CONFASUBRA deva aprovar a incorporação à campanha*

lançada pela CUT, visando a promoção do debate e conscientização dos(as) trabalhadores/as de que é preciso unidade para acabar com esta diferenciação, que não traz benefícios às pessoas, tampouco à sociedade.

No Brasil, a presença do negro é de 51% da população (de acordo com o último censo do IBGE). Esse número majoritário não têm sido suficiente para eliminar ideologias, desigualdades, estereótipos racistas e disputar a hegemonia predominante. A discriminação aparece no espaço brasileiro de forma escamoteada, através de artifícios destrutivos, como a desvalorização da cultura de matriz africana e dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos.

Tais práticas racistas implicam também em afirmar que a posição financeira e social de indivíduos de pele negra não os exime de serem racizados. Portanto, não será a sua posição de destaque na escala social em que vive tampouco a sua bastarda conta bancária que reduzirá a quantidade de melanina contida em sua pele, para que o torne apto a ser aceito como igual no convívio com a sociedade branca.

*“O Povo que não conhece a sua história, a sua origem e a sua cultura, é como uma árvore sem raiz” (MARCUS GARVEY).*

O aprofundamento desse debate na FASUBRA através da realização de encontros para analisar, parafrasear e resenhar textos de autores que publicaram e publicam fatos e evidências das mazelas sociais brasileiras que dizem respeito à prática de racismo em todas as esferas das relações humanas se faz necessário. Para tanto, é necessário ressaltarmos a existência de uma demanda reprimida pelo Estado, e da própria resistência no interior das forças políticas que integram o movimento sindical, que não estimulam o fomento desse debate em suas bases sobre esse tema que é tão evidente quanto a quaisquer outros temas do mesmo nível de importância (Gênero, LGBT, Indígenas, Mulheres, Idosos, Crianças e Adolescentes, e etc.).

### Quilombos: um exemplo de luta e resistência

Ao pautar esse tema não podemos deixar de lembrar que a resistência do povo negro é a sua marca principal, e por conta disso, estaremos sempre enfatizando que o povo negro

escravizado no Brasil durante o período colonial teve o seu marco inicial com a organização de Quilombos que se iniciaram em meados do Século XVII, e se alastraram por todo território brasileiro, principalmente nos locais onde os cultivos da cana de açúcar e café eram as duas monoculturas que mais utilizavam a mão de obra escrava.

Destacamos essa abordagem nessa Tese, pois o Quilombo como marca da resistência ao regime escravocrata rejeitava de imediato o modelo de repressão sofrido por homens e mulheres negras na diáspora, que em tempo anterior à escravidão, usufruíam de liberdade total no seu país de origem. Por isso a organização nos Quilombos tinha com base estratégica a retomada pela liberdade. Isto demandava tempo para elaboração, e o que menos o homem negro escravizado possuía era espaço no tempo pra pensar.

Temos que exercitar cotidianamente a lembrança do quanto nossos ascendentes africanos foram levados a exaustão pelo processo de trabalho incessante e expostos a condições desumanas, penosas, e submetidos a castigos impiedosos com açoites, reduzidos da sua humanidade pelo processo de coisificação.

Nem essas formas extremistas de opressão promovidas pelos invasores portugueses foram capazes de retirar do homem negro escravizado a vontade de lutar pela sua liberdade. Os Quilombolas, ao promover a fuga para conquistar a liberdade, viam nesses espaços dos Quilombos, a oportunidade de reacender a sua crença e a sua cultura e a esperança de manutenção da sua raça.

A liberdade do homem é um direito constituído pela sua natureza, que lhe dá a garantia do dever de resistir a qualquer ato de opressão promovido pelo seu semelhante. Toda a ação com qualquer grau de nocividade imposta pelo homem sobre o homem gera resistência imediata. Portanto, a organização e formação de Quilombos em todo o Território Nacional jogam por terra a “Lei Áurea” que se configura como o principal instrumento de libertação da escravidão elaborada e homologada por uma corte representada por uma princesa.

## A FASUBRA NA LUTA PELA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Nos últimos anos a política de promoção da igualdade racial teve avanços no cenário nacional, fruto da luta incessante e organizada do movimento negro. A FASUBRA Sindical e suas

## COLETIVO TRIBO

entidades contribuíram nessa luta. Resultante dessas ações temos:

a aprovação por unanimidade no Supremo Tribunal Federal em 2011 da adoção de cotas nas universidades públicas brasileiras;

A aprovação Lei de Cotas em concursos que reserva vagas no serviço público federal;

A ampliação do programa Brasil Quilombola (PBQ) que reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos com ações na saúde, educação, construção de moradias, eletrificação e recuperação ambiental e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas;

A ampliação e aperfeiçoamento do Plano Juventude Viva, que reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos;

A aprovação do regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) pelo decreto 8136 em 2013;

Na área de formação, foram desenvolvidos, pela FASUBRA, seminários e mesas redondas com a base da categoria para a discussão e implementação da política de Promoção da Igualdade Racial, visando instrumentalizar a categoria para o embate, para a luta tanto no congresso nacional como nas universidades públicas, na busca do avanço da consciência política quanto aos direitos e uma melhor qualidade de vida da população negra. A realização do V Encontro de Negros, Negras e Militantes Antirracismo da base da FASUBRA em Brasília contou com a presença significativa da base e militantes de diversas universidades públicas brasileiras, sendo um momento oportuno para os dirigentes sindicais.

Na busca da participação social, a FASUBRA articulou junto a SEPPIR e pela primeira vez na história a federação conseguiu concorrer à eleição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) no ano de 2014, ficando em quarto lugar no resultado final, demarcando um espaço de atuação política nessa área.

Ultrapassando o espaço nacional, já que essa luta não tem fronteiras, a FASUBRA realizou a discussão de raça e etnia com os povos das universidades da América Latina e da América Central, por ocasião da comemoração dos 200 anos da Universidade Nacional de León (Nicarágua).

A Classe Trabalhadora precisa estar mais organizada, coesa e disposta para a luta para que possamos avançar mais em garantias e direitos nos próximos períodos. Por isso propomos:

Incorporação da Campanha da CUT “Basta de Racismo no Trabalho e na Vida”.

Construção de material informativo sobre a Década da ONU “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.

Lutar para barrar a PEC 215 no congresso nacional;

Luta pela aprovação da PEC 116/2011 - criação de cota para negros no Legislativo brasileiro.

Lutar pela implementação nos currículos de licenciaturas a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira - Lei 10.639/2003.

Fomentar o debate sobre a temática racial nas universidades.

Realizar seminários de formação e discussão da política de promoção da igualdade étnico racial;

Realizar reuniões dos Grupos de Trabalho (GT) itinerante nas bases da FASUBRA;

Realizar o VI Encontro de Negros, Negras e Militantes antirracismo da base da FASUBRA,

Sugerir a criação de coordenações de raça e etnia nas entidades de base da FASUBRA para aprimorar e realizar a discussão política da temática na base;

Manter a luta pela eleição de uma vaga para a FASUBRA no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

### QUESTÃO INDÍGENA

Temos muito a avançar na política indigenista, principalmente no que se refere à demarcação de terras, que não teve avanços nos últimos anos. Muitos índios e índias deram seu sangue nessa luta, ceifadas pelos pistoleiros dos grandes pecuaristas, agricultores e empresários do agronegócio. Esse diagnóstico negativo preocupa o movimento indígena do país.



*Por isso defendemos o que a FASUBRA incorpore em suas ações a luta contra a aprovação da PEC 215 que tramita no congresso nacional, dando poder ao legislativo para demarcar de áreas indígenas. Bem como a urgência na apreciação da demarcação de áreas de proteção ambiental.*

## SAÚDE INDÍGENA

*A FASUBRA ocupa uma vaga no Conselho Nacional de Saúde (CNS) na Comissão Intersectorial de Saúde Indígena (CISI) e tem participado de diversas reuniões no CNS com a finalidade de aprimorar e melhorar as condições de saúde nas aldeias brasileiras, seja na contratação de profissionais em saúde, na compra de medicamentos básicos, na saúde alimentar das crianças, dentre outros temas.*

*Na 89ª Reunião da CISI, onde a FASUBRA se fez presente, realizada em 17 e 18 de novembro de 2014, a Comissão debateu os temas: avaliação do Controle Social indígena, 15ª Conferência Nacional de Saúde e 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena e, a partir das contribuições dos presentes, fez as seguintes considerações:*

*Declaração da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena aprovou que:*

*A saúde indígena integra o Sistema Único de Saúde (SUS).*

*As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde fazem parte do processo de educação permanente e de participação da comunidade.*

*A atenção básica em saúde deve acontecer nas aldeias.*

*Fortalecimento do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI como espaço de Controle Social e construção do Subsistema de Saúde Indígena e SUS.*

*Realizar uma avaliação para saber a atual situação de cada DSEI e elaborar estratégias para ampliar os patamares de participação e controle social em cada DSEI.*

*Avançar na qualificação dos conselheiros e sua participação nos espaços de controle social e na capacidade de transformação da realidade vivida nas aldeias.*

*Lutar pela união das representações indígenas no Controle Social, e não dividir.*

*Pontos comuns e prioritários a serem debatidos e considerados pelos conselheiros:*

*Compromisso com as necessidades das aldeias e responsabilidade com a devolução para as bases dos avanços e desafios da saúde indígena, de modo especial nos temas relacionados com saneamento, segurança alimentar, assistência farmacêutica e atendimento na atenção básica.*

*Avaliação dos mandatos e sua representação para permitir a alternância de conselheiros.*

*Definição de Orçamento específico e suficiente para o Controle Social em cada DSEI, inclusive para fortalecer os Conselhos Locais.*

*Elaboração de material e processos educativos adequados e diferenciados para Controle Social, fundamentados na Política e Plano de Educação Permanente para o Controle Social no SUS.*

*Ampliação do diálogo com CONASS e CONASEMS.*

*Considerar a meta de capacitação de 100% dos conselheiros distritais, e ampliação da capacitação dos conselheiros locais, como estratégia de construção da 15ª Conferência Nacional de Saúde.*

*Em 2014 o Governo Federal propôs a criação do Instituto de Saúde Indígena, órgão responsável pela prestação de serviços de atenção básica em saúde aos povos indígenas que vivem nas aldeias. No primeiro momento o movimento indígena organizado rechaçou a proposta da criação do referido Instituto alegando que tal proposta não foi discutida com os indígenas, maiores interessados no assunto.*

*Destacamos essas questões nessa Tese, por considerarmos que a Luta dos trabalhadores das universidades, com relação ao tema raça e etnia deve estar articulado a luta dos povos indígenas e se reproduzirem com políticas aprovadas nas instâncias da FASUBRA, além da participação nos órgãos de controle social.*

*Por isso, pelo exposto até aqui, a respeito da saúde indígena, podemos compreender que muita coisa precisa melhorar para os povos indígenas de nosso país. Povo esse massacrado e exterminado cotidianamente por jagunços pagos pelos grandes latifundiários e grandes empresários da pecuária, do agronegócio, e das usinas hidroelétricas que estão sendo instaladas dentro das aldeias.*



# COLETIVO TRIBO

*A LUTA dos povos indígenas também é nossa!*

## O XXII CONFASUBRA DELIBERA:

*Ampliação de investimentos na Saúde e Educação Indígena com a realização de concurso para professores indígenas.*

*Contra a PEC 215 - dá poder ao legislativo para demarcar de áreas indígenas.*

*Urgência na apreciação da demarcação de áreas de proteção ambiental.*

*Apoio a Nota lançada pelo conselho Indígena de Roraima em 18 de agosto de 2014.*

*"Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual.*

*Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar."Bertolt Brecht*

**UM BOM XXII CONFASUBRA PARA TODOS(AS)  
COMPANHEIROS(AS) QUE ESTÃO SEMPRE NA LUTA!**

**VIVA A FASUBRA!**

*A Tese sobre Organização Sindical e atualização da Tese serão apresentadas no Congresso.*

## Tese do Coletivo Vamos à Luta!

### CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

#### **Unificar as lutas para enfrentar a crise econômica e os ataques aos movimentos sociais**

O XXII Congresso Nacional da FASUBRA acontecerá em uma situação política e econômica mundial e nacional turbulenta, com profundos ataques à nossa classe. O agravamento da crise econômica capitalista, a leva a assumir contornos políticos cada vez mais claros, como a desaceleração da economia chinesa, os conflitos no oriente médio e norte da África, ou a dificuldade da Europa respirar nesse marco de crise. Assim o projeto neoliberal do Euro se sente ameaçado com os crescimentos de diversas organizações de esquerda, e em especial com o Syriza na Grécia (vencedor nessas recentes eleições) e Podemos na Espanha, com perspectivas de vitória na próxima eleição. Essas duas organizações refletem em seus países uma perspectiva eleitoral com um programa à esquerda, que dialoga com as manifestações nas ruas e praças da Europa. Mas esse processo também é acompanhado por um crescimento de partidos ultraconservadores, que ensaiam alternativas para uma eventual necessidade de recrudescimento totalitário contra as massas trabalhadoras.

Mesmo a pequena recuperação na economia americana não foi capaz de impulsionar um novo ciclo mundial, e as tensões são crescentes, sendo o receituário das elites já conhecido: ou patrocinam intervenções militares, como no oriente médio e no expansionismo israelense, ou promovem ataques duros a direitos sociais e democráticos, com impacto sobre a economia e a situação política global. Nesse contexto, a ofensiva militar imperialista ganha destaque, com as intervenções na primavera árabe para controlar os processos insurrecionais e assegurar o controle sobre os recursos nacionais, e a exigência de duríssimos planos de austeridade, jogando sobre o povo o preço da crise, como vimos na Europa, e em especial na Grécia: redução de salários, a supressão de empregos e cortes de pensões.

Será também um congresso no início do segundo mandato do governo Dilma, já quase paralisado pelas bandalheiras resultantes da combinação entre uma base política fisiológica e as podres regras do jogo político-institucional, baseado em trocas de emendas, cargos e recursos públicos descaradamente privatizados. Mas o perfil político do Governo

agora assume contornos bem mais claros, para além das privatizações de aeroportos, dos campos de petróleo, dos ataques duros à saúde pública, do caminho aberto para a privatização dos hospitais universitários a partir da EBSEH; dos projetos privatizantes e de arrocho, como a criação dos fundos de pensão no serviço público, ou dos momentos de embate contra os movimentos sociais, que são criminalizados por fazerem greve, como na greve de nossa categoria e a judicialização da mesma pelo governo, recusa a negociação sob a alegação de movimento grevista; ameaças às polícias e bombeiros, com prisão em caso de decretação de paralisação; ou ainda, nas esferas estaduais, o ataque aos trabalhadores como no caso das estaduais paulistas.

O segundo mandato de Dilma será marcado pela entrega radical do comando da nação ao grande capital, aos banqueiros internacionais. Não por acaso, a equipe forma-se a partir dos quadros que integrariam um Governo de Aécio, caso o mesmo fosse eleito. A economia entregue à Levy, um "Chicago boy" como tem sido conhecido em Davos, rótulo que se aplica a economistas ultraliberais, como, por exemplo, os que comandaram a economia do Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet. Levy é um voraz crítico do que restou do sistema de proteção aos trabalhadores no Brasil. Esse Ministro de Dilma vem trazendo enorme satisfação aos agiotas internacionais (que seguem se beneficiando dos extorsivos juros cobrados sobre a duvidosa dívida pública brasileira), agiotas esses que recentemente nos Alpes suíços o saudaram entusiasmadamente, na sessão sobre América Latina do encontro anual de 2015 do Fórum Econômico Mundial. O ministro brasileiro traz satisfação aos olhos dos dirigentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco do México e tantos outros, que saudaram o fato de o ministro Joaquim Levy estar "fazendo o tipo de coisas que o mercado espera".

Mas parece não ter sido o suficiente, e Dilma entrega mais. A agricultura para a CNA (Kátia Abreu), a Indústria para Armando Monteiro (FIEPE), as cidades para Kassab, e até a Educação, tida no discurso como prioridade, vai para a barganha, agora nas mãos de Cid Gomes, que assume os recursos do pré-sal, que combateu o piso nacional do magistério, e que pretende impor o produtivismo e gratificações como modelo de gestão da educação brasileira, ao invés de remuneração e condições de trabalho decentes.

São as medidas impopulares que Dilma usou no discurso do medo contra Aécio, outro candidato do grande capital, e que

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*agora serão aplicadas com força em seu novo mandato, que já nasce em débito, seja pela falta de investimentos em obras públicas, e que agora trazem a iminência da crise hídrica e energética de forma generalizada, ou seja, pelo tarifaço em diversas páreas, para cobrir os rombos da Petrobrás e do superávit necessário para alegrar os especuladores.*

## I. O CENÁRIO INTERNACIONAL: MANUTENÇÃO DA CRISE CAPITALISTA, INTERVENÇÕES MILITARES, PACOTES ECONÔMICOS E PROTAGONISMO DAS LUTAS SOCIAIS.

*A crise econômica nos países imperialistas centrais, embora inicialmente controlada à custa de trilionários pacotes de salvamento dos bancos, segue latente e crônica, a economia americana não retoma seu protagonismo anterior mesmo com a pequena recuperação, e a China tem seu crescimento reduzido para 7,4%. Endividados, vários países da periferia europeia são forçados a aplicar pacotes duríssimos de equilíbrio fiscal e a situação põe em xeque a própria união monetária da Europa, com um capítulo de destaque na eleição Grega, onde até a chanceler alemã entrou em campanha contra o Syriza, anunciando que a vitória desse partido na Grécia significaria a ruptura dos acordos econômicos (leia-se pacotes de arrocho sobre a população e demissões), e a saída desse país da zona do Euro (ainda que o Syriza tenha amenizado isso nessa campanha, afirme não ser possível agora implantar reestatização de empresas e serviços, e mude a discussão de moratória para revisão/readequação do valor da dívida, ampliada pelos “resgates” da Grécia, que em verdade foram à redução da exposição dos grandes bancos internacionais que tinham papéis em excesso da dívida grega, ficando a dívida agora com a “troika” (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), e que em contrapartida exigem a miséria da população).*

*Depois de sucessivas derrotas do primeiro-ministro grego nas tentativas de aprovar seu candidato para a presidência do país, o governo foi obrigado a antecipar as eleições. A perda da maioria no Parlamento do governo na eleição presidencial foi somente a expressão da divisão e crise da coalizão ND-PASOK diante ao novo pacote de medidas, e é o que explica a antecipação das eleições. Em dezembro passado, os ministros de economia da Zona do Euro acordaram uma prorrogação do “resgate a Grécia” (leia-se resgate aos banqueiros) até final de*

*fevereiro. Entretanto, a liberação da última parcela do “resgate”, 1,8 bilhões de euros, estaria subordinada à aprovação pelo Parlamento de novos cortes nos salários e pensões, acréscimo de impostos e taxas que incidem nos medicamentos, alimentos, faturas da água, energia, demissões de servidores públicos. A greve geral de novembro contra as novas medidas anunciadas foi o indicativo de que os trabalhadores estavam dispostos a resistir, gerando rupturas na coalizão governista, decorrentes da sua incapacidade de impor uma nova rodada de ataques aos trabalhadores, o que reflete uma divisão na classe dominante. A Grécia volta a ocupar o centro da conjuntura europeia, no entanto, em uma conjuntura diferente. As lutas agora não se concentram nos países do “sul”: a greve geral dos trabalhadores belgas e italianos e a manifestação contra o pacote de reformas na França e as mobilizações contra os cortes na Holanda se combinam com a abertura de uma nova “frente” para o imperialismo europeu.*

*É necessário internacionalizar a luta na Europa, para além das fronteiras gregas. A burguesia grita que não se pode deixar quebrar o modelo econômico, que isso agravaria as condições de vida. Mas não dizem que isso se refere às condições de vida de menos de 1% da população, pois as massas gregas e europeias vêem um processo de definhamento das condições de subsistência. É preciso que o Syriza encabece com o Podemos, o NPA, o Bloco de Esquerda, os partidos anticapitalistas e as organizações revolucionárias, unidade e ações conjuntas para enfrentar os ajustes impostos pela troika, estruturando uma pauta unitária e um plano de lutas. A possibilidade de uma vitória dos gregos está colocada na proporção do enfrentamento unitário que se possa produzir contra a troika. Dificilmente se conseguirá algo, minimamente satisfatório, se as ruas da Europa não se agitarem juntas, com uma coordenação mínima. A negociação da Grécia deve ser uma negociação dos trabalhadores europeus contra a troika. Nossa federação, independente de opiniões que possam estar em formulação em nossos fóruns referente à perspectiva de Governo do Syriza, deve desenvolver uma campanha de apoio à luta do povo grego, contra a chantagem da troika (que impõe um caminho de “austeridade” similar ao abordado pelo Governo Dilma). Defendemos condições dignas de transporte, moradia, água, educação, saúde, empregos e direitos sociais, com unidade nas lutas, para os trabalhadores de todo o mundo.*

*A crise estrutural define a situação de todos os países, e o centro da crise continua sendo os EUA. Sua ação colonizadora em escala planetária não assegura um novo ciclo de expansão*

## TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

capitalista, e a ação se acirra no controle dos recursos naturais globais. A ofensiva bélica no oriente médio demonstra a insuperável instabilidade e o elevado custo econômico e humano para manter a dominação sobre a região, ao mesmo tempo em que, insurgentes, ultraconservadores, disputam a consciência do levante popular árabe, fazendo crescer o fundamentalismo em detrimento de alternativas socialistas. Ações como o ataque ao jornal na França e o assassinato de 12 pessoas, tem como resultado o crescimento da ultra-direita, que agora propõe um plebiscito sobre a pena de morte. A disputa por outras áreas do planeta também segue agudizada entre distintas burguesias, como na guerra da Ucrânia, numa explícita disputa entre os interesses econômicos e militares euro-americanos X russos.

O esgotamento econômico norte-americano se reflete na disputa dentro do Congresso, agora de maioria republicana, pela redução dos investimentos sociais, como a saúde, e fortes reduções nas despesas estatais (excetuando-se a despesa militar) na próxima década. O ajuste recai basicamente sobre os trabalhadores e os pobres, sem nenhum aumento nos impostos para os ricos ou os super-ricos dos EUA, que aumentaram sua parcela da renda nacional durante as últimas três décadas. Em dados de 2012, a pobreza nos EUA já atingia mais de 46 milhões de pessoas, quase um em cada seis habitantes vivendo abaixo da linha oficial da miséria, incluindo 16,4 milhões de crianças. A crise dos EUA é mundial, pois 50% dos títulos da dívida norte-americana estão em mãos estrangeiras. O mundo, com suas reservas em dólares e em títulos públicos norte-americanos, financia a dívida pública dos EUA. Com isso, os lucros de suas empresas aumentaram, principalmente as do setor financeiro, em uma conjuntura de recessão e crise. Não é a crise financeira que origina a recessão: ela apenas ilustra a fuga para o endividamento, que permitiu superar temporariamente o excesso de produção, e não pode prosseguir eternamente. A base das contradições do capitalismo, o excesso de produção de mercadorias e a consequente hiperacumulação de capitais, a incapacidade dos mercados de absorver as mercadorias produzidas (bens de consumo ou de capital), volta ao primeiro plano.

Trata-se de uma crise profunda, de longa duração, de natureza histórica, porque significa a falência do padrão de acumulação de capital vigente desde os anos 80. É a crise da era neoliberal das desregulações, financierização e privatizações generalizadas, da destruição do bem-estar social dos anos 1946-1980. Uma crise para a qual o capitalismo imperialista e

seus governos não têm outra resposta senão o mesmo veneno: financierização, redução dos gastos sociais, ataques sem precedentes a direitos dos trabalhadores, aos direitos democráticos dos povos, super-exploração dos trabalhadores, pilhagem e devastação do meio ambiente. Esta é a lógica de uma etapa cada vez mais decadente do capitalismo imperialista, que ameaça arrastar a humanidade para a barbárie.

A globalização do capital financeiro, ligada ao processo da restauração capitalista na China e Rússia, não abriu uma saída de largo prazo à crise, e criou um oceano de dívidas em todo o planeta. No período 2002/06 a crise foi desviada e dois motores interconectados, a expansão do crédito nos EUA e o crescimento industrial da China, os quais conduziram o crescimento da economia mundial. Os dois motores, depois, começaram a parar.

A contração da economia mundial busca eliminar a massa de capital excedente que obstrui a acumulação capitalista. O colapso do mercado subprime nos Estados Unidos desatou uma avalanche internacional de quebras e uma contração global do crédito. Houve a injeção de fundos públicos, equivalentes a 40% do PIB mundial, no falido setor financeiro e industrial do —Primeiro Mundo. Os Estados capitalistas entregaram cerca de 25 trilhões de dólares às grandes empresas e bancos falidos. Os novos episódios da crise puseram fim às afirmações de sua superação a partir da segunda metade de 2009. A injeção de uma massa de liquidez sem precedentes, de parte dos governos e bancos centrais com a intenção de salvar o sistema financeiro internacional, foi uma manobra de contenção; adiou a queda sem resolver suas contradições sistêmicas, exacerbadas. Não houve recuperação de postos de trabalho formal, mas crescimento do emprego precarizado e do desemprego; não houve recuperação, mas contração do crédito imobiliário e das pequenas empresas; não houve recuperação do consumo, mas endividamento e subconsumo; não se sanaram os bancos. Novas bolhas de capital financeiro se formaram quando a liquidez disponível foi dirigida, uma vez mais, para atividades especulativas. A dívida pública mundial cresceu, exponencialmente, sem ter uma base sustentável na esfera de produção de valor.

Nessa situação produz-se a resistência dos trabalhadores. É o que se verifica na resistência dos povos da Europa, em particular na juventude, como se viu na Grécia e na Espanha; na explosão da primavera árabe no Norte da África e Oriente Médio. A polarização social sacode os países centrais, como

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*movimento dos indignados, nos levantes da Grécia, de Israel e das periferias inglesas e no ressurgimento/fortalecimento de alternativas de extrema direita, xenófobas e neofascistas, tanto nos EUA como na Europa. No terreno geopolítico global, a hegemonia continuará a ser do imperialismo norte-americano, dado seu enorme mercado, seu poderio militar, tecnológico e sua prerrogativa de emitir a moeda do mundo. No entanto, a crise econômica abre um cenário de realinhamentos de forças entre estados, tensões geopolíticas e militares, e mais disputa por recursos naturais estratégicos.*

*O surgimento, em muitas vezes explosiva, de resistência às políticas capitalistas abre uma nova conjuntura internacional, em que a luta de classe se dá em um patamar muito superior ao do início da crise econômica. Lutas e mobilizações que atingem os países centrais em alguns casos questionam profundamente os partidos tradicionais e os regimes políticos (como na Espanha e da Grécia). Crescem os polos de tensão e luta em diversas regiões do planeta, e que se expressa também no Brasil, como nas manifestações de junho de 2013.*

*Os processos de luta em curso evidenciam a crise das alternativas socialistas de forma aguda. Em alguns casos, as revoltas espontâneas e explosivas indicam que o sistema alcança limites, mas delas não emergem discursos críticos unificados, formas organizativas ou propostas alternativas, ou quando ocorrem, as formas organizativas capazes de unificar as lutas e empunhar o programa transformador não se apresentam ou são rejeitadas. A carência nesses processos de partidos verdadeiramente socialistas se deve não a sua inexistência formal, mas ao desgaste das organizações partidárias socialistas tradicionais, que capitularam ao jogo parlamentar-institucional e às soluções no interior da ordem, sendo por isso, identificadas pelas massas, como farinha do mesmo saco da democracia burguesa.*

## II – BRASIL – DILMA PARTE PARA UM NOVO PATAMAR DE SUBSERVIÊNCIA AO GRANDE CAPITAL

*A desigualdade social no Brasil é estrutural e avança em tempos de crise. O Brasil contornou parcialmente a crise durante os governos de Lula com o seu lugar de grande fornecedor de commodities no mercado internacional, especialmente para a Ásia e com um giro para o mercado interno com ampliação do crédito e do consumo. Mas exatamente essa localização na divisão internacional do trabalho, a manutenção de uma política de subordinação do*

*orçamento da União à remuneração do capital financeiro e uma lógica de avançar na precarização dos direitos sociais e trabalhistas para atrair o capital tornaram o Brasil vulnerável, profundamente desigual.*

*Nivelam-se por baixo direitos e salários, a tributação no país continua extremamente regressiva e a remuneração ao capital financeiro intocável. Basta ver que o cenário da conjuntura externa, a persistência da pressão inflacionária, o paulatino e crescente endividamento da população já provocam turbulências na política econômica, que obrigam o governo a acelerar uma política econômica na direção de ampliar o ajuste do Estado, cortes maiores de gastos em políticas sociais, arrocho sobre o funcionalismo, privatizações, perdas ambientais como a aprovação do novo código florestal, e perdas das aposentadorias frente ao salário mínimo.*

*O governo Dilma sempre foi uma continuidade de um projeto subordinado ao imperialismo, atrelado e ampliado aos interesses dos setores do capital beneficiados pelos mega negócios da década e a uma base de sustentação mais ampla, fisiológica e à direita, simbolizada no lugar do PMDB nesta gestão. Embora este bloco de poder tenha ampla hegemonia na sociedade, controle politicamente a maior parte dos movimentos sociais e sindicatos, a lógica do ajuste alarga essa contradição da desigualdade social. Esta ampla hegemonia na sociedade e no Congresso Nacional do bloco dirigido pelo PT é que está na raiz da crise do bloco de oposição de direita, pois a disputa de rumos do governo e no parlamento passa muito mais por dentro da base governista do que pelas iniciativas do PSDB-DEM, reduzido a uma oposição parlamentar restrita ao discurso da corrupção, posto que o modelo econômico aplicado é o mesmo.*

*Os especuladores encontram-se protegidos, eles trazem seus dólares para o Brasil, trocam por títulos da dívida pública, pagando os maiores juros do mundo, isentos de qualquer tributo, podendo fugir do país quando bem entenderem, engordados pela variação cambial, obtendo lucros enormes. As remessas de lucros ao exterior, de US\$ 99 bilhões nos oito anos precedentes a FHC, se elevaram para US\$ 194 bilhões nos oito anos do governo FHC, e atingiram US\$ 343,5 bilhões no governo Lula. O BC fica com os dólares, como reservas internacionais, que não rendem quase nada, pois estão aplicados, em grande parte, em títulos da dívida norte-americana, que pagam juros próximos de zero.*



## TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

Sob o comando de Dilma e sua base, o Estado brasileiro buscou no primeiro mandato atuar como indutor dos mega negócios e investimentos de grandes grupos do capital para consolidar lugar no mundo como exportador de commodities. Sem romper com sua dependência do capital internacional e sem apresentar um projeto de pesquisa e autonomia tecnológica, este modelo não tem sido contraditório com a busca de uma hegemonia regional no continente com o BNDES (banco nacional de desenvolvimento) patrocinando expansão de grandes negócios nos países vizinhos, também na área de infraestrutura. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), associado aos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), que favorece a política de investimentos, é estratégico para esse projeto de aliança do Estado com setores do capital tais como empreiteiras, siderúrgicas, construção civil, agronegócio, capital financeiro. Ampliar investimentos de infraestrutura obedece à lógica de aumentar a competitividade para escoar a produção para exportação e preparar o período do pré-sal (nesse momento inviabilizado pelo valor do barril do petróleo – com grandes consequências na Venezuela e Rússia – e pela crise sem precedentes na Petrobrás, envolta em um mar de corrupção, com perda de patrimônio de 88 bilhões de reais, mas com seus dirigentes mantidos nos postos para além do razoável). A mudança no comando da Petrobrás feita agora, diante da brutal queda de apoio ao Governo Dilma, muda seis por meia dúzia.

Aldemir Bendine (agora super-aposentado do Banco do Brasil, que está sob investigação de favorecimentos, e que se aposentou contando até férias e vale-transporte no cálculo de seu benefício, estabelecendo esse em função de um “salário” de R\$ 62,4 mil reais), que substitui Graça Foster (agora super-aposentada da Petrobrás), foi colocado para assegurar o fluxo de caixa das empresas que se beneficiaram com o processo de corrupção estabelecido pelo núcleo dirigente do Governo. As tentativas de manter a equipe anterior, na contramão da opinião popular, demonstra o nível de compromissos assumidos dentro das esferas de poder. E é este mesmo tipo de compromisso e de grupo que agora vai se beneficiar do patrimônio da Caixa Econômica Federal, agora sob o comando da ex-ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a qual tem a missão de “preparar a abertura do capital social da empresa”, com a oferta pública inicial de ações, o que, em bom português, se traduz numa palavra: privatização, com a entrada de grandes grupos financeiros no seu controle. Frente a essa política econômica e de estado, nós dizemos: nem Forster, nem Bendine, por uma

Petrobrás 100% pública, auditoria sob controle dos trabalhadores.

É este projeto burguês que está por trás das grandes obras tais como hidrelétricas, portos, privatização dos aeroportos, novas linhas de metrô, estádios de futebol e radicais alterações em relação à infraestrutura do entorno a essas obras e na valorização imobiliária (que também começa a produzir uma bolha imobiliária no país de médio prazo), além de medidas como a revisão do Código Florestal.

Não estamos diante de um Estado progressista que desenvolve um projeto nacional para atender os interesses da maioria da população e combater a desigualdade social. Trata-se do seu oposto, sob o comando do PT, o projeto para o Brasil nesta década é o aprofundamento de um Estado indutor para os grandes negócios do capital, naquilo que permite a consolidação do país, em particular, como produtor e fornecedor de ponta de commodities e com este objetivo, ser hegemônico para estes negócios também no continente; de outro lado, um Estado cada vez mais próximo do mínimo ao que concernem os direitos sociais, ambientais, humanos, trabalhistas e democráticos.

Implementando fielmente a visão gerencialista de Bresser Pereira e FHC, o atual governo segue repassando serviços para a iniciativa privada, financiado pelo dinheiro público, como na saúde, ou na educação (PROUNI, FIES), e reduzindo ao máximo o tamanho do aparelho do Estado, aí incluindo os trabalhadores. A terceirização e a produtividade / gestão por resultados são a marca desse período, em que os direitos trabalhistas são sucessivamente reduzidos. É nessa visão de Estado Gerencialista/Mínimo que foi constituída a EBSERH, afrontando, de forma violenta e abrupta, a autonomia da Universidade e os HUs, ao estabelecer a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, dita pública, porém de fundo privado. Essa empresa, ao mesmo tempo em que permite a privatização de serviços ora oferecidos pelo SUS, que são fundamentais para o atendimento de grande parte da população brasileira, desqualifica as relações de trabalho ao impor o regime CLT a trabalhadores públicos. O cumprimento da função social da universidade e de seu papel no fortalecimento dos serviços públicos, questionando o modelo de Estado burguês brasileiro, ficará seriamente comprometido com a constituição da EBSERH. Os HUs constituem a maior retaguarda do SUS, de Sul a Norte deste país, e o principal campo de ensino e pesquisa em saúde. Essas funções primordiais serão degradadas se submetidas à lógica

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

empresarial. Com a criação da EBSEH poderá haver ressarcimento imediato do atendimento de usuários de planos de saúde, tornando óbvio o privilégio destes em detrimento dos usuários do SUS.

Relativamente à privatização da Previdência dos Servidores Públicos, o FUNPRESP (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal) poderá ser um dos maiores fundos de pensão do mundo. Essa medida se insere em tendência mundial ditada pelo Banco Mundial, de reduzir a participação estatal a um benefício mínimo. Os fundos de pensão absorvem grandes quantidades de papéis, pois funcionam trocando o dinheiro dos trabalhadores por papéis que circulam no mercado financeiro. Os tais —ativos tóxicos estão provocando sérios danos aos fundos de pensão. E não são permitidas ilusões quanto ao risco para os servidores federais brasileiros, pois assinala que a responsabilidade do Estado será restrita ao pagamento e à transferência de contribuições ao FUNPRESP. Em outras palavras, se algo funcionar errado com o FUNPRESP; se este adquirir papéis podres ou enfrentar qualquer revés, não haverá responsabilidade para a União, suas autarquias ou fundações.

O ano de 2014 tem evidências que confirmam o recrudescimento do projeto hegemônico do capital no Brasil: fuga de capitais; déficit comercial; pagamento da dívida pública com maior arrocho fiscal das últimas duas décadas (hoje 50% do orçamento são para pagamento desta dívida e 55% dela está nas mãos dos bancos estrangeiros e 16% nas dos fundos privados, dívida que cresceu 2 pontos de janeiro a agosto de 2014, em relação ao PIB); crescimento da inflação; recessão técnica em 2014— anunciada oficialmente; consumo popular corroído pela carestia com crescente endividamento da população, baixo crescimento do PIB; esvaziamento do boom exportador, retrocesso da produção industrial de quase 20% em 6 anos; crise fiscal; crise nos suprimentos de necessidades básicas — água e energia (sem nenhuma possibilidade de estatizar estes serviços, segue na ação reguladora). Um exemplo é a redução de Impostos sobre produtos Industrializados que não asseguram em nada o direito do trabalhador apenas favorece a venda e não impede as “férias coletivas” e demissões em massa. Elementos que tendem a serem aprofundados em especial pelas determinações da crise econômica mundial e pela política da burguesia nacional/governo.

A política do governo é de “seduzir” o capital, apresentando novas oportunidades de investimentos e negócios, realizando

obras públicas em parceria, oferecendo os recursos públicos para sua maior rentabilidade; mercantilizando recursos naturais e alterando a política do petróleo favorecendo o giro dos dividendos, negociando preços, ampliando comércio com nafta, incluindo exportação de plataforma marítima e maior espaço para petroleiras estrangeiras. Isso associado ao arrocho para os trabalhadores, evidenciado nos salários e na precarização do trabalho (34% terceirizados no país), novas modalidades de extração de mais-valia e exploração que combina “moderno e arcaico” — semiescravidão, trabalho infantil, diferenciação salarial por gênero e raça, etc., cooperativas como setores fabris dentre outros. E mais a retração das políticas públicas de caráter público e universal, mercantilizando os direitos sociais básicos e promovendo o assistencialismo de estado como forma de controle político e social dos mais pauperizados.

Mas tivemos em 2014 um período significativo de greves e manifestações, protagonizadas em especial pelo MTST e por algumas categorias de trabalhadores, mas também por outros movimentos sociais. Ainda é distinto do que foi protagonizado em junho de 2013, que contou com uma participação bem mais efetiva de massas, mas já bastante significativa, extrapolando a vanguarda e com potencialidades de crescimento. Foram greves de rodoviários em São Paulo, Rio de Janeiro, São Luís, Salvador, Brasília e outras. Foram os professores do Rio de Janeiro e de São Paulo; trabalhadores da saúde municipal de BH e estadual de Minas. Foram os metalúrgicos de SJC (São José dos Campos); a mobilização dos operários da construção civil em Belém e Fortaleza; as mobilizações e greves nas polícias, como Salvador, Recife ou Brasília; as lutas no metrô de SP, a greve nas universidades estaduais paulistas; a paralisação nas universidades estaduais da Bahia e do Ceará; além do processo do funcionalismo federal, com greves na base da Fasubra, Sinasefe, IBGE e Cultura.

Vários desses processos se deram na contramão das direções colaboracionistas, que buscaram controlar as dimensões dos enfrentamentos. Desde o processo dos garis do Rio, passando pelas manifestações e greves de rodoviários, o acirramento na base permitiu a disputa de um sindicalismo de luta, desenvolvendo elementos de superação da estrutura sindical vigente. Mas ainda são processos limitados na conjuntura, com duros enfrentamentos, seja com a patronal, seja com o judiciário, são semi-articulados, no sentido de que fazem parte de um processo e aprendem com os enfrentamentos anteriores, mas que permitem uma retomada de protagonismo, frente à política e investidas do Governo. Dilma esforçou-se em

## TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*minimizar e desvincular qualquer ligação entre as greves e as lutas dos movimentos populares em relação aos protestos contra a Copa, apesar das nítidas ligações entre as bandeiras e palavras de ordem, que expuseram as opções e prioridades estabelecidas pelo Governo. Mas a significativa reação levou a que, em atividades em que o bloqueio de segurança foi superado, a presidenta tivesse de partir para a retórica, que vai negociar, blá-blá-blá, como fez em manifestação do Sinasefe, ou ainda que iria avaliar a possibilidade de desapropriação da área reivindicada pelos sem-teto, próxima ao Itaquerao, como tentativa de esquivar-se dos protestos.*

*As eleições foram um momento importante de nossas lutas e confirmaram que na essência, o que se tem é a disputa entre setores para comandar a condução da ordem do capital sem diferenças estruturais no projeto. Dilma precisou do movimento e manteve seus compromissos com o capital, na difusão da ideologia do medo se confirma o projeto petista na definição do “menos pior”. As eleições foram o espelho distorcido da resistência da classe trabalhadora. Eleições que confirmam o movimento no sentido de um Estado mais conservador e reacionário, já desenhado com o projeto de governo em curso a mais de uma década, nos espaços legislativos, nacional e estadual e também nos executivos.*

*Dilma se reeleger em uma situação singular. Ainda que as pesquisas não coloquem em xeque a governabilidade, foi necessário esse discurso do medo, de que Marina significaria entregar o Ministério da Fazenda para o Itaú (e Dilma entregou para o Bradesco), de que Aécio traria medidas impopulares e aumento de juros a partir de janeiro (e Dilma já aumentou três vezes depois das eleições, agora para mais de 12%). Tal situação decorre do agravamento do quadro econômico, e a visibilidade de esgotamento do modelo alicerçado nos juros, câmbio e metas de inflação. Mesmo com as sucessivas elevações da taxa de juros que vimos nos últimos meses, subindo de 7,25% para os patamares atuais, o custo de vida acumula significativa alta anual; o PIB foi ao chão, com recessão técnica, e a projeção de crescimento deste para 2015 caiu de 2% para 0,8% ao final de 2014, e para 0,38% agora na terceira semana de janeiro. As projeções de inflação seguem crescentes, sendo a projeção inicial em janeiro, para 2015, de 6,67%, já corrigida para 7,3%. A inflação dos últimos 12 meses (fev/14 à jan/15) ficou em 7,14%, e o IPCA só do mês de janeiro ficou em 1,2%, e isso sem sentir ainda os efeitos do tarifaço na água, energia e combustíveis, o que torna impossível ao mais inocente dos brasileiros, acreditar que a inflação vá ficar no*

*centro da meta, de 4,5% ao ano, ou no mínimo abaixo do teto da meta, de 6,5% ao ano.,*

*Outros ministros reforçam a sinalização ao mercado, além do Bradesco na Fazenda, como Kátia Abreu (CNA) na agricultura e Armando Monteiro (CNI) no Desenvolvimento e indústria. Ou seja, nunca foi tão explícito que o governo é estabelecido diretamente pela burguesia. Temos um governo petista que chegou ao auge de submissão e dependência das permissões dos detentores do capital, com maior crise no parlamento (ainda mais conservador), com ensaios nacionalistas de extrema direita levantando até a volta dos militares, mas que ainda não ganhou tecido social. E diante desse cenário, sendo desnudada a corrupção na Petrobrás, e a burguesia tendo Temer ou até Cunha como alternativas de poder caso Dilma não se enquadre, a opção lamentável do governo foi de se distanciar mais dos movimentos e adequar-se ao programa da direita tradicional.*

*Aliás, esse é o discurso dos que se esforçam em ainda tentar justificar a ortodoxia neoliberal de Dilma, de que se ela não fizer exatamente o que a burguesia quer, vem impeachment e aí outro governo para fazer...o que Dilma está fazendo. Em outras palavras, para que outro governo não explore os trabalhadores, deixa que esse aqui mesmo faz o serviço de explorar. Lógica difícil de ser aceita até pelos mais ingênuos. Se há um ataque da direita, ao invés de fazê-la triunfar na condução da economia, deveria enfrenta-la, recaindo o custo da crise sobre as elites, e apoiando-se nos movimentos populares para esse enfrentamento. Mas os movimentos populares só são lembrados para pedir-se colaboração, para que a população apoie as políticas para garantir a fartura nas contas bilionárias dos banqueiros, para que a crise continue sobre nossas costas, e para que as mobilizações sejam freadas. Avançando nesse debate com esse setor que tenta defender o Governo, se o risco de impeachment é pela corrupção, por que o Governo não a combate? Por que é mantido todo o fisiologismo na “base aliada”? Por que o governo manteve por tanto tempo a direção da Petrobrás que sugou como nunca essa empresa, e agora prepara a entrega da Caixa? Não somos parte da fração da população referenciada pela burguesia do PSDB, a qual está utilizando o discurso do impeachment para disputar quem será a direção de um governo pró-burguês, mas não nos colocamos entre os que bradam “contra o golpe, a tarefa é defender Dilma”. Primeiro, porque Dilma realiza um golpe eleitoral, com um governo muito mais a direita do que vimos em seu discurso de campanha, e segundo, porque as verdadeiras mudanças só*

## TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*virão das ruas, dos movimentos sociais ao lado dos quais priorizamos atuar para construir a resistência aos ataques do capital, e um programa efetivamente a serviço dos trabalhadores. E a mesma fraude eleitoral que se vê no plano nacional, também se traduz nos Governos estaduais, como São Paulo e o colapso da água, Paraná e os ataques aos servidores públicos (e a resistência, com greves e ocupações), entre outros.*

*Temos uma situação no país de que, desde 2012, houve uma inversão na dinâmica social, com a população regredindo em suas condições de vida e de renda. Nesse início de fevereiro, as novas pesquisas de opinião mostram um despencar da popularidade da presidente, onde 44% consideram a gestão de Dilma ruim ou péssima, 55% avaliam que ainda vai piorar mais, e apenas 23% que consideram o governo ótimo ou bom. Esses dados tornam-se ainda mais impressionantes, porque não estamos falando de um final de governo, mas de um que está apenas em início de segundo mandato. Para 46% dos eleitores ouvidos pelo instituto, Dilma mentiu durante a campanha eleitoral do ano passado, e outros 14% acreditam que a então candidata falou somente mentiras durante o processo, sendo que somente 14% dos eleitores acreditam que Dilma não sabia do esquema de corrupção na Petrobras. E as opções de Dilma para enfrentar essa crise, jogando o tarifaço e atacando a educação, aposentadorias e pensões, podem até alegrar parcela significativa dos banqueiros, mas não reverte o descontentamento generalizado, que se sentiu enganado nas promessas eleitorais, e que podem desembocar em novas manifestações de massa.*

*As propostas de reforma política e constituinte são políticas que podem reverter em mais conservadorismo e medidas reacionárias se ficarem nos marcos desse congresso, que certamente não converge com posições como o financiamento público de campanha, a revogabilidade de mandatos, parlamento unicameral, entre outras medidas. Com um congresso cada vez mais conservador, não há possibilidade de avanços democráticos e sociais se não for arrancado pelas mobilizações populares. E o processo de corrupção é um problema da opção de governar com a burguesia, almejando inclusive incorporar-se a ela, e não é um problema da estrutura eleitoral, até porque se a corrupção fosse exclusivamente para o financiamento das campanhas, bastaria às empresas fazerem doações oficiais para as candidaturas, que não são limitadas, sem a necessidade de doleiros, que caracteriza a*

*necessidade de lavagem do dinheiro para o enriquecimento pessoal das equipes de governo.*

*São assombrosas as fontes de corrupção do Estado e das instituições políticas da democracia burguesa (basta ver a nova onda de denúncias de corrupção que atinge inúmeras casas parlamentares e executivos nos âmbitos estadual e municipal, além das ininterruptas denúncias no primeiro escalão do governo federal), a endêmica corrupção no capitalismo brasileiro é ainda mais alargada com os megaeventos e a utilização de dinheiro público ou toda ordem de favorecimentos para os amigos do Estado e do BNDES neste projeto de grandes obras.*

*E enorme diferença entre a posição do Brasil na economia mundial, por um lado e no atendimento aos direitos humanos, de acordo com o IDH, por outro lado, é inadmissível. Não há congruência entre nossas riquezas e nossa realidade social. Não há coerência entre o discurso ostentoso e a liquidação do patrimônio nacional. Esta situação de desigualdades e ônus para os trabalhadores, frente à crise, abre brechas para a ocorrência de lutas populares. Há uma conjuntura de crescimento de greves e protestos. Não por acaso aumenta a política de repressão do aparelho de Estado e os mecanismos de criminalização das lutas populares e da pobreza. Seja para preparar uma mão-de-obra em condições mais precárias de trabalho, para disciplinar e promover —faxinas étnicas e sociais nas comunidades e bairros mais pobres, onde vão ocorrer as grandes mudanças urbanas com os megaeventos, ou para conter ou inibir o crescimento da resistência social.*

*Para minimizar os efeitos da crise para os empresários, o cenário é de redução das isenções (que só beneficiaram os empresários, razão pela qual somos contra as isenções, que é uma forma indireta de repassar verba pública para os capitalistas, e somos a favor de uma política de garantia do emprego) e aumento da taxa de juros. Essas medidas se somarão à dinâmica de desaceleração da economia, a qual apesar de ser um problema significativo para os trabalhadores, não vai comprometer a remuneração do grande capital, pois o objetivo do superávit vai assegurar mais recursos para financiar os especuladores via mecanismos da dívida, cada vez mais alimentada pelos patamares de juros atuais.*

São parte das medidas:

- Aumento da taxa de juros;



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

- Retorno da CIDE (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico), elevação de PIS (Programa de Integração Social) e COFINS contribuição para o financiamento da Seguridade), IPI (Imposto sobre produtos Industrializados) e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), criando muitas sobretaxas e elevação de impostos (por exemplo, a elevação de 0,22 a 0,27 centavos no preço da gasolina, mesmo com a grande queda no preço do petróleo);
- Investimentos restritos às parcerias PPPs, aumentando a privatização e concessões;
- Redução das isenções na produção;
- Reajustes tarifários;
- Manter uma política tributária que assegure os compromissos financeiros (mesmo a correção da tabela do IR, em 4,5%, ficou abaixo da inflação e dos acordos salariais, o que acarreta incremento da arrecadação). Assim, somado à arrecadação das concessões, pode, mesmo com o mega-incentivo ao agronegócio, manter a remuneração via dívida, atualmente em 2,05 trilhões;
- Acenar para os empresários, com a desoneração da folha agora ficando permanente – para a previdência, uma renúncia fiscal de 1,6 bi, em troca da “manutenção” de empregos (SJC e ABC mostraram que a história não funciona assim), e que coloca novas investidas sobre a previdência e o salário mínimo num futuro próximo;
- Também acenar para os empresários com a volta da restituição tributária de 3% das exportações;
- Avançar em interesses privados na saúde e educação (além das políticas já desenvolvidas via fundos de pensão), enquanto mercadorias para serem exploradas pelo capital e desoneradas das funções do Estado, o que traduz a acirrada disputa entre o PMDB e o PROS (vencida por Cid Gomes) pelo MEC. Por exemplo, a votação do PNE, mantendo o ensino privado no destino dos 10% do PIB; no ProUni, enquanto mecanismo de remuneração do ensino privado nesse período de fusões/aquisições para se readequar ao mercado,

através dos “voucher” das bolsas parciais; na internacionalização do capital da educação, com a entrada da maior empresa de educação dos EUA, com sede em Phoenix e unidades na Europa e Ásia, com a fusão entre a Kroton e a Anhanguera no CADE – afinal é assunto econômico, e não educacional !! – criando uma gigante multinacional da educação, e renunciando a qualquer projeto de soberania, entregando a essa instituição algo perto de 1 milhão de alunos; e agora, depois das discussões e tentativas de isenções fiscais para os planos de saúde, da “anistia” das multas dos planos, da Ebserh nos hospitais universitários, e da empresa no INCA (Instituto Nacional do Câncer), o STF (Supremo Tribunal Federal) promove audiência para reintroduzir o debate da diferença de classe no SUS, ou seja, o SUS vai piorar, e os usuários que paguem complementação ao SUS nos hospitais conveniados para garantir a qualidade que seja possível alcançar na saúde privada dentro de seus limites doméstico-orçamentários. Assim, fica dada a dinâmica do serviço público, por exemplo, de nenhuma concessão, de privatizações (outros modelos de Ebserh para o resto do funcionalismo – PL 92), ataques à previdência e aos aposentados, produtivismos, terceirizações, etc.

Dilma anuncia que a prioridade é a educação, e seu lema “Brasil Pátria Educadora”. Jogada de marketing para as manifestações populares. Nem entraremos na discussão do slogan nacionalista, inusitado para quem viveu a tirania do regime militar, ou na ausência de explicação de que tipo de educação, se emancipatória ou para o mercado (algo que, pelas primeiras entrevistas de Cid, já está ficando nítido na reforma curricular e no ensino profissionalizante, o que se almeja é acelerar para o mercado, sem pesquisa e soberania). Mas a prioridade de Dilma se mostrou já no anúncio dos cortes para o superávit pedido pelos banqueiros. 32% do total cortado sairá... da educação, uma redução de 600 milhões por mês. Pensando bem, para um ministro da educação que considera que educar deve ser um ato de vocação, e não um serviço justamente remunerado, e que quando governador entrou no STF contra o piso nacional do magistério... infelizmente faz sentido. E até o fechamento desta tese, apesar dos sucessivos esforços da direção da Fasubra em reabrir negociações, não há qualquer resposta do ministro ou de qualquer integrante da equipe do MEC.



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

Do ponto de vista fiscal a educação também continua sendo prioridade... para a arrecadação. Se teve isenção para montadora de automóveis, a educação nunca teve esse mesmo benefício. Iniciamos 2015 com altos impostos nessa área, por exemplo, lápis e caderno – 35%, caneta 47,5%, régua 44,6%, borracha 43,2%, cola branca 42,7%, estojo 40,3%, pasta plástica 40%, estojo 39,7%, fichário 39,4%, papel sulfite e folha de fichário 37,8%, tinta guache 36,1%, caderno tipo universitário 35%, e por aí vai.

Mas o pacote de medidas de Dilma começou 2015 com muito fôlego, com medidas do governo que restringem o acesso ao seguro-desemprego, PIS, auxílio-doença e pensão por morte, num grave ataque à seguridade pública, um direito dos trabalhadores previsto pela Constituição de 1988 e conquistado com muita luta, retirando assim históricos direitos trabalhistas. A previsão é de cortar 18 bilhões, para assim assegurar os incentivos aos patrões, e o superávit para o pagamento da dívida.

Para ter acesso ao seguro-desemprego, o trabalhador terá de ter, ao invés de 6 meses, no mínimo, um ano e meio de contribuição ao INSS. Essa medida vai afetar principalmente os jovens que acabam de entrar no mercado de trabalho, na maioria das vezes, por meio de serviços temporários, de alta rotatividade e de baixa qualidade. Eles representam 74% dos que recorrem ao seguro-desemprego. Esse mesmo jovem deverá ser o mais atingido por outra medida: para receber o PIS, o tempo mínimo trabalhado passa a ser de seis meses consecutivos no ano, e não mais um mês.

No caso das pensões por morte, os cortes também chegaram. O tempo mínimo de contribuição do segurado será de dois anos, com o mesmo período de união estável, e o valor da pensão cairá para 50% do salário (com variações de acordo com o número de dependentes). Também quer dar aos médicos contratados pelos patrões o mesmo poder dado aos peritos do INSS para determinar se o trabalhador terá direito ou não ao auxílio-doença (que passará a ser pago pela empresa por até 30 dias), o que significa ter de trabalhar doente.

Ressalta-se que o seguro-desemprego e o PIS são financiados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que é bancado pela contribuição da classe trabalhadora e deveria ser usado exclusivamente em seu benefício. Essas medidas terão de ser aprovadas no Congresso em um prazo de 120 dias, e nosso plano de lutas precisa contemplar esse enfrentamento.

Em defesa do serviço público, exigimos concurso e fim das terceirizações. O baixo índice oficial de desemprego e o constante aumento de pedidos de seguro desemprego está diretamente ligado as empresas de terceirização de mão de obra, onde o estado é o maior contratante. Essas empresas sonham os impostos, não repassam as obrigações sociais como FGTS e INSS, mas descontam dos trabalhadores. Encerram suas atividades para não pagar direitos dos trabalhadores, como horas extras e férias e mesmo assim os órgãos do Estado das três esferas continuam contratando essas mesmas empresas, somente com outra razão social. As terceirizações não só precarizam o trabalho, mas está comprovado que os serviços públicos prestados ficam em piores condições.

O Governo se posiciona sem oferecer nada aos movimentos. Para isso, intensifica a criminalização das lutas. A repressão jurídica tem sido a marca, com sucessivas definições de ilegalidades de movimentos. A abusividade, comandada a partir da AGU/Adams, tem buscado frear o movimento, hierarquizando suas iniciativas a partir do controle das forças de repressão. São exemplos a criminalização das greves de PMs, agora com liminar cobrando 1,1 milhão das associações de policiais de Pernambuco, supostamente o custo do uso da Força Nacional de Segurança, e a definição preventiva em 1 mês de antecedência de que qualquer greve da Polícia Federal seria abusiva durante a copa. Nas greves de rodoviários, pesadas multas para proibir as greves (o que se mostra inútil, na medida em que esses movimentos se estruturam à revelia da posição oficial das entidades), tentativas de corte de ponto em algumas Universidades isoladas, e também corte de ponto dos trabalhadores em greve do IBGE e da Cultura.

Não suficiente isso, Dilma veta a lei que previa a liberação de dirigentes sindicais, e tramita agora no senado, após aprovação na câmara, a lei de (impedir) greve, com índices absurdos de trabalhadores que não podem fazer greve, aumento no número de dias de antecedência que se tem de avisar uma greve, condições para aprovação, etc., isso após a portaria do ministério da defesa de dez/2013, que nos coloca praticamente na condição de terroristas. Na prática é um projeto que retira dos servidores públicos o direito de fazer greve, o que vai nos remeter a uma condição pré-1988, onde tínhamos de fazer greves mesmo que na ilegalidade.

Se mesmo com essas lutas e fragilidades identificadas dentro do Governo não está fácil impor algum nível de derrota à política do Governo, por outro lado não se pode descartar a

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

possibilidade desses movimentos terem potencial necessário para ampliar-se, apoiando-se na insatisfação popular que deve crescer diante do ajuste econômico, e forçar o Governo a concessões aos movimentos. Por isso setores do movimento terão de se confrontar mais com a classe para defender esse governo. O maior exemplo recente é a declaração do presidente da CUT (Central única dos Trabalhadores), Wagner Freitas, defendendo a redução de salários, o congelamento em 2015 e 2016 e o ajuste de PDV (Programa de Demissão Voluntária), tendo sido derrotado na assembleia dos metalúrgicos da Volks. Segundo ele, *“Não é um programa que discuta uma dificuldade momentânea da empresa por uma questão particular. Seria por crise econômica constatada pelo Ministério do Trabalho e da Fazenda. Não é opinião do empresário e nem do trabalhador”*, fundamenta entusiasmado Wagner Freitas, presidente da CUT. Com essa postura, o dirigente sindical escancara a visão de mundo, que passa a propagar o Estado capitalista como neutro e independente das classes sociais. Concluindo, portanto, que nós, trabalhadores e trabalhadoras, devemos depositar nesse mesmo Estado, toda nossa confiança. Wagner ainda afirma *“haveria redução da jornada de trabalho e dos salários e o governo, por sua vez, abriria mão de alguns tributos – não especificados – além de contribuir com recursos para que o salário do trabalhador não caia muito”*. Para que o salário do trabalhador não caia “muito”, o governo vai reduzir impostos para os empresários e ainda, com recursos públicos, pagaria uma pequena parte do salário do trabalhador que fora cortado pela empresa.

Diante da recusa dos trabalhadores em precarizar suas condições de vida, a Volks optou por demissões a ferro e fogo, mas no caminho da luta os trabalhadores foram as ruas e forçaram a direção da empresa a recuar em seus ataques. Em 11 dias de paralisação e manifestações na Anchieta, a greve e a mobilização na Volks, com o apoio dos demais trabalhadores da região, reconquistou o emprego de 800 trabalhadores demitidos por telegrama. Foram os trabalhadores ensinando à direção da CUT como resistir aos ataques da patronal. Demitiu Parou!!!

Ao mesmo tempo em que questionamos as direções atreladas ao Governo, precisamos desenvolver uma discussão que envolve a concepção de algumas organizações e a disputa por dirigir aparelhos, por vezes opondo os quadros dirigentes ao resto da massa. Um exemplo do que isso significa tem sido o funcionalismo, com as centrais substituindo as entidades representativas das categorias na representação frente às

massas e ao governo. Polemizamos essa concepção no último seminário de 2014 do fórum dos spf (Servidores Públicos Federais), que em nome desse reconhecimento das centrais e da consensualização, chega à conclusão de que a definição possível do encontro é a pauta das últimas campanhas, e o resto vai ser debatido depois. Extremamente verticalizado, e com uma pauta que tem um problema: não serviu para fazer movimento em todas as tentativas anteriores, e na maioria das categorias, nunca representou qualquer nível de discussão na base, é mais moeda de negociação para discussões e acertos com o governo. Ao menos, conseguiu-se apontar para uma plenária do funcionalismo, que se combina com o calendário que definimos na plenária da Fasubra, ou seja, 31 jan, 01 e 02 de fev reunião ampliada dos spfs (que aprofundou a discussão da pauta), somado ao nosso calendário de paralisação nacional de 24 horas nas Instituições Federais de Ensino Superior em 03 de março de 2015, com ato nacional contra a Ebserh em 06 de março no Rio de Janeiro.

Por fim, no período mais próximo à eleição, o protagonismo mais significativo coube aos movimentos sociais, e em especial do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) – crise para Haddad e Alckmin, por exemplo. As organizações sindicais identificadas com um projeto genuinamente de esquerda para o país precisam propor uma plataforma de lutas contra o ajuste fiscal, já indicado pelo governo Dilma e em defesa de reformas populares (reforma agrária, urbana e avanços nos direitos para a classe trabalhadora e juventude), como um gesto de unificação na luta com o MTST e demais movimentos que tem protagonizado os principais enfrentamentos contra o capital, para efetivamente avançarmos do quadro vigente de atomização das organizações e iniciativas políticas. Não se trata de propor Encontros que pressupõem debate de concepção e rumos da reorganização que não são possíveis de serem tratados agora, mas de apontar que a unidade tem que ser nas ruas.

## CONSTRUÇÃO DA NOSSA PLATAFORMA DE LUTAS

*É importante entender os limites da política do governo Dilma, dos governos da sua base de sustentação e dos governos da oposição de direita, que em essência preservam o Capital. Esses governos aplicam a política de orçamento da dívida comprometido em quase 50% para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública; a ausência de uma política para impedir as demissões no setor privado; o dinheiro do FGTS e*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

das reservas cambiais para salvar o agronegócio, montadoras, bancos e a dívida externa das grandes empresas privadas. Enquanto se anunciam ajustes e cortes para gastos e investimentos sociais, e congelamento de concursos públicos, a política do governo avaliza e incentiva um processo de reforma na legislação trabalhista, e promove a criminalização das greves.

A FASUBRA precisa estar na linha de frente da resistência à crise, se solidarizando com a luta dos demais trabalhadores e incentivando o debate e politização de sua base. O projeto que sai vitorioso nas eleições precisa ser confrontado com a própria classe, com os movimentos populares e isso exige:

Definir pauta coletiva que responda às necessidades destes segmentos populares e possa mobilizá-los e assim ampliar o horizonte das lutas, associando estas às formas organizativas que junte os trabalhadores à juventude, os desempregados e os que lutam pelo direito à vida no campo e na cidade.

Fortalecer no cenário o projeto estratégico da classe, se enfrentando com a ordem do capital na perspectiva de sua ruptura, mas a partir de pauta que mobilize este trabalhador, defendendo a organização e direito de luta, e fortalecendo espaços já conquistados, como a luta pelo projeto de educação a partir dos ganhos do Encontro Nacional.

## REIVINDICAÇÕES GERAIS

- - Fim imediato do pagamento dos juros e amortizações da dívida para os grandes banqueiros e especuladores, suspensão do pagamento da dívida externa, fim do superávit primário;
- - Luta em defesa do emprego, contra qualquer forma de flexibilização e precarização do trabalho, contra o PL 4330, pela estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, proibição de remessa de lucros das multinacionais para o exterior. Nenhum pacto ou acordo que aceite retirada de direitos, como foram o ACE (Acordo Coletivo Especial) e o PPE (Programa de Proteção ao Emprego).
- - Controle público e do Estado de empresas que promovam demissão em massa ou próximas de fechar. O Estado garante o emprego dos trabalhadores com uma intervenção direta no

controle da propriedade das empresas que demitem;

- - Em defesa da mobilidade urbana e do passe livre;
- - Reestatização da Embraer, da Vale do Rio Doce e demais empresas privatizadas;
- - Pela Petrobras 100% estatal e nacional. Pela condenação de corruptos e corruptores da Petrobrás. Por uma auditoria independente realizada pelos trabalhadores da empresa.
- - Reversão do ataque ao seguro desemprego e pensões. Extensão do seguro-desemprego para pelo menos 12 meses, aumento do seu valor, incluindo aí direitos para o desempregado, como verba para transporte;
- - Isenção do Imposto de Renda dos trabalhadores assalariados, quem tem de ser taxado é o capital;
- - Extensão dos programas sociais do governo para trabalhadores desempregados;
- - Nenhuma reforma trabalhista, nenhum direito a menos!
- - Contra a flexibilização dos direitos;
- - Nenhum corte ou ajuste dos Orçamentos da União, dos estados e municípios em serviços públicos, na educação, na seguridade social, etc.;
- - Orçamento público para os serviços públicos e não para banqueiros! Orçamento para saúde, educação pública, moradia, reforma agrária;
- - Massiva e imediata política de investimentos estatais na construção de escolas, hospitais, casas, serviços de infraestrutura como saneamento, não apenas para gerar empregos, mas também para levar dignos serviços públicos e sociais para a maioria da população, especialmente nestes tempos de crise;;
- - Não a reforma tributária que quer desviar mais recursos da Seguridade Social;
- - Reforma tributária progressiva, que taxe o lucro, o grande capital e as grandes fortunas;

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

- - Controle de capitais, fim da remessa de lucros;
- - Controle estatal sobre os bancos que especulam com títulos da dívida e dinheiro público. Aqui não se trata de uma estatização para saneamento dos bancos, mas uma estatização que toque direto no problema da propriedade e na necessidade de controle estatal até para garantir créditos e juros baratos, fim da especulação bancária, etc.;
- - Por uma campanha nacional, unitária e democrática pelo fim da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. Em defesa do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), do MST (Movimento Sem Terra) e dos movimentos sociais. Apoio às ocupações de terra e terreno urbano;
- - Não a perseguição contra ativistas e dirigentes sindicais, estudantis e populares;
- - Livre direito de organização e de greve;
- - Contra a política de criminalização da pobreza e extermínio da população pobre;
- - Nenhuma política de relação desigual do Estado brasileiro com os países da América Latina;
- - Nenhum acordo de livre comércio com os EUA;
- - Revogação da lei do petróleo. Fim dos leilões de bacias petrolíferas. Pelo volta do monopólio do estatal brasileiro sobre o petróleo. Petrobrás 100% brasileira: reestatização da Petrobrás!
- - Democratização dos meios de comunicação, auditoria e controle social sobre os contratos do Governo com as grandes corporações de comunicação;
- - Fora as transnacionais da Amazônia;
- - Contra o novo código florestal;
- - Em defesa da reforma agrária e da agricultura família;
- - Fora os transgênicos;
- - Por uma política que garanta a soberania alimentar;

- - Contra a construção de barragens na Amazônia.

## REIVINDICAÇÕES DO FUNCIONALISMO

- - Defesa dos direitos dos trabalhadores do setor público, do cumprimento dos acordos salariais anteriores e do estabelecimento de novos acordos com reajustes dignos.
- - Fim das terceirizações, precarizações e privatizações dos serviços públicos. Defesa do Regime Jurídico Único. Concursos públicos para contratação de mais trabalhadores para atender a demanda das áreas sociais;
- - Definição de data-base para 1º de maio e direito de negociação coletiva;
- - Política salarial permanente para o setor público, com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- - Retirada de projetos de lei, medidas provisórias e decretos contrários aos interesses dos trabalhadores públicos;
- - Índice linear de 27,3%
- - Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores
- - Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.
- - Anulação da reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares.
- - Extinção do fator previdenciário
- - Incorporação de todas as gratificações produtivistas
- - Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
- - Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais.
- - Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial.

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

- - *Pec. 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez.*
- - *Liberção de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira.*
- - *Pela revogação da EBSEH*
- - *Por uma política adequada de saúde do servidor e combate ao assédio moral/sexual e às opressões.*
- - *Readmissão dos temporários demitidos na greve do IBGE.*
- - *Revogação das orientações normativas que mudaram os critérios para concessão de insalubridade e periculosidade.*
- - *Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;*
- - *Pela autonomia sindical e defesa do direito de greve no funcionalismo. Contra os projetos de lei que visam impedir o direito de greve no funcionalismo;*
- - *Em defesa da previdência pública e da paridade entre ativos e aposentados – pela revogação do FUNPRESP;*
- - *Pelo direito à contagem do tempo dos cursos de capacitação efetuados pelos aposentados quando estavam na ativa;*
- - *Pela reabertura do período de opção para adesão ao PCCTAE pelos trabalhadores que ainda não o fizeram;*
- - *Contra os efeitos nocivos do PL 2203/11, como a redução nos valores de periculosidade e insalubridade;*
- - *Em defesa dos HUs, contra a EBSEH;*
- - *Democratização da Gestão – Eleição Direta, Paritária e Democrática de Reitores e Diretores, com participação dos movimentos sociais;*
- - *Pela aprovação do Projeto de Universidade construído pela Fasubra;*
- - *Construção de creches nas Universidades;*
- - *Pela efetiva implantação da política nacional de formação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, com definição pelos mesmos das necessidades de formação e de estruturas curriculares;*
- - *Contagem de todo o tempo de serviço público para efeitos de enquadramento.*

## REIVINDICAÇÕES DA PLATAFORMA DA FASUBRA

- - *Piso de 3 salários mínimos, sep. de 5%, sem compressão da intercorreção entre os níveis de capacitação e classes;*
- - *Racionalização de cargos;*
- - *30 horas semanais – redução da jornada sem redução salarial;*
- - *Não incorporação do VBC;*
- - *Reposicionamento dos aposentados;*
- - *Concurso público pelo RJU para todos os cargos de todas as classes. Fim da terceirização e da precarização das relações de trabalho.*

## EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS: MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A estrutura do sistema educacional no Brasil está em sintonia com o padrão de economia dependente subalterna de nossa nação, na qual a política educacional construída nos últimos 50 anos, trilhou um caminho que atendeu os interesses políticos e econômicos de diversas frações da burguesia que se beneficiam com esse padrão dependente de reprodução do capital no país.

Os rumos das políticas educacionais estimuladas pelo Ministério da Educação dos Governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, apresentaram uma perspectiva tecnicista, insuficiente para construir reflexões científicas visando o desenvolvimento de determinadas pesquisas,



## TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

essenciais para a concretização de efetivas transformações sociais, políticas e econômicas em nosso país.

As políticas para educação nos últimos 20 anos, caracterizadas por um teor mercantilista, retiraram de forma indireta, a obrigação do Estado com a população, concedendo à iniciativa privada amplo espaço para comercializar esse direito constitucional; contribuindo assim com as demandas das diversas esferas do capital que nessas últimas décadas se deparam com uma crise do modo de acumulação neoliberal, que interfere diretamente na manutenção das taxas de lucros.

Se durante o tenebroso período dos Governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), as políticas educacionais para o Ensino Superior estruturada pelo Estado brasileiro se caracterizaram por uma grande estagnação e restrição de verbas para investimento de serviços de consumo e contratação de pessoal para as Universidades Públicas, e se não ocorreu durante essa década uma expansão de suas estruturas físicas; na década de 2000, as Universidades Públicas vivenciaram uma intensa reestruturação. Com o Decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que instituiu o “Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)”, o Brasil se deparou com uma expansão física vertiginosa dessas Universidades (com a criação de novas Universidades e com a criação de diversos campi avançados no interior do país), bem como uma expansão do número de vagas na graduação e na pós-graduação nessas Universidades.

Todavia, essa expansão ocorreu sob parâmetros não reivindicados pela comunidade universitária no decorrer das décadas anteriores, uma vez que o REUNI apresenta concepções que avançam para a construção de uma Educação Superior Pública dentro de uma lógica privada, na qual as Universidades se submetem a metas mercantilizadas condicionando o financiamento de custeio e de pessoal, a uma estrutura precária nas condições de trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos em educação que atuam na construção do ensino, pesquisa e extensão nessas Universidades, e a uma escassez de financiamento para assistência estudantil que possibilite uma permanência de fato dos discentes nos cursos de graduação e pós-graduação.

O REUNI condicionou os recursos para a realização da reestruturação apenas após a aprovação do plano de metas da Instituição, sendo que a continuidade dos repasses dependia do cumprimento dessas metas. Em síntese, o Reuni simbolizou

a proposta apresentada por Fernando Henrique Cardoso e Bresser Pereira no decorrer da década de 1990, caracterizada pelos “contratos de gestão”, que foi barrada pela resistência da comunidade acadêmica naquele período. Essa expansão mercantilizadora imposta pelo REUNI foi implementada nas universidades sem maiores discussões por conta do autoritarismo e da chantagem a que ficaram submetidas às universidades: ou aceitariam ou não receberiam recursos adicionais.

Todo processo autoritário teve a participação da maioria dos Reitores. O resultado dessa política hoje é a queda de qualidade na maioria dos cursos implementados através dessa expansão. Muitas vagas foram criadas, não estabelecendo a contratação de trabalhadores docentes e técnico-administrativos em educação para dar conta dessa expansão. Diversos cursos criados durante a implementação do REUNI apresenta carência de docentes em disciplinas básicas, o que compromete não somente a qualidade mais também a própria existência do curso. Quando temos contratação de trabalhadores, isso se faz de forma precária, com terceirização de técnico-administrativos em educação e professores temporários, intensificando o processo de precarização das condições de trabalho nas Universidades, e comprometendo a qualidade e quebra o princípio ensino, pesquisa-extensão, já que esses profissionais não fazem pesquisa e em alguns campi somente eles atuam. Outro problema do REUNI é a implantação dos cursos de Bacharelados Interdisciplinares que sequer tem mercado de trabalho para quem os conclui.

Os rumos da Educação Superior Pública no Brasil estão relacionados diretamente com a lógica de funcionamento do capital que é estruturado, por uma lógica destrutiva, incontrolável e de contínua expansão; e nesse sentido a Educação Superior Pública no Brasil regulada ainda pelo Estado que não está isenta ou imune à intervenção do capital. No Brasil, com sua estrutura econômica dependente subalterna, os caminhos da Educação Superior Pública, ganham contornos mercadológicos quando pensamos a situação atual e as consequências futuras das políticas governamentais apresentadas nessas últimas décadas, para esses setores do Estado Brasileiro. O REUNI apresenta premissas similares que caracterizam o modelo de gestão do Estado Brasileiro, estruturado na construção de uma sociedade regulamentada pela ausência de direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, e pelo fortalecimento da lógica

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*privada, mercadológica e destrutiva nas relações sociais de produção.*

*Mesmo que durante os últimos 12 anos de Governos do PT foram investidos anualmente menos que 4% do Orçamento Geral da União, a Dilma em seu segundo mandato não se furtou em recorrer à hipocrisia ao afirmar que o lema do seu Governo para os próximos 4 anos será “Brasil: Pátria Educadora”. A última ação do novo Governo Dilma que demonstra que esse lema não passa de uma falácia, refere-se ao Decreto 8389 de 7 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2015, que cortará da Educação o montante de R\$ 586 milhões de reais por mês. Como um Governo propõe retirar R\$ 586 milhões de reais, já de um pífilo orçamento previsto (menos de 4% do Orçamento Geral da União), de um setor que diz ser o lema e o objetivo para os próximos 4 anos? Não podemos acreditar no discurso desse Governo, pois a política econômica em voga não possibilitará a destinação de verbas públicas para a Educação que seja suficiente para transformar o Brasil em uma “Pátria Educadora!”.*

*O cenário que se anuncia para as Universidades Públicas para os próximos 4 anos não é dos melhores, o que já estava ruim e precário, tende a piorar! É grande a possibilidade das Universidades Públicas vivenciarem momentos críticos com drástica redução de verbas de custeio e de capital, com intensificação da precarização das condições de trabalho com desvalorização salarial. O único caminho que temos é preparar uma forte mobilização nas Universidades Públicas para buscar recursos visando à valorização da carreira, a realização de concursos públicos pelo Regime Jurídico Único que atendam efetivamente toda a demanda existente e visando ampliação das verbas para a construção de uma Universidade Pública gratuita com qualidade.*

## **AUTONOMIA E DEMOCRATIZAÇÃO: UMA DEMANDA JUSTA, URGENTE, NECESSÁRIA PARA A FASUBRA.**

*As bandeiras da “Autonomia Universitária” e da “Democratização Efetiva das Universidades” devem ser centrais para a FASUBRA nesses próximos anos. Não existe nenhuma justificativa plausível em termos científicos, morais e acadêmicos, para a manutenção dos Conselhos Superiores constituídos por 70% de docentes, e 30% entre técnico-administrativos em educação, discentes e comunidade; ou*

*mesmo que qualquer processo eleitoral para a administração superior das Universidades Públicas tenha os votos dos docentes um peso equivalente a 70%. É inadmissível que em pleno século XXI, a ampla maioria das Universidades Públicas ainda não tenha Conselhos Superiores Paritários, ou que inúmeras dessas Instituições não adotem o processo paritário para a escolha dos reitores e reitoras.*

*Se nas últimas duas décadas, as Universidades Públicas se estruturaram sob uma democracia restrita, acompanhando a estrutura dos regimes democráticos na América Latina, nos últimos anos, os membros das comunidades universitárias, atuaram para transformar a estrutura acadêmica e administrativa dessas Instituições. Isso se expressa no constante movimento nas Universidades Públicas em defesa da prática da paridade nas eleições para Reitor ou para Diretor de Faculdades e Institutos; bem como na busca por estruturar de forma paritária, os conselhos deliberativos das Instituições como, por exemplo, na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), na qual o Conselho Universitário é constituído de forma paritária entre os segmentos, conforme expressa o Regimento Geral dessa Universidade.*

*Cabe destacar, que a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, afirma no parágrafo 3º do Artigo 10, que “o Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica”.*

*A questão da “Autonomia Universitária” hoje também se configura como um show de horrores! O Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento chantageiam os reitores e reitoras das Universidades Públicas, utilizando-se do viés financeiro. Foi assim com o SINAES, com o REUNI, com o ENEM, e está sendo assim com a EBSEH; uma vez que o método do Governo do PT despreza todo o necessário espaço de debate democrático e opção de escolha, condicionando o repasse de mais verbas se, e somente se, as Universidades Federais acatarem as imposições que ferem o caráter público, gratuito, de qualidade dessas Instituições. Respaldados pela simples perspectiva do Estado Democrático de Direito que caracteriza o estado brasileiro, a nossa luta se baseará pela*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

efetivação do Artigo 207 da Constituição Federal aliada à luta pelo repasse de verbas financeiras que garanta a plena autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades.

Em um contexto político nacional em que os trabalhadores da educação vinculados aos Institutos Federais de Ensino avançaram no processo de democratização; nós que construímos as Universidades Públicas não podemos ficar para trás! Exigimos a implantação do resultado do GT democratização instituído no âmbito do MEC com participação da FASUBRA E SINASEFE, o relatório consensuado aponta para a extensão e ampliação do que preconiza a lei dos institutos, com eleição e conselhos paritários, possibilidade de candidatura dos técnico-administrativos para reitor e manutenção de cargo fixo no conselho universitário apenas para o reitor. No momento em que a ANDIFES discute o seu projeto de universidade é necessário ampliarmos a luta para colocar na ordem do dia o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores e no limite, o que foi acordado no GT entre o MEC e as representações sindicais.

- - Por uma campanha efetiva pela Democratização das Universidades Públicas – cobrar do MEC o acordo feito no GT.
- Paridade Já nos Conselhos Superiores! Eleições Paritárias Já nas Eleições de Reitores e Reitoras!
- - Lutar pela revogação da Lei nº. 9192/95 que disciplina a escolha dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)
- - Lutar pela aplicabilidade efetiva da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades Públicas! Por uma campanha contra as chantagens econômicas promovidas pelo Governo Dilma Rousseff (PT)
- - Lutar contra o amplo processo de mercantilização do Ensino Superior
- - Lutar pela Extinção das Fundações de Apoio Privadas!
- - Lutar pela extinção da DRU – Desvinculação das Receitas da União.

- Lutar contra a abertura da Educação como área de investimentos estrangeiros;
- - Lutar contra o processo de terceirização e precarização das condições de trabalho nas IFES. Concurso Público já, pelo RJU (regime jurídico único);
- - Recursos já para a valorização da nossa carreira, que permita o aumento do step e do piso salarial;
- - Capacitação e qualificação dos técnico-administrativos por instituições públicas e não por empresas privadas caças niqueis.

## MEIO AMBIENTE

Não é possível pensarmos em uma política de sustentabilidade ambiental nos marcos do modelo social e econômico proposto pelo capitalismo, em especial nas economias dependentes como a do Brasil. A lógica perversa do sistema capitalista, em constante expansão na busca do lucro, destrói não somente as condições de trabalho da população, a estrutura social e as culturas dos países, como destrói também os recursos naturais renováveis e não-renováveis presentes em nosso planeta. Para preservar verdadeiramente o meio ambiente, para que a humanidade sobreviva de maneira sustentável; é necessário modificar a estrutura social, política e econômica imposta pela lógica do capital.

O grupo de cientistas denominado “cientistas do clima” alertam que o mundo chegou a um limite que pode não ter volta, se não tomarmos medidas urgentes. No último ano, a concentração de carbono na atmosfera atingiu 400 ppm (partes por milhão), índice somente visto na época nas eras glaciais, mas nunca nos períodos quentes da terra. Esse fator é uma das causas o aquecimento global e das mudanças climáticas em curso que podem levar inclusive a extinção da humanidade.

Como nos governos Lula e Dilma, do PT a lógica capitalista não é questionada, presenciemos uma acelerada destruição do meio ambiente protagonizada pelas políticas do Governo Federal, que beneficiam e atendem os interesses do Agronegócio e das Indústrias nacionais e estrangeiras instaladas no país. Nos últimos 12 anos, o Governo do PT optou por efetivar políticas que beneficiam os latifundiários, usineiros e a estratégia do Agronegócio em si, em detrimento do incentivo à política da Agricultura Familiar, que hoje é responsável por grande parte da produção de alimentos no país

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

(arroz, milho, café, mandioca, leite, feijão e outros) que compõe a cesta básica.

Diante dos incentivos promovidos pelos Governos Lula e Dilma ao Agronegócio, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2009. De acordo com os dados oficiais, mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras, contaminando a produção dos alimentos que são consumidos pelos trabalhadores e trabalhadoras nas cidades, e as águas dos rios e dos lençóis freáticos. Segundo os dados do Movimento Rurais dos Trabalhadores Sem Terra (MST), dos 50 venenos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia, o que faz com que o país seja o maior consumidor de agrotóxicos já banidos em outros locais do mundo.

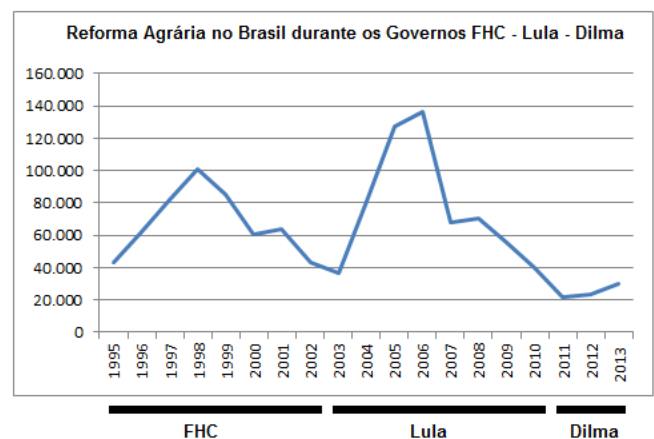
A estrutura do Agronegócio não tem o objetivo de alimentar os trabalhadores e trabalhadoras que vivem e constroem as riquezas desse país; mas sim de atender a política de exportação de commodities (política característica dos países de economia dependentes), e hoje a cana e a soja já tomaram o lugar de 31% das lavouras de arroz, 26% de feijão e 35% do trigo; implicando na diminuição da produção de alimentos, e consequentemente no aumento dos preços dos alimentos.

Além disso, o agronegócio diminui a autonomia do país, que se vê obrigado a importar alimentos que poderiam ser produzidos aqui (como por exemplo: o feijão que hoje o Brasil importa da China). O Agronegócio provoca desemprego no campo, recorrentemente se utiliza do trabalho escravo (cabe lembrar que desde 1995, mais de 44 mil trabalhadores e trabalhadoras foram libertados de situações de trabalho escravo no Brasil); e mesmo não contribuindo para um desenvolvimento sólido e estrutural do país e internacionalizando a posse das terras brasileiras contribuindo para o fortalecimento da dependência econômica brasileira, o Governo Federal destinou para os produtores de cana-de-açúcar ao decorrer do ano de 2013, via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mais de 6 bilhões de reais.

Hoje o agronegócio ocupa 160 milhões de ha (hectares) de um total de 400 milhões de ha de terras agricultáveis. Já a agricultura familiar ocupa uma parcela inferior a 40 milhões ha, e 150 milhões ha de terras agricultáveis estão improdutivas. Não são terras do agronegócio, são terras completamente ociosas, que poderiam ser destinadas para a reforma agrária.

Além disso, se durante o Governo Lula o país não presenciou nenhuma grande alteração nos rumos para a necessária

efetivação da Reforma Agrária; nos últimos 4 anos, presenciou-se uma nítida contrarreforma agrária no Brasil, levando em consideração os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que demonstram que os índices relacionados ao processo de Reforma Agrária no Governo Dilma foram inferiores aos índices do Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A Reforma Agrária, como uma importante estratégia para superação da fome, da violência no campo e na cidade e de inúmeros outros problemas sociais crônicos que caracterizam a realidade brasileira, não foi realizada durante os últimos 12 anos dos Governos do PT.



Para ilustrar essa análise, destacam-se também outros dados apresentados pelo INCRA demonstrando que, além do crescimento de 70% dos latifúndios improdutivos no Brasil durante o período de 2003 a 2010, o número de latifúndios no país cresceu 48,4%; uma vez que em 2003, 112 mil proprietários concentravam mais de 214 mil hectares de terra no país e em 2010, o número subiu para 130 mil proprietários concentrando mais de 318 mil hectares. Nos últimos 4 anos, o Governo Dilma não modificou em nada esse cenário. E segundo os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2013 foram registrados 31 assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras no campo na luta em defesa da terra. E os jagunços e/ou milícias rurais protagonizaram também a expulsão de 1.144 famílias de pequenas propriedades rurais, que resultou em uma média de quase 100 famílias expulsas por mês de suas terras, sem nenhuma mediação jurídica. Porém, a violência no campo contra os trabalhadores e trabalhadoras não é obra apenas de jagunços/milicianos; mas também do próprio Estado. Os dados da CPT nos demonstram que em 2013, cerca de 6.358 famílias



## TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

foram despejadas por ordem do poder judiciário, e 45 conflitos por terra e água foram registrados em áreas diretamente ligadas a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementado pelos Governos Lula e Dilma do PT. Entre esses conflitos, 19 ocorreram em obras de complexos industrial-portuários, Suape, em Pernambuco, Porto do Açu e Comperj, no Rio de Janeiro; 18 foram resultados de barragens, com destaque para Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, e represas nos rios Teles Pires e Tapajós.

Nesses últimos anos, percebe-se uma nítida expansão de instalações das usinas de cana-de-açúcar e do plantio de monoculturas. O plantio de monoculturas, em boa parte danosa aos solos, beneficia a política de exportação, e não do abastecimento do mercado interno; e a proliferação de usinas de cana-de-açúcar provoca nesse momento um processo de desnacionalização das terras brasileiras, explícito no exemplo da Empresa de terras Radar sócia do Grupo Cosan e de fundos de pensão estadunidenses, que possui hoje a posse de mais de 80 mil hectares de terras brasileiras!

Esse domínio das terras produtivas brasileiras pelas grandes multinacionais aprofunda a condição de dependência subalterna da economia brasileira, além de prejudicar a qualidade de vida das classes trabalhadoras que vivem no Brasil, visto que nesse processo, em nome da busca destrutiva pelo lucro, intensificou-se a plantação e a venda de produtos transgênicos; sem a conclusão segura de pesquisas acadêmicas que demonstram os possíveis efeitos à saúde causados pelo consumo de alimentos transgênicos.

A aprovação da Lei 11952, de 25 de Junho de 2009, que na prática regulariza a grilagem da terra no norte do Brasil, demonstrou o descaso do governo Lula com a preservação das florestas. Essa lei ampliou de 500 hectares para 1500 hectares o limite máximo de áreas invadidas por latifundiários/grileiros na zona rural da Amazônia Legal, que poderiam ser legalizadas pelo governo sem exigências como uma licitação. O resultado dessas políticas foi um significativo avanço da soja e da pecuária na Amazônia, com conseqüente devastação dessa região colocando em risco a água e a maior zona de biodiversidade do país.

Em 2011, o Governo Dilma propôs e sancionou o projeto de Reforma do Código Florestal, que simboliza um imenso retrocesso na legislação ambiental por flexibilizar a ocorrência de crimes ambientais, permitindo, por exemplo, que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) sejam usadas para outros

fins que não os da estrita preservação do meio ambiente; e anistiando todos e todas que praticaram atos de desmatamento até 2008. Esse novo Código Florestal reduz a atuação do Ministério Público na fiscalização do cumprimento da legislação ambiental, fazendo perder o sentido da existência do Conselho Nacional de Meio Ambiente. A própria ONU já declarou em 2014 que a melhor forma de preservar os recursos naturais do planeta é investindo na agricultura familiar e na pequena propriedade agrícola, que sozinhas são responsáveis pela preservação de 75% dos recursos agrícolas do planeta.

Visando a sua expansão, o Agronegócio através de seus representantes no Congresso Nacional que fazem parte da base parlamentar política de apoio ao Governo Dilma, pressionam pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 215/00 (PEC 215/00) que, se aprovada, submeterá ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil. A PEC 215/00 pretende transferir do Poder Executivo para o Poder Legislativo a prerrogativa de formalizar Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas. Se for aprovada, significará, na prática, a paralisação definitiva dos processos de oficialização dessas áreas protegidas, bem como retrocessos aos direitos indígenas e socioambientais. Essa PEC 215/00 está em plena tramitação no Congresso Nacional, e é importante que a FASUBRA se solidarize à luta contra essa PEC.

Outras políticas do Governo do PT, como a transposição do Rio São Francisco e a construção de Usinas Hidrelétricas (como por exemplo, a Hidrelétrica de Santo Antônio nos rio Madeira e a Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu), demonstram que a opção do governo é atender os interesses dos representantes do capital em detrimento dos interesses da população. Em benefício da indústria de alumínio, grande beneficiada com a manutenção da centralidade da produção energética com base hidroelétrica no Brasil nas referidas regiões, o Governo do PT destrói a biodiversidade e a população originária que vive em função da terra. Falamos de inundação de floresta nativa, de cerca de 25 milhões de há atingidos. Falamos perda por parte de tribos e quilombolas de seus territórios, de cerca de 40 mil pessoas que estão sendo desalojadas e 28 etnias indígenas ignoradas e massacradas para que a indústria de alumínio expanda seu consumo de energia.

Falamos de 2 bilhões de litros de água por ano, de 6% de toda energia produzida no país, de 3,9% do PIB industrial do Brasil nas mãos de 8 empresas (6 multinacionais estrangeiras) que



## TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*não empregam sequer 0,001% da mão de obra formal do país. Não existe desculpa possível para subjugar a população e a soberania nacional além de entregar o país e sua população. Mas a população brasileira sempre resiste. Levantes, fóruns, greves, ocupações, bloqueios de estradas são instrumentos válidos e importantes que as comunidades ribeirinhas, quilombolas e tribos indígenas se utilizam pra resistir. Polícia militar, milícias armadas, barganha política são os instrumentos do PT pra silenciar quem luta pela própria sobrevivência.*

*O Governo do PT que se diz dos trabalhadores, não se deu sequer ao trabalho de consultar a população brasileira sobre a implementação de todas essas políticas que descrevemos brevemente, que afetam drasticamente o meio ambiente e consequentemente o futuro político, econômico e social da população brasileira.*

*Não existe uma perspectiva de mudança desses rumos para o cenário durante o segundo mandato do Governo Dilma, aliás, com a indicação de Kátia Abreu (destacada representante dos latifundiários, dos usineiros, e dos diversos setores do Agronegócio no Brasil; e que durante anos presidiu a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, se configurando como uma inimiga histórica dos movimentos que reivindicam a realização da Reforma Agrária no Brasil) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo Federal.*

*Essa indicação demonstra que os setores políticos que defendem a produção de alimentos transgênicos, a utilização de produtos tóxicos no plantio de alimentos em todo o país, que defendem o fortalecimento da monocultura em detrimento da necessária reforma agrária para promover o desenvolvimento político, econômico e social do país terão seus interesses atendidos por esse Ministério. O nome de Kátia Abreu é a escolha mais conservadora e retrógrada que qualquer governo poderia fazer nessa área. Isso indica, que vivenciaremos um aprofundamento do processo de contrarreforma agrária no Brasil, que implicará no aumento da concentração de terras, intensificação dos assassinatos promovidos no campo, fortalecimento do agronegócio e das políticas de monoculturas destinadas para a exportação, que provocará um constante encarecimento do preço dos alimentos para os trabalhadores e trabalhadoras que vivem nas cidades.*

*Além de aumentar o conflito no campo, a prioridade no agronegócio em detrimento da agricultura familiar e reforma agrária diminui a produção de alimentos na mesa dos*

*brasileiros. 75% dos alimentos consumidos no Brasil são oriundos da agricultura familiar, que também emprega 80% dos trabalhadores rurais e possuem somente 5,77% dos recursos federais investidos no campo (o restante vai para o agronegócio). A agricultura familiar produz praticamente tudo que consumimos em 24% do território rural e ao invés de aumentar essa proporção com reforma agrária e com mais investimento ao pequeno produtor o governo fortalece o latifúndio e empurra pra fora do campo o trabalhador rural. O resultado desta medida é uma tragédia anunciada: a tendência é que a quantidade de alimentos produzidos no país diminua, e a inflação alimentícia e de itens de primeira necessidade cresça de forma incontrolável.*

*Nós, técnico-administrativos em educação das Universidades, não estaremos imunes as políticas danosas que serão promovidas por esse Ministério, e por isso entendemos que é tarefa da FASUBRA e de suas entidades de base, a busca constante pela construção de unidade na luta com os movimentos populares que lutam pela realização de Reforma Agrária no Brasil, apoiando e construindo ações comuns em defesa da Reforma Agrária, e consequentemente construindo junto com esses setores a luta em defesa de uma Universidade Pública, gratuita e com qualidade.*

*O nosso futuro está em risco! Já sentimos hoje em algumas regiões do país os efeitos do modelo energético hegemônico, que a médio e longo prazo atingirá um nível insustentável. No segundo mandato do Governo de Dilma, continuaremos a ver a predominância das fontes hídricas e fósseis (responsáveis por mais de 80% da produção da energia elétrica que consumimos) em detrimento do investimento em fontes de energias renováveis alternativas ao que está posto, e seguiremos com as propostas de desenvolvimento dependente e crescimento econômico calcadas na exploração do Pré-Sal brasileiro - suposto Eldorado deste século - de forma a aprofundar e intensificar a dependência de um modelo energético mundial no qual as “cinco maiores petroquímicas resultam num faturamento conjunto de quase U\$ 2 trilhões de dólares ao ano, o que é maior do que os PIBs de Austrália, Canadá e Índia, este último um país de 1,252 bilhões de pessoas”.*

*Em artigo no qual discute “Quem manda em quem”, o professor Alexandre Costa, da UECE, desenha todo o poderio da plutocracia fóssil-financeira e sua relação assimétrica com os países: “Juntemos Total e Chevron [com as cinco primeiras] e a soma dos valores movimentados por apenas 7 empresas é de*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

nada menos que U\$ 2,44 trilhões, algo muito próximo do PIB do Reino Unido, de U\$ 2,54 trilhões e maior que o PIB do Brasil, de U\$ 2,24 trilhões. Por fim, unindo as 16 empresas de petróleo e gás cujo faturamento nos últimos 12 meses ultrapassou a casa de U\$ 100 bilhões (incluindo a Petrobrás e a Gazprom russa), chega-se a U\$ 3,79 trilhões. superando o PIB alemão e assegurando às gigantes fósseis o posto de 4ª maior economia do mundo”.

Os leilões, concessões e parcerias já realizadas pelo Governo Federal apenas confirmam esta tendência. Embora setores governistas comemorem o “negócio da China” que teria sido o Leilão do Campo de Libra pela participação de empresas públicas estatais chinesas (todas bem colocadas na lista de empresas gigantes divulgada pela Revista *Forbes*) e da própria Petrobrás, a lógica financeirizada é a mesma e o enclave que levou Libra conta também, embora disso pouco se fale, com a maior empresa do mundo no ramo – a Shell – e a 10ª maior – a Total.

Cabe a FASUBRA lutar para que as Universidades Públicas cumpram a função social de produzir e difundir pesquisas, conhecimentos e técnicas que estimulem e demonstrem a necessidade e viabilidade do país adotar fontes de energias alternativas renováveis, para que o Brasil não fique refém ao atual modelo energético predominante que reforça os mecanismos de dependência econômica e política.

**Contra a entrega de terras públicas do Brasil para o capital privado internacional! Fora as Empresas Transnacionais da Amazônia e de todo o país que lucram com o domínio dos solos brasileiros.**

**Pela Revogação do PLC 30/2011 - Projeto de Reforma do Código Florestal.**

**Em defesa de um verdadeiro e necessário processo de Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores!**

**Por uma política de investimento na Agricultura Familiar. Contra a destinação de investimentos públicos para o desenvolvimento destrutivo do Agronegócio.**

**Contra a produção e venda de Transgênicos.**

**Por uma política que garanta a soberania alimentar e controle da inflação alimentícia.**

**Contra a construção de barragens na Amazônia e de Usinas Hidrelétricas, como a Usina de Belo Monte. Todo apoio à resistência indígena e quilombola!**

**Pela construção de uma efetiva unidade na luta entre a FASUBRA e os movimentos populares que lutam pela Reforma Agrária no Brasil.**

**Pelo fortalecimento da luta contra a PEC 215/00. Pela defesa e respeito à demarcação das terras indígenas e quilombolas.**

**Por uma política de modelo energético descentralizado que amplie a utilização de fontes de energias alternativas renováveis e limpas!**

## GÊNERO E LUTA DE CLASSES - O FEMINISMO PARA A EMANCIPAÇÃO DE TODA A CLASSE

“Feminismo é a ideia radical de que as mulheres são gente”  
[autor desconhecido]

“Como mulher eu não possuo país. Como mulher, meu país é o mundo todo.”

Virginia Woolf

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre” Simone de Beauvoir

No último período alguns movimentos de mulheres vêm tomando a cena na mídia nacional e internacional, tal repercussão traz consigo uma importante questão: As mulheres ainda precisam do Movimento Feminista?

No cotidiano da universidade nos deparamos com o machismo de forma tão banalizada que às vezes parece natural. É essa naturalização que tornam invisíveis as opressões machistas e dá origem ao questionamento a cima. Mas é também essa naturalização que torna o Movimento Feminista indispensável.

Mesmo tendo mais anos de estudos do que os homens, as mulheres ganham cerca de 28% menos que os homens. E se for uma mulher negra, comparado ao salário de um homem branco na mesma função a diferença é de 40%. Trazendo essa problemática para dentro do serviço público temos que as mulheres levam mais tempo que os homens para ascender na

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*carreira, tanto em razão do preconceito que as caracterizam, como: pouco práticas e muito emotivas, como em virtude de se afastar mais vezes do trabalho por ocasião da maternidade ou cuidados com filhos, o mesmo não ocorrendo com os homens, que podem ter maior dedicação ou disponibilidade para o trabalho e à política, pois geralmente contam com alguma ajuda preferencialmente de uma mulher, para cuidar dos filhos e da casa, mesmo que ela também trabalhe fora. Ou seja, existe uma barreira sutil e invisível que as mulheres enfrentam para se manterem competitivas no cenário globalizado, e ainda assumirem a condição de mãe, esposa e dona de casa, e que se materializam nos números da desigualdade de gênero, no campo da gestão.*

*Mas não é só isso. A realidade da mulher no Brasil é ainda mais dura: 59% dos desempregados são mulheres. Das mulheres que trabalham, o índice de mulheres que trabalham sem carteira assinada é 19% maior do que o de homens nessa situação, e quando as mulheres conseguem um trabalho com carteira assinada em geral são para postos mais precarizados e vulneráveis de trabalho; a exemplo das terceirizações presentes nas universidades.*

*O desprestígio a postos de trabalho tidos como femininos funciona no capitalismo como um mecanismo de pressionar o conjunto salarial para baixo, utilizando do machismo como mecanismo de naturalizar essa condição, pagando sempre menores salários e retirando direitos uma vez que as mulheres seriam “naturalmente aptas” aos trabalhos ligados a cuidado e limpeza, vinculados à reprodução da vida. Nada é mais torpe.*

*Historicamente o fato é que as mulheres sempre trabalharam, dentro e fora de casa, e sempre participaram dos processos de luta da classe trabalhadora. Com o advento da indústria elas foram às primeiras escaladas ao trabalho operário, nas confecções têxteis. Antes disso trabalharam arduamente nas lavouras, no sistema escravocrata. A despeito de uma camada relevante das mulheres não conseguirem empregos formais, as mulheres trabalhadoras sempre trabalharam para fora, senão como operárias, como empregadas domésticas.*

*Mas mesmo estando imersas no mundo do trabalho, a organização política das mulheres ainda é um desafio. As situações de assédio no trabalho, forçando-as a ter que demonstrar seu valor a cada segundo; os afazeres domésticos e cuidados dos filhos e a naturalização das situações de opressão dificultam a organização política das mulheres, tornando sua participação por vezes pontual e dispersa. Para*

*isso é fundamental uma atuação firme da FASUBRA para a construção de espaços auto-organizativos das mulheres, para a formação de quadros representativos que consigam levar às instâncias deliberativas as pautas feministas, e realizando debates que façam nossa categoria avançar para a superação do machismo e demais formas de opressão.*

*Além de toda a opressão estruturada no mundo do trabalho, as mulheres ainda enfrentam cotidianamente as violências sexual, simbólica e doméstica. Tal realidade brasileira coloca nosso país como o sétimo pior país para uma mulher viver, com índices mais nefastos que Cazaquistão, Iraque, África do Sul e Malásia, por exemplo. São 10 assassinatos de mulheres por dia no Brasil, sendo que 69,4% deles ocorrem na residência da vítima e somente 13,8% por desconhecidos. Segundo o IPEA estima-se a ocorrência de 527 mil estupros por ano no Brasil. Dados da Secretaria de Políticas Para Mulheres apontam que no Brasil 1 mulher é estuprada a cada 12 segundos.*

*Isso ocorre porque ainda se tem no imaginário coletivo que a mulher não é um sujeito autônomo, mas sim um objeto que deveria estar sempre disposta ao sexo e a satisfação dos desejos masculinos. É comum um homem pedir desculpa a outro homem por ter agredido verbalmente sua companheira, mas não se desculpar com a vítima. A autonomia da mulher sobre seu ser e seu corpo perpassa todas as esferas de violência de gênero (simbólicas, psicológicas e físicas).*

*Além das dificuldades infringidas como trabalhadoras e como mulheres, por vezes a mulher sofre a opressão racista e homofóbica. Somos seres plenos, não sendo possível separar a orientação sexual e nossa cor da nossa classe e de nosso gênero, por isso não nos serve um movimento feminista que esteja descolado da luta de classes e do combate ao racismo e à homofobia. Assim como é necessário que o movimento sindical incorpore a luta contra o machismo para a construção de uma sociedade sem classes, é necessário que o movimento feminista incorpore como suas as lutas a luta contra o racismo e a homofobia.*

*Enquanto houver um setor da classe, por qualquer razão que seja, sendo oprimido, a classe trabalhadora não alcançará sua emancipação.*

## MULHERES E CONJUNTURA NACIONAL

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*Há quem diga que no Brasil houve muitos avanços em termos legislativos e de governo. Mas não é bem assim. A luta das mulheres, através da organização em sindicatos e movimentos sociais, conquistou a aprovação de diversas leis, que favorecem a luta contra o patriarcado e o machismo, mas tanto a Câmara, o Senado, quanto o Governo do PT têm se esforçado bastante pra esvaziar tais conquistas.*

*Leis tão badaladas como a Maria da Penha (Lei 11.340/2006) carecem de verba para serem aplicadas e de formação dos operadores de direito para serem cumpridas. Ainda hoje, com quase 10 anos vigorando a lei as delegacias das mulheres são poucas e funcionam somente em horário comercial enquanto se consegue ir a uma delegacia, é comum a vítima ser orientada a não prestar queixa da agressão, pois isso macularia a família, e quando os casos vão a diante é comum juízes julgando a vítima e as relações que ela estabelece com seus parceiros para fazer uma interpretação restritiva da lei. Todos lembramos do Caso de Eliza Salmódio (2010) em que a juíza indeferiu a proteção a vítima, pois Eliza não era casada com o goleiro Bruno, condenando-a a morte.*

*Outra lei muito importante e muito comemorada pela esquerda foi aclamada PEC das Domésticas (EC 72). Aprovada em abril de 2013, garantindo os direitos trabalhistas plenos a uma das mais volumosas categorias trabalhistas no Brasil, a PEC ainda encontra-se sem regulamentação. Ou seja, a despeito de as empregadas domésticas conquistarem os direitos trabalhistas, elas ainda não têm acessos a eles por simples falta de interesse político dos presidentes da Câmara e do Senado, da base do Governo, que evitam colocara questão na pauta.*

*Há quem comemore termos o país presidido por uma mulher. Mas na realidade cotidiana das mulheres trabalhadoras esse fato passa despercebido, afinal a logica de retirada de direitos, e o não avanço em pautas históricas do movimento feminista, bem como a aliança do Governo Dilma aos setores mais retrógrados e conservadores do país põem em risco os avanços já conquistados pelas trabalhadoras. Esse ano já teve nova prova disso: a Medida Provisória 664 que restringe o acesso e diminui o benefício de pensão por morte atinge centralmente a dona de casa, que dedicaram sua vida inteira a tornar o marido e os filhos aptos ao trabalho e na ausência destes se veem desamparadas.*

*O fato de atualmente a maioria das famílias mais pauperizadas serem chefiadas por mulheres não diminui o opressão a qual são submetidas diuturnamente. Mas ajuda a explicar o peso da*

*participação feminina em movimentos ligados a moradia e outros movimentos que reivindicam o acesso à cidade e nos obriga, enquanto marxistas e feministas a reconhecê-los como importantes instrumentos para a formação de quadros femininos e luta de emancipação da mulher trabalhadora.*

*Além da luta por fazer cumprir as leis e contra a retirada dos direitos das mulheres o movimento feminista encontra obstáculos terríveis por parte do governo em avançar a sua mais importante pauta: a legalização do aborto.*

*Ainda que polêmica a execução do aborto, o fato é que a sua proibição causa cerca de 200 mil mortes por ano, estando entre as 5 maiores causas de morte de mulheres no Brasil segundo a OMS e dados oficiais do Governo Federal. Tal situação torna a pauta de legalização do aborto um problema de saúde pública que deve sobressair a qualquer debate moral e religioso. Ainda que o aborto aconteça em todas as classes, é obvio que as mulheres que morrem em razão da realização ilegal e insegura deste procedimento são as mulheres pobres, negras e periféricas, que não tem como desembolsar 5 a 15 mil reais para a realização em clínicas seguras, se sujeitando a todo o tipo de precariedade, inclusive a autoindução do procedimento.*

## MULHERES NAS UNIVERSIDADES E NA LUTA SINDICAL

*Nossa categoria é formada majoritariamente por mulheres e maioria dos títulos apresentados pertencem às trabalhadoras, porém as mulheres têm proporcionalmente menos cargos administrativos que os homens. Além disso, são os postos de trabalho considerados femininos os menos prestigiados, os com menores salários e os primeiros a serem terceirizados. Um exemplo atual são os Hospitais Universitários e a EBSEH. Tal condição de superexploração, por si só, já coloca as mulheres como um eixo fundamental da luta sindical.*

*Podemos lembrar também da luta por 30 h e de como ela é importante para as mulheres, que com todas as responsabilidades que lhes são atribuídas, têm pouco tempo de se dedicarem aos estudos, cuidados pessoais, carreira, filhos e à própria luta sindical.*

*Mas o sindicalismo não pode fazer vistas grossas às pautas eminentemente femininas, sob-risco de perderem a confiança política das companheiras. Questões como saúde preventiva e creche para atendimento dos filhos de trabalhadoras (es) são comumente tratadas como apêndices das reivindicações sindicais. O ingresso significativo de mulheres jovens na*



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

categoria torna mais do que necessário que a FASUBRA se aproprie da demanda por creches nas universidades e torne essa uma pauta central. A despeito de a educação infantil ser um direito da criança, é atualmente (e infelizmente) um fardo para a mãe e a sua inexistência acaba por retirar parte do tempo que as companheiras dedicariam à luta sindical e feminista. Ter a criança estudando dentro da universidade dá a mãe tranquilidade, amparo e maiores condições de acompanhamento da vida escolar da criança, sem que com isso se prejudique no serviço por ausências prolongadas e frequentes.

Mas além de compartilhar todas as dificuldades do conjunto da classe (às vezes sofrendo-as de forma mais dramática), as mulheres enfrentam dificuldades junto aos próprios companheiros de luta e a estrutura sindical que deveria protegê-la. Não devemos, contudo, equiparar as divergências com opressão. Tão pouco as opressões que sofremos de nossos companheiros de luta como às que sofremos por parte de governos, patrões e do sistema. Aqueles que lutam pela emancipação da classe não podem ser lidos como inimigos, ainda que precisemos derrotar o machismo que eles reproduzem e que compreendamos que eles nem sempre se colocarão ao lado das lutas das mulheres quando as pautas feministas ferirem seus privilégios dos homens.

É essa triste constatação que impõe a demanda de cotas de participação das mulheres nas direções sindicais e a criação de GTs de mulheres, tanto em nível local quanto federal, bem como a regularidade dos espaços de debate de gênero por parte da FASUBRA aberto a toda a base. São as mulheres as protagonistas naturais dessa luta e é necessário que a FASUBRA assuma o comprometimento com a viabilização da participação deste setor, tanto em termos de infraestrutura, como por exemplo creches em espaços políticos, mas também em termos políticos dando peso às atividades e incentivando os sindicatos a promovê-las localmente.

## PLANO DE LUTAS:

Defender o direito das mulheres à vida, à liberdade, à saúde, à educação e ao trabalho, e ao lazer. Combater qualquer forma de violência e/ou discriminação contra as mulheres;

Construir atos classistas nos dias 8 de março (dia internacional da mulher), 30 de abril (dia nacional da mulher), 25 de julho (dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha) e 25 de novembro (dia nacional contra a violência a mulher);

Lutar pela legalização do aborto. Que a mulher tenha total autonomia sobre seu corpo, sem qualquer intervenção do Estado. Realizar Seminários sobre este tema casando-o com programa de saúde pública específica para a saúde da mulher;

Apoio à Luta das Mulheres do campo, da cidade e da floresta.

Apoio à Luta das Mulheres negras e LBTT;

Apoio à luta pela regulamentação da PEC das Domésticas

Contra a violência à mulher através das mídias e redes sociais, que expõem as mulheres as mais diversas formas de humilhação. Contra a exposição e utilização do corpo da mulher como mercadoria. Contra o turismo sexual.

Luta por creche em tempo integral;

Lutar pela ratificação da Convenção nº 156 e 100, 183 da OIT;

Aumento de Delegacias da Mulher no país e que as mesmas fiquem abertas 24h;

Defesa da licença maternidade de 1 ano. Promover a luta contra qualquer tipo de perdas salariais e de direitos em decorrência da licença maternidade;

Lutar pela implementação de uma Política de Qualidade de Vida nas IFES, enfocando a questão da saúde da Mulher. Incluir no SIASS a saúde da Mulher Trabalhadora, focando exames de prevenção;

Lutar por creches nas universidades e IES atendendo aos filhos (as) de trabalhadoras (es) e aos filhos (as) de estudantes.

Desenvolver Campanha de Sindicalização voltada para as mulheres;

Fomentar e auxiliar na organização de coletivos de mulheres nas entidades de base da Federação. Que a FASUBRA oriente seus sindicatos de base, que organize GTs e que inclua em suas estruturas Coordenação de Mulheres;

Reforçar a Luta pela liberação de mandato classista para as mulheres. Fazer debate de 50% de cotas para as mulheres na composição da direção nacional da FASUBRA;

Garantir a participação das mulheres que têm filhos de zero a onze anos, com creches nas atividades de militância;

Oferecer ações formativas para os companheiros sobre a questão da mulher e coibir qualquer prática machista dentro da Federação;



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*Que a FASUBRA realize um censo traçando o perfil da mulher trabalhadora das universidades, observando o quantitativo de mulheres em cargos de chefia, quais as que necessitam de creche, entre outros;*

*Realizar anualmente o Seminário Nacional da Mulher Trabalhadora da FASUBRA, orientando às entidades de base a promoverem seminários locais preparatórios;*

*Realizar um Seminário Nacional sobre Machismo, Assédio Moral e Sexual no serviço público e no movimento sindical para traçar estratégias de combate;*

*Participar da construção da Marcha das Mulheres Negras em 2014.*

## LGBT

### **Direitos não se negociam!**

### **O compromisso da FASUBRA com a defesa dos direitos da população LGBT tem que ser inegociável**

*Nos últimos 4 anos as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) protagonizaram importantes lutas e mobilizações defendendo a criminalização da homofobia, da gayfobia, da lesbofobia, da bifobia e da transfobia. Em 2013, tomaram as ruas para protestar contra o fundamentalismo e conservadorismo que se destacou no Congresso Nacional, pela voz opressora de Marco Feliciano, quando ocupou a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Nos últimos anos, milhões de LGBTs brasileiras ocuparam as ruas das cidades brasileiras com paradas do orgulho LGBT para celebrar o levante de Stonewall e reivindicar direitos historicamente e estruturalmente negados.*

*Os espaços internos das Universidades Públicas, refletindo a estrutura social brasileira, não ficaram imunes a cenas de opressão contra a população LGBT. E, portanto, a luta pela garantia de direitos para a população LGBT também se faz presente nas Universidades; e a FASUBRA deve contribuir no fortalecimento dessa luta. Cabem as Universidades Públicas, promover debates e ações que estimulem a formulação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, cultura e promoção da igualdade social que incluam a diversidade, além de campanhas massivas de conscientização que visem acabar com o preconceito e com todas as formas de discriminação.*

*Nos últimos anos nos deparamos com um crescimento de ações de violências físicas e psíquicas contra a população*

*LGBT, que provocaram assassinatos diários e agressões homofóbicas contra travestis e transexuais; e cabe a FASUBRA diante desse triste cenário, a tarefa de organizar uma campanha nacional para que as administrações superiores das Universidades Públicas constituam em conjunto com os movimentos LGBTs, **Observatórios para Monitoramento da Violência Homofóbica**. A criação destes observatórios também permitirá a formulação de políticas públicas mais eficientes para prevenção e superação dessa realidade.*

*Hoje, a população LGBT tem vilipendiado o direito de constituir família. Nós defendemos todas as formas de família, sem qualquer forma de discriminação aos casais do mesmo sexo, seja qual for a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Para corrigir essa distorção, a FASUBRA pode contribuir em conjunto com os movimentos LGBTs na proposição de uma emenda à Constituição Federal, a fim de incluir a proteção contra discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e proteger todas as formas de família. O Conselho Nacional da Justiça (CNJ) regulamentou em maio de 2013 o casamento civil igualitário, porém esse direito não está garantido por lei. A FASUBRA, solidária a luta pela efetivação dos direitos fundamentais, precisa se somar a luta dos movimentos LGBTs nas ações de pressão ao Congresso Nacional para a aprovação do Projeto de Lei 5120/2013, que propõe alterar o Código Civil para que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo seja legalizado.*

*A luta dos movimentos LGBTs pelo direito ao nome próprio e pela autodeterminação de gênero, também são reivindicações que a FASUBRA deve apoiar, pois o hoje o Estado brasileiro admite a utilização de nome social, mas não o reconhece nos documentos próprios de cada pessoa, promovendo uma identidade dupla, com um nome civil legal e outro social com pouco valor jurídico. Assim, devemos apoiar os movimentos LGBTs na pressão política no Congresso Nacional para que se aprove o Projeto de Lei 5002/2013 que garante o direito à mudança de nome e de sexo na documentação pessoal, sem a necessidade de laudo médico, e com um simples trâmite no cartório.*

*No primeiro mandato do Governo Dilma (PT), a população LGBT se deparou com o cancelamento do programa “Escola sem Homofobia” que se configura como um grande retrocesso, prejudicando o processo educacional que vise debater com as próximas gerações, a necessidade de construirmos uma sociedade no futuro sem qualquer tipo de preconceito, seja racial, machista ou qualquer um vinculado à discriminação*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

LGBTs. Esse retrocesso ocorreu, porque o Governo do PT, buscando a ilusória governabilidade, escolheu se aliar ao fundamentalismo religioso, a intolerância e aos setores mais conservadores da sociedade. Cabe a FASUBRA apoiar todas as iniciativas e propostas que visem implementar o Kit “Escola sem Homofobia”, e que visem incluir no Plano Nacional de Educação ou regulamentar via Projeto de Lei, o debate sobre a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia nos sistemas grades curriculares dos Ensinos Básico, Médio e Superior. Além disso, deve ser pauta de luta da FASUBRA a luta contra o assédio moral e a homo/lesbo/bi/transfobia dentro das Universidades Públicas.

Nos últimos anos, vivenciamos aparentemente alguns avanços, diante das iniciativas do governo federal de realização de conferências nacionais LGBT. O problema, é que com a opção do Governo Dilma (PT) em se aliar com os setores mais conservadores, intolerantes e fundamentalistas da sociedade brasileira; as propostas apresentadas nessas Conferências não foram incorporadas pelo Estado. Defendemos que nos próximos anos essa realidade se modifique, de forma que a realização dessas Conferências ocorra, de forma mais periódica, com mais democracia e estrutura, acatando de fato as propostas apresentadas pela população LGBT durante a realização dessas Conferências.

Por fim, o combate a todas as formas de preconceito por orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero, a garantia de igualdade jurídica para a população LGBT em todos os âmbitos, a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade e a inclusão social da população LGBT; são questões que devem se fazer presentes nas lutas cotidianas da FASUBRA. Esses objetivos se configuram hoje como imensos e complexos desafios, uma vez que até mesmo no cotidiano do movimento sindical, nos deparamos com concepções opressoras e preconceituosas; o que coloca para todo o movimento a urgente tarefa de superar essa realidade inaceitável. Se o movimento sindical é um espaço no qual participamos para lutar em defesa de melhores condições de trabalho, por reajuste salarial, em defesa da universidade pública, gratuita, democrática, bem como na defesa de uma sociedade justa, igualitária e sem exploração; não podemos tolerar nesses espaços, atitudes homofóbicas. Definitivamente deve ser esse um esforço conjunto de todo o movimento sindical organizado pela FASUBRA.

## PROPOSTAS DE EIXOS DE AÇÃO REFERENTES À DIVERSIDADE SEXUAL:

*Lutar pela Criminalização da discriminação contra LGBT e pela Constitucionalização da proteção às LGBTs;*

*Lutar pela implantação de políticas concretas visando o combate sistemático à homofobia e transfobia;*

*Criação de um Observatório para Monitoramento da Violência Homofóbica;*

*Pela Alteração do Código Civil para assegurar a conquista do casamento civil igualitário. Pela aprovação do Projeto de Lei 5120/2013!*

*Pela aprovação do Projeto de Lei 5002/2013 que garante o direito à mudança de nome e de sexo na documentação pessoal!*

*Lutar pela Implementação do Kit “Escola sem Homofobia” e por políticas que incluam nos sistemas curriculares dos Ensinos Básico, Médio e Superior o debate da homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.*

*Lutar para que o Governo Federal acate de fato as propostas apresentadas pela população durante a realização das Conferências Nacionais LGBT.*

## ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS IFES

*As entidades filiadas à Federação Brasileira dos Trabalhadores em Educação Pública Superior, em seu XX Congresso, em 2009, reconheceram ser a FASUBRA aliada do trabalhador na proposta e implantação de políticas concretas de combate ao Assédio Moral. Os companheiros da base da FASUBRA elencaram nos relatórios do XX Congresso - e da última Plenária - o tema, e um dos encaminhamentos é a luta institucional interna, com o único propósito de forçar as IFES a estabelecerem uma política de prevenção do Assédio Moral.*

## O QUE É O ASSÉDIO MORAL

*Assédio Moral, como bem definiu Margarida Barreto<sup>1</sup>, “[...] é uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psicologicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*integridade pessoal e profissional". Sua dinâmica envolve um emaranhado de ilícitos penais (injúria, difamação, danos morais) com facetas psicológicas aumentadas de forma exorbitante pela dinâmica de poder e que acabam em práticas reprováveis que atingem diretamente a Saúde do Trabalhador e que ficam impunes, principalmente pelo silêncio advindo das promessas de garantias individuais e do MEDO. O trabalhador que promove o Assédio Moral se degrada como ser humano, mas abre mão dessa condição pelos dividendos materiais que ela contém, possibilidade de fazer parte de uma cadeia de favores que no futuro possa render benefícios materiais.*

*Margarida Barreto relata que os principais atingidos por Assédio:*

*Têm problemas de saúde;*

*Estão no final do prazo de estabilidade posterior a acidente de trabalho ou retornam de licença-maternidade;*

*Ultrapassaram a idade de 35 anos;*

*Questionam as políticas de gestão;*

*São solidárias com colegas também assediados.*

*Isso denota que o Assédio Moral é mecanismo intrínseco do sistema capitalista, para justificar a renovação da força de trabalho, a necessidade de estabelecimento de cadeias de comando no controle da produção, e a propagação da ideia de que o sistema é infalível e que, uma vez em curso, o trabalho é responsabilidade pessoal e os direitos suprimidos.*

## A DINÂMICA DO ASSÉDIO MORAL

*Há, então, uma utilização de facetas da personalidade humana nos conflitos de Assédio Moral<sup>2</sup>. Está já estabelecido por pesquisa que o momento da incidência de assédio tem uma dinâmica de padrões que dá apoio à discussão jurídica.*

*O Assédio Moral tem uma característica marcante, sempre reconhecida: está na gênese da dinâmica de trabalho capitalista, a exploração, e é vinculado ao ambiente de trabalho. Baseia-se no constrangimento do trabalhador para o controle da produção. No serviço público tem um agravante, determinado pelos períodos de troca de cargos políticos majoritários e período imediatamente subsequente. Neste momento, as gestões são avaliadas e as críticas e lembranças de trabalhos que deixaram falhas vêm à tona com caráter de violência, com o objetivo de eliminar dos cargos aqueles que estão sendo criticados. Depois, há a necessidade de se*

*trabalhar, de colocar a máquina para funcionar. E, então, o servidor público passa a representar o sucesso, ou fracasso da política.*

*Esse constrangimento é definido como um estresse provocado por problemas psicológicos envolvidos na relação entre assediador e assediado. Utiliza-se de elementos presentes na cultura social, elementos negativos, de discriminação, nomes pejorativos atribuídos às pessoas, condutas condenadas pelo assediador, classificando-as de forma indigna, ou simplesmente a inveja pela execução do trabalho num nível melhor.*

*Dessa forma, quando combatemos o Assédio Moral, estamos tratando de violência e discriminação social, com toques de identificação psicológica e moral. Um trabalhador, quando assediado, sofre agressões verbais, tais como: "Olívia Palito", se magro; balofo, ou baleia, se gordo (a); velho (a), usado no sentido de imprestável no ambiente de trabalho: doido (a), se der alguma ideia diferente ao grupo sem autorização do assediador: lerdo (a), se não conseguir executar uma tarefa difícil oferecida. "Caso seja sindicalista, é: subversivo (a), incompetente, inútil, improdutivo (a), gay, sapatona, prostituta de sindicato, negrinho (a), escurinho (a), macaco, piranha, loira burra, boa vida, viajante". Isso é punido pelo art. 140 do Código Penal Brasileiro, que trata sobre injúria ou difamação, que dá até 3 anos de cadeia, se houver condenação. Mas no caso de Assédio Moral, essa é somente a ponta do iceberg e tem uma concretude que influencia na saúde do trabalhador e na integridade da vida. Uma revelação importante que dá a verdadeira dimensão dessas colocações, veio de uma pesquisa divulgada em 2011, pela UnB. Nela se constatou a existência de 181 suicídios de bancários entre os anos de 1996-2005, suicídios esses com relação direta com a reestruturação do trabalho, cumprimento de metas, assédio moral, perseguições gratuitas<sup>3</sup>.*

*Para que seja caracterizado o Assédio Moral, é necessário que uma pessoa seja isolada, destacada de seu grupo, e humilhada, chamada desses nomes ou de outros mais pejorativos, por conveniência da situação, durante 4, 5, 6 meses ou mais, sistematicamente e não necessariamente em público. O assediador inicia e comanda a conduta, mas o grupo todo participa, apoiando o assediador, fazendo o que chamam de bullying, ou mobbing, ou seja, piadinhas pelas costas ou em situações que humilham o trabalhador, ou tentando apoiar a vítima, para mais na frente dizer a ela que desista de resistir ao Assédio, que peça para sair do setor, ou se calando, de maneira*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

eticamente condenável. O assediador, agindo dessa forma, lança o assediado numa situação de solidão<sup>4</sup>, excluído do convívio e comunicação direta com os colegas. Pode excluí-lo também de cursos de atualização, crescimento na carreira, o que é condição prévia para carreiras da Saúde, por exemplo, que necessitam de atualização técnica constante<sup>5</sup>. Na administração pública, este é, então, um problema sério, senão bizarro, quando acontece. O art. 117, inciso V, do RJU, diz que "[...] ao servidor é proibido promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição". Ou seja, sempre tivemos uma legislação que proíbe que façamos discriminação pública de nossos colegas de trabalho, ou de qualquer pessoa, mas nunca vemos ninguém sofrer Processo Administrativo Disciplinar, porque chamou alguém de negrinha, ou de sapatona, ou de gay, ou de baleia, ou de varapau, ou porque encerrou uma conversa abruptamente, sem dar chance de defesa em críticas ou culpabilizações. Ou mesmo porque fez comentários com superiores e observações interpretativas que resultaram em punição indevida e prejuízos a (ao) colega.

As consequências seguem em longo prazo, porque o Assédio Moral estigmatiza o assediado. É formada uma imagem dele frente ao grupo, são criadas expectativas com relação ao seu comportamento, alheias ao seu sentimento, ou à sua autoimagem. Mesmo após o período de Assédio, esta imagem não se altera instantaneamente, é alterada ao longo do tempo, através das abordagens pessoais que em muito aumentam e prolongam o sofrimento do assediado.

## A SITUAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NA EUROPA NA ÚLTIMA DÉCADA: QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR

Os registros de Assédio Moral coincidem com a consolidação das políticas neoliberais na Europa, pois começaram na Europa através de uma iniciativa da OMS em 2004 em pesquisar a qualidade de vida no trabalho<sup>6</sup>.

Uma análise realizada há cinco anos pelo Fundo Europeu para Melhoria das Condições de Trabalho e de Vida revelou que 8% dos trabalhadores da União Europeia – 12 milhões de pessoas – já tinham passado por humilhações e constrangimentos no ambiente profissional. Esse mesmo estudo revelou que, na Suécia, 15% dos casos de suicídio são causados por fatores ligados ao mundo do trabalho<sup>7</sup>.

Em dados de 2010, sabemos que o Assédio Moral atingia 16,3% dos trabalhadores no Reino Unido, 10,2 % na Suécia,

9,9 % na França, 7,3 % na Alemanha, 5,5 % na Espanha. Devemos aqui observar que a Espanha, apesar de deter estatísticas menores, nesse mesmo período passou por um período de arrocho econômico e editou por curtíssimo tempo uma Reforma Trabalhista em que permitia a demissão de mulheres grávidas até o terceiro mês de gravidez<sup>8</sup>.

Os números das ocorrências de doenças ocupacionais na Espanha em 2010 comprovavam a situação alarmante pela qual passavam os trabalhadores públicos sob a égide das políticas neoliberais. Estatísticas de burlou emergidas das pesquisas em instituições de Saúde espanholas em 2010 informavam que 1/3 dos trabalhadores sofriam desse mal, ligado diretamente ao estresse originado no atendimento. O estresse denunciado no burlou está relacionado com péssimas condições de trabalho, falta de estrutura para atendimento ao público, falta de materiais para atendimento de saúde, objetos das reivindicações sindicais e sociais do período.

## O NEOLIBERALISMO, CAUSA DO ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO

O trabalhador público tem uma particularidade em seu vínculo trabalhista, particularidade esta que é justamente o alvo que o sistema quer atingir: o trabalhador público é um servidor do público, empenhado moralmente na defesa do público. É, em muitas situações, a única esperança de observação e denúncia, quando a corrupção se instala, por exemplo.

Devido à tênue separação entre público e privado no âmbito econômico e aos avanços do neoliberalismo sobre os direitos dos trabalhadores, cada vez mais esses e outros adjetivos são utilizados para infligir medo e insegurança no dia a dia de trabalho.

O neoliberalismo, um movimento mundial do capitalismo conservador, surgiu adequando as leis do público à lógica de mercado, adequando o trabalhador público às jornadas extenuantes e ao ritmo de produção do mercado, retirando direitos, principalmente no que tange à flexibilização dos contratos, estendendo os prazos de aposentadoria, paralisando os concursos no serviço público, ampliando os prazos de estágio probatório no serviço público. Em nome da otimização dos recursos e melhoria da gestão, bem como do aumento da demanda dos serviços públicos essenciais, os estados neoliberais permitem a extensão dos serviços de Educação e Saúde sem ampliar a força de trabalho, ou ampliando-a



## TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*minimamente, porque tem como base a diminuição do Estado, ou, como chamamos, a Teoria do Estado Mínimo.*

*A intenção era sobrecarregar os servidores, usar o potencial humano ao máximo, preparando terreno para posterior privatização sem custos para as empresas que se beneficiarão do “esqueleto” de recursos deixados pelo Estado, servidores incluídos.*

*É necessário entender a dinâmica da sobrecarga para entender que o Assédio Moral paira sobre o trabalhador que entra em estágio probatório todo o tempo, porque ele divide as tarefas do trabalhador sobrecarregado, ele herda a sobrecarga. Porém, paira sobre o trabalhador que está há mais tempo no trabalho, porque ele é quem primeiro adoece com a sobrecarga. E, muitas vezes o único trabalhador do setor é aquele profissional em estágio probatório. Ou seja, a sobrecarga garante o Assédio Moral, que por sua vez, dispara o mecanismo de ameaça de substituição do trabalhador.*

*A sobrecarga na Educação Pública foi decorrente de uma série de decisões internacionais e discussões sobre eficiência da aplicação das verbas na Educação durante a década de 1990. Porém, as propostas neoliberais se apropriaram de alguns modelos para comprovarem que tinha a solução para desvios de conduta e eficácia. Portanto, organismos neoliberais afins, como a OCDE, criaram padrões e modelos e um modelo contido em orientações de documentos da OCDE do início da década de 2010, mencionava que em seus países-membros a média do nº docente/aluno era de 16,7 alunos por professor, quando no Brasil, nas universidades federais esse número era de 9 alunos por professor. Isso provocou no período uma discussão ampla sobre eficiência e realocação de verbas entre os avaliadores e administradores do Ministério da Educação em suas projeções e planos. Dessa forma, em 2010, haviam textos que davam notícia de que o número de técnicos por alunos nas universidades brasileiras era de 5,2 técnicos por aluno, considerando que havia um excesso de funcionários.*

*Porém, esses números são facilmente contestados, se observarmos que 2010 estão a dois anos de início do REUNI, onde passamos de 35 a 59 universidades federais. É necessário ver que havia 85.343 técnicos nas universidades federais em 2003. Passaram a 89.718 em 2004 e esses números pouco se alteraram, para menos e para mais, por contingenciamento e vacância, nos anos subsequentes, até 2010, quando passaram a 94.143. Foram 7 anos de pouquíssimos concursos, com sobrecarga da mão de obra que*

*já se encontrava, e período probatório extenso que se iniciava. No mesmo período, as matrículas presenciais no ensino superior público cresceram de 653.993 em 2009 para 783.042 em 2010, insuficientes, é claro, perante os 3.252.627 em 2009 e 3.347.670 em 2010 do ensino privado. Porém, as informações eram de que havia um crescimento de cerca de 29% das matrículas no ensino superior de 2003 a 2008 e o número de técnicos só havia voltado a crescer em 2010.*

*Dessa forma, considerando que o Assédio Moral traz consequências sérias à saúde ao longo do tempo, as consequências desse período de privatizações na Educação Superior só serão conhecidas no futuro.*

*Porém, uma das artimanhas do neoliberalismo é se utilizar de governos democráticos para fazer o debate das reformas que interessa ao sistema sem resistência e incentivar o tratamento da resistência política com violência. Dessa forma, o Assédio Moral é sua arma e foi bem utilizada contra os técnicos das universidades públicas. Basta ver os números que vieram a público de denúncias de perseguições nas greves de 2011, sobre os que estavam em estágio probatório e optaram por fazerem greve; em 2012, quando cerca de 19 militantes do movimento sindical na UNICAMP, entre eles vários membros da direção do STU, foram massacrados por processos administrativos disciplinares numa clara atitude de Assédio Moral da administração daquela universidade; há relatos também na UFSC, onde uma companheira, sindicalista, começou sofrendo um processo que se desdobrou recentemente em mais de 20.*

*Desde a década de 1990 os governos brasileiros incentivaram modelos neoliberais de “privatização branda”, ou seja, a criação de empresas estatais, como a EBSEH, que herdou a estrutura e os trabalhadores dos hospitais universitários, e concessões, cujo arcabouço legal é frágil e precariza o trabalho. Uma das consequências da precarização do trabalho é a insegurança frente à possibilidade de ser vítima de Assédio Moral, um limbo jurídico de exploração, onde nada é definido, para submeter o trabalhador à vontade do assediador de plantão. Os sindicatos devem se preparar para mobilizar os trabalhadores para a melhoria dos projetos que estão no Congresso e o impulsionamento de sua tramitação, porque estes projetos descrevem as responsabilidades dos superiores dos assediadores em caso de condenação, e somente assim teremos como efetivar uma Política de Educação dos gestores públicos de âmbito nacional que inclua a abordagem da dignidade da pessoa e dos Direitos Humanos, direito à Saúde,*



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*a um trabalho saudável, bem como punir a quem optar por utilizar o preconceito como arma de controle administrativo.*

## A PRECARIIDADE DO ARCABOUÇO JURÍDICO ACERCA DO ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL

*Há, hoje em dia, 7 projetos tramitando no Congresso Nacional, apensados ou com relação direta com o projeto 6757/2010<sup>9</sup> que tenta alterar o Código Penal para definir e estabelecer limites de punição aos envolvidos em Assédio. O último projeto, Projeto 6764, foi apresentado em 04/11/21013, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e é o mais completo em definições e estabelecimento de limites, focando especificamente a administração pública. Porém projetos como o 4593/2009 e 2593/2003 ameaçam a discussão, tentando estabelecer que haja situações de violência hierárquicas necessárias ao administrador, para exercer o “poder de fazer”.*

*Portanto, há um momento propício para um trabalho conjunto dos trabalhadores, porque já houve uma evolução conceitual, definições claras, responsabilidades pesquisadas e definidas, um histórico no combate ao Assédio Moral, jurisprudência definida, faltando somente à luta.*

## A PRECARIIDADE DA VISÃO SOBRE O ASSÉDIO MORAL NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR (PNST).

*APNST\* a iniciativa brasileira para melhorar a morbimortalidade relacionada aos modelos de desenvolvimento e processos de trabalho. Pretende garantir a execução de estratégias de fortalecimento da vigilância em Saúde do Trabalhador, entre elas: “Promover a saúde e ambientes e processos de trabalho saudáveis”, para isto propondo:*

*“(a) estabelecimento e adoção de parâmetros protetores da saúde dos trabalhadores nos ambientes e processos de trabalho;... e) inclusão de parâmetros de proteção à saúde dos trabalhadores e de manutenção de ambientes de trabalho saudáveis nos processos de concessão de incentivos ao desenvolvimento, nos mecanismos de fomento e outros incentivos específicos; ... h) desenvolvimento de estratégias e ações de comunicação de risco e de educação ambiental e em saúde do trabalhador”<sup>10</sup>.*

*Nesse sentido, a vigilância está estabelecida no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN)<sup>11</sup>. O Assédio Moral PODE SER NOTIFICADO NA FICHA DE AGRAVOS. Criado ao nível do SUS, o SINAM, no seu item 51 permite que o trabalhador notifique o tipo de violência que sofreu, marcando Psicológica/Moral. Porém, esta ficha de notificações só pode ser preenchida por um profissional de um estabelecimento de Saúde, ou mesmo um membro do CEREST<sup>12</sup>, ou da política municipal de saúde do trabalhador.*

## PRINCIPAIS PONTOS PARA A LUTA CONCRETA CONTRA O ASSÉDIO MORAL NAS IFES

*O Assédio Moral existe e deve ser desmascarado nas instituições. Para tanto, os sindicatos comprometidos com a luta pela melhoria das condições de vida do trabalhador necessitam dispor de ações de formação e instrumentação da militância para a denúncia e defesa dos direitos do trabalhador.*

### - FORMAÇÃO:

**Troca de Experiências:** *seminários de estudo sobre estratégias de combate ao Assédio Moral em nível local e nacional, com debate estabelecido entre convidados que tenham já um histórico de lutas e combate ao Assédio Moral, para troca de experiências e proposição da política às Coordenações Sindicais e ao Congresso da categoria;*

**Consolidação de GTs Sindicais:** *nas Coordenações e nas Comissões de Locais de Trabalho, que sirvam de referência para chamarem permanentemente a administração e a categoria para a discussão e capacitação dos instrumentos que já existem (cursos técnicos, oficinas permanentes e palestras); fazerem pesquisa na base acerca do tema, para conhecimento das formas de preconceito e discriminação existentes, bem como dos indicadores de Assédio Moral existente na base; participarem de articulações nacionais, junto com as direções, para denúncia de situações específicas de gênero ou outras e combate ao Assédio Moral;*

**Oficinas:** *devem existir voltadas à militância para nivelamento da complexidade da linguagem, das disciplinas e dos conceitos referentes ao Assédio Moral com foco nas universidades, preparando-os para divulgar a cultura da tolerância, bem como preparando-as para proteger as testemunhas de assédio;*

**Cartilhas e folders:** *proativos (onde se leia sobre o que é a relação de trabalho com o público e com os administradores) e de esclarecimento legal sobre o Assédio Moral e suas*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

diferenças/complementariedades, como apoio didático para os GTs e para massificar a discussão;

**Jornal e meios eletrônicos:** Abertura de espaço em veículo de comunicação do sindicato, para discussão do tema, valorizando a experiência de vida do trabalhador assediado, sem exposição de sua situação; formação de grupos na Internet para divulgação de material explicativo.

**Que a FASUBRA apoie as lutas das categorias de trabalhadores sobre o combate ao Assédio Moral nos encontros nacionais e fóruns de discussões Inter setoriais de que participa, para que haja:**

**Possibilidade de notificação pelo próprio trabalhador do Assédio Moral sofrido;**

**Redução da jornada trabalhada, com conseqüente redução da exposição à violência psicológica;**

**Luta contra a violência de gênero, homofobia e qualquer outra forma de discriminação, pois a discriminação é alimento do Assédio Moral.**

## A FEDERAÇÃO DE OLHO NAS ESTADUAIS

No Brasil, existem trinta e nove universidades estaduais públicas, elas estão distribuídas da seguinte forma: Três no Centro-oeste, quatorze no nordeste, seis no norte, sete no sudeste, nove no sul. Porém, a vida das estaduais na FASUBRA não chega a cinquenta por cento deste número e também se concentra, apenas na região sudeste! Porque isto ocorre? Porque a Federação não consegue desenvolver uma política atuante frente às estaduais, não conhecem as suas realidades e suas especificidades para apontar uma ação constante e permanente para atrair estas entidades para dentro de seu convívio. Para tentar solucionar a questão, aprovou-se no congresso a ocupação na coordenação das estaduais um diretor que fosse de uma estadual! Ledo engano; Não basta apenas ter alguém específico na pasta, é necessário ter políticas com as quais toda a direção esteja envolvida. É preciso mapear as universidades e suas entidades, entender seu funcionamento, visitar essas entidades, conhecer o governo local e sua política de educação, posteriormente traçar uma política constante e permanente, em longo prazo, que possa resultar em ação de luta.

É fundamental entender que não apenas adianta levar as estaduais as plenárias da FASUBRA para debater suas questões que muitas vezes não reflete seus dias a dia. Porque

muitas de suas questões não estão centradas no governo federal e sim no governo local. Por que seu enfrentamento embora seja conjunto ele é descentralizado, o embate se dá junto ao governo local. Se não compreender isto as estaduais passam a ser apenas um apêndice na federação e pouco poderão contribuir no debate de defesa das universidades públicas. Para tanto a FASUBRA tem que ter vida ativa junto a estes estados, no local de origem.

Outro equívoco é visitar as entidades no período de conflitos (greves), e estritamente as filiadas, isto não dá à direção a legitimidade de pensar políticas que construa um movimento uniforme, a lógica é pensar uma política em longo prazo de aglutinação, onde couber, que consolide as bases necessárias para os enfrentamentos locais.

Faz se necessário, a aproximação destes setores para entender o que há em comum entre si e assim fazer o enfrentamento dos governos locais, pois muitas vezes, os governos estão sobre a batuta de um mesmo partido, por conseqüência a mesma política. Sendo assim, a cartilha é mesma, por exemplo: **o PSDB governa em oito estados, o PSB seis, PT e o PMDB cinco, o DEM em dois e o PMN um**, isto significa que muitos destes governantes estão em sintonia para definir a política de educação para as universidades estaduais.

A Federação tem que definir em sua estratégia para ampliar o quadro das estaduais, estudar estes adversários e avançar na aproximação destas entidades com um diálogo que expresse esta realidade.

Outra questão que consolida uma política é pensar em cada região a aproximação das federais com as estaduais, um exemplo real disto, é em São Paulo onde existem **três universidades estaduais, três universidades federais, várias Fatecs e Etecs** e não se produz uma ação política conjunta. A necessidade de buscar o diálogo entre estes setores criando um espaço de debates concreto e permanente de coisas que vai muito além das questões salariais. Afinal somos todos trabalhadores em educação no mesmo estado! Olhando para a região sudeste este número de instituições com certeza dobra.

Defendemos aqui uma proposta de que possa apontar atuações mais profundas regionalmente, e que o diretor das estaduais esteja especificamente voltado para isto. Construindo pontes entre as federais e as estaduais, dissecando a política do estado a qual estas entidades estejam

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

presentes, fazendo ações locais como, debates, encontros e seminários. Tudo isto em consonância com a direção da FEDERAÇÃO. As estaduais têm vida, não podem ser ofuscadas pelas federais.

A federação deve convocar um seminário específico das estaduais como forma de dar um pontapé inicial neste projeto dividido em dois momentos, no primeiro momento apenas com as suas filiadas para pensar a política a ser definido para o período e um segundo momento aberto a todas estaduais que se interessarem em conhecer a federação, participar deste novo projeto e filia-se a ela. Pois desta forma teremos uma plataforma política a qual todos terão conhecimento e independente do diretor que lá estiver saberá como encaminhá-las.

## **Um breve olhar sobre as estaduais Paulistas**

Algumas políticas são bastante comuns entre as federais e as estaduais, pelo menos na região sudeste. A exemplo das federais, as paulistas vêm sofrendo ataques constantes no que tange a entrega deste setor à iniciativa privada. A USP é o balão de ensaio para estas experiências: Os hospitais universitários passam por ameaça constante de ser alvo de desvinculação das universidades. O reitor da USP durante a última greve votou no Conselho Universitário à desvinculação HRAC (Hospital Regional de Anomalias Craniofaciais da USP). Também aprovou um Plano de Demissão Voluntária. A UNICAMP e a UNESP vivem a mesma realidade em grau menos efusivo. Na UNICAMP, aplica-se mudança de carreiras a cada reitor de plantão e a mesma ameaça nos hospitais. Isto tudo sobra à orquestração do governo do PSDB que esta a frente do estado a mais de vinte anos.

## **A GREVE HISTÓRICA**

As universidades públicas estaduais são um importante setor de luta da FASUBRA. Não só pela garantia no estatuto da Federação da busca pela representatividade das universidades públicas, sejam elas federais, estaduais e municipais, mas pelas lutas que estas universidades vêm enfrentando.

Porém, a exceção das universidades estaduais paulistas as lutas têm sido pouco coordenadas, tornando difícil a visibilidade das mesmas. Mesmo no tangente às estaduais paulistas a presença ainda parcial da FASUBRA cria um descrédito junto à base.

Ocorre que em São Paulo as universidades estaduais atravessam um período de graves ataques dos governos do PSBD (reeleito no primeiro turno com quase sessenta por cento dos votos), através das reitorias. Os últimos movimentos grevistas têm sido respondidos pelos reitores de forma coordenada e com truculência. Enquanto a reitoria da USP cumpre o papel de apresentar o programa do PSDB, os demais reitores comodamente seguem a reboque a política privatista da USP.

O ano passado foi marcado também por um grande ataque às Universidades Estaduais Paulistas. A exemplo do Governo Federal que se recusava a negociar com os trabalhadores em greve, os reitores da Unicamp, USP e Unesp, que possuem autonomia para negociar os salários através do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo), não só se recusaram a negociar a pauta salarial e judicializaram as greves e utilizaram o caos implantado para avançar na privatização das estaduais paulistas.

A indiferença e desrespeito com que os trabalhadores foram tratados nos mais de cem dias de greve acenaram a extrema necessidade de construção coletiva da mobilização.

Tais ataques vivenciados no último período sinalizam um horizonte tenebroso para o conjunto dos trabalhadores das estaduais paulistas. A culpabilização dos trabalhadores, perante a sociedade, através da falsa alegação de excedente de trabalhadores e altos salários tem a função de jogar a população contra os trabalhadores e contra a própria universidade.

Além disto, o desmonte da estrutura de trabalho, adequando a universidade ao modelo privatista desde a década de 1990, tem se consolidado nas gestões dos reitores atuais e tendem a se aprofundar num cenário de crise financeira apontando para esse ano, com o contingenciamento de recursos por parte do Governo do Estado de SP, seca histórica no estado, inflação em alta, puxada do preço dos alimentos e diminuição da produção industrial. O orçamento das universidades estará visivelmente comprometido, tornando as lutas dos trabalhadores ainda mais necessárias para a manutenção do poder de compra e conquista da equiparação salarial entre as Universidades, manutenção dos postos de trabalho e melhoria das condições laborais, bem como a democratização das Universidades.

As Universidades Estaduais Paulistas são modelos não só de produtividade, mas de exploração e falta de democracia. Os

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

trabalhadores não só, não tem poder real de decisão nos Conselhos Universitários, como também não tem real acesso a essas instituições. Por linha do Governo Estadual, há 16 anos nas mãos do PSDB, nenhuma das 3 Universidades de SP possui sistema de cotas.

- A mais longa greve das Universidades Estaduais de SP terminou com uma vitória, com o índice de 5,2% de reajuste salarial, revertendo o 0% dos reitores e obrigá-los a negociar, mas com um importante saldo de lutas que serão travados a partir de 2015.

Deflagrada na Unicamp na semana anterior às demais entidades e duas semanas após a posse da nova diretoria proporcional (a primeira desde 2005) a greve na Unicamp teve particularidades importantes: parte importante da categoria se colocava como base de apoio do Reitor, descendo em massa para as assembleias depois de a associação docente da Unicamp abandonar a greve. Com já afirmamos na Unicamp foram mais de cem dias de greve, sendo que metade do tempo sem os docentes estarem em greve e sem que o DCE estivesse em greve, contando somente com a colaboração de alguns centros acadêmicos.

Durante a greve unificada os trabalhadores da USP foram sem dúvida os alvos principais, com ponto cortado, aplicação de Plano de Demissão Voluntária e a desvinculação do Hospital de Anomalias Craniofaciais (HRAC) e a declaração em rede nacional de que a solução para as Universidades era a cobrança de mensalidades dos estudantes. Mas os reitores da Unicamp e da Unesp ficaram comodamente a reboque da política da USP. Não se dispunham a avançar o debate das pautas unificadas buscando a todo o momento a judicialização da greve (apontando uma multa de R\$500 mil caso o STU continuasse com ações de greve no HU) e a divisão dos trabalhadores e dos docentes, depois entre os trabalhadores das universidades e por fim dentro de cada universidade.

A participação da FASUBRA em momentos críticos auxiliou muito na condução dos trabalhos nas Universidades, nos conectando com a experiência da longa greve das federais do mesmo ano. Mas a distância cotidiana trouxe desconfiança de entidades o que nos impediu de efetivar o ato deliberado na Plenária da FASUBRA em apoio à greve das Estaduais Paulistas.

O Vosso tanque General, é um carro forte  
Derruba uma floresta esmaga cem homens,  
Mas tem um defeito - Precisa de um motorista  
O vosso bombardeiro, general é poderoso:  
Voa mais depressa que a tempestade  
E transporta mais carga que um elefante  
Mas tem um defeito - Precisa de um piloto.  
O homem, meu general, é muito útil:  
Sabe voar, e sabe matar  
Mas tem um defeito - Sabe pensar (B. Brecht).

## ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL: COMO ENCARAR OS DESAFIOS QUE NOS CERCAM?

Para avançarmos na organização e qualificarmos a ação sindical de nossa Federação, precisamos partir de um balanço crítico das últimas gestões, avaliando a experiência concreta de gestão e buscando avançar na democracia de base para radicalizar a luta política.

Os exemplos recentes apontam para um descrédito ao modelo de proporcionalidade, com sucessivas gestões fazendo crescer dentro de si, de maneira imatura e irresponsável, disputas fratricidas por ocupação de espaços e destituição da diversidade de interlocutores ao invés de aproveitar o caldo fértil que a riqueza e pluralidade da base oferecem. Este debate, bastante doloroso entre nós, deve ser enfrentado neste Congresso, para que apontemos que sindicalismo e que gestão sindical queremos!

Queremos debater a construção de um sindicalismo comprometido, na palavra e na ação, com as transformações que a sociedade exige. E esta ação sindical deverá estar orientada numa leitura da realidade, articulada a uma estratégia coerente com este objetivo. É preciso também uma prática cotidiana que faça do sindicato uma verdadeira escola voltada para educação sindical e política dos trabalhadores e trabalhadoras.

Fazer sindicalismo hoje exige uma dinâmica e agilidade para dar conta das diversas demandas administrativas e cotidianas de maneira que estas não se sobreponham ou atrapalhem as atividades principais que são as tarefas políticas de organização e mobilização da categoria para as lutas concretas que se apresentam dia após dia. Devemos buscar a fuga do imobilismo e da burocratização sem descuidar da transparência e da democracia na tomada de decisões dentro de nossa federação e de nossas entidades. É preciso dinamizar e



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*profissionalizar a gestão administrativa para alavancar e potencializar a gestão política.*

*Um sindicalismo a serviço da classe como o que defendemos propõe, sem tergiversação, a organização de sindicatos únicos por ramos de atividade econômica (com abrangência geográfica diversificada, de acordo com cada caso) para unificar organicamente a luta da classe trabalhadora, rompendo com a pulverização sindical. Porque somos pela liberdade de organização e pela unidade sindical dxs trabalhadorxs, por isso lutamos contra a estrutura sindical celetista, herdada da ditadura varguista, que pulveriza xs trabalhadorxs, desde a base, em categorias profissionais, ao tempo em que os submete à tutela estatal.*

*Devemos combater todo tipo de aparelhismo, que combinado com a ideologia corporativista (e, muitas vezes, alimentado por ela) é fenômeno corriqueiro entre dirigentes. Tal fenômeno configura-se pela utilização (via de regra não legitimada pelas instâncias competentes) das entidades como instrumento; como 'aparelho' mesmo, a serviço de objetivos políticos individuais de dirigente ou de seu grupo ou facção. Ideologia e prática que passam por cima do caráter amplo, aberto e plural que necessariamente devem ter as entidades de massa, trabalhando-as como simples correias de transmissão dos objetivos políticos particulares de seus dirigentes ou dos grupos - político-partidários ou não - aos quais pertencem.*

*É compatível com o sindicalismo combativo que a base quer construir que se mantenha atrelamento político a partidos, gabinetes parlamentares, governos ou até mesmo a Reitorias? Certamente é legítima a militância política em partidos ou movimentos sociais e, a convergência de princípios e objetivos, referenciada na prática, é oportuna num processo de construção maior, de transformação da sociedade. No entanto, queremos uma FASUBRA autônoma e democrática. Com instâncias e procedimentos que permitam a renovação e a participação permanente; combatendo assim o imobilismo, a burocratização e o aparelhismo.*

*A democracia socialista como meio e como fim, deve ser uma prática constante no movimento sindical, desde as bases. É atualíssimo afirmar que devemos nos empenhar em ampliar e aprofundar o debate político interno, politizando as divergências e fazendo um combate sistemático ao sectarismo e à confusão entre hegemonia e maioria. Assim combateremos a prática política de muitxs que, pelo fato de circunstancialmente deterem a maioria, atropelam as minorias, as entidades e o*

*próprio movimento sem exercitar o debate coletivo e plural, tampouco se preocupando em convencer quanto à suposta justeza de suas posições. É a política que se reduz ao simples levantamento de crachás e contagem de garrafas.*

*Conviver com as diferenças, garantindo a mais ampla liberdade de expressão no interior da FASUBRA e das entidades de base é um elemento fundamental da democracia que propomos. Democracia que se associa sempre ao respeito às resoluções das instâncias de decisão e à unidade de ação em torno delas, através do encaminhamento efetivo das decisões políticas.*

*Outro elemento essencial da democracia é a ampla e livre circulação da informação no interior da entidade. Uma direção que não cuida de informar com regularidade e amplitude à base, que distribui informação segundo a proximidade política, é uma diretoria que manipula e se utiliza deste elemento como uma forma golpista de exercício de poder. Enfim, sem ampla informação não teremos nem organismos dirigentes, nem instâncias de base eficazes, fortes, plurais e democráticas.*

*Esta discussão dialoga diretamente com a estruturação da comunicação sindical e da formação política: dois espaços fundamentais para qualificar a democracia interna e fortalecer a base, construindo assim, um sindicalismo mais forte e combativo.*

*Para um funcionamento democrático das entidades, de uma perspectiva transformadora e socialista, sustentamos que a forma mais democrática e transparente de exercer a direção sindical é a subordinação da vontade coletiva da diretoria à vontade coletiva da categoria, que - por mais óbvio que seja, é importante reafirmar sempre - é soberana em suas deliberações tomadas em assembleias, congressos, eleições, plebiscitos, e demais instâncias de participação, debate e atuação sindical.*

*O envolvimento das bases com direção deve servir para a superação do verticalismo, do caciquismo e do cupulismo, devendo passar necessariamente pelo estabelecimento de mecanismos que favoreçam a participação, de fato e de direito, das bases organizadas nos rumos da FASUBRA e das entidades de base. Devemos avançar na consolidação de instâncias que reverberem a soberania da base, com a realização periódica, de Congressos, Plenárias e Assembleias, sempre precedidos de diversificada e ampla divulgação dos objetivos, pautas e condições de participação em que seja garantida a livre expressão dos diversos matizes políticos e ideológicos presentes na base e onde sejam favorecidos o*



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*aprofundamento dos debates e o exame atento e em profundidade dos assuntos em deliberação.*

*A atividade do sindicato deve estar voltada para abarcar toda a massa dxs representadxs em cada base, procurando transformar o sindicato em representante das aspirações e anseios de todxs xs trabalhadorxs da base, independentemente de vinculações funcionais, ideológicas e religiosas, entre outras. Os trabalhadores e as trabalhadoras têm interesses comuns e concretos que são as fontes da solidariedade e da luta unitária contra o mesmo inimigo: a exploração capitalista.*

*Para isso devemos primar pela organização desde as bases, a partir dos locais de trabalho. Este é, em nossa concepção, o elo mais importante de cada entidade e da nossa Federação com a categoria que representamos. É através da organização de base que uma entidade sindical e sua direção podem sentir com fidelidade o pulsar do chão dos locais de trabalho. No sentido inverso, fortalecida a ação das organizações desde a base, será possível fazer com que as resoluções, planos de lutas e campanhas tiradas nas instâncias nacionais, regionais ou locais do movimento sindical, possam sair do papel e dos espaços de deliberação para efetivamente ocorrerem em cada IFES, pelos diversos campi, em cada setor, oficina, laboratório, departamento, secretaria, garagem, centro de ensino, enfim...*

*Na esteira das propostas anteriores, queremos trazer a necessária e urgente politização da ação sindical! Para avançar no trabalho sindical numa perspectiva revolucionária há que se superar concepções que contribuam para a despolitização do movimento sindical. Uma destas concepções, ainda que parta do correto pressuposto de que uma entidade sindical é, em primeira instância, “corretora do preço da nossa força de trabalho”, peca por não perceber que o horizonte dos sindicatos está longe de se situar dentro de limites tão estreitos. É falsa a concepção de que a luta política leva necessariamente à partidarização das entidades. Aliás, são as classes dominantes e seus cúmplices no movimento sindical, que se esforçam para difundir a tese de que “sindicalismo se faz nos sindicatos e política no parlamento”, como desculpa para justificar a repressão que exercem sobre o movimento sindical e sua incapacidade de pressionar governos e patrões.*

*O próprio fato de que a melhoria salarial e econômica dXs trabalhadorXs passa, via de regra, por decisões e sanções políticas, por governos ou parlamentos, é suficientemente cristalina para demonstrar a inexistência de um muro intransponível entre a ação sindical e as disputas políticas que*

*se dão na sociedade em diversos níveis, inclusive no âmbito partidário e institucional. A propósito, é a pretexto de uma suposta prática sindical higienizada de partidarismos e da política, que o sindicalismo de negócios e resultados, não raro, toma o partido do capital, do governo e das medidas neoliberais, defendendo teses como a da parceria patrão/empregado e da identidade de interesses entre o capital e o trabalho, chegando, em alguns casos patológicos, a negociarem cortes de salários e direitos em nome de supostas estabilidade e segurança no emprego. É preciso que entendam - ou lembrem - que capital e trabalho, mais que diferentes, são antagonicos!*

## ARTICULAR AS LUTAS! MOBILIZAR AS CATEGORIAS! UNIFICAR A CLASSE TRABALHADORA!

*O tema da unidade da classe trabalhadora é estratégico para nossas lutas. Mas falamos, sonhamos e construímos na luta concreta e cotidiana, por uma unidade de ação que transborda os limites da burocracia e do aparelhamento de entidades ou organizações. Não tratamos de uma unidade formal nem legalista, demarcada pelo atrelamento a uma central, mas da unidade realizada pelo esforço teórico e prático de construir consensos políticos e atuar conjuntamente com diversas categorias e setores da classe trabalhadora e das lutas populares. Muitxs entre nós fazem deste importante tema apenas uma redução míope e distorcida para indicar e defender a “sua” central como “redentora das lutas”.*

*Previsivelmente, os coletivos e forças políticas com identidade cutista, tornarão a propor uma nova filiação da FASUBRA na Central Única dos Trabalhadores. Estes coletivos tentam esquizofrenicamente convencer a categoria de que é impossível fazer a luta sem estar ligado a uma central (e é preciso que se diga que isso ou é uma grande manobra verbal ou um grande equívoco – neste caso, apenas para dar um voto de confiança na sinceridade dos coletivos cutistas). **É fábula ou ilusão acreditar que, refiliando-se a CUT automaticamente atingiremos um outro patamar da luta.***

*Isso não encontra resguardo nem na literatura e nem na prática marxista, tampouco na luta concreta que vivenciamos hoje. O encantamento e o fetichismo em torno da sua central levam os coletivos e militantes cutistas a apresentarem proposições dogmáticas que despolitizam e ignoram a dinâmica da luta de classes.*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*Para os marxistas, as organizações são transitórias e quando uma ferramenta não serve mais é preciso avançar e construir outra. Atualmente há processos em curso que dialogam com as diferentes centrais, fóruns, coletivos e sindicatos. Processos que são capazes de articular lutas conjuntas e de grande alcance. Não se constrói unidade apenas através desta central, se é que nela se constrói.*

*Nossa posição manifesta e defendida em todos os espaços é a de que é um equívoco atrelar-se a uma central cuja prática atual desligou-se de seus princípios históricos de maneira tão evidente. A independência e autonomia da classe trabalhadora para construir sua luta e suas alternativas são contrariadas, dia após dia, quando os principais quadros da CUT vão ocupar postos num governo que mantém na ordem do dia o grosso da esteira privatizante construída nas duas últimas décadas.*

*Os Cutistas no governo negociam com cutistas na CUT e nas entidades sindicais, atuando amigavelmente para suavizar ou protelar - mas sempre efetivar - medidas antisíndicas e ataques frontais ao serviço público, à classe trabalhadora e à sociedade brasileira. Um jogo de cena sem precedentes!*

*O PL 4330, por exemplo, que vem sendo combatido pela nossa categoria, é emblemático para demonstrar isso. Sem ter se construído uma possibilidade evidente de derrota ao projeto, a 'torcida' da CUT sequer ousa questionar o Governo Dilma, de cuja base de sustentação saiu o maldito projeto: o deputado goiano Sandro Mabel, proponente do PL da terceirização é do PMDB, partido do vice de Dilma e principal partido aliado na base governista!*

*Esta cada vez mais evidente o custo de retomarmos um atrelamento político e financeiro com uma central que vacila e titubeia diante dos inimigos da classe trabalhadora.*

*Não é verdade que é necessário estar NUMA central para estar conectado com as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade e com as lutas contra as opressões. O histórico recente da própria FASUBRA nos mostra isso. Somos uma federação que acertadamente já disse e continuará dizendo não à filiação à CUT ou a outras centrais. Decisão acertada tanto por fatores políticos, quanto pelo grau de fratura dos grupos internos em torno desta questão: **construir unidade verdadeira, nesse momento, não passa pela opção por uma central, mas sim pela construção radical, firme e combativa da luta em defesa da nossa categoria e do projeto da classe trabalhadora.***

*Além disso, há uma conjuntura renovada e renovadora vivida pelos movimentos e pela luta social no Brasil num ciclo 'oficialmente' iniciado com as Jornadas de Junho de 2013, mas que teve uma prévia fundamental na Vitória de Porto Alegre, em abril do mesmo ano.*

*Esse novo ciclo de lutas reuniu diversos setores da juventude do país e da classe trabalhadora, fazendo transbordar os limites organizativos das entidades de perfil tradicional: partidos e sindicatos em especial.*

*O sindicalismo brasileiro em geral e as centrais burocratizadas, moderadas ou abertamente governistas, em particular, a muito custo esboçaram reações tímidas em comparação com as grandes jornadas que se manifestaram em grandes atos, marchas, ocupações, com confrontos diretos com a polícia e com o sistema, desgastando os poderes constituídos de maneira inédita. A necessária horizontalidade que as lutas populares tem construído e mostrado não cabem nem no verticalismo nem na burocracia tão cristalizadas no nosso estreito meio sindical.*

*Não somos daqueles que advogam pela sectarização da classe trabalhadora ou pelo nosso fracionamento, tampouco seremos defensores de um discurso que se pretenda hegemônico no movimento, mas abra mão da defesa de uma construção classista da qual precisamos. Defendemos a construção de uma alternativa sindical que articule e unifique lutadorXs de todos os campos – inclusive os que já se desconfortam no seio do governismo e do peleguismo – construindo uma democracia horizontalizada, livre dos burocratismos abjetos aos quais devemos combater para que possamos, desde os locais de trabalho, revigorar a classe trabalhadora brasileira para um processo de transformações efetivas e profundas, construindo nas lutas concretas, as ferramentas, processos e metodologias necessárias. A FASUBRA tem uma envergadura política capaz de aglutinar amplos setores do movimento, garantindo interlocução com diferentes sujeitos e atores na política sindical, nas lutas populares e classistas; nas universidades e até mesmo nos Palácios de Brasília. É para isso que Vamos à Luta todo o dia!*

*Para avançar na construção de uma Federação e de um movimento sindical combativo e representativo, no qual cada TAE possa se enxergar, sentir-se parte e assumir envolvimento e compromissos com as lutas em defesa da pauta de nossa categoria e do projeto de nossa classe, listamos algumas questões a seguir:*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

1- Debater e definir, sempre, de modo amplo e intenso junto à base, o programa e os objetivos da nossa atuação sindical. Sem prejuízo do caráter continuado desse esforço, constituem-se momentos especiais desse trabalho, os processos preparatórios das grandes campanhas e lutas das entidades;

2- Abrir para toda a base o debate da condução do sindicato, constituindo e mantendo azeitados os canais de participação desta no controle do sindicato no dia a dia;

3- Planejar o trabalho da direção, sempre com ampla participação dxs ativistas e da base, onde estejam perfeitamente delimitadas: as metas, as tarefas, os meios, os recursos, as formas de efetivar, os prazos e os respectivos responsáveis. No quadro de tal planejamento, merecem lugar privilegiado o trabalho de organização de base, a permanente ligação da direção com o cotidiano do chão dos locais de trabalho, as atividades de formação política, a comunicação, o trabalho cultural e esportivo, a inserção da entidade nas lutas gerais da classe trabalhadora;

4- Definir uma política explícita de sustentação da entidade, livre dos esquemas estatais e das chamadas contribuições compulsórias, com definição coletiva de gastos e investimentos e com ampla transparência do uso dos recursos da entidade;

5- Garantir formas de relação estável, constante, politizada e organização da FASUBRA com as lutas e entidades representativas de outros segmentos explorados e oprimidos da sociedade;

6- Radicalizar em mecanismos de transparência e profissionalização da gestão dos recursos materiais e financeiros da entidade, bem como no que concerne às ações na área de comunicação, saúde e cultura;

7- Considerar que o corpo de trabalhadoras e trabalhadores da entidade deve estar a serviço da luta, a serviço do movimento; o que requer, como contrapartida e pré-requisito, um coletivo de trabalhadorxs formadxs politicamente, portador de espírito militante e sendo adequada e justamente remunerado;

8- Incansável e politizado combate ao assistencialismo na FASUBRA e nos sindicatos de base, inclusive no terreno jurídico;

9- Permanente trabalho de desburocratização do funcionamento da máquina e das diversas ações e fins da entidade;

10- Trabalho sistemático de liberação da diretoria da entidade das ações burocráticas para as atividades de direção política;

11- Eleição do Conselho Fiscal separado da diretoria; com o devido fortalecimento dessa instância garantindo-lhe total autonomia e independência para atuar;

12- Trabalhar de tal modo a garantir a rotatividade dxs coordenadorxs no exercício dos cargos de direção da entidade além de estimular um organizado e constante processo de renovação dxs dirigentes;.

## COMUNICAÇÃO SINDICAL

Para além de informar, a Comunicação Sindical tem o papel de formar e mobilizar a categoria. Investir em comunicação de forma estratégica só traz benefícios, informação, clareza, mobilização e consciência. Portanto não é gasto e sim investimento.

Entendemos que é preciso manter e aperfeiçoar as linhas e meios de comunicação e informação para a base, com intuito de abrir o debate permanente com a categoria. A melhoria e manutenção do uso das redes sociais e a qualificação do portal da FASUBRA, aliadas a mídias impressas - informes, boletins, revistas e jornais - são formas possíveis, viáveis e necessárias para comunicar, informar e dialogar com a categoria e com a sociedade.

As redes sociais tem um grande diferencial de permissão ao público que compartilhe, comente e opine sobre os temas divulgados, por isso são mais atraentes, carregam consigo a interatividade aproximam a base e dialogam com os demais segmentos de nossas Universidades e com a sociedade em geral. Com campanhas nacionais, regionais e locais críticas, orientadas por firmes princípios políticos e bem elaboradas técnica e esteticamente, podemos mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras e também alcançar a sociedade em geral. O uso das redes precisa ser melhorado e potencializado para ser, efetivamente, mais uma ferramenta de luta.

A falta de uma política eficiente de comunicação faz com que boa parte da categoria e da sociedade busque informações acerca de nossas lutas em outros sites, blogs e jornais da mídia burguesa. E isso é danoso para nossas entidades e, sobretudo, para nossa luta tanto pela linha política quanto pela (falta de) credibilidade e manipulação editorial dessas informações que passam a figurar como verdades na opinião pública e no senso comum.

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*A comunicação sindical é uma frente fundamental de disputa de hegemonia na sociedade! O engajamento na luta pela democratização da comunicação deve ser um compromisso da FASUBRA.*

## FORMAÇÃO SINDICAL NA FASUBRA

*“É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas.” Karl Marx.*

*Devido as grandes mudanças no que diz respeito aos avanços tecnológicos, e ao modelo econômico neoliberal, muito bem executado nos últimos 25 anos por Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, é possível observarmos um processo de desindustrialização da nossa economia dependente subalterna, uma ampliação do fluxo do capital estrangeiro e um sistemático processo de desmonte de todo o serviço público desse País.*

*Os trabalhadores metalúrgicos e bancários, dois setores de extrema importância no movimento **sindical** brasileiro, foram abatidos pelo desemprego. Os metalúrgicos foram desempregados pela política de desindustrialização dos governos federais ao longo dos anos 90 e os bancários foram desempregados pela introdução da informática nos bancos. Foram fechados, centenas de milhares de postos de trabalhos nas indústrias e nos bancos na década de 90, processo esse que se arrasta até aos dias atuais.*

*Para a implantação do neoliberalismo no Brasil, os governos neoliberais precisavam do apoio ideológico da sociedade. Por isso, para iniciar um processo de desindustrialização nacional, Collor utilizou a pífia justificativa de que no Brasil “não se fabricava **carros**, e sim **carroças**”. Com isso, provocou a abertura do mercado de capital nacional ao mercado estrangeiro, e as nossas indústrias deixaram de ser as próprias fabricantes para, a partir daí, tornarem-se simples montadoras. Gerando com isso uma maior dependência política e econômica, ampliação do desemprego, aumento das terceirizações e do emprego informal.*

*O processo de transformação nos meios de produção que se iniciou na segunda metade do século XX e que ainda está em curso, denominada de Terceira Etapa da Revolução Industrial, provocou uma aceleração da modernização da tecnologia*

*industrial e informacional. Também conhecida como revolução Técnico-Científica Informacional, caracteriza-se pelos avanços nos sistemas de telecomunicações e transportes, pelo surgimento e rápida expansão da informática e da automação, além do desenvolvimento da engenharia robótica. Esta nova configuração estabeleceu profundas transformações no mundo do trabalho.*

*Além dos bancários e dos metalúrgicos, outro setor de extrema importância no movimento sindical brasileiro é o nosso, construído pelos servidores públicos. Apesar dos contínuos ataques dos sucessivos governos neoliberais ao serviço público, afetando a moral dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, apresentando-os para a sociedade como um bando de “**marajás**” (Collor), “**parasitas da sociedade**” (FHC), os aposentados como um “**bando de vagabundos**” (FHC), e ainda “**os privilegiados**” (Lula da Silva), o movimento sindical no serviço público se encontra diante de uma polarização política, que coloca de um lado os trabalhadores e trabalhadoras (participantes das direções sindicais) que consideram que nos Governos Lula e Dilma, existiram avanços e espaços para disputar os interesses da classe trabalhadora; e que, portanto, dentro dessa leitura política (ao nosso entender, bastante equivocada), se posicionam contra as mobilizações e articulações que objetivam paralisações e greves; e de outro lado, compõe as direções sindicais, trabalhadores e trabalhadoras que se posicionam como oposição de esquerda aos Governos do PT, defendendo a concepção classista e autônoma do Movimento Sindical.*

## O MODELO ECONOMICO LIBERAL-PERIFÉRICO E SUAS CONSEQUENCIAS PARA OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

*Esse modelo, pelo o que percebemos atrelado aos avanços tecnológicos e a flexibilização do trabalho é o principal elemento que gerou toda uma mudança nas relações de trabalho, e conseqüentemente, nas organizações sindicais. Não nos referimos aqui apenas as centrais sindicais **pelegas** como a Força Sindical (FS), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), e outras que se encontram atreladas ao Estado e ao Governo; mas de todo o movimento sindical brasileiro que sofre com os efeitos da reestruturação produtiva, das políticas neoliberais, e do avanço ideológico neoliberal que enfraquece e deslegitima no imaginário social a perspectiva de ações e organizações coletivas da classe*



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

trabalhadora. Destacamos, a título de ilustração, as subcontratações, as terceirizações, a precarização dos vínculos de trabalho, a internacionalização das redes produtivas, a mercantilização da educação, privatização dos hospitais Universitários, a retirada de direitos trabalhistas de todas as categorias e principalmente a dos servidores públicos, que querem retirar desses trabalhadores o direito de fazerem greves, sem falar na reforma da previdência, que retira direito dos aposentados a criação da FUNPRESP-EXE etc. Tudo isso é fruto do sistema econômico neoliberal praticado no Brasil que é totalmente submisso ao sistema financeiro internacional, que provoca efeitos diretos e indiretos na organização da classe trabalhadora.

No horizonte mais geral, a tarefa da FASUBRA é a de derrotar esse modelo ECONOMICO NEOLIBERAL QUE MATA TRABALHADORES DO CAMPO E DA CIDADE! Para fortalecer essa luta, é necessário intensificar a campanha da filiação aos sindicatos, não deixando de lado os outros movimentos sociais, como o das mulheres, dos negros e negras, das LGBTs, e tantos outros que possuem pauta anticapitalistas.

\* “É de suma importância ter um levantamento da diversidade étnico e de gênero, das minorias sociais e de como estão representadas internamente entre os quase 190 mil trabalhadores da base da FASUBRA SINDICAL. Esse perfil da entidade permitirá elaborar políticas mais consonantes com as características de sua base de filiados. Quantas são mulheres? – Quantos são LGBTs? – Há travestis filiados à FASUBRA? - Quantos são negros e negras? Entendemos que desse modo é possível renovar o debate da luta de classes aliando-o às lutas libertária das minorias sociais contemporâneas (a exemplo do que já visualizou o MST em seu último congresso quando tematizou as questões indígenas, das mulheres, dos quilombolas, dos LGBTs, etc., e sem perder de vista a luta para terra e contra o agronegócio). O MST olhou para fora de si, renovando suas relações com outros movimentos sociais e reconhecendo internamente as expressões dessa lutas gerais dentro do fazer cotidiano de seus agregados.” .

Esse breve texto, vem para apresentar a necessidade de a FASUBRA realizar cursos de FORMAÇÃO SINDICAL, tendo como temática principal, o NEOLIBERALISMO NO BRASIL E NO MUNDO! Com essas atividades, poderemos refletir coletivamente sobre a necessidade de nos organizarmos para derrotar esse projeto do neoliberalismo brasileiro, e que para isso é importante construirmos uma grande correlação de forças; buscando a unidade nas lutas com as diversas

categorias de trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades; em direção à construção de um processo de lutas único e geral. Para isso é necessário, atuarmos para construirmos uma central sindical e popular, livre de patrões e de Governos, construída pelos os trabalhadores e trabalhadoras, para os trabalhadores e trabalhadoras.

## CARREIRA: A LUTA CONTINUA...

A Lei No 11.091, de 12/01/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, constitui até hoje o nosso principal instrumento para a disputa pelo nosso reconhecimento dentro das IES como trabalhadores em educação.

Embora não tenhamos uma carreira, pois na perspectiva do desenvolvimento não temos a possibilidade de ascensão funcional, a lei trouxe elementos importantes que forcem a universidade a pensar a gestão através de planos de desenvolvimento e aí, incluindo os técnico-administrativos, propiciando um processo de mudança de cultura, da necessidade de implementar a nova concepção de trabalhador na Instituição e uma nova relação de trabalho. Esses elementos tratam principalmente da aplicação do Programa de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira, aliado a política do Plano de Desenvolvimento institucional.

Esse processo com os programas de capacitação, Dimensionamento e Avaliação de Desempenho. O desenvolvimento destes Programas tem por finalidade o desencadeamento de ações de desenvolvimento e/ou aprimoramento das competências necessárias ao bom desempenho do fazer do trabalhador, aliado a busca pela melhoria dos serviços prestados pela Instituição pública.

No momento em que a lei completa 10 anos, não conseguimos a aplicação em sua totalidade. Parte se deve ao fato de não termos avançado com o projeto Universidade Cidadã para os trabalhadores, a carreira é parte desse projeto e a democratização da universidade não acontece de forma equânime o que proporciona também a aplicação de forma desigual entre as instituições.

Pelo fato de não termos a carreira idealizada, as pressões por salários se juntam as propostas pelo aprimoramento, tirando o foco, ao direcionar as propostas visando reajuste salarial como

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*finalidade e não como consequência que poderia advir desse aprimoramento. Nas negociações e acordos ocorridos desde o início de sua implementação, todos os nossos reajustes foram por dentro da carreira. Algumas vezes a concessão de reajuste vem com o aprimoramento e outras vezes conseguimos apenas o reajuste do salário, terminando por apenas modificar a tabela salarial. Sabemos que é importante, porém o essencial da carreira são os elementos de gestão e outros que contribuem para a própria formação da matriz salarial, que não podem ficar para trás. Devemos sempre buscar o aprimoramento, discutindo nos diversos espaços e nas mesas de negociação. .*

## A CARREIRA E NOSSA REALIDADE HOJE

*O novo perfil do técnico-administrativo nas IFES, por imposição do governo é de trabalhadores em apenas dois níveis de classificação. O governo tem contratado apenas para os níveis de classificação D e E, raramente abrindo para o nível de classificação C. Essa realidade tem trazido para o âmbito da categoria, através de coletivos que atuam na FASUBRA, a necessidade de discutir uma nova carreira, que atenda esse novo perfil da categoria.*

*No atual governo não há ambiente para discussão de nova carreira. Com a política agressiva de cada vez mais entregar as atividades do Estado para a iniciativa privada, qualquer passo nesse sentido seria colocar em risco o que foi construído coletivamente em anos de luta, mobilização e greves. Os ajustes devem acontecer dentro do PCCTAE, implementando o que falta e na busca pelo aprimoramento, seguindo as premissas de não abrir mão dos aposentados, nem dos trabalhadores que estão hoje submetidos pelo governo a cargos extinção.*

*A discussão tem que passar necessariamente pelo aproveitamento desse quadro de trabalhadores que hoje desenvolve funções muito acima do que foram contratados, com ganhos muito inferiores, cobrindo a demanda de pessoal enquanto suas funções são terceirizadas. Esses trabalhadores devem ter o reconhecimento pelo serviço prestado.*

*Qualquer discussão de ajustamento à nova realidade deve passar por um acordo sobre a política de terceirização. O governo tem que barrar sua política desenfreada, especialmente nas universidades.*

## APRIMORAMENTO: O QUE AVANÇOU E O QUE PODE SER FEITO

*Nossa posição é que devemos continuar a investir no aprimoramento. A comissão Nacional de Supervisão tem encaminhado à pauta, colaborando com a mesa setorial de negociação, sendo que as transformações mais significativas ocorreram através de greves.*

- *Destacamos as alterações:*
- *Aumento do step de 3,6% para 3,8% a se concretizar em março de 2015;*
- *Possibilidade de soma de carga horária dos cursos de capacitação realizados para efeito de progressão;*
- *Mudança na concessão do incentivo à qualificação;*
- *Alteração na matriz com quebra da linearidade, proporcionando um maior reajuste para os ocupantes do nível de classificação E no acordo assinado em 2007;*

*Em discussão:*

- *Plano Nacional de Capacitação – já aprovado e ainda por entrar em operação;*
- *Regulamentação dos afastamentos para cursar pós-graduação*

*As alterações foram importantes, diante da dificuldade na mesa de negociação por terem resultado em remuneração final para os trabalhadores. Devemos ter cuidado para não olharmos apenas para o salário nos próximos passos, pois embora não tenhamos uma carreira de fato, o PCCTAE é o instrumento concreto que temos para lutar pela democratização nas IFES e pela ocupação dos espaços de poder pelos técnico-administrativos.*

*No que está disposto na lei está ainda Incluída discussão com o governo sobre a terceirização, dimensionamento de pessoal e a racionalização, três temas que tem inter-relação importante e não são encarados com seriedade pelo governo, por conta de sua política de terceirização.*

*Temos também disparidades na implementação dos programas de capacitação e qualificação. Em estudo realizado pela CNSC foi constatado que a maioria das IES não tem Plano de Desenvolvimento Institucional e muito menos a inclusão de*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

planos de desenvolvimento, como está disposto na lei. Com isso, poucas instituições têm bons projetos de qualificação e capacitação dos trabalhadores, enquanto a maioria não têm nada, com os trabalhadores tendo que recorrer à iniciativa privada para obter a capacitação e conquistar o incentivo, consistindo muitas vezes em irregularidade com a própria lei, pois os cursos realizados devem estar de acordo com o plano de desenvolvimento da instituição. A expectativa é que possa ser superado se conseguirmos de fato encaminhar o que está escrito no Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores Integrantes do PCCTAE.

## PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO OU MODIFICAÇÃO NO PCCTAE

**1. Reestruturação da tabela:** há necessidade de discutirmos modificações na tabela no sentido de contemplar a necessidade de termos que passar mais tempo no serviço público, assim como responder os anseios da categoria:

a) Aumento dos Níveis de Capacitação ou outro modelo que valorize a capacitação - devemos discutir essa questão iniciando por ter um padrão único de aplicação da lei, levando em conta o tempo que o trabalhador fica na instituição e a necessidade constante de capacitação;

b) Padrões de Vencimento: A "reforma" da previdência obriga o trabalhador permanecer mais tempo no Serviço Público ao mesmo tempo em que estabeleceu regras para concessão da aposentadoria levando em conta a média dos últimos anos. Devemos discutir o número ideal dos padrões de vencimento levando em conta essa nova realidade

c) Aumento do step – alteração feita através da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com a diminuição da interpolação entre o nível de classificação E, e os demais fazem com que tenhamos uma relação de maior salário igual a 5,99 vezes o menor, isso com um step de apenas 3,8%. Se aplicado um step de 5% na atual estrutura da tabela, essa relação do menor para o maior salário seria de 10,40 vezes. Na tabela original do PCCTAE, com step de 5% a correlação entre o menor e o maior salário da tabela seria de 6,38 vezes. Essa relação seria a ideal, chegando bem próximo aos pisos de cada nível de classificação. Nossa resolução de step de 5% deve ser perseguida, porém combinada de forma a diminuir a diferença posta não permitindo a supervalorização de um único setor;

d) Manutenção ou não do número de Níveis de Classificação – é importante discutir a possibilidade de adequação; A condição

é que seja precedida da conclusão da discussão sobre a terceirização e que os atuais ocupantes dos níveis de classificação A, B e Continuem a usufruir de todos os benefícios advindos das negociações envolvendo o PCCTAE.

**2. Processo de Racionalização dos Cargos:** o trabalho aprovado em Plenária é nossa base de discussão no âmbito da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, mas na perspectiva de aperfeiçoar o PCCTAE, podemos implementar por partes, não aplicando a política do "tudo ou nada". Devemos apostar na revisão dos cargos, sua descrição, escolaridade e critérios para ingresso e fazendo a partir daí a racionalização.

**3. Instalação do GT de Terceirização,** em cumprimento à Lei, para que de fato seja discutida a terceirização nas IFES;

**4. Ascensão Funcional:** Devemos retomar o trabalho na busca da Ascensão, elemento que permitirá o trabalhador evoluir de fato na instituição.

**5. Reposicionamento dos aposentados:** Insistir pelo reposicionamento nos moldes que foi discutido na CNSC e no Grupo de Trabalho específico.

## DESAFIOS PARA O FUTURO DO PCCTAE

São grandes os desafios: aprovamos uma lei numa perspectiva intermediária para a carreira e nos dez anos de sua existência, sequer conseguimos implementar o que está previsto e temos dificuldade de seguir com o projeto, por conta da negação de setores da sociedade representados no executivo e legislativo, contra a proposta de ascensão. Por outro lado tem o ataque do governo na implementação de sua política para os servidores públicos, onde avança no processo de terceirização.

Se for verdade que temos que olhar para o futuro e buscar formas de contemplar os novos técnico-administrativos, da mesma forma temos que lutar para manter para os atuais trabalhadores que estão nos níveis de classificação A, B e C a perspectiva de poderem continuar a terem ganhos reais a cada passo adiante que dermos no aperfeiçoamento do PCCTAE e não podemos também abrir mão dos aposentados.

SAÚDE: O DESMONTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*“Não existe no mundo sistema de saúde universal e de mercado. Isso é sanitariamente trágico e economicamente inviável”.*

*(Ricardo Menezes)*

O SUS:

*O Sistema Único de Saúde foi aprovado na Constituição Federal de 1988 a partir de uma grande mobilização dos movimentos sociais que envolveram estudantes, professores, pesquisadores e profissionais de saúde, e o movimento da Reforma Sanitária. O SUS se tornou uma política dos Movimentos Sociais e não uma política de estado. A partir da década de 90 foi possível dar uma nova forma na organização do sistema de serviços de saúde no Brasil. Os elementos que mais se destacam são a Universalidade, Integralidade, Equidade, Descentralização e Controle Social. Por não se tratar de uma política de estado ou mesmo de governo, não existe um compromisso real com o seu Financiamento, além de uma agenda de desmonte que não encontra resistência efetiva por parte dos movimentos sociais organizados. Esta agenda de desmonte é bastante agressiva por parte do setor conservador, dos quais fazem parte setores da categoria médica, da indústria de equipamentos médicos e farmacêuticos que tem como aliados a burocracia de estado nas três esferas de governo.*

*Para Jairnilson Paim professor de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia: “Existem vários tipos de SUS; dentro do SUS representam concepções tanto dos dirigentes, quanto da mídia ou dos próprios profissionais da saúde e, por que não dizer, da população. Na realidade, são representações sociais acerca desse sistema que estamos tratando aqui. Portanto, tem um SUS que está na lei, na Constituição, na Lei Orgânica da Saúde, e que ainda não é o sistema que efetivamente encontramos “na prática”; temos um SUS que eu chamo “um SUS pobre para pobres”, que é um sistema onde faltam recursos e sobram filas, as pessoas não são bem atendidas e muitos acham que é para ser assim mesmo, porque como é um sistema que ainda não é para todos, os pobres, ao serem atendidos, ainda ficam agradecidos, achando que receberam um bom atendimento, e para esse tipo de concepção qualquer coisa para pobre serve e ponto. Esse sistema não é o que foi concebido nem na legislação, nem pelo movimento da reforma sanitária. Tem também o SUS que está na cabeça dos gestores, que eu chamo de “o SUS real”, em que a saúde da economia é mais importante que a saúde do povo. Na hora em que se vai designar uma quantidade de*

*recursos, se pensa mais no orçamento e no equilíbrio financeiro do que na saúde da população. Esse é o SUS refém da área econômica de cada governo que tem passado pelo Brasil. Esse SUS também é um “SUS Real” – e eu faço o trocadilho com a realidade e com o nome da moeda brasileira –, dos conchavos políticos, das indicações para cargos de comissão, para cargos de confiança, em que há um uso da saúde como moeda de troca entre partidos e entre governantes. E quando se faz alguma crítica a esse SUS, se é considerado um sonhador, porque a realidade é assim mesma: deve ser garantida a governabilidade, etc. E há o SUS que foi gerado pelo movimento da reforma sanitária, que ainda não foi inteiramente implantado e se encontra ameaçado numa encruzilhada sobre a qual a sociedade brasileira terá que debater mais, para saber qual o sistema de saúde que ela efetivamente quer. Essas são concepções acerca do SUS. E como essas idéias que estão na cabeça das pessoas influenciam na hora de tomar decisões, há uma disputa simbólica entre os vários atores sociais sobre qual é o SUS que se defende”.*

## OS PRINCIPAIS ATAQUES AO SUS SÃO:

### 1- A FALTA DE FINANCIAMENTO: O SUS TEM UM DÉFICIT DE 160 BILHÕES DE REAIS:

*O Brasil gasta hoje em saúde 4,07 % do orçamento da união e em juros da dívida 45,05 %, dados do orçamento geral da união executado em 2011; o orçamento deste ano houve um corte de R\$ 5,4 bilhões e o governo, ainda tem a cara de pau de afirmar que os todos os programas serão contemplados. Neste país saúde em nenhum momento é prioridade.*

*Os planos de saúde em 2010 gastaram 71 bilhões de Reais para 45 milhões de beneficiários, o que resulta em 1.560,00 reais por beneficiário a cada ano. Se usarmos este mesmo valor para os 191 milhões de brasileiros, precisaríamos de 298 bilhões de Reais que subtraídos dos 138 bilhões utilizados hoje dariam 160 bilhões de déficit (Gilson Carvalho- Fonte- Ministério da Saúde).*

*Para resolver o problema do Financiamento era aguardada a regulamentação da Emenda Constitucional 29, pois ela já havia sido aprovada em 2000 determinando o gasto de estados e municípios em 12 e 15 % dos recursos arrecadados. Faltava a contribuição da União.*

*Com a aprovação no Congresso Nacional da regulamentação da EC 29 que passou a Lei Complementar 141 de 13/1/12, os Vetos da Presidenta Dilma enterram de vez a possibilidade do*



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*investimento de recursos financeiros da União na Saúde. A falta de financiamento continua.*

## 2- CONFERÊNCIAS DE SAÚDE:

*As conferências que tinham o peso nacional de deliberação das políticas de, hoje estão totalmente desacreditadas, seja pelo não cumprimento das deliberações ou por atitudes de Ministros que declaram a imprensa não cumprir ou acatar os resultados. As conferências acontecem de 4 em 4 anos com a representação dos segmentos para avaliar a situação da saúde, propor diretrizes para formulação da política, convocada pelo executivo, Conselho ou própria conferência.*

*Ocorre que isto não tem sido assim. Não se realiza um estudo de avaliação da saúde, não se garante a paridade da representação e, na maioria das vezes, a plenária aprova contra as políticas privatizantes do governo, o que acaba sendo descumprido. É preciso repensar!*

## 3- CONSELHOS DE SAÚDE:

*Os Conselhos de Saúde ainda hoje são na sua grande maioria dirigidos pelos secretários de saúde. Seus membros, em especial os representantes dos usuários, estabelecem uma relação de troca com os secretários de saúde para as unidades de saúde onde moram. É uma relação viciada, onde parte da representação dos profissionais de saúde/Sindicatos tem desistido de sua participação. A formação de Conselheiros é uma questão central que não avança, pois não há interesse de setores que usam os conselhos de forma autoritária e manipuladora. A política no Conselho Nacional de Saúde não difere muito, pois o mesmo após a ter na presidência um trabalhador desde o mandato passado vem sendo dirigido pelo Ministro da Saúde.*

## 4- AS PRIVATIZAÇÕES:

### 4.1- ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E OSCIPS:

*Criadas pelo PSDB em São Paulo, como instrumento de viabilização de Políticas Públicas conforme o Plano Diretor da Reforma do Estado de Bresser Pereira. São pessoas jurídicas de direito privado que estabelecem com os governos um contrato de Gestão. Recebem então todos os bens do estado para administrar, contratam sem concurso público, adquirem bens e serviços sem licitação e não restam contas aos órgãos de controle interno e externo.*

### 4.2- FUNDAÇÕES ESTATAIS DE DIREITO PRIVADO:

*Mesmo tendo sido derrotada a proposta de Fundação Estatal de Direito Privado na XIII Conferência Nacional de Saúde, vários estados já aprovaram e implementaram estas fundações, tais como Bahia, Rio de Janeiro, Sergipe, Pernambuco, etc.*

*É mais uma forma atualizada de Parceria Pública Privada, assim como as OS e OSCIP, a forma de contratação da força de trabalho é a CLT e os salários submetidos às regras do mercado, subordinados ao contrato de gestão.*

### 4.3- COOPERATIVAS MÉDICAS:

*Esta é mais uma forma de privatização do SUS. Os médicos se organizam em cooperativas, não estabelecendo vínculo empregatício com o estado e cobram preços alarmantes na prestação de serviços. O modelo que começou com os médicos já se propaga para outras categorias como agora a enfermagem, sendo que ainda neste setor não há um abandono em massa do serviço público.*

### 4.4- CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS:

*Os Consórcios Intermunicipais foram criados para que os pequenos municípios pudessem potencializar os recursos financeiros, e ofertar maior variedade de serviços a população do interior, sem que precisasse se deslocar para longe. O que aconteceu foi que estes consórcios passaram a não organizar seus serviços, e sim a financiar a compra de serviços da iniciativa privada, muitas vezes, chegando a quarteirizar os serviços.*

### 4.5 – COMPRA DE SERVIÇOS NA REDE PRIVADA:

*O que se vê, na maioria dos estados hoje, é uma estagnação na ampliação e manutenção das redes de saúde e uma opção pela compra de leitos na iniciativa privada e, na maioria das vezes, para os quadros de alta complexidade. O estado não estrutura sua rede e passa a financiar a iniciativa privada, com um agravante, os recursos não são suficientes para todos que necessitam, logo, muitos morrem nas filas da emergência.*

### 4.6 – FARMÁCIA POPULAR:

*A implantação da farmácia popular quebra o princípio da integralidade do SUS. Ao invés de financiar de maneira integral os medicamentos, o governo Lula implantou programa que financia remédios das grandes corporações a preços mais baixos. Além do usuário ter que pagar de novo pelo que já está pago, a medida beneficia grandes corporações farmacêuticas,*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*já que também não coloca o uso de medicamentos alternativos homeopáticos. Infelizmente, alguns setores do movimento sindical preferiram aderir ao discurso do —mais fácil e comemoraram a medida, dizendo que agora os —pobres teriam remédio. Vale lembrar que o SUS, segundo a Constituição Federal, deve oferecer ações e serviços de saúde integrais, incluindo a assistência farmacêutica. A Farmácia Popular nada mais é do que uma grande —bolsa-indústria farmacêutica.*

## 4.7- PLANO DE SAÚDE DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

*Aprovado com muita facilidade no congresso da FASUBRA e implementado a partir da GREVE de 2007, como uma —grande vitória do movimento, hoje, setores da categoria já apresentam dificuldade em pagar a parcela que é de sua responsabilidade, além da precariedade no atendimento por alguns planos, como no caso da GEAP, que tem bastante restrições em diversos municípios, e até nas capitais. Precisamos avaliar o impacto que tem no SUS e o investimento cada dia maior na rede privada.*

## 4.8-O ATAQUE AOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: EBSEERH

*A aprovação da EBSEERH representa a morte anunciada dos HUs, no seu papel histórico de ensino, de pesquisa e de extensão. Essa aprovação banaliza a função dos HUs, reduzindo essas Unidades Acadêmicas a meras prestadoras de serviço na área de saúde.*

*A EBSEERH promove a desvinculação dos Hospitais Universitários das Universidades, rompendo o modelo que hoje preserva a indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão. Representa um ataque à formação dos profissionais da área de saúde e da produção de pesquisas que lá são desenvolvidas.*

*A criação da EBSEERH faz parte de um projeto mais amplo de governo federal, que avança nas políticas neoliberais, na concepção de estado mínimo. Foi apenas iniciado nos Hospitais Universitários e pode ser ampliado para os diversos setores do serviço público, que não são considerados como exclusivos do Estado pelo governo. Essa política já está desenhada na nova proposta de estatuto do serviço público, elaborado por uma comissão de juristas contratada pelo Ministério do Planejamento para esse fim. As dificuldades que temos nas nossas entidades sindicais, por conta das divisões, depois da eleição de Lula, não permitiram uma grande luta conjunta e, se o governo conseguir aplicar esse processo de*

*privatização nos HUs, vai estender para outros setores, onde o próximo alvo é a previdência complementar dos servidores públicos.*

*Com esse processo de terceirização da gestão do serviço público, o governo avança também sobre a organização sindical dos servidores públicos. Nos HU's as consequências já são bastante visíveis. Com a contratação pela CLT para os trabalhadores da EBSEERH passaremos a ter contratações por dois regimes e por carreiras diferentes, se é que esses trabalhadores terão carreira. Isso dificultará a mobilização e como bem sabemos que sem mobilização efetiva, nunca conseguimos avançar, teremos dificuldades para manter e ampliar conquistas.*

*Com a aprovação da EBSEERH teremos outros diversos problemas:*

1. *A autonomia universitária ficará ameaçada: O projeto provocará a dissociação entre o ensino, pesquisa e extensão dentro da universidade, fragilizando a formação de profissionais na área da saúde;*

2. *A EBSEERH acabará com o concurso público em regime estatutário, contribuindo para a precarização das relações de trabalho e criará espaço para o nepotismo e clientelismo, além de dificultar nossa mobilização na busca de novas conquistas. A terceirização vem avançando dentro das universidades, com a aprovação do PL, será estendida também a gestão;*

3. *Hoje, os Hospitais Universitários realizam 100% dos atendimentos através do Sistema Único de Saúde (atendimento público). Após a privatização, os atendimentos através do SUS diminuirão para dar lugar aos serviços prestados, através dos Planos de Saúde (atendimento privado). Isso significa mais pessoas de baixa renda sem pronto-atendimento.*

4. *A EBSEERH representa a privatização dos HUs. Como ocorre hoje com empresas de direito privado como Correios e Infraero, a transformação em empresa de direito privado é um passo grande a privatização total.*

*Mas essa política de abandono do projeto da reforma sanitária vem enfrentando resistências. Em 2010, foi fundada a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, aglutinando fóruns locais de saúde de 4 estados. A partir da sua atuação em espaços nacionais do movimento de saúde, esta Frente cresceu, e hoje se encontra em 18 estados, reunindo sindicatos, movimentos sociais, estudantes e usuários.*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

É fundamental que a FASUBRA e sindicatos de base, se articulem com os fóruns locais, construam onde ainda não existe e ocupem este espaço, levando a nossa luta contra a privatização dos HUs para espaços mais amplos, fortalecendo-a.

## O QUE PROPOMOS:

Lutar pela efetiva implementação do SUS;

- Lutar contra todas as formas de privatização da Saúde seja através de OS's,

FEDPs, EBSEERH ou PPP's (Parcerias Público-Privadas);

Propor que a categoria faça uma avaliação dos custos benefícios do Plano de Saúde;

Lutar contra a implementação da EBSEERH;

Participação da FASUBRA na Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde;

- Participação dos sindicatos de base nos fóruns locais de saúde.

## RAÇA E CLASSE

“Enquanto a cor da pele for mais importante que o brilho dos olhos, haverá guerra”

Bob Marley

## OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL. UM OLHAR NEGRO NA EDUCAÇÃO

### A GLOBALIZAÇÃO E A COR DA EXCLUSÃO

Em oposição a um projeto de classe trabalhadora, respeitando a diversidade étnicacultural existente em nosso país, tempos de nos enfrentar com um projeto diferente nas elites na questão étnica-racial, projeto esse que é opressor e mantenedor da segregação social existente na sociedade e no Estado brasileiro. Por isso estamos num esforço atualizando o debate da discussão étnica-racial-cultural, combinando raça e classe, pois entendemos ser este o divisor com as elites dominantes.

O discurso das elites para manter a segregação e a exploração busca argumentos como a ausência de raças, ignorando por completo a construção social que estabeleceu o modelo de exploração e de discriminação que nos confrontamos

diariamente, a ausência de uma cultura negra, ou a existência de condições de igualdade no modelo hoje vigente, numa hipocrisia que busca esconder dados que estão aos olhos de todos, nas ruas, locais de trabalho, meios de comunicação, enfim, por toda a parte. Listamos alguns aspectos a seguir:

### 2- Mercado de trabalho

A combinação do racismo com a exploração capitalista faz da situação de negros, negras e afrodescendentes algo particularmente terrível. Apenas como exemplo, basta citar o resultado da pesquisa *Relação Anual de Informação Social*, publicada pelo Ministério do Trabalho, em 2009. Segundo o levantamento, enquanto a média salarial das mulheres negras é R\$ 790 mensais, a dos homens brancos chega a R\$ 1.671,00.

A razão desta enorme diferença é simples: mulheres negras tem menos escolaridade, são obrigadas a assumir os piores postos de trabalho e geralmente submetidas à precarização e à informalidade (principalmente nos chamados serviços domésticos, onde se calcula que dos 8 milhões de trabalhadoras, apenas 2 milhões tenham carteira assinada).

Cabe lembrar que, segundo uma outra pesquisa, esta realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, demonstrou que, no passo em que estamos, seriam precisos 32 anos para que os salários de brancos e negros fossem iguais. Até lá, e se este dia chegar, espera-se que negros continuem sendo 80% dos mais empobrecidos e os brancos encontrem-se entre os 80% mais ricos, como a mesma pesquisa demonstrou.

Dados do Dieese demonstram que nas principais regiões metropolitanas do país, a maior parte dos desempregados são negros, e esse relação só tende a piorar com o agravamento da crise econômica, a informalização dos postos de trabalho, e o aumento do nível de exploração da mão-de-obra. Dentre o enorme contingente de miseráveis, negros e negras representam cerca de 2/3 dos pobres e indigentes. Particularmente no que se refere ao corte de direitos, mais uma vez, a situação é particularmente grave entre negros e negras, marcados historicamente pela escravidão e a falta de políticas que visassem sua inserção na sociedade. Os processos de privatização e de concessão de serviços públicos agravam a situação, na medida em que o quesito —aparência, que não pode haver no setor público, aparece sempre no setor privado, por diversas vezes de forma totalmente explícita. Se compararmos o percentual de negros em instituições bancárias públicas e privadas, constata-se a brutal disparidade. E isso

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*reflete-se nos mais diversos segmentos, por exemplo, quantos comissários de bordo negros você conhece?*

## 3- Educação

*A trágica situação do ensino no país também merece ser observada sob a ótica do racismo e suas nefastas consequências. Se a comparação do nível de escolaridade entre brasileiros, argentinos, chilenos e sul-coreanos já é alarmante, ela se torna escabrosa, quando vista sob um corte de raça. A precarização do ensino público e as diferenças sociais/financeiras entre negros e brancos resulta na maior dificuldade dos negros poderem se manter por um longo período na rede escolar, bem como, quando conseguem permanecer, o fazem sob maiores dificuldades, como os escassos recursos didáticos, e ausência de políticas de assistência/permanência. Essa desigualdade tem significativos impactos tanto no rendimento escolar, quanto nas taxas de evasão dos estabelecimentos de ensino.*

*Esta situação, evidentemente, estende para a universidade. Exemplo extremado da elitização do ensino superior no Brasil, a USP tem menos de 1% de negros e negras entre os seus mais de 50 mil alunos, com denúncias de racismo, como nos recentes casos de enfrentamento com a PM, que nunca acabam sendo apurados. Contudo, a USP, do ponto de vista racial, está longe de ser uma exceção do sistema. Mesmo nas federais as marcas do racismo se fazem muitíssimo presentes.*

*Em primeiro lugar, devemos lembrar que além, de negros e negras formarem apenas cerca de 2% da população universitária brasileira, em grande maioria estão localizados nas escolas pagas, as quais, diga-se de passagem, geralmente apresentam uma qualidade de ensino muito inferior às instituições públicas, o que acaba servindo para manter o abismo social entre negros e brancos. Tomando agora a discussão das IFES, temos que apontar diversos aspectos, como o fato dos negros estarem principalmente localizados em cursos que – por mais prazerosos e fundamentais que sejam do ponto de vista da formação intelectual, cultural, humana e, inclusive, profissional -, muito provavelmente, não farão com que sua entrada no mercado de trabalho mude significativamente o quadro das diferenças salariais e sociais. Da mesma forma, as estruturas curriculares na graduação não se voltam para as necessidades do povo negro, sequer no atendimento da lei 10639, nem tampouco as linhas de pesquisa da pós-graduação.*

## 4- Violência racial

*Sabemos que, no Brasil, a violência tem classe e região: As maiores vítimas são os trabalhadores pobres das regiões periféricas, ameaçados pela criminalidade e também pela ação policial, como vimos no recente episódio do Pinheirinho, em SP. Como também sabemos que esta violência tem cor, o que explica a taxa de mortalidade de negros por tiros ser quase o triplo da taxa em brancos.*

## 5- Cultura

*Da mesma forma que rechaçamos a elitização e monopolização mercantil da cultural, também repudiamos veemente toda e qualquer tentativa de desqualificação das manifestações culturais populares. Particularmente neste aspecto, denunciamos os permanentes ataques movidos contra a cultura negra nas suas mais diversas formas.*

*Em uma sociedade que estabeleceu o –embranquecimentoll como padrão de sucesso (como também de beleza, decência, etc.) este ataque começa com uma acintosa exclusão de negros e negras dos principais veículos de comunicação de massa (algo que só tem, sido atenuado nos últimos anos a partir da atuação do movimento negro) e estende-se até à demonização da cultura religiosa afro-brasileira.*

## 6- Saúde

*Defendemos o tratamento adequado e uma especial atenção às questões saúde que se combinam com o fator raça. (Particularmente a anemia falciforme, a hipertensão, a leucopenia e as miamatoses).*

## 7- Comunidades Quilombolas

*Apesar de previsões legais, a titulação de terras quilombolas ainda é muito pequena, e duramente atacada, como na discussão do estatuto da Igualdade Racial.*

*Pouquíssimo foi feito a este respeito. Denunciamos a hipocrisia da burguesia e defendemos a posse e o direito de propriedade coletiva dessas terras por parte dos negros e negras descendentes dos quilombolas.*

## Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12288/10

*Após uma longa batalha pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, não nos somamos ao entusiasmo dos que o apresentam como a solução das desigualdades. O texto não representa as reivindicações históricas do povo negro. O estatuto, durante o tempo em que tramitou no Congresso, sofreu ataques da direita e de setores burgueses até ser*



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*aprovado totalmente diferente do projeto original, mostrando o cinismo e a perversidade da burguesia racista, herdeira econômica, política e culturalmente dos escravocratas, que pretende continuar mantendo a exploração, a opressão e a humilhação da população negra. Nossa expectativa era de que o Estatuto da Igualdade Racial fosse um instrumento que de fato contribuísse para enfrentar a discriminação racial. E que também estabelecesse políticas de ações afirmativas para garantir os direitos essenciais dos afrodescendentes vitimados pelo processo histórico de escravidão. No entanto o acordo celebrado entre o Governo e os representantes do agronegócio e ruralistas, resultou num produto bem diferente do que o almejado pelo movimento negro organizado, impulsionado pela —Marcha Zumbi dos PalmaresII, em novembro de 1995, ocasião em que cerca de 30 mil negros e negras tomaram Brasília para apresentar as reivindicações.*

*O estatuto aprovado suprimiu pontos importantes como as cotas para negros nas universidades públicas, e cotas raciais nos programas da tv/cinema. Da mesma forma, foram suprimidas as cotas do mercado de trabalho, assim como o percentual de cotas reservadas à participação de negros em partidos políticos. Outro aspecto importante excluído do texto original foi o que tratava da regularização de terras para remanescentes de quilombos, um erro muito grave. A retirada deste tema não considera os quilombolas como proprietários de territórios historicamente ocupados, como forma de sobrevivência física e cultural desta população. Há ainda neste estatuto erros graves do ponto de vista conceitual, a exemplo da retirada das categorias raça, escravidão e identidade negra. No que se refere a raça, o argumento utilizado enfatiza que do ponto de vista genético as raças não existem. No entanto, como conceito social, esta categoria ganhou um novo significado através do movimento negro e por intelectuais de várias áreas de conhecimento. O sentido é o de deixar clara a hierarquização da sociedade brasileira, na qual os grupos étnicos foram e são marcados por profundas desigualdades e discriminações. Na mesma direção, foi rejeitado o termo escravidão, pois ele foi considerado como tradicional e inadequado, pois se trata de algo do passado. Como a sociedade brasileira está em transição, emergindo para uma sociedade democrática, com propostas de ações afirmativas que visam acabar com as desigualdades sociais, — escravidãoII não seria o termo mais adequado. A escravidão do negro no Brasil durou quase quatrocentos anos, o que constitui uma prolongada experiência histórica que até hoje deixa marcas profundas nessa população.*

*Entre os aspectos que se mantiveram no texto após a profunda transformação/descharacterização do mesmo, o texto diz que o poder público terá programas e medidas específicos para reduzir a desigualdade racial; ressalta as religiões africanas; transforma a capoeira em esporte; estimula ações das financeiras para viabilizar moradia para os negros; e cria o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), que lida com medidas para essa população.*

*Precisamos desfazer as ilusões e recomeçar a luta, chamando as organizações do movimento negro a se manifestarem contra os limites impostos, e construir na luta e na mobilização um novo Estatuto, que reintroduza os pontos que foram suprimidos do texto aprovado.*

## COTAS SOCIAIS E RACIAIS JÁ

*Temos ao longo dos últimos anos debatido na Fasubra que o processo de democratização do acesso as universidades públicas federais se encontra em um panorama nada otimista sobre as ações que devem ser tomadas no sentido de verdadeiramente inserir a discussão seriamente no seio da sociedade brasileira. A elite Brasileira quer manter a universidade sobre seu controle absoluto e para manter este espaço de produção do conhecimento para si, desqualifica a discussão histórica que embasa com propriedade a fundamentação dos que defendem que a universidade pública é um espaço democrático, mantida principalmente por este contingente populacional que é comprovadamente maioria da população brasileira. Queremos fazer uma profunda discussão de como foi e é cruel o processo de inclusão do negro na sociedade brasileira, debatendo concretamente a criação de um conjunto de políticas públicas, que permita não somente o acesso a universidade, mas a saúde atendendo as especificidades étnicas, ao emprego, a habitação, lazer, cultura e tudo mais que permita que esta inclusão aconteça.*

*Parte da luta pela construção de políticas afirmativas foi a implantação das cotas, primeiramente na UERJ, tendo na UnB a primeira Universidade Federal a adotar esse critério para a definição do acesso à instituição. Tal medida passou a se disseminar em outras instituições públicas de ensino superior, que se utilizaram da autonomia*

*universitária para fazer a previsão de cotas sociais e/ou raciais, ainda que sem adotar uma correlação direta com os dados do IBGE sobre a composição da população por região do país. Em contraposição a esse avanço em políticas públicas de inclusão*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

social, estabeleceu-se no congresso nacional um processo de resistência contra o Estatuto da Igualdade Racial e as cotas, encabeçado pelo DEM. A ausência de uma política ofensiva, permitiu a reação daqueles que sempre foram contra ao processo de democratização e inclusão nas universidades públicas.

## OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL - UM OLHAR NEGRO NA EDUCAÇÃO

Entendemos ser fundamental que a FASUBRA invista no debate de superestrutura e na base sobre um projeto educacional que vise a inclusão da história da África Negra nos currículos escolares, que busque introduzir o conhecimento histórico popular sobre o povo afrodescendente no Brasil, que recupere a autoestima de nosso povo e que demonstre para a sociedade que os livros pedagógicos praticam o racismo. Apesar da aprovação da Lei 10639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", ainda enfrentamos pesados obstáculos para a sua efetivação, como a ausência de currículos nas licenciaturas que apoiem essa definição, ou materiais didáticos adequados.

Como se sabe, não só a Constituição de 1988 proíbe explicitamente qualquer discriminação por raça, como também o Brasil foi um dos primeiros signatários, em 1958, da convenção de 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, em tese, obriga o país a legislar e adotar políticas para impedir — as discriminações ou de tratamento no mercado de trabalho por razões de raça, sexo e religião. No entanto, como qualquer número pode demonstrar isso nunca foi respeitado.

Lutar pela implementação da lei 10639/2003 que obriga a inclusão no currículo das escolas da matéria história e cultura afro-brasileira, com o estabelecimento de medidas objetivas que a viabilizem, como o debate curricular e a rediscussão do material didático. Propomos que a FASUBRA defenda as seguintes bandeiras de combate ao racismo.

- A FASUBRA lutará contra todas as expressões de racismos e discriminação racial, denunciando e exigindo a severa punição dos indivíduos, organizações e entidades que a pratiquem.
- A FASUBRA condena e não permitirá a existência de racismo em suas próprias fileiras. Qualquer denúncia neste sentido deverá ser imediatamente

conduzida a comissão de ética, que formaremos, com o infrator sendo imediatamente afastado da direção (se integrá-la) para a apuração.

- A FASUBRA denunciará todo aquele que obstrua a entrada de negros no mercado de trabalho, dificulte sua ascensão e promoção profissional, e estabeleça critérios de remuneração diferenciada ou se omita diante de manifestações racistas dentro das universidades.
- A FASUBRA lutará por uma completa modificação na estrutura educacional brasileira (primária, secundária e universitária) que vise eliminação de todos os traços racistas, discriminatórios e estereotipados em relação a população negra. Para tal, propõe a realização de um amplo debate com a comunidade universitária para definir as melhores formas de ação imediata.

Programa de Reivindicações – Construindo cláusulas para defender num sistema de negociação coletiva

Ainda vivemos um período em que, mesmo com os avanços que acumulamos na discussão racial, as medidas concretas ficam restritas a pequenos grupos nos sindicatos para serem encaminhadas, isso quando temos GT's ou espaços similares para essa discussão. É preciso ir além, compreender a significância da luta contra a discriminação racial significa incorporá-la em múltiplos aspectos, e enquanto tarefa do conjunto dos militantes dos sindicatos e da FASUBRA. Assim, refletindo o debate que estamos desenvolvendo com diversos militantes, e buscando uma construção coletiva da FASUBRA para intensificar iniciativas, apresentamos um conjunto de questões que consideramos significativas para balisar iniciativas que coloquem concretamente, no dia-a-dia, a importância da luta contra a discriminação racial.

## CLÁUSULAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

- Igualdade de oportunidades no acesso à relação de emprego e sua manutenção independente de raça ou cor.
- Igualdade de condições de trabalho e progressão funcional independente de raça ou etnia.
- Campanhas de conscientização e orientação a gerentes e chefias no sentido de prevenir práticas discriminatórias.

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

- *Apuração dos casos de discriminação racial denunciados às IES, ocorridos no seu âmbito ou que tenham sido praticados contra os servidores no cumprimento das suas atividades.*

*Estabelecimento de cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de comissões como saúde do trabalhador, ou de ética no serviço público.*

*Preservação da autonomia de conselho que apure casos de discriminação no ambiente de trabalho.*

## CLÁUSULAS PARA A ISONOMIA SALARIAL

- *Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Graduação pelos trabalhadores das IES.*
- *Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à PósGraduação (mestrado/doutorado) pelos trabalhadores das IES.*
- *Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Especialização pelos trabalhadores da IES.*
- *Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Capacitação.*
- *Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para ocupação de cargos de direção ou chefia, CD's e FG's.*

## CLÁUSULAS PARA AÇÕES AFIRMATIVAS

- *Realização de censo para determinar a composição racial e étnica dos trabalhadores.*
- *Atenção à proporção de afro-descendentes na destinação de vagas em creches, moradias estudantis ou funcionais, bolsas / estágios, e demais itens que se adequarem.*
- *Cotas raciais, em conformidade com dados do IBGE, para o acesso ao serviço público.*
- *Em caso de empate em processo seletivo interno para cargos em que estiverem concorrendo*

*mulheres e negros, estes trabalhadores terão acrescidos dois pontos ao total obtido na avaliação.*

- *Estabelecimento de cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de órgãos colegiados nas Universidades.*

## CLÁUSULAS PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR

- *Política de assistência a saúde do trabalhador que contemple as especificidades da população negra.*
- *Inclusão do exame de anemia falciforme nos exames médicos periódicos para trabalhadores negros.*
- *Promoção de campanha de prevenção de hipertensão arterial, com atenção às especificidades dos trabalhadores negros.*
- **CLÁUSULAS PARA O COMPROMISSO SOCIAL DAS IES**
- *Reforma curricular nas licenciaturas, para viabilizar a lei 10639/03*
- *Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Graduação*
- *Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à PósGraduação*
- *Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Especialização*
- *Incentivo a linhas de pesquisa de interesse da população negra.*

## POLÍTICAS PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS NOS GOVERNOS NEOLIBERAIS

*No âmbito da competência do Estado e no exercício de sua autonomia, administrativa, segundo a constituição federal, o governo deveria atender as demandas sociais, como: saúde, educação, segurança, justiça, habitação, entre muitas outras. Para isso deverá utilizar como instrumento de gestão o Orçamento Público. No entanto, tendo em vista a complexidade das estruturas sociais e políticas do país e do fenômeno das*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*corrupções, a administração pública não se deve restringir ao controle institucional. Tornando-se necessário a participação da sociedade, com auxílio dos sindicatos de classe, na busca pela garantia dos direitos e na fiscalização dos orçamentos públicos, exigindo o uso adequado dos recursos arrecadados, assim auxiliando na definição das prioridades e zelando pela aplicação correta do dinheiro público.*

*Assim, neste com texto viveram os aposentados Brasileiros desde o ano de 1998 até os dias atuais, esperando por um controle mais rígido dos gastos públicos, a fim de que algo sobrasse para os seus proventos. Infelizmente nada aconteceu e hoje os aposentados e pensionistas estão com mais dificuldades de exigir seus direitos tendo em vista a subserviência dos sindicatos de classe ao Governo do Partido dos Trabalhadores.*

*Dado o exposto tentar-se-á fazer uma breve comparação dos dois governos: Neoliberais de FH, Lula e Dilma*

*O Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso considerou como medida necessária para implantação dos ajustes à implantação de sua política o corte de diversos benefícios dos aposentados e pensionistas e assim, ampliando a ofensiva, após o acordo com FMI. Com esta finalidade recorreu a dois tipos de medidas: as infraconstitucionais e as constitucionais, que seriam implementadas em três etapas. A primeira consistia na supressão dos direitos e vantagens assegurados aos servidores pela Lei 8.112/90. A segunda medida adotada por ele foi a Emenda Constitucional 19/98, que cuidava da reforma administrativa do seu governo e a terceira regulamentava a Emenda Constitucional 19/98. Todas estas medidas consistiam no desmonte do serviço público e dos direitos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.*

*Na fase do campo infraconstitucional as principais mudanças que afetaram os servidores públicos ativos, aposentadas e pensionistas foram:*

- 1) Congelamento de salários;*
- 2) Suspensão da readmissão de anistiados;*
- 3) Cerceamento ao exercício do mandato sindical;*
- 4) Limitação de despesas com pessoal;*
- 5) Proibição de conversão de um terço das férias;*

- 6) Eliminação de ganho na passagem para a aposentadoria*
- 7) Ampliação de 10 para 25% do desconto em folha em face de débito com a União, exceto nos casos de reposição e obrigações com o erário, quando este limite poderá ser ultrapassado:*
- 8) Tiquete em dinheiro sem reajuste:*
- 9) Fim de horas extras;*
- 10) Transformação do anuênio em quinquênio:*
- 11) Transformação dos quintos em décimos e sua posterior extinção:*
- 12) Ampliação de 5 para 14 anos do prazo para incorporar gratificação:*
- 13) Fim da licença prêmio;*
- 14) Extinção do turno de seis horas e restrição do direito a tiquete alimentação apenas para quem cumpre jornada de 40 horas.*

*Já a segunda fase foi iniciada depois de suprimidos todos os direitos no plano infraconstitucional e assim, foi concluída e aprovada a reforma administrativa e previdenciária, Com isso vários direitos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas foram suprimidos e restringidos entre eles cita-se:*

- a) fim do RJU;*
- b) irredutibilidade só do vencimento básico;*
- c) disponibilidade com remuneração proporcional;*
- d) fim da estabilidade do servidor;*
- e) desvinculação dos reajustes dos militares dos servidores civis;*
- f) ampliação de dois para três anos do estágio probatório;*
- h) fim da isonomia;*
- i) transformação do tempo de serviço em tempo de contribuição;*
- j) idade mínima de 60 anos para homem e 55 para mulher como requisito para aposentadoria do servidor;*



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

l) exigência de pedágio de 20 ou 40% do tempo que faltar ao atual servidor para aposentar-se, além do tempo de contribuição, respectivamente de 35 e 30 anos para os sexos masculino e feminino;

m) implantação do regime privado de previdência;

n) fim das aposentadorias especiais entre muitos outros.

## GOVERNOS - LULA E DILMA

Nos Governos de Lula e Dilma os ataques aos servidores ativos, aposentados e pensionistas continuaram de vento em popa, merecendo a seguinte reflexão:

Em 2002 Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu presidente da república com milhões de votos de servidores públicos ativos e aposentados, que acreditando nas falsas promessas foram às urnas e depositaram o seu voto, com a intenção de tirar do poder Fernando Henrique Cardoso e assim, acabar com a retaliação sofrida até então. Acreditavam os aposentados e pensionista numa nova era onde poderiam ter de volta em seus contracheques o percentual de 22,39% retirados por Fernando Henrique Cardoso e com isso teriam uma aposentadoria digna igualada ao aposentado europeu. Puro, engano, já em agosto de 2003 o Governo Lula aprova na calada da noite a PEC 41 que trata da Reforma da Previdência, se enfrentando com sua base social histórica mostrando com isso que não estava mais ao lado da classe trabalhadora e sim dos empresários, vindo a reafirmar o que Fernando Henrique Cardoso havia dito: “Os aposentados são o grande problema para o Brasil”.

Com aprovação da PEC 41/2003 os aposentados e pensionistas foram novamente atacados, pois tiveram prejuízos em seus proventos tais como:

- a) Tributação dos proventos dos aposentados e pensionistas;
- b) Extinção das regras de integralidade e paridade;
- c) Extinção da regra de transição;
- d) Estabelecidas novas pensões com redutor de 30% entre o teto do RGPS e os proventos integrais do servidor falecido;
- e) Os aposentados por invalidez, com doenças não previstas em lei foram remetidos ao Regime Geral da Previdência Social com um salário 30% menor;

f) Não foram enquadrados na PCCTAE;

Os ataques não pararam por aí em 2005 vem o Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação PCCTAE Lei 11.091/2005 e com isso vários prejuízos para os aposentados e pensionistas entre eles:

a) Para efeito de enquadramento contou apenas o tempo de serviço público federal, desconsiderando o tempo privado e público estadual e municipal;

b) Vencimento básico complementar – Todos que ficaram com vencimento básico complementar foram penalizados, pois além de ficarem com o salário base dividido, em janeiro de 2006, quando o step passou de 3,00% para 3,6% esses trabalhadores e trabalhadoras não ganharam essa diferença porque enxugaram do vencimento básico complementar;

c) Vantagens dos Art. 184 da Lei 1711/52 e da Lei 8.112/90, ficaram congeladas;

d) Aposentadoria proporcional duplamente penalizada;

e) Enquadramento dos Técnicos - que exige além do Ensino Médio o Ensino Técnico ficou posicionado no Nível de Classificação D onde a exigência para o cargo é apenas o ensino Médio;

Em 28 de dezembro de 2012 houve a promulgação da Lei 12.772/2012 que trata da reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, onde foi alterado o Anexo IV da Lei 11.091/2005 estendendo o mestrado e doutorado para todos os níveis de classificação e definindo percentuais maiores dos que os previstos nessa Lei. Ainda altera o Art. 10 § 4º que trata do somatório da carga horária dos cursos de capacitação, permitindo que sejam somados os certificados com carga horária maior ou igual há vinte horas. Nesta Lei mais um ataque aos aposentados em pensionistas, pois estes não foram abrangidos e continuam com seus certificados parados nas Pró- Reitorias de Gestão de Pessoas.

Dado o exposto o “Coletivo Vamos à Luta” propõe:

- Reposicionamento dos Aposentados e Pensionistas;
- Cômputo da licença-prêmio;
- Cômputo do resíduo do tempo de serviço;
- Correção imediata dos Artigos 184 da Lei 1711 de 1952 e 192 da Lei 8112 de 1990;

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

- *Revisão do enquadramento das aposentadorias proporcionais;*
- *Incentivo para os cargos de Técnicos, ajustando a Portaria já aprovada na Comissão Nacional ANEXO IV;*
- *Exigir do Congresso Nacional aprovação da PEC 555, PLS 53/11 e PL 4434/08, e*
- *Repasse do per capita do plano de saúde nos mesmos índices aplicados no custeio.*

## JUVENTUDE E RENOVAÇÃO DA FASUBRA

*Desde 2006, nossa categoria tem vivido uma razoável renovação, fruto da entrada de novos técnico-administrativos nas IFES. Esses novos TAE's trazem novos desafios e possibilidades para o movimento sindical. Essa juventude significou um oxigênio em nosso movimento e foi fundamental para o fortalecimento das greves de 2011, 2012 e 2014. Após entrarem no serviço público com grandes expectativas, esses jovens se chocaram com condições de trabalho que estão longe da ideal, assédio moral e salários baixos e sem garantia de reajuste - o que foi um combustível para as mobilizações que tivemos nos últimos anos.*

*A partir de 2009, com os concursos que foram realizados nas Universidades Federais em virtude da precária e mercadológica expansão promovida pelo REUNI, chegou uma nova geração de servidores públicos nessas Instituições, em sua maioria pessoas jovens. Essa juventude não vivenciou grandes mobilizações da classe trabalhadora (nos patamares da década de 1980, no processo de redemocratização do Brasil) e que esse processo tem profundo impacto sobre a organização desse setor no movimento que existe hoje. Parte deste setor que protagonizou as lutas nas décadas anteriores hoje assume a gestão do projeto hegemônico da burguesia no Brasil, seja ocupando cargos no executivo ou legislativo, seja atuando como freio das mobilizações através de movimentos e entidades historicamente construídas nos processos de lutas e enfrentamentos, como é o caso da CUT e UNE. Até hoje, mesmo entre setores que romperam com o projeto petista em curso, esse sindicalismo não foi superado.*

*Ainda, diante do fortalecimento da cultura neoliberal que estimula ações individualizadas e diante dos efeitos da reestruturação produtiva, esses jovens tiveram experiências no mercado de trabalho nas quais o movimento sindical no dia a*

*dia, não se fez presente e/ou aparentemente não faz sentido. Essa nova geração por sua vez passa a compartilhar o dia a dia e as ideias de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, gerando nesse encontro diversos choques políticos e embates de consciências. Assim, esse cenário desigual, gerou em alguns ambientes sínteses riquíssimas, aumento da capacidade de mobilização da categoria, incorporação e gestação de novas formas de comunicação, organização e de ação. Destacamos aqui a importância de jovens que ingressam na categoria e que, por experiências anteriores com lutas protagonizadas pelo movimento estudantil, tem apoiado as mobilizações da FASUBRA no decorrer dessa década em diversas lutas.*

*Mas em outros lugares, nos quais o embate político é mais duro, tais sínteses não foram alcançadas. As consequências são o reforço de uma polarização equivocada entre "jovens x velhos" e o distanciamento de uma parte significativa da categoria que tem muito sangue e disposição para contribuir para a luta. Ou seja, reforçam-se as condições para processos de burocratização.*

*A incapacidade dessas sínteses não se dão apenas por conta do contato com as direções pelegas do movimento sindical. É preciso considerar que também os setores da esquerda que atuam no movimento sindical também foram forçados nessa conjuntura de derrota da luta dos trabalhadores, e que essa derrota impacta diretamente as nossas ferramentas de organização. Ressalta-se a adesão de dirigentes históricos da esquerda ao sindicalismo negociador, a reprodução de uma lógica personalista e autoritária nas entidades, a falta de penetração nos setores de trabalho precário a inépcia dos partidos de esquerda em formular políticas que disputem o movimento para uma política contra o Estado Burguês e a persistência no erro do corporativismo de esquerda e na superestruturalidade de suas propostas de alternativas.*

*Ao se depararem com esse movimento sindical, jovens trabalhadores, mesmo que insatisfeitos com as condições de trabalho e salários, não encontram um movimento capaz de atender suas expectativas e as demandas desse tempo histórico e acabam, ou por abandonar a perspectiva de organização coletiva, ou por vestir as velhas roupas de um sindicalismo empoeirado, reproduzindo uma lógica da disputa que pouco produz síntese e avança nas lutas da categoria.*

*Muitas vezes as péssimas condições de trabalho e baixos salários que levam os jovens a buscarem atender suas*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*necessidades materiais em outros concursos e empregos são usadas para deslegitimar a participação política desse setor, acusado de irresponsável e de elitizado. É preciso compreender a nova realidade para atuar sobre ela para superá-la, construindo as ferramentas que possibilitem a autoorganização da classe trabalhadora e não reforçando a sua divisão e legitimando processos de precarização. Não adianta pensar um movimento para o tempo de hoje a partir de um olhar para a juventude que a enxerga como passível de ser ensinada, amoldada e dirigida. A luta não é uma sucessão de fórmulas que não se desgastam, tampouco é, a cada momento, algo inteiramente novo que se impõe sobre os acúmulos das lutas*

*A FASUBRA deve atuar no sentido de renovação constante da sua estrutura sindical e das suas direções, contribuir para a organização de base da categoria, estimular campanhas de filiação para recém ingressos no serviço público e construir espaços que se proponham a se debruçar sobre as diversas experiências do sindicalismo brasileiro, produzir um balanço histórico da nossa categoria capaz de superar as experiências anteriores e apontar para a construção de um movimento sindical a altura das demandas desse tempo.*

*É preciso fortalecer o campo político que atua na defesa da Universidade Pública, Gratuita e com Qualidade, que luta pelo avanço na democratização dessas Instituições, na valorização da carreira e dos salários. Cabe a Direção Nacional da FASUBRA em conjunto com as Direções das Entidades de Base promoverem seminários com os trabalhadores e trabalhadoras que chegaram nas Universidades de 2009 em diante, para promover essa interação, para debater a história do movimento sindical no Brasil e nas Universidades Públicas, para ilustrar as nossas conquistas históricas; para que se produzam nesses encontros novas sínteses, para que os projetos coletivos em detrimento das ações individualizadas e para que os Sindicatos e o Movimento Sindical como um todo faça sentido aos jovens que se tornaram Técnicos Administrativos em Educação no decorrer desses últimos 6 anos e não tiveram na etapa anterior da vida, nenhuma experiência com o movimento sindical.*

## **APONTAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE NO BRASIL**

*É de fundamental importância para o movimento sindical brasileiro refletir sobre a situação da juventude no Brasil hoje, que em seu conjunto é bastante heterogênea, e em sua maioria é submetida a precárias condições de trabalho, a constantes*

*ameaças por políticas que retiram direitos trabalhistas, e a inacessibilidade de espaços com atividades esportivas e culturais. Nesse contexto, em pleno século XXI, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 13,9% dos jovens brasileiros estão matriculados no Ensino Superior, o que dramaticamente implica dizer que 86% de toda a juventude brasileira não está vinculada a Universidade. Em outros números, dos mais de 43 milhões 752 mil e 900 jovens brasileiros, apenas cerca de 6 milhões 125 mil e 405 jovens estão matriculados no Ensino Superior.*

*O fato de os Governos Lula e Dilma, do PT, se vangloriarem de que nos últimos dez anos, dobrou a proporção dos jovens matriculados no ensino superior brasileiro, não passa de uma maquiagem política. Pois dos 6.125.405 dos jovens matriculados no Ensino Superior, 71% desses jovens estão vinculados a Instituições Privadas de Ensino Superior, que reconhecidamente não desenvolvem práticas de Pesquisa e Extensão, e o Ensino oferecido por essas Instituições Privadas não são em sua maioria com a mesma qualidade do prestado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior. Na prática, esse índice indica que nos últimos 27 anos, os Governos Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, não adotaram políticas que fortalecessem na prática a expansão com qualidade do Ensino Superior Público Brasileiro para atender as determinações previstas pela Constituição Federal. Reconhecemos que os setores da população atendida pelo ProUni e pelo FIES não estão insatisfeitas com essas políticas dos Governos do PT, porém não podemos nos furtar de lembrar que a mesma quantidade de vagas geradas no Ensino Superior Privado, poderiam ter sido criadas no Ensino Superior Público.*

*Além da maior parte da juventude (86%) se encontrar fora das Instituições de Ensino Superior, os jovens (especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos) são vítimas e criminalizados pelo excludente sistema capitalista. Os homicídios são hoje a principal causa de morte desses jovens de 15 a 29 anos que vivem no Brasil. Os dados apresentados pelo Ministério da Saúde demonstram que mais da metade das 56.337 pessoas mortas por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino.*

*Durante o período de 2002 à 2012, que abrange os Governos Lula e Dilma, o número total de homicídios passou de 49.695*

# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

para 56.337. Em 2002, o índice de vitimização de jovens negros sobe de 79,9 para 168,6, de forma que a cada jovem branco que era assassinado, morria quase 3 negros. Entre 2002 e 2012 o número de homicídios de jovens brancos cai 32,3%, e dos jovens negros aumentam 32,4%, de forma que as taxas de homicídio de jovens brancos caem 28,6%; e as dos jovens negros aumentam 6,5%. O cenário para a juventude periférica, negra e que não tem acesso ao Ensino Superior é dramático e submetido a níveis de violência superiores aos constatados em países que estão em guerra.

Entre 2009 e 2013, segundo o 8º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com o número de 11.197 mortos, a polícia brasileira matou uma média de seis pessoas por dia; e os Dados da Anistia Internacional demonstram que, em 2012, 77% dos jovens entre 15 e 29 assassinados eram negros. E nesse cenário, a juventude (em especial a juventude negra que vive em regiões periféricas) são na maioria das vezes vítimas do próprio braço armado militar do Estado, que são as polícias militares. A desmilitarização da Polícia Militar combinada com a construção de outra estrutura e perfil para a polícia é uma necessidade urgente para que se estabeleça de fato a constituição no Brasil de um Estado Democrático de Direito, que nesses últimos 27 anos não existiu na prática.

É importante destacar ainda que a juventude se depara em um contexto político e econômico, no qual projeta um futuro com fortes regressões nos direitos sociais historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora. Os Governos do PSDB e do PT, que governam o Brasil desde 1994, atuam para dismantlar o Sistema Único de Saúde, o que gerará graves crises na saúde no futuro próximo; atuam para reestruturar os direitos previdenciários, tornando a aposentadoria um direito inalcançável; atuam para retirar de forma gradual e pontual o conjunto dos direitos trabalhistas (Seguro Desemprego, FGTS, 13º Salário, etc), como o Governo Dilma fez recentemente ao editar a Medida Provisória 665 que cria novas regras para acesso ao seguro-desemprego, seguro-defeso e outros direitos trabalhistas. A juventude se depara portanto com um futuro inseguro, mercantilizado e com poucas perspectivas de melhoras estruturais em todos os aspectos da vida individual e social.

**QUE A FASUBRA APOIE OS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE LUTAM HOJE PELA DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.**

**- Propomos que as Entidades Sindicais em conjunto com a FASUBRA realizem ações de formação sindical com os Técnicos Administrativos em Educação empossados entre 2009 e 2015, para refletir sobre o histórico do movimento sindical, visando o debate sobre a importância de se construir o sindicato e ações coletivas em defesa da Universidade Pública, em defesa da valorização da carreira e demais pautas.**

## BALANÇO DE GESTÃO

**“A história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classe.” [Karl Marx].**

A gestão da FASUBRA foi marcada por duas greves, uma logo em seu início em 2012 e outra em 2014, marcada também pela continuidade da luta contra a EBSEH e pelo acirramento das disputas internas, em especial no período da greve de 2014.

O ano de 2012 se iniciou com bastante movimentação de todos os setores do serviço público, com realização de reuniões e manifestações em Brasília, o que culminou com uma greve generalizada do serviço público federal. Embora não tenhamos conseguido construir uma greve unificada, todos entraram na greve, cada um respeitando o tempo de mobilização de sua base.

O governo que no início das mobilizações “esbravejava” que não teria nenhum reajuste teve que ceder frente à força do movimento, estipulando um reajuste padrão de 15% escalonado em nos três anos subsequentes, para todo o serviço público, com exceção das forças armadas que receberam um percentual maior.

A FASUBRA, por ter sido uma das primeiras entidades a iniciar a greve, foi a primeira a negociar, rejeitando de pronto a proposta do governo, o que proporcionou avançar em pontos importantes para o aperfeiçoamento do PCCTAE.

Além dos 15% oferecidos, foi negociado o aumento do step de 3,6% para 3,8% o que proporcionou reajuste variando entre 15,8%, pelo fato de ser cumulativo, até 27% para quem está no último padrão de vencimento, por conta do aumento do step. Foi também negociada uma mudança estrutural no incentivo a qualificação, unificando os percentuais de concessão e estendendo para todos, e uma mudança no incentivo a capacitação, permitindo a soma de cargas horárias de cursos com carga superior às 20h.



# TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

*Constituiu-se de grupos de trabalho para continuar a discussão dos pontos de pauta que não foram acordados. Embora o resultado dos grupos não tenha sido concretizado, serviram para “desmascarar” as verdadeiras intenções do governo e deram a substância necessária para a construção da nova greve em 2014.*

## DESCUMPRIMENTO DO ACORDO PELO GOVERNO

*Desde o início das negociações ficou explicitado para o governo que tudo seria estendido aos aposentados. Ao se aplicar as alterações no anexo 3 – capacitação e anexo 4 – qualificação, o governo se negou a atender os aposentados, o que gerou bastante discussão e foi um dos motivos da greve de 2014, mas que ainda hoje não foi resolvido.*

## GRUPOS DE TRABALHO

*A discussão realizada nos grupos de trabalho serviu para termos a certeza das verdadeiras intenções do governo em simplesmente “empurrar com a barriga” questões que são importantes para nossa categoria e para o aperfeiçoamento do PCCTAE. Os grupos de trabalho tiveram sua conclusão, à exceção do grupo de terceirização, pois o governo ao implementar sua política de “andar de mãos dadas com a corrupção” e para isso entregar para a iniciativa privada os serviços públicos, sequer se dispõe a negociar esse item. Os grupos de racionalização, reposicionamento de aposentados, democratização das IES tiveram relatório finalizado, porém o seu produto não foi devidamente considerado pelo governo.*

*A falta de resolução e cumprimento dos prazos que consolidou a ideia de que o governo não queria de fato negociar e estava tratando a categoria com desrespeito, motivou a decretação da greve em 2014, depois de ampla discussão durante o segundo semestre de 2013.*

## GREVE DE 2014: MAIS UMA GREVE DIVIDIDA, MAIS PERDA PARA A CATEGORIA.

*Embora a discussão da greve tenha sido feita respeitando a democracia sindical e perdurado por todo o segundo semestre de 2013 e início do ano de 2014, a greve se iniciou com uma convocatória manifestada através de posições diferentes, onde coletivos que estão na FASUBRA manifestaram apoio à conduta do governo em desrespeito ao acúmulo das diversas plenárias ocorridas, demonstrando claramente para o governo*

*que o movimento seria dividido, alertando-o que seria fácil o conflito, já que tinha ali aliados. Essa posição foi derrotada nas assembleias de base, mesmo assim as direções desses coletivos como já ocorreram em 2005 e 2011 logrou por desrespeitar a vontade da maioria, mantendo durante toda a greve uma postura branda e de indiferença ou contrária ao movimento.*

*O governo mais uma vez usou da truculência que lhe é peculiar, criminalizando a greve, no momento em que já encaminhava para o seu encerramento.*

## DECISÃO DO STJ PÕE EM CHEQUE PROPOSTA DO GOVERNO

*Com a criminalização da greve a FASUBRA questionou o ministro do STJ que deu a sentença a responsabilidade do governo em negociar, já que a sua decisão aponta que não podemos fazer greve levando em consideração a importância da universidade. Demonstramos o descaso do governo e esse determinou que o governo devesse retornar a negociação, embora sem exigir compromisso com resultado.*

*O governo recebeu a FASUBRA e até chegou a ensaiar um acordo, porém no momento da definição “caiu fora” deixando a certeza de que tudo não passou de encenação.*

## UMA GESTÃO VITORIOSA

*No que pese os problemas encontrados, principalmente frente a um governo que não se dispõe a negociar e leva a cabo uma política de privatização dos serviços públicos, conseguimos avançar em elementos importantes da nossa carreira, levando benefícios para toda a categoria. No momento em que o governo impôs para todo o serviço público, o percentual de 15% a FASUBRA rejeitou e conseguiu acrescentar ao acordo pontos importantes à carreira. O aumento do step era, até então, totalmente descartado pelo governo durante longo período de negociação entre 2008 e 2001, assim como a manutenção do incentivo a qualificação, que não só conseguimos manter, mas ampliar para toda a categoria.*

*Mesmo na greve de 2014 onde não obtivemos ganho financeiro, foi importante para demonstrar para o governo que não nos calaremos diante de seu desrespeito conosco, traduzido na falta de compromisso em negociar de fato e dar cumprimento ao acertado na greve anterior.*

TESE DO COLETIVO VAMOS À LUTA!

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

## CTB - na construção de uma FASUBRA unitária classista e de luta

*NINGUÉM EDUCA NINGUÉM, NINGUÉM EDUCA A SI MESMO,*

*OS HOMENS SE EDUCAM ENTRE SI, MEDIATIZADOS PELO MUNDO.*

**PAULO FREIRE**

### CONJUNTURA INTERNACIONAL

*A crise internacional que se iniciou nos EUA e Europa em 2008, a partir da queda do banco de investimentos Lehman Brothers se alastrou para o resto do mundo, se configurando como a maior crise do capitalismo, resultando no desempenho medíocre - na melhor das hipóteses - das principais economias capitalistas.*

*Hoje, Os Estados Unidos já dá sinais claros de recuperação econômica, com grande escalada belicista, ao mesmo tempo em que retoma as relações com Cuba. A União Europeia vê ameaçados seus próprios fundamentos, com tensionamento na fronteira com a Rússia, na crise civilizatória da França, na mudança de rumo da Grécia e na estagnação da Itália, Espanha e Portugal. A perda de atratividade da economia japonesa, a crise de países africanos, tanto no aspecto político e econômico, como também na área da saúde com o surto do Ebola.*

*Com menos ímpeto de crescimento, os países emergentes, tem obtido melhores performances, capacidades de administrar os impactos negativos recebidos dos países que costumava chamar de "mais avançados". Como forma de se proteger países como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul organizaram um mercado comum, criando o BRICs. Esta articulação anunciou a criação de um Banco próprio, que terá um capital inicial da ordem de 3 trilhões de dólares, que poderá assegurar para este século, um certo equilíbrio mundial, possibilitando o progresso e a autodeterminação de seu povo. Esta iniciativa tem atraído outros países que querem se agregar a esta estratégia. Forma-se, assim, no cenário da geopolítica internacional, uma nova configuração econômica mundial.*

*Entretanto, neste cenário de crise mundial, qualquer cenário otimista merece cautela, porém, o Brasil detém vantagens comparativas e competitivas com os demais países, leia-se, commodities, por outro lado, esta perdendo capacidade industrial, sob forte ameaça de uma crise de desemprego estrutural, face, os avanços tecnológicos em países mais competitivos. Entretanto, sobressai-se no aspecto democrático, no fortalecimento do mercado interno, no exitoso processo de inclusão social, na estratégia de soberania nacional e de solidariedade com os países sul-americanos, africanos e o mundo árabe.*

*O enfrentamento a todas estas adversidades, já esta corretamente estabelecida pela política internacional brasileira. Solidariedade latina americana, solidariedade com os países africanos e com os árabes pela emancipação da palestina enquanto Estado. Pelo apoio a Cuba, enquanto nação que resiste ao bloqueio criminoso norte-americano. Entretanto é preciso fortalecer ainda mais a solidariedade internacional da classe trabalhadora, com iniciativas de reunificação do movimento sindical mundial, ainda impactado pelos fundamentos do neoliberalismo que reduz o papel do Estado e caçam os direitos dos trabalhadores.*

*É preciso estabelecer uma agenda comum para superar o atraso, a fome e a miséria em várias partes do mundo. Neste campo é preciso que a classe trabalhadora apareça em sua capacidade propositiva e de mobilização, para que a solidariedade não seja uma palavra vazia.*

*E neste aspecto a América latina segue forte e vários países seguiram, a exemplo do Brasil elegendo presidentes progressistas que estão conseguindo garantir o mais longo processo de democratização da história da região.*

### AÇÃO

*FASUBRA deve tomar a iniciativa de promover um debate e ainda mais, iniciar uma campanha internacional de denúncias do mapa mundi da violência, da fome e da miséria, conclamando os trabalhadores para a luta pela emancipação social.*

### CONJUNTURA NACIONAL

*A vitória da presidente Dilma, projetou a maior vitória das forças progressistas na história recente do país. Derrotou o maior*

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

*esforço direitista, comandado pela imprensa golpista para sepultar o ciclo mudancista liderado por Lula-Dilma. Neste período, grandes avanços foram conquistados como independência em relação ao FMI, a redução da submissão aos interesses norte americanos, da miséria absoluta, da fome e das profundas desigualdades sociais, contraditoriamente, aumentou a concentração de renda nas mãos de poucos.*

*A maioria dos analistas políticos brasileiros apostava que as manifestações de junho de 2013 teriam forte impacto na eleição de deputados e senadores agora em 2014, promovendo renovação e oxigenação no parlamento com lufadas de "nova política". Ledo engano. O resultado é que aumentou a representação de ruralistas e os empresários são maioria no Congresso, somando-se a bancada evangélica e de policiais. Resta poucos parlamentares que foram eleitos com compromissos com a classe trabalhadora.*

*Tal mudança significa uma presença mínima de parlamentares comprometidos com pautas populares ou progressistas. Segundo o Diap, o número de deputados ligados as causas sociais foram reduzidos de 83 para 46 no mandato de 2015 a 2018. A base de apoio ao governo foi derrotada na escolha do presidente da Câmara, obrigando-o a buscar governabilidade mais ao centro conservador, em função do jogo político.*

*Nesta quadra desigual de correlação de forças, entre as elites dominantes e o povo brasileiro, **não resta se não uma ampla frente de esquerda e dos movimentos sociais, estudantis e sindical, para retomar o processo de reformas estruturais, empurrando o governo para as mudanças reais a começar pela reforma política, para por fim este descalabro, acabar com o financiamento privado de campanha e estabelecer mecanismo de controle do povo em geral em relação a governo e as atuações parlamentares.***

*Na esteira mudancista, é necessário avançar no combate a violência, ao desemprego e ao abandono. Também avançar na reforma urbana, ampliando a construção de moradias populares de boa qualidade, melhorar o sistema de mobilidade e acessibilidade, preservação do meio ambiente garantindo o desenvolvimento de projetos que recuperem a capacidade de absorção da água pelo solo das grandes cidades, tornando as mesmas ecologicamente sustentáveis, assegurando as áreas verdes protegidas, os espaços de diversão e recreação com qualidade.*

*A pesar das medidas econômicas adotadas pelo Brasil, a crise internacional repercute negativamente no país. Já neste primeiro semestre se prevê queda no crescimento econômico e um cenário recessivo. No aspecto político o que se vê é uma turbulência que atinge todo o governo, com grave crise provocada por corrupção e tentativas de golpes apoiados por setores conservadores e pela grande mídia.*

*Nesta trilha, o governo emite o pacote de caráter recessivo retirando direito dos trabalhadores, produto da "nova equipe econômica", o que não é aceitável, deve ser revisto e se possível derrotado nas ruas e no Congresso Nacional. A classe trabalhadora não admite rendição as pressões do mercado e de outros interesses. A tese de operar o famoso "Custo Brasil" com os arrochos neoliberais, já levou o Brasil para a lona várias vezes no governo do famigerado FHC. Não é enxugando gelo, privatizando a Petrobras, provocando recessão que vamos retomar o crescimento econômico. O caminho do desenvolvimento é investimento, geração de postos de trabalho, ciclo virtuoso na economia, e por vias de consequência administrar a gula do famoso mercado, que cada vez mais se restringe a poucas pessoas.*

*Para enfrentar a política recessiva apresentada pelo governo, as centrais sindicais já reuniram-se com o governo, que demonstrou insensibilidade e descaso. O caminho é a luta, não só a pressão junto ao parlamento, mas, principalmente a mobilização nas ruas, com paralisação, denúncias, para reverter esta tendência dentro do governo.*

*A Central dos trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, por meio de seus militantes, sempre vanguarda no movimento dos servidores técnico-administrativos, não se furtará em enfrentar mais este ataque aos trabalhadores deste país.*

## UNIR A CLASSE TRABALHADORA NA LUTA CONTRA A RECESSÃO ECONÔMICA, COMBATER A INFLAÇÃO E O AJUSTE ECONÔMICO NEOLIBERAL.

*A nova equipe econômica do governo Dilma, reaviva uma agenda neoliberal, para recompor os mecanismos de controle do capital financeiro e das elites nos ajustes fiscais, mesmo ao custo de retração econômica combinando com alta geral de preços, por meio do ajuste das tarifas. Esta política se soma a pressão empresarial para uma reforma trabalhista para*



# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

*arrancar direito dos trabalhadores e impor mais arrocho salarial e desemprego.*

*As centrais sindicais neste cenário desolador devem retomar uma plataforma de proteção "nem um direito a menos e sim direitos a mais", evitar o descalabro e exigir uma reorientação geral na política econômica, que fortaleça a empregabilidade do trabalhador, geração de emprego e maior distribuição da renda*

## DEFESA E VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS SERVIDORES PÚBLICOS

*Institucionalizar da mesa nacional de negociação como instrumento de valorização sindical e das relações de trabalho no serviço público, com regras pactuadas, para a resolução de conflitos, ancoradas nas convenções internacionais da OIT.*

*Retorno da questão da gestão atrelada a mesa de negociação, não podemos fazer negociação deslocada da Gestão pública.*

*Apoiar a proposta de organização sindical elaborada pelas 07 maiores centrais do país, como forma objetiva de unidade na ação e ter parâmetros que normatize a aplicabilidade da convenção 151 da OIT*

*Apoiar a ampliação do Fórum de Entidade Nacionais dos Servidores Públicos e suas ações apresentadas na reunião ampliada de janeiro de 2015 e a implementações dos fóruns estaduais com presença, inclusive, dos seguimentos municipais e estaduais.*

*A CTB, com a coerência política que lhe é peculiar, entende que de fundamental importância contribuir para a unificação da categoria em torno de um projeto para o serviço público e seus servidores, contribuindo com o debate a cerca de seus interesses, enquanto trabalhadores, e dos interesses da população usuária dos serviços prestados por esta importante categoria.*

*A CTB assume, junto a esta categoria, o compromisso de contribuir com a sua organização e com a criação de uma identidade própria enquanto trabalhadores públicos responsáveis pela construção do Estado que queremos: justo, soberano, igualitário e livre das mazelas do capital, enfim, um país que preserve seu maior patrimônio, os seus trabalhadores, e conclamam os demais camaradas, militante da CTB em*

*outras entidades dos servidores públicos a investir no processo de Campanha Salarial 2015.*

*Toda força ao calendário de luta aprovado na reunião ampliadas do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, incluindo as pautas das Universidades Estaduais e IF's filiados a Federação, e construir as mobilizações necessárias para a conquista de uma mesa de negociação institucionalizada, nos estados e em âmbito federal com regras obrigando o governo a negociar, com mediação de conflitos, sem as imposições e ameaças ao direito de greve e aprovação de lei que contemple as propostas das centrais.*

## REFORMA EDUCACIONAL NO RUMO A INCLUSÃO SOCIAL- POR UM NOVO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

*Assegurar mais investimentos em todos os níveis de ensino, com vistas a acabar de vez com o analfabetismo funcional, e melhorar a capacidade de cognição, e de solução de problemas e conflitos de todo o povo, valorizando o magistério, adequando as novas tecnologias de conhecimento e informação, melhorando a acessibilidade de todos ao ensino público e de qualidade*

### AÇÃO

*Iniciar na federação um debate sobre o papel da universidade brasileira em um novo modelo de desenvolvimento que avance para uma sociedade socialista de mais direitos e de menos desigualdades*

## EM DEFESA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

*"Os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS)." Fonte MEC*

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

Os Hospitais Universitários se diferenciam dos demais hospitais quando, para além de cumprir com o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, insere em seu fazer cotidiano a Assistência à Saúde, integrada à rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Como citamos no começo, copilado do portal do MEC estampam isto e não é isto que observamos no cotidiano dos Hospitais de Ensino do País, lembrando sempre que na Fasubra precisamos nos reeducar e aprender a falar de um tema onde abranja o conjunto de nossa base e não apenas a Universidade federal.

Ao longo dos últimos 20 anos, os diversos Governos têm sistematicamente, tentado desresponsabilizar-se, desconhecendo seu caráter de ensino, pesquisa e extensão como base para a formação e produção do conhecimento crítico e transformador. Os HU's são unidades estratégicas para as Universidades que necessitam ter o reconhecimento de seu papel estratégico na formação dos profissionais de saúde para além do papel assistencial.

No entanto, a história nos mostra que diversas alternativas experimentadas, por meio de fundações de apoio a pesquisa, fracassaram uma vez que o principal problema dos hospitais universitários tem sido a falta de compromisso do governo com a saúde pública e com o ensino e a pesquisa na área da saúde, problemas esses que poderiam ser resolvidos se houvesse uma melhor gestão por parte dos administradores públicos, bem como se fosse disponibilizada toda verba destinada à área da saúde prevista na Lei Complementar no 141/2012.

Com o projeto de HU da Fasubra elaborado pela base da categoria não conseguiu contrapor o projeto privatista do governo, que barre de vez por todas o governo de elaborar projetos em relação aos HUS, sem a anuência e um estudo aprofundado da questão e sem dialogo serio com a comunidade para juntos ter outras alternativa que não seja entregar a gestão dos HU, entendemos que na universidade tem quadros qualificados para gerenciar os HU

O sistema único de saúde, prevê o atendimento totalmente gratuito, porem com a especificação dos hospitais universitários serem de ensino, pesquisa e extensão, serve de arma para o governo fazer os projetos mirabolantes que visa desvincular do MEC, nos doando ou vendendo. Há necessidade de destinação orçamentária para os HU's, sem

que a população e os trabalhadores tenham que arcar com mais imposto. Em pesquisa ao SIAFI, constatamos que o Brasil repassou R\$ 1 BILHÃO para a OPAS Organização Pan – Americana de Saúde) em 2013, em contra partida como por exemplo, os Hospitais Federais do Estado do Rio de Janeiro e isto inclui os Hus receberam no mesmo ano R\$ 562 MILHÕES, não que sejamos contra a integração latina americana, mas esta logica tem que mudar

Na contramão dos objetivos dos hospitais, mais uma vez a solução adotada pelo Governo Federal viola disposições constitucionais e infraconstitucionais ao utilizar do próprio descaso e negligência com os hospitais universitários para forçar a adesão das Instituições Federais de Ensino à EBSEH. Isto porque, a despeito do constante e notório processo de precarização nos quadros funcionais dos hospitais universitários, que remonta há, pelo menos, duas décadas, o Poder Executivo Federal manteve-se inerte no que se refere ao preenchimento dos mais de vinte e sete mil cargos irregularmente ocupados por terceiros que não são servidores públicos. E, numa contradição inequívoca criar a EBSEH, com seu capital inicial pertencente integralmente à União, ou seja, a obrigação de assegurar o imensurável aporte financeiro pertence exclusivamente ao mesmo ente que, até o momento, recusava-se a dispor de recursos para promover a reposição dos cargos vagos com servidores públicos concursados, bem como garantir recursos para a sustentação dos hospitais universitários.

A Ebserh nasce com o argumento de que o capital social da empresa tem por objetivo “socorrer” os hospitais universitários dos “gestores” que proporcionaram “a perda da capacidade de planejamento e de contratação de serviços” através da “instrumentalização das fundações de apoio”.

Assim, o debate sobre a adesão ou não à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, uma empresa pública de direito privado, se transformou em um dos mais importantes dos últimos anos. Esta importância se dá em função da grandiosidade da decisão a ser tomada tendo em vista que se trata da autorização para que uma empresa estranha a universidade passe a gerir os HU's. O Art. 4º do Decreto Lei 200/67 afirma que: A Administração Federal compreende: I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios. II - A Administração Indireta, que compreende as

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: **a) Autarquias**; **b) Empresas Públicas**; **c) Sociedades de Economia Mista** e, **d) fundações públicas**. Portanto, sendo as universidades autarquias ou fundações, não se sobrepõe a Ebserh, mas detém o mesmo status, o que possibilita a quebra da autonomia universitária.

Não se pode ignorar o fato de que a EBSEH tem por verdadeira finalidade substituir as Universidades Federais no que se refere à prestação dos serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, de apoio ao diagnóstico e terapêutico, os quais existem precipuamente para assegurar a qualidade do ensino-aprendizagem e da formação acadêmica de pessoas no campo da saúde. Infelizmente, estas questões estão sendo tomadas como meramente ideológicas e não como questões centrais do debate.

ACTB e seus militantes sempre foram contra estas alternativas por entenderem que o HU's deve atuar em consonância com a missão da Universidade Pública Brasileira com compromisso social.

Apesar de toda a luta da federação e das entidades de base, vivemos, hoje, uma realidade que não nos é favorável. Vinte e três Universidades já assinaram contrato com a EBSEH, totalizando vinte e oito hospitais, restando apenas 18 dos atuais 46. Ou seja, cerca de 60% já são gerenciados pela empresa. A EBSEH já contratou mais de 8 (oito) mil trabalhadores para atuarem nestes hospitais, segundo dados da própria empresa.

Desta forma, as 23 (vinte e três) Entidades de Base vivem uma realidade completamente adversa. Convivem em um mesmo setor, trabalhadores da universidade e trabalhadores da empresa.

Embora no estatuto da Fasubra em seu Art. 1º parágrafo 1º conste que a categoria profissional representada pela Federação abrange os trabalhadores das empresas públicas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das IES, faça parte de sua base de trabalhadores, a sua Direção Nacional, na vida real, vive um impasse ideológico. Ou defende que o pessoal dos HU's sejam todos contratados pelo RJU e permite que outras Entidades entrem em sua base de representação, ou ela mesma assumo o que já foi aprovado em suas instancias deliberativas.

Este impasse permitiu a entrada da CUT, Condsef e Sindsep do Distrito Federal, Maranhão, Piauí e Minas Gerais, que assinaram no dia 28 de novembro de 2014, o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que garante reajuste e estipula data base para mais de 8 mil trabalhadores da Ebserh, sem qualquer manifestação da Fasubra.

A CTB defende que estes trabalhadores a exemplos dos Terceirizados, seja também incorporados a Base da categoria como sabiamente a Fasubra já o fez em 2010.

## ESPORTE, CULTURA E LAZER

### ESPORTE E CULTURA COMO ELEMENTO DE FORMAÇÃO POLÍTICA DE NOVAS LIDERANÇAS

O esporte na sua historia ao longo de décadas em todo mundo serviu para agrupar as pessoas de forma coletiva associativa e formativa, está nova forma de convivência social e organizativa contribuiu na relação pessoal e família e social. Desde decádado pós guerra os estados socialista e capitalistas passaram organizar eventos e financiar os seus atletas, com ênfase para resultado final ou seja quebra de recordes mundiais, ciclos que foram sendo modificados com as mudanças históricas, sobrecair dos bloco socialista neste investimento onde os resultados sempre foram expressivos, acompanhados pelo resultados dos capitalista que buscavam neste processo e resultado pelo lucro do material esportivo usado neste espaços e pela venda em lojas no mundo todos.

Dos eventos mundiais marcantes temos como marcos olimpíadas, Copa do mundo foram instrumentos de integração entre os povos e laboratório de nova consciência social entre os seres e buscou marcos coletivos que a superação do ser contribui para uma novo ciclo na pessoa e na sociedade, alternativa sociais e formação pessoal e coletiva, para ser humano condição física e saúde mental melhor. Os idéias da fundação da coletividade foram modificando com ampliação da modalidade no esporte é com um olhar desde década de 70 onde o capital viu neste nicho para condição de junto ao atleta massificar sua imagens do seu produtos nestes eventos de repercussão mundialem todas as atividades esportivas. Traçando uma nova metodologia de exploração da imagem pelo financiamento de equipamentos e salários fizeram que esporte tomasse outras dimensão que profissionalizou o esporte, mas, contudo a exploração da imagem fez crescer pela superação pessoal. Neste contexto fez que estados pelo

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

*mundo afora se retirassem parte do financiamento no esporte no geral.*

*Historicamente com criação das associações sindicais nos anos 70 a base cobrou necessidade de que as direções pelo Brasil afora inclusão no calendário de atividades esportivas e culturais, assim foram agregados no cotidiano das nossas associações, fruto desde pensamento os trabalhadores esportistas tinham que associa-se e passar a participar de assembleias já o financiamento advinha desta contribuição, fruto que mesmo com adversidade que alguns defendiam que o esporte não podia associa-se a política, rendeu como formação novos líderes que passaram a influenciar a vida sindical e participativa até nas direções.*

*Na Fasubra ainda não tinha este pensamento de associa-se esporte e cultura à política, mesmo sabe doura da organização nos sindicatos da base. Este esboço de agregação entre cultura e esporte no calendário da Fasubra ganhou força com realização da Copa Fasubra no 8º Congresso, reafirmou consolidação da política de esporte e cultura, a direção na época foi forçada avaliar que não haveria mais retorno ao pensamento inicial de não agregação ou seja não teria mais volta de não acontecer na Fasubra. Política de formação de novas lideranças e reforço da condição humana, que só nas entidades de bases teriam está necessidade.*

*Preocupado com fortalecimento entre a política e ação prática no 8º Congresso várias pessoas reuniram-se e aprovamos criação do departamento de esporte, ato que seria fortalecido com manifesto a ser apresentado ao plenário da Congresso. Dentro destes históricos já realizados festivais de cultura e várias copas Fasubra com crescente participação elemento central de que integração social traz o trabalhador para campo político e reforça política de formação de um ser humano melhor socialmente e saúde física e mental que possa contribuir nos sindicatos nas nossas direções e formou e forma novas lideranças.*

*Desde realização da última copa Fasubra no Rio de Janeiro as direções posteriores não respeitaram o encaminhado aprovado pelo GT esporte e cultura que firmou no calendário de realização das Copas Fasubra e mesmo com as decisões reforçada no XXI CONFASUBRA a política de cultura e esporte que aprovou retorno do departamento de esporte, ignorado nesta gestão que mesmo sendo cobrada, não houve vontade política*

*de idealizar e dar segmentos as decisões anteriores e do calendário de realização. Nós da CTB acreditamos que não podemos retorna este pensamento anterior de desagregação da política em relação ao esporte e cultura, seremos sempre críticos, pois passa por nós reforço de que o esporte agrega e forma novas lideranças.*

*No XXII Confasubra a nossa tese queremos reforças e avançar nos encaminhamentos históricos e não aceitamos o retrocesso de forças políticas, e volta das atividades do calendário da Fasubra. O departamento de Esporte da Fasubra, é uma necessidade urgente de sua implantação e regulamentação da direção nacional da Fasubra precisamos dialogar mais como será o financiamento dos departamentos. Fazer valer os nossos direitos como desportistas e agentes culturais acreditamos que está forma de agir contribui com capital que só agrega resultado pelo valor do retorno financeiro ou seja do lucro imediato, deixando o ser humano a saúde mental física a um plano individualizado sem política coletiva para todos.*

## **PLANO DE LUTAS, PROPOMOS:**

- 1- Implementação das ações aprovada no XXI Confasubra como por exemplo o Fasubrarte
- 2- Implantação imediata do Departamento de Esporte da Fasubra;
- 3- Plenárias agregar atividades culturais e políticas nos painéis;
- 4- Retorno dos Festivais de cultura e da Copa Fasubra anualmente;

## **APOSENTADOS E APOSENTADOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINOS SUPERIOR**

*Experiência e respeito!!! Não somos massa de manobras!!!*

*A CTB, nasceu sob a égide da defesa intransigente dos direitos dos aposentados do regime geral e do serviço público, e contra dos as forma já realizadas por governos que destruiu a previdência publica em nosso país*

*Duas grandes bandeiras são prioritárias, nesse momento, que já fazem parte da luta, das entidades que representam os servidores públicos e os trabalhadores do regime geral que compõem o movimento: A aprovação imediata da PEC 555/2006, que prevê a extinção da contribuição*



# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

*previdenciária dos proventos de aposentados e pensionistas do setor público, e há quatro anos aguarda deliberação do plenário da câmara dos Deputados, e também do PL 4434/2008, que amplia os e defende os direitos dos aposentados .*

*É importante, a unidade dos servidores e pensionistas do Serviço público, a luta de por uma aposentadoriadigna em nível nacional!*

*Aprimeira reunião do governo e seus ministros, em 2015, sinalizou aos grandes empresários, de que a política de arrocho fiscal e monetário e de retirada de direitos trabalhista e previdenciários, veio pra ficar.*

*Apresidente , pediu austeridade nos gastos e ações para combater a corrupção no governo e reafirmou o corte bilionário do orçamento que pode chegar a 70 bilhões de reais para cumprir o superávit primário( Economia do governo para pagar a dívida e juros aos banqueiros).*

*O aposentado tem que estar na luta, ser respeitados. Esperamos que o Governo Federal tenha planos menos covardes para nossos aposentados. Não queremos que nossos aposentados, sejam massa de manobra para objetivos espúrios, em qualquer situação.*

*Diante de alguns aspectos elencados aqui reivindicamos a volta do Depto de aposentados, como forma de aplicar as deliberação e ações que envolve os aposentados e pensionista da base da Fasubra.*

*Nossa reivindicação, que não haja discriminação, pessoal como acontece em vários estados e discriminar nas questões que envolveplano de carreira entre Ativos e Inativos. Que haja paridade em todos os níveis.*

## JUVENTUDE DA FASUBRA:

### NECESSÁRIO RECONHECIMENTO

*A partir de 2003, houve um grande aumento do número de jovens no serviço público federal. Em 10 anos, o número de servidores com até 30 anos de idade quase triplicou. Pulou de 26,4 mil para 71,9 mil, uma variação de 171%. Esse quadro também ocorreu na base da FASUBRA.*

*Para incentivar a participação dessa nova geração no movimento sindical, os desafios são grandes. Essa geração*

*tem uma parte significativa que é fortemente influenciada pelos valores do individualismo e do desapego a luta coletiva. Para a maioria deles, a ideia de participar de um sindicato é algo distante de sua realidade.*

*Outro fator que contribui para a baixa participação dos mais novos é a necessidade de atualização dos métodos e linguagem do movimento sindical. Utilizamos ainda uma linguagem que pouco dialoga com um mundo mais acelerado pela internet e outros mecanismos de interação. Nossas assembleias e fóruns de deliberação, com longos debates que parecem ter pouca efetividade, acabam distanciando servidores novos e antigos.*

*Outro elemento que deve ser considerado é a rotatividade dos recém ingressantes. Não são raros os colegas que ingressam nas Universidades e Institutos almejando ingressar em carreiras mais valorizadas. Isso revela o fato sempre lembrado pela FASUBRA e sindicatos filiados de que a carreira dos técnicos administrativos em educação é uma das mais desvalorizadas do serviço público federal. Enquanto persistir essa realidade, será alto o índice de evasão, principalmente dos recém ingressantes.*

*Em meio ao marco de uma década do nosso Plano de carreira, devemos nos apropriar dos interesses dessa nova geração. Seu regime previdenciário já não é o mesmo que os mais antigos, a ele é apresentada a alternativa do Fundo de Previdência complementar (FUNPRESP), que é um retrocesso que eles vêm aos poucos percebendo.*

*Seus anseios perante o mundo do trabalho também precisam ser melhor entendidos. Eles querem ser valorizados não só economicamente, mas querem ter o direito de opinar sobre os rumos da gestão de seu local de trabalho, e por isso muitas vezes sofrem assédio moral de suas chefias. As Universidades ainda verticalizadas ainda não permitem que os técnicos participem da gestão e da tomada de decisões, que ficam centralizadas nas mãos dos docentes. A luta pela democratização da Universidade, e pelo direito a 30h com turnos contínuos tem atraído muito a nova geração para a luta e a mobilização.*

*Outra mudança considerável é a criação da EBSERH em várias Universidades, criando um trabalhador com novo regime de trabalho que passará a ingressar no ambiente das universidades e precisa também se organizar.*

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

A FASUBRA participa de debates da Internacional do Serviço Público sobre juventude trabalhadora, mas o reconhecimento da existência da juventude nos debates da Federação e das bases ainda deixa a desejar. É preciso reconhecer a existência dessa nova parcela da categoria para ter uma atuação capaz de atrair cada vez mais a nova geração que continuará a luta pelos próximos anos.

## Por isso propomos:

- Criar um Grupo de trabalho nacional que faça um levantamento dos anseios e necessidades dos servidores recém ingressantes.
- Estimular o debate sobre a FUNPRESP, bem como alternativas de luta e atuação frente a essa nova realidade.
- Estimular o debate sobre a realidade pós EBSEH e a necessidade de organização para luta dos novos trabalhadores dos hospitais sob um novo regime de trabalho.

## Universidade Estaduais um desafio para Fasubra

A Fasubra Sindical funciona como uma espécie de sindicato nacional e neste cenário as universidades estaduais filiadas, se vem isolada e hj sem praticamente ação alguma na federação, o não cumprimento das ações aprovadas no encontro das estaduais, e conseqüentes problemas apresentados pelo seguimento federal, leva este isolamento, como uma política de alijar a participação dos sindicatos das universidades estaduais, a falta de atividade, como copa fasubra, festival, debate sobre educação superior, carreira nas universidades, acaba colaborando para o esvaziamento da presença deste importante seguimento e quem sabe aproximar as universidades municipais para dentro da federação

- Reafirmamos os encaminhamentos da plenária das estaduais abaixo apresentados
- Retomar uma política de Plenárias das Estaduais e visitas para apresentar novos
- Definir uma política consistente de contato e filiação que privilegie toda base das Universidades Estaduais e Municipais e não apenas aquelas que

tem ligação política com os Grupos políticos organizados na Direção Nacional.

- Fazer um diagnóstico consolidado da realidade das Estaduais, e municipais no que toca a autonomia, financiamento, regime de contratação, planos de carreira e /ou cargos e salários.
- Construir um Projeto para valorização dos Aposentados das Universidades Estaduais e Municipais
- Apoio da Federação nas greves das Estaduais e Municipais com participação da Direção Nacional.
- Organizar e realizar o Segundo Seminário das Estaduais após levantamento das filiadas e campanha de filiação para as não filiadas.

## CARREIRA PARA OS NOVOS INGRESSANTES NAS INSTITUIÇÕES E SATISFAZENDO OS PRESENTES E VALORIZANDO O PASSADO

A CTB defende o projeto de Carreira Original da Fasubra Sindical como elemento imprescindível de valorização do Saber, elemento este que não abrimos mão, por ter sido discutido em todas as bases da Fasubra, não apenas para o setor das federais, mas, também, para o setor das estaduais e municipais.

As instituições filiadas nos âmbitos estadual e municipal, que pela sua autonomia administrativa, facilita a implementação, daí defendermos um debate nacional para discutirmos carreira para Técnico-administrativos da IES, e assim deixar de pensar exclusivamente no setor federal.

### Setor Estadual:

É preciso publicizar as várias, ações das estaduais que conseguiram muitas melhorias em sua carreira, utilizando de elementos contidos no projeto da Fasubra, em destaque os acordos firmados na estadual do Rio de Janeiro e na Estadual do Amazonas, mas sabedor que as outras tiveram grande vitória como o centro Paula Souza em SP, a Unicamp e a Estadual da Paraíba

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

Setor Municipal:

*Não temos nenhuma entidade filiada. Por quê? Falta de implementação das propostas de ações nesta área aprovada no encontro e plenária da Fasubra.*

## 10 ANOS DO PCCTAE E AI FAZER O QUE???

### A HISTÓRICA LUTA PELA CARREIRA

*Em 1994, no CONFASUBRA, Instância máxima de deliberação da categoria, foi aprovada a estrutura do Plano de Carreira dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das IFE. Este plano passa a ser o nosso marco de luta por dignidade e identidade profissional.*

*Ao longo de dez anos de luta, este plano passou por várias elaborações, tendo como parâmetro o projeto original de 1994. A partir de 1995, no Governo FHC, realizamos diversas greves na tentativa de negociar este plano de carreira, todas fracassadas. Ainda no governo FHC, como estratégia de luta pela carreira, desmembramos o nosso plano e traçamos aprovamos a luta pela rehierarquização, (o que seria hoje o processo de racionalização dos cargos e uma nova estrutura de tabela), como possível de ser conquistado naquela época. Este projeto também não foi aceito pelo governo. Como nova estratégia, em 2001 construímos, em conjunto com SINASEFE, MEC e ANDIFES, o Plano de Cargo Único - PCU, que avançava para a concepção original da carreira ao estabelecer o conceito de "Cargo Único" e que, de novo, não houve acordo com o governo, mesmo com a realização de longos períodos de greves. Finalmente, em 2004, fruto de uma greve de mais de 90 dias, conquistamos o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação - PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.*

*Este Plano de Carreira, Lei 11.091, conquistado com a greve de 2004, foi uma das maiores vitórias da categoria, embora não se constitua em uma carreira plena, uma vez que não conseguimos a Progressão Funcional - elemento de trânsito entre os níveis de classificação, sendo este um elemento de*

*fundamental importância para o desenvolvimento profissional do trabalhador. Entretanto, para os Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação, propicia a formação de nossa identidade funcional.*

### A CARREIRA CONQUISTADA

*A FASUBRA tem uma visão da Universidade que defende, construída ao longo de sua história, transformada no Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, baseado em um projeto de sociedade. Para isso, a Carreira é um dos importantes instrumentos de gestão e mudança cultural da própria Universidade. Nela são criadas e absorvidas as inovações tecnológicas, de informação e de comunicação. Essa mudança no modo como o conhecimento é desenvolvido, adquirido e transmitido, são uma constante, levando à necessidade de se construir um processo de formação contínua referendada na reflexão sobre e na ação do técnico-administrativo em educação, conseqüentemente nenhum Plano de Carreira deverá ser estanque, mas, sim, em constante atualização. ...“Estas perspectivas são conciliadas pela carreira dentro de um contexto de constante ajuste, desenvolvimento e mudança”. (London e Stumph .1982)*

### APRIMORAMENTO DA CARREIRA

*A necessidade do aprimoramento da carreira se dá não apenas em função de correções de distorções ocorridas com a sua implantação, dada as diversidades existentes entre as IFES. Estas distorções devem ser corrigidas para que possa existir, de fato, uma isonomia de tratamento entre os segmentos que compõem a categoria de técnico-administrativos em educação.*

*O aprimoramento, cotidiano, da carreira é de fundamental importância para a categoria, tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho em decorrência de novos métodos e técnicas de trabalho, bem como a rápida evolução tecnológica. Com esta visão foi criada a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, como instrumento do aprimoramento deste patrimônio.*

*A criação das Comissões Internas de Supervisão e Fiscalização da Carreira em cada IFE é parceria fundamental neste processo. A CIS é o instrumento que permite o conhecimento das diversidades de realidades entre as instituições, cabendo a ela a socialização destas, bem como a elaboração de propostas para sua superação.*

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

*Evidentemente, todo projeto quando vai para a prática, necessita de correções de rota dado ao “choque” de realidade. Esta etapa, presente em todo processo de implantação de projetos, foi identificado com a implantação do PCCTAE em 2005. Entendemos que a luta pelo aprimoramento da carreira é permanente.*

*Inicialmente foram identificados itens que necessitavam ser aprimorados:*

- 1) *Ascensão Funcional;*
- 2) *Racionalização dos Cargos;*
- 3) *Terceirização;*
- 4) *Atualização dos percentuais do incentivo à titulação;*
- 5) *Aumento dos Níveis de Capacitação;*
- 6) *Aumento do número de padrões de vencimento;*

*Em 2005, foi sancionada a Lei nº 11.091, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.*

*A luta pela Carreira Nacional possui um significado muito importante para a categoria de servidores técnico-administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino. É mais um grande passo de uma luta histórica, de mais de 10 (dez) anos, pela afirmação de sua identidade, enquanto trabalhador da educação e, pela valorização e reconhecimento de seu papel na produção e disseminação do conhecimento construído coletivamente nas Instituições Federais de Ensino.*

*A implantação do PCCTAE abriu caminho para a concretização da base sólida de um projeto de carreira, sendo uma Lei que encerrou a primeira etapa do processo de negociação, que se traduziu na maior vitória da categoria na década de 90 e início de da década de 2000, merecendo destaque especial neste processo a posição das várias Direções Nacional e da Base da Fasubra Sindical, que souberam conduzir o movimento, com momentos de recuos e de avanços, adotando diversas táticas e estratégias, mas mantendo, sempre, a coerência política, reafirmando, assim, a capacidade histórica de negociação de uma categoria, que ultrapassou os limites dos interesses corporativos para os interesse coletivo da categoria.*

*Passados 10 anos de sua implantação parcial, tivemos grandes avanços, principalmente em relação a qualificação profissional do trabalhador. Segundos dados de MEC (2013),*

*O quantitativo de técnico-administrativos ativos que recebem o Incentivo à Qualificação. São 69% (sessenta e 7 nove por cento) dos servidores ativos das Universidades Federais recebendo o incentivo, o que significa 69% (sessenta e nove por cento) de servidores com o nível de escolaridade acima do exigido para ingresso no cargo.*

*Nos Institutos Federais temos 52,23% (cinquenta e dois por cento), com o nível de escolaridade acima do exigido para o ingresso no cargo.*

*A distribuição dos técnico-administrativos pelos níveis de classificação que recebem o Incentivo a Qualificação demonstra uma elevada taxa de servidores com qualificação superior a exigência do cargo, destacando o nível “E” com 82% (oitenta e dois por cento) e a classe “D” com 62% (sessenta e dois por cento) de servidores.*

*Nos Institutos Federais 47% (quarenta e sete por cento) dos Técnico-administrativos, ainda encontram-se sem a percepção de Incentivo a Qualificação.*

*Outro dado relevante sobre a qualificação dos servidores técnico-administrativos lotados nas Universidades Federais é o percentual de especialistas e mestres: 54% (cinquenta e quatro por cento) dos servidores recebem o Incentivo à Qualificação pela obtenção do título de especialista. A rede de Universidades Federais ainda conta com 9.000 (nove mil) mestres, que equivale a 21% do quadro e 2.400 (dois mil e quatrocentos) doutores, equivalente a 8% do quadro.*

*Estes dados refletem a política acertada da Fasubra, tanto na elaboração do projeto, quanto nas negociações com o governo. Entretanto, nestes 10 anos, o plano ainda não foi implementado em sua plenitude e pontos fundamentais como a racionalização dos cargos e o dimensionamento de pessoal não saíram do papel.*

*Ainda assim, enfrentaremos uma grande batalha na defesa do PCCTAE, tendo em vista que a Andifes apresentou ao Ministro da Educação em novembro de 2013, anteprojeto de lei destinado a regulamentar no âmbito das universidades federais a autonomia universitária de que trata o art. 207 da Constituição.*



# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

*Este projeto trás, em seu Art. 18 que Lei específica instituirá plano de carreira para os docentes e servidores técnico-administrativos das Universidades Públicas Federais, que disporá sobre: I - estrutura dos cargos de provimento efetivo com garantia de isonomia de vencimentos; II - critérios de desenvolvimento nas carreiras de provimento efetivo, em decorrência da conjugação de tempo de serviço com desempenho ou titulação; III - critérios de provimento em cargos e funções destinados ao exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento; IV – regulação das jornadas semanais e diárias de trabalho; V - implantação de sistemática de desenvolvimento de recursos humanos, por meio de plano institucional de qualificação; VI - contratação por tempo determinado de pessoal docente e técnico-administrativo para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público.*

*Esta proposta deve ser melhor analisada pela federação e suas entidades de base, principalmente no aspecto das negociações que deverá se deslocar do MEC e Planejamento para a Andifes.*

*Passados 10 da implantação do PCCTAE percebemos que a necessidade de aprimoramento da carreira foi ampliada. Em função da nova realidade das IFES e do grande numero de trabalhadores que ingressaram nas instituições de ensino nestes 10 anos,*

*O aumento dos padrões de vencimento se torna necessário e urgente, pois hoje quem ingressa nas IFES, após 24 anos de trabalho alcança o final da carreira, perdendo o estímulo ao desenvolvimento por mais 6 anos no caso das mulheres ou 11 anos no caso dos homens.*

*Agravam esta situação, as constantes mudanças na legislação previdenciária, que aumenta o tempo do trabalhador na ativa, com a soma do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria.*

*Junte-se a isso a necessidade de se adequar as perspectivas do desenvolvimento profissional, adequando as capacitações e qualificações obtidas ao longo do tempo as necessidades do fazer institucional, que em muitos casos, evoluem e se modificam em uma velocidade que não nos permite a atualização rápida das atribuições do cargo.*

*Neste sentido a CTB defende a evolução do atual PCCTAE, reafirmando que a nossa carreira nas IFE seja denominada*

*como Técnico-Administrativos em Educação, e que esta possua dois MACRO CARGOS, a forma que sera estamos dispostos a dialogar, com todos seguimentos, para apresentar o melhor para categorias das IFES , pois sabemos que não somos e nem pretendemos ser os donos da verdade.*

## BALANÇO DA GESTÃO DA FASUBRA 2012/2014

*Nesta breve avaliação, pois este é um debate que devemos fazer no XXII Confasubra, destacamos primeiramente que os militantes da CTB que propôs que o mandato da direção deveria, ser de 3 anos e permitido apenas uma reeleição, deforma demagógica, fomos derrotas, e a realização do XXII confasubra 01 (um) anos após o prazo previsto confirma que estávamos certos.*

*A CTB não fez esta proposta sem embasamento, analisamos os últimos confasubra e os ultimo não foi nenhum realizado em ano estabelecido, obvio que todos justificado e todos com deliberação de instancias de seus fóruns, e também apresentamos esta proposta ,principalmente, pois não iria coincidir, o próximo confasubra, em um ano que não acontece eleições, oficiais, assim acreditamos que poderíamos fazer uma análise, mais realista, dos futuros governo seja ele, municipal, estadual e ou federal.*

*Neste três anos avaliamos que predominou justamente esta falta de análise, madura realista, que faltou a unidade na ação, afinal o que norteia ou deveria nortear são as instancia máximas da Federação, isto não vem acontecendo na direção nem nas bases, fica pergunta, O QUE QUEREMOS DA FASUBRA, PARA ONDE IR??? E PARA QUE???, ESTE É O DESAFIO!!!, com a conjuntura internacional e nacional, feita por nos e vários outros grupos é fácil prever que todos são carregados de problemas e dificuldade para o enfrentamento.*

*A falta de respeito, discursos raivosos, carregados de postura que lembra o fascismo, o nazismo, o Racismo, a homofobia, tem se destacado em todos os discursos ou postagem em redes sociais, que deveriam ser formativos, fazem justamente o inverso.*

*Mas tivemos coisas importantes neste período, como a greve que, embora não trazendo ganhos financeiro, para os TAE, nos permitiu ampliar as visões no que tange a carreira e da*

# CTB - NA CONSTRUÇÃO DE UMA FASUBRA UNITÁRIA CLASSISTA E DE LUTA

*necessidade urgente de aprimorar este projeto diante da intolerância do governo e também para satisfazer o anseio da categoria, que esta se renovando a cada dia e exige, mecanismo mais eficiente de avaliação e valorização.*

*Tivemos também a publicação de nosso registro sindical, e garantimos que a Fasubra sindical é a única representante dos técnico-administrativos da IES. Apesar das participações discretas e não investimento por parte da direção da Fasubra, mobilizamos para aprovação do PNE e participando do CONAES dois grandes acontecimento importantes para educação pública de nosso país.*

*E neste cenário conclamamos as forças políticas e o conjunto da categoria a se unir em ações unitárias para defender a Educação Pública e seus Técnico-administrativos, freando as ações dos que querem se utilizar dos serviços públicos para ter vantagens, privatizando como por exemplo, a saúde (EBSERH) e a Educação (cursos pagos, falta de incentivos aos profissionais, falta de normatização da assistência estudantil etc...) que muitos estudos provam que é a nova fonte de renda para sobrevivência do capital.*

## **Companheiras e Companheiros e Camaradas**

**Como a conjuntura é dinâmica estaremos distribuindo durante o XXII CONFASUBRA a Análise de Conjuntura Nacional e Internacional da CTB atualizada e o Plano de Luta e outros complementos necessários para o debate que não foi possível neste momento, assim contribuir com os Delegados e Delegadas presentes,**

**Acreditamos que podemos contribuir com mais propostas, depois de ouvir os trabalhadores durante as realizações das assembleias de escolha de representantes ao Confasubra**

*Atenciosamente*

*Militantes Classistas da CTB que atuam nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil, base desta valorosa entidade de classe, representada pelos seus dirigentes titulares e suplente na Direção Nacional da Fasubra Sindical*

*Fatima - UFG, Angela- UFPB, Igor - UFRGS, Mario Garafolo – UFMG, Paulo Vaz - UFBA e João Paulo (JP) - UNICAMP*

# UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

## Unificar os que lutam para derrotar o ajuste econômico de Dilma / Levy

### COM AUTONOMIA, UNIDADE E LUTA!

#### APRESENTAÇÃO

*Em maio será realizado o congresso da Fasubra - XXII CONFASUBRA, no momento em que escrevemos esta tese em pleno fevereiro, estamos em meio a um acirramento da crise econômica, e estão em curso fortes ataques perpetrados pelo governo Dilma contra os direitos do povo, que vem gerando resistência, confrontos, greves e mobilizações dos trabalhadores e de importantes setores populares.*

*A vitória da recente greve dos operários da Volks, a ocupação da ponte Rio-Niterói pelos operários do Comperj em greve, os professores e funcionários das escolas do Paraná que estão de braços cruzados, mostram o caminho a ser traçado em 2015. Neste sentido a Fasubra tem a responsabilidade de apontar desde já a necessária unificação do conjunto dos servidores públicos e dos trabalhadores para enfrentar os ataques do governo. Por isso, no congresso, os servidores das universidades terão a oportunidade de dar uma resposta ao governo Dilma, que a todo custo tenta retirar nossos direitos, arrochar mais os salários e criminalizar àqueles que lutam. Nos da corrente sindical Unidos Pra Lutar, que nos organizamos em diversas universidades, faremos todos os esforços necessários por essa unificação, para o fortalecimento de nossa classe para enfrentar os planos de ajuste de Dilma/Levy.*

#### A SITUAÇÃO MUNDIAL

*A crise econômica mundial iniciada em 2007 se aprofunda com a crise dos países “emergentes” e está longe de ser superada. A causa principal da permanência desta situação reside na persistência da mobilização e lutas dos trabalhadores e das massas em todo o mundo, que resistem em aceitar a brutal exploração que o sistema capitalista-imperialista precisa aplicar para conseguir uma recuperação econômica.*

*A economia capitalista mundial está passando por uma grave crise: para conseguir lucrar mais e mais, os grandes capitalistas se dedicaram além de explorar diretamente aos trabalhadores, à especulação desenfreada. E como toda especulação, termina em lucros para pouquíssimos e tragédias para muitos. Mais uma vez os donos do capital e do poder, pretendem que sejam os trabalhadores e os povos do mundo que paguem pela crise que eles provocaram. Os governos salvaram os bancos com dinheiro público, e agora estão afundando os países, demitindo servidores públicos em massa, rebaixando salários, cortando aposentadorias, fechando empresas, para sustentar este sistema financeiro de agiotas e parasitas.*

*A Europa segue sendo um dos pontos centrais da crise. A política do imperialismo é uma só no mundo inteiro: é de aplicar um ajuste sobre as massas e suas conquistas sociais. É um ataque à saúde, educação e outros serviços sociais não somente do estado, as próprias empresas privadas são impulsionadas a demitir, rebaixar salários ou fechar suas plantas. A aplicação dos planos de austeridade regidos pela Ângela Merkel com a Troika (Banco Europeu, FMI e Banco Mundial) provocou revoltas e greves na Itália, Espanha, Bélgica, França e instabilidade política nos regimes e governos.*

*Na Grécia, a classe operária e o povo protagonizaram os protestos e mobilizações mais fortes. Vinte greves gerais e duros enfrentamentos contra o plano de austeridade, as privatizações e o absurdo pagamento da dívida, que consome 170% do PIB do país, Fruto do ascenso das massas e da repulsa aos planos de austeridade o povo derrotou nas urnas os partidos tradicionais o que resultou o triunfo eleitoral de Syriza recentemente. Esta vitória da esquerda anima todos os povos da Europa. Abre-se uma nova etapa política na Grécia. Os trabalhadores e o povo devem continuar confiando na sua mobilização.*

*A resposta de lutas do movimento de massas frente às tentativas de todos os governos e os patrões de que o povo pague pela crise é o fator dominante da situação mundial e a luta contra os planos de austeridade e pela suspensão da dívida dos banqueiros são as bandeiras que unificam os povos e trabalhadores do mundo.*

### CRISE ECONÔMICA: NÃO PODEMOS PAGAR POR ELA!

*A crise econômica mundial iniciada em 2007 se aprofunda com Impulsionada pela crise do capitalismo a nível mundial, a situação econômica brasileira se agrava rapidamente, caracterizando-se muito mais como uma grande tempestade ao invés de uma “marolinha”, como dizia Lula. Segundo o Boletim Focus do Banco Central, a economia está estagnada há quatro anos, sendo que o pior resultado encontra-se na indústria, que já extinguiu 470 mil vagas com previsão de mais queda no seu crescimento para 2015 (de 0,69% para 0,5%), seguida pela construção civil e comércio. Com a inflação crescendo (previsão de 7,01% para 2015), juros estratosféricos (a taxa Selic já está em 12,50%), o retrocesso se dá tanto no nível de desemprego como nos ganhos reais no salário, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).*

# UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

Já a tese de que havia uma onda conservadora a qual um governo do PT poderia se opor, revelou-se equivocada já nas primeiras ações de Dilma, antes mesmo do término de sua antiga gestão. O atual executivo se mostrou ainda mais conservador do que o futuro Congresso eleito. Ainda no ano de 2014, decretou duas medidas provisórias inconstitucionais caçando direitos históricos da conquista trabalhista. A nova gestão demonstrou estar disposta a legislar sem a consulta ao Congresso, mesmo com pontos claramente conservadores.

O ano de 2015, portanto, começa no Brasil com as medidas de ajuste fiscal e retirada de direitos, implementadas pelo governo federal. Bem diferente do que Dilma e o PT haviam prometido na campanha eleitoral, principalmente no 2º turno das eleições presidenciais, onde afirmaram que não mexeriam nos direitos trabalhistas, nem que a vaca tossisse. Pois, a vaca tossiu! Diferentemente do que falou na campanha, a presidenta Dilma assumiu o programa econômico do PSDB, enganando, assim, a população. O governo Dilma e o PT se renderam totalmente aos interesses do capital e suas cartilhas de “austeridade”, atacando os direitos sociais e previdenciários ainda no final do ano passado, através das MPs 664 e 665; cortaram bilhões de reais no orçamento dos ministérios, onde o mais afetado foi o Ministério da Educação, indo contra o lema cínico que querem adotar, cujo título é “Pátria Educadora”; e aumentaram as tarifas de energia e combustíveis, além da elevação dos preços dos alimentos, que a população mais pobre sente diariamente em seu bolso. Tudo isso para garantir a política de superávit primário e manter o pagamento dos juros da dívida pública, ao invés de investimentos em áreas sociais.

O “tarifaço” no setor elétrico de 25% a 45%, que já entrou em vigor, será complementado por mais reajustes “extraordinários” que virão em março. Isso depois do reajuste de 17% do ano passado. Apesar de tantos aumentos, no mês de janeiro vivemos o “apagão da Dilma”, onde faltou luz em 10 estados e no DF. Até hoje não se sabe muito bem o que aconteceu. Além disso, o veto de Dilma no reajuste de 6,5% na tabela do IR, já defasada em mais de 64% desde 1996, ou seja, nos governos de FHC/Lula/Dilma, a cada ano mais salários contribuem para engordar os cofres do governo, prejudicando principalmente o povo trabalhador. O aumento do IOF no crédito repõe quase metade da arrecadação do governo com o famigerado CPMF, conhecido como o imposto do cheque. Temos ainda a micro reforma previdenciária de Dilma (diminuição das pensões por morte) que vem complementar a reforma da previdência de 2003 de Lula aprovada no Congresso graças ao “mensalão”, ambas retirando direitos dos trabalhadores.

Isto tudo se combina com reajustes nos transportes, desvalorização do real, corte de verbas de setores do serviço público (especial atenção ao corte de 7 bilhões de reais da Educação), mudanças restritivas no seguro desemprego, abono salarial, auxílio doença e seguro defeso. Ainda podemos citar a desnacionalização da economia por meio da abertura do

capital da CEF e propostas de concessão para exploração do Pré Sal.

## OS ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA E O POVO PROVOCAM A QUEDA DA POPULARIDADE DE DILMA

Vivenciamos um brutal ataque global à classe trabalhadora. A burguesia e seus governantes querem que os trabalhadores paguem o custo da crise econômica. Seja no Brasil com Dilma (PT/PMDB), apoiada por todos os partidos da burguesia como PSDB, DEM, PP, etc., seja na Argentina, Venezuela, Grécia, Espanha, Irlanda, etc. O remédio é o mesmo no mundo todo, atacar o salário, emprego, aposentadorias, ou seja, tirar direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora no último século. Os ataques do governo aos trabalhadores, ao povo e a juventude tentando assim superar a crise econômica e os escândalos da Petrobras, estão produzindo uma queda vertiginosa da popularidade da Dilma. As últimas pesquisas do Datafolha de 07/02 indicam que 44% dos entrevistados consideram o governo ruim ou péssimo, 46% dizem que Dilma mentiu aos eleitores durante a campanha eleitoral, 47% dizem que a presidenta é desonesta e 54% a consideram falsa. O que mostra uma forte bronca por parte da população, que não aceita pagar pela crise e não é mais ludibriados com falsas promessas.

No processo eleitoral víamos que o que existia era uma falsa polarização, que não havia diferença entre Dilma e Aécio. Por isso os candidatos a deputados e senadores do PT que eram burocratas das centrais sindicais sofreram a maior das derrotas, fazendo com que o PT recuasse pela primeira a votação nas principais regiões operárias.

Essa conjuntura é fruto da nova situação aberta nas jornadas de junho, quando milhões foram às ruas questionando o podre regime.

Por outro lado, a crise hídrica no sudeste brasileiro, nos maiores PIB's do país, deverá ter reflexos na já combalida economia nacional, afetando diretamente a qualidade de vida, o bolso do brasileiro, a saúde pública, produção de alimentos e agravarão a crise energética. A crise hídrica escancarou os governantes de SP, Rio, MG e ES, independentemente de seus partidos. Assim como Dilma (PT), que nas eleições dizia que não havia risco de apagão no país, Alkmin (PSDB) em São Paulo dizia que não havia necessidade de racionamento, e Pezão (PMDB) no Rio de Janeiro culpava seu antecessor pela falta de água na Baixada Fluminense, escondendo que ele e Cabral governam o estado há 8 anos. Em MG o governo anterior do PSDB e o atual do PT também ficam no jogo do empurra-empurra pela falta de água. Aliás, para todos eles o grande culpado é a falta de chuva.

Porém, sabemos que a culpa é do poder público federal e estadual, pela falta de planejamento e investimentos que



# UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

levasse em conta a possibilidade de estiagem, que é um fenômeno natural e sazonal, aliada aos efeitos devastadores do agronegócio em nossas florestas (que irá piorar com a chegada de Katia Abreu ao governo). O que mostra o quão conservador e de direita é o governo Dilma, que governa com os partidos tradicionais e as bancadas fundamentalista, ruralista e do agronegócio.

A crise político-econômica produzida pela política do governo Dilma se torna um drama ainda mais profundo com a crise de abastecimento de água que no momento afeta a região Sudeste, em especial São Paulo, mas que é algo que ocorre há anos em diversas regiões do país e de forma “invisível” em regiões pobres e periféricas, para garantir que não falta para os mais abastados. O descaso das autoridades afeta principalmente os trabalhadorxs mais pobres. Esse caos promovido na gestão dos recursos hídricos, especialmente pelos governos do PSDB em São Paulo, tem uma lógica, que é a da privatização. Trataram a água como simples mercadoria nos últimos vinte anos. Mas esta lógica não se restringe ao PSDB: o mesmo ocorre no caso da energia elétrica, onde o modelo de produção e abastecimento imposto pelo governo Dilmabeneficia os grandes grupos econômicos em detrimento da população em geral.

A solução do governo de São Paulo e do governo Dilma para crise hídrica e energética, por sua vez, reproduz a lógica de impor aos trabalhadorxs e às populações marginalizadas o ônus e beneficia o grande capital. Enquanto as agências de água são ignoradas; o código florestal rasgado; as reservas ecológicas devastadas; o governo concede às indústrias amplos poderes sobre reservas aquíferas e livre uso da energia elétrica. O capital não tem limites para o uso desenfreado dos recursos naturais. Já os trabalhadores sofrem racionamentos desumanos, em alguns casos, abaixo do mínimo definido pela ONU (como no caso da água em SP).

Tudo isso para alcançar o “superávit primário” cujo objetivo é o pagamento da dívida pública (interna e externa), que irá consumir quase 50% do PIB brasileiro em 2015. Dívida que, em dezembro de 2014, alcançou o valor de quase 4 trilhões de reais, segundo Auditoria Cidadã da Dívida. Em 2014, o país pagou quase 3 bilhões de reais por dia por essa dívida.

- - Unificar e fortalecer as lutas para derrotar o Plano de ajuste de Dilma/Levy!
- Por isso, apoiamos medidas, como as apresentadas e defendidas por movimentos sociais e ativistas de esquerda, que vão de encontro às necessidades dos trabalhadores e entendemos que a Fasubra deve e pode incorporar, tais como:
- - A Fasubra deve compor os comitês por uma auditoria cidadã da dívida pública e exigir auditoria

e suspensão de seu pagamento, bem como pedir o fim da política de superávit primário.

- - Deve exigir a revogação de todas as medidas que retiram direitos dos trabalhadores, como aquelas previstas pelas Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014. Quaisquer abusos ou ilegalidades no usufruto desses direitos devem ser tratados como exceção e não como regra.
- - Apoiar todos os atos e as medidas contra o aumento das tarifas do transporte e apoiar a juventude em luta. Pela revogação dos aumentos, rumo ao passe-livre!
- - Lutar pela aprovação imediata do imposto sobre grandes fortunas previsto na Constituição Federal,
- - Apoiar a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, de forma a manter a renda dos trabalhadores e combater o avanço do desemprego; fim das terceirizações.
- - Apoiar a luta pela demarcação das terras indígenas.
- - Lutar pela Reforma Agrária.
- - Exigir a revogação das mudanças do código florestal.
- - Lutar pela estatização completa do sistema de abastecimento de água e energia elétrica, priorizando o abastecimento para consumo humano, com revogação do aumento dos preços da água e construção emergencial de caixas d'água e cisternas subsidiadas; investimentos imediatos para evitar o desperdício estrutural dos sistemas;

## PETROBRÁS: A PODRIDÃO DO REGIME BRASILEIRO

*Os escândalos que envolvem a alta cúpula da Petrobrás, as principais empreiteiras do país e os partidos: PT, PMDB, PSB, PSDB e PP, indicam a podridão do regime político e de que vivemos numa falsa democracia dos ricos e poderosos. As delações premiadas e o começo dos inquéritos dos políticos envolvidos estão provocando um terremoto. A lista é longa e contem deputados, senadores, governadores e ex-governadores. Esse fato só demonstra que a corrupção que corrói o regime aumenta o desprestígio das instituições, dos partidos, das empresas acobertadas pelo poder e deixa a população cada vez com mais ódio dos políticos e dessas instituições do regime. Somado a isso temos que lembrar que foi no mandato do presidente Lula que se retomaram os leilões da Petrobras, incluindo a Bacia de Libra, entregando assim nossas riquezas nas mãos do capital privado.*

*As consequências econômicas são brutais, estima-se que o prejuízo da Petrobras chegue a mais de 80 bilhões e terá desdobramento nos estados que recebem os royalties do petróleo. O exemplo da crise no Comperj é latente e vem provocando a demissão de milhares de trabalhadores, que*

# UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

*além de ficarem sem salários ainda não recebem seus direitos trabalhistas. Como resposta os trabalhadores vêm protagonizando greve e ações radicalizadas como a ocupação da ponte Rio Niterói por onde marcharam até chegar na sede da Petrobrás.*

*Neste sentido defendemos a mais ampla investigação e a punição de todos os corruptos e corruptores, confiando que somente com uma investigação independente composta por trabalhadores da empresa será possível investigar a fundo e recuperar o dinheiro desviado.*

- - Deve, ainda, exigir a punição de todos os envolvidos na operação Lava-Jato, com proibição das empresas investigadas por denúncias de corrupção de participarem em quaisquer certames públicos; e defender uma Petrobrás 100% pública, com controle social e rechaço a qualquer tentativa de influência estrangeira na estatal.
- - Revogação da reforma da previdência, conquistada por meio da compra de votos dos parlamentares pelos esquemas de corrupção.
- - Anulação do Leilão de Libras e retomada do controle totalmente estatal da Petrobrás.
- - Revogação da Lei Geral de Desestatização, herança dos governos Collor e FHC.

## CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA VIROU REGRA PARA PT-PMDB

A criminalização dos movimentos sociais se aprofundou durante o governo do PT/PMDB. Nas mais diversas regiões do Brasil, onde houve greve ou qualquer insurgência, teve repressão desproporcional e ilegal do Estado. No Rio de Janeiro, por exemplo, o governo do Estado e a Prefeitura, comandados pelo PMDB e com apoio do PT, reprimiu fortemente a greve dos professores, seja com polícia, ou com ações judiciais e processos administrativos.

Este fato em nada se diferenciou da ação comandada pelos governos do PSDB de São Paulo frente às remoções violentas de moradores das periferias ou de áreas de interesse da especulação imobiliária. Desta forma com o avanço das privatizações e criminalizações fica claro que o PT e PSDB sustentam os mesmos projetos políticos e econômicos.

Em 2011, se inaugurou a criminalização, através de uma ação judicial para proibir que a Fasubra fizesse greve. Tática que se repetiu na greve de 2014, com a judicialização da greve. São interditos proibitórios; perseguição a dirigentes; corte de ponto, multas gigantes a sindicatos que têm se tornando a marca mais comum deste governo, buscando frear a luta dos trabalhadores. Mas isso não tem impedido que levantes prossigam.

Outra prática comum a esses governos é a criminalização dos movimentos em atos nas ruas, como a luta pela tarifa zero e contra o aumento das tarifas, bem como os movimentos contra os megaeventos. Exemplo foi a prisão dos ativistas políticos no Rio de Janeiro, antes da final da copa, pelo crime de terem opinião. E hoje, esses ativistas estão detidos com seus direitos políticos cassados, já que não podem se reunir, senão saem algemados. Um companheiro da UNIRIO, Rafael Caruso, está entre os perseguidos políticos, ele, por exemplo, não tem mais o direito de ir numa assembleia da categoria, senão sairá preso de lá. Estão caçando direitos básicos e constitucionais dos trabalhadores, para garantir o status quo e o silêncio e a capitulação dos movimentos sociais e dos sindicatos. Isso é um absurdo, não podemos aceitar! Devemos reagir!

- O Confasubra deve aprovar resolução de apoio à luta e contra a criminalização dos movimentos sociais e sindicatos, bem como pela extinção de todos os processos e pela liberdade de todos os perseguidos políticos. A Fasubra deve tomar a frente nessa luta, pois um companheiro da base da federação está entre os perseguidos, ou seja, nós estamos sendo criminalizados!

## A POLÍTICA DO GOVERNO DILMA PARA O FUNCIONALISMO: "PÁTRIA EDUCADORA" PARA QUEM?!

*Todas as universidades já estão sentindo o efeito da crise econômica despejada sobre os trabalhadores, através dos cortes de verbas da Dilma. O montante do corte no orçamento de 2015 pode chegar a 22,8 bilhões, dos quais 31,9% serão cortados da educação. Os gastos com o funcionalismo diminuem a cada ano. Com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 1995, a União gastava cerca de 40% com os servidores federais. Hoje se gasta 27% e ainda assim mantém firme a política de mais arrocho.*

*Os trabalhadores terceirizados das universidades foram os primeiros a ficarem sem salário e 13%. Na UFF, por exemplo, o Reitor afirmou que serão cortados 50% do efetivo de pessoal terceirizado. Docentes e estudantes da graduação e pós-graduação estão sem receber a bolsas de estudos. Até mesmo as contas de água, luz, telefone estão sem pagamento, podendo inclusive inviabilizar o funcionamento normal no próximo semestre letivo. Além disso, cursos de graduação e novos concursos públicos para servidores têm sido cancelados. Até o Museu Nacional da UFRJ, um dos maiores do país, ficou fechado, devido a greve dos vigilantes terceirizados.*

*Os cortes de serviços terceirizados, não serão substituídos por trabalhadores estatutários, o que significará um aumento de trabalho para os servidores e uma enorme pressão para os que trabalham 30h. Adicional de insalubridade e periculosidade podem ter suas regras alteradas. Quem não lembra que só na geração dos governos do PT os nossos direitos foram*

# UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

*ameaçados: Com a Reforma da Previdência, os trabalhadores perderam muitos direitos trabalhistas, além de ter sido aprovado a previdência privada, (Funpresp) que para os novos trabalhadores significa serem obrigados a pagar previdência privada para ter o salário integral ao se aposentar. Essa reforma, impõe o desconto imoral da previdência mesmo para o trabalhador aposentado se seu salário ultrapassar o teto da previdência geral,*

*Nossos Aposentados foram muito prejudicados no governo Lula, não só pela reforma da previdência, mas quem não lembra da Reforma Universitária, que tirava o aposentado da folha de pagamento. E ainda tenta separá-los dos reajustes, ficaram fora de um dos ganhos da última greve, no item que permitia a unção dos cursos para qualificação, e não podemos admitir que isso volte a ocorrer. A Fasubra tem que continuar exigindo que essa perda seja reparada, Além disso, ainda não foi aprovado o reposicionamento na carreira, a lei da aposentadoria por invalidez não contempla a todos e seus salários estão reduzidos e continuam fora da paridade.*

*O ataque mais recente e perverso segue sendo a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Lei 12.550/2011) que entrega nos Hospitais Universitários a uma empresa pública, que acaba com o perfil acadêmico dos hospitais universitários, acabando com o SUS, com a autonomia universitária e com o Regime Jurídico Único (RJU)*

*Estes exemplos devem ser citados para que ninguém tenha dúvida do que pretende o governo petista de Dilma com nossa categoria.*

*Felizmente os jovens e trabalhadores que sentem na pele estes planos econômicos, já não crêem mais no PT e na Dilma. Felizmente deram uma boa lição nas eleições e já começam o segundo mandato com fortes lutas enfrentando o governo e as burocracias sindicais, cúmplices dos governos e patrões.*

## UNIFICAR OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E CONSTRUIR A GREVE UNIFICADA CONTRA O AJUSTE DE DILMA/LEVY

*Estes ataques exigem uma resposta à altura. Cabe às entidades da base do funcionalismo público federal, às correntes políticas combativas e de esquerda a unificação da luta para enfrentar as medidas da Dilma. Na última reunião unificada dos SPF's ocorrida no final do mês de janeiro, conseguimos importantes avanços no sentido de unificarmos nossa luta, uma pauta unificada, em torno de um índice comum de reajuste. Porém a greve geral não foi uma orientação concreta para armar as entidades, as direções das centrais, da CUT e CTB, não apostaram na preparação da greve geral e nem mesmo os companheiros da Conlutas foram nesse caminho.*

*Nós, servidores Públicos Federais fomos a primeira categoria a enfrentar o PT no governo, e mostrar que era necessário lutar com força, ocupar as ruas para derrotar suas políticas que em nada se diferenciariam do PSDB e do PMDB. Desde 2003, nós servidores fizemos greve, erguemos os punhos e levamos 80 mil numa marcha à Brasília, contra a reforma da previdência. De lá pra cá a política central do governo é gastar menos com serviço público, precarizar as relações de trabalho, terceirizar muitos serviços e avançar na privatização da área da saúde. Como muitas greves ocorreram nestes anos, o governo do PT definiu a sua política de dividir as categorias, e tentar criar entidades fantasmas como a PROIFES, para atacar o ANDES e a ATENS, para tentar dividir a nós, servidores técnico-administrativos. Sofremos, também, com a criminalização e judicialização de nossas greves.*

*Neste momento político do país, onde o governo Dilma despeja um pacote de tarifas, cortes de direitos e recursos sociais, devemos ser os impulsionadores da construção da greve unificada de todo o serviço público federal, ocupar as ruas para derrotar este governo e sua política.*

*É necessário construirmos um fórum unitário que vá além dos servidores públicos federais, que unifique as organizações sindicais, populares e estudantis, que estejam dispostas a lutar contra os ataques do Governo. Devemos preparar uma agenda de luta nacional e nos estados no caminho de construir uma GREVE GERAL no país, como forma de enfrentamos o governo Dilma, os governadores e os patrões. Temos que tomar como exemplo a unidade do Rio de Janeiro, onde diferentes sindicatos (SINTUFF, SINTUFRJ, ASUNIRIO, SINTUR RJ, SINTUPERJ, SINDSPREV) e centrais estão articuladas em um calendário unificada para enfrentar a privatização dos Hospitais Universitários e da saúde, de um modo geral.. Uma unidade que independe a qual central pertencem os sindicatos, baseado em um programa para ação para enfrentar a privatização dos HU's e da saúde Neste sentido o papel da esquerda é muito importante, cabe aos companheiros da CONLUTAS, das Intersindicais, as correntes sindicais de esquerda, sindicatos nacionais como o ANDES-SN, movimentos como o MTST, entre outros a tarefa de unificar as lutas e organizar a resistência. Temos que seguir o exemplo dos trabalhadores da Volks e dos operários da Comperj, que mostram que o único caminho é a luta.*

## O RIO TORNOU-SE UM FOCO DE RESISTENCIA CONTRA A EBSEH

**É possível ganhar esta batalha e revogar a privatização dos HU's**

*Apesar de o governo ter conseguido aprovar ou impor os contratos com a Ebserh na maioria dos Hospitais Universitários; apesar da enorme cumplicidade dos reitores para a privatização dos HU's, alguns aprovaram por telefone ou email, devido as fortes manifestações das comunidades acadêmicas*

# UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

nos conselhos universitários. Apesar do ceticismo de vários dirigentes da Fasubra, que acham que não é possível derrotar a privatização nos HU's, vemos que é possível reverter esse quadro. Pois, de acordo com o relato das universidades que já aderiram a Ebserh, existe uma enorme crise e por mais que se tenha votado a Ebserh, há muitas dificuldades em implementá-la. As lutas contra a privatização da saúde vêm impactando toda a população e causando um grande desgaste do governo. Há questionamentos à EBSERH, inclusive da Procuradoria Geral da República, que encabeça a ADIN contra a Ebserh, junto com a Fasubra e Andes. A 14ª conferência nacional de saúde, em 2012, também rejeitou essa lei por unanimidade e a atual crise entre as universidades e as empresas terceirizadas, que sequer pagam os salários aos seus próprios trabalhadores, mostra que a privatização e terceirização são um modelo falido.

Apesar da direção da Fasubra estar presente nas reuniões dos conselhos universitários, não se pode ignorar que a mesma cometeu um erro brutal em abrir mão desta pauta na greve de 2012 ao rebaixar a pauta, não apostando na força da luta do funcionalismo. Na plenária dos servidores federais, nos da Tendência Sindical Unidos Pra Lutar batalhamos para que a revogação da Ebserh fosse parte da pauta da luta unificada de todo o funcionalismo, infelizmente encontramos muita resistência por parte da direção da Condsef (CUT), particularmente da corrente majoritária chamada "Independente".

Acreditamos que é possível ainda reverter esta batalha. Há muitos exemplos em todo o país de luta, em destaque as resistências na UNIRIO, UFRJ e UFF, que através da mobilização de docentes, servidores e estudantes, vem conseguindo impedir a Ebserh. A sociedade está repudiando este governo e devemos nos somar a estes enfrentamentos e rejeitar a política do governo que gasta somente com um dia de pagamento aos banqueiros, o equivalente a 40 anos do orçamento de um hospital universitário. A sociedade está de nosso lado, devemos intensificar a luta e destacar o eixo na campanha salarial.

Enquanto houver organização e luta, haverá resistência e podemos derrotar este governo privatista.

## A NECESSIDADE DE CONSTRUIR NOVAS DIREÇÕES COMBATIVAS, AUTONOMAS E DE LUTA!

Num contexto de ataques à conquistas históricas da classe trabalhadora do país e no esgotamento do modelo lulo-petista, de governar, a maioria absoluta das direções das centrais sindicais, vem sendo cooptadas pelo governo.

Desde as lutas que explodiram em Jirau e Santo Antônio, as direções das centrais sindicais estiveram junto com o governo e os empresários na mesa tripartite, para desviar e frear as

lutas. E na luta dos operários da Volks do ABC, a política da CUT era aceitar as demissões de milhares de trabalhadores, mas graças à força da mobilização se impôs uma poderosa greve, que conseguiu reverter as mesmas.

Agora diante dos ataques do governo a direitos históricos, as direções das Centrais, como a CUT e CTB, marcam calendários para "inglês ver" e não apostam na mobilização. Mas os ventos da vitória da Volks vêm soprando, a exemplo da luta dos operários do Comperj e da greve dos docentes do Paraná.

A maioria dos altos dirigentes das centrais sindicais (CUT e CTB) que compõe a Fasubra seguem essa mesma lógica. São cúmplices do governo na aplicação do seu plano econômico, arrocho salarial, e privatização, compõe cargos nas reitorias e no próprio governo. Utilizam sua política para impedir as greves, freá-las ou dividi-las. Lembremos que Gilberto Carvalho que era assessor direto da Dilma foi vice-presidente nacional da CUT, a mesma central que contratou o corrupto mensaleiro Delúbio Soares para assessorá-la. As duas centrais citadas são as que buscam negociar com o governo a lei anti-greve para o funcionalismo, tentando nos proibir de lutar. Também são centrais que já estão dentro dos conselhos gestores da FUNPRESP, fazendo acordos com a EBSERH em vez de enfrentá-la. Esta postura é um entrave e prejudica nossa luta, por isso, não é possível confiar na direção dessas centrais, não se pode confiar em quem defende o governo Dilma. Há muito honestos companheiros na base da CUT e CTB, com esses companheiros é possível a unidade para enfrentar o ajuste do governo. A unificação da luta e a necessidade de construir direções sindicais e políticas, combativas, independentes e de luta, é uma tarefa urgente e estão colocadas em cada greve, luta, eleições sindicais e comando de greves e mobilizações independentes. A tarefa histórica que está colocada É A UNIDADE DE TODOS PARA ENFRENTAR O AJUSTE DO GOVERNO DILMA E NESSE CAMINHO CONSTRUIRMOS NOVAS DIREÇÕES COMBATIVAS E AUTÔNOMAS!

## BALANÇO DA DIREÇÃO DA FASUBRA:

Greve de 2012: o primeiro teste da direção. Agora é preparar o caminho é a GREVE GERAL!

Os técnicos das universidades federais tem sido a vanguarda da luta dos servidores, realizamos greves em 2003, 2004, 2005, 2007, 2011, 2012 e 2014. Com esta firmeza conquistamos a paridade entre ativos e aposentados, incentivo a qualificação como parte do salário e etc. E é como este histórico de luta é que nossa categoria tem que ajudar na tarefa de apontar os caminhos para a necessária unificação da nossa luta.

Em 2012, o congresso da Fasubra elegeu uma nova direção. Corretamente, expressando a forte greve de 2011, juntaram-se todas as correntes de esquerda (Conlutas, Vamos a Luta, Unidos pra Lutar, PSLivre e independentes) que não são cúmplices do governo. O eixo central da chapa foi: junto com a



# UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

base mobilizar a categoria para enfrentar o governo e os governistas. Elegemos 11 diretores, sendo os dois gerais, e isso simbolizou a força de uma alternativa de direção, enquanto que os diretores vinculados a direção da CUT e CTB somam 14 diretores. Mas o que determina uma política combativa não é a quantidade de diretores e sim se temos uma política combativa, que confie na força da base e das assembleias e que não rebaixe nossas pautas de luta.

Neste sentido, avaliamos uma direção, seus grupos políticos pelas práticas, pelas posturas diante dos fatos da luta de classe. A greve de 2012 ocorreu poucos dias depois da nova direção da Fasubra tomar posse. A melhor oportunidade, pois depois de 9 anos nós servidores federais saímos a greve, enfrentamos o governo, resistimos a cortes de pontos, processos judiciais, etc. No entanto a maioria dos dirigentes da Federação não estiveram à altura da greve, e tiveram uma política errada ao retirar da pauta a luta contra a Ebserh e ao aceitar a negociação de acordo trianual, desperdiçando assim a oportunidade de uma greve unificada. Infelizmente os companheiros da Conlutas e do Vamos a Luta/Intersindical acabaram concordando com essa política. Somente nós da Unidos Pra Lutar, PS Livre e independente fomos contra essa política.

A inflação nos corroeu nossos salários, ficamos reféns de um acordo trianual que facilitou a judicialização, e especialmente as greves que ocorreram depois foram isoladas, consecutivamente derrotadas. Agora temos uma nova chance de retomarmos a unificação do funcionalismo, e ainda articular com todos os lutadores da classe trabalhadora para enfrentar Dilma.

Infelizmente o que predominou na atual gestão da Fasubra foi uma política de consenso entre a Conlutas, Val, CUT e CTB. Onde a própria direção tem sido substituída por uma comissão política entre as correntes. Esta mesma lógica impôs o funcionamento do fórum dos servidores federais, onde as três centrais tentam a todo custo a substituição das entidades e suas bases. O grave deste método é que se torna refém dos governistas e se rebaixa programa e ações, tendo como melhores exemplos o desfecho da greve de 2012 e a campanha salarial de 2014.

Não nos furtamos em construir unidade, haja vista o que estamos realizando no RJ com as quatro universidades, mas não rebaixamos programa e nem são acordos por cima. Batalhamos pela política, queremos que direção as centrais rompam com o governo e voltem às ruas para enfrentá-lo. Queremos plenárias dos SPF's onde a base possa participar e votar.

É necessário que a Fasubra impulse esta unidade dos SPF's, iniciando pela educação, e que pelos estados pressione para que todo o funcionalismo recomponha as lutas unitárias pela base. **A construção da Greve Geral é o caminho!**

## Uma nova geração de lutadores precisa de apoio

A categoria realizou uma luta heróica na greve de 2014, apesar de isolada. Destaque para os trabalhadores em estágio probatório e os jovens que se incorporaram recentemente a categoria que lutaram com firmeza e não vacilaram diante dos "velhos" dirigentes burocratizados.

São jovens que vem se postulando a lutar organizadamente, e precisam do apoio de todos, juntar a experiência dos mais antigos com a energia explosiva dos novos. Esta é a fórmula pra quem não é atrelado ao governo, não tem cargos nas reitorias e não está encastelado nos aparatos sindicais.

## Faltaram mais ações unitárias e fortes. A unidade nas lutas e nas ruas se faz necessária!

É preciso construir ações mais fortes, ocupar as ruas unificadamente, pois só assim estes governos neoliberais cedem às reivindicações dos trabalhadores.

É fundamental cada sindicato estreitar no dia a dia a relação com o movimento estudantil combativo, e também com os professores e movimentos sociais. Somente em 2014, houve diversas ocupações de reitorias, trancamento de campi e fechamentos de ruas que podiam ter sido uma orientação nacional da greve, mas não foi. Onde houve ocupações se conquistou a maioria das reivindicações. Na UNIRIO, com apoio do DCE e do Sindicato dos Docentes (ADUNIRIO), foi o trancamento dos portões do campus da reitoria que possibilitou a negociação de 4 comissões fundamentais para as lutas na universidade (comissão das 30 horas, comissão da creche, comissão da acessibilidade e comissão de diagnóstico do HU, que foi fundamental para a barracão da Ebserh na UNIRIO). Este e outros exemplos têm que servir de lição para lutas futuras.

As lideranças devem se preparar a partir das oportunidades. Não podemos esperar dois meses pra começar a debater ações mais fortes. Os governos não podem nos ignorar. Devemos dar os prazos pra receber pacificamente, e depois apontar as ações.

## NOSSAS PAUTAS ESPECÍFICAS.

Podemos listar todas as pautas de nossa categoria, pois já vemos votando nas plenárias, e isso temos acordo geral. O desafio é como conquistarmos, e esse é o debate:

- -Empenho permanente pela unificação dos SPF. Greve isolada e um erro.
- -No mínimo, devemos construir uma grande greve da educação, com Andes e Sinasefe.
- -Constituir um fórum entre Fasubra, Sinasefe, Andes e DCE's para defendermos a educação pública e enfrentar a política do governo Dilma,

# UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

- -Manter a campanha contra a Ebeserh até sua revogação, buscando unidade com todos aqueles que lutam contra a privatização da saúde,
- -Jamais permitir que uma direção rebaixe um programa ou pauta sem ampla discussão na base.
- - Contra o machismo, a homofobia, o racismo e todas as formas de opressão.

Nossa mobilização, o amplo debate na base e a unificação é o desafio central.

## EM DEFESA DAS 30 HORAS SEM REDUÇÃO SALARIAL E CONTRA O PONTO ELETRÔNICO !

Fruto de muita luta, muitas universidades mantêm uma histórica conquista que é a carga horária semanal de trabalho de 30 horas, que hoje infelizmente segue ameaçada pela política do governo e dos reitores, através da instalação do ponto eletrônico, e isto tem um único objetivo: obrigar o retorno da jornada de trabalho de 40h semanais nas universidades ou setores que conquistaram às 30h. Neste sentido seguir a luta pelas 30 horas é fundamental, uma luta que deve ser encabeçada pela Fasubra em conjunto com demais entidades do serviço público federal.

## AMPLIAR OS BENEFÍCIOS DA CARREIRA E CORRIGIR AS PENDÊNCIAS!

Entendemos que as mesmas funções, responsabilidade, complexidade, escolaridade, exigem mesmos salários. Outra questão importante, é que se nossa categoria teve poucos ganhos com a carreira, alguns trabalhadores, como o caso dos auxiliares de enfermagem, administrativos, e outros, não tiveram nenhum ganho. Pois nossa carreira foi pensada dentro da lógica da ascensão funcional, mas o governo não admite a ascensão e os trabalhadores seguem sendo discriminados, provocando a divisão dos trabalhadores e gerando muita insatisfação.

A Fasubra tem lutar por resoluções concretas que ajude o incentivo para estudar, com liberação de carga horária do trabalho para este fim; programa de bolsas de pós-graduação, liberação de vagas na graduação destinadas aos servidores, programa do EJA.

## LUTAR PELA DEMOCRACIA DENTRO DAS UNIVERSIDADES

As universidades ainda têm um ranço forte de autoritarismo e de hierarquização de seus segmentos. A Fasubra precisa pautar sua luta num avanço da democracia dentro das

universidades, com forma de garantia de direitos e a partir disso defender:

- O debate político sobre a acessibilidade das universidades. Não só com um viés de garantir acesso às pessoas com algum tipo de deficiência, mas sim o acesso a todos! Como debater democracia se nem todas as pessoas têm acesso ao seu local de estudo ou de trabalho?

- Paridade real nas consultas de eleição de reitor e vice-reitor, no caminho da eleição direta para os mesmos, incluindo demais membros da diretoria.

- Paridade real nos conselhos superiores.

- Defesa profunda da autonomia universitária.

### NOSSA PAUTA:

- - **Construir a Greve Geral unificada do serviço público federal, pelo Índice linear de 27,3%!**
- - **Unificar e fortalecer as lutas para derrotar o Plano de ajuste de Dilma/Levy!**
- - **Pela revogação do FUNPRESP e da EBSERH !**
- - **Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores e aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores**
- - **Lutar pela Anulação da Reforma da Previdência;**
- - **Pela isonomia de salarial e de todos os benefícios entre os poderes;**
- - **Pela radicalização da democracia nas Universidades e no serviço público, de um modo geral, com atenção especial ao debate sobre a acessibilidade, a paridade entre os segmentos e defesa da autonomia. Rumo a eleições diretas das chefias;**
- - **Pela descriminalização da luta e dos movimentos sociais. Pela anistia, extinção dos processos e fim das perseguições de todos os presxs políticxs;**

## UNIFICAR OS QUE LUTAM PARA DERROTAR O AJUSTE ECONÔMICO DE DILMA / LEVY

- - *Na luta contra o assédio moral, o assédio sexual, a homofobia, o racismo, o machismo e todas as formas de opressão aos trabalhadores.*
- - *Incorporação de todas as gratificações produtivistas;*
- - *Concurso público pelo RJU. Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores. Combate a toda forma de privatização;*
- - *Incorporação de todas as gratificações produtivistas;*
- - *Concurso público pelo RJU. Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores.*
- - *Paridade Salarial entre ativos, aposentados e pensionistas.*
- - *Auditoria e Suspensão do pagamento da dívida, que esse recurso seja revertido para as áreas sociais!*
- - *Abaixo os tarifas, sejam de transporte, energia elétrica, etc.*
- - *Exigimos da CUT e das outras centrais que rompam com o governo e apoiem impulsionem as lutas!*

## PSLivre



### PENSAR E AGIR NA LIBERDADE

#### Pensamento Sindical Livre

#### **Pensamento Sindical Livre: uma articulação de independentes**

***"Caminante, son tus huellas el camino y nada más; caminante, no hay camino, se hace camino al andar."*** Antonio Machado

A FASUBRA, desde sempre, é um espaço plural. Ali se articulam e se movem politicamente vários grupos, muitas tendências de pensamento, inúmeras forças organizadas. Por vezes, essas forças se unem, se expandem, se esfacelam, sempre ao sabor do clima político. Neste caldo de lutas existem também aqueles que prezam e pregam o pensamento livre. Que não aceitam ficar amarrados em correntes ou grupos que não respeitem a autonomia das pessoas. São os chamados independentes ou autônomos. Atuam politicamente, participam dos debates, formulam ideias, tomam posições, mas sempre mantendo a liberdade de observar e ler o mundo unicamente sob a ótica da maioria dos trabalhadores, sem amarrações ou compromissos com partidos políticos.

Por conta disso, de forma natural, pessoas com pensamento similar tenderam a se agrupar em discussões conjuntas. Por isso, o grupo que aglutinava independentes e autônomos começou a discutir ideias, sempre com o intuito de traçar estratégias de luta sobre todo e qualquer assunto relacionado aos interesses dos trabalhadores e/ou dos povos de uma forma em geral, sem se preocupar em seguir qualquer cartilha de partido político ou das suas correntes organizadas dentro do movimento sindical.

E foi com esta proposição, de buscar construir um mundo verdadeiramente diferente, mas tendo como base as práticas pessoais que se fazem no cotidiano, que esse pequeno grupo foi se consolidando. Cansados de ver membros da direção da

FASUBRA seguir seu caminho inexorável de apoio governamental, e indignados com a apatia e o conformismo que campeia no movimento político-sindical, começaram a buscar, de forma organizada, respostas adequadas ao momento conjuntural que exige ousadia, trabalho, estudo e capacidade de aglutinação. Foi assim que nasceu, de parto natural, o Pensamento Sindical Livre, um grupo de livre-pensadores, que debatem e divergem, mas sempre com um objetivo comum: chegar a respostas concretas e viáveis para a luta dos trabalhadores.

Assim, construíram uma rede de intercâmbio de ideias, projetos e vivências cujo compromisso é com a luta e não com interesses pessoais ou de aparelhos burocráticos. A busca pelo poder se dá na medida em que pratica o "poder obedencial", ou seja, aquele que emana da base dos trabalhadores.

O pressuposto básico é o livre direito de pensar e de divergir. Mas sempre de forma respeitosa e sincera. Sem hipocrisias, almejamos sim ocupar cargos de direção, porque é na direção nacional do movimento que podemos facilitar os caminhos para transformações, mas este não é o fim último. Não queremos a perpetuação de oligarquias sindicais e sim dirigentes que se movam verdadeiramente articulados com os anseios da base. Como já ensinava Sun Tzu, há cinco mil anos: conhecer o adversário é o primeiro passo para se vencer uma guerra. Por isso seguimos fazendo o enfrentamento sistemático com o governo, sem vinculação partidária. Temos claro que o nosso compromisso primeiro é com os trabalhadores e não com nossas querelas pessoais ou particulares, ou ainda com as mesquinhas da pequena política.

Os independentes e autônomos articulados no PSLivre não tem nenhum outro compromisso que não a luta dos trabalhadores e a construção do socialismo. Para isso estaremos sempre unidos e coesos. Mas, reservam-se ao direito de exercer seu livre pensar longe das amarras que sufocam membros de coletivos sectários e internistas. Todo e qualquer espaço onde a vida dos trabalhadores estiver em discussão, lá estará o PSLivre. Porque é fundamentalmente livre.

A arte da política é uma das mais dignas que o ser humano pode criar. Inventar mundos, disputar o poder hegemônico, propor novas formas de organizar a vida, mas sempre dentro de um paradigma em que os interesses coletivos fiquem em primeiro lugar. Esse deve ser o norte de quem realmente está imbricado na proposta de mudar o que aí está. O PSLivre é duro na crítica, exigente na postura mas capaz de ser fraterno e companheiro na divergência. Nas fileiras dos que pensam livremente a vida está o exemplo cotidiano de dedicação, estudo e trabalho. Sem uma práxis nova não haverá sindicalismo novo. O PSLivre quer estar à frente deste debate, construindo essa nova práxis, fugindo dos oportunistas e tendo como meta a vitória dos trabalhadores.

**Adivinhar é o dever dos que pretendem dirigir para ir adiante dos demais, é preciso ver mais que eles.**

**José Martí**

**Recursos do país. É esse compromisso, mais do que a corrupção, que empobrece o país.**



## CONJUNTURA

O ano de 2015 começa sob o signo de mais violência, intervenções militares e crise nos espaços periféricos do planeta. Até aí nenhuma novidade, uma vez que é da natureza do capitalismo demarcar bem as duas faces da sua moeda: um centro desenvolvido e rico, com uma periferia dependente e super explorada. Vez em quando, por múltiplas causas, a periferia consegue avançar em algumas áreas, mas, em pouco tempo, o ciclo da recessão e do atraso volta a se manifestar. Porque, segundo já apontaram teóricos fundamentais como Marini, Gunder Frank e Vânia Bambirra, o chamado “desenvolvimento” que se manifesta esporadicamente em alguns países da periferia nada mais é do que o desenvolvimento do subdesenvolvimento, gerando algumas ilhas de modernidade enquanto deixa a conta para parcelas enormes da população. Quem paga é sempre o trabalhador, o pobre.

## INTERNACIONAL

*Em nível internacional o destaque está para a crise no Oriente Médio, a partir do crescimento do Estado Islâmico, um grupo extremista que agora ganha importância por suas ações violentas e execuções sumárias e espetaculares. Surge no Iraque, fruto das tensões internas pós-invasão estadunidense. Muitos analistas internacionais insistem em dizer que o grupo foi incentivado pelos próprios Estados Unidos e inclusive armado pelos EUA e Israel. Na verdade, um foco de conflito para respaldar ações contra os governos de países como Síria, Líbano e Jordânia. A mesma velha tática do serviço de inteligência dos Estados Unidos, perito em inventar mentiras bem concretas – como é o caso do grupo islâmico, que é real – para poder dar vazão às suas intervenções pontuais.*

*Hoje, com o ataque à revista francesa Charlie, pode-se perceber um avanço significativo de ações e programas contra os estados do oriente médio, mais concretamente contra os que não se alinham à política estadunidense.*

*Como se sabe, a guerra é uma política econômica bastante utilizada para melhorar a produção interna dos EUA, movimentando milhões de dólares na indústria de armamento e, depois, outros tantos milhões junto às empresas de construção que são chamadas a construir o que os exércitos “aliados” destruíram. Um negócio sem perdas. O que se vai são as vidas, mas a dos “desimportantes”, como árabes muçulmanos. E assim, enquanto avançam contra os “inimigos” do Oriente, os EUA e a Europa fortalecem o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), que é a aliança política e*

*econômica que reúne os países amigos como Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã. Tudo em nome do petróleo.*

*Ainda na senda do projeto de dominação dos campos petrolíferos, os governos dos países centrais armam e fomentam grupos como o Boko Haran, na Nigéria, país de grande potencial de petróleo, em constante conflito pautado por massacres e ações aparentemente religiosas, mas que escondem os interesses econômicos espúrios. Na América do Sul o inimigo é a Venezuela que atualmente passa por uma guerra econômica de grandes proporções, bem ao estilo da que foi promovida no Chile antes do golpe que matou Allende e mergulhou o país numa violenta ditadura militar. Não bastasse o financiamento de grupos desestabilizadores que chegaram a realizar violentos combates em 2014 nas chamadas “guarimbas”, agora, a burguesia venezuelana, que detém o controle da distribuição de produtos e bens, vem provocando seguidas falta de produtos básico, escondendo produtos, gerando o terror e o medo entre a população, o que a leva a sofrer nas longas filas esperando comprar um produto que a televisão diz que vai faltar.*

*Grande parte dos empresários e economistas tem chegado a uma conclusão comum: 2015 não será um bom ano para a economia brasileira. Os motivos são muitos e todos estão ligados aos equívocos cometidos pelo governo federal, resultados da “nova matriz econômica” — como ficou conhecida a política econômica adotada pela presidente Dilma Rousseff (PT), em 2011. Devido a isso, o governo precisará fazer fortes reajustes para que o Brasil não sofra com uma grande crise.*

*Toda essa movimentação de “combate ao terrorismo” aquece a economia dos Estados Unidos e arrefece também a crise europeia que já dá sinais de melhoras nos países mais ricos.*

*A outra força de poder que se fortalece a cada dia é a China, com níveis de crescimento elevado e alianças que desequilibram a hegemonia do bloco EUA/Europa. Aproximações com a Rússia e com os países da periferia que apresentaram bons índices de desenvolvimento como o Brasil, Índia e África do Sul apontam novos blocos, quebrando as pernas do império. A outra face da moeda dessa nova configuração é que a China vai abocanhando fatias imensas da riqueza dos países periféricos e, a verdade, o que se apresenta é só uma mudança de credor, com uma ou outra vantagem comparativa. Ainda assim, os países da periferia seguem se endividando e mantendo os pagamentos das dívidas, no mais das vezes em porcentagens gigantescas, deixando de investir em áreas estratégicas como saúde, educação, segurança alimentar. Assim, mudam algumas peças do tabuleiro, mas a lógica da dependência segue sem maiores mudanças.*

Mesmo no bloco latino-americano, fomentado por Hugo Chávez, e que segue se reunindo e atuando em conjunto, o que se percebe é uma política tímida no que tange à manutenção da soberania. Empresas estrangeiras de mineração têm fincado raízes em quase todos os países da América Latina, criando conflitos profundos com as comunidades indígenas, ribeirinhas e camponesas, como é o caso do Equador, Peru e Brasil. Os mega projetos seguem a todo vapor, endividando os países e provocando muita destruição humana e ambiental. Neste aspecto a China entra com todo o poderio do capital na vizinha Argentina.

A mudança de planos dos Estados Unidos com relação a Cuba é outro dado importante da conjuntura. Barak Obama reconheceu que pelo bloqueio e pela ação do terrorismo pontual não foi possível estrangular a ilha socialista. Agora, derrotado na política de ataque direto, os Estados Unidos quer reatar as relações diplomáticas e comerciais, atuando novamente por dentro, através de suas embaixadas, buscando minar as conquistas da revolução. Vai depender muito da posição do governo de Cuba e do povo cubano a resistência a essa nova forma de combate dos EUA. Num primeiro momento, o reconhecimento da incapacidade de vencer Cuba, foi uma grande vitória para a revolução e para o povo cubano. Agora, nos novos marcos da relação com os Estados Unidos é que vai medir a força do processo construído desde 1959.

## NACIONAL

No terreno nacional o ano de 2015 se anuncia como um ano difícil. Terminada a guerra eleitoral, quando toda a campanha petista se deu a partir da ideia de não voltar a um passado de pobreza, fome e desencanto, o que a população brasileira percebeu é que foi campo de um tremendo estelionato. Todas as promessas feitas na campanha ficaram no chão a partir da escolha do novo gabinete de ministros. Os ministérios mais importantes e influentes ficaram na mão da direita. Na Agricultura manda o agronegócio, a partir de sua representação mais virulenta: a latifundiária Kátia Abreu, conhecida como Miss Motosserra. Toda a área econômica está sob o controle dos neoliberais: Na Fazenda, Joaquim Levy, um banqueiro que já pertenceu aos quadros do FMI e do BID, além de integrar o governo de FHC. Alexandre Tombini (que também já foi da direção do FMI), no Banco Central. No Planejamento e Gestão, Nelson Barbosa que passou parte de sua vida ensinando nos Estados Unidos. No desenvolvimento, um representante da Confederação Nacional de Indústrias. E por aí vai. A lista é grande.

Isso denota o caráter orgânico da burguesia nos destinos da nação e o compromisso da presidente Dilma com os interesses da classe dominante. Um ou outro cargo de menor importância ficou na mão de políticos ligados à centro-esquerda, mas que não tem qualquer peso na balança do poder. O PT hoje é um partido da ordem. Há ainda o discurso de erradicação da

miséria e políticas públicas para os mais pobres que são interessantes, entretanto até isto está ameaçado, pois o governo irá fazer um pente fino em todos os seus programas assistenciais. Portanto nada perturba a concepção conservadora do governo, vide quadro de ministros. Logo, não pode haver qualquer ilusão de que esse governo possa avançar nas questões sociais e estratégicas.

Na Educação, campo que nos interessa sobremaneira, o ministro é Cid Gomes, aquele que quer que os professores trabalhem por amor. A partir daí já se pode intuir o que está porvir no campo do serviço público. O mantra do “apertar os cintos” já está ecoando. O país apresenta sinais de desaceleração do crescimento, a inflação aumenta, a indústria está em retração e há uma baixa taxa de investimento. Bens estratégicos como água e eletricidade já tiveram aumento, impostos também sobem, taxas de juros mais altas endividam ainda mais a população. Após os primeiros anúncios de aumento de água e eletricidade, já vieram outros, com o agravante de que na região Sudeste e Centro-Oeste poderem ter racionamento de água e eletricidade. Virão novos apagões. Os números mostram que a taxa de crescimento/país vai ficar em 1,4%, o que pode ser uma das menores dos últimos anos. Os economistas preveem dias difíceis e o governo disparou alguns cortes no orçamento. Ninguém precisa ser muito esperto para saber onde esses cortes serão efetuados. Já nos primeiros dias o governo anunciou diminuição de direitos como saída para melhorar suas finanças, o que denota a decisão política fundamental que é a do pagamento religioso da dívida, aplicando o ajuste para os trabalhadores. O Brasil aprofunda sua dependência, favorecendo a burguesia comercial e agrária. Os trabalhadores pagarão a conta dessa política.

Considerando que o serviço público – especificamente o campo da Educação/Fasubra – ainda tem valendo o rebaixado acordo feito há três anos, que escalonou aumentos de 5% até 2015, nada além disso se pode esperar. O discurso de uma “pátria educadora” não se coaduna com os atos. Se não há uma mudança estrutural no país, nenhuma educação pode ser transformadora. A educação só muda se a política muda. Se a maioria dos investimentos já está comprometida com o agronegócio, com a indústria e com o pagamento da dívida, de que pátria educadora fala esse governo? Certamente de uma educação bancária, como já analisou Paulo Freire, incapaz de emancipar. É a educação rasa, que apenas serve para que o sistema siga se reproduzindo. Nós da educação temos que ter isso muito claro, para não cairmos no embuste de palavras de ordem fáceis.

## OBSERVAR OS ATOS É FUNDAMENTAL.

Os informes econômicos internacionais também fazem a sua parte, causando desconfiança nos empresários que pensam em investir no país. O relatório Doing Business 2014, publicado pelo Banco Mundial, por exemplo, ao avaliar 189 países e a facilidade em fazer negócios em cada um deles, colocou o Brasil na 116ª posição. Ficou abaixo da média da América

*Latina e Caribe, que pontuou na 100ª posição, e bem abaixo de países latino-americanos, como Chile (34ª), Colômbia (43ª) e México (53ª). O país também ficou atrás de Rússia (92ª) e China (96ª) — dos Brics, somente a Índia ficou atrás do Brasil, na 134ª posição. Diante disso e com um gabinete econômico de corte neoliberal, é praticamente certo que a equipe econômica brasileira dará muito mais ouvidos a esses relatórios produzidos por entidades nocivas, como é o caso do Banco Mundial, promovendo políticas recessivas.*

*Sobre a crise na Petrobras e toda a corrupção que hoje se investiga, não há maiores novidades. Desde o governo de Fernando Henrique essa empresa vem se desnacionalizando, se privatizando e isso contribui para que essas sangrias aconteçam. Essa mega-corrupção que aparece não está subscrita ao governo Dilma, ela atravessa vários governos brasileiros. A corrupção é um dado estrutural da política e evidencia o caráter parasitário do empresariado brasileiro, sempre procurando tirar tudo do estado que ao mesmo tempo diz querer ver “mínimo” (lógica neoliberal). Mínimo para os trabalhadores, máximo para a burguesia. De qualquer forma se a esquerda em geral não entender que a grande corrupção está fincada no sistema financeiro e no sistema permanente de renegociação da dívida, haveremos de ficar esgançando e denunciando pequenos e grandes esquemas que desviam o foco do que é mais danoso para a nação, ou seja, o fato de quase a metade do orçamento vai para pagamento da dívida e que os infinitos processos de renegociação vão sugando ainda mais os recursos do país. É esse compromisso, mais do que a corrupção, que também contribui que empobrece o país.*

*Assim, em pequenas pinceladas, esse é o quadro que nos aguarda para 2015. O governo deverá travar uma guerra contra a população, contra os trabalhadores, com um aperto muito mais forte no serviço público. Como movimento sindical ainda adormecido e domesticado desde o governo Lula, será necessário um trabalho muito árduo para recuperar a capacidade de luta e resistência às políticas de cunho neoliberal que voltam com força, de dentro do governo brasileiro. O movimento sindical precisará sair de suas lutas intestinas e desagregadoras, encontrando caminhos novos para a conquista de direitos. As novas gerações que hoje conformam quase a maioria da base da Fasubra precisam ser conquistadas para a luta que se faz necessária, mas isso não vai acontecer se as práticas continuarem sendo as que vivenciamos nas últimas décadas. A universidade brasileira precisa dar um giro, sendo motor de mudanças. Mas, isso não vai acontecer se não formos capazes de reencantar os trabalhadores para a resistência e para a construção dessa outra universidade, ainda não alcançada. E que só virá se tiver um corpo de trabalhadores em condições de fazer a crítica, fugir das amarras da cooptação e propor novas formas de luta que coloquem a sociedade a nosso favor. Para que isso aconteça também a Fasubra precisa mudar. Um longo processo de autocritica na federação é tão urgente quanto a*

*batalha que temos de travar contra um governo que serve ao conservadorismo e a burguesia.*

## GOVERNO DILMA, A VACA FICOU TUBERCULOSA DE TANTO TOSSIR, COMO TOSSE A VAQUINHA.

*Desde o dia 22/12/2014, quando da apresentação da MP 664/2014 que cortou violentamente as pensões pela metade, criando novas regras draconianas para o Auxílio Saúde e Seguro desemprego, ficou claro o viés ultra neoliberal do governo Dilma (PT), quando anunciaram algumas medidas, como o Remédio amargo com dose cavalari para a classe trabalhadora e a certeza que diferente do que afirmava durante a campanha a vaca ficaria tuberculosa.*

*Pouco antes do início do seu último mandato, ficou claro que a classe trabalhadora pagaria toda a conta da Copa do Mundo, toda a conta dos roubos na Petrobras e toda a falta de investimentos públicos na infraestrutura básica do país e, em especial, nos reservatórios de água para geração de energia elétrica do país.*

*Com o ano novo (2015), a presidente Dilma (PT) tomou posse e logo montou uma equipe ministerial capitaneada por Joaquim Levy, o mesmo que ajudou a escrever todo o receituário econômico do PSDB, tendo inclusive, recebido elogios explícitos do Arminio Fraga e tendo como como fiéis escudeiros a Katia Abreu Motosserra e o Cid Amor Gomes.*

*Logo na sequência, o governo Dilma (PT) elevou violentamente a tarifa de luz que um ano antes ela deu descontos generosos, sinalizando de forma eleitoreira e irresponsável para a população, que o consumo estava livre, usem e abusem. Agora, colhemos os frutos da irresponsabilidade eleitoreira, com aumento generoso da tarifa elétrica, reservatórios vazios e com risco eminente de apagões.*

*Tivemos ainda, corte de 31% em todos os ministérios, onde 7 bilhões couberam a educação, isto tudo, na pátria educadora como pregou Dilma no seu discurso falacioso da sua posse. Continuando com o receituário recessivo, aumento do preço dos combustíveis, tudo regado a desvios na Petrobras. Aumentaram também a taxa de juros básico, o IOF e outros impostos que incidem diretamente no consumo e por consequência na inflação, arrojando ainda mais a classe trabalhadora para os próximos anos, tudo isto sem taxar as grandes fortunas.*

*Enfim, colhemos os frutos do estelionato eleitoral de 2014, temos como única saída a luta de classe, povo nas ruas e ocupações de tudo que é nosso. Temos que conquistar corações e mentes, nos conscientizando de vez que: **“Governo bom só existe para os mensaleiros, petrolões e sangnessugas do capital.”***

*A luta se faz necessária, temos que reagir aos desmandos do governo neoliberal de Dilma (PT) e para sobrevivermos, só nos*

restará a luta para nos redimir das maldades do governo e a vaquinha amestrada do grande capital, tosse, tosse e tosse...

## CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INTERNACIONAL PARA FASUBRA SINDICAL

Os aliados de uma entidade no plano internacional não são apenas siglas que inserimos em nossos textos. Elas devem estar também aliadas aos pressupostos de luta que comandam a nossa entidade nacional. Partindo dessa premissa, perguntamos: Qual é a política internacional da FASUBRA? O que ela defende e quem ela defende? Você sabe responder estas simples perguntas?

CEA (Confederação dos Educadores da América), ISP (Internacional de Serviço Público) e outras entidades internacionais não passam de uma fração deste debate sobre o qual, aliás, sequer foi feita uma discussão com um mínimo de profundidade até os dias de hoje, exceto a CONTUA (Confederação dos trabalhadores e trabalhadoras das universidades das Américas), a qual ajudamos a construir no cenário internacional. Portanto, temos que investir na mesma, mas, com critérios e razoabilidades financeiras.

Para piorar, entre os anos de 2009 e 2015, nunca se viajou tanto para o exterior, perguntamos: Qual foi o resultado prático para a categoria destas viagens, nas quais os gastos ultrapassaram a cifra dos R\$ 450 mil reais aos cofres da federação? **Podemos garantir a todos que só teve resultados para os próprios viajantes, nada dos debates chegou ao conjunto da categoria, o retorno foi zero.** E, pior, foram financiados por essa que é a categoria mais pobre do serviço público federal.

Nós, do PSLIVRE, acreditamos que apenas internacionalizar, de forma ritual, através de uma entidade, o movimento sindical, pode não ser sinônimo de participação no movimento operário internacional. Sabemos que criar uma política internacional não é nada fácil, ainda mais dado a crescente profusão de ideias e articulações no campo sindical internacional, bem como, dentro da nossa própria federação.

Lembramos que o internacionalismo não admite fronteiras, enquanto os sindicatos ainda se dividem entre dezenas de correntes e tendências, muitas vezes antagônicas. Isso só se modificará com os anos através de muita conscientização e luta, pois ainda pagamos o preço da despolitização e da falta de uma consciência de classe dos últimos 40 ou 50 anos. Uma das perguntas que sempre nos fazemos é: "Até que ponto o sequestro da Revolução Russa pela burocracia comunista liderado por Stalin é um exemplo clássico desta desordem atual dentro dos movimentos nacionais e internacionais?" Até quando vamos reproduzir modos de pensar e agir que já não encontram vínculo com a realidade atual?

Enfim, indicamos a imediata construção de uma política internacional para a FASUBRA com normas verdadeiramente

rígidas e não aquelas que foram aprovadas na Plenária e que sequer foram cumpridas de tão brandas e casuísticas que foram. Indicamos a criação de um GT com a participação das bases, com ampla discussão sobre os princípios e planos de lutas dessas entidades, e que até o findar dos trabalhos todas as viagens fiquem suspensas. Ao final da discussão, com informação e debates, a política sobre a participação em entidades internacionais tem que ser aprovada no máximo em seis meses após o XXII – CONFASUBRA e tem que ser baseada numa sociedade socialista, livre, sem amarras partidárias e que seja de fato ligado aos movimentos socialistas operários. Importante ressaltar que ao exigirmos a não vinculação aos partidos, isso não significa que não tenhamos claro a importância dos partidos na vida de todos. Insistimos é no não aparelhamento partidário das instâncias do movimento sindical que, como se sabe, representam pessoas de várias tendências.

Sabemos que pode até ser uma utopia do PSLIVRE a construção da política internacional para federação, mas, vamos insistir neste debate até para podermos justificar tantas viagens internacionais que foram feitas nos últimos cinco anos, mais de **45 viagens, totalizando numa estimativa por baixo algo em torno de mais de 550 mil reais, sendo 27 só neste mandato (2012-2014), totalizado mais de 300 mil reais.**

Afirmamos que para construir esta política internacional temos que ir além de Marx, pois o problema prático é reinventar uma política que zele pelo socialismo livre e democrático a partir do movimento sindical, desatrelado dos partidos políticos e subordinado única e exclusivamente as nossas bases e as classes operárias do Brasil e do mundo. Além disso, é de fundamental importância que os filiados, nas categorias de base possam conhecer profundamente o trabalho dessas entidades e decidir democraticamente pela sua participação.

## TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, A LUTA POR UMA NOVA CARREIRA E AS CORREÇÕES DA CARREIRA ATUAL (PCCTAE).

A luta dos técnico-administrativos por uma carreira veio desde a construção do Plano de Cargos Único, idealizado pela categoria mas ceifado pelo governo nas negociações da greve de 2003, onde o governo apresentou uma esparrela de recursos à categoria e o PCU teve seus princípios quebrados servindo de pano de fundo para a construção do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE.

Implantado em 2005, o PCCTAE, como substituto do PCU, se apresentava como resgate da identidade do trabalhador das universidades, mas trouxe em seu bojo mudanças que acabaram por criar conflitos internos e graves problemas de gestão nas universidades, sem contar a enorme demanda política e judicial das entidades sindicais. Passados mais de 10 anos desde a implementação da lei 11091-2005, as demandas



*não diminuem, aliás, aumentam cada dia as mazelas de uma carreira limitada.*

*Novamente, nós do PSLIVRE, empreitamos na discussão da carreira, um discurso crítico que se iniciou antes mesmo da implantação efetiva do referido plano de cargos. As discussões não cessaram desde então e os problemas foram aumentando de tamanho, abarrotando a pauta de reivindicações e nas políticas de luta da Fasubra cada dia aparecem novas demandas surgidas de falhas do PCCTAE.*

*No entanto, para o PSLIVRE a maior falha do projeto e principal causador das insatisfações é o princípio de carreira estática, sem acessão, um amontoado de cargos sem movimentação, a verdadeira carreira pede ascensão e a quebra dessa condição nos distancia da carreira na verdadeira acepção da palavra.*

*Entendemos que não adianta quebrar step, mudar interpolação, alterar a estrutura sem mexer no cerne da questão que é pensar uma nova carreira, os mecanismos de progressão não atendem a contento, um exemplo é a estrutura atual o servidor atinge o teto com 22,5 anos, ficando oito anos estagnados já que somente a aposentadoria se dá a partir de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homem). Como demonstrado são várias as demandas, step, interpolação, aumento dos níveis de capacitação e progressão, racionalização dos cargos de forma justa, correção do enquadramento dos aposentados, de ascensão funcional, por que não?*

*A partir dessa tese colocamos em cheque esse arremedo de carreira aí posta. Questionamos se não era melhor rever a divisão de classes imposta pelo PCCTAE, éramos três e dividimos por cinco, deu no que deu, aí começaram os conflitos. Os antigos níveis de apoio e médio foram repartidos em A, B, C e D. Já o Nível Superior, ou NS foram transpostos para a nova classe E o que não criou maiores danos em relação a racionalização.*

*As Comissões Internas de Supervisão, criadas com a prerrogativa de acompanhar a implementação da Lei e propor alterações para seu aprimoramento ainda não tiveram o reconhecimento devido por parte da Federação. Os documentos advindos dos diversos encontros regionais e nacionais dessas Comissões sempre foram ignorados, e ainda falta interlocução destas, com a Comissão Nacional de Supervisão.*

*Nos últimos dois anos, foram incontáveis reuniões de negociação com o MEC e Planejamento acordos, grupos de trabalho e comissões que não deram em nada. Enrolação que nos levou à greve de 2014. Greve judicializada, pelo governo Dilma que não negociou nenhum item de nossa pauta, tão pouco cumpriu o acordado com a justiça que determinou o retorno ao trabalho mas também exigiu negociação com a categoria, o que não ocorreu.*

## RACIONALIZAÇÃO DOS CARGOS

*Ignorando o artigo 18 da lei 11091/05 – PCCTAE, o governo insiste em não mover em nada para promover a racionalização dos cargos, várias reuniões de negociação e também da CNS discutiram o tema, no entanto, sem nenhuma conclusão. Apesar dos sólidos argumentos apresentados na mesa de negociação e nos grupos de trabalho, o tema esbarra na política do governo, do Estado Mínimo, da Terceirização.*

## REPOSICIONAMENTO DOS APOSENTADOS

*O reposicionamento dos aposentados consta em nossa pauta desde 2005, quando no enquadramento considerou-se apenas o tempo de efetivo exercício no serviço público federal, deixando os aposentados em padrões salariais na nova tabela bem abaixo do equivalente no PUCRCE.*

*Ao considerar apenas o tempo de efetivo exercício no serviço público federal, foram deixados de fora os outros tempos adquiridos pelo servidor, inclusive a licença prêmio que apesar de ser reconhecida pelo RJU como tempo efetivo não foi considerada para o enquadramento.*

*Em contrapartida, outras carreiras do executivo, como a lei da cultura, dos hospitais das forças armadas e do magistério de primeiro e segundos graus constavam dispositivos para garantir aos aposentados e pensionistas o nível equivalente à tabela anterior. Ou seja, houve a preocupação em resguardar o direito adquirido quando da aposentadoria. Da mesma forma, a carreira docente, em discussão no Andes já consta em sua minuta o artigo a fim de garantir esse direito aos aposentados.*

*Não bastasse esse enquadramento rebaixado, os prejuízos dos aposentados na carreira não ficam por aí. A começar pelos cursos de capacitação que quando feitos no período de atividade do servidor aposentado não tinha padronização da carga horária exigida no PCCTAE, portanto, os aposentados também não evoluíram nos níveis horizontais da tabela (I, II, III, IV). Já em relação ao Incentivo a Qualificação o prejuízo ainda foi maior, pois nem todos tinham oportunidade nem incentivo para completar a educação formal.*

*O PSLIVRE luta pela reparação dessa dívida com os aposentados do PCCTAE nos moldes que foi reparado na lei da cultura e lei das forças armadas, onde foi resguardado o direito de manutenção dos aposentados na posição equivalente ao tempo conquistado ao longo de sua longa história laboral.*

## Extensão do Anexo IV

*Em que pese termos obtidos a vitória na possibilidade do somatório das cargas horárias de cursos de capacitação, nossa vitória não foi completa quando o governo insiste em barrar esse reconhecimento para os aposentados, quebrando a paridade e as promessas na mesa de negociação da greve. Lutamos pela extensão dos efeitos da alteração no anexo IV aos aposentados.*

## RSC – RECONHECIMENTO DOS SABERES E COMPETÊNCIA

O R.S.C. reconhece os conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das atividades realizadas no ensino, pesquisa e extensão. Esse tema ainda não foi debatido pela FASUBRA mas o CONIF e O SINASEF já defendem a extensão desse reconhecimento aos técnico-administrativos.

### **A luta continua.....**

Nesses balizadores nossa intervenção sobre o tema CARREIRA deve ser orientada no sentido de traçarmos nossas próprias diretrizes para um novo estudo, do ponto de vista dos trabalhadores, mas paralelo a essa discussão, que apenas se inicia defendemos a correção das mazelas e prejuízos instaurados pela falta de aperfeiçoamento do PCCTAE e assim estabelecermos critérios mínimos de negociação defendendo a CARREIRA no real sentido da palavra, garantindo a paridade entre ativos e aposentados e sem discriminação entre as classes e cargos, sejam estes últimos, extintos ou não.

### **Jornada de 30 horas, a luta dos trabalhadores desse milênio.**

A luta pela redução da jornada de trabalho confunde-se com a própria história de luta dos trabalhadores. Afinal o marco dessa história, primeiro de maio de 1886, tinha como principal ponto de reivindicação, a redução da pesada carga horária imposta aos trabalhadores à época.

No Brasil, remota a 1907 a primeira grande greve geral reivindicando a redução da jornada para oito horas diária, mas somente em 1988, após uma intensa movimentação dos metalúrgicos, a jornada máxima de trabalho é reduzida oficialmente para 44 horas semanais na Constituição promulgada naquele ano. Portanto, como se pode constatar a última grande revisão na jornada de trabalho ocorreu há mais de 25 anos, entretanto esse tema permeia os planos de luta dos trabalhadores pelo mundo a mais de um século.

No serviço público a jornada é regulamentada pela lei 8112-1990 o Regime Jurídico Único - RJU. Em seu artigo 19, o RJU estabelece jornada de 40 horas semanais, bem como os limites diários, mínimos de seis e máximo de 8 horas trabalhadas.

Nas Instituições Federais de Ensino – IFES coexistem jornadas diferenciadas para algumas profissões regulamentadas, como médicos, assistentes sociais, jornalistas entre outros com os demais servidores. De maneira geral a jornada dentro das IFES é regulamentada pelo decreto federal 4836/2003 e pela portaria MEC número 1497 de 4 de dezembro de 2008, que estabelece competências das autoridades Universitárias para estabelecer flexibilização da jornada no âmbito da instituição.

A adoção de nova jornada significa melhoria da condição de trabalho, garantindo melhor qualidade de vida, redução dos

índices de doenças relacionadas ao trabalho e aposentadorias por doenças incapacitantes. Ademais essa melhor condição dos trabalhadores reflete no melhor atendimento ao público e aumento da eficácia e eficiência no trabalho.

Críticos fixados pela Organização Internacional do Trabalho para cálculo da jornada de trabalho levam em consideração o favorecimento da saúde do trabalhador, a segurança no trabalho, a compatibilidade com a vida familiar, a promoção da igualdade de gênero, e o reforço da produtividade.

A Universidade, e o serviço público de maneira geral, ganha mais eficiência com maior período produtivo do trabalhador. O trabalhador ganha tempo no deslocamento, na vida em família, no lazer. O serviço público ganha com ampliação do horário de atendimento a população.

A constante modernização do trabalho e dos meios de produção contrasta com uma jornada de trabalho massacrante, obsoleta, estagnada há quase meio século.

Implantar a jornada de 30 horas nas Universidades significa ampliar a lista das categorias de trabalhadores com redução da jornada, abrindo espaço para extensão desse direito junto aos demais trabalhadores, fortalecendo a luta contra os interesses desumanos do capitalismo, garantindo uma “melhor valia” de nossa força de trabalho.

## **AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO GREVISTA DE 2011 (RETROSPECTIVA DA NAU ABANDONADA PELOS GOVERNISTAS).**

Nós, do PENSAMENTO SINDICAL LIVRE (PSLIVRE), depois de vários debates internos podemos avaliar categoricamente que o movimento GREVISTA de 2011 foi marcado pelo abandono de boa parte das direções, o que, conseqüentemente se configurou como uma traição a toda nossa categoria, traição esta praticadas pelas forças cutistas como a Tribo e o RESSIGNIFICAR, quando saíram no meio da greve para simplesmente blindar o governo, voltando uma semana depois a mando da maioria esmagadora das suas bases.

Essa foi uma blindagem servil nunca vista nos 33 anos de história da FASUBRA Sindical, algo inimaginável num processo de luta dos trabalhadores, pois de forma aberta eles protegeram o governo neoliberal do PT, adepto das privatarias e de outros desmandos típicos do tucanato.

Tamanha traição não merece o perdão dos trabalhadores, pois os dirigentes abandonaram a categoria para proteger um governo reacionário, que criminaliza os movimentos sociais, vide as ações da Advocacia Geral da República (AGU) contra os nossos movimentos de 2011 e 2014. Portanto, estas atrocidades foram feitas para proteger um governo que hoje já não apresenta nem a sombra do que foi o seu programa de 1989 e se configura dentro do espectro da direita neoliberal.

## AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO GREVISTA DE 2012 (A GREVE ARREGADA).

A greve de 2012 foi a maior dos últimos 10 anos, tudo corria bem, até que parte do bloco de oposição de esquerda resolveu se aliar aos governistas para pôr fim à greve a toque de caixa.

Assinaram um acordo rebaixado, sem aval do jurídico da FASUBRA e com total manipulação das informações para as bases, verdadeiro arrego, deixando de lado os parceiros do bloco de esquerda, como o PSLIVRE. O pior, é que passaram a nos hostilizar durante todo o restante da greve, nos chamando de seita e tudo em nome de uma UNIDADE ARREGADA com os governistas, que ficou conhecida popularmente como “O ARREGO DE 2012.”

Infelizmente, a greve de 2012 foi uma greve perdida do ponto de vista da luta de classe, pois a ampla aliança de parte do bloco de oposição de esquerda se uniu a Tribo, CTB e Resignificar, isto só serviu para esfacelar o bloco de esquerda e afastar o PSLIVRE e também a UNIDOS das decisões imperiais da nova coalizão que acabará de se formar e, com isto, enfraquecendo todas as lutas futuras, dando a categoria um acordo ruim e passando o rolo compressor nas minorias.

A coisa foi tão absurda, que ao final da greve eles sequer enviaram o Termo de Acordo para ser apreciado pelos os advogados da FASUBRA, fato lamentável e altamente irresponsável. Isto sem falar, que cantaram uma vitória de Pirro, mentindo e aterrorizando toda a categoria num Informe da Greve que dava conta de corte de ponto em alguns diretores da FASUBRA, uma verdadeira manobra mentirosa, tudo escrito no IG (IG2012 AGO-11), que ainda omitiu a Tabela de Perdas até Março de 2015, mesmo tendo sido aprovado pelo CNG a sua publicação no referido IG.

No final da greve, tudo ser coroado com aquela lamentável foto com o preposto do governo, no caso, o Sergio Mendonça.

Aliás, como recordar é viver, leiam trechos do arrego, da mentira e do terror na greve de 2012 enviado para toda categoria no IG2012 AGO-11:

“Considerando que:

- Estamos diante de um governo com altos índices de aprovação popular e mesmo que a maioria do funcionalismo público tenha votado neste governo com a esperança de mudanças, estas não vieram. Lamentavelmente, diante de uma crise econômica mundial, o curso das principais ações estratégicas do governo Dilma prioriza o atendimento das demandas do sistema financeiro e dos megaempresários sob o pressuposto de garantias do emprego da iniciativa privada. Com a política de juros altos manteve os banqueiros com lucros astronômicos a anos, garantindo as metas de superávit primário e generosas isenções fiscais ao empresariado. E uma

ampla política de privatizações com o nome de concessões: (ARREGO)

- Na última reunião com o MEC e MPOG, ficou claro para os representantes do movimento, que o governo não irá mais avançar na proposta apresentada à categoria. E foi-nos pedido uma resposta, sob a alegação de que há dezenas de categorias em greve e, caso rejeitemos, o montante de recursos destinado aos técnicos das IFES, hoje estipulado em 2,9 Bilhões de Reais, será destinado para outras categorias; (ARREGO)

- A margem de negociação após o dia 31 de agosto é praticamente nula, pois se fecha o prazo para a entrega da proposta de orçamento a ser enviada ao Congresso. Lembrando que o governo informou que irá fechar todos acordos até o dia 24/08 e a correlação de forças naquela casa é imensamente desfavorável aos trabalhadores; (MENTIRA, ALGUMAS CATEGORIA ASSINARAM EM JAN/2013)

- Que estamos no limite do corte de ponto, sofrendo pressões e práticas anti-sindicais por parte do MPOG e da AGU sobre os gestores (reitores) e que já existem ações em várias universidades de suspensão de FG's de trabalhadores que aderiram à greve, além da iniciativa de entrega de listas de integrantes do movimento, visando o corte de ponto, e esta ação já atinge até diretores da FASUBRA com o ponto cortado; (MENTIRA E TERRORISMO)”

Enfim, mesmo na atualidade pregando a unidade nas ações com todo o bloco de esquerda, não podíamos deixar de lembrar que parte deles em 2012 uniram-se aos governistas da FASUBRA (Tribo, Resignificar e CTB) e levaram a categoria a um acordo **RUIM**, através das mentiras do IG2012 AGO-11, que chegaram a beirar o terrorismo.

## AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO GREVISTA DE 2014 (A GREVE DA REUNIFICAÇÃO NA LUTA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO E ESQUERDA, ALÉM DE NOVOS ATAQUES DO GOVERNO DILMA).

O movimento grevista de 2014 teve com palco central o ano eleitoral e Copa do Mundo e esta greve foi marcada pelas constantes blindagens ao governo, por parte da Tribo, Resignificar e CTB.

Na verdade, parte das bases comandadas pela Tribo sequer vieram para a greve, onde muitos militantes governistas, de todas as forças governistas, sempre que possível estavam com o freio de mão puxado, demonstrando claramente que teríamos uma greve muito dura pela frente e tudo disfarçadamente em prol da administração de Dilma Rousseff.

A grande diferença da greve de 2014, para a greve de 2012, **foi que esta greve conseguiu REUNIFICAR O BLOCO DE ESQUERDA da federação**, conseguimos nos manter juntos, sem alianças com o governismo, isto amenizou em muito as diferenças dentro do bloco provocados pela greve de 2012.

Em 2014, novamente, o governo do PT judicializou a nossa greve através do STJ, que em sentença inédita mandou o governo negociar de fato com a FASUBRA.

Novamente, as negociações não deram em nada, demonstrando claramente a falta de interesse do governo Dilma em negociar com a nossa categoria e com isto, certamente, fomentando a greve unificada para 2015, pois as perdas da categoria na greve de 2012 tem que ser recuperadas imediatamente, pois em recentes cálculos do Fórum dos SPFs, a mesma beira a casa dos 27,30% até junho de 2016.

Esclarecemos que defendemos uma greve forte em 2015 ao lado das entidades do Serviço Público Federal, minimamente, unificados com as entidades da educação, pois não somos uma ilha e temos que nos unir com todos os segmentos do serviço público ou da educação minimamente, isto é fundamental para a nossa luta.

## NEGOCIAÇÕES COLETIVAS E DIREITO DE GREVE NO SETOR PÚBLICO

### 1. Da ratificação da Convenção 151 da OIT ao legítimo direito de negociação

No Brasil as relações democráticas no trabalho no setor público andam lentas. A necessidade de diretrizes para negociação no mundo do trabalho do setor público surge a partir da 64ª Conferência Geral da OIT realizada em Genebra em 7 de junho de 1978. Em 27 de junho de 1978 a Convenção 151 é adotada como a Convenção Relativa às Relações de Trabalho na Função Pública. No Brasil, só no final do segundo governo Lula, em abril de 2010 é que o Congresso a ratificou, mas, ainda hoje, o Estado não regulamentou de fato a aplicação dessa Convenção, restando tão somente aos servidores públicos a continuidade da luta pelo direito de celebração de acordos coletivos com o Estado, em razão de resolução dos conflitos comuns no mundo do trabalho.

Notadamente o governo petista não se desnuda do poder de império, dos princípios da supremacia jurídica e da estrita legalidade a que se sujeita a Administração Pública, impedindo-a de se posicionar em linha de igualdade com os seus servidores na seara da negociação coletiva.

O princípio da negociação coletiva cai por terra quando se pontua apenas às reivindicações que estão restritas a vencimentos, para as quais a limitação é expressa, mas também visam instituir cláusulas reguladoras das relações entre os interessados (cláusulas obrigacionais), de condições de trabalho para os integrantes da categoria (cláusulas normativas) e de solução de eventuais litígios derivados de sua interpretação (cláusulas instrumentais).

O governo nunca deixou de atacar os servidores públicos, criando leis e decretos para reduzir direitos, com projetos e Medidas Provisórias visando informalizar e flexibilizar as relações de trabalho com terceirização e outros que

simplesmente tiram direitos dos servidores, vide alguns exemplos: o PL92 (Fundação Estatal); a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); Emendas Constitucionais nº 41/2003 e um pouco minimizada pela Emenda Constitucional nº 47/2005; e o Regime de Previdência Complementar (FUNPRESP) para os servidores federais; o Projeto de Lei 2203/2011, que altera a remuneração dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade (Art. 86 da Lei 8112), corte de 50% dos vencimentos dos pensionistas e etc.

O governo usa de um outro instrumento que são as Orientações Normativas sempre para prejudicar os trabalhadores do serviço público em diversos assuntos.

É óbvio que o governo de Dilma Rousseff não vai realizar a viabilidade do reconhecimento do direito de negociar coletivamente dos servidores públicos com a Administração Pública. Principalmente este governo, que se apoia em viés neoliberais, com privatizações, e a contratualização de um acordo coletivo, se pauta num suporte de estrita legalidade e fortalecimento das instituições com mais direitos para os trabalhadores do setor.

O cenário é dramático para os servidores públicos, requerendo clareza das circunstâncias, para com lucidez armar-se com a luta unitária da categoria rumo à construção de uma negociação coletiva e que negociações de fato aconteçam, evitando-se erros do passado recente.

### 2. Direito de Greve e Negociação Coletiva - Pelo Direito irrestrito de fazer greve

O direito de greve para os trabalhadores em geral está previsto no art. 9º da Constituição Federal e vem assim descrito:

“Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.”

Os serviços ou atividades essenciais, bem como o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, previstos na Constituição Federal (art. 9º, § 1º), estão definidos na Lei 7.783, de 28/6/1989, que prevê, também, as penas a que se devem sujeitar os responsáveis por eventuais abusos cometidos (§§ 1º e 2º do art. 9º da CF/88).

O direito de greve para os servidores públicos, por sua vez, está previsto no inciso VII, do art. 37 da Constituição, vejamos: “VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;”. Com a ausência de Lei Específica, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em 25 de outubro de 2007, por unanimidade, declarada a omissão



*legislativa quanto ao dever constitucional em editar lei que regulamente o exercício do direito de greve no setor público e, por maioria, aplicar ao setor, no que couber, a lei de greve vigente no setor privado (Lei nº 7.783/89).*

*Na história recente da FASUBRA-Sindical, as Greves de 2011 e 2014, o Estado ajuizou processo através da Advocacia-Geral da União (AGU) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que se declarasse ilegal a greve dos técnicos administrativos das universidades federais. Das alegações nos autos do processo a AGU afirmou que as negociações do Ministério do Planejamento com a entidade dos servidores foram interrompidas quando a federação anunciou a decisão de fazer a greve. Também alega que a pauta foi alterada após várias reuniões e que, mesmo após a demonstração da intenção do governo de negociar, a Fasubra decidiu entrar em greve. Este argumento de Estado de que “havia negociações de fato” e estas foram interrompidas teve eco no meio da federação e foi palco de amplas discussões em nível nacional defendida por setores organizados que figuram o leque de aliança de sustentação partidária do Governo Dilma Rousseff qual seja a CUT (PT) e CTB (PCdoB). Esta posição ajudou a estratégia do governo, enfraquecendo por dentro o movimento e levando as greves a derrotas financeiras.*

*A estratégia adotada pelo Governo era levar todas as entidades sindicais em negociação para uma dinâmica de longo calendário de conversações, asfixiando o processo, com uma data limite, o dia 31 de agosto, limite para envio de projetos para a Lei Orçamentária. E criando poucos espaços de manobras de mobilização das categorias*

*O Estado a todo custo quer regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, não no sentido de ajudar a dirimir os conflitos, mas como mais uma ferramenta de repressão. Na verdade, o Estado deseja regular o exercício do direito de greve, no sentido de restringi-lo, não no sentido de garantir o bem-estar comum, e, por outro ângulo, retirar as causas geradoras de que movimentos dessa natureza são consequência, minimizando a existência de igualdade real entre os seres humanos, que todos tenham direito de ascender a melhores condições de vida e de trabalho, que, ao cabo, venha, no futuro, até mesmo dispensar esse recurso extremo. A greve é um direito fundamental que se arrima na Declaração dos Direitos do Homem.*

*Nós do Pensamento Sindical Livre somos radicalmente contrários a qualquer projeto de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, pois tais projetos somente objetivam criar normas que ajudam o Estado a arbitrar a contenção e repressão do movimento sindical, sua capacidade de reação e luta pela manutenção e ampliação de seus direitos. Lutaremos pela implementação de fato da Convenção 151 pela “negociação coletiva, data base” e “ajuizamento, individual e coletivamente, frente à Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal e pelo direito de fazer greves.*

## ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

*A vida, como as crianças maltrata a quem a teme e respeita e obedece a quem a encara. José Martí*

### Assédio Moral

*As mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho e a maneira como, principalmente as empresas, estão se organizando para a produção, são os principais causadores das violências sofridas por trabalhadores. Estudo divulgado pela ONU – Organização das Nações Unidas revela que há mais de 840 milhões de pessoas no mundo vivendo com fome crônica e mais de 1 bilhão vivendo com menos de US\$ 1 dólar por dia. Podemos crer que este exército de pessoas possibilita ao sistema capitalista que aí está a imposição, exploração, escravidão e os maus tratos, como via de troca para a sua manutenção no emprego, se é este termo que podemos considerar, para estas pessoas que são obrigadas a aceitar tanta humilhação para não serem demitidas e fazerem parte daqueles milhões de pessoas que vivem com fome.*

*As propostas impostas por práticas neoliberais no mundo do trabalho, tais como: gestão moderna, multifunção, exigências feitas ao trabalhador acima de suas possibilidades, flexibilização nos acordos trabalhistas, a concorrência selvagem no mercado de trabalho, entre outras, colocam o trabalhador, muitas vezes, em dúvida quanto à sua própria capacidade para enfrentar este novo desafio e oferece as condições ideais para o crescimento do assédio moral no mundo do trabalho.*

*Certamente, os danos causados por estes tipos de organização trazem consigo consequências de tamanha complexidade ou em muitas das vezes até ao extremo de eliminação da própria vida. E é neste espaço, por falta de regras claras que os oportunistas vêm se aproveitando para praticar o Assédio Moral no Trabalho. Evidentemente, essa prática do assédio moral não acontece somente no Brasil. O fenômeno, que é tão antigo quanto o próprio trabalho, vem crescendo assustadoramente, mesmo após a constatação de que ele leva os trabalhadores a ficarem doentes, a tentarem o suicídio ou a se suicidarem.*

### ASSÉDIO SEXUAL

*Utilizaremos à obra do Autor de Assédio Moral no Ambiente de trabalho, Jorge Luiz de Oliveira da Silva, que discorre precisamente sobre as diferenças entre o assédio sexual e o assédio moral. Segundo ele a expressão assédio sexual no trabalho foi construída nos anos 70 nos EUA, e pode-se resumir o assédio sexual como uma situação em que a vítima é submetida, contra a sua vontade, a uma chantagem sexual, sob pena de ser severamente prejudicada em seu ambiente de trabalho, caso não ceda aos desejos do assediador.*

*O autor da obra Assédio Moral no Ambiente de Trabalho, seguindo orientações de Michal Rubenstein, ano 1986,*

divulgou três instrumentos de viabilização do assédio sexual, são eles: 1) *Conduta física*: é a mais ostensiva e ousada, podendo se manifestar por meio de várias ações, que variam desde o ataque direto à vítima a sutis contatos físicos; 2) *Conduta verbal*: é a mais comum no assédio sexual. Através dela, o assediador expressa suas propostas sexuais diretamente ou por intermédio de insinuações veladas, acrescentando, também, as ameaças, caso a proposta seja recusada e a 3) *Conduta não verbal*: é a menos intuitiva, pois o assediador utiliza-se de ardis e subterfúgios para passar sua mensagem sexual à vítima, tais como: exibição de fotos pornográficas, prática de gestos obscenos, desenhos ou imagens de cunho sexual, bilhetes, ou qualquer outra forma que consiga incomodar a vítima em razão da conotação sexual, que possa significar uma proposta libidinosa.

Assim, propomos uma grande mobilização no sentido de garantir a construção de instrumentos que não só impeçam o assédio moral, como também exclua definitivamente o assédio sexual no ambiente de trabalho.

## HUS, EBSEH E A SAÚDE DO TRABALHADOR

Contextualizar os Hospitais Universitários é impossível sem o SUS, pois muitos HUs foram os protagonistas do Sistema Único de Saúde através da formação dos profissionais que atuam no SUS. Cada Hospital Universitário ou Hospital de Clínicas, possui sua história na edificação da saúde pública, do SUS com acesso universal, integral e equânime, refletindo o compromisso dos dirigentes locais na sua plena consolidação.

Inúmeras pessoas comprometidas com os princípios deste sistema estiveram na oposição lutando contra a ditadura, que impôs o INPS depois o INAMPS, pessoas estas, que fundaram o partido dos trabalhadores, alguns outros que migraram de outros partidos tidos revolucionários. A única revolução real é a proposta do SUS, tendo os HUs como laboratório permanente no seu fortalecimento, criado na Constituição Federal de 1988, regulamentada pelas leis 8.080/90, bem como a 8.142/90.

O SUS começa a enfraquecer a partir das portarias de contratualização e certificação dos chamados hospitais escolas com parâmetros burocráticos, criados pelo MEC e MS justificando os minguados repasses financeiros que só atendiam a miopia congênita dos

“revolucionários” administradores do sistema capitalista com estrelas vermelhas.

Não bastasse a trincheira do Conselho Nacional de Saúde – CNS – lutando pelo fortalecimento do SUS em nível nacional, os segmentos do CNS (muitos dos quais figurando por estrelas vermelhas), passaram a blindar o governo que estava com “sua política em disputa” construindo um novo SUS ao contrário que FHC fez. Plantaram durante todo o governo Lula está disputa, tanto os representantes da academia, como os trabalhadores ligados à CUT, os usuários representados por profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas

ligados às suas hostes partidárias tais como PT, PC do B ...), tendo inclusive resolução do próprio CNS, questionando esta forma oportunista de representatividade.

Veio o monstro da fundação estatal de direito privado, ressuscitado por um parlamentar do PT gaúcho. A luta empreendida pelo CNS através dos seminários dos modelos de gestão no SUS, não conseguiu barrar, sequer conscientizar os revolucionários estrelas vermelhas, que o SUS necessitava da regulamentação da EC-29, conforme o movimento sanitário nacional havia encaminhado nas instâncias do controle social, culminando na 12ª Conferência Nacional de Saúde a contrariedade desta aberração no SUS por onde os HUs estão vinculados conforme artigo 45 da Lei 8.080/90.

Os HUs já estavam com sua condição de extensão acadêmica jogada ao descaso quando da aprovação da lei que criou a Ebserh (Lei 12.550) e o decreto que criou o estatuto social da Ebserh (Decreto 7.661/28.12.11). Os emblemas criados na militância para o SUS devem fazer Sérgio Arouca revirar em sua sepultura, quando se vê o blog “Saúde com Dilma” onde noticiam com arroubos de felicidade a aprovação do referido estatuto da Ebserh.

Fizeram pelos HUs o que o governo tucano de FHC não conseguiu fazer, pois naquela época os estrelas vermelhas fizeram o projeto de fundação estatal cair, alegando privatização da saúde, no entanto, temos a Ebserh para gerenciar, absorver o patrimônio dos HUs com a falácia de vínculo ao SUS, realizar contratos de compras, de contratar pessoal com pacto de meta. Tudo acertado entre gestores locais com sede em BSB. Quem garante que os serviços complementares dos HUs ( exames de laboratório, eletrocardiograma, ultrassom, exames de hemodinâmica, etc ) estarão vinculados ao SUS, sem cobrança em espécie ou convênio privado daqui cinco anos, sendo que a Ebserh visa lucro e irá gerenciar tais serviços ? Qual a diferença do SUS antes do PT ser governo e agora?

Alguns dirão que melhorou através do SAMU e das UPAs, mas as estatísticas de desemprego, violência, traumatismos por acidente, agravos em saúde do trabalhador só aumentam, apesar das manipulações de alguns governos locais. O que dizer da dengue? Que dizer das estradas que fazem a ambulancioterapia derraparem pelo país? Qual o real retrato da política de valorização dos profissionais de enfermagem nos HUs com a política de transplante? Só os médicos merecem valor? Qual a melhoria para os trabalhadores da saúde nos HUs com APHs? Que governo é este, que alguns insistem em dizer que “apesar de tudo é um governo de contradições”, investem fortunas para ampliarem as acomodações em estádios de futebol e as emergências de vários HUs e hospitais pelo país, amargam a superlotação desumana, refletindo a falta de respeito à dignidade da população?

-Tenha a FASUBRA uma atuação condizente com sua categoria, defendendo intransigentemente os princípios do

SUS, a manutenção intransigente dos HUs vinculados ao SUS sem a Ebserh;

-Articular politicamente com seus pares do segmento usuários a eleição de um representante dos usuários como presidente do CNS;

-Apresentar a cada 04 meses relatório das atividades desempenhadas por seu/sua representante no CNS em plenária estatutária;

-A FASUBRA forme oficinas permanentes de formação para as entidades de base, através de seminários específicos para a capacitação de representantes nos conselhos de saúde, sejam municipais, distritais e estaduais, visando monitorar pelo conselho de saúde as ações cumpridas e não cumpridas, alterações posteriores no plano de metas pactuado nos respectivos conselhos de saúde que envolvam a Ebserh e sua relação no desempenho da política de saúde em nível local, visando denúncia ao Ministério Público;

-A FASUBRA através de seu representante no CNS, articule via DN a capacitação de delegados eleitos em conferências de saúde para defesa dos HUs e a prestação de contas da Ebserh, junto às conferências e plenárias de saúde em nível nacional;

-A FASUBRA continue construindo através de seu Depto. Jurídico instrumento jurídico-político, questionando a legitimidade, visando a revogação da Ebserh, tanto no campo jurídico, quanto no campo político.

A Saúde do Trabalhador aos Trabalhadores/as das IFES pela FASUBRA Sindical

Ante as ameaças reais da retirada cada vez maior dos direitos dos/as trabalhadores/as, observamos o movimento sindical capitulando aos interesses do capital, alguns até aliados aos representantes do poder neoliberal. O que estarrece é a cambada de pseudosindicalistas nas estruturas do poder, que é temporal, ocupando cargos de chefia e direção, sejam nos ministérios, secretarias de governo federal, estaduais e municipais; promovendo assim a não reação da classe trabalhadora no serviço público e até fora dele. Esta é a conjuntura desenhada pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido, assim como na próxima aventura eleitoral, vemos também o PSOL construindo alianças com partidos de tradição espúria.

Com a cooptação de grande parte do movimento sindical brasileiro a política pública chamada SUS – Sistema Único de Saúde, organizada na CF de 1988 e pelas leis 8.090/90 e 8.142/90 e demais portarias que integram uma gama da legislação do SUS, vem vivendo seus estertores sem prognóstico de melhora ante a regulamentação neoliberal da EC-29, manutenção da DRU e a falácia do déficit da previdência que repercute na política de contratação de pessoal, bem como a lei nº 101 de 04.05.2000 a lei trabalhada na consciência

coletiva da população como lei de responsabilidade social (até a mídia burguesa massificou esta aberração).

A política de saúde do trabalhador compreende uma visão ampla da realidade do ambiente, da organização, dos agravos, dos riscos e morbidade, do impacto que novas tecnologias operam nos/as trabalhadores/as. Portanto, necessita uma ação concreta de apuração dos dados acima descritos.

Estas fragilidades devem ser reduzidas/eliminadas junto à categoria através de uma ação efetiva que monitore estes dados através de uma pesquisa com caráter técnico, visando apontar diretrizes que se tornem uma política de redução e extinção dos danos a que se submetem o conjunto da classe trabalhadora das Universidades Federais.

Apontamos a proposta de uma assessoria técnica em saúde do trabalhador com formação em saúde mental, atuando em conjunto com o setor jurídico da federação e com toda a DN, visando ampliar a expectativa e qualidade de vida, de saúde de cada trabalhador e trabalhadora filiados aos sindicatos de base, que hoje estruturam a FASUBRA Sindical, que são assediados moralmente para atender uma lógica produtivista cada vez mais imposta à comunidade universitária.

## DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA A PREVIDÊNCIA PRIVADA, UMA INVOLUÇÃO SOCIAL.

Quando Fernando Henrique Cardoso fez aprovar a Emenda Constitucional nº 20 de 1998 (doravante EC 20/1998), ali começou mesmo que timidamente a reforma da previdência para o setor público e privado. Depois, vieram as duras reformas impostas pelo governo Lula, aprofundando ainda mais o arrocho previdenciário desmedido através das Emendas Constitucionais nº 41/2003 (doravante EC 41/2003) e um pouco minimizada pela Emenda Constitucional nº 47/2005 (doravante EC 47/2005), isto tudo no dito governo popular de Luiz Inácio Lula da Silva.

Até a Emenda Constitucional nº 20 (EC 20), de dezembro de 1998, a aposentadoria era concedida para os servidores diante do cumprimento do tempo de serviço que, para a aposentadoria integral, era de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Havia ainda a possibilidade de aposentadoria proporcional aos 30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres. Após a EC 20/1998, foram aprovadas as EC 41/2003 e EC 47/2005, com novas alterações no sistema previdenciário dos trabalhadores públicos. Desta forma, questões como a idade do servidor, o sexo, o tempo de contribuição, o tempo no serviço público, o tempo no cargo em que se dará a aposentadoria e, sobretudo, a data em que o servidor implementou as condições para a aposentadoria passaram a ser fundamentais na definição dos critérios para a própria aposentadoria, forma de cálculo, aplicação ou não de redutor, manutenção ou não da paridade e da integralidade, etc.



O governo Lula envia em 2007 ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 1992/2007 (doravante PL 1992/2007) que se transforma depois de árdua batalha dos movimentos sociais na Lei Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012 que Institui o regime de previdência complementar para os servidores federais titulares de cargos efetivos, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição (hoje, R\$ 4.663,75), autoriza à criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP, e dá outras providências terríveis aos futuros trabalhadores públicos.

Para piorar ainda mais o atual quadro previdenciário brasileiro, o governo Dilma na MP 664/2014 editada às vésperas do natal, corta em 50% o valor das pensões e cria uma escala de idade aonde o trabalhador tem que contribuir minimamente 24 meses e a sua viúva ou viúvo tem que ter no mínimo 44 anos para poder receber vitaliciamente a pensão, caso contrário, a pensão será escalonada de 2 anos até 15 anos.

Portanto, o governo Lula e agora o governo Dilma, estão entregando a previdência nas mãos da agiotagem nacional e internacional, pois estaremos sujeitos às regras do Deus Mercado e como já assistimos no passado recente as tragédias dos fundos de pensão no Chile, Argentina, recentemente na França e nos Estados Unidos. Podemos facilmente prever aonde tudo isto irá terminar, ou seja, na total falência previdenciária deste país.

Enfim, vivemos num estado cada vez mais mínimo para o povo trabalhador e cada vez mais máximo aos banqueiros e outros agiotas, sanguessugas do erário público e tudo isto com a total participação do Partido dos Trabalhadores e vistas grossas do PC do B. Portanto, a união de todos nós, nesta luta em prol da previdência é vital para as nossas famílias e país, pois uma velhice segura é a garantia da nossa plena cidadania e dignidade.

### **Pensando Livre na Educação superior e outros**

**"Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino" Paulo Freire**

### **MODELO DE UNIVERSIDADE**

A FASUBRA já tem um projeto de Universidade aprovado em seu CONGRESSO, que tem como um dos seus problemas exatamente o nome, difícil de articular: Universidade Cidadã para os Trabalhadores. Entendemos que mudança no nome para um mais fácil de ser assimilado pela sociedade nos daria mais capacidade articulação para disputar o projeto nos diversos espaços que teremos oportunidade. A mudança da redação do Artigo 50 se faz premente, pois prejudica os aposentados. Queremos uma Universidade Pública Gratuita, de Qualidade, Laica, Democrática.

### **AUTONOMIA**

O Governo Petista e o próprio Congresso Nacional nunca vão querer reconhecer que o Art. 207 da Constituição Federal do Brasil, por si só já garante a Autonomia, tanto que a cada dia que passa tem mais ataques vindos do governo, através de seus asseclas nas nossas Universidades desconhecendo ou mesmo com pareceres dizendo que este Artigo não tem validade. Tanto as Universidades que não tem Hospitais Universitários estão sofrendo cada dia mais ataque na sua autonomia, quanto as que têm os Hospitais, que agora temos até a famigerada fundação que irá gerir estes hospitais. Ressalte-se que já não fazem concurso para repor a mão de obra dos Hospitais, para serem contratados pelo R.J.U.

### **DEMOCRACIA NAS UNIVERSIDADES**

Devemos continuar lutando por democracia nas Universidades, mas não podemos deixar de grifar que o governo petista de forma traiçoeira, primeiro no primeiro mandato do governo Lula, quando ele poderia mudar o decreto de eleição de Reitor ele não fez, e o Ministro a época que pensou em fazer caiu. Mas, a Reforma da Previdência se fez. Veio o segundo mandato e o presidente não se interessou em mudar o Decreto.

O ano passado o MEC, jogando de forma suja mais uma vez, neste governo que já é o segundo governo do Partido dos Trabalhadores, indicou a todas as Universidades a Reforma dos seus Estatutos e que "democraticamente", falando o que a Universidade aprovasse não era necessário ser aprovado em Brasília, mas não deixava de citar a famosa LDB do famigerado Darcy Ribeiro, que mantinha a prevalência de 70% dos docentes em todos os organismos de decisão, assim como poderia ser mantido na consulta para indicar o Reitor ou Reitora. Parabenizamos as entidades que conseguiram manter suas escolhas de forma paritária, ou as que conseguiram implementar a partir de agora, porém nem todas conseguiram, na realidade ficou até mais difícil, porque antes ainda havia aqueles que sonhavam que o PT defendia a democracia, portanto mantinham a esperança. Agora não sabemos, mas não nos furtamos a luta e a disputa por mais democracia dentro das Universidades.

### **ACESSO**

O governo criou um modo de acesso a Universidade Pública que poderia ser um bom caminho para que o estudante que veio do ensino público tivesse oportunidade de entrar na Universidade Pública. O chamado ENEM que é utilizado por diversas Universidades como meio de acesso. Porém a incompetência em conjunto com a corrupção deste governo fez com que o ENEM se transformasse na maior piada que o Brasil já viu, todos os anos tem algum problema, provas erradas, depois vazamento do conteúdo das provas, etc.

É interessante notar que não aconteceu vazamento em nenhum colégio público, será que estes não fazem parte dos



que são escolhidos para testar as questões do ENEN. Porque somente um colégio que costuma colocar seus alunos em Medicina, e outros cursos considerados “nobres”, conseguiu ter acesso e ainda vazar o resultado? Sabemos que as investigações estão sendo feitas, mas a demora é grande. Entendemos que o ENEN é um meio democrático de acesso, mas também será necessário corrigir todas as mazelas que o cercam.

## RAÇA E ETNIA

“Não se pode separar paz de liberdade porque ninguém consegue estar em paz a menos que tenha sua liberdade.”  
Malcolm X

O Brasil foi o país que mais importou escravos da África (alguns reis e rainhas), durante mais de 200 anos e o que mais demorou a libertá-los, sendo o Ceará o primeiro estado a fazer isso. Estes seres humanos foram ultrajados, e se mostrassem qualquer insubordinação eram tratados na base dos ferros e chicotes. Mesmo que hoje a gente analise com outros olhos, para aqueles escravos a lei do ventre livre, a lei do sexagenário e mesmo a Lei Áurea devem ter tido um significado muito grande. Eram eles que viviam aquela vida e não nós. Sabemos que libertação não trouxe para eles a liberdade total, pois não tinham para onde ir, não tinham onde morar, onde trabalhar, portanto vários ficaram nas famílias que os “tinham” e não os tratavam mal até a queda da bolsa de 29, onde vários proprietários não tinham mais como arcar com a alimentação dos seus ex-escravos que ainda os serviam.

Temos algumas figuras simbólicas da luta do negro (a) contra a escravidão uma delas é Dandara foi uma guerreira negra do período colonial do Brasil, esposa de Zumbi dos Palmares e mãe de seus três filhos. Suicidou-se depois de presa, em seis de fevereiro de 1694, para não voltar na condição de escrava. Outra figura importante na história dos negros neste país é exatamente Zumbi dos Palmares, que iremos historiar de forma resumida:

Zumbi dos Palmares nasceu em Alagoas no ano de 1655. Foi um dos principais representantes da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial. Foi líder do Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas. O Quilombo dos Palmares ficava na Serra da Barriga, que, atualmente faz parte do município de União dos Palmares (Alagoas). Na época em que Zumbi era líder, o Quilombo dos Palmares alcançou uma população de aproximadamente trinta mil habitantes. Lá, os negros viviam livres, de acordo com sua cultura, produzindo tudo o que precisavam para viver.

Embora tenha nascido livre, foi capturado quando tinha por volta de sete anos de idade. Entregue a um padre católico, recebeu o batismo e ganhou o nome de Francisco. Aprendeu a língua portuguesa e a religião católica, chegando a ajudar o padre na celebração da missa. Porém, aos 15 anos de idade,

voltou para viver no quilombo. No ano de 1675, o quilombo é atacado por soldados portugueses. Zumbi ajuda na defesa e destaca-se como um grande guerreiro. Após uma batalha sangrenta, os soldados portugueses são obrigados a retirar-se para a cidade de Recife. Três anos após, o governador da província de Pernambuco aproxima-se do líder Ganga Zumba para tentar um acordo, Zumbi coloca-se contra o acordo, pois não admitia a liberdade dos quilombolas, enquanto os negros das fazendas continuariam aprisionados.

Em 1680, com 25 anos de idade, Zumbi torna-se líder do quilombo dos Palmares, comandando a resistência contra as topas do governo. Durante seu “governo” a comunidade cresce e se fortalece, obtendo várias vitórias contra os soldados. O líder Zumbi mostra grande habilidade no planejamento e organização do quilombo, além de coragem e conhecimentos militares. O bandeirante Domingos Jorge Velho organiza, no ano de 1694, um grande ataque ao Quilombo dos Palmares. Após uma intensa batalha, Macaco, a sede do quilombo, é totalmente destruída. Ferido, Zumbi consegue fugir, porém é traído por um antigo companheiro e entregue as tropas do bandeirante. Aos 40 anos de idade, foi degolado em 20 de novembro de 1695.

### Importância de Zumbi para a História do Brasil

Zumbi é considerado um dos grandes líderes de nossa história. Símbolo da resistência e luta contra a escravidão, lutou pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana no Brasil Colonial. O dia de sua morte, 20 de novembro, é lembrado e comemorado em todo o território nacional como o Dia da Consciência Negra.

## VOLTAMOS AO HOJE

O Brasil adota o racismo mais eficaz do mundo: aquele que não tem um padrão, não é evidente. Ele é sofrido e praticado todos os dias, mas não pode ser mensurado, porque não é evidente. Nosso racismo é o “racismo de marca”, no qual características como cor da pele e textura do cabelo são usadas para definir se o sujeito é ou não negro. Assim temos um “racismo em gradação”, que atinge em maior escala aqueles que mais se aproximam do fenótipo negro. O sistema é motivado por fatores históricos, sociais e políticos. Segundo o PNUD-Brasil “o discurso racial tem sido usado para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos e legitimar a dominação de raças supostamente superiores”.

O discurso racista é responsável pelo silenciamento em relação à cor/raça/etnia em nossa sociedade. O tema é pouco discutido porque causa incômodo. Quando é abordado é cercado de “cuidados” ou “pudores” que levam a eufemização (ou até apagamento) de termos relacionados à etnia/cor/raça, tendo como consequência o apagamento do negro e de seu papel na sociedade e o enfraquecimento de sua identidade étnico-racial.

Na parte da tese que abordamos a questão de gênero e consequentemente a questão da mulher negra, e as

*discriminações que sofre na sua casa, no seu bairro, na sua escola, no seu trabalho e em diversas outras situações já detalhamos inclusive que ela é quem recebe o menor salário entre todos os demais.*

*Alguns pensam que raça é apenas a subdivisão de uma espécie, formada pelo conjunto de indivíduos com caracteres físicos semelhantes, transmitidos por hereditariedade: cor da pele, forma do crânio e do rosto, tipo de cabelo etc. Raça é um conceito apenas biológico, relacionado somente a fatores hereditários, não incluindo condições culturais, sociais, ou psicológicas. Para a espécie humana, a classificação mais comum distingue três raças: branca, negra e amarela. Seguindo o raciocínio da teoria biológica, temos o “racismo científico” ou “darwinismo social”.*

*Nessa teoria, o negro é visto como fraco, passivo, menos competitivo. Para chegar a essas conclusões, as teorias eram “comprovadas” por meio de testes que mediam o crânio e o desenvolvimento da sociedade a qual pertenciam os sujeitos analisados. Obviamente, o estudo era sempre realizado pela ótica do pesquisador – branco – que julgava a cultura do outro pautando-se pela sua. Nesse caso, os resultados demonstravam sempre a inferioridade do negro e de sua cultura.*

*Um estudo feito nos morros do Rio de Janeiro, concluiu que, de todos os termos existentes em nossa cultura para representar etnia/cor/raça, a mais forte é a palavra “negro”. Para ela, “muitos discursos giram em torno de tentativas de evitar ou dominar, de apropriar-se ou reapropriar-se do poder profundo e difuso dessa palavra”. Assim, a palavra carrega dimensões físicas e “qualidades morais negativas e dimensões indiciais” às quais aparece associada. Nos depoimentos à pesquisadora, a palavra negro aparece como “ofensiva”, “uma palavra suja”, “palavra usada para humilhar”, “palavra usada para criticar”, “palavra preconceituosa” e “palavra usada por racistas”.*

*Etnia, raça e cor: usos sociais dos termos*

*Para ilustrar como uso dos termos negro, raça, etnia e cor é variado, seguem exemplos de usos em textos institucionais em que os usos ocorrem. Os textos são folders, panfletos e livretos produzidos por instituições governamentais. Todos foram coletados durante o “Seminário Internacional Gênero, Raça, Pobreza e Emprego: experiências e desafios” realizado em Brasília – Distrito Federal – de 26 a 28 de junho de 2006. O evento foi organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE), pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tinha como objetivos apresentar os resultados dos programas dos GRPE contra a discriminação e o preconceito.*

*O texto 1 é a capa de um folder da Prefeitura de Santo André, São Paulo que tem como finalidade ajudar as pessoas a se identificarem de modo objetivo em pesquisas sobre*

*etnia/raça/cor, a fim de que a prefeitura direcione programas e ações aos grupos, atendendo aos preceitos da igualdade de direitos. No panfleto, a sugestão é que as pessoas se identifiquem pela cor (Só você pode dizer qual a sua cor!) e esse é o elemento usado para dividir a sociedade em grupos. É importante ressaltar que o fato de haver programas direcionados a diferentes grupos, tendo como critério de planejamento e de aplicação sua cor/etnia/raça é uma demonstração de que as cores/etnias/raças não têm, naturalmente, acesso aos mesmos direitos.*

*A cada dia que passa vemos mais negros e negras assumindo papéis que sempre lhe foram negados, mas há que lutar contra toda forma de racismo. Faz parte da tese de educação, mas as cotas para negros nas Universidades são importantes para resgatar toda a dívida da sociedade para com estes bravos guerreiros e guerreiras, que foram trazidos de sua terra natal para serem tratados com tirania, violência, estupro contra as mulheres, e outra série de ataques a dignidade humana.*

*O ambiente inteiro – uma luta a ser feita no mundo sindical*

*Os últimos anos tem mostrado que o planeta está sucumbindo aos maus-tratos provocados pela raça humana. Abertura da camada de ozônio, aquecimento global, descongelamento das geleiras, secas, enchentes, tsunamis, mudanças inexplicáveis de clima. As conferências globais não têm logrado fazer com que os maiores poluidores se comprometam com o cuidado planetário. O máximo que se tem conseguido é o absurdo dos bônus do carbono, nos quais os países empobrecidos ganham dinheiro para “compensar” a poluição que provocam. É, porque os grandes centros levam as empresas poluidoras para a periferia. Essa é uma política ineficaz porque não barra de forma alguma os efeitos da poluição, na realidade é só mais uma forma perversa de escravizar a periferia.*

*O movimento sindical ainda não despertou para a importância desse debate, pois, discutir a forma como a terra está sendo explorada é discutir o próprio sistema do capital cuja máxima é justamente explorar até a exaustão, não só as pessoas, mas também a natureza. A ideia de progresso e de crescimento econômico está colocada aí como um cavalo de Tróia. Em nome do “desenvolvimento” vai-se aceitando a destruição da natureza.*

*Entendemos que está mais do que na hora de a Fasuba começar a apresentar às suas bases os novos modelos de desenvolvimento que estão sendo propostos pelos povos indígenas, configurado na proposta do Sumak Kausay (o bem viver), que muda completamente a relação das pessoas com a natureza, assim como aprofundar o debate sobre o socialismo, mostrando que mesmo nesse modelo ainda há que se melhorar na relação com a natureza.*

*Para os povos indígenas não há como separar o ser humano da natureza e por isso a relação com o “desenvolvimento” é outra. Isso pode ser percebido em lutas como contra a construção de Belo Monte ou a transposição do Rio São*

Francisco. O “progresso” não pode servir de desculpa para a destruição. Existem formas de atuar em harmonia e isso ainda temos muito de aprender.

O PSLivre entende que esse é um debate importante e pretende atuar de forma decisiva nesse campo.

## MULHERES

O feminismo é uma forma importante de empoderamento das mulheres. Alguns não entendem que as mulheres feministas, se consideram seguras e que não precisam estar dentro dos padrões de moda, de beleza, que o mercado tenta impor a todos.

As mulheres podem ser magras, gordas, terem corpos tatuados, cabelos longos ou curtos, de qualquer cor, e nem por isso deixam de serem mulheres e muitas são muito importante e muito capazes nas atividades que exercem.

Mesmo que até hoje tenha mulheres que recebem menos que os homens pelo mesmo trabalho, já há muitas que recebem igual e outras tantas que dirigem equipes masculinas, e que nem precisam se masculinizar para isto.

Temos alguns comportamentos machistas disfarçados de “coisas naturais”:

### 1. Divisão de tarefas

Num mundo em que mulheres e homens trabalham fora, por que cabe a elas fazer o serviço doméstico quando chegam em casa? Já pensou que talvez as mulheres sejam as únicas a saber cozinhar simplesmente porque seus companheiros nunca tentaram e elas foram treinadas pra isso a vida toda?

### 2. Mulher no volante...

Machista ao extremo a famosa expressão. Se algumas mulheres são inseguras no volante, é porque os pais não nos ensinam a dirigir desde a infância como aos filhos homens. Além de tudo, o dito é mentira: pesquisas mostram que, no Brasil, mulheres se envolvem muito menos em acidentes de carro do que homens e raramente em acidentes fatais.

### 3. Fiu-fiu

Sabemos que esta opinião é polêmica, mas repito: cantada na rua não é elogio, é manifestação de poder. Cantada é ótima quando é bem-vinda. Na rua, partindo de um estranho, só causa medo.

### 4. “Ela tá querendo”

Por Deus, há mil razões pelas quais uma mulher usaria roupas curtas e a primeira delas é conforto. Por que quando um homem mostra o corpo é calor e quando uma mulher mostra é um chamado ao sexo?

### 5. Deus é homem

Quando a Bíblia diz que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, está falando da espécie humana e não do homem enquanto gênero. Deus, na verdade, é um espírito e, como tal, não tem sexo. Projetar a imagem de Deus como um homem barbudo apenas coloca mais um homem em posição de poder.

### 6. Mulatas são sexy

Essa ideia vai muito além do machismo: é preconceituosa. Ela deriva de uma época horrorosa no Brasil em que os senhores iam à senzala estuprar as escravas, de quem tomavam todo seu prazer, já que a mulher branca, a esposa, era uma figura “límpida” que não deveria ser manchada pelo sexo. Se uma mulata é sexy, essa é uma qualidade dela enquanto indivíduo e não enquanto grupo social.

### 7. Mulher não precisa ter orgasmo em toda relação sexual

Tem parceiro que goza, vira e dorme? Os homens devem saber que é muito possível para as mulheres atingir o orgasmo em todas as relações e, às vezes, mais de uma vez – você só precisa se dedicar ao prazer dela tanto quanto se dedica ao seu. E, se ela nunca chegou lá ainda por alguma razão (algumas mulheres têm sua sexualidade reprimida a vida toda, pode ser mesmo mais difícil para elas), é importante ter paciência e deixar ela ir guiando o caminho.

### 8. É difícil ser mãe e trabalhar

E ser pai e trabalhar não é? Exceto pela fase da amamentação, não vejo porque uma mãe teria mais dificuldades em trabalhar do que um pai. As tarefas com os filhos devem ser igualmente dividida pelos dois, pelo bem da criança, dos pais e, em alguns casos, do relacionamento do casal.

### 9. Toda lésbica é masculinizada

Alguns machistas parecem ter a necessidade de dizer que mulheres que não gostam deles só podem desejar ser como eles! Claro que não! Há tantas variáveis de lésbicas quanto há de indivíduos heterossexuais. A maioria se veste exatamente como as mulheres heterossexuais, inclusive usando adereços. E se vestirem-se de um “jeito masculino”, continuará sendo o direito dela.

### 10. Homem paga a conta

A conta deve ser dividida entre os dois.

Citamos o Geledés, como bibliografia para os dez comportamentos machistas

## A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MUNDO E NO BRASIL

Apesar de termos a Lei Maria da Penha o crescimento da violência contra a mulher está muito grande em todo o Brasil, e em algumas regiões com mais intensidade. O homem ainda considera que a mulher é sua propriedade e quando os

casamentos ou romances são desfeitos e não aceitos por eles uma das maneiras que eles resolvem é tentar assassinar a ex-companheira ou praticar violências contra elas.

As casas de abrigos estão ajudando uma grande parcela a ter coragem de denunciar o companheiro, pois se sentem mais seguras.

Mas temos outros tipos de violência cometidas contra as mulheres. Teremos que repudiar sempre as religiões, ou raças e etnias que utilizam a **clitoridectomia**, que é a retirada do clitóris da mulher, dita como uma passagem, feita em diversas regiões da África, alguns ainda costuram a entrada da vagina para que saia somente a menstruação e portanto a dor sentida pela mulher quando tem relação é muito pior e ela está condenada a não ter prazer.

Toda a gente sabe que existe, mas raros são os que vivem de perto com a mutilação genital feminina e aceitam falar sobre o assunto, escondendo-se sob a capa do segredo e do tabu. A prática é tão ancestral que se desconhece a sua origem exata, mas já afetou 135 milhões de crianças, jovens e mulheres. Estima-se que anualmente, dois milhões estão em risco. Seis mil por dia. Duzentas e cinquenta por hora. Quatro por minuto. Entre os países que a praticam há um que fala português: a Guiné-Bissau

Temos por aqui um tipo de violência que é a praticada por profissionais sem humanidade quando no momento do parto da mulher ela é humilhada com frases tais como “na hora de fazer não doeu”, além de outras que hostilizam a mulher em um momento que deveria ser sublime. Que é dar a luz a uma outra vida.

Também tem o famoso picote dado nas mulheres para que os filhos nasçam mais facilmente, mas nem sempre é dado anestesia, nem sempre a mãe concordou com o procedimento e tem equipe médica que ainda usa amarrar as pernas da mãe, de alguém subir no seu ventre para ajudar a nascer o que pode provocar uma série de problemas para a mulher, e ainda por cima no momento de dar os pontos também sem anestesia, é dado um a mais que eles chamam de ponto do marido. Este ponto deixa a vagina mais estreita e as mulheres sofrem ao fazer sexo com o companheiro e às vezes acontecem até separações por conta disto. O nome deste método é **episiotomia**.

## PLANO DE LUTAS

- . Lutar por uma FASUBRA livre do aparelhamento partidário.
- . Lutar por uma FASUBRA livre do peleguismo e governismo que nos assolam.
- . Greve Unificada com os Servidores Públicos Federais, minimamente, greve com o setor da Educação a partir 18/05/2015.

- . Reposição das perdas inflacionárias desde Fernando Collor de Melo até os dias de hoje.
- . Lutar efetivamente por uma CARREIRA na verdadeira acepção da palavra, com mobilidade funcional, permitindo a ascensão.
- . Garantir os ajustes do PCCTAE luta histórica da categoria, como a racionalização dos cargos, reposicionamento dos aposentados e extensão do anexo IV aos aposentados;
- . Lutar pela efetivação do **RSC – Reconhecimento dos Saberes e Competência**.
- . Garantir a Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas em todos os aspectos e temas do dia-a-dia da luta;
- . Lutar contra a Terceirização e Privatizações;
- . Lutar pela revisão dos Cargos Extintos;
- . Lutar por concurso público em todas as classes e cargos;
- . Lutar por Contratação pelo Regime Jurídico Único (RJU).
- . Fazer a luta pelo piso de 3 salários mínimos e step Constante de 5%.
- . Garantir 30 horas de trabalho, sem redução salarial, uma luta dos trabalhadores desse milênio
- . Lutar pela destinação de no mínimo 1% da folha de pagamento para implementação de uma política nacional de capacitação e qualificação dos TAE's;
- . Criação de um fórum de interlocução da Federação com as Comissões Internas de Supervisão e reativação do GT-Carreira.
- . Estudar sistematicamente a conjuntura mundial e latino-americana para melhor avaliar os instrumentos de luta.
- . Imediata construção de uma política internacional para a FASUBRA com normas verdadeiramente rígidas e não aquelas que foram aprovadas na Plenária e que sequer foram cumpridas de tão brandas e casuísticas que foram.
- . Suspensão de todas as viagens internacionais até a aprovação de novas regras mais rígidas de ponto de vista político e financeiro, debatida nas bases, discutidas em GT específico e aprovada em plenária.
- . Desfiliar a FASUBRA da ISP.



- - Indicamos a criação de um GT com a participação das bases, com ampla discussão sobre os princípios e planos de lutas dessas entidades, e que até o findar dos trabalhos todas as viagens internacionais fiquem suspensas.
- . Garantir a manutenção da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.
- . Lutar pela efetiva autonomia universitária.
- . Lutar pela expansão de vagas com qualidade.
- . Lutar pela consolidação dos 10% do PIB na Educação já em 2015.
- . Apoiar de forma concreta as lutas que acontecem nos demais países, informando sobre elas nos veículos da Federação e participando de entidades internacionais que verdadeiramente estejam no caminho da luta anticapitalista e anti-imperialista.
- . Lutar pela implementação, de fato, da Convenção 151 pela “negociação coletiva” e “ajuizamento, individual e coletivamente, frente à Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal e pelo direito de fazer greve”.
- . Promover palestras e seminários sobre o tema Assédio Moral e Assédio Sexual e Mobilizar os trabalhadores no combate ao Assédio Moral e Sexual e também intensificar a mobilização junto ao Congresso, no sentido de garantir Leis para combater o Assédio Moral, alterações na Lei 8.112 e na CLT, com inclusões de artigos que combata Assédio Moral, e intensificação na luta para criação de artigo sobre Assédio Moral no Código Penal Brasileiro;
- . Que a FASUBRA tenha uma atuação condizente com sua categoria, defendendo intransigentemente os princípios do SUS, a manutenção intransigente dos HUs vinculados ao SUS sem a Ebserh;
- . Que se articule politicamente com o segmento usuários a eleição de um representante dos usuários como presidente do CNS;
- . Que se apresente a cada 04 meses relatório das atividades desempenhadas por seu/sua representante no CNS em plenária estatutária;
- . Que a FASUBRA ofereça oficinas permanentes de formação para as entidades de base, através de seminários específicos para a capacitação de representantes nos conselhos de saúde, sejam municipais, distritais e estaduais, visando monitorar pelo conselho de saúde as ações cumpridas e não cumpridas, alterações posteriores no plano de metas pactuado nos respectivos conselhos de saúde que envolvam a Ebserh e sua relação no desempenho da política de saúde em nível local, visando denúncia ao Ministério Público;
- . Que a FASUBRA através de seu representante no CNS, articule via DN a capacitação de delegados eleitos em conferências de saúde para defesa dos HUs e a prestação de contas da Ebserh, junto às conferências e plenárias de saúde em nível nacional;
- . Que a FASUBRA crie uma assessoria técnica em saúde do trabalhador com formação em saúde mental, atuando em conjunto com o setor jurídico da federação e com toda a DN, visando ampliar a expectativa e qualidade de vida e a saúde de cada trabalhador e trabalhadora filiados aos sindicatos de base.
- . Realização de eleições diretas para a direção da Fasubra, permitindo que toda a base participe.
- . Reconhecer o racismo no Brasil, saindo dessa armadilha de que vivemos uma democracia racial.
- . Atuar no sentido de dar a conhecer o racismo, buscando ações concretas para o combate do mesmo.
- . Lutar no sentido de garantir ações institucionais que evitem a discriminação da mulher no setor público e na sociedade em geral.
- . Garantir estrutura nas IFES para a mulher-mãe, tais como creches, saúde acompanhamento.
- . Lutar por uma política de inclusão igualitária de homens e mulheres.
- . Constituir estudos sobre a questão dos novos modelos de desenvolvimento propostos pelos povos originários e pelas populações empobrecidas e dar a conhecer às bases sobre essas novas formas de organizar a vida, nas quais o ambiente é visto como algo inerente ao humano.

## ASSINAM A TESE DO PSLIVRE:

UFV: Vanda Lucas, Christina Faria, Lucia Helena de Oliveira, José Carlos da Silva, Cleves de Souza Caetano, Rita de Cássia Pereira Resende, Antônio Carlos Ferreira Lopes, Sinval Fernandes de Brito, Alvaro Cesar Sant'Anna, Francisco Ferreira de Souza, José Francisco Ferreira, João Sabino, Hilton Adriano, Reginaldo Lúcio Torres, Sávio Tadeu da Silva,.

UFSC: Elaine Tavares, Marco Borges e Rodrigo Borges (UFSC).

UFLA: Tales

*UFMS: Artemísia Mesquita de Almeida, Ana dos Santos Vieira, Dayse Aparecida Clemente, Ely P. Monteiro, Ana da Silva Aragão, Antonio Fontinelli de Moraes e Juarez Rodrigues Ferreira.*

*UNIFESP: Melissa Campo, Rose Virgilio e Cris Cosmai.*

*UFTM: Rolando Rubens Malvásio Júnior.*

# MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

## Movimento Resignificar a FASUBRA pela Base

**“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros”**

**Che Guevara**

### 1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

*A crise econômica mundial, iniciada no final de 2008, é expressão de uma crise maior em que os princípios do modelo neoliberal, fundados no livre comércio, na livre circulação de capitais e na mundialização dos mecanismos financeiros, chegou a um nível insustentável, incapaz de garantir um novo ciclo de crescimento.*

*A crise iniciou afetando drasticamente o sistema financeiro global, levando a bancarrota muitos dos principais bancos, em especial dos países da Europa e EUA. A resposta de muitos governos foi socorrer os bancos, aumentando suas dívidas públicas. No caso dos países, cujas economias eram mais frágeis e dependiam mais do modelo neoliberal para garantir o seu crescimento (por exemplo, Grécia, Irlanda, Espanha, entre outros), esse quadro foi agravado pelo desequilíbrio das balanças de pagamentos.*

*Dessa forma, usando o aumento da dívida pública como justificativa, esses países, com apoio do grande capital, começaram a aplicar pacotes de austeridade, com cortes de direitos e políticas sociais. Ou seja, a crise do neoliberalismo, em um primeiro momento, justificou a aplicação de políticas fora do script neoliberal (intervenção estatal para salvar corporações privadas), para em seguida aprofundar o próprio neoliberalismo.*

*Essas medidas econômicas não foram capazes de retirar esses países da estagnação ou recessão, mas cumpriram a outra função do neoliberalismo: a concentração de renda. Fenômeno que se tornou mais acelerado nos últimos anos. A estimativa é de que a partir de 2016 o 1% mais rico do mundo terá mais riqueza que todo os demais 99%.*

*Em períodos de crise a competitividade dos concorrentes aumenta; vendem seus produtos a preços menores, reduzem direitos, desmontam estruturas de proteção social. São 200 milhões de desempregados em 2013 e cerca de 840 milhões de trabalhadores e trabalhadoras vivendo com menos de US\$ 2 diários.*

*Fenômeno frequente em todas as crises do capitalismo, a concentração de renda ocorre tanto entre diferentes classes sociais, como, também, dentro da própria burguesia,*

*principalmente por meio de processos de fusões e aquisições de empresas menores por empresas maiores.*

*O fenômeno da crise se fez sentir de forma diferenciada nos diversos países. Os governos que buscaram alternativas ao modelo neoliberal, como é o caso do Brasil (a partir de 2005 implementou substancialmente o modelo desenvolvimentista) e de vários países da América Latina. E os que nunca deixaram de privilegiar o papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico, caso da China, conseguiram sustentar altos índices de emprego e contínuo aumento da renda, ainda que em um ritmo menor que o anterior à crise.*

*A China continua como a grande propulsora do crescimento econômico, mas também com taxas cada vez menores. Atualmente elas se encontram em patamares por volta da metade do que eram no período pré-crise. Sua estratégia mudou: da atração de maciços investimentos estrangeiros e industrialização voltada para exportação, para um desenvolvimento com maior foco na expansão do mercado interno.*

*No caso da América Latina, a agenda neoliberal não desapareceu. Os governos democrático-populares são atacados diariamente pelos partidos de oposição à direita, grandes grupos de mídia, bancos privados, entre outros setores, que exigem políticas de austeridade, aumento das taxas de juros, redução da renda e do emprego e também a retirada dos direitos sociais (perspectiva neoliberal).*

*Outros governos progressistas da região também enfrentam dificuldades para garantir seu crescimento econômico. Na Bolívia e Equador, Evo Morales e Rafael Correa entraram em forte confronto com os movimentos indígenas em torno de projetos que tem impacto ambiental. Na Venezuela e na Argentina os desequilíbrios macroeconômicos vêm aumentando, sem uma saída a vista no curto prazo.*

*Nesse quadro global de contínuo declínio do crescimento econômico, até o momento não surgiu nenhuma nova alternativa ou modelo, mesmo dentro dos marcos do capitalismo, para a superação da crise.*

*A classe trabalhadora organizada se mobilizou no mundo todo contra os efeitos perversos da crise. Em cada local adquiriu demandas específicas, desde lutas pontuais para elevação dos salários e manutenção de empregos, passando por rejeição contra projetos de cortes de direitos e ataques à renda apresentados pelos governos com o intuito de salvar os bancos, chegando em alguns casos na luta pela derrubada de ditaduras e construção de democracias.*

*Na Europa, contra os pacotes de austeridade, os sindicatos e organizações do movimento estudantil, puxaram diversos atos e greves. Nos países árabes, devido à piora na qualidade de vida, estouraram diversas lutas populares que adquiriram um caráter de oposição ao regime estabelecido e de reconfiguração do modelo político. Houve intensa participação*

## MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

dos sindicatos, que conseguiram manter sua organização após décadas de repressão, ainda que esses não tivessem a liderança do movimento. No Brasil, diversas greves foram realizadas como resposta à recusa do empresariado em conceder reajustes salariais que garantissem o aumento da renda dos trabalhadores e trabalhadoras.

Porém, as principais mobilizações populares que ocorreram nos primeiros anos, após o estouro da crise, repetiram certo padrão, mesmo com todas as particularidades de cada local em que ocorreram. Grandes contingentes de pessoas, de diversas classes sociais, com diferentes opiniões, desejos e projetos políticos, ocuparam as ruas de várias cidades ao redor do globo, sem lideranças (fossem de indivíduos ou de organizações políticas) e frequentemente sem uma pauta e reivindicação claras.

Esse fenômeno iniciou-se nos países mais afetados pela crise econômica e mais recentemente chegou onde não houve processo de estagnação ou recessão (caso brasileiro).

No Oriente Médio e Norte da África, os resultados do fenômeno que ficou conhecido como “Primavera Árabe” foram diversos, variando muito em cada país. Entretanto em nenhum país, de fato, houve uma mudança estrutural sob a perspectiva das classes e grupos sociais subalternos, ainda que, na Tunísia, por exemplo, onde a onda revolucionária começou, a ditadura que perdurava há muito tenha caído, cada vez mais, um modelo democrático venhasendo disputado.

No Egito, maior país árabe do mundo, após a queda do ditador Mubarak, seguiu-se um período de turbulência, com eleições, golpes, repressão e atualmente ainda está incerto qual será o resultado político daquela “revolução”.

Na Europa, o impacto eleitoral foi o aumento da abstenção e trocas de governos sem mudanças nas políticas governamentais, sendo difícil avaliar se o espectro político tem se inclinado mais para a esquerda ou direita. Por sua vez, partidos de extrema-direita (fascistas e neonazistas) têm crescido em alguns países, aparentemente mais do que os partidos de extrema-esquerda.

Nos EUA ocorreu o surgimento do TeaParty, em 2009, como uma ala de extrema-direita do Partido Republicano, com um discurso fundamentalista cristão, ultra-liberal na economia, xenófobo e homofóbico. Apesar de ter ganhado muita força nos seus primeiros anos, recentemente a cúpula do Partido Republicano decidiu enfraquecer esse movimento, já que afastava o eleitorado mais ao centro.

É possível afirmar que o crescimento do fascismo tem adquirido múltiplas formas em diferentes países. Em Israel o processo de direitização, que ocorre desde os anos 90, atinge seu ápice nesse momento, ao mesmo tempo em que o povo palestino só vê seu território e seus parques direitos constantemente diminuídos.

Já na Ucrânia o crescimento de organizações neo-nazistas teve imenso apoio, político e financeiro, dos oligarcas locais e em especial dos EUA, como um instrumento para derrubar o antigo governo, desestabilizar a região e buscar isolar a Rússia da geopolítica global, em especial em relação à Europa, que depende tanto do gás quanto do mercado russo para sua economia.

Fenômeno que chocou boa parte do mundo, o surgimento do Estado Islâmico em parte do território da Síria e do Iraque também é resultado da ação do imperialismo. Após as guerras que EUA e seus aliados participaram diretamente ou patrocinaram no Oriente Médio, levando à devastação sem precedente da região, o que resultou no crescimento de grupos fundamentalistas islâmicos, que por sua vez haviam sido armados pela OTAN para derrubar Bashar al-Assad.

Muito da instabilidade que cresce no mundo, após o estouro da crise, não é resultado apenas dos efeitos econômicos, mas também da ação direta do imperialismo, em especial dos EUA que vem aprofundando sua política externa, definida como “dominação de espectro total”, formulada após o fim da União Soviética. Em casos nos quais os EUA não conseguem impor sua hegemonia, valem-se da desestabilização do país via apoio a revoltas sociais e mesmo guerras civis (podendo até lançar mão de mercenários estrangeiros), utilizando-se de todos os meios possíveis.

Porém, é importante destacar o crescimento de alternativas de esquerda. Na Grécia a Syriza (abreviação em grego para Coligação da Esquerda Radical) cresceu de forma expressiva nos últimos anos e nas eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2014, foi o partido mais votado e em 2015 chega ao poder com Alexis Tsipras. No centro desta vitória da esquerda estão 240 bilhões de euros, dívida da Grécia.

Outro caso de destaque é a Espanha e o novo partido Podemos, fundado em janeiro de 2014 e como consequência dos imensos protestos que estouraram no país em 2011. Com apenas quatro meses de vida, o Podemos ficou em quarto lugar nas eleições europeias de maio e em novembro aparecia nas pesquisas de intenção de voto em primeiro lugar para as próximas eleições municipais, regionais e nacional.

Podemos tem se destacado não apenas pelo seu programa de esquerda, apresentado em uma linguagem nova, mas também pela tentativa de um novo tipo de democracia interna de caráter mais horizontal e participação direta. Como ainda é um partido muito novo é difícil avaliar se serão bem sucedidos nessa tarefa.

Além disso, em outros países da Europa, as mobilizações sociais com propostas claras cresceram muito ao longo de 2014. Para ficar em um exemplo, no intervalo de menos de duas semanas, um milhão de pessoas foram às ruas na Itália e cem mil pessoas na Bélgica, convocadas pelas principais centrais sindicais desses países, contra propostas de seus governos para cortes em direitos sociais e trabalhistas.



# MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

Nos EUA, após o fim do movimento Occupy, que se espalhou por centenas de cidades, muitos movimentos sociais buscaram se reinventar. No caso do movimento sindical, a política de maior destaque foi a luta por sindicalização e aumento salarial dos trabalhadores e trabalhadoras das redes de fast-food, tendo sua principal ação no dia 04 de setembro, quando ocorreram paralisações e atos de desobediência civil em mais de 150 cidades.

Na América Latina, no geral, a esquerda se fortaleceu no último período, sendo reeleita onde já governava (sendo o caso mais recente o Uruguai, com a volta de Tabaré Vasquez da Frente Amplia, a mesma de Pepe Mujica) e conquistando novos governos (caso do Chile, onde Bachelet venceu com uma plataforma mais à esquerda do que seu primeiro governo; porém deve-se sublinhar que também aumentou drasticamente a abstenção eleitoral).

Ao longo do governo Dilma a política externa independente e focada nas relações Sul-Sul, iniciada pelo presidente Lula, se aprofundou. Entre suas principais ações podemos destacar: a) o enfrentamento aos EUA, após a descoberta que este espionava diversas autoridades, cidadãos e cidadãs do Brasil; b) criação do Banco dos BRICs, em parceria com Rússia, China e Índia, para ser um contraponto ao FMI; c) liderança política que buscou impedir interferência externa em assuntos de países da América Latina, como foi a tentativa da OEA, durante a crise na Venezuela no início de 2014; d) oposição à política norte-americana no Oriente Médio, em especial ao massacre israelense em Gaza e o bombardeamento no Iraque e na Síria ao longo de 2014.

Importante lembrar que o sindicalismo do nosso continente foi o único movimento social a apresentar um programa, para garantir o desenvolvimento econômico e social de modo sustentável: a Plataforma Laboral das Américas, construída pelas centrais sindicais através da CSA.

## 2. CONJUNTURA NACIONAL

A reeleição de Dilma Rousseff, para presidência da república, configurando um 4º mandato encabeçado pelo PT no governo federal, é uma grande vitória para a classe trabalhadora brasileira, alcançada em um contexto de forte disputa programática, de unidade da esquerda e de mobilização popular de rua.

O Brasil chegou a estas eleições com grandes conquistas econômicas e sociais. Avançamos na distribuição de renda, na diminuição da pobreza e saímos do mapa da fome organizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Atualmente temos níveis baixíssimos de desemprego e a renda do salário mínimo aumentou 72% comparada aos governos anteriores. Em 12 anos criamos 21 milhões de postos de trabalho, sendo que só no governo Dilma foram 5,6 milhões. A expansão das Instituições Federais de Ensino (Universidades Federais e Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia), a democratização do acesso à educação e as políticas de permanência são realidade em todo o país. Em 2002 o Brasil era a 13ª economia mundial, hoje é a 7ª. Reduzimos o endividamento líquido de 65% do PIB para 33% do PIB, com reservas de 370 bilhões de dólares. A descoberta do Pré Sal e a destinação de 50% do seu Fundo Social para a educação e saúde, assim como 75% dos seus royalties à educação e 25% à saúde, colocam o Brasil em outro patamar de investimentos públicos em setores tão decisivos.

O Brasil enfrentou um grande período de crise internacional com respostas positivas na agenda trabalhista e de ampliação de direitos. Além da firme continuidade da política de valorização do salário mínimo, garantiu-se direitos às trabalhadoras domésticas, reconheceu-se os jovens e as jovens como sujeitos portadores de direitos, com a sanção do Estatuto da Juventude, aprovou-se a PEC do trabalho escravo, impediu-se o retrocesso proposto pelo projeto de terceirização da atividade fim e sancionou-se o marco civil da internet.

Mas as dificuldades/contradições, vividas durante o 1º mandato da presidente Dilma, também existiram: não avançamos na democratização do Estado por meio das reformas estruturais; o papel do trabalho ainda ficou à margem das políticas sociais, com constantes tentativas de retrocessos em direitos; a política econômica esteve sob forte disputa cotidiana dos setores do mercado financeiro.

Não obstante, o programa apresentado pela candidatura Dilma, durante a disputa eleitoral, sinalizou possibilidades para um 4º mandato de maior aprofundamento das políticas sociais e democratização do Estado. Durante a disputa eleitoral abriu-se o debate programático sobre os rumos da economia do país, através do debate sobre autonomia do Banco Central, afirmou-se a necessidade de combater a todas as formas de violência, ratificou-se a importância das políticas sociais e dos serviços públicos de educação, saúde, transporte e segurança, bloqueou-se qualquer tipo de retrocesso nos direitos trabalhistas e afirmou-se a necessidade de uma reforma política que retire o poder determinante do financiamento privado e que promova maior participação social, incluindo as mulheres, a população negra e a juventude.

Dilma se afirmou como uma forte liderança política de esquerda, especialmente entre a juventude e as mulheres, por toda sua trajetória política de luta pela democracia e ética pública.

Esta campanha foi a quarta disputa entre o PT e o PSDB, desde que o PT venceu em 2002. E foi, portanto, o quarto enfrentamento de dois projetos distintos para o país. Saímos vitoriosos/as de uma eleição de forte polarização entre projetos políticos absolutamente diferentes. De um lado nosso projeto anti neoliberal e de outro o projeto de retorno à agenda neoliberal. Nosso projeto venceu principalmente nos locais nos quais conseguimos implementá-lo de maneira mais aprofundada, o que significa sua aprovação popular.

# MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

Não obstante a esta importante vitória do programa desenvolvimentista que tem transformado o país na última década, os setores conservadores – representados pelo monopólio da grande mídia e pelo rentismo - tem imposto sua agenda neoliberal. Em uma franca inflexão à direita, o Governo Dilma muda a orientação macro-econômica (que foi sinalizada em dezembro de 2014 com um pacote fiscal que pretende retirar da economia R\$ 80 bilhões de reais – em uma economia já estagnada), cedendo aos interesses financeiros e colocando no comando da economia brasileira Joaquim Levy, um notório neoliberal, ligado ao PSDB (que já havia sido secretário do Tesouro Nacional com Lula). O reflexo imediato desta inflexão é a retomada do aumento das taxas de juros (hoje em 12, 5% - 10/02), que a cada meio porcentual transfere recursos da sociedade da ordem de R\$ 10 bilhões/ano de reais para o setor financeiro. Isto acontece em meio a uma concentração de renda brutal no país: os 5% mais ricos abarcam 44% da renda nacional, sendo que o 1% mais rico fica com 25% desse total.

## 2.1 Uma agenda política positiva para consolidar nossa vitória eleitoral

Essa disputa de projetos políticos, como já percebemos, não termina nas eleições. A polarização conservadora expressa através do ódio ao nosso projeto, que é vista todos os dias, nos mostra que a disputa vai continuar durante todo o governo da presidenta Dilma. Conseguiremos ser vitoriosos nesse processo na medida em que avançarmos em duas frentes:

- Em uma agenda política positiva, que tenha com centralidade: a afirmação da política econômica anti neoliberal; a democratização do Estado; e que coloque a valorização do trabalho no centro das políticas sociais.

- Seguir na busca de unidade no bloco da esquerda que se expressou principalmente no 2º turno, reforçando seus ideais de liberdade, que foi capaz de atrair novos setores populares para nosso campo, especialmente jovens não organizados em movimentos tradicionais.

Os mercados financeiros disputam uma direção para a política econômica, que seja alternativa àquela que foi eleita pela maioria do povo brasileiro: uma economia política não alinhada com o programa vitorioso em 2014. E até o momento estão tendo êxito.

Após a derrota eleitoral, os mercados tentam recuperar a supremacia sobre as questões mais fundamentais, como a moeda, os juros, o câmbio, a política salarial, a política externa e fiscal. O primeiro grande desafio, portanto, é enfrentar, nas ruas, esta orientação macro-econômica neoliberal, defendendo a política econômica que vem permitindo a transformação real da vida da maioria de nosso povo. Política econômica que foi vitoriosa nas últimas eleições. Desafio que é ainda mais urgente após as primeiras medidas anunciadas pelo governo,

que, ao contrário do que foi prometido, subtrai direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

No que tange à democratização do Estado, a pauta das reformas estruturais precisa ser enfrentada. A realização do Plebiscito pela Constituinte Exclusiva e Soberana para fazer a Reforma Política é condição indispensável para avançarmos nas demais reformas. Este Congresso eleito não tem correlação de forças suficiente para aprovar questões estruturais favoráveis à democratização do Estado.

Paralelamente à reforma política, necessitamos centrar forças na democratização da comunicação, que, monopolizada como é hoje, bloqueia a comunicação de nosso projeto com a grande massa, serve a interesses golpistas e não se comporta como concessão pública e democrática.

O movimento sindical tem potencial para unificar numa mesma plataforma as lutas por igualdade em suas dimensões econômica, social e política. Nesse rumo, a unidade de ação com movimentos sociais populares em defesa de reformas estruturantes, como a reforma política, é fundamental, levando ao centro do projeto unitário a democracia participativa e a democratização dos meios de comunicação. Significa minar o poder do capital sobre as decisões políticas e a formação da opinião pública.

Os próximos quatro anos de governo Dilma serão de intensa disputa, mobilizações e precisarão de muito diálogo com o movimento sindical para a consolidação de uma sustentação política dos movimentos sociais, para aprofundar as transformações em curso, que correm o risco real de serem estagnadas. A FASUBRA Sindical deve ser protagonista nesse processo, através da mobilização dos técnico-administrativos em educação para as lutas em defesa do serviço público federal, com remuneração digna e condizente com nossa importância no Estado, contra as terceirizações e por democracia nas universidades. É preciso atuar para unificar os movimentos sociais de esquerda com uma agenda capaz de resistir aos ataques e pressionar por mais mudanças.

## 3. EDUCAÇÃO

A Autonomia Universitária está prevista na constituição da república em seu artigo 207 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 54. É nela que se fia a capacidade de se produzir conhecimento, ciência e tecnologia de forma livre e inovadora, sem a interferência e instrumentalização. Ela é condição inerente à universidade e está articulada ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como ao princípio da auto-gestão administrativa e financeira, incluindo a gestão de pessoal.

Recentemente vivemos tempos em que as instituições federais de ensino são alvos de diversos processos em órgãos de controle, como Controladoria Geral da União e Ministério Público Federal, que em função de práticas ilegais em algumas dessas instituições tem generalizado uma série de

# MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

*recomendações impositivas, interferindo diretamente na sua administração. Também os Ministérios da Educação e Planejamento, vem se utilizando de instrumentos infra-legais, como orientações, instruções normativas e até ofícios circulares para padronizar procedimentos e impor uma forma de gestão pública e uma política educacional verticalizada, sempre com o pretexto de que o artigo 207 não foi regulamentado.*

*Consideramos que a autonomia universitária está sob franco ataque e a comunidade universitária precisa debater esse tema com a devida seriedade, sem, no entanto, desconsiderar o caráter público da universidade, que deve se submeter ao controle social, à transparência e aos princípios legais gerais, afinal, autonomia não é soberania.*

*A FASUBRA, como representante máximo dos TAE em nível nacional, deve ser protagonista na defesa da autonomia universitária e na sua vinculação umbilical com a democracia. Devemos debater com as demais entidades a necessidade de regulamentação, que garanta às instituições federais suas prerrogativas, sem que essas tenham que se submeter às investidas dos órgãos de controle e dos ministérios, porém essa regulamentação não pode criar uma mini-república, dirigida apenas por uma categoria.*

*Propomos, como desafio para a próxima gestão da federação, a construção de um seminário nacional em defesa da autonomia universitária, organizado em parceria com as demais entidades representativas da educação federal, do segmento docente e estudantil, com objetivo de construir um movimento para defender a Autonomia Universitária e a democratização das IFES.*

*Outras bandeiras históricas devemos lembrar, continuar defendendo e pressionar para conquistar:*

*Eleições no mínimo paritárias para dirigentes das Universidades, Faculdades e Centros, em processo que se inicie e se encerre na instituição, sendo empossado o dirigente eleito;*

*Paridade nos colegiados superiores entre os três segmentos (1/3 de docentes, 1/3 de Estudantes e 1/3 de TAE);*

*Participação da comunidade externa nos conselhos superiores, garantindo a presença da sociedade organizada, principalmente nos colegiados de controle social, como conselho de curadores, por exemplo;*

*Defender a continuação da ampliação da universidade, com a devida ampliação do quadro de pessoal, com a contratação de técnicos e docentes por concurso público, além da necessária infraestrutura para o funcionamento dos novos cursos e novos campi;*

*Defender a consolidação e ampliação das políticas de permanência estudantil e as ações afirmativas (cotas);*

## 4. SAÚDE E PREVIDÊNCIA

*O debate em torno deste tema é de máxima urgência e está cruzado com o debate sobre carreira. A organização do trabalho coletivo dos técnico-administrativos em educação deve se debruçar sobre dois elementos centrais para a próxima agenda: as novas regras de previdência para os novos e novas trabalhadoras, bem como o fundo de previdência respectivo; e a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH – como tecnologia de gestão ao Sistema Único de Saúde.*

*O primeiro ponto é de importância vital à organização sindical. A perspectiva previdenciária, considerando a necessidade de contribuição a um fundo de previdência, incide diretamente na perspectiva de composição salarial. Nesse cenário posto, o recebimento de abono traz consigo um largo atrativo. Portanto, ao pensarmos a remuneração do trabalho técnico, ligada à uma configuração de carreira, o desafio passa a ser como buscar unidade no interior da categoria. Este debate deve ser feito com profundidade no que tange a organização da função pública (carreira).*

*No que concerne a Empresa, a intervenção sindical deve passar por duas chaves de abordagem: a) a luta contra essa tecnologia de gestão (empresarial) deve ser implacável e denunciada como elemento nefasto à garantia da publicidade do Sistema Único de Saúde, que passará a ter sua estrutura hospitalar gerada sob a ótica do mercado – e com liberdade institucional ampla; b) a Federação, juntamente com os sindicatos de base, deve implementar uma larga política sindical, que vise incorporar as trabalhadoras e trabalhadores, que ingressarão como empregados públicos, no conjunto da categoria.*

*Neste sentido deve-se, também, superar o desafio sindical de organizar estes e estas trabalhadoras sob a perspectiva de carreira e de luta sindical em geral. A categoria deve disputar este novo setor como trabalhadores e trabalhadoras em educação. Lembremos que os Hospitais continuarão a produzir ciência e tecnologia, portanto, se manterão como instituições de ensino – o Ministério da Educação é um dos responsáveis institucional da Empresa. Abrir mão desta perspectiva é fragmentar a categoria e enfraquecer a luta.*

## 5. COMBATE ÀS OPRESSÕES

*Os temas transversais estão relacionados ao combate a todo tipo de opressão existente na sociedade, com reflexos dentro das instituições de ensino. São temáticas que perpassam todas as classes sociais e dizem respeito a todas as pessoas, pois tratam sobre as discriminações culturalmente construídas. A população LGBTQTTT, os negros, as negras, as pessoas portadoras de deficiência e as mulheres são a parcela da população mais estigmatizada com pré-conceitos e, por isso, sofrem violências de todas as formas. É necessário e*

# MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

*fundamental que se construam políticas públicas voltadas ao âmbito social, que venham romper com as atitudes e os impactos desta forma perversa de se relacionar com a diversidade, com o que não corresponde ao imaginário social, calcado na norma branca, hétero e masculina.*

*Combater o machismo patriarcal, que violenta e aprisiona as mulheres, afastando-as da vida política, dos espaços públicos, do mundo do trabalho produtivo e também do universo sindical, relegando-as a cidadãs de segunda classe, com baixos salários, precárias condições de vida, a mercê de todas as formas de violência: institucional, obstétrica, doméstica, assédio moral e sexual no trabalho, unicamente por serem mulheres, visibilizando a perversidade das relações de gênero presente em nossa sociedade.*

*Lutar contra o racismo, entendendo que o Brasil é um país multi étnico, onde o preconceito relativo à cor é velado e por isso negado. Não existe democracia racial em nosso país. A exploração do corpo das mulheres negras, o genocídio da juventude negra, a divisão sexual e étnica do trabalho, são exemplos disso. Também nos mostram que racismo e machismo andam juntos e se fortalecem mutuamente. Não há como falar em machismo sem fazer recorte de etnia, bem como não se pode falar em racismo sem fazer recorte de gênero. Isso porque a opressão atinge homens e mulheres de formas distintas, depende da cor, do sexo, da origem e condição social, da orientação sexual e identidade de gênero e também da condição física, ainda que seja comum a todos e todas.*

*Dentro das instituições de ensino, observamos os trotes machistas, racistas e homofóbicos (incluindo-se aqui a lesbofobia e a transfobia), ao pouco aceite pelas IFES do nome social, a falta de acessibilidade aos portadores e portadoras de deficiência, bem como a de comunicação eficaz com os surdos e surdas acarretando em altos índices de evasão e baixo rendimento ensino-aprendizagem, a dificuldade das mulheres e da população negra e LGBTQTT, de todos os segmentos de trabalhadores e trabalhadoras das IFES, em alcançarem postos e funções de direção, onde a predominância é de homens brancos e héteros, e mesmo no caso das mulheres serem a maioria entre todos os trabalhadores das IFES, possuindo inclusive grau de instrução superior a eles.*

*A relação se apresenta da seguinte forma: homens ocupam quase a totalidade dos cargos de chefia/direção com poder de decisão (mais de 70%), os homens negros ficam em segundo lugar em relação aos brancos, mas à frente das mulheres brancas que não chegam a ocupar 30% dos cargos, e desses um percentual ínfimo é ocupado pelas mulheres negras. O que nos mostra, a princípio, que o quesito gênero pesa mais na opressão aos trabalhadores e trabalhadoras, dentro das IFES, que o étnico. Não se tem percentuais significativos para a população LGBTQTT e portadores de deficiência, estas são excluídas sumariamente da possibilidade de acesso ou se excluem, tamanha opressão e discriminação que sofrem. A defesa da bandeira das cotas étnicas e de gênero nos*

*processos de seleção internos e externos nas IFES é uma ferramenta provisória fundamental no processo de luta histórica para se alcançar a igualdade.*

*É necessário que a FASUBRA fomenta o debate amplo sobre temas transversais no interior da categoria, para desmistificar e emancipar os trabalhadores e trabalhadoras das IFES para a luta anti racista, machista e homofóbica, pressionando os gestores e os governos a debater e implementar políticas públicas, voltadas a sanar estas chagas existentes em nossa sociedade, entendendo que dizem respeito a todos e todas nós, trabalhadores e trabalhadoras em educação. A mudança cultural começa na educação, somos parte e responsáveis por este processo.*

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

### 6.1 Carreira

*O Plano de Carreira histórico defendido pela FASUBRA e SINASEFE estruturava-se numa lógica que não foi conquistada no PCCTAE (nosso Plano atual): previa a ascensão/promoção de uma especialidade para outra de maior hierarquia, via processo de capacitação e seleção internos, e um único macro-cargo com especialidades (tal como a carreira dos docentes, cujo único macro-cargo é professor do magistério superior), bem como piso de três (03) salários mínimos e diferença (step) entre um padrão salarial e outro de 5% (hoje é 3,8%). Em 2005 conquistamos, no entanto, o desenho de uma matriz salarial única (39 padrões) com cinco níveis de classificação, mas de cerca de 360 cargos e aos quais correspondem cinco tabelas interpoladas entre si em dois padrões salariais (linearidade), de forma que não há como se aumentar valores de piso e step sem que repercuta para todas as tabelas, que juntas formam a matriz. E nosso desenvolvimento se dá dentro do mesmo cargo sem possibilidade de ascensão/promoção funcional. Depois esse desenho foi sendo alterado mas a tabela continua única. A linearidade também se refere ao quantitativo igual de níveis de capacitação para cada nível de classificação (A, B, C, D e E), bem como ao step fixo, constante em toda a tabela e ao formato anterior de incentivo à qualificação.*

*Nossa categoria está em plena transformação com o ingresso de novos trabalhadores e com o aperfeiçoamento e qualificação dos já existentes. Cerca de 70% dos trabalhadores recebem incentivo à qualificação por possuírem escolaridade acima da exigida pelos cargos. Necessitamos diagnosticar este processo e interferir nele, vislumbrando no desenvolvimento da carreira a nova realidade.*

#### 6.1.1 Razões para repensar

*Repensar não é estabelecer um falso debate entre uma suposta “carreira antiga” e uma “carreira nova”. Não existe esta dicotomia. O processo de organização do trabalho técnico e administrativo em educação deve incorporar, necessariamente,*



# MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

o movimento da realidade. Na medida em que houve mudança no perfil da categoria, na medida em que nosso trabalho hoje é executado, estruturalmente, em larga medida, por trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, na medida em que a implantação da Empresa brasileira de Serviços Hospitalares modificará substancialmente o trabalho técnico – a começar pela introdução do emprego público –, nossa carreira precisa ter a capacidade de manter organizando a função pública no interior de uma diversidade de relações de trabalho, sem perder a perspectiva social do trabalho.

Neste sentido, precisamos identificar os elementos estratégicos que devem permanecer no horizonte da organização do trabalho técnico, daqueles que se relacionam apenas com o momento conjuntural.

Lembremos que em 2007 a categoria aceitou alterar elementos estruturais da carreira. Alterações que se antagonizaram com a concepção de trabalho desenvolvida ao longo do debate histórico em torno da organização do nosso fazer: a diferenciação no valor do trabalho (valor aqui não é salário) – o que trouxe a referência do “mercado” como indicador de patamar salarial –, e a meritocracia.

Ambos elementos vieram para o norte organizativo do fazer técnico. A resultante, a médio e longo prazo, será o fortalecimento da terceirização de amplos setores do fazer técnico e um horizonte de diferenciação salarial brutal entre os diversos fazeres do trabalho técnico e administrativo: classes “A”, “B”, “C” e parte da “D” estarão na modelagem da terceirização (com a EBSEH, esses fazeres já vem terceirizados) e fazeres como enfermagem, arquivista, administrador, pedagogo, técnico de laboratório, técnico de enfermagem, etc., todos serão remunerados segundo o mercado.

Entretanto, esta não é ainda uma realidade – mesmo que já esteja no horizonte em função da “gestão empresarial” para o setor da saúde (EBSEH). O debate em torno de como o trabalho técnico administrativo em educação deve se organizar está em aberto, abarcando todas as possibilidades.

Também, na sequência, a questão de enorme importância para o debate em torno do desenvolvimento de nossa carreira é a previdenciária, como já dito acima. Esta é regida por variada legislação, o que estabelece diferenças nas regras de aposentadoria e exige repensarmos qual a melhor estrutura de carreira para enfrentá-las com a menor perda e a manutenção de isonomia entre ativos e aposentados. Esta é uma questão estratégica.

Outra questão importantíssima para o debate de carreira: a escolarização. Houve um avanço significativo no acesso aos níveis escolares (sobretudo no nível universitário). O país avançou com o desenvolvimento tecnológico e a informatização de processos e sistemas, exigindo maior escolarização e aperfeiçoamento como requisito de ingresso nos cargos. Hoje

um alto percentual de TAE já ingressa com titulação acima da que os cargos exigem.

Elemento de importância vital para uma concepção valorativa do fazer técnico: mobilidade entre os diversos fazeres que compõem o trabalho coletivo técnico, sem a qual não existe carreira. Nossa Constituição e a interpretação majoritária que a ela é dada, quanto à impossibilidade de aglutinarmos cargos em nível acima do atual e mantermos neles os atuais ocupantes junto aos novos, engessa o aperfeiçoamento (ascensão/promoção funcional e racionalização), bem como a impossibilidade estrutural de mobilidade interna entre as classes “D” e “E” – lembremos que entre as demais classes isto é uma realidade em outras carreiras (aqui entra o debate estratégico em torno da concepção de macro-cargos) – retiram a dinamicidade da carreira, obstaculizando a valoração do trabalho.

Com toda a realidade acima apontada, no entanto, não temos encaminhado, com raras exceções de alguns sindicatos de base no último período, trabalho de estudo, debate e formulação no sentido de estimular, contribuir e reivindicar da própria FASUBRA que enfrentasse a nova realidade do perfil dos técnico-administrativos, do mundo de trabalho, da Universidade e dos Institutos, bem como do regramento das relações e da aposentadoria. Nossas entidades, bem como as CIS, seguem apresentando uma pauta de reivindicações antigas, com alterações pontuais, que, se conquistadas, trazem alguns ganhos financeiros, mas não avançam como estrutura de carreira mais permanente e necessária.

É preciso ousadia para efetivar a luta e formular a nossa política de carreira. Não podemos sucumbir ao que possa vir como proposta do Governo, nem aceitar o que venha como resultado da fragmentação já existente da categoria. Há segmentos buscando resolver sua questão isoladamente, haja vista a criação de entidades, o projeto da EBSEH, com Plano de Carreira próprio para os novos trabalhadores dos hospitais universitários, bem como outras movimentações de setores específicos de nossas Instituições. Temos de defender a unidade na luta em defesa de nossa categoria e classe – somos todos trabalhadores em educação!!

## 6.1.2 Por onde caminhar - Proposições

**A curto prazo** devemos seguir reivindicando o aumento de piso e do step nos marcos históricos de 3 (três) salários mínimos para o A e 5% de step, bem como exigir o retorno ao texto da lei do step fixo em toda a tabela.

Em prazo médio - **Retomar o estudo e formulação sobre carreira e relações de trabalho na FASUBRA** e sindicatos de base, com o compromisso de realizar o estudo do perfil da categoria, a análise das legislações que regem a previdência, a carreira e as relações de trabalho.

# MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

*Tudo isso à luz do debate sobre Estado e Universidade e, sobretudo, sob o resgate de uma visão de universidade referenciada no trabalho (Projeto Universidade Cidadã para o(a)s Trabalhador(a)s).* A FASUBRA deve organizar o debate junto à categoria, pelos sindicatos de base e integrando a CIS no mesmo, em fóruns estaduais e regionais, sobre a carreira e relações de trabalho, e formular proposta de estruturação da carreira e outras que se fizerem necessárias, como questões relativas ao regime jurídico único, cujos diversos direitos perdemos na era FHC, como o anuênio, por exemplo.

**Debater a adoção de macro-cargos com especialidades, seja o único, dois ou outras alternativas,** como a de se pensar macro-cargo por ambiente e possibilidade de promoção dentro do mesmo, e da elevação do nível de escolaridade como requisito dos cargos, garantida a possibilidade de enquadramento dos atuais trabalhadores, bem como a amplitude da progressão por capacitação.

**Retomar junto ao conjunto dos trabalhadores do serviço público federal o debate sobre a ascensão/promoção funcional, na linha de emendar a Constituição,** de forma a garantir parcela das vagas de cargos públicos para a carreira dos trabalhadores públicos. Nessa hipótese e como alternativa, devemos garantir que os técnico-administrativos em educação, que ingressem por concurso público e/ou por ascensão, em cargo de nível de classificação superior aos que ocupam, tenham posicionamento na tabela que considere o caminho já percorrido (padrões) por desempenho no cargo anterior.

E, por fim, devemos **enfrentar o processo crescente de terceirização reivindicando que todas as atividades de caráter permanente das IFE sejam desempenhadas por trabalhadores do quadro.** Defendemos não só o fim da terceirização, mas de qualquer forma de contratação que não o Concurso Público, via RJU, para essas atividades. Este é um embate do próximo período, envolvendo também o conjunto do funcionalismo público na discussão das Diretrizes de Plano de Carreiras (debate estrutural em relação ao Estado) junto à sociedade, provando o custo maior da terceirização e das formas de contratação que não investem na qualificação e aproveitamento do trabalhador público, como, inclusive, contratos com consultorias externas. Concursos devem ser abertos para as necessidades com base no processo de Dimensionamento, previsão legal não cumprida, que deve ser feito nas IFE.

## 7. ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ampliar o mandato para três anos;

## 8. AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Balanco de Gestão Fasubra Sindical – Biênio 2012/2014

A atual Direção Nacional iniciou seu mandato de dois anos em abril de 2012. O Movimento É Hora de Resignificar, integrado por militantes da CSD, SINTEPS, MUR e Independentes,

considerando a proporcionalidade dos votos obtidos, integra a Direção com três Coordenações: Educação, Raça e Etnia e Estaduais. A condição de minoria do Resignificar na atual composição da DN da federação, ainda que tenha limitado em alguma medida sua intervenção, conseguiu operar politicamente no fortalecimento Federação.

A construção do campo Resignificar nasceu com o objetivo de buscar a unidade das trabalhadoras e trabalhadores do campo da educação. Neste sentido, nossa primeira avaliação é positiva. Perseguimos este objetivo o tempo todo, na tentativa de recapacitar a organização em fazer política no plano da formulação e execução de ações sindicais, que levem ao avanço a luta de classes, com vitórias e conquistas para as classes trabalhadoras. Capacidades de formulação que atravessam todas as correntes de pensamentos no interior da FASUBRA, ainda que na atual conjuntura se apresente de forma inerte. É urgente que a FASUBRA recupere sua capacidade de formulação/proposição, aliada à sua combatividade, tendo como referência maior a luta anticapitalista e a construção do socialismo.

Nesse sentido, desde o momento em que debatemos a disposição do nosso coletivo em disputar a eleição congressual, atuamos no sentido de superar o espírito de divisionismo no seio da categoria, causado pelas disputas internas na federação, bem como mobilizar o(a)s técnico-administrativo(a)s em educação para além do imediatismo econômico. Com participação minoritária, este campo político encontrou várias limitações para implementar uma política que concretizasse o programa apresentado ao conjunto da categoria no Congresso. Como exemplo: não conseguimos fazer com que o conjunto da Direção construísse um espaço para um debate necessário que trouxesse à luz da realidade, e problematizasse, a alteração do perfil da categoria, bem como a mudança nos processos de trabalho e, sobretudo, a relação “orgânica” (geracional) com as novas tecnologias. Temas que certamente incidem sobre o debate da carreira e sobre o processo de luta.

Nosso campo político, pois, não conseguiu estabelecer a centralidade destes temas, ainda que tenha encaminhado, exaustivamente, estas problematizações em todos os momentos possíveis. É de fundamental importância a percepção do movimento que ora se impõe com a formação da nova geração, que traz consigo novas contradições que se projetam em patamares reivindicatórios diferenciados, haja visto a questão previdenciária (abordado nesta tese no debate sobre carreira). Urge o anseio pela unidade dos segmentos que compõem a categoria, sejam eles os antigos (com todos os direitos) ou os novos, que são obrigados a recorrer à Previdência privada para garantia de uma aposentadoria digna.

Para nós do Resignificar, o momento impõe que todos os membros da DN coloquem os olhos no horizonte e parem de andar em círculos, baixem os dedos que se mantêm em riste, visualizem o mapa do Brasil para lembrarem que uma categoria

# MOVIMENTO RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE

do tamanho da nossa, com salários espremidos, com os espaços democráticos das nossas instituições também espremidos pela prática de gestões universitárias reacionárias e conservadoras, essa categoria estava sendo sacrificada por conta de disputas insanas, sem lastro ideológico e (sub) partidários, instalada, não de agora, no interior da DN.

## 9. PLANO DE GESTÃO E LUTAS 2015/2017

O Plano de Lutas da federação deve orientar o movimento sindical dos TAE para as necessidades do período, compreendendo as diretrizes administrativas e de gestão da entidade, como forma de expressão prática de nossa concepção de mundo, democrática e revolucionária, além de tarefas e diretrizes políticas sobre as lutas que deveremos travar com prioridade no próximo período, ou seja, na gestão 2015/2017.

Além dos tópicos elencados abaixo, compõem a proposta de plano de lutas de nossa tese os itens e tópicos destacados abaixo de cada tema exposto.

### 9.1 Formação Política e Sindical:

Criar a escola nacional de formação política e sindical dos técnico-administrativos em educação das universidades, com programas de formação permanente para dirigentes dos sindicatos de base e para a base, versando sobre temas caros aos TAE, de modo a reforçar as bandeiras e pautas históricas da categoria;

O processo de formação deve estar ligado a relação de incentivo aos Grupos de Trabalho/Discussão temáticos na base, como instrumento de formação sobre temas específicos e assessoramento às direções sindicais e GT nacionais. Desta forma deve-se dar uma configuração sistêmica ao processo de formação e formulação de políticas estratégicas.

### 9.2 Comunicações da Federação:

Revitalizar os instrumentos de comunicação da federação tendo como alvo os sindicatos filiados e também os TAE, diretamente, utilizando as redes sociais, mas com forte ênfase na página oficial que deve ser transformada em polo aglutinador e irradiador de informação da e para a categoria, inclusive com possibilidade de cadastro de e-mail para envio de boletim informativo.

Produzir e distribuir spots de rádio para reprodução no site, na base e rádios das universidades, por exemplo, com temas importantes para o movimento, mobilizando, informando e agitando em relação às pautas da categoria, do movimento sindical e dos movimentos sociais;

Manter e administrar com democracia e transparência os perfis, páginas e canais oficiais da federação nas redes sociais, os quais devem servir para debater, informar e integrar.

### 9.3 GT da Federação:

Retomar o funcionamento regular dos GT da federação como instâncias assessoras da Direção Nacional, de formulação técnica e política, atualizando e reafirmando todo o arcabouço já produzido pela categoria nas diversas áreas.

### 9.4 Transparências administrativa e financeira:

Publicar regularmente prestação de contas no site da federação, numa demonstração de total transparência em relação ao uso do dinheiro da categoria;

Formular, aprovar, divulgar e cumprir o Regimento Interno da Direção Executiva Nacional, disciplinando o seu funcionamento no que o estatuto for omissivo e principalmente no que diz respeito ao cotidiano da gestão e do funcionamento da DN, evitando as tradicionais “carteiradas” e acordos que dificultem a transparência e a boa gestão na federação.

### 9.4 Agendas dos movimentos sociais da Educação e Saúde e SPF:

Participar ativamente do Fórum Nacional de Educação (FNE), Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e outros espaços representativos da Educação, defendendo as posições aprovadas nas instâncias da federação;

Participar da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, polo aglutinador de movimentos progressistas da educação brasileira, e de todos os espaços referente ao fortalecimento e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde.

Orientar os sindicatos de base a participar dos conselhos municipais e estaduais, por serem espaços de controle social e formulação de políticas públicas (conselho dos direitos das mulheres, de pessoas portadoras de deficiência, de segurança, transporte, fórum estaduais e municipais da educação, etc.).

### Assinam esta tese:

Militantes da CSD

Militantes do SINTEPS

Militantes do MUR

Militantes Independentes

# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

## Tese do grupo independente na FASUBRA

### FASUBRA: PARTICIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

*“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.” (Guimarães Rosa)*

### QUEM SOMOS

O Grupo denominado Independentes na FASUBRA é integrado por trabalhadores/as Técnico-Administrativos em Educação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais); CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica); UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri) e IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais) e pela Diretoria do SINDIFES, que vem se organizando na base da FASUBRA desde o XX CONFASUBRA, realizado no ano de 2009; a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (UNB) e o Grupo de Independentes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Somos base do SINDIFES (Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino), do SINTIFUB (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília), entidades sindicais filiadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do STU (Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP), todos filiados à FASUBRA-Sindical. Não temos, enquanto entidades, vinculação a partidos políticos e defendemos um Sindicato livre, com completa autonomia em relação às reitorias, aos governos, a qualquer instituição pública ou privada, de trabalhadores ou patronal, partidária, religiosa ou racial. Respeitamos o trabalhador nas suas crenças e opções, não praticamos o centralismo e defendemos a prática da solidariedade de classe como princípio essencial no campo do sindicalismo.

Nosso pensamento se fundamenta na perspectiva revolucionária defendida por Gramsci, que incitava a criação de organizações capazes de atuar num sentido político-pedagógico, visando tornar a classe trabalhadora mais crítica na realização das suas atividades. Defendemos a educação em todos os níveis e o ensino superior não como um privilégio de classe e sim um direito de todos na afirmação da cidadania democrática, com a convicção de que a democracia não opera com privilégios e sim com a igualdade dos direitos.

Acreditamos no valor do conhecimento e da ação, ambos necessários e complementares. O pensamento é necessário

para “pensar-se a si mesmo” e a ação para “compreender-se a si mesmo”. Entrelaçados, são transformadores da sociedade e da realidade. Para nós, o mundo ideal não é aquele em que se pragueja contra as injustiças, mas onde se faz de tudo para repará-las.

### A FASUBRA QUE QUEREMOS E DEFENDEMOS

Defendemos as entidades sindicais autônomas, desatreladas de quaisquer aparelhamentos partidários-ideológicos, embora acreditemos na necessidade de os trabalhadores se organizarem em partidos e outras organizações do movimento social. Defendemos uma FASUBRA plural e combativa, entendendo que ela representa diferentes vertentes do pensamento, e que esta condição é que garante a democracia no seio do nosso movimento e a aglutinação de forças para darmos seqüência à luta comum a todos os Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação. Defendemos também a construção da unidade na ação, sabedores de que somente a luta política consciente, crítica e organizada nos dará suporte para o enfrentamento ao capital e às opressões.

Nossa tese não pretende se estabelecer como verdade absoluta. Nós, como o filósofo Sócrates, acreditamos que “o importante para a sabedoria é o que você faz e não o que você sabe, pois o conhecimento modifica o ser, dando as condições objetivas de mudar a sua realidade”. Assim, apresentamos à Categoria dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da base da FASUBRA Sindical um conjunto de reflexões e de propostas para os próximos anos que acreditamos serem relevantes para o planejamento das lutas específicas em defesa da nossa Categoria, das lutas gerais da sociedade civil organizada e da defesa da educação pública em todos os níveis, e particularmente da universidade pública e gratuita, autônoma, democrática e de qualidade, socialmente referenciada.

Reconhecemos que a FASUBRA Sindical alcançou, através dos esforços da Categoria dos TAES, níveis de excelência que a destacaram no cenário nacional. No entanto, é necessário reconhecer que há atualmente uma insatisfação crescente quanto às condições de atuação dessa entidade, quanto ao atual modelo de gestão, com muitos entraves à prática da luta política, que se tornou burocratizada e lenta. A Categoria precisa de uma entidade mais centrada nas questões que tenham realmente relevância e que ultrapasse os formatos aparentemente democráticos, mas que em muitas situações se mostram ineficientes e incapazes de darem conta das demandas dos trabalhadores e respostas às suas inquietações. Hoje, a FASUBRA está distante da Categoria que representa, assim como de suas reais demandas.

A riqueza da FASUBRA é a soma de todos os esforços e talentos da nossa Categoria, pois a entidade não é algo abstrato. A FASUBRA somos nós, cada membro desta Federação, que a constrói coletivamente e que está inserido na base dos seus processos decisórios. Acreditamos que ela



# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

possa ampliar ainda mais esta riqueza proporcionada pela diversidade e pelos múltiplos talentos nela reunidos, com a participação e a unidade necessárias num processo de construção coletiva. E é neste sentido que propomos, neste documento, um conjunto de propostas e anseios que nos direcionem ao encontro deste novo modelo, que privilegie uma entidade menos burocrática e dividida.

Queremos uma FASUBRA capaz de integrar solidariamente todos os sindicatos da sua base, reconhecendo os méritos de cada um e, sobretudo, qualificando o debate sobre o papel das entidades sindicais na defesa da educação pública, dos nossos direitos enquanto classe trabalhadora e da nossa responsabilidade na transformação do país. As propostas contidas nesta tese se efetivaram de forma coletiva e democrática, com a participação direta de vários trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, a partir de uma série de eventos realizados pelo SINDIFES, tais como Congresso, Seminários, Reuniões de Planejamento Estratégico, dentre outros. Entretanto, este documento, que agrega as nossas ideias, visa tão somente nortear a nossa prática no cotidiano das instituições em que trabalhamos e nas entidades em que atuamos, sem, entretanto, ter a pretensão de ser único, fechado e conclusivo.

Apresentamos a seguir as análises e propostas básicas do Grupo Independente na FASUBRA - **PARTICIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO**.

## ANÁLISE DE CONJUNTURA: UMA VISÃO DO MUNDO E DO BRASIL

Uma abordagem sobre conjuntura internacional e nacional hoje precisa considerar os acontecimentos que marcam o cenário mundial. Dentre as questões em foco, está o risco de divisão da Ucrânia, que relembra características da “guerra fria”, de triste memória. Lembrar que, embora a omissão e o silêncio da grande mídia internacional, é necessário revelar parte da tragédia permanente em que se encontram os países da África, assolados pela fome, miséria, doenças e regimes totalitários, resquícios dos processos coloniais que ainda continuam a se reproduzir nos conflitos atuais. Na sequência, dimensionar o anúncio da suspensão do embargo econômico de mais de 50 anos à Cuba pelos Estados Unidos, mediado pelo Papa Francisco. Refletir sobre as eleições na Grécia, que levaram ao governo do país um partido de coalização de esquerda, que não aceita os acordos econômicos e políticos realizados com o FMI e a União Europeia, e os efeitos dessas eleições sobre outros países do bloco europeu num contexto de crise, tais como Portugal e, especialmente, a Espanha. Destacar o significado de conflitos religiosos e políticos, que levaram ao ataque terrorista na França sofrido pela revista Charlie Hebdo. E, por fim, considerar o significado de notícias como a que foi divulgada na véspera do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, relativa ao relatório da ONG britânica Oxfam, que mostra o crescimento da desigualdade no mundo. De acordo com a Oxfam, “se continuar o ritmo de crescimento da

desigualdade, em 2016 o 1% mais rico da população do planeta terá ultrapassado a riqueza dos outros 99%”.

É necessário considerar os efeitos que a crise financeira internacional produz, principalmente nos últimos anos, sobre as economias dos países emergentes. Na dimensão latino-americana destacam-se as situações do Chile, Equador, Argentina e Venezuela, onde ocorrem reiteradas investidas do establishment norte-americano sobre as economias e democracias sul-americanas e caribenhas. Ainda no que diz respeito à América Latina, é essencial destacar a situação do Haiti, onde cinco anos após o terremoto que devastou o país, o quadro social em geral é, ainda, bastante complicado. Naquele país, cresce o número da população com AIDS. Além disso, 70% das pessoas estão desempregadas e vivem com menos de dois dólares por dia. Embora haja países e organizações sérias engajadas na reconstrução do Haiti, é preciso que o mundo seja ainda mais solidário e se desperte a consciência das autoridades mundiais sobre o contexto de extrema pobreza e degradação em que vive a população do Haiti e das mazelas dos países da África.

No âmbito nacional, é imprescindível refletir sobre os escândalos financeiros e de corrupção que assolam a sociedade brasileira, e que teve seu ponto alto na revelação do enorme desvio de recursos na maior empresa do país, a Petrobrás, que sistematicamente, há décadas, tem servido aos interesses da elite política e financeira brasileira e financiado os poderosos de plantão. É necessário também reconhecer a manipulação da imprensa sobre a interpretação da economia brasileira, num claro favorecimento à política de juros altos, que interessa ao sistema financeiro, mas não à população do país. Ainda, o atual cenário político que, após a reeleição de Dilma Roussef à Presidência da República e a eleição de um “novo” Congresso Nacional conservador e resistente à qualquer proposta de mudança e avanços sociais, dá ao país uma sensação de imprevisibilidade, com o acirramento da disputa por apoios partidários naquela casa legislativa, visando à governabilidade. É necessário analisar o que significa o avanço de medidas impopulares e que trazem prejuízos aos trabalhadores, que veem serem modificados e retirados direitos duramente conquistados. Ainda, na análise sobre o Congresso, é necessário destacar a pouca produção dos parlamentares neste início de ano, a perspectiva de não votação de alguns projetos polêmicos dentre eles a desoneração de impostos sobre remédios, a redução da maioria penal, a legalização do aborto, o enfraquecimento da FUNAI e as discussões sobre a legalização da maconha, entre outros.

A análise nacional deve refletir sobre a crise de valores pela qual passa a sociedade brasileira, quando se assistem a grotescas cenas de violência e de “justiça com as próprias mãos” disseminadas pelo país. Finalmente, sob a ótica dos movimentos sociais deve-se realizar uma análise de caráter histórico e estruturante dos ataques que estão em curso aos direitos dos povos indígenas, duramente conquistados na Constituição Federal de 1988, principalmente no que concerne

# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

aos processos de demarcação das terras indígenas, e aos efeitos decorrentes para regularização de áreas dos quilombolas, pescadores, ribeirinhos e demais povos tradicionais.

Com relação ao Brasil, é fundamental ainda a abordagem sobre a crise hídrica. O sistema brasileiro de geração de energia a partir da água não se sustenta mais. A crise é grave e tem caráter prolongado, visto que as obras que se anunciam visam compartilhar os recursos hídricos existentes, mas nenhuma iniciativa de política pública enfrenta a raiz do problema, que são o modelo de desenvolvimento depredador e a matriz energética a ele vinculada. Por fim, outro ponto essencial da análise refere-se à criação da Frente pelas Reformas Populares, integrada por movimentos populares e entidades da sociedade civil, lançada em 22 de janeiro deste ano, e que tem por objetivo concretizar uma ampla unidade para construir mobilizações que façam avançar a conquista de direitos sociais e bandeiras históricas da classe trabalhadora, como também fazer a disputa de consciência e opinião na sociedade.

## DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO NO ATUAL CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

É importante lembrar que a discussão de direitos dos trabalhadores arduamente conquistados não é um debate inédito na história das relações trabalhistas das sociedades modernas. Todas as mudanças trabalhistas da 1ª Revolução Industrial (início do século 19) até os nossos dias foram polemizadas. A diminuição da jornada de trabalho de 16, 14 horas até a situação atual em que uma boa parte dos mercados de trabalho pratica 8 horas de jornada foi considerada por alguns como sendo incompatível com o crescimento econômico. Outras mudanças, como direito a férias, dois dias de descanso nos finais de semana, horário de almoço e em especial o seguro desemprego também foram tratados por alguns como elementos que desestimulam o trabalho e valorizam o ócio.

As mudanças e conquistas dos trabalhadores, embora historicamente polemizadas pelo capital, melhoraram a vida de todos e sempre foi um importante eixo na dinâmica econômica. Ainda, as sociedades modernas evoluíram em vários aspectos, e na economia houve um enorme acréscimo de novas tecnologias que, por sua vez, tornaram muito mais produtivo o processo econômico, e isto deveria se refletir no bem-estar direto de todos que trabalham. Mas, na realidade, a revolução técnico-científica, a automação e a informatização em setores como bancos e indústrias eliminaram milhares de postos de trabalho e não garantiram os avanços sociais reivindicados no curso da história pelos trabalhadores, só favorecendo o capital. Novas modalidades organizacionais, como o remanejamento de pessoal e a redução de custos, também incidiram na oferta de vagas. As empresas tornaram-se cada vez mais enxutas e transferiram boa parte das tarefas para firmas menores, a conhecida e nefasta terceirização. Também desses processos resultou um crescente desemprego, advindo de efeitos das

políticas dos países, associadas a situações de crise ou recuperação econômica no plano global.

O agressivo ataque dos interesses econômicos é outro fator que altera a realidade do mundo do trabalho. Assiste-se a uma ofensiva do capital frente ao trabalho, que se manifesta no trinômio flexibilização, terceirização e precarização. Observa-se um processo de desregulamentação de direitos, que compreende as iniciativas de eliminação de leis ou outras formas de direitos, instituídos nos contratos coletivos, que regulam as condições e as relações de trabalho. Trata-se da eliminação, diminuição ou flexibilização dos direitos existentes. O ataque à “normatização” do trabalho é mundial e está relacionado à nova ordem econômica internacional de corte neoliberal.

Novamente se faz uso da conhecida “acumulação flexível”, em voga desde os anos 70, maneira encontrada pelo capitalismo para superar suas crises cíclicas e suas contradições internas e, dessa forma, permitir a reprodução do capital em nível global e sua concentração nas mãos de uma elite econômica globalizada. A acumulação agora é flexível, como também tem se tornado a legislação, impondo-se a desregulamentação do ordenamento jurídico de perfil rígido, que, segundo Ricardo Antunes, “permitia o estabelecimento de certos direitos sociais da classe-que-vive-do-trabalho”.

Repensar a organização social do trabalho é uma exigência da nova realidade social. Aumenta a percepção de que o desemprego, a informalidade, as situações de precarização do trabalho não é algo meramente conjuntural, mas se tornou estrutural e está relacionada também à nova forma de organização do sistema produtivo centrado na revolução tecnológica. O capitalismo do pleno emprego não mais existe. É preciso construir uma nova noção de trabalho que supere a visão meramente econômica, que divide a sociedade entre os que recebem e os que não recebem. Entre os que têm emprego e os que não o têm. A crise da sociedade salarial, do emprego, é uma ótima oportunidade para se pensar, debater e avançar em propostas que contribuam para outro paradigma civilizacional que tenha como referência a organização social do trabalho na perspectiva da inclusão social.

## CAMINHOS POSSÍVEIS

A crise atual não é única e pode ser vista como econômica, ecológica, alimentar, energética e do trabalho. Ainda, o conjunto delas é também acompanhado por uma crise política-ética-cultural. As crises não estão isoladas e requerem uma abordagem a partir da percepção de que “não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte”.

Na nossa tese, propomos uma interpretação da crise a partir da visão do movimento social em que estamos inseridos e também dos novos movimentos sociais – indígena, ambientalista, de gênero, antiglobalização. Tais movimentos sugerem que no interior da crise já se gestam alternativas que indicam que outro

# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

*o mundo é possível e que já existe uma metamorfose em curso. É nessa nova subjetividade, construída aos poucos, que surgem as novas resistências. Os novos movimentos sociais, as redes sociais, o movimento ambientalista, os movimentos de expressão cultural, os movimentos de gênero, o movimento antiglobalização, são exemplos dos novos paradigmas.*

*A análise rasteira da economia brasileira sempre passou, ao longo de nossa história, por dois extremos. No primeiro, somos os “vira-latas” do mundo, um país repleto de problemas, acostumado aos jeitinhos e malandragens. No segundo, o ufanismo que toma conta de todos e traz como nova realidade o fato de sermos uma potência prestes a emergir para além de nossas fronteiras, ultrapassando países ricos e “civilizados”. Qual é a verdade brasileira hoje?*

*O modelo brasileiro atual pode ser descrito como neo-desenvolvimentista, um projeto econômico de corte neoliberal iniciado no governo FHC e intitulado de “inserção subordinada à economia internacional”. Na sequência, o governo Lula e posteriormente o da presidenta Dilma Rousseff, optaram pela retomada do modelo econômico “nacional-desenvolvimentista” – política econômica na qual o Estado exerce um forte papel indutor na perspectiva do crescimento econômico.*

*O modelo neo-desenvolvimentista atual caracteriza-se por duas vertentes. Por um lado, tem-se o “Estado Financiador” que, utilizando o seu banco estatal, o BNDES e os fundos de pensão, exerce o papel de indutor do crescimento econômico fortalecendo grupos privados em setores estratégicos. O BNDES - o maior banco de fomento do mundo - transformou-se na mais poderosa ferramenta de reestruturação do capitalismo brasileiro. Ele tem sido o principal agente de grandes fusões, sempre com o objetivo de fortalecer o capital nacional privado em condições de competir com o capital transnacional. A principal característica do capitalismo brasileiro hoje é a ativa participação do Estado na constituição de novos “global players” (ou grandes empresas nacionais mundializadas) em diferentes ramos da atividade econômica.*

*Ao lado do Estado Financiador e do Estado Investidor, tem-se o “Estado Social”. Assiste-se à retomada do papel do Estado como provedor de políticas sociais, sobretudo de diminuição da pobreza, dentre as quais o Bolsa-Família, que é o mais emblemático e conhecido. O governo do PT e seus aliados se caracteriza, ainda, pelo reposicionamento do Brasil na geopolítica mundial. Se no governo tucano a presença do Brasil no exterior era fraca, assiste-se agora a elevação do Brasil à condição de potência e sua transformação num importante líder global. O país assumiu definitivamente o papel de nação estratégica – política e econômica – no continente latino-americano e faz-se ouvir nos grandes fóruns internacionais. Integrante dos BRICS, uma sigla para denominar o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes que se destacaram economicamente na última década e formaram um bloco do poder de intervenção e negócios, de mero*

*coadjuvante passou a importante protagonista nos debates de fundo da sociedade mundial.*

*Segundo o sociólogo Francisco Oliveira, Fernando Henrique Cardoso teria governado oito anos a partir dos interesses paulistas articulados aos interesses do capital financeiro internacional, e Lula a partir da aliança “trabalho-capital” (capital produtivo) sem, entretanto, afrontar os interesses do capital financeiro. Ou seja, o PT no governo não rompeu com a política econômico-financeira do PSDB e tratou de juntar à ortodoxia econômica políticas sociais de forte incidência junto aos mais pobres.*

*O resultado de oito anos do governo Lula e quatro da presidenta Dilma afirmaram o modelo neo-desenvolvimentista como a rota a ser seguida. A junção do capital financeiro com o capital produtivo acrescido de políticas sociais de diminuição da pobreza tornou-se a plataforma comum a ambos. Para muitos analistas de esquerda, o país foi acometido pela obsessão do crescimento. Fala-se em crescer e sonha-se em reeditar o projeto desenvolvimentista de Vargas e JK, para transformar o país num canteiro de obras. Mas onde estão os investimentos em Educação e Saúde, que transformariam definitivamente a nação brasileira?*

## QUAL É O CRESCIMENTO QUE QUEREMOS?

*A grande questão posta hoje é: que tipo de crescimento econômico queremos? Por muito tempo, inclusive na esquerda, acreditou-se que o crescimento econômico traria a resolução de todos os problemas e, particularmente da pobreza. A equação é conhecida. O crescimento econômico produziria um círculo virtuoso: produção-emprego-consumo. Porém, a afirmativa de que apenas o crescimento econômico torna possível a justiça social não é verdadeira. Será que o grande projeto brasileiro é transformar todos os cidadãos em consumidores?*

*Nós, do movimento sindical, social e popular, precisamos ajudar a construir um projeto para o Brasil, na perspectiva de oferecer novas contribuições ao debate de qual país queremos, fruto da nossa reflexão sobre questões fundamentais na atualidade. Para isto, é preciso voltar o olhar para a discussão consciente da necessária sustentabilidade para o desenvolvimento local e nacional, que respeite os biomas e as regionalidades, valorizando as experiências que apontam para uma nova economia; sobre o funcionamento das instituições democráticas, pois o exercício da democracia deve ter um efeito pedagógico importante.*

*É necessário, portanto, que participemos da construção de uma sociedade que seja sustentável com a natureza, tendo em vista as necessidades humanas presentes e futuras, com uma ética solidária, definida desde os setores populares, visando a um futuro em que sejam consolidados valores da solidariedade, liberdade, democracia, justiça e equidade.*



# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

## A POLÍTICA SINDICAL HOJE COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DAS LUTAS

*As organizações sindicais hoje vivem uma crise, decorrente das transformações no mundo do trabalho e, em especial, das novas tecnologias, que substituíram um grande contingente de mão de obra, colocando em xeque a estrutura sindical. Além disso, a terceirização e a quarteirização são a nova face das organizações, criando múltiplas categorias profissionais atuando nos mesmos espaços, porém com diferentes direitos.*

Os sindicatos da base da FASUBRA não fogem à nova realidade e vivem um momento muito difícil. A Categoria dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação está menos envolvida com a política sindical, a não ser em casos específicos, quando localmente luta-se por questões estratégicas internas ou imediatistas, tais como jornada de 30 horas, ponto eletrônico, eleições para as reitorias ou diretorias de unidades ou campi. Assim, é possível afirmar que a Categoria não se mobiliza de forma mais efetiva por questões que são extremamente relevantes, mas que são tratadas como menos importante, tais como: democracia nas universidades, saúde do trabalhador, qualidade de vida no trabalho, dentre outras. Alguns dos fatores mobilizadores costumam ser as campanhas salariais e as greves frequentes, em busca da melhoria nos vencimentos e na carreira. E dentre os fatores que dificultam a mobilização está o tamanho territorial das IES, que não somente tem campus nas capitais, como também em várias outras cidades do interior, que têm demandas bem diferentes e específicas. Nas relações profissionais, principalmente com os Diretores de Unidades e Campi, há comportamentos diferenciados, pois além da dependência deste poder hierárquico, a interpretação da lei, dos direitos e dos deveres dos trabalhadores, dependem do ponto de vista dos gestores, de como os mesmos veem as questões apresentadas a eles. Outro fator que dificulta a aproximação da base dos seus sindicatos é o estigma sobre os dirigentes sindicais ou quem deles se aproxima, pois por participar do movimento político, sofrem perseguições e são assediados pelos reitores, diretores de unidades e campi, chefes de setores e até por colegas de trabalho.

Há que se ressaltar que a política sindical é sempre um desafio, pois as entidades continuamente precisam provar para as Categorias representadas a importância do processo de sindicalização. Os Sindicatos enfrentam esta dificuldade, principalmente com os novos servidores, que não têm a vivência da organização sindical e não percebem a essencialidade da sindicalização como forma de preservação da luta por seus direitos. Muitos se sindicalizam apenas quando têm algum tipo de problema em seus locais de trabalho e não por acreditarem que o Sindicato é um instrumento importante de conquistas. Ainda, dentre os novos trabalhadores da IES, existe uma grande parte que pensam somente de forma imediatista, só se preocupam com o valor de suas

remunerações, constituindo-se como trabalhadores transitórios, “concurseiros”, que mudam constantemente de órgãos ou instituições.

Atualmente as organizações sindicais precisam estar atentas com os valores dos novos tempos, sem perder a sua principal característica, que é defender os trabalhadores em suas lutas por qualidade de vida, de trabalho e de salário, proporcionando aos mesmos a formação crítica para o enfrentamento à exploração capitalista. Portanto, no momento atual, a criatividade, a motivação, o desafio, o sentido de uma missão a cumprir, a propensão a correr riscos são condições essenciais no trabalho sindical. Temos que fazer aflorar o sentimento de pertencimento de Categoria, o que hoje não mais acontece.

É preciso ter consciência de que não vivemos isolados, e que é impossível conceber quaisquer organizações sem compromissos e preocupações sociais. Questões de gênero, garantias fundamentais da pessoa humana, responsabilidade social, solidariedade entre pessoas e organizações, lutas ambientais e preservação da natureza, defesa da educação, da saúde, da liberdade de expressão e organização, luta contra a corrupção, contra a discriminação por raça, cor ou religião, pelo respeito às diferenças e à diversidade, dentre outras, são hoje mais que bandeiras de lutas. São também deveres habituais de quem atua em movimentos sociais. É este o caráter político que se deve esperar de um Sindicato, num mundo marcado pelas novas condições de cidadania que constituem a sociedade contemporânea.

O movimento sindical não mais pode ser o mesmo de duas décadas atrás, pois hoje a palavra de ordem não é mais o embate e o confronto, e sim a disputa de projetos, o diálogo e a negociação. O novo sindicalismo tem que estar cada dia mais preparado e qualificado para o “embate” argumentativo de ideias.

Nesta perspectiva, os dois grandes desafios para o movimento sindical nas IES hoje são: a) se apresentar, principalmente para os recém-chegados, conquistar a confiança e conscientizá-los para a importância e a necessidade da existência do Sindicato, como forma de enfrentamento dos problemas e das dificuldades inerentes ao mundo do trabalho; b) mostrar que o sindicalismo de hoje, em contraposição ao de ontem, precisa se sentar à mesa de negociação para debater e, principalmente ser um negociador de boa fé, tendo como premissa básica e essencial não desqualificar os negociadores da parte contrária.

O movimento social no qual nossa Federação sempre se incluiu, e que é identificado como independente e comprometido com os interesses da Categoria representada, precisa realizar análises críticas dessa nova realidade e se manifestar de forma contundente sobre tais caminhos.

## PROPOSTAS



# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

A tese do Grupo Independentes na FASUBRA – **PARTICIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO**, defende e propõe:

## 1) POLÍTICA INTERNACIONAL

**a)** Somos contra o neo-liberalismo ou o neo-desenvolvimentismo na forma que se apresenta; **b)** defendemos a soberania dos povos, frente à crise global do capitalismo; posicionamo-nos contrários à política dos EUA, polo do sistema que oprime grande parte da humanidade e que se mostra incapaz de controlar os colossais déficits do orçamento e da balança comercial, e por isto fomenta guerras por todo o mundo, como alternativa imperialista; **c)** defendemos que o grande capital seja obrigado a discutir e limitar os danos causados ao meio-ambiente e à natureza, e que o mercado restrinja seu lucro em prol da “economia correta”, que proteja o mundo e garanta a sobrevivência do planeta; **d)** defendemos que seja globalizada a luta pela defesa da natureza, nos posicionando firmemente contra todo tipo de ataque internacional às nossas reservas florestais, hídricas, minerais (em especial o petróleo do pré-sal); **e)** defendemos a luta para que a economia mundial seja realizada em sintonia com as exigências ecológicas; **f)** apoiamos a construção de um mundo solidário, em que sejam respeitadas as opções e escolhas de cada país/povo, de acordo com as suas tradições, cultura e peculiaridades; **g)** defendemos que nossas entidades atuem como parte e resultado num importante processo de mudança, e que para isto tornem-se mais militantes, internacionalizadas e mais abertas à ideia de que devam ser participantes ativas no movimento de justiça social ao redor do mundo.

## 2) POLÍTICA NACIONAL

**a)** Propomos que FASUBRA Sindical se engaje, de forma firme e corajosa, em projetos e programas que visem a realização de ampla mobilização nacional, buscando unificar aqueles que têm compromisso popular, as forças de esquerda e partidos políticos; **b)** a construção de um projeto democrático de Reforma Política, defendido por entidades como a CNBB, CUT e OAB, dentre outras, baseada em quatro principais pontos: proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do financiamento democrático de campanha; eleições proporcionais em dois turnos; paridade de sexo na lista pré-ordenada e fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes; **c)** construção de agenda para pressionar os Governos federal, estadual e municipal a alterar o padrão de intervenção e desenvolvimento do Estado brasileiro; **d)** o desenvolvimento de ações concretas para imprimir regulação pública aos empréstimos de recursos públicos às empresas privadas, condicionando-os à manutenção de empregos; **e)** a proteção ao meio ambiente, com desenvolvimento de políticas de crédito, subsídios e incentivos fiscais que favoreçam os processos produtivos amigáveis ao meio ambiente e os produtos que incorporem serviços ambientais; **f)** a defesa dos

caminhos do movimento sustentável no Brasil: agricultura camponesa, agroecologia, economia solidária, soberania energética; **g)** a investigação e punição exemplar de todos/as os comprovadamente envolvidos – sejam empresários, políticos, membros do judiciário etc. – em desvios de dinheiro público, em corrupção ativa ou passiva, que tragam prejuízo ao erário e ao povo brasileiro, com a devida devolução aos cofres públicos; **h)** a defesa incondicional da Petrobrás como uma empresa do povo brasileiro, entendendo que não é ela que está em julgamento, e sim aqueles/as que dela se utilizaram criminosamente; **i)** a defesa da garantia de utilização dos recursos do pré-sal exclusivamente para a educação e a saúde; **j)** a defesa da liberdade de expressão e da imprensa, com respeito à pluralidade do pensamento e à democracia.

## 3) POLÍTICAS NA ÁREA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Propomos que a FASUBRA Sindical e suas entidades de base se organizem para: **a)** cobrar do governo, com intensa mobilização de todas as entidades dos trabalhadores públicos federais, a efetivação das políticas na área da saúde do trabalhador: promoção, prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação dos trabalhadores; melhorias na fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego; integralidade dos serviços de saúde, enquanto pilares do SUS; exigência de cumprimento pelas IES dos aspectos contidos na lei e na normatização do SIASS; **b)** propor e promover a realização de seminários de saúde do trabalhador; **c)** incentivar a promoção de encontros locais e nacionais que debatam a temática relacionada à Saúde do Trabalhador; **d)** buscar motivar os dirigentes sindicais a participar das Conferências Municipal, Estadual e Federal de Saúde; **e)** discutir a fragmentação da atual gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos impactos negativos vivenciados na rotina laboral dos trabalhadores; **f)** estimular a representação das entidades a participarem dos Conselhos de Saúde, Previdência etc., visto que tais órgãos estão praticamente desativados por falta de interessados, incentivando a categoria a “reclamar menos e atuar mais”.

## 4) POLÍTICAS DE COMBATE ÀS PRÁTICAS DE ASSÉDIO MORAL

Dentre as situações de violência no trabalho, o assédio moral pode ser entendido como uma forma extrema de violência psicológica. A prática do assédio moral está diretamente ligada à condição de poder, ou seja, quem pode mais oprime quem supostamente pode menos. É no Serviço Público que o Assédio Moral tem se apresentado de forma mais visível e marcante, até mesmo extrapolando o que acontece na iniciativa privada. Isto acontece pelo fato de que no serviço público as chefias e gestores não podem simplesmente dispor do vínculo funcional do trabalhador, o que gera situações ambíguas e difíceis de serem caracterizadas. **a)** A FASUBRA deve se debruçar mais

# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

enfaticamente no debate e compreensão da questão, promovendo seminários, encontros, grupos de estudo e trabalho e orientando suas bases a defender os trabalhadores política e juridicamente nos casos de assédio moral. **b)** Envidar esforços com o objetivo de se implementarem políticas nas áreas de recursos humanos das IES, visando a proteger os trabalhadores dessa prática perversa e indigna para com os trabalhadores; **c)** Incentivar as entidades a realizarem publicações sobre a temática de assédio moral no serviço público e nas instituições federais de ensino, de forma a se criar uma rede de proteção e solidariedade, com a disseminação do conhecimento construído sobre a temática.

## 5) POLÍTICAS DE RAÇA, GÊNERO E DIVERSIDADE

**a)** Propomos que a FASUBRA Sindical enfatize e reafirme a necessidade de criação de coordenações/núcleos/grupos de trabalho e ou estudos nos sindicatos de base para qualificar o debate sobre questões de gênero, raça e etnia; **b)** investir na formação dos técnico-administrativos militantes que atuem na luta anti-racismo e anti-homofobia, promovendo encontros, seminários e outros; **c)** realizar cursos de formação de política racial para as entidades de base, procurando aprofundar a discussão sobre temas como cotas, políticas de inclusão, ações afirmativas e outras; **d)** apoiar e lutar pelos projetos de saúde da população negra e de outras etnias; **e)** incorporar efetivamente a luta pelos direitos da mulher; lutar para a efetiva implantação de plano nacional com as diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas para as mulheres, a partir de debates e discussões entre a sociedade civil e o governo, em construção conjunta; buscar entender as medidas que melhoram a situação das mulheres, procurando apoiar a efetivação das mesmas; priorizar a discussão sobre a autonomia econômica e social, no trabalho, na política, no lazer etc. das mulheres e no enfrentamento à violência sexista; propor a discussão aprofundada de temas considerados polêmicos (tais como o aborto), a fim de tirarmos posições e resoluções consensuadas sobre os mesmos; **f)** discutir e aprovar resoluções que contemplem o debate sobre as questões relacionadas ao combate à homofobia, apoiando manifestações sócio-político-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual e pela promoção dos interesses dos homossexuais. Há pouco mais de três décadas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do país decidiram “sair do armário” e formar um movimento organizado, cuja agenda está focada em assegurar suas identidades, seus direitos e garantias civis fundamentais. E, para o grupo LGBT, vencer a resistência conservadora está longe de ser uma tarefa simples. Portanto, o movimento sindical precisa incorporar efetivamente esta luta como uma causa fundamental para o direito inalienável da pessoa humana; **g)** A FASUBRA deve se posicionar, via resoluções, pela cobrança de ações nas IES que efetivamente incluam as pessoas com deficiências, tais como: realização de adaptações físicas para receber os cadeirantes (instalações de rampas e de banheiros adaptados), instruções

em Braille e sinais sonoros para deficientes visuais; buscar uma inclusão efetiva para os deficientes auditivos etc. e outras, relacionadas a questões comportamentais: montagem do Comitê de Inclusão, formado por trabalhadores das áreas de Recursos Humanos (DP, seleção, treinamento etc.), segurança e medicina do trabalho, jurídico e responsabilidade social, e representação dos sindicatos; realização de ações de treinamento e sensibilização para ajudar a resolver o problema de inclusão; determinação de quais os tipos de deficiências que melhor irão se adequar a cada uma das funções existentes nas IES a partir do cruzamento das habilidades e conhecimentos específicos necessários a cada cargo; somar informação à avaliação da estrutura física, pela qual serão identificadas as necessidades de adaptações para garantir a segurança e a mobilidade de servidores com deficiências; avaliação e acompanhado permanentemente do programa; avaliação de desempenho profissional dos servidores deficientes da mesma maneira que qualquer outro trabalhador, desde que sejam oferecidas a eles as condições para a sua permanência e realização do trabalho.

## 6) POLÍTICAS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS/IES

**a)** Propomos a luta sistemática e permanente pela manutenção e avanços na defesa incondicional dos direitos dos trabalhadores do setor público; abertura imediata e cumprimento das agendas de negociações e dos acordos salariais; garantia de realização de concursos públicos como única forma de entrada no serviço público federal; nomeação imediata dos trabalhadores técnico-administrativos em educação já aprovados em concursos; articulação, em frente amplas, de entidades do serviço público, centrais e outras, além de intervenção junto aos parlamentares, visando à efetiva defesa dos servidores públicos federais. **b)** Benefícios: lutar pelo aumento, reajuste e isonomia dos benefícios conquistados pela categoria (auxílio transporte, saúde, alimentação, auxílio creche etc.); bem como pela reabertura urgente das mesas de negociação de benefícios; **c)** Lutar contra projetos que atacam os direitos dos servidores, em especial do direito de greve e contra a flexibilização dos direitos. **d)** Deliberar ações sobre questões como lutar pela Isonomia Salarial; institucionalização da Negociação Coletiva (definição do árbitro: travar debate com o Governo sobre a concepção de negociação coletiva, em questões como direito de greve, data-base, política salarial, quem vai arbitrar etc.); contra a criminalização do movimento social, dos servidores públicos e das greves; livre direito de organização e de greve; pela ascensão funcional no serviço público; discussão e implementação de alternativas para enfrentamento de ações do TCU em relação aos cortes dos salários dos servidores; dentre outras. **e)** Especificamente para os trabalhadores das IES propomos: garantir a valorização dos profissionais Técnico-Administrativos em Educação em sua formação básica e continuada, carreira e salário; garantia do exercício do direito dos trabalhadores das universidades e de seus filhos de zero a seis anos de serem atendidos em centros

# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

de convivência infantil, mantidos e gerenciados pela universidade pública, que produz conhecimento sobre a infância e tem a responsabilidade social de aplicá-lo em sua própria comunidade; campanha de implantação da Jornada semanal para 30 horas, prevista no Decreto 4836/03; políticas de Pós-Graduação para os TAES, com financiamento da CAPES, através de bolsas para Especialização, Mestrado e Doutorado; construção de programas de qualificação em gestão pública; deliberação de ações sobre questões como a implantação de valores únicos de diárias em todas as IES, independentemente da categoria ou classe a que pertença o trabalhador; aumento dos valores das diárias das IES; aumento do número de FG's e ampliação dos seus respectivos valores;

f) Regulamentação do art. 71 da lei 8.112/90 - lutar para que todos os servidores que trabalham em áreas de fronteira tenham direito a receber o adicional de penosidade. O art. 71 trouxe um direito aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, intitulado adicional de atividade penosa. Este adicional é devido a todos os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas que se enquadrem no requisito exigido na lei. Logo, seja o trabalhador Federal do Executivo, Legislativo ou Judiciário, assim como os membros do Ministério Público da União, se cumprir com o requisito exigido tem direito de receber tal adicional. Porém, como esse direito não é autoaplicável, ele precisa ser normatizado. Os trabalhadores do Ministério Público da União (MPU) recebem o adicional de previsão legal e os trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (IFES) não. No caso do Ministério Público, ele possui autonomia administrativa, financeira e orçamentária, e utilizando dessa autonomia, regulamenta por seus próprios regramentos a despesa com pessoal, acrescentando o necessário em seu orçamento e enviando ao Poder Executivo para que seja paga a despesa. Mas, para a regulamentação da mesma despesa no Executivo é necessário que ela passe pelo crivo do legislativo. Portanto, cabe ao Congresso Nacional regulamentar o adicional de atividade penosa para os trabalhadores das IES. g) A FASUBRA deve discutir e propor que o governo modifique a matriz de vagas para concurso para as IES. Essa matriz deve refletir a real necessidade das IES e não a vontade do governo de liberar as vagas que eles acreditam que as IES precisam.

## 7) FUNPRESP

Os Servidores Públicos Federais foram surpreendidos com a proposta do governo federal de criação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público. A Lei Nº 12.618/2012 entrou em vigor em 01/02/2013 e a partir desse momento os novos servidores passaram a não pertencer à Previdência Pública, se enquadrando no teto da Previdência Social. Dos vários problemas relacionados à criação da FUNPRESP está o investimento do trabalhador sem a garantia de recebimento do complemento de sua aposentadoria no

futuro, pois como o fundo é regido pelo mercado financeiro ele pode falir a qualquer momento e todo o investimento do trabalhador estará perdido, sem possibilidade de retorno. Com isso, surgiram dois tipos de trabalhador no serviço público federal: aquele que tem garantia de aposentadoria quase integral e aquele que nunca terá essa possibilidade.

Assim, para os novos servidores propomos que a FASUBRA lute pela revogação da lei nº 12.618/2012, que criou a FUNPRESP, e faça campanhas para que os novos servidores não façam a adesão a essa fundação, assim como se debruce para discutir alternativas para esses servidores;

## 8) AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO À SOCIEDADE PELO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL COM A IMPLEMENTAÇÃO DE TURNOS CONTÍNUOS E ININTERRUPTOS DE 30 HORAS SEMANAIS

Atualmente existe uma grande demanda de otimização da estrutura organizacional dos órgãos públicos que possibilitará uma melhoria na qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade como um todo. A ampliação do horário de atendimento possibilitará que mais pessoas sejam atendidas, aumentando o acesso às políticas e aos serviços públicos oferecidos pelo Governo Federal, em concordância com os princípios que regem a Administração Pública e dentro do estabelecido pela Lei Nº 8.112/1990; Decreto Nº 1.590/1995 e Decreto 4836/2003.

A jornada reduzida traz muitos benefícios e conforme proposto pela OIT, os acordos de tempo de trabalho decentes devem satisfazer seis critérios inter-relacionados: favorecer a saúde e a segurança no trabalho; ser compatíveis com a vida familiar; promover a igualdade de gênero; reforçar a produtividade; geração de novos postos de trabalho; e facilitar a escolha e a influência do trabalhador no seu total de horas de trabalho.

## 9) POLÍTICAS PARA A CARREIRA DOS TAES

Para debatermos nossa carreira é necessário que tenhamos como referência a concepção desta, não esquecendo o histórico de evolução a fim de que não ocorra uma desconexão com nossos projetos estratégicos, dentre eles o da Universidade Cidadã para os Trabalhadores. a) No aprimoramento do PCCTAE devemos consolidá-lo e não desvirtuá-lo, nos colocando alertas no sentido de reconhecermos que os apelos econômicos muitas vezes vêm revestidos de promessas que darão soluções a algumas demandas, mas que na verdade são geradores de mais conflitos. Desde a implantação do PCCTAE e executada a fase de enquadramento, o plano previa uma fase de desenvolvimento do mesmo. Notou-se um desequilíbrio muito grande entre as diversas instituições, pois enquanto algumas poucas apoiaram todo o processo, na maioria delas os gestores, alegando falta de pessoal e de recursos financeiros, não implantaram o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira (PDIC). Para se vencer este desafio, é importante



# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

destacar e reforçar o papel decisivo da CNSC (Comissão Nacional de Supervisão da Carreira) em âmbito nacional e das CIS (Comissão Interna de Supervisão) em âmbito de cada Instituição, e entre si – CNSC e CIS; **b)** Implementação efetiva do Plano Nacional de Capacitação, de forma a atender a demanda de todos os Servidores, atingindo todas as Classes (de A a E). **c)** Aprimoramento da Carreira, da forma definida nos fóruns da Categoria, em seminários, reuniões e plenárias; **d)** Resolução da questão do Vencimento Básico Complementar (VBC), um impasse que se arrasta desde o enquadramento. Encontrar uma fórmula que absorva esta rubrica gerada no processo inicial da Carreira, é fundamental para a manutenção dos princípios do PCCTAE; **e)** ampliar os números de padrões de vencimento que atendam à alteração de interstício de 24 para 18 meses, o que faz com que o Servidor atinja o topo da malha com 21 anos de efetivo exercício; **f)** ampliar ainda o quantitativo de níveis de Capacitação, fazendo com que o Servidor se mantenha motivado em busca de uma melhor capacitação; **g)** manutenção da luta pela implementação da Racionalização dos Cargos, atualizando-se os diversos fazeres e, conseqüentemente, a disposição deste dentro das Classes; **h)** defender o concurso público para o cargo de vigilantes e defender que o cargo não está extinto; **i)** manutenção da luta pela paridade entre ativos e aposentados, buscando inclusive que este benefício seja de todos os Servidores; **j)** manutenção da luta pela aprovação da PEC da Ascensão Funcional, permitindo uma mobilidade dentro da Carreira e fazendo com que seja reconhecido o esforço do Servidor em se qualificar; **l)** lutar para que o step volte a ser constante; **m)** manter como meta de aperfeiçoamento da Carreira a busca pelo PCU (Plano de Cargos Único); **n)** retomar a discussão sobre a volta da linearidade da tabela e resolução das distorções que acontecerão com a defesa de três salários mínimos no piso da tabela e 5% de step; **n)** luta pela melhoria salarial da Categoria, com instituição de data base para revisão anual e colocação de recursos orçamentários no piso da tabela.

## 10) POLÍTICAS NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO

Nossas propostas estão na linha da discussão proposta por várias entidades que lutam por uma comunicação democrática e popular, e que contribuíram com a construção de um projeto de comunicação para o país, a partir da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em 2010. Seu caderno de resoluções é um documento central para as organizações e movimentos sociais que lutam pela efetivação do direito à comunicação no país. Constan no documento propostas que há muito são defendidas pelos movimentos sociais, como a constituição de um Conselho Nacional de Comunicação com poderes deliberativos e a transformação da banda larga em um serviço em regime público. No documento, constam também propostas que apontam para o Marco Regulatório da Comunicação no Brasil, a regulamentação dos artigos constitucionais que regem a comunicação social no país, dentre elas a que propõe regulamentar o Artigo 221 da Constituição Federal, que trata das finalidades educativas e

culturais da programação, da regionalização e da presença da produção independente no rádio e na TV. Também há propostas que caracterizam os três sistemas – público, privado e estatal – previstos como complementares no Artigo 220 da Constituição. E ainda outro inciso do Artigo 221, que trata da proibição do monopólio e oligopólio no setor das comunicações. Entretanto, estão fora das resoluções questões centrais como a separação estrutural das redes (a obrigação de que serviços e infraestrutura sejam controlados por empresas diferentes) e a instituição do direito de antena (a abertura de espaço nas grades de programação para transmissão de conteúdos de interesse público) para os movimentos sociais.

Atualmente, o governo tem sinalizado com a apresentação de uma proposta que tem encontrado grande resistência na mídia hegemônica e oligopolizada. Dentre as mudanças propostas estão aspectos relacionados aos seguintes pontos: mudanças na Lei Geral de Telecomunicações e na legislação de TV paga, bem como a reforma de vários dispositivos da legislação de radiodifusão. Criação de uma Agência Nacional de Comunicação (ANC), responsável por regular o mercado de radiodifusão, TV paga, audiovisual e de conteúdos, a ser criada sobre a base da Ancine, que deixaria de existir. Esta nova agência e a Anatel passariam a ficar sob um mesmo ministério (Ministério das Comunicações), e o papel fomentador do audiovisual voltaria para o Ministério da Cultura. Criação do Serviço de Comunicação Social, Serviço de Comunicação Eletrônica e um Serviço de Comunicação em Rede, que seria um equivalente mais regulado dos serviços de valor adicionado. Maior controle das outorgas de TV por políticos, ou "regulação econômica" do setor. Lei da Comunicação por Acesso Condicionado, ou Lei do SeAC (Lei 12.485/2011), que se trata de um projeto de reforma na legislação dos serviços de TV por assinatura. Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que não é exatamente uma proposta de "regulação da mídia" nem muda as regras do setor de comunicação social, mas teve o setor de radiodifusão e das telecomunicações como parte importante do debate. Pela primeira vez trouxe grupos com atuação no mercado de Internet para um grande debate legislativo, tornando-se uma legislação relevante para o mercado de comunicação na era da Internet.

Com base nos debates já propostos e ouvindo as entidades que atuam na defesa de uma comunicação popular e democrática, a FASUBRA Sindical deve avançar na discussão desta temática, propondo a realização de amplos debates sobre temas como marco regulatório no Brasil, defendendo os princípios e resoluções constantes no documento resultante da 1ª CONFECOM, construído democraticamente com a participação ativa e efetiva do movimento social.

## 11) POLÍTICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

**a)** Defendemos a educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis de ensino, para todos os brasileiros, nas áreas



## TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

urbanas, e rurais; a educação no, do e para o campo; a educação indígena; a inclusão pela educação. Defendemos que recursos públicos sejam utilizados na educação pública, mas é preciso entender as alternativas atualmente existentes (por exemplo, o PROUNI) como uma medida transitória para se atender à enorme demanda atual ainda não absorvida pelas instituições públicas. Entretanto, é necessária a defesa intransigente e contínua da criação de novas escolas de educação básica, média e superior, buscando zerar, no menor espaço de tempo possível, o déficit escolar no Brasil; **b)** Defesa do Projeto “Universidade Cidadã para os Trabalhadores”; **c)** Defesa da implementação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) no país, um conjunto de metas formulado com a participação de profissionais e entidades da área de Educação (inclusive a FASUBRA) que define as políticas públicas para esse setor pelos próximos 10 anos. A pauta, apesar de obviamente figurar entre aquelas de prioridade máxima para a agenda nacional, infelizmente não tem sido vista como prioridade pelo governo e ou mesmo pela sociedade brasileira, vide o pouco destaque obtido inclusive junto à mídia. A nosso ver, o aspecto mais importante deste debate diz respeito ao investimento em educação pública, em todos os níveis, no país. O movimento social, em sua maioria absoluta, defende o investimento de recursos do pré-sal e do PIB brasileiro em educação, para a melhoria das escolas, remuneração dos trabalhadores da educação, infra-estrutura, metodologia, pesquisa e desenvolvimento do ensino público no país. No seu discurso de posse no segundo mandato, em 1º de janeiro de 2015, a presidenta reeleita Dilma Rousseff disse que este governo seria marcado pelo lema “Pátria Educadora”. Contraditoriamente, o que se tem visto são cortes de verbas para a educação pública, instituições, hospitais universitários, dentre outros. Portanto, pelos desafios que a situação educacional brasileira apresenta é fundamental que a luta em defesa dos investimentos na educação pública esteja como prioridade máxima e que ela seja vista como um campo determinante para que o Brasil e os brasileiros avancem em todas as áreas, superando o atraso histórico do país; **d)** Apoiar a luta pela implementação do Piso Nacional do Magistério, em apoio à luta dos professores das escolas de ensino fundamental e médio.

### 12) POLÍTICAS PARA APOSENTADOS

Reconhecendo as necessidades específicas dos aposentados e sua importante contribuição à luta dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, é necessário que a Federação, através das suas instâncias, implemente ações pragmáticas e de alcance amplo. Para isto, nossa tese propõe que a FASUBRA invista em aspectos essenciais como: **a)** Reafirmação da política de aposentados, bem como a incorporação de novas demandas; Reposicionamento no PCCTAE; **b)** Luta pela manutenção das Vantagens Pessoais retiradas dos contracheques; **c)** Luta pela aprovação no

Congresso Nacional de projetos que beneficiem os aposentados (PEC’s 555/2006; 270/2008; PL 53/2011); **d)** Luta pela manutenção de progressão concedida no PUCRCE utilizando os certificados que não traziam explícitos a carga horária e que foram desconsiderados no momento do enquadramento no PCCTAE; **e)** Unificação e fortalecimento da luta nacional; **f)** Realização de encontros periódicos para fortalecimento das lutas específicas; **g)** Incentivar e promover a realização de atividades recreativas, culturais e esportivas e outras voltadas para a promoção da saúde, bem como de programas de organização financeira, gestão de negócios e outros que integrem os aposentados em novas realidades.

### 13) ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A organização sindical estabelecida na CF/88 adota o princípio da liberdade sindical em seu artigo 8º ao dizer ser livre a associação profissional ou sindical, e está pautada na democracia das relações coletivas de trabalho. Nos incisos deste artigo, a Carta Magna nomeia uma série de preceitos resultantes disso, e dentre eles: a proibição de interferência e intervenção do Poder Público na organização sindical, com expressa determinação de que não será necessária autorização estatal para a criação de sindicato.

### DIREITO A ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO SERVIÇO PÚBLICO

O Serviço Público Federal deve ter o direito à organização sindical, à negociação coletiva, ao direito de greve e à liberação dos dirigentes sindicais para exercício de mandato classista. É necessário que a FASUBRA continue defendendo a normatização da Convenção 151 da OIT para que os servidores do serviço público federal tenham seus direitos em relação à organização sindical e ao processo de negociação coletiva. Essencial também é a defesa do mandato classista, principalmente porque a falta da liberação para os dirigentes no serviço público tem acarretado perseguições, assédio moral e a abertura de um grande número de processos administrativos disciplinares que, em muitos casos, tem gerado cortes dos dias, demissões ou exonerações desses dirigentes, enfraquecendo o movimento sindical.

Nós, servidores públicos, estamos sendo atacados em nosso direito de greve, pois não temos uma legislação própria e a normatização existente hoje é a iniciativa privada, com o julgamento dos movimentos paredistas pelo STF, que tem prejudicado a nossa organização, com a judicialização de nossas greves. O nosso direito de greve tem que ser defendido a qualquer custo. Mas não é o que vemos acontecer, pois a nossa Categoria tem como resolução congressual que a FASUBRA não pode discutir, propor e negociar nada relacionado ao direito de greve, o que é uma insanidade, já que temos diversos projetos de leis no Congresso Nacional para a normatização desse direito dos servidores públicos, sendo todos prejudiciais, podendo as propostas serem chamadas de “o direito de não fazer greve”. E mesmo nesta circunstância a

# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

FASUBRA sequer pode realizar intervenções ou propor modificações para que os projetos possam nós contemplar, amenizando as perdas já existentes. Por isso, acreditamos ser fundamental e necessário rever tais resoluções, para que a FASUBRA possa intervir e propor modificações ou outro projeto de lei.

## REPRESENTAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES DA EBSEERH

As Universidades Federais continuam sofrendo um forte ataque do governo federal, que tenta a todo custo privatizar os Hospitais Universitários. Para isso, aprovou a Lei Nº 12.500/2011 que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEERH. A Procuradoria Geral da União, ao analisar a lei, considerou inconstitucional 17 dos 19 artigos desta lei e propôs no Supremo Tribunal Federal – STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 4.895/2012 contra o modelo de privatização trazido pela EBSEERH.

Entretanto, nacionalmente os Sindicados da base da FASUBRA têm perdido a luta contra a adesão das IES a EBSEERH e, com isso, a partir do início de 2014, as IES que aderiram a esta empresa estão contratando, através de seleção pública, os trabalhadores. A previsão de contratação é no montante de mais de 27 mil trabalhadores. A nossa Categoria, mesmo contra o modelo de estado que traz a privatização dos hospitais universitários, antevendo que seria necessário organizar os trabalhadores da EBSEERH, aprovou em Plenária Estatutária a inclusão desses trabalhadores na base da FASUBRA e, conseqüentemente, de seus Sindicatos de base.

Hoje vivemos um impasse: a base dos trabalhadores da EBSEERH é da FASUBRA e de seus Sindicatos, mas quem está sentando à mesa de negociação com o governo federal é outra Federação, a CONDSEF, e como ela não tinha o registro sindical, quem assinou o primeiro acordo coletivo dos trabalhadores da EBSEERH foi o SINDSEP, Sindicatos de sua base, que, entretanto, não poderiam assinar o acordo coletivo. Em primeiro lugar a CONDSEF não tinha registro sindical, e portanto não poderia assinar, o que de fato não aconteceu, mas se fez representar como testemunha. Em segundo lugar os SINDSEPs estaduais não poderiam discutir e assinar acordos, porque somente as Federações podem realizar negociações coletivas e assinar os acordos coletivos em âmbito nacional. Desta forma, a FASUBRA e qualquer Sindicato de sua base podem questionar a credibilidade do acordo.

Assim, acreditamos que quem deva se sentar à mesa de negociação com o governo, para negociar os acordos coletivos dos trabalhadores da EBSEERH é a FASUBRA e não outra Federação, principalmente porque os trabalhadores da empresa são trabalhadores dos hospitais universitários, da educação, e foram contratados para trabalharem em unidades hospitalares escola das IES.

## COMBATE À CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SINDICAIS

O movimento sindical sempre cumpriu importante papel na defesa dos direitos da classe trabalhadora brasileira e da prestação de serviços públicos de qualidade. Historicamente, são os movimentos sociais que impulsionam e provocam rupturas nas políticas dos setores públicos e privados, que exploram as (os) trabalhadoras (es) e que trazem prejuízos como a redução ou flexibilização dos direitos conquistados. Em todos os governos ocorreram perseguições e criminalizações aos movimentos sociais, mas as judicializações das greves no setor público tomaram corpo na última década, devido à ausência de regulamentação, o que permitiu os ataques ao direito de greve e as lideranças sindicais dos servidores públicos federais.

## FILIAÇÃO A UMA CENTRAL SINDICAL

A Lei n.º 11.648/08 marca uma importante mudança no Sistema Sindical Brasileiro, pois as Centrais Sindicais atingiram critérios de representatividade e passaram a ocupar um espaço importante de diálogo social, como na indicação de integrantes de alguns Órgãos Públicos ou Fóruns Tripartites, que estejam discutindo questões de interesse geral dos trabalhadores. As Centrais Sindicais, que também são denominadas de uniões ou confederações de trabalhadores, são consideradas entidades de cúpula, pois se situam no topo da estrutura sindical, acima dos sindicatos, das federações e confederações de trabalhadores. Assim, as Centrais Sindicais representam outras entidades sindicais (e não trabalhadores isoladamente), que a elas se filiam espontaneamente. São consideradas entidades intercategorias, pois abraçam categorias profissionais distintas. Os requisitos de representatividade das Centrais Sindicais estão previstos no art. 2º da Lei 11.648/08, e se referem, entre outros, ao número de entidades sindicais filiadas, às regiões do País onde atuam estes entes e às categorias econômicas defendidas. Desse modo, é provável que algumas das Centrais Sindicais formadas antes da Lei n.º 11.648/08, que não consigam atender aos requisitos legais ali inseridos, terminem por perder espaço no cenário sindical brasileiro. Reconhecida a sua representatividade, as centrais sindicais passam a possuir duas prerrogativas, que são a de coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais filiadas e participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social, nos quais se discutam questões afeitas aos interesses gerais dos trabalhadores. Por este motivo, DELGADO (2008) afirmou que as centrais sindicais "constituem, do ponto de vista social, político e ideológico, entidades líderes do movimento sindical, que atuam e influenciam em toda pirâmide regulada pela ordem jurídica." (Henrique da Silva Louro).

Por acreditarmos na importância das Centrais e na relevância da FASUBRA estar filiada a uma Central, propomos, em primeiro lugar, a discussão da filiação a uma Central Sindical e,

# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

em segundo lugar, a discussão de qual Central Sindical a FASUBRA deve se filiar.

## UNICIDADE SINDICAL

Acreditamos que a unidade sindical é a melhor opção para o movimento sindical, pois graças à facilidade de fundação de um ente sindical e à obrigatoriedade da contribuição sindical, a criação de um Sindicato pode significar um negócio lucrativo para aqueles que buscam adquirir vantagens pessoais em detrimento dos associados, e utilizar os recursos a ele destinados em finalidades diversas das esperadas, desvirtuando a concepção originária do sistema. A divisão na categoria, a pretexto de melhor representá-la, também pode ser tentada para alcançar estes fins escusos, o que acaba enfraquecendo a categoria e o sistema de organização sindical como um todo.

## RECOLHIMENTO DO IMPOSTO SINDICAL

Acreditamos que o recolhimento do Imposto Sindical, para os trabalhadores que não são filiados, é necessário aos Sindicatos de base, assim como para a Federação e Central Sindical, pois o imposto ajudará nas lutas que os Sindicatos realizam, para o financiamento dos congressos da Categoria, para as atividades de saúde do trabalhador e de qualidade de vida. Outro fator é se nossos Sindicatos não fizerem esse recolhimento, corremos o risco de que o imposto seja direcionado a entidades pelegas, que estão invadindo bases que já têm Sindicatos, Federações e Centrais Sindicais, mas que não se preocupam em investir na própria Categoria e no financiamento da luta dos trabalhadores. Pelo contrário, preocupam-se tão somente com o valor do montante financeiro recebido.

## 14) POLÍTICAS PARA A FASUBRA

### **Nossa Missão deve ser o compromisso com a Categoria**

A FASUBRA Sindical e as entidades a ela vinculadas devem lutar pelos direitos dos trabalhadores, encaminhar as suas demandas e reivindicações e defendê-los das injustiças sofridas em seus postos de trabalho, mobilizando a Categoria na conquista dos seus interesses imediatos, com vistas à melhoria e à preservação das suas condições de trabalho, saúde e vida. A grande tarefa das entidades é conscientizar os trabalhadores dos seus direitos e deveres, promovendo ações que assegurem mudanças qualitativas para todos/as. Deve, também, lutar sempre pelos princípios da equidade, igualdade e paridade, mantendo nossa Categoria (ativos, aposentados e pensionistas) unida pelos seus objetivos, para que sejamos todos, das Classes A a E, respeitados e valorizados, qualquer que seja a nossa condição.

É necessário, ainda, a partir da consciência de que não vivemos isolados, entender que é impossível conceber quaisquer organizações sem compromissos e preocupações

sociais. Questões de gênero, garantias fundamentais da pessoa humana, responsabilidade social, solidariedade entre pessoas e organizações, lutas ambientais e preservação da natureza, defesa da educação, da saúde, da liberdade de expressão e organização, luta contra a corrupção, contra a discriminação por raça, cor, religião, ou por ser deficiente físico, pelo respeito às diferenças e à diversidade, dentre outras, são hoje mais que bandeiras de lutas e sim deveres habituais de quem atua em movimentos sociais. É este o caráter político que se deve esperar de entidades sindicais, num mundo marcado pelas novas condições de cidadania que constituem a sociedade contemporânea.

### **Ações e propostas para a FASUBRA Sindical: “Se MUITO vale o já foi feito, MAIS vale o que será...” - RESISTIR, PERSISTIR, AVANÇAR E TRANSFORMAR É PRECISO!**

Defender a Autonomia Universitária;

Manter, reafirmar e avançar na luta pela implantação das 30 horas;

Continuar a luta contra o ponto eletrônico;

Manter a participação nas lutas nacionais, nos fóruns da FASUBRA e dos Servidores Públicos Federais (SPF);

Propor a criação nos Sindicatos da base da FASUBRA-Sindical de setores de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida do Trabalhador, promovendo e assegurando cada vez mais programas e iniciativas que propiciem melhorias nessas áreas para a Categoria;

Instituir e apoiar programas que atendam às necessidades das pessoas com deficiência, cobrando das IFES a implantação de políticas eficazes de inclusão;

Juntamente com os órgãos competentes, promover a realização de programas de prevenção e tratamento de dependentes químicos;

Dar continuidade à discussão e à implantação de políticas de combate e prevenção ao Assédio Moral, mantendo a campanha contrária a esta prática perversa e fomentando o debate para a criação de Comissões Institucionais que acompanhem o tema nas IFES;

Cobrar o aumento do número de vagas nas creches para os filhos dos Técnico-Administrativos em Educação;

Cobrar a discussão e implantação de políticas que visem prevenir e evitar as aposentadorias por invalidez;

Cobrar a criação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) nas IES;

Incentivar as práticas esportivas e de recreação como estímulo ao trabalhador para o cuidado da sua saúde física e mental e



# TESE DO GRUPO INDEPENDENTE NA FASUBRA

*investir em programas que busquem melhorar a sua autoestima;*

*Continuar a luta pela democratização nas universidades, buscando a paridade nas eleições para Reitores e Diretores das IES, bem como na representação dos órgãos colegiados;*

*Dar continuidade aos projetos de valorização dos aposentados e pensionistas; ampliar a Agenda Cultural dos Aposentados; lutar pela criação de Programas de Preparação para a Aposentadoria e buscar sua institucionalização junto às IFES; manter a assistência jurídica especial aos aposentados, na defesa incondicional dos seus direitos;*

*Fortalecer e auxiliar as CIS nas bases;*

*Fomentar a discussão sobre a criação e implantação de cursos de Especialização, Mestrados Profissionais e Doutorados, assim como cursos de Capacitação e Treinamento, se possível, exclusivamente para os Técnico-Administrativos em Educação;*

*Discutir o estabelecimento de uma política de formação e valorização dos Técnico-Administrativos em educação como gestores das IFES;*

*Propor às administrações das IES a realização de levantamento do dimensionamento da força de trabalho nas IES;*

*Trabalhar em prol da melhoria dos valores das Funções Gratificadas (FG's) disponibilizadas para os TAEs.*

*Cobrar das instituições a utilização efetiva dos servidores com mestrado e doutorado, com a oferta de novas oportunidades na gestão institucional; a realização de novos concursos públicos; a revisão dos processos de trabalho, incorporando novas tecnologias e buscando adaptá-las às rotinas e realidade dos trabalhadores;*

*Cobrar das reitorias a utilização do conhecimento produzido internamente também na melhoria dos procedimentos relacionados ao trabalho.*

*Ampliar o Setor de Divulgação e Imprensa da FASUBRA Sindical, com a incorporação de novos profissionais da área e abertura de outros canais de divulgação, melhorando a comunicação com as bases de todo o país;*

*Dar sequência ao Projeto Memória da FASUBRA Sindical;*

*Produzir materiais informativos, como cartilhas e outros, ampliando a discussão de assuntos diversos de interesse da Categoria, tais como: carreira, estágio probatório, direito de greve, assédio moral, aposentadoria, saúde e segurança do trabalho etc;*

*Promover melhor uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na FASUBRA, visando à interação com a Categoria, buscando o aumento da utilização de canais alternativos, em especial das mídias/redes sociais;*

*Criar o Canal da FASUBRA no YouTube e Instagram;*

*Produzir documentários sobre a fundação e história da FASUBRA e publicar um livro sobre o movimento político dos TAEs;*

*Promover seminários de formação nas bases, com a realização de cursos, encontros e palestras periódicas, com temas de interesse da Categoria;*

*Realizar enquete visando à elaboração e implementação de políticas, condizentes com as reais necessidades da Categoria;*

*Cobrar que a lei seja cumprida com relação ao pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade, buscando soluções política e jurídica, quando for o caso;*

*Melhorar a infraestrutura física da FASUBRA, cobrando efetivamente a construção da Sede/Centro de Convivência da Federação.*

*A FASUBRA deve orientar as entidades de base sobre a importância de absorver os trabalhadores da EBSERH;*

*A FASUBRA deve se sentar à mesa de negociação com o governo, para negociar os acordos coletivos dos trabalhadores da EBSERH;*

*Manter a luta contra a FUNPRESP;*

*Propor a filiação da FASUBRA à uma Central Sindical e, especificamente, à Central Única dos Trabalhadores (CUT);*

*A FASUBRA deve defender o recolhimento, por suas entidades de base, do Imposto Sindical, tendo em vista que o mesmo já está previsto e regulamentado em lei e que, caso o mesmo não seja recolhido por nossas entidades, os valores serão direcionados a entidades pelegas, que não se preocupam em investir na própria Categoria e no financiamento da luta dos trabalhadores;*

*A FASUBRA deve continuar na luta contra o modelo de estado que defende a terceirização no serviço público, principalmente contra a aprovação do PL nº 4.330/2004;*

*A FASUBRA deve lutar contra a aprovação das MPs nº 664 e 655/2015.*

## **ASSINAM ESTA TESE**

*Grupo Independentes Cutistas na FASUBRA do SINDIFES (UFMG-CEFET/MG-UFVJM-IFMG)*

*Direção do SINDIFES*

*Direção do SINTFUB*

*Grupo de Independentes do STU*





# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

## Tese do Coletivo Base e Independente ... ao XXII CONFASUBRA

*“O Vosso tanque General, é um carro forte*

*Derruba uma floresta esmaga cem  
Homens,  
Mas tem um defeito  
- Precisa de um motorista*

*O vosso bombardeiro, general  
É poderoso:  
Voa mais depressa que a tempestade  
E transporta mais carga que um elefante  
Mas tem um defeito  
- Precisa de um piloto.*

*O homem, meu general, é muito útil:  
Sabe voar, e sabe matar  
Mas tem um defeito  
- Sabe pensar”.*

Bertold Brecht

### APRESENTAÇÃO:

*Essa é a tese do COLETIVO BASE que é formado por trabalhadoras e trabalhadores de várias universidades públicas de todo país e que comungam com concepções parecidas de movimento sindical. Nosso objetivo central é organizar as lutas pela base para melhorar as condições de vida dos TAE e para fazer da FASUBRA e dos sindicatos filiados instrumentos da transformação social. Sonhamos com uma sociedade mais justa e igualitária... Que divida o pão e que amplie os direitos democráticos!*

*Nesse longo texto você vai conhecer nossas posições sobre uma série de temas que afetam diretamente a vida de quem trabalha nas universidades públicas. O nosso esforço foi para construir uma tese que não fosse um panfleto simples de posições para disputa política do congresso. Nossa tese trás uma série de ideias, dados e números servindo como fonte para tod@s os trabalhadores que queiram se qualificar para o debate sobre os problemas mais sentidos de quem vive a realidade da educação brasileira na pele.*

*Queremos convidar o leitor a gastar o seu tempo precioso para além de ler a nossa tese, vir discutir com a gente a valorização*

*dos TAEs, a defesa da universidade pública e a necessidade da luta para a transformação de nossa sociedade. E por fim, é fundamental participar do congresso da FASUBRA e da disputa política que nos envolve, só assim podemos mudar nossa realidade. Por isso se organize e venha para o CONFASUBRA com o COLETIVO BASE!*

### CONJUNTURA

*A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou em janeiro de 2014 um estudo detalhando o impacto da crise financeira mundial que abalou o planeta em 2008. Cinco anos após o ocorrido, revelam a preocupação com o nível de desemprego no mundo, que já atinge 202 milhões de pessoas – aproximadamente o total da população brasileira – além da crescente desigualdade social no planeta.*

*As consequências causadas pelo modo de produção capitalista têm se acentuado nesse início de século. Cientistas respeitados, instituições internacionais especializadas, relatórios da própria ONU e até estudos da Nasa tem constatado o aprofundamento da desigualdade social e do aquecimento global com secas e extremos climáticos. A partir do ano que vem (2016) os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão a riqueza do resto da população, segundo um estudo da organização não governamental britânica Oxfam.*

*Para sair da crise estrutural de todo o sistema capitalista, as burguesias nacionais e o imperialismo continuam atacando os direitos históricos e os padrões de vida da classe trabalhadora e dos povos. Esse ataque é feito através de duríssimos “planos de austeridade” ditados pelo imperialismo e que são aplicados por governos capitalistas.*

*Esses ataques, que em muitos casos se combinam com a crescente dificuldade dos aparatos sindicais burocráticos para conter a ação popular, desencadearam a explosão de inúmeras lutas em diversos países e continentes. Os povos de todo o mundo decidiram não marchar para a degradação e a barbárie sem antes lutar. Esta é a base social e política para uma realidade internacional que é marcada por grandes manifestações populares, greves gerais, insurreições, revoluções, guerras civis, queda de governos e regimes, como também a eleição e fortalecimento de partidos de esquerda na América Latina e em países como a Grécia e Espanha na Europa.*

*Os epicentros dessa batalha em nível mundial ainda são as heroicas revoluções que, com altos e baixos, estão em curso na região estratégica do norte da África e Oriente Médio. Destacam-se, nessa parte do globo, a guerra civil na Síria e os processos revolucionários no Egito, Líbia e Tunísia. Além disso, o continente europeu continua em ebulição, em países como Grécia, Espanha, Portugal, Bélgica e Itália.*

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*A esta realidade soma-se a instabilidade crescente (econômica e política) que começa a se expressar na América Latina, onde, depois de vários anos, reaparecem as enormes manifestações populares e greves gerais (Brasil, Argentina, Venezuela, México, Paraguai). Muitas dessas manifestações enfrentando governos de colaboração de classes, que apresentam em sua aparência uma estética social de esquerda com migalhas para a maioria do povo, mas em essência aplica um programa que beneficia em primeiro lugar o sistema financeiro, a grande indústria e o agronegócio.*

*O principal obstáculo nesse caminho são as direções das centrais sindicais e dos partidos tradicionais da classe trabalhadora, totalmente alinhados aos governos e aos exploradores e que se recusam a encaminhar planos de luta unificados e uma jornada de lutas nacional e internacional contra os “ajustes” dos banqueiros, multinacionais e governos. Portanto, é essencial exigir, a partir das bases, que essas direções rompam seus pactos com governos e burguesias nacionais, propondo ações unitárias em torno das demandas mais prementes da classe operária e do povo.*

## UM BALANÇO CRÍTICO DOS GOVERNOS PETISTAS DE COALIZÃO COM A DIREITA

*Nos últimos 10 anos houve crescimento econômico, mas não houve uma repartição igualitária do bolo. Os empresários levaram muito mais que a classe trabalhadora e não houve nenhuma mudança estrutural nas causas da desigualdade social no país. Toda a propaganda oficial de que estamos prestes a acabar com a pobreza e criar um país de classe média foi por água abaixo. Existem dois Brasis: O Brasil dos ricos, classe composta por menos de 1% da população, que vivem como reis, e o Brasil dos trabalhadores, que produzem muito e ganham pouco, em trabalhos precarizados e informais.*

*A curta sensação de bem estar social no Brasil dos últimos anos (sustentada pelo crescimento econômico e desenvolvida pela extensão da Bolsa Família e pela ampliação do crédito) está se evaporando quanto mais à crise econômica internacional se aproxima do Brasil. Ao optar para governar em harmonia com os ricos, teve que entregar muito mais para eles, impedindo uma verdadeira distribuição de renda no país.*

## UM PAÍS PROFUNDAMENTE ENDIVIDADO:

*“Primeiro, suspensão do pagamento da dívida externa; segundo, acabar com a especulação financeira no País baixando as taxas de juros”*

*(Discurso de Lula na campanha eleitoral de 1989)*

*No final de 2012, com 10 anos de governo petista, a dívida pública (interna e externa) era a maior da história, com R\$3,72 trilhões... Segundo dados do próprio Banco Central, entre 2000*

*e 2012, que engloba 10 anos de governo petista, a dívida pública saltou de 60% para 84% do PIB.*

*Em relação a dívida per capita, os dados do IBGE e Banco Central dizem que quando FHC assumiu o governo, em 1995, cada criança que nasceu já herdou uma dívida de cerca de R\$ 2 mil. Quando saiu, em 2002, cada brasileiro já devia cerca de R\$ 5 mil.*

*Cada centavo pago desta dívida é dinheiro retirado da educação, saúde, moradia, reforma agrária, isto é, deixa-se de pagar a enorme dívida social que o país tem com a classe trabalhadora. Com o PT no governo esperava-se que esta sangria diminuiria. Mas quando Lula saiu do governo, em 2010, cada recém-nascido já devia quase R\$ 15 mil. Com Dilma, na metade do seu mandato, a dívida per capita já chegava a R\$ 18.500,00.*

*A Confederação Nacional do Comércio publicou uma pesquisa em abril de 2013 que indica que temos 118 milhões de brasileiros endividados, sendo que 37 milhões estão com contas atrasadas. Destes, 12 milhões não podem pagar suas dívidas. A isto se soma um valor de R\$ 41,2 bilhões em dívidas não pagas por parte de pessoas jurídicas. O mecanismo de endividamento é usado como uma arma política pelo governo petista. Através do crédito generalizado é gerada uma sensação de que a vida está melhorando e as pessoas podem comprar bens e serviços.*

## A INVENÇÃO DA CLASSE MÉDIA COMO DEMAGOGIA ELEITORAL

*“Boa parte dessa aclamação se baseia em uma artifício estatístico, segundo o qual qualquer pessoa com uma renda de no máximo 7 mil dólares por ano – paupérrimo em qualquer lugar – é classificada como pertencendo a “classe média”. A tão incensada nova classe média seria apenas uma classe de “trabalhadores pobres”.*

*(Perry Anderson em Artigo: “O Brasil de Lula”)*

*A propaganda oficial diz que 40 milhões de pessoas entre 2003 e 2011 passaram a fazer parte da classe média. O governo passou a considerar integrante da classe média quem dispuser de renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1019 mensais. Marcio Pochmann, intelectual petista, faz uma crítica a esta visão afirmando que o governo usa o critério errado para definir classe média pela renda e consumo. Essas estranhas estatísticas são boas para o governo brasileiro fazer propaganda, mas não consegue esconder a realidade de um Brasil de trabalhadores, pobres, precarizados, endividados e com acesso limitado aos serviços públicos.*

## O PLENO SUBEMPREGO...

*Cresce o emprego precarizado no Brasil via terceirizações.*

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*“Estavam em um avião Dilma, Marina e Aécio... Marina com uma nota de 100 disse: ‘Vou jogar essa nota de 100 lá embaixo para fazer um brasileiro feliz...’. Aécio interrompeu a presidenciável e disse: ‘Por que você não troca essa nota de 100 em duas de 50? E assim, terá dois brasileiros felizes.’. Dilma não perdeu tempo e foi logo falando: ‘Vou trocar essa nota de 100 em 10 notas de 10 e fazer muito mais brasileiros felizes lá embaixo...’. O piloto liga o sistema de som do avião e diz: Por que todos vocês não pulam do avião fazendo todos os brasileiros felizes?”*

*(Piada de domínio público, Sabedoria Popular Brasileira )*

*Entre 2000 e 2010, foram criados 20 milhões de postos de trabalho com salários de até 1,5 salário mínimo. São empregos precarizados, que substituíram empregos de melhor qualidade e maior remuneração. No mesmo período, foram perdidos mais de 4 milhões de empregos que recebiam acima de 5 salários mínimos. E perdeu-se por ano durante governo petista 400 mil postos de trabalho com rendimento acima de 3 salários mínimos.*

*A verdade é que a classe média diminuiu de tamanho e o número de trabalhadores pobres aumentou. Segundo Pochmann, com base em dados do IBGE, que contempla o intervalo entre 1995 e 2005, “33,% dos postos de trabalho gerados pelo setor privado formal foram de responsabilidade da terceirização no Brasil”.*

*precarização dos novos postos de trabalho é resultado da aplicação do neoliberalismo no Brasil com FHC, Lula e Dilma. Informalidade e terceirização, somadas à rotatividade da mão de obra, foram os principais instrumentos dos patrões para derrubar os salários e as condições de trabalho.*

## AGRONEGÓCIO VIROU ALIADO, O MEIO AMBIENTE ESTÁ DESTRUÍDO E A REFORMA AGRÁRIA FICOU ESQUECIDA.

*“Não existe mais latifúndio no Brasil”*

*(Kátia Abreu, Ministra da Agricultura indicada por Dilma)*

*No dia 07 de Janeiro desse ano, a Comissão Pastoral da Terra divulgou um documento que faz um duro balanço, afirmando categoricamente que a reforma agrária do governo Dilma foi a pior dos últimos 20 anos. A CPT também aponta o aumento no número de áreas de conflito e da violência sofrida por trabalhadores rurais. “O ano de 2014 amargou a marca de 34 pessoas assassinadas no campo, o mesmo número de 2013”, diz o texto que indica os estados do Pará, do Maranhão e de Mato Grosso do Sul como os campeões de violência no campo.*

*O Brasil tem a segunda pior concentração de terras do mundo, onde o grande produtor rural domina mais de 70% da terra. Por isso, mais da metade da sua população rural, que conta com*

*30 milhões de pessoas, é composta de pobres e miseráveis. O agronegócio domina todo o complexo agroindustrial brasileiro, desde os insumos e maquinário, da produção agropecuária e a agroindústria até as grandes redes de supermercados. Cerca de 30 empresas dominam todo o complexo agroindustrial brasileiro e mais de 70% destas empresas são multinacionais.*

*A política neoliberal aplicada no campo gerou uma modernização da produção capitalista na área rural, com altos índices de produtividade, quintuplicou a produção enquanto diminuiu o número de trabalhadores rurais. Dois terços das terras dedicadas à lavoura no Brasil estão ocupadas por soja, cana de açúcar e milho retornando ao velho modelo colonial de monoculturas de exportação.*

*O Brasil já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e segundo mercado de sementes transgênicas. Esta modernização é destrutiva da natureza, pois a monocultura vai ocupando a totalidade do território e depois de destruir boa parte do Cerrado, agora investe contra a Amazônia. Estudos recentes, publicado por cientistas britânicos da universidade de Leeds demonstram que o desmatamento da Amazônia e do Cerrado pode influenciar no volume de chuvas no sul do país. O que pode explicar a grave seca que está castigando São Paulo e a região sudeste do país, na qual os reservatórios de água estão em níveis baixíssimos e o racionamento de água já é uma realidade com sofrimento para milhões de pessoas.*

## BRASIL: UM PAÍS MAIS DEPENDENTE.

*O Brasil depende do capital internacional e as transnacionais dominam a economia do país.*

*Segundo dados do próprio Banco Central nos 10 anos de governo petista, dobrou a entrada de capital estrangeiro e quadruplicou a remessa de lucros para o exterior. Ao liberar as remessas de lucros ao exterior do pagamento de impostos de renda, os governos petistas abrem mão de controlar e taxar o capital especulativo que vem ao Brasil, favorecendo-o em detrimento do nosso desenvolvimento. Nesse aspecto os governos do PT aprofundaram a dependência do Brasil com o capital estrangeiro principalmente com a política de juros altos que atrai o capital especulativo e garante uma imensa remuneração aos banqueiros.*

*As transnacionais dominam a economia brasileira da seguinte forma:*

SETOR	%
Montadoras	100%



# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

Setor eletrônico	92%
Autopeças	75%
Telecomunicações	74%
Setor Farmacêutico	68%
Indústria digital	60%
Setor de bens de capital	57%
Petrobras	55%
Setor de bens de consumo	55%
Siderurgia e metalurgia	50%
Petroquímica	47%
<b>Fonte: ILAESE</b>	

## AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E AS ELEIÇÕES DE 2014 DEMONSTRAM UMA RUPTURA DOS TRABALHADORES COM O PT E A CUT.

Após as jornadas de junho de 2013 ficou marcada na história da luta de classes do país uma mudança de qualidade na correlação de forças e no processo de reorganização da luta político-sindical. Milhões de pessoas foram às ruas levantando bandeiras que em sua maioria exigiam reivindicações econômicas e democráticas como o não aumento da tarifa de transporte público, melhoria dos serviços públicos (saúde e educação), por moradia, contra a violência policial, por direitos democráticos para os que sofrem com a opressão (machismo, racismo e homofobia), além da denúncia e repúdio aos escândalos de corrupção em vários governos, entre outras lutas.

Paralelamente e na mesma lógica desse processo, temos observado o aumento do número de greves em todo o país, tanto no setor público como no privado. Segundo o DIEESE desde 2010 já se verifica um aumento e no ano de 2012 foram 873 greves, o maior número desde 1996. Todos esses fenômenos indicam um mau humor social crescente que tem uma nova característica, no qual a maioria de todo esse processo de crescimento da pressão social seja em manifestações multitudinárias, seja na luta sindical tem se desenvolvido por fora das direções tradicionais do movimento de massas desde a reabertura democrática do país na década

de 80. A CUT e o PT não possuem o controle de todo esse movimento de massas que muitas vezes se enfrenta com o governo Dilma e governos estaduais e municipais tanto do PT como da direita clássica (PSDB/DEM), o que aponta uma tendência de ruptura de milhões de trabalhadores que não tem mais a CUT e o PT como referência político-sindical. Tal tendência se confirma após o resultado eleitoral em 2014, embora o PT tenha conseguido reeleger Dilma, essa vitória se deu na eleição mais acirrada da história do país, além dos petistas terem perdido espaço no congresso nacional, sofrendo derrotas importantes na disputa de governos como São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná.

Dilma e o PT foram eleitos para fazer mudanças e reformas progressivas com ganhos para os trabalhadores, mas infelizmente isso não aconteceu. Pelo contrário, é fácil perceber que a maioria dos recursos públicos e a política econômica estão a serviço dos ricos e poderosos, enquanto que para a maioria da população trabalhadora que carrega o país nas costas só há migalhas, serviços públicos de péssima qualidade e o crescimento do trabalho precarizado. Com a aproximação da crise econômica que se expande da Europa para América Latina a sensação de bem estar social vai se desmanchando e no lugar o sentimento de insatisfação e revolta começa a se generalizar. Os escândalos de corrupção que envolvem praticamente todas as esferas do poder público, em especial o caso Petrobrás (Operação Lava Jato) bem como a crise da água em São Paulo tem aumentado o descontentamento popular. Na pesquisa Datafolha de fevereiro de 2015, a popularidade tanto de Dilma como de Alckmin caiu significativamente como também caiu a simpatia da população brasileira por todos os partidos da ordem como PT e PSDB.

## PROPOSTAS EMERGENCIAIS CONTRA O AJUSTE FISCAL DO GOVERNO DILMA:

Suspensão do pagamento da dívida pública e mudança radical na política econômica com o fim do tripé macroeconômico.

10% do PIB pra Educação pública e 10% do PIB pra Saúde pública já!

Fim das terceirizações! Pela retirada do PL 4330 do congresso nacional!

Prisão para corruptos e corruptores do caso Petrobrás e outros!

Reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores! Pelo fim do latifúndio!

Estatização de todas as empresas e bancos privatizados! Petrobras 100% pública!

Anulação da Reforma da Previdência e fim do fator previdenciário!

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários!*

## EDUCAÇÃO:

**A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO REFORÇADA COM A APROVAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE).**

A propaganda oficial diz que houve nos últimos 10 anos um crescimento do ensino superior público através da expansão das universidades federais via programa REUNI. Mas a mesma propaganda esconde a precariedade que vem se deu tal expansão, principalmente agora que no início de 2015 o governo Dilma cortou cerca de 7 bilhões do orçamento da educação, o que já vem afetando o funcionamento regular das universidades federais. Várias reitorias tem publicado notas explicando os sinais da crise orçamentária no qual em muitas IFES os trabalhadores terceirizados passaram o natal de 2014 e janeiro de 2015 sem receber seus salários e estão sob ameaça de demissão. Um absurdo completo, pois o governo não faz mais concurso público para uma série de cargos e ao mesmo tempo contratam trabalhadores terceirizados com baixos salários e péssimas condições de trabalho.

Outro elemento que não aparece na propaganda do governo é que o ensino superior privado dobrou de tamanho em relação ao ensino superior público. Segundo os dados do último Censo da Educação feito pelo INEP, o Brasil chegou em 2013 na marca de 7,4 milhões de estudantes universitários. Só que desse total, 5,3 milhões (73,5 %) estão em instituições particulares. O restante se divide em instituições federais ( 1,1 milhão), estaduais ( 604 mil) e municipais (190 mil).

Durante os governos de Lula e Dilma o ensino superior privado se expandiu de forma tão brutal que há sete anos a KROTON era apenas um grupo de ensino com 18 mil alunos. Hoje, tem 1,5 milhão de estudantes e se tornou a maior companhia de educação do mundo no qual 35% de sua receita depende diretamente de financiamento do governo federal via FIES e o PROUNI.

1º	Kroton (Brasil)	10,8 BILHÕES
2º	New Oriental (China)	4,1 BILHÕES
3º	Estácio (Brasil)	3,9 BILHÕES
4º	Apollo (EUA)	3,2 BILHÕES
5º	DEVRY (EUA)	2,7 BILHÕES

Fonte: MEC/INEP.

Essa tabela mostra que a primeira e terceira maiores empresas privadas de ensino superior do mundo são brasileiras e a ampla maioria das instituições de ensino superior (IES) do país são privadas. É por isso que no ano de 2014 o governo e a bancada governista no congresso nacional aprovaram o Plano Nacional de Educação (PNE), garantindo que os recursos públicos continuem financiando os tubarões do ensino privado. Caso o governo chegue a investir 10% do PIB para educação a maioria desses recursos não será para o ensino público e universidades públicas.

Somos em torno de 180.000 mil técnico-administrativos em educação (TAE) espalhados por todas as IFES de norte a sul deste país. São profissionais das mais distintas categorias de trabalhadores: pedreiros, eletricitistas, auxiliares agropecuários, vigilantes, motoristas, técnicos de enfermagem, auxiliares em administração, analistas de sistemas, programadores, pedagogos, sociólogos, administradores, contadores, assistentes sociais, técnicos de laboratório, arquivistas, psicólogos, jornalistas, músicos, médicos, dentistas, engenheiros, etc.

Todas essas profissões e outras mais constituem a nossa categoria (Trabalhadores TAE) e com saberes específicos formam um dos pilares que sustentam a universidade pública a produzir e repassar conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão.

As metas do novo PNE cita estudantes e professores, ignorando completamente qualquer menção a categoria dos Técnico-Administrativos em Educação. Há todo um plano para expandir o ensino superior, que envolve docentes e discentes. E os TAE simplesmente não existem no texto da Lei.

Como pensar a ampliação do ensino superior, sem levar em consideração a ampliação, capacitação, qualificação e valorização dos TAE das IFES? Se o PNE do governo Dilma ignora nossa categoria nas suas metas de médio e longo prazo, qual será o nosso futuro nas universidades?

O PNE demonstra que nos planos do governo não existe o fortalecimento dos TAE das IFES. Não há perspectiva de ampliação do quadro de nossa categoria. A terceirização assim vai continuar avançando mais rápido que os parques concursos públicos para a contratação de trabalhadores via RJU, bem como, não há uma perspectiva de valorização salarial de nossa categoria. Em se mantendo a mesma política do REUNI, com a ampliação de vagas sem a devida contratação de TAE e docentes em números suficientes, continuará o comprometimento da qualidade do ensino.

O endurecimento do governo nas negociações salariais (nos últimos 10 anos foram 6 greves para arrancar alguma migalha do governo) e a implementação da EBSEH são provas de que

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*para o governo, os TAE não precisam ser valorizados e nem citados no PNE, pois o nosso trabalho em sua maioria tende a médio e longo prazo ser substituído por trabalhadores terceirizados, subcontratados e/ou contratados sem estabilidade, sobrevivendo talvez, alguns poucos cargos de TAE, que serão incorporados a administração e gestão da burocracia das IFES.*

## PROPOMOS:

*Não ao PNE DO GOVERNO DILMA que financia o ensino privado! Dinheiro público só para educação pública.*

*Por um PNE que reconheça os TAE, assim como reconhece estudantes e docentes nas IFES!*

*10 % do PIB para a educação pública já!*

*Fim do ensino privado e universalização do acesso ao ensino superior público e gratuito!*

*Pelo fim da entrada de capital privado na educação e saúde do Brasil!*

## SOMOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAE) E QUEREMOS RESPEITO!

*10 anos de Carreira (PCCTAE), um balanço necessário para avançar!*

*Em 2015 comemoramos 10 anos de PCCTAE que foi conquistado através de muita luta pela aprovação da lei 11091 em 2005 que instituiu o Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação. Logo na sua implantação, o PCCTAE já apresentava problemas profundos e distorções que compuseram a pauta de reivindicação da FASUBRA e que lamentavelmente até hoje o governo federal muito pouco nos atendeu. Há dez anos persistem problemas como o reposicionamento dos aposentados e a racionalização de cargos dos TAE que fazem o mesmo trabalho recebendo salários diferenciados gerando injustiças e conflitos de gestão.*

*Os Técnico-Administrativos em Educação formam uma categoria multiprofissional (são mais de 150 mil profissionais da educação em todo país, distribuídos em centenas de cargos diferentes), com 05 níveis de escolaridade (A,B,C,D e E) e que estão numa mesma malha salarial delimitada por um piso e teto. Além de vários artifícios incluídos na constituição da carreira que compõe a remuneração financeira, como o step, incentivos de qualificação (IQ) e 04 níveis de capacitação regidos por avaliação de desempenho.*

*A principal virtude do PCCTAE é unificar a categoria dos TAE construindo uma identidade que é percebida no fazer cotidiano da universidade no qual são corresponsáveis pelo ensino, pesquisa e extensão. Contribuindo para a produção e*

*reprodução do conhecimento acadêmico e científico, fortalecendo assim a cultura do povo brasileiro! Somos primordiais para o funcionamento das universidades públicas, porém muito pouco reconhecidos e valorizados financeiramente e democraticamente pelas reitorias e governo federal.*

*A CNSC – Comissão Nacional de Supervisão da Carreira – que foi criada pela Lei 11091 com a função de acompanhar o desenvolvimento da carreira e propor alterações para seu aprimoramento - vive uma crise crônica, pois apesar dos esforços técnicos nas elaborações dos representantes dos trabalhadores indicados pela FASUBRA, todo o trabalho desenvolvido na CNSC no sentido de aprimorar nossa carreira não tem praticamente avanço nenhum. Em geral os representantes do governo da CNSC não possuem nenhum interesse em resolver as distorções que estão em nossa carreira, não tendo também poder de decisão efetivo. Toda e qualquer mudança em nossa carreira que envolve impacto financeiro precisa de autorização do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da junta orçamentária do governo que segue rigorosamente as ordens do ajuste fiscal negando todas as nossas reivindicações e cobranças. Assim, a CNSC se tornou um espaço de discussão abstrata sem resultados concretos, na qual trabalhadores e governo discutem concepções distintas de carreira somente no campo teórico sem avanços com ganhos para a categoria.*

## ANEXO IV PARA TOD@S FOI UMA CONQUISTA DA GREVE DE 2012.

*A última conquista que aprimorou elementos da nossa carreira foi fruto da greve de 2012. Anteriormente as classes A, B, C e D não tinham direito ao incentivo à qualificação (IQ) de forma plena. A ampliação do anexo IV bem como os reajustes dos seus valores para toda a categoria era uma reivindicação histórica, que só foi conquistada com muita luta e inevitavelmente com uma forte greve. A proposta do governo de acabar com o IQ na forma de percentuais que acompanham a evolução salarial e transformar em valores fixos foi derrotada!*

*Isso prova que o governo só dá concessões, ainda que migalhas frente ao que os banqueiros recebem, quando os trabalhadores se organizam, vão pra rua botar a boca no trombone com greve e muita manifestação! Esperar que só a conversa e o cafezinho nas reuniões da CNSC vão resolver os problemas da categoria como muitos que apoiam o governo pensam é pura ilusão!*

## TERCEIRIZAÇÃO E FALTA DE CONCURSO PÚBLICO PELO RJU ESTÃO DESFIGURANDO A CATEGORIA...

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*Em reunião da FASUBRA com representantes do MEC e MPOG no ano passado o governo foi claro: “A nossa política é terceirizar tudo que não é atividade fim”. Isso significa que para o governo não tem mais concurso público para a maioria dos cargos das classes A, B e C de nossa categoria... Essa política não é de hoje, há muito anos o governo abandonou o concurso público para centenas de cargos que entraram em extinção para contratar trabalhadores via empresas terceirizadas com um grau de precarização brutal.*

*Essa política tem consequências desastrosas para a nossa categoria que está sendo desfigurada para a aplicação de uma lógica de gestão de recursos humanos neoliberal. Para o governo dos ex-sindicalistas é preciso flexibilizar contratos e direitos trabalhistas, quebrar estabilidade no emprego, aumentar a rotatividade de contratações/demissões e humilhar os trabalhadores, deixando-os sem salários nas festas de fim de ano de 2014 e no início de 2015, como aconteceu recentemente em várias universidades federais.*

## RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETENCIAS –RSC...

### **...Muita calma nessa hora!**

*O RSC ( Reconhecimento de Saberes e competência) é uma realidade aos docentes do EBTT (Ensino básico, Profissional e Tecnológico). A lógica do Reconhecimento é oportunizar que o servidor alcance o ganho de titulação superior ao que possui, desde que alcance os requisitos necessários estipulados.*

*Na verdade, a rede federal começa a seguir a lógica de uma política produtivista, pois deverá produzir tarefas e atividades estabelecidas pela gestão. Sem mencionar, a busca incessante por portarias, principalmente as que 'obrigam' a participação em programas governamentais de caráter privatista. Na verdade, a ideia desta política é repassar aos gestores locais o controle das atividades e funções que são necessárias para alcançar o tal Reconhecimento.*

*Após o RSC ser uma realidade aos docentes, o CONIF(Conselho dos reitores dos Institutos Federais ), às vésperas das eleições presidenciais, lança uma proposta de RSC aos TAEs. Porém, como era de se esperar, a proposta incluía a criação do 'TAE substituto', um claro ataque ao serviço público por meio das privatizações. O mais perigoso é que dias antes, a CAPES já acenava também com a mesma política aos docentes, com a extinção do concurso público. Fim do RJU! A ideia do CONIF é um claro plano de governo de ampliar a terceirização. Passada as eleições, o SINASEFE, após o RSC ser uma realidade aos docentes, depois de intenso debate interno começou a discutir uma proposta aos TAEs.*

*Cresce também entre os TAEs nas universidades o interesse sobre o tema com muitos procurando os sindicatos e a*

*FASUBRA para discutir o RSC. No entanto, faz-se necessário garantir o que já foi conquistado. Um exemplo disso é garantir que o incentivo a qualificação dos TAEs continue sendo vinculado ao vencimento básico e em valores percentuais, o que difere da RT (Retribuição por titulação) dos docentes que são valores nominais e fixos, que são desvinculados do vencimento básico. Portanto, a defesa das conquistas já obtidas com o PCCTAE deverá ser garantida e não podemos cair em armadilhas do governo.*

*Entendemos que a discussão do RSC poderá regulamentar em nossa categoria a valorização salarial em relação ao saber não formal que já consta no PCCTAE, mas defendemos que a FASUBRA deve aprofundar amadurecer essa discussão buscando o diálogo com o SINASEFE no sentido de atender os anseios dos trabalhadores por uma melhor remuneração, mas fugindo da lógica produtivista e de “pegadinhas” do governo que poderá criar ainda mais distorções em nossa carreira.*

## PROPOMOS:

*A FASUBRA precisa convocar o GT carreira com ampla participação da base, para discutir o RSC, fazendo uma melhor caracterização de suas vantagens e desvantagens caso existirem.*

*A FASUBRA deve buscar o diálogo com o SINASEFE para a construção de uma proposta comum caso avaliar que o RSC pode trazer vantagens para a categoria.*

## **Seminário de Carreira da FASUBRA, as distintas visões na mesa...**

*No mês de dezembro de 2014 a FASUBRA organizou com a presença de várias entidades filiadas que se interessaram sobre o tema um seminário nacional sobre a carreira, queremos saudar essa iniciativa, pois foi fundamental para organizar o debate e começarmos a apontar as distintas visões sobre a carreira existente em nossa categoria com o objetivo de construirmos uma síntese para avançar em mais conquistas.*

*Avaliamos que foi positiva a discussão e a participação dos sindicatos nesse seminário, porém ficaram dúvidas que precisam ser dirimidas para que possamos seguir debatendo. Os representantes da CUT/Ressignificar e da CTB apresentaram a proposta de criação de dois macrocargos para a nossa carreira, sem explicar melhor os detalhes e como isso poderia ser vantajoso para nossa categoria... Estamos preocupados com essa visão, pois ficam várias perguntas no ar sem resposta sobre o significado dessa proposta, sendo necessária a explicação detalhada. Fazer uma proposta que muda bruscamente o PCCTAE sem apontar claramente como essas mudanças podem trazer ganhos para a categoria é*



# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*apostar na confusão e nesse cenário quem sai ganhando é o governo e não os trabalhadores.*

## FICAM NO AR AS SEGUINTE PERGUNTAS:

*A proposta de dois macrocargos dá a impressão que vamos eliminar por proposta da Federação a possibilidade de concurso público para todos os cargos de todas as classes existentes hoje... Ou seja, vamos abandonar a luta contra a terceirização?*

*Como fica a malha salarial dentro da proposta de macrocargos? Teríamos ainda piso e step únicos? E o saber não formal, incentivo à qualificação (IQ), níveis de capacitação, número de padrões de vencimento?*

*E por fim, porque a instituição de dois macrocargos vai facilitar que o governo dê concessões que tenham impacto financeiro para o conjunto dos TAE?*

*Essas perguntas precisam ser respondidas detalhadamente com argumentos que demonstrem que é possível avançar com conquistas. Caso contrário o governo vai acolher a proposta e instituir uma carreira muito pior do que temos hoje, pois a lógica estabelecida no Ministério de Planejamento e no governo Dilma é atacar direitos, principalmente em ano de doloroso ajuste fiscal.*

## NOSSAS PROPOSTAS PARA O PCCTAE...

### PRINCÍPIOS QUE NÃO ABRIMOS MÃO:

*O PCCTAE foi uma vitória importante de nossa categoria, mas após 10 anos de negociações, lutas e greves a intransigência do governo nos fez avançar muito pouco na correção das distorções e no aprimoramento de elementos de nossa carreira que já estão ultrapassados por conta do avanço tecnológico e das transformações no mundo do trabalho. Portanto, estamos abertos a discutir mudanças em nossa carreira desde que estejam preservados alguns princípios que não podemos abrir mão, são eles:*

- *A manutenção da malha salarial única, com todos os níveis de classificação, com piso único e step constante, pois esse elemento unifica a categoria;*
- *Concurso Público para todos os cargos para combater a terceirização;*

- *Percentuais de IQ relativos à evolução salarial (não valores fixos);*

- *Paridade entre ativos e aposentados.*

## APRIMORAMENTO DA CARREIRA DEVE SER A PRIORIDADE.

*Não defendemos outra carreira na mesa de negociação com o governo, mas defendemos que o centro na mesa de negociação seja o aprimoramento de nossa carreira, para a qual propomos:*

- *Ampliação dos padrões de vencimento.*
- *Os 16 níveis existentes na tabela já não contempla a categoria principalmente diante das reformas da previdência que ocorreram nos últimos anos*

- *Ampliação dos níveis de capacitação.*

*Os 4 padrões de capacitação também são insuficientes dado todo o tempo de carreira desde o ingresso até a aposentadoria;*

- *Correção das porcentagens dos IQ para graduação, especialização, mestrado e doutorado.*
- *Majoração do valor do piso rumo aos três salários mínimos e o STEP de 5%.*
- *Racionalização de cargos de quem faz o mesmo trabalho, mas recebe salários diferentes evitando injustiças e conflitos de gestão.*
- *Reposicionamento dos aposentados para corrigir distorções originadas na implementação do PCCTAE.*

*Modificar na lei 11.091 o artigo que trata da absorção do VBC, de forma que ele não seja mais absorvido nas futuras reestruturações da tabela. Devolver o VBC absorvido com a implantação da tabela salarial de 2006.*

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*Todas essas propostas atingem positivamente o conjunto da categoria (ativos e aposentados) fortalecendo nossa unidade para o enfrentamento. Acreditamos que a categoria se mobilizaria mais pelo aprimoramento da carreira existente do que para iniciar uma discussão sobre uma nova carreira. No entanto estamos abertos à discussão sobre outras propostas desde que os princípios básicos que apresentamos não sejam feridos.*

*Entendemos que essa discussão da carreira deve unificar a categoria e para isso as forças políticas precisam fazer o esforço para garantir um debate que dê conta de armar a categoria para o enfrentamento que certamente teremos em defesa das nossas propostas.*

## **JORNADA DE 30 HORAS, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS COM TURNOS CONTÍNUOS: BOM PRA UNIVERSIDADE, BOM PARA A SOCIEDADE E BOM PARA OS TRABALHADORES.**

*Segundo Anadergh Barbosa Branco, professora de medicina do trabalho da UnB, problemas causados pelo estresse – depressão que geram alcoolismo, hipertensão, dor de cabeça e outros - levaram 1,3 milhão de brasileiros a se afastarem do trabalho e receberem auxílio-doença. Nessa perspectiva o modelo de desenvolvimento econômico e social está criando uma “legião de incapacitados”, afirma Anadergh. As doenças da mente representam cada vez mais um fator de afastamento do trabalho com maior curso e duração e logicamente isso tem um custo social.*

*A Associação Internacional de Cuidados com o Estresse – ISMA-BR, aponta que 70% da população brasileira sofre de stress, desse total, 30% apresentam burnout, que é o estado de exaustão física e mental que pode levar à depressão e até ao suicídio. A ISMA também chama a atenção para o prejuízo causado ao dinheiro público, pois estima-se que o governo gasta cerca de 3,5% do PIB considerando faltas, ausência na empresa, presenteísmo [quando a pessoa está fisicamente no local, mas alheia ao que faz], e a licença-médica, com os problemas todos de saúde. O prejuízo maior é do trabalhador, que prejudica o seu bem maior, que é a sua saúde.*

*De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão será a segunda causa da incapacidade para o trabalho até 2020 e segundo os dados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os transtornos mentais e de comportamento ocupam o terceiro lugar em número de benefícios concedidos. Em 2011, a Previdência Social concedeu mais de 15 mil aposentadorias por invalidez a trabalhadores vítimas de adoecimento mental. Já os auxílios-doença concedidos em função de quadros depressivos chegaram a 82 mil em todo o País.*

*A redução da jornada de trabalho sem redução de salários é uma bandeira histórica dos trabalhadores e está mais atual do que nunca, principalmente diante desse quadro devastador no qual a saúde mental de milhões de trabalhadores brasileiros está totalmente comprometida. Reduzir a jornada para 30 horas semanais para os TAE garantindo os turnos contínuos aumentaria a qualidade de vida dos trabalhadores, diminuindo o número de afastamentos do trabalho e melhoraria quantitativa e qualitativamente os serviços públicos para população. A resposta do governo Dilma para essa situação vai totalmente contra os interesses dos trabalhadores tanto da iniciativa privada como do funcionalismo público. Além de se recusar a encaminhar a redução da jornada sem redução de salários, recentemente o governo Dilma editou as Medidas Provisórias (MPs – 664 e 665) que atacam benefícios previdenciários, (entre eles está o auxílio – doença) para o pagar os juros da dívida pública, garantindo a saúde mental dos banqueiros.*

*A luta pela redução da jornada sem redução de salários estava abandonada pela FASUBRA. Os últimos materiais de divulgação dessa luta foram de uma tímida campanha feita em 2007. A atual gestão resgatou a luta pela redução da jornada sem redução de salários, foi produzida uma cartilha em quadrinhos que está à disposição no site da federação, debatemos esse tema em Plenária Nacional e em todos os encontros regionais realizados. A assessoria jurídica da FASUBRA produziu um consistente parecer para orientar os sindicatos filiados e a FASUBRA atendeu o convite de vários sindicatos que solicitaram apoio para contribuir com esse debate.*

*Aumentou o número de TAE nas universidades federais que passaram a ter o direito à redução da jornada sem redução dos salários e isso precisa ser reconhecido como fruto da luta da FASUBRA e dos sindicatos filiados que levaram essa bandeira de luta a sério. Na greve de 2014 a luta pelas 30 horas fez parte da pauta nacional e das pautas locais no qual também tivemos vitórias pontuais que nos anima a continuar impulsionando essa luta. Isso significa que não podemos parar, é preciso seguir lutando e exigindo das reitorias e do governo federal a redução da jornada.*

*Por fim, vejam logo abaixo as instituições nas quais os trabalhadores lutaram e conseguiram conquistar a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução de salários, em alguns casos parcialmente e em outros para toda categoria:*

*UFC, UFPI, UFAL, UFS, UFES, UFF, UFPR, UTFPR, UFBA, UFABC, UNICAMP, UFF, UFPEL, UFT, UFG, UFMT, UFAC, IFsulriograndense, IFSP, IFSC, IFRS, IFRO, IFPI, IFPB, IFNMG, IFG, IFB, IFBA, CEF ET-MG.*

*Obs: As instituições citadas acima já possuem trabalhadores que de alguma forma possuem a redução da jornada sem redução salarial no qual confirmamos em nosso levantamento.*

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*Caso tenha faltado alguma instituição ou se estiver constando instituição de forma equivocada entre em contato conosco para a necessária atualização.*

## PROPOMOS:

- - Reforçar a campanha pelas 30 horas, sem redução dos salários, com turnos contínuos e sem o ponto eletrônico.
- - Reeditar a cartilha em quadrinhos da FASUBRA e orientar sua publicação pelas entidades de base.
- - Construir um seminário nacional sobre as 30 horas para capacitar os dirigentes dos sindicatos filiados à FASUBRA e construir uma proposta de PL/MP/decreto sobre a redução da jornada (30 h) sem redução de salários que seja específica a tod@s os TAE.
- - A reivindicação das 30 horas, sem redução de salários precisa ser pauta prioritária nas mesas de negociação com governos e reitorias.

## A CRISE DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E A LUTA CONTRA A EBSEERH.

*A FASUBRA é um exemplo de luta contra a privatização dos HUs*

*O projeto de lei da EBSEERH foi aprovado no congresso nacional em dezembro de 2011, sob fortes protestos da FASUBRA e sindicatos filiados. A FASUBRA, ANDES-SN, conselhos federais de medicina, enfermagem, serviço social e outros, executivas de cursos, ANEL e até o Conselho Nacional de Saúde tinham resolução contrária a EBSEERH, mas o governo não ouviu ninguém e atropelou geral!*

*A base aliada do governo, tanto na câmara como no senado, com algumas defecções foi muito fiel. Destaque para as bancadas do PT e PCdoB (partidos que têm forte influência no movimento sindical). A bancada do PT orientou seus parlamentares a votar a favor da EBSEERH, já o PCdoB liberou seus parlamentares. Dos parlamentares do PT que estiveram presentes, 59 votaram a favor da EBSEERH, 04 votaram contra e houve uma abstenção. Já no PCdoB, 07 deputados votaram a favor e 06 votaram contra a EBSEERH. A aprovação da EBSEERH no senado foi ainda mais tranquila, também contando com a obediência da bancada governista, onde a ampla maioria dos senadores votou a favor.*

*A aprovação da EBSEERH foi uma política consciente da direção do PT. A operação para aprová-la iniciou com Lula, passou por Dilma e encontrou respaldo na maioria dos parlamentares da base aliada. O curioso é que no movimento sindical (ligado à educação e à saúde), a EBSEERH nunca foi*

*defendida pelos militantes das correntes sindicais dirigidas pelos partidos governistas. Na FASUBRA, em outros sindicatos e no movimento contra a privatização do SUS, há um consenso entre todas as correntes e ativistas, sejam governistas ou não: “A EBSEERH representa uma agressão à autonomia das universidades, a privatização da saúde/educação e a precarização do trabalho nos HU’s”.*

*Com todo respeito aos companheiros e companheiras dirigentes e ativistas sindicais da CUT e da CTB, que corretamente estão na luta contra a EBSEERH, gostaríamos de alertar que é preciso refletir sobre o papel que o PT e PC do B estão cumprindo na direção do governo federal e no congresso nacional. A privatização da saúde e da educação é sim uma capitulação à política neoliberal.*

*Após aprovado no congresso nacional o debate sobre a adesão ou não dos hospitais universitários, a EBSEERH se deu nos conselhos universitários das universidades federais. Mais uma vez a FASUBRA esteve à frente na luta contra privatização dos hospitais marcando presença junto com os sindicatos filiados e ajudando a mobilizar em todas as reuniões dos conselhos universitários que debateu a EBSEERH. Construímos na atual gestão da FASUBRA o seminário dos hospitais universitários para organizar o enfrentamento contra esse ataque do governo Dilma. Infelizmente pela subserviência de várias reitorias que abriram mão da autonomia universitária a EBSEERH avançou em várias universidades. Mas depois de um mandato inteiro de Dilma, o governo ainda não conseguiu estabelecer a EBSEERH em todas as IFES, sendo que quase metade dos Hospitais Universitários ainda não foram privatizados. Destaque para o estado do Rio de Janeiro, que por conta da forte resistência dos trabalhadores a EBSEERH ainda não foi aprovada em nenhuma universidade federal.*

*A crise dos hospitais universitários é a mesma que abate o SUS. Metade do orçamento do governo federal está comprometido com o pagamento dos juros da dívida pública, o que impossibilita investimentos maciços na saúde pública. Nos Hospitais universitários que já aderiram a EBSEERH a situação continua a mesma, falta de leitos e material básico, bem como continua a contratação via terceirização. A principal justificativa para criação da Empresa apresentada pelo Governo Federal seria a necessidade de “regularizar” a situação dos funcionários terceirizados dos HUs em todo o país (26 mil trabalhadores no total). Entretanto, a proposta apresentada intensifica a lógica de precarização do trabalho no serviço público e na saúde, pois, ao permitir contratar funcionários através da CLT por tempo determinado (contrato temporário de emprego), acaba com a estabilidade e implementa a lógica da rotatividade, típica do setor privado, comprometendo a continuidade e qualidade do atendimento em saúde.*

*É fundamental seguir lutando em defesa dos HUs em unidade com outras entidades e com os movimentos sociais, destaque*

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*para o movimento estudantil que esteve presente junto com a FASUBRA nos embates mais importantes.*

PROPOMOS:

- - Revogação da Lei 12550/2011 que criou a EBSEERH!
- - Exigir do governo Dilma concurso público via RJU.
- - Seguir organizando a luta contra a EBSEERH construindo a unidade com as entidades e movimentos sociais acumulando forças para derrotá-la.
- - Acompanhar ativamente a ADIN contra a EBSEERH que está no STF, cobrando uma posição dos ministros a favor do movimento e contra a privatização do SUS.
- - A FASUBRA deve continuar participando das reuniões dos conselhos universitários e mobilizando contra a adesão de mais universidades contra a EBSEERH.
- - Denunciar a situação dramática dos HUs que aderiram a EBSEERH.

## RECONSTRUIR A RELAÇÃO DA FASUBRA COM AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS.

*A greve das estaduais paulistas!*

*Em 2014 a grande greve nas Universidades Estaduais Paulistas foi destaque nas lutas nacionais. Essa luta, que se iniciou em maio e uniu estudantes, funcionários, docentes e suas Entidades enfrentou os reitores (CRUESP) e o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que queriam impor reajuste de 0% nos salários dos trabalhadores e se negavam a atender reivindicações da pauta unificada da data base, alegando uma suposta crise orçamentária.*

*A verdadeira crise que se abate ainda hoje sobre as universidades foi fabricada com a ação do governo Alckmin, de Dilma e das reitorias e vem sendo utilizada para justificar o desmonte e a retirada de direitos dos trabalhadores das universidades. A mídia burguesa propagandeou a ideia de cobrança de mensalidades nas universidades públicas como alternativa para sanar a crise orçamentária, se aproveitando da comoção gerada pela greve para confundir o conjunto da classe trabalhadora com a ideologia de que a educação não deve ser um direito, mas sim uma mercadoria.*

*Outro aspecto desse ataque é a privatização dos hospitais universitários, política do governo Dilma com a EBSEERH para as Universidades Federais e de Alckmin para os HUs das Universidades Paulistas, transformando-os em autarquias para*

*oferecê-los às organizações privadas submetidas aos interesses do capital. Todas essas medidas representam o desmonte da educação e da saúde públicas.*

*Está em marcha a flexibilização do regime de trabalho dos docentes, a redução da jornada de trabalho com redução de salário e plano de demissão voluntária dos servidores técnicos administrativos, o corte dos recursos para permanência e assistência estudantil.*

*Durante a greve, o ataque aos trabalhadores e estudantes se intensificou com corte de ponto e desconto de salários dos servidores técnicos da USP, as ameaças e assédios, especialmente aos trabalhadores em estágio probatório e uso de repressão da polícia militar e tropa de choque para reprimir o movimento. Os reitores se utilizaram de boletins de ocorrência e judicialização da greve, além de sindicâncias e processos administrativos contra os trabalhadores.*

*Mas os trabalhadores seguiram em luta para não pagar pela crise! As mulheres tiveram papel de destaque na greve, atuando nos sindicatos e Comandos de Greve construindo a luta classista e combatendo o machismo institucionalizado nas Universidades e nas Entidades Sindicais. Na Unicamp, por exemplo, as professoras do Sistema Educativo (escolas de educação infantil-creches) lutaram pelo reajuste salarial e pautaram ainda 1/3 de horas para planejamento pedagógico, redução da jornada sem redução de salário, enquadramento docente e o reconhecimento de sua profissão com muita organização e mobilização de base. Em apoio às professoras e trabalhadores com filhos, o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - STU garantiu espaço infantil durante toda a greve para o acolhimento das crianças.*

*A greve de quase 120 dias terminou em setembro. Por iniciativa da reitoria da USP, houve processo de judicialização da greve no TRT contra o SINTUSP. O tribunal não acatou a demanda da Universidade e a obrigou a negociar, forçando as reitorias a concederem reajuste salarial no percentual de 5,20% (IPC-FIPE), dividido em duas parcelas e pagamento de um abono salarial nominal de 28,60%, de natureza indenizatória. Além da conquista da jornada de 30 horas no Hospital Universitário... Uma vitória dos trabalhadores!*

## A FASUBRA PRECISA RECONSTRUIR O SEU TRABALHO ENTRE AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS...

*Diante de tantas lutas e greves nas universidades estaduais ainda é muito tímida a relação da FASUBRA com os trabalhadores dessas instituições. Além disso, não existe na FASUBRA nenhuma iniciativa consequente no sentido de organizar esse setor, como por exemplo, Plenárias Nacionais das IES-Estaduais, acompanhamento cotidiano, elaborações políticas e técnicas a cerca da pauta de reivindicação dos*



# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

trabalhadores das estaduais. Assim, está se consolidando uma relação ruim no qual esses trabalhadores e sindicatos estaduais só servem para a contribuição financeira como também para fazer numero de delegados em congressos e plenárias que só discutem e encaminham a luta nas Instituições federais.

É preciso revolucionar o trabalho da FASUBRA entre os trabalhadores das universidades estaduais, a próxima coordenação estadual da FASUBRA precisa ter outra postura, construindo, organizando elaborando em conjunto para fortalecer a luta dos trabalhadores das estaduais, por isso propomos como medidas emergências para resgatar o trabalho nas universidades estaduais os pontos:

- Garantir a realização de plenárias nacionais regulares dos trabalhadores das universidades estaduais.
- Analisar, discutir e participar em conjunto com os sindicatos filiados dos planos de carreira e das pautas de reivindicações, marcando presença nas mesas de negociação com reitorias e governos estaduais.
- Abrir espaços na pagina da FASUBRA para noticias das lutas cotidianas dos trabalhadores nas universidades estaduais.
- Construir um encontro nacional com entidades filiadas e entidades que ainda não são filiadas para aproximação de mais entidades sindicais com a federação bem como dar um caráter unificado as campanhas salariais e lutas em curso.

## DEMOCRATIZACAO DAS UNIVERSIDADES JÁ!

Nas ultimas negociações com o governo o tema democratização das IFES foi discutido exaustivamente nos Grupos de Trabalho – GTs, mas infelizmente sem sucesso. A aliança política entre o MEC e a ANDIFES gerou um processo regressivo no qual os docentes possuem o poder majoritário nas universidades decidindo o destino dos recursos, da gestão, do planejamento e até mesmo da vida dos TAEs. Os reitores abriram mão da autonomia, da democracia nas universidades e da independência política das universidades, em troca o governo e em especial o MEC se comprometeu em não modificar a correlação de forças dentro das IFES entre estudantes, técnicos e docentes.

No Brasil qualquer cidadão tem o direito de se candidatar a qualquer cargo eletivo no qual o nível de escolaridade não é impeditivo para os cargos de vereador, deputado estadual/federal, senador, governador até mesmo presidente da republica. Mas para se candidatar a reitor de uma IFES qualquer, é necessário que o individuo seja docente com doutorado no final da carreira. Os técnicos, mesmo os mais graduados, estão excluídos da disputa pelo poder nas IFES ficando a democracia comprometida quando muitas universidades não possuem paridade para eleição de reitores

e muitos menos para a composição dos conselhos e órgãos colegiados.

Com a concentração absurda de poder em suas mãos, os docentes que controlam a administração superior das IFES desenvolvem uma relação degenerada com os técnicos, prevalecendo o assédio moral, a perseguição política e o sufocamento da democracia nas estruturas de poder das universidades no qual os técnicos possuem um mero papel figurativo. A FASUBRA elaborou o projeto: “ Universidade Cidadã para os trabalhadores” que em seu conteúdo propõe um modelo de universidade que radicaliza os espaços democráticos. Nos marcos desse projeto propomos:

Pelo direito dos TAE se candidatarem para o cargo de reitor e fim da lista triplíce.

Paridade para eleição de dirigentes e na composição dos conselhos superiores.

Pelo direito dos trabalhadores aposentados de votarem e participarem da vida política da universidade.

Retomar a luta pela aprovação do projeto de Lei da Uiversidade Cidadã para os Trabalhadores.

## A LUTA CONTRA AS OPRESSÕES – NEM MACHISMO, NEM RACISMO E NEM HOMOFOBIA!

Temos orgulho de compor a Coordenação da Mulher trabalhadora na direção da FASUBRA, pois temos certeza que foi uma das coordenações mais atuantes da atual gestão. Foram encontros, seminários, atos, manifestações, acompanhamentos de casos de violência contra mulher que aconteceram nas universidades e sindicatos filiados a própria federação. Tudo isso com objetivo de fortalecer a organização das mulheres trabalhadoras para combater a opressão do machismo em nossa sociedade que infelizmente também se reflete no movimento sindical.

A organização das mulheres na Federação garantiu pela primeira vez a inclusão da CRECHE como pauta de negociação entre a FASUBRA e Governo. Dos R\$ 2 bilhões que foram previstos para repassar aos municípios e concretizar a promessa, apenas R\$ 383 milhões foram repassados. No início de 2011, 39 creches foram entregues simbolicamente, e nenhuma estava pronta para começar a matricular as crianças. Assim, o governo Dilma precisaria ter construído cinco creches por dia até o final do ano de 2014, para cumprir sua promessa. Isto é resultado de cortes a cada ano, maior, na educação.

O valor da assistência pré-escolar, conhecida como auxílio creche, dos servidores técnico-administrativos em educação é o valor mais baixo do serviço público. Atualmente o valor de R\$ 81,00 (oitenta e um reais) é pago pelo governo aos TAEs que, dependendo do cargo e faixa salarial, ainda paga a

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*contrapartida. Com este valor é impossível pagar integralmente a mensalidade de uma creche. Diante desta realidade só nos cabe intensificar nossa luta pela universalização das creches.*

## É PRECISO LUTAR CONTRA A VIOLÊNCIA AS MULHERES

*A violência contra a mulher é um problema social. A opressão é vivenciada pelas mulheres no lazer, trabalho ou dentro de casa. A maior incidência é no âmbito doméstico, e não pode ser confundida com um problema privado. O Mapa da Violência aponta que a taxa de ocorrência no ambiente doméstico é 71,8%, enquanto em vias públicas é de 15,6%. A ideologia machista serve para naturalizar a opressão e para aumentar a exploração de uma classe sobre a outra. A violência machista mata 10 mulheres por dia no Brasil, segundo o Mapa da Violência: Homicídio de Mulheres no Brasil, ocupa a 7ª posição entre 84 países em relação aos índices de feminicídio (assassinato decorrente de conflito de gênero). De acordo com as estatísticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), uma mulher é estuprada a cada 12 segundos no Brasil e a cada 2 minutos, cinco mulheres são espancadas. Mais de 60% das mulheres que sofrem violência são trabalhadoras negras.*

*Ter uma presidente mulher na presidência da república não mudou nossa realidade, é o que comprova os dados oficiais. São estatísticas lamentáveis num país dirigido por uma mulher. É urgente que se cumpra e amplie a Lei Maria da Penha e que se invista recursos na sua aplicação. Punir os agressores e garantir às mulheres condições para uma vida digna são formas concretas de combater o machismo e a violência contra as mulheres. Acreditamos que governar para a mulher trabalhadora é investir em saúde, educação, transporte, moradia e no combate à violência.*

*Por acreditar que sem orçamento não é possível concretizar ações e dar resposta a essa realidade cruel que sofrem milhares de mulheres todos os dias, o Movimento Mulheres em Luta (MML) iniciou uma campanha em 2014 para que o governo federal destine 1% do PIB (Produto Interno Bruto) para o combate à violência contra as mulheres. “Sem investimento não é possível enfrentar essa epidemia global que coloca o Brasil no ranking de 7ª lugar entre 84 países analisados”, afirma o movimento, que acrescenta que foram feitos estudos que concluem que essa atitude é possível “e, mais que isso, necessário”. É preciso que todas as mulheres participem desta campanha, cobrando do Governo Dilma repostas para nossas reivindicações.*

## FORA FELICIANO E FORA BOLSONARO!

*A luta “Fora Feliciano” ecoou no país e nós, que estamos no dia a dia na luta contra a opressão não nos omitimos. Feliciano, além de nos atacar enquanto mulheres trabalhadoras, também*

*nos atacou enquanto negras e homossexuais. Por isso, nós mulheres trabalhadoras, negras e lésbicas nos somamos a todos aqueles que, indignados gritaram por sua saída. Um país governado por uma mulher não pode permitir que um parlamentar siga atacando os direitos de mulheres, negros e homossexuais, muito menos que esteja a frente de uma Comissão que deveria protegê-los. Com este exemplo, temos certeza que a luta é árdua e que precisamos está organizadas na luta contra o machismo.*

## PRECISAMOS DEFENDER NOSSOS DIREITOS

*Nós mulheres temos alguns direitos que garantimos com muita luta e sacrifício. A Licença-Maternidade, o período de amamentação e o auxílio creche são alguns deles. Conquistas que estão em risco com as mudanças na lei trabalhista que ocorre com frequência. As mudanças nas pensões por morte, novo ataque da Presidente Dilma, atinge diretamente as mulheres.*

*As estatísticas apontam que estamos, dentro e fora das Universidades, em maior número nos serviços precarizados. Vivemos sob uma falsa noção de empoderamento das mulheres, pois a ideologia pregada é a de que a Justiça é igualitária ou de que se elegermos cada vez mais mulheres, mudará a realidade que vivemos.*

*É muito importante que as mulheres rompam com sua situação de submissão e opressão e participem de fato dos espaços de decisão política, assumindo postos de direção. Porém, para mudar a vida das mulheres trabalhadoras não basta ter uma mulher no poder se não tiver compromisso com a classe trabalhadora, pois essa é a luta fundamental – a luta entre as classes e não entre os gêneros.*

*O fato de uma mulher chegar ao poder, como ocorreu com a eleição de Dilma, tem um significado positivo, pois demonstrou que uma mulher pode assumir a Presidência da República, cargo político mais importante do Brasil, em um país extremamente machista e violento. No entanto, quando uma mulher assume um posto de governo e governa com ou para a burguesia dominante, não reforça o poder das mulheres (enquanto gênero), mas da burguesia (enquanto classe).*

*O gênero é apenas um dos aspectos a ser analisado, pois o fato de ser mulher pode alimentar ainda mais ilusões nas mulheres trabalhadoras de que a situação mudará. Uma máscara feminina pode inclusive ajudar a implementação de uma política que ataca as mulheres e homens da classe trabalhadora. O mais importante elemento a ser analisado não é o gênero em si, mas o compromisso do governo em relação às políticas públicas para quem de fato precisa: a classe trabalhadora como um todo e as mulheres desta classe incluídas.*

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*A luta contra a opressão não é pode ser um mero discurso nos dias de festa, nos 8 de março. Tem que ser uma luta diária, e concreta. Cada mulher que se filia ao Sindicato, participa de uma mobilização, de uma greve dá um passo fundamental em sua emancipação. Cada vez que uma mulher se conscientiza de sua situação e se dispõe a enfrentá-la, também está dando mais um passo na luta contra a opressão. Cada mulher que se conscientiza de sua importância na luta pelo socialismo e se dispõe a lutar contra o capitalismo, está enfrentando sua opressão, libertando-se das suas amarras e abrindo o caminho para a emancipação total de todas as mulheres. Precisamos discutir no dia a dia questões polêmicas que nos diz respeito, como por exemplo, a discriminação do aborto, para isto precisamos está em todos os espaços de mobilização dos trabalhadores.*

*A Federação tem um papel importante na organização de todas as mulheres da base, precisamos seguir lutando contra a opressão e a exploração às mulheres, cobrando políticas públicas que realmente mude a realidade das mulheres trabalhadoras. No III Seminário de Mulher Trabalhadora da FASUBRA reafirmamos a necessidade de seguirmos defendendo as propostas aprovadas no XXI CONFASUBRA e entendemos que para que isto ocorra precisamos seguir organizando as mulheres em todas as Universidades do país.*

*Todo esse esforço na luta contra o machismo, também deve ser em relação à luta contra todo tipo de preconceito contra os trabalhadores independente da sua raça, gênero e orientação sexual. O preconceito e a opressão são reacionários, pois enfraquece o movimento e a nossa luta, na medida em que muitos companheir@s talentosos se afastam deixando de contribuir e fortalecer nossas bandeiras de luta. Os sindicatos não podem lutar somente pela pauta econômica, mas também por direitos democráticos que atendam as necessidades de tod@s os trabalhadores. O movimento sindical precisa ser para todos que querem participar e não pode construir ambientes hostis para tod@s trabalhadores que querem lutar!*

## PROPOMOS:

- A FASUBRA deve organizar permanentemente campanhas contra as opressões (machismo, o racismo e a homofobia)
- 1% do PIB para financiar as políticas de combate à violência contra a mulher!
- Exigir a construção e ampliação das creches para atender os filhos dos TAE nas universidades.
- Exigir a majoração do auxílio creche do valor atual para um valor que seja a média do valor de uma mensalidade cobrada nas creches do país.

- Fazer valer a oferta de creches nas plenárias nacionais da FASUBRA e outros eventos da federação.
- Criar a ouvidoria de combate a opressão na FASUBRA para acolher denúncias, investigar e punir, se for o caso, os dirigentes de sindicatos filiados e membros da categoria que praticarem violência de gênero, raça e contra os LGBTs.

## OS APOSENTADOS SÃO PARTE ATIVA E FUNDAMENTAL DA LUTA DA FASUBRA.

*Com a lógica produtivista do governo federal para com o funcionalismo público os aposentados estão sofrendo cada vez mais ataques, na concepção do governo se os aposentados nada produzem não precisam ser valorizados. A FASUBRA é uma das poucas entidades sindicais que ainda tem a paridade entre ativos e aposentados garantida em muitos elementos da carreira. A ampla maioria das categorias do serviço público federal já perderam a paridade. Mesmo assim, quando foi implementado o PCCTAE, os aposentados sofreram injustiças e é necessário seguirmos na luta pelo reposicionamento!*

*Os governos petistas assumiram o discurso que a previdência é deficitária e fizeram a reforma da previdência já no início do governo Lula atacando direitos históricos gerando uma grave crise no movimento sindical no qual as mascaras da CUT e do próprio governo caíram.*

*Mas não parou por aí, também foi nos governos petistas que se criou a FUNPRESP que privatiza a previdência e quebra a paridade entre ativos e aposentados, um grande ataque no qual a FASUBRA precisa criar uma forte campanha pelo boicote ao FUNPRESP.*

*Agora no início do governo Dilma as MPs 664 e 665 também atacam benefícios previdenciários e é quase uma pequena reforma da previdência em nome de um ajuste fiscal para garantir o pagamento dos juros da dívida pública.*

*Os aposentados são parte importante das lutas da FASUBRA marcando presença ativa nas manifestações e greves! Sendo fundamental a organização desse setor em conjunto com toda categoria. Para nós não existe o novo e o velho, que faz esse discurso quer dividir a categoria. O COLETIVO BASE pensa que a união dos companheir@s mais experientes com a energia da juventude é fundamental para fortalecer as nossas lutas e apostamos nisso!*

## Propomos:

- - Revogação da Reforma da Previdência de 2003!
- -Pela aprovação do PLC 555!

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

- - Não ao FUNPRESP... Boicote já!
- - Não as MPs 664 e 665! Revogação já!
- -Reposicionamento dos Aposentados no PCCTAE já!

## FASUBRA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Para além das viagens internacionais...*

*As organizações sindicais internacionais que hegemonomizam hoje a representação sindical no continente americano e no mundo estão anos luz da vida real dos trabalhadores. É preciso um telescópio crítico para enxergar como funciona e o que defende as organizações sindicais internacionais na qual a FASUBRA se relaciona.*

*Queremos com esse texto aprofundar a discussão sobre a importância da internacionalização das lutas para se contrapor a ofensiva política e econômica do imperialismo contra os trabalhadores que atravessa as fronteiras dos estados nacionais.*

*Ao mesmo tempo queremos colocar o debate sobre “viagens internacionais” no seu devido lugar. Politizando a questão e colaborando para que a FASUBRA tenha uma política internacional nos marcos do sindicalismo combativo, democrático, independente articulando forças internacionais para enfrentar as políticas neoliberais que avançam por todo mundo.*

*A crise econômica mundial que se desenvolve no centro do capitalismo em especial na Europa e em certa medida nos EUA, os processos de convulsões sociais que se traduzem em levantes de massas derrubando e questionando ditaduras em vários países do Norte da África e Ásia bem como as agressões militares promovidas pelo imperialismo contra países considerados “delinquentes”... São expressões da instabilidade da ordem mundial, com o acirramento da luta de classes em vários continentes do mundo.*

*A necessidade dos donos do capital em atacar direitos, diminuir salários, intensificar a jornada de trabalho, privatizar serviços públicos e flexibilizar contratos de trabalho se choca cada vez mais contra a necessidade dos trabalhadores em ter empregos com estabilidade, salários dignos, serviços públicos de qualidade e mais tempo livre fora do trabalho.*

*Assim, mais do que nunca, é necessário a construção da unidade dos trabalhadores e de suas lutas em âmbito internacional. É preciso globalizar as lutas contra os planos das grandes corporações multinacionais e do sistema financeiro internacional.*

## A HEGEMONIA DO SINDICALISMO COLABORACIONISTA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.

*Há uma forte hegemonia do sindicalismo reformista, burocrático, institucional e sem perspectiva de classe. O chamado sindicalismo “cidadão”, que prioriza a colaboração e o bom entendimento com governos e patrões.*

*A CUT em sua origem, foi uma das conquistas das lutas dos trabalhadores e da juventude que ajudaram a derrotar a ditadura militar no Brasil. Lula foi a grande expressão desse momento histórico. Fundada em 1983, a CUT se tornou uma das maiores centrais sindicais do mundo.*

*Mas de uma central democrática, classista e de luta, a CUT começou a se adaptar às pressões institucionais. Abandonou o sindicalismo de confronto e resistência e girou para um sindicalismo de conciliação, travestido no pomposo nome de “sindicalismo propositivo”.*

*O III Congresso Nacional da CUT, realizado em 1988, marcou uma mudança de rumos importante. O congresso foi polarizado pelo debate das mudanças estatutárias, mas, na realidade havia uma tentativa de transformação da CUT numa central com perfil conciliador. A direção da CUT deu um salto nesse rumo, apoiando as Câmaras Setoriais e o “acordo das montadoras” do ABC paulista, que resultou em milhares de demissões de trabalhadores. Começou a depender de verbas do Estado, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e participou do “entendimento nacional” proposto pelo governo Collor.*

*Em 1995, Vicentinho, então presidente da CUT, aceita a proposta do governo FHC de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, substituindo-a pelo tempo de contribuição. Coerente com o seu giro colaboracionista, a CUT filia-se em 1992 a Ciosl – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, essa discussão dividiu o congresso da CUT, mas a posição majoritária foi pela filiação. A Ciosl é um organismo sindical que aplica a política do sindicalismo “cidadão” e do “diálogo”, “propositivo” e “colaborador”... Fundada em 1949 apoiada por governos imperialistas, apoiou o cerco econômico a CUBA e tinha nos seus primeiros estatutos o “combate ao comunismo”.*

*Evitando quase sempre o confronto e a ação direta, colaborando com o patrão e negociando direitos, sempre defendeu a ideia utópica que reformas podem humanizar o capitalismo e assim tanto patrão como empregados poderão conviver pacificamente. Essa é a tendência política majoritária da Ciosl e de suas filiadas como a própria CUT.*

*Em 2006 a Ciosl se funde com a CMT, essa última é a Confederação Mundial dos Trabalhadores que defendia uma linha ligada ao sindicalismo cristão. Essa fusão não significou*



# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

avanço no fortalecimento da unidade em torno de um projeto que tivesse como centro o combate independente contra os ataques da patronal e dos governos. Na verdade o que sai fortalecido desse processo é a unidade em torno de um sindicalismo burocrático que batalha para garantir a harmonia entre capital e trabalho ocupando espaços nas estruturas de organismos mundiais dirigidos pelas nações imperialistas( ONU, OMC, UNESCO...). A nova entidade que surge dessa fusão entre Ciosl e CMT passa a se chamar CSI – Confederação Sindical Internacional.

A CUT e a Força Sindical são filiadas a CSI. A ISP – Internacional do Serviço Público também é filiada a CSI, e desenvolve a mesma lógica de sindicalismo amigo dos governos e patrões. A FASUBRA é filiada a ISP! No último CONFASUBRA a frente BASE levou em suas teses a proposta de desfiliação da ISP. Por entender que a FASUBRA não pode gastar das suas finanças e sua energia militante para ajudar a construir um organismo praticamente fictício para os trabalhadores e que faz defesa aberta dos governos, como no caso do governo Dilma e governos estaduais. Veja trechos da uma publicação da ISP Brasil:

“ A vitória da candidata Dilma Rousseff, com 55,7 milhões de votos no segundo turno, cerca de 56,1% do total, garante a continuidade das políticas desenvolvidas pelo governo Lula e propicia uma situação favorável para os sindicatos avançarem mais na modernização e democratização do sistema de relações trabalhistas na esfera da administração pública...”

“... Isso quer dizer que teremos um ambiente favorável em termos de Executivo federal e em, pelo menos 10 Estados ( onde ganharam o PT e o PSB). E há outros Estados governados pelo PMDB( como por exemplo o Rio de Janeiro) que podem ser sensíveis a pressões e a influência do governo federal.”

## **(OS SINDICATOS COMO INSTRUMENTOS DE AVANÇO DA DEMOCRACIA E DA JUSTIÇA SOCIAL, SÃO PAULO – 2010. ISP - BRASIL)**

Essa publicação da “ISP Brasil” tem outras passagens onde a propaganda pública a favor dos governos do PT ( Lula e Dilma) deixa claro a concepção sindical dessa entidade, cujo o seu escritório no Brasil é comandado por Monica Valente, esposa de Delúbio Soares, réu da ação penal 470 ( O famoso “Mensalão” )

Nos trechos da publicação da ISP citados acima essa entidade vende ilusões não só sobre o governo Dilma, mas também sobre o governo de Sergio Cabral ( PMDB RJ). Talvez isso explique porque a ISP nunca publicou uma nota sobre a trulência desse governo contra as manifestações, até porque a CUT e o PT apoiam e fazem parte do governo de Sergio Cabral e o PMDB é da base aliada de Dilma.

A ISP deveria estar exigindo que os governos do PT instituísem na legislação desse país o data base do funcionalismo público, denunciar a reforma da previdência que segundo o STF foi comprada pelos votos do mensalão, exigir que o governo destine 10% do PIB para educação e o fim da privatização dos Hospitais universitários via EBSEH. Além disso, a ISP deveria denunciar os projetos do governo( apoiados por parlamentares do PT e PMDB) que estão no congresso nacional e que retira conquistas, privatiza o serviço público e sufoca o direito de greve do funcionalismo. Infelizmente nada disso é prioridade para a ISP que foi incapaz de publicar uma nota de apoio às últimas greves da FASUBRA ( 2012,2014).

A FASUBRA precisa romper com essa concepção sindical e se dispor a construir uma alternativa de unidade sindical tanto no Brasil, América Latina e no Mundo. Nos marcos do sindicalismo internacionalista, combativo, democrático e independente dos governos e patrões.

## **SOBRE A RELAÇÃO DA FASUBRA COM A CONTUA.**

A Confederação dos Trabalhadores das Universidades da América – CONTUA. Foi fundada em 2008 com a colaboração da ISP, sendo também filiada a ISP. A FASUBRA também é filiada a CONTUA. De qualquer forma é preciso caracterizar a CONTUA e suas políticas, mesmo sendo uma entidade fundada há pouco tempo. A CONTUA parece desenvolver a mesma lógica de sindicalismo da CUT, ISP e CSI.

## **A FASUBRA E A CEA.**

A FASUBRA é filiada há mais um organismo internacional, que é a Confederação dos Educadores da América, entidade que congrega docentes e téc. administrativos do continente americano. O ANDES-SN e o SINASEFE são filiados a CEA, essa entidade não é filiada a ISP e nem a CSI. De qualquer forma não nos parece que há diferença entre CEA e as demais entidades que a FASUBRA está filiada hoje.

## **É PRECISO IR ALÉM DA CRÍTICA AS “VIAGENS INTERNACIONAIS”...**

Não estamos a favor de gastos exagerados das finanças da FASUBRA em eventos de entidades internacionais que em

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

*nossa opinião defendem um sindicalismo colaboracionista. Mas respeitosamente queremos dizer aos companheiros que a polêmica sobre as relações internacionais da FASUBRA vai além dos gastos com viagens internacionais.*

*É preciso romper com a concepção de sindicalismo burocrático defendida por essas entidades internacionais! Isso não significa que a FASUBRA não possa ter uma política internacional, defendemos a realização de um seminário para debatermos com a categoria as relações internacionais da FASUBRA. E estamos a favor que a FASUBRA tenha iniciativas de solidariedade internacional as lutas de trabalhadores da América Latina e do Mundo.*

*Enquanto nossa posição for minoritária respeitaremos a participação dos diretores e forças políticas da FASUBRA nos espaços dessa entidade mesmo achando tal posição equivocada. Mas de nossa parte não daremos nenhuma prioridade em participar ou construir a proposta de sindicalismo que está nas atividades dessas organizações, seja no Brasil seja em qualquer país no mundo.*

*Por fim, defendemos que haja regulamentação imediata das viagens internacionais, respeitando resolução do CONFASUBRA. Nesse sentido, propomos algumas regras básicas para discussão na direção e em conjunto com a categoria em nossas plenárias nacionais:*

- *\*A FASUBRA deve se desfiliar imediatamente da ISP e fazer avaliação permanente sobre a necessidade da FASUBRA continuar filiada a CONTUA e a CEA.*
- *\*Que a representação da FASUBRA em reuniões e eventos das entidades internacionais no qual é filiada seja representada no máximo por 3 companheir@s respeitando a proporcionalidade da direção fazendo rodízio na participação dos eventos.*
- *\*Que a FASUBRA discuta em sua direção e em Plenária Nacional da Federação com devida antecedência qual a política irá defender nos congressos das entidades internacionais no qual é filiada.*
- *\*Que toda emissão de passagens para atividades internacionais seja feita com um prazo mínimo de 20 dias para baratear os custos da viagem.*
- *\*Que a FASUBRA possa participar de atividades internacionais organizadas por outras entidades do sindicalismo internacional. Bem como possa ter iniciativas internacionais em relação à solidariedade a luta dos trabalhadores de outros países que não necessariamente tem haver com processos ligados a ISP, CONTUA e CEA. Levando em consideração as*

*regras de participação que inibe gastos exagerados com viagens internacionais.*

- *\*Que seja feito relatório e prestação de contas da participação em eventos internacionais com ampla divulgação para os sindicatos filiados a FASUBRA. Criando as condições para disponibilizar DVDs com as filmagens dos debates, assim como fazemos em todas as plenárias nacionais da Federação.*
- *\*Que toda gestão da FASUBRA realize seminários para debater a conjuntura internacional com a presença de entidades de trabalhadores de outros países.*

## ORGANIZACAO SINDICAL/FASUBRA COM A BASE – INCENTIVAR E APOIAR OS SINDICATOS FILIADOS E DIZER NÃO AO IMPOSTO SINDICAL COMPULSÓRIO.

*Após 35 anos de existência a FASUBRA conseguiu finalmente o seu registro oficial junto ao Estado brasileiro conquistando a carta sindical, sem entrar nas polemicas dos problemas das relações dos sindicatos com o Estado, a carta sindical foi uma importante conquista da atual gestão bem como no combate ao divisionismo existente na categoria patrocinado por forças que apoiam o próprio governo. A ATENS e o PROIFES estão aí para demonstrar o que estamos dizendo...*

*Acontece que a FASUBRA não tem uma política oficial em seus estatutos e resoluções congressuais que apoiem concretamente entidades sindicais filiadas que possuem fragilidades, bem como sindicatos que estão em processo embrionário de construção e que querem se filiar a federação. O processo de regularização das entidades sindicais junto ao estado é profundamente burocrático exigindo custos financeiros para além da realidade de muitos sindicatos. Além disso, para as entidades sindicais que ainda estão se estruturando financeiramente é difícil garantir participação nos eventos e plenárias nacionais da federação no qual muitos dirigentes sindicais acabam gastando do próprio bolso.*

*Outro grave problema que precisamos abordar é a cobrança do imposto sindical compulsório também aos trabalhadores do funcionalismo público que o governo vai começar a cobrar. Defendemos que a cobrança do imposto sindical deve ser banida tanto no setor público quando no setor privado. Defendemos o financiamento sindical deve ser feito voluntariamente pelos trabalhadores e o autofinanciamento das entidades sindicais. Somos contra o pagamento do imposto, pois este está sob a tutela do Estado e compromete a independência dos sindicatos frente aos governos e patrões.*

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

Para ajudar a mudar essa realidade, propomos:

- A FASUBRA deve na próxima gestão iniciar a construção de alojamentos para acolher os dirigentes de base que estão em atividade em Brasília com prioridade para os novos sindicatos e aqueles que estão com dificuldade financeira.
- A FASUBRA deve disponibilizar sua assessoria jurídica e apoio financeiro para os sindicatos que estão em processo de formação e ainda não possui arrecadação oficial.
- A FASUBRA precisa realizar um seminário de organização sindical para capacitar os dirigentes dos sindicatos filiados a lhe dar com as complexas relações burocráticas no ministério do trabalho.
- Não ao imposto sindical compulsório no funcionalismo público. Devolução do imposto sindical e que os trabalhadores em assembleias decidam o destino desse recurso.

## CONSTRUIR A GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL!

No final de 2014 e início desse ano o Fórum das Entidades dos Trabalhadores do Serviço Público Federal tem cumprido um papel especial na construção da unidade para enfrentar os ataques do governo bem como na elaboração de uma pauta e um calendário de lutas unificado para campanha salarial de 2015. Foi nessa perspectiva que se realizou o seminário em dezembro do ano passado e a reunião ampliada no início desse ano acumulando forças para enfrentar o ajuste fiscal do governo Dilma.

Infelizmente parte da direção da FASUBRA não tem entendido a importância de fortalecer o Fórum dos SPFs semeando o desprezo por iniciativas unitárias e valorizando sempre as diferenças que há entre as entidades ao invés de destacar os pontos que unificam a luta. O objetivo central dessa postura é tentar evitar que o movimento se unifique, ganhe força e se enfrente com o governo Dilma. Cumprem assim um papel regressivo numa conjuntura que a unidade, organização e enfrentamento são necessidades para os trabalhadores e suas lutas!

Toda a unidade de ação construída na greve de 2012 foi o que resultou nos acordos fechados com o governo, não foram os melhores acordos, a inflação já corroeu e muito precisamos avançar, mas a política do governo de reajuste ZERO foi

derrotada naquele momento. No ano de 2015, todos os acordos firmados chegaram ao fim com pagamento da última parcela dos 15,8%, e para qualquer ganho aconteça nesse ano e em 2016 é preciso fortalecer a luta e construir se preciso for uma forte greve do funcionalismo público federal para derrotar as medidas de austeridade fiscal do governo Dilma.

Assim, todo e qualquer discurso contra a unidade dos SPFs é apostar na derrota e desmoralização completa da categoria! Confira a pauta unificada e o calendário de lutas aprovada na reunião ampliada do Fórum dos SPFs em janeiro/fevereiro desse ano:

## PAUTA GERAL DOS SPFS (EIXOS):

- 1) Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias
- 2) Índice linear de 27,3%
- 3) Data-base 1 de maio
- 4) Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT)
- 5) Paridade Salarial entre ativos e aposentados
- 6) Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores;
- 7) Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores
- 8) Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.
- 9) Anulação reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares.
- 10) Extinção do fator previdenciário
- 11) Incorporação de todas as gratificações produtivistas
- 12) Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores.
- 13) Concurso público pelo RJU.
- 14) Combate a toda forma de privatização.
- 15) Pela aprovação da PEC 555 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
- 16) Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais.
- 17) Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial.

# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

- 18) *Pec 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez.*
- 19) *Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira.*
- 20) *Pela revogação do FUNPRESP e da EBSERH*

## CALENDÁRIO DE LUTAS UNIFICADO:

*\*02/02 - ATO NA POSSE DOS DEPUTADOS DO CONGRESSO NACIONAL. AS 13H*

*\*3 A 7/02 – Rearticulação nos estados DO FORUM DOS SERVIDORES FEDERAIS*

*\*25.02 : Ato de lançamento da campanha salarial 2015 no MPOG(Bloco K), com concentração às 9h/ Dia Nacional de luta com atos, assembleias e paralisações nos estados.*

*\* 03 de março – Dia nacional de paralisação da FASUBRA*

*\*06/03 : Ato nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e a EBSERH/*

*\*Março : Jornada de Luta nos estados, com discussão sobre indicativo de greve.*

*\*07, 08 e 09 de abril : Jornada nacional de Lutas, em Brasília com discussão sobre indicativo de greve dos SPF's.*

## A DISPUTA PELA DIREÇÃO DA FASUBRA – UNIR A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA!

O XXII CONFASUBRA vai eleger a próxima direção da FASUBRA que vai conduzir as lutas da categoria no próximo biênio. A escolha da nova direção da FASUBRA é um elemento muito importante, pois ajuda a determinar qual o papel que a FASUBRA irá cumprir nas lutas dos TAE e dos trabalhadores em geral do próximo período. Há dois campos políticos que se consolidaram na última década na direção da federação, um campo majoritário que se alinha com o governo federal ( Governo do PT em coalizão com a direita) formado por ativistas que reivindicam a centrais CUT e a CTB ( Tribo-PT, Resignificar-PT e CTB-PC do B) e há outro campo que forma a oposição de esquerda aos governos petistas formado pelo BASE, Vamos a Luta, Unidos pra Lutar, Pslivre entre outras correntes minoritárias no qual também estão a CSPConlutas e a Intersindical.

*Trata-se de uma disputa legítima e que expressa o momento de reorganização do movimento sindical brasileiro, respeitamos os companheir@s da CUT e da CTB, mas temos nesse momento grandes diferenças políticas em relação ao papel que cumpre os governos petistas. Acharmos um grave erro que o movimento sindical se submeta e capitule apoiando governo federal perdendo assim toda sua independência e dividindo forças facilitando os ataques do governo. Na sanha de defender o governo (que mais ataca do que beneficia os trabalhadores), muitas vezes os companheiros da CUT e da CTB trata quem pensa diferente como inimigos e qualquer crítica ao governo Dilma é rotulada como de direita.*

*Nós do Coletivo BASE, não pensamos assim... A eleição de Lula no início do século XXI foi uma expressão de que a maioria dos trabalhadores disseram NÃO ao projeto neoliberal dos tucanos aplicado na década de 90, o que é muito progressivo. Mas lamentavelmente os governos petistas não fizeram muito diferente, priorizam a aliança com a velha direita(PMDB,PP,PR,PRB...), proferem ataques aos direitos históricos dos trabalhadores,governam com uma política econômica que beneficia os banqueiros, agronegócios, empreiteiros... Até na corrupção estão iguais a direita reacionária desse país... Com vários dirigentes petistas envolvidos em escândalos de desvio de dinheiro público como o caso Mensalão e agora Petrobras, manchando a história da esquerda brasileira. Assim, é mais do que legítima a crítica da oposição de esquerda, pois a oposição de direita ( PSDB,DEM) não tem nenhuma moral para fazer críticas ao PT, pois quando estão no poder fazem igual ou pior.*

*Por tudo isso, o COLETIVO BASE faz um chamado a todas as correntes e ativistas que de alguma forma se identificam com posições que se localizam no campo da oposição de esquerda a nos unificarmos em uma mesma chapa para disputar a direção da federação nesse CONFASUBRA que se aproxima. Tivemos uma experiência na atual gestão que com certeza teve problemas e dificuldades, mas ajudou a dar outra cara e política para a FASUBRA, caso contrário nossa federação já estaria completamente perdida como instrumento de luta e enfrentamento contra os ataques do governo Dilma.*



# TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII CONFASUBRA

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

*Em primeiro lugar se você leu toda nossa tese e chegou até aqui queremos agradecer pela atenção e pedimos desculpas pelo tamanho do texto, mas não havia outra forma de abordar temas tão importantes. Na realidade muito provavelmente faltou alguma elaboração que vamos com certeza complementar até o congresso.*

*A FASUBRA é hoje a principal entidade sindical nacional que organiza e representa os TAE em praticamente todas as universidades federais e várias universidades estaduais. Nós do Coletivo BASE nos esforçamos ao máximo para fazer da atual gestão um avanço para a luta da categoria e achamos que alguns elementos foram fundamentais e demonstram que a FASUBRA apesar de erros e percalços está no rumo certo.*

*Em nossa opinião a luta pelo aprimoramento da carreira, pela redução da jornada sem redução de salários, a luta contra as opressões e contra a EBSERH foram as principais bandeiras dessa gestão que colheu frutos importantes no qual precisamos dar continuidade para avançar mais. A ampliação do Anexo IV para toda categoria, o aumento do número de trabalhadores que conquistaram a jornada de 30 horas sem redução de salários e o fato da EBSERH ainda não ter se consolidado em todas as federais são pontos positivos que precisamos reivindicar nessa gestão para valorizar o esforço da luta da federação e de seus sindicatos filiados.*

*Mas ainda é preciso avançar muito em relação a conquistas que são fundamentais como a democratização das IFES, a relação da FASUBRA com as IES-Estaduais, as distorções da carreira (racionalização e reposicionamento dos aposentados), a luta contra o FUNPRESP, a luta contra o assédio moral, o aumento do valor do nosso piso salarial e muitos outros...*

*Construir um movimento sindical utilizando a FASUBRA como instrumento de luta independente de governos e reitores, com democracia entre os trabalhadores, combatendo as opressões e preservando a unidade em meio à diversidade faz parte de nossos objetivos, por isso em sua maioria o coletivo BASE também ajuda a construir a CSPConlutas que é uma proposta de central sindical diferente da CUT e da CTB. Por tudo isso, convidamos tod@s @s trabalhadores e trabalhadoras que querem lutar a conhecer o COLETIVO BASE.*

*Assinam:*

*Gibran Jordão – Coord. Geral da FASUBRA.*

*Ivanilda dos Reis – Coord. Mulher Trabalhadora da FASUBRA.*

*Edson Lima – Coord. De Comunicação da FASUBRA.*



*Roberto Luiz – DNFA SUBRA – Suplente.*

*Assinam também ativistas sindicais de várias universidades, essa é uma lista inicial aberta a mais adesões:*

*UNIFAP – Helcio Alcantara, Arlene Costa | UFPA – Ângela Soares, Dircelia Moares | UFPI- Jullyane Teixeira, Jader e Dannel Rocha | UFCE- Keila Camelo, Raimunda Heveline Ribeiro, Telma Araújo do Nascimento, Maria Auxiliadora UNILAB: Gesyanne Keila, Herica Brasil | UFPB- Marcelino Silva, Suellen Mariz, Glaucia Vinas, Lena Leite, Raquel Helena Soares, Polyana Barbosa da Silva, Romero Calmon, Gerson Floriano Lopes | UFRN- Jose Rebouças, Robertinho, Ieda, Chiquinho, Sandro Pimentel, João Santos, Euflausino, Aparecida, Aduino Sabino, Jane Suely, Edna Maria, Luiz Antônio, Vânia Machado, Ricardo Lago, Alessandra, Zé Dutra, João Inácio, Marileide Dantas, Talvanes | UFRSA - João Abner, Wendson, Marcelo | UFMA- Maysa Ramos, Paulo de Tarso, Campos, Herbeth Santos, Augusto Vaz, Renato Kerly | UFAL- Davi Fonseca | UFS – Polyana Maria Palmeira | UFRPE - Marcus Aciolly, Mozart Siqueira, Espinhara | UFPE – Katia Telles, Lenilson Santana, Ellen Vilar, João da Hora, Paulo Tarso, Cleiton Oliveira, Edneide Passos | UFES- Skiter, Lara Gobira | UFRJ- Tibita, Luiz Pustiglione, Fabio Marinho, Simone Silva | UFF- Patrícia Santiago, Luciano Pitta, Tailana Batista, Michele Borowsky, Sonara Costa, Alexandre | UFRRJ – Antonio Carlos Valetim Neves, Samuel Silva Teixeira, Tainá Cristine Ramos, Paulo José Ferreira | UFSCAR – Doni, Vânia Machado, Adriana Maria Corsi, Ronildo do Santos Prado, Livia de Lima Reis, Elizabeth Keiko Ribeiro, Carla Ariela, Tiago Martins, Claudia Oliveira, Katia Silene, Silmara Capovira, Sandra Navascues, Humberto | UFABC – Direção do SINTUFABC, Ligia Gomes e Jose Carlos | UFTM – Simea Aparecida | UFPA- Julio Cesar Teixeira, Carlos, Gilson Mota | UFPR- Carla Cobalchini, Jose Carlos, Larissa “Lari”, Youssef Ali, Marcio Palmares, Giuliano Monn, Rufina Roldan, Mauricio Sousa, Alaercio Freitag | UTFPR- Ana Paula Olivia, Silmara Camargo, | UFSC- Joao Sol, Cris Ebehardt, Selma Gomes | UFG- Regiane Miranda, Marcio Antonio Cruzeiro, Enderson Medeiros, Euler Araujo, Suely Aparecida | UNB- Lima, Mauricio | UFFS- Giuliano Kluc | UFPEL – Luan Diego Badia | UFRGS – Rafael Berbigier, Ricardo Souza | Centro Paula Souza - Michel Torres, Sirlene Maciel | UNICAMP – Taigor Martino, Adriana Stella, Zago |*

TESE DO COLETIVO BASE E INDEPENDENTE ... AO XXII  
CONFASUBRA

## Regimento CONFASUBRA

	<p>Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras</p> <p>Fundada em 19 de dezembro de 1978</p>	
---	--	---

### REGIMENTO DO XXII CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TECNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical

#### CAPÍTULO I

##### DO CONGRESSO

**Art. 1º** - O XXII Congresso da FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TECNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical (registro nº 46206.007893/2011-45) - XXII CONFASUBRA será realizado nos dias 04, 05, 06, 07 e 08 de maio de 2015.

**§ 1º** - O XXII Congresso da FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TECNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical - XXII CONFASUBRA será realizado na cidade de Poços de Caldas - MG.

**§ 2º** - Na Plenária de abertura será referendado o Regimento do XXII CONFASUBRA.

#### CAPÍTULO II

##### DOS OBJETIVOS DO CONGRESSO

**Art. 2º** - São objetivos do XXII CONFASUBRA:

I - Discutir amplamente as condições de vida, trabalho e salários dos trabalhadores e trabalhadoras das Instituições de Ensino Superior (IES) na defesa de seus interesses;

II - Deliberar posições unitárias e formas de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos na defesa de seus interesses;

III - Discutir e adotar posições sobre Educação em geral e as Instituições de Ensino em particular;

IV - Discutir as formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras das IE, visando instrumentalizar o movimento sindical destes às exigências da realidade e das lutas políticas,

econômicas e sociais dos trabalhadores e trabalhadoras em geral;

V - Contribuir para a organização e consolidação das lutas unitárias dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo;

VI – Alterar o Estatuto de acordo com as necessidades;

VII - Eleger a Direção Nacional da FASUBRA Sindical.

#### CAPÍTULO III

##### DOS (AS) PARTICIPANTES

**Art. 3º** - Participam do XXII CONFASUBRA trabalhadores e trabalhadoras ativos, aposentados e pensionistas, que sejam trabalhadores e empregados de instituições públicas de ensino superior, sejam estas integrantes da administração indireta, autárquica ou fundacional, além das empresas públicas ou pessoas jurídicas de direito privado contratadas ou fundações apenas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das IE, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para a consecução e desenvolvimento dos princípios indissociáveis do ensino, da pesquisa, da extensão e assistência do órgão público de ensino. Técnico-administrativos das IES, e que estejam quites com suas obrigações para com a Federação; Direção Nacional e Conselho Fiscal.

**§ 1º** - Poderão participar como observadores (as) ao XXII CONFASUBRA representantes das Associações e Sindicatos de Trabalhadores (as) das IE não filiadas, sem direito a voto, com limite de até 03 (três) por entidade;

**§ 2º** – Cada entidade filiada terá direito de credenciar observadores até o máximo de 5% (cinco por cento) do número de seus respectivos delegados e delegadas eleitos/eleitas para o XXII CONFASUBRA, garantindo o direito de no mínimo 1 observador por entidade”.

**§ 3º** - A critério da Comissão Organizadora, poderão ser convidadas entidades e pessoas para participarem do **XXII CONFASUBRA**.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS CRITÉRIOS DE NEGOCIAÇÃO

**Art. 4º** As negociações serão feitas observando:

**§ 1º** - A quitação da taxa de inscrição de delegadas e delegados ao XXII CONFASUBRA, no ato do credenciamento, só será aceita mediante pagamento à vista e em espécie ou transferência bancária eletrônica com envio do comprovante via fax ou cópia do original.

# REGIMENTO CONFASUBRA

§ 2º - Para ter direito ao credenciamento de delegadas e delegados, os acordos de regularização financeira de dívidas deverão ser firmados e estar sendo cumpridos, impreterivelmente, até 30 (trinta) dias antes da Plenária de Abertura do XXII CONFASUBRA; e ao estabelecido no artigo 14 do estatuto da FASUBRA.

§ 3º Os acordos serão elaborados obedecendo aos seguintes critérios:

I – Soma-se o total da dívida acumulada;

II – 10% (dez por cento) deste total, no mínimo, devem ser quitados, integralmente, até 30 (trinta) dias antes da Plenária de Abertura do XXII CONFASUBRA;

III – O restante deve ser parcelado, em quantas vezes seja necessário, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a meia mensalidade atual.

§4º - Deverá ser garantido, além da quitação das parcelas do acordo, o pagamento normal das mensalidades;

§5º - Para a elaboração e assinatura do acordo é imprescindível a apresentação de todas as folhas de arrecadação referentes ao (s) período (s) da dívida;

§6º - As Entidades reincidentes em dívida para com a FASUBRA Sindical, que não cumpriram o prazo de carência de um ano, entre a quitação de um acordo e a proposição de outro, poderão fazê-lo da seguinte forma:

I - Soma-se o total da dívida acumulada;

II – 20% (vinte por cento) deste total, no mínimo, devem ser quitados integralmente até 30 (trinta) dias antes da Plenária de Abertura do XXII CONFASUBRA;

III - O restante deve ser parcelado, em quantas vezes seja necessário, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a uma mensalidade atual.

## CAPÍTULO V

### DAS DELEGADAS E DELEGADOS

**Art. 5º** - Serão admitidos como delegadas e delegados ao XXII CONFASUBRA, com direito a voz e voto trabalhadoras e trabalhadores eleitos em Assembleia Geral de suas entidades, segundo critério de representatividade de 10 (dez) presentes para cada delegada/delegado eleita(o) e mais um(a) para fração igual ou maior que 05 (cinco).

§ 1º - O número máximo de delegadas e delegados por entidade será calculado segundo a proporção de 01 (um) delegada/delegado para cada 100 (cem) trabalhadoras/trabalhadores na base ou fração maior ou igual a 50 (cinquenta), estando compreendidos como trabalhadoras e trabalhadores todos os que se enquadram no conceito de categoria previsto no **art.1º, § 1º** do Estatuto da FASUBRA.

§ 2º - Não serão considerados as trabalhadoras e trabalhadores docentes sócias/sócios dos sindicatos filiados à FASUBRA Sindical no cálculo do número máximo de delegadas e delegados a que cada entidade filiada tem direito a eleger.

§ 3º - Junto com as delegadas e delegados ao XXII CONFASUBRA serão eleitos suplentes em número equivalente até a metade do número das delegadas e delegados escolhidas/escolhidos, respeitada a proporcionalidade dos votos obtidos em cada chapa.

§ 4º - As (Os) suplentes somente serão credenciados na hipótese do não comparecimento ou desistência formal das delegadas e delegados eleitas(os), que deverá ser apresentada no ato do credenciamento, assegurando-se a proporcionalidade da composição estabelecida na escolha das delegadas e delegados(os). Neste caso, a substituição será oficializada à FASUBRA pelo representante do sindicato, da chapa ou da tese. Quando se tratar de mais de uma chapa participante na disputa de eleição de delegadas e delegados, a indicação se dará pelo respectivo representante da chapa.

§ 5º - É expressamente vedado o voto por procuração em qualquer instância do XXII CONFASUBRA.

**Art. 6º** - Os modelos de lista de presença, ata de assembleia geral e cartão de credenciamento, serão disponibilizados previamente no site da FASUBRA.

§1º- No ato de assinatura da lista de presença, será disponibilizado ao participante da assembleia, integrante da base do sindicato, um cartão de votação, que será utilizado no ato da votação.

§2º - As listas de presença terão suas páginas numeradas, podendo ser utilizada mais de uma página simultaneamente na coleta das assinaturas. Haverá campo nas listas de presença para assinatura de fiscais e representantes da direção nacional da FASUBRA, devendo esses se fazer presentes ao local de realização da assembleia 1 hora antes do horário marcado para seu início. Será facultado aos fiscais e representantes da direção nacional da FASUBRA, caso não tenham comparecido 1 hora antes, poder assinar esses campos após o início da coleta das assinaturas, por ocasião de sua chegada ao local da assembleia.

§3º - O modelo de lista de presença a ser disponibilizado pela FASUBRA conterà 25 linhas por página para assinatura de participantes da base do sindicato às assembleias, numeradas de 1 a 25.

§4º - Quando a votação for realizada através do recolhimento dos votos (crachás/cartão) em urnas (ou similares) coletoras, esta terá que ser processada ao mesmo tempo para todas as teses concorrentes, com o registro do voto do participante da assembleia no crachá/cartão para umas das teses ou chapas



# REGIMENTO CONFASUBRA

concorrentes. Não poderá ser depositado mais de um voto por participante na assembleia, sendo assegurada a fiscalização das chapas participantes da disputa.

§5º - Não será permitido o recolhimento de votos para uma chapa, ficando outra ou outras a espera de votações posteriores.

§6º - Não poderá ser depositado mais de um voto por participante na assembleia, sendo assegurada a fiscalização das chapas concorrentes. Poderá ser utilizada mais de uma urna no momento da votação, desde que todas as urnas sejam destinadas a coleta de votos de todas as chapas, simultaneamente.

**Art. 7º** - A escolha de delegadas e delegados será feita por chapas, assegurada a participação proporcional direta ao número de votos obtidos por cada chapa concorrente e de acordo com os seguintes critérios:

§1º - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos às chapas concorrentes, ignorando-se para este fim os votos brancos e nulos.

§2º - Estabelecida a relação percentual entre as chapas que comporão a delegação, aplicar-se-á esta relação, respectivamente, ao número total de delegadas e delegados e suplentes estabelecido em conformidade com o **artigo 20, §1º** do Estatuto da Federação.

§3º - Por ocasião da escolha das delegadas e delegados nas entidades de base, a(s) chapa(s) concorrente(s) fará(ão), obrigatoriamente, a defesa de tese, tendo como ponto o temário do CONFASUBRA.

§4º - Cada chapa deverá ser composta por, no mínimo, 20% da delegação titular a que a base terá direito de eleger, conforme lista de presença, observado o *caput* do **artigo 21** do Estatuto e o número máximo a que cada entidade de base tem direito, como previsto no **§1º** do mesmo artigo. O número máximo de integrantes das chapas será do conjunto de titulares acrescido de até 50% de suplentes.

§5º - A Lista de Presença, com numeração contínua, nos termos definidos no artigo 6º e seus parágrafos, deverá ter assinatura legível e ser preenchida apenas por trabalhadoras e trabalhadores e empregadas/empregados, conforme define o §1º do artigo 1º do Estatuto da FASUBRA.

§6º - A lista de presença deverá estar disponível e aberta no local da Assembleia Geral, conforme publicado no Edital, no máximo, 01(uma) hora antes da primeira chamada e/ou do horário publicado, devendo ser recolhida e assinada pela mesa coordenadora dos trabalhos e pelos representantes das teses, no ato de início do processo de votação, ou seja, imediatamente após o final da defesa das teses;

§7º - Não será permitida circulação da Lista de Presença fora do local de realização da Assembleia Geral.

§8º - A Comissão Organizadora disponibilizará modelo padrão de Lista de Presença e Ata para eleição de delegadas e delegados ao XXII CONFASUBRA.

§9º - A chapa, para ter direito a eleger delegadas e delegados, deve fazer um mínimo de 10% de votos válidos na eleição, se houver duas chapas e, 5% em caso de mais de duas chapas.

**Art. 8º** - As delegadas e os delegados ao XXII CONFASUBRA serão eleitas/eleitos em uma única Assembleia Geral, ressalvados os **§ 4º, 5º e 6º** do **artigo 10** deste Regimento, convocada, prioritariamente, para este fim, com a presença de Diretor da FASUBRA Sindical ou representante designado por tese.

§ 1º - As Assembleias de Base serão realizadas no período de 23 de fevereiro a 17 de abril de 2015.

§2º - As entidades de base deverão informar à Direção da FASUBRA Sindical, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a data da realização das Assembleias Gerais, para que possa ser viabilizada a designação de seus representantes;

§3º - Será garantida a participação de delegadas e delegados de base quando a Diretoria da Entidade não convocar Assembleia Geral dentro dos prazos definidos no **artigo 10** deste Regimento.

§4º - A Assembleia Geral convocada pela base deverá atender as prerrogativas do **artigo 21** do Estatuto da FASUBRA, desde que a entidade esteja em dia com as obrigações estatutárias;

§5º - A convocação da Assembleia Geral pela base, para tal fim deverá ser subscrita conjuntamente por um dos membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, pelo menos, por 3 (três) trabalhadores/trabalhadoras filiados/filiadas da base do sindicato, devendo a mesma ser convocada a partir do dia **29 de março de 2015** e realizada no período de **08 de abril a 24 de abril de 2015**, respeitado o prazo mínimo de 10 (dez) dias, inclusive, de antecedência entre a convocação e sua realização;

§ 6º - A Assembleia Geral convocada pela base deverá contar com a participação obrigatória de 01 Coordenador ou Coordenadora da FASUBRA Sindical, que assinará, em conjunto com os(as) trabalhadores(as) signatários da convocação, a Ata, bem como os demais membros da Mesa Coordenadora da Assembleia;

§ 7º - Aplicam-se para a eleição de delegadas e delegados na(s) Assembleia(s) Geral(is) convocada(s) pela base, em conjunto com a Direção Nacional da FASUBRA Sindical, todos os critérios contidos no **Art. 7º** deste Regimento.

# REGIMENTO CONFASUBRA

§ 8º - A ata, os editais de Convocação da Assembleia Geral e as respectivas listas de presença, devidamente rubricados pelo(s) representante(s) da Direção Nacional, pelos trabalhadores signatários da convocação e pelos demais membros integrantes da Mesa Coordenadora da Assembleia Geral, deverão ser entregues no ato do pré-credenciamento da entidade e enviados, impreterivelmente, à Comissão Organizadora do XXII CONFASUBRA, até o dia **27 de abril de 2015**.

§ 9º - No caso previsto no caput deste artigo, os custos da participação do (a) representante da Direção Nacional serão custeados pela FASUBRA Sindical;

§ 10 - Os custos da inscrição de delegadas e delegados eleitos na Assembleia Geral convocada pela base serão computados como débito da entidade de base respectiva, e absorvidos como despesa do XXII CONFASUBRA;

**Art. 9º** – Para as oposições sindicais reconhecidas pelas instâncias da FASUBRA Sindical, quando da escolha de delegados nas Assembleias Gerais (AG) e credenciamento, aplicam-se os mesmos critérios do **artigo 20 e 21** do Estatuto da FASUBRA e seus parágrafos.

§ **Único** - No caso de tratar-se de oposição sindical (reconhecida pelas instâncias deliberativas da FASUBRA sindical) em base de Instituição de Ensino Superior, cuja entidade sindical não seja filiada a Federação, os custos serão do XXII CONFASUBRA.

**Art. 10** - o prazo máximo de convocação das AG e comunicação a FASUBRA será até o dia 28 de março de 2015, exceto nos casos das AG convocadas pela base, conforme previsão regimental.

§ 1º - No caso de impossibilidade de comparecimento de Coordenador ou Coordenadora da FASUBRA Sindical, a Assembleia Geral ocorrerá normalmente, desde que observado o caput do **artigo 7º** deste Regimento;

§ 2º - É vedada a utilização da figura da Assembleia Geral itinerante ou permanente para a escolha de delegadas e delegados ao XXII CONFASUBRA;

§ 3º - Para os Sindicatos que abranjam trabalhadores de mais de uma IE, os delegados e as delegadas poderão ser escolhidos nas Assembleias Gerais de cada uma dessas Instituições, observando-se os critérios estabelecidos neste Regimento.

§ 4º - No caso de seções sindicais, contemplando mais de uma IE no mesmo município de um mesmo sindicato, cada seção realizará sua assembleia;

§ 5º - Será garantida a escolha dos delegados nos Campi avançados ou unidades fora do município sede das IES da base do Sindicato, respeitada a proporcionalidade, de acordo com o tamanho da base sindical das respectivas Instituições;

§ 6º - Nos casos de instituições ou de campi avançados que tenham 10 ou mais técnico-administrativos, lotados naquele órgão, fica garantido 01 delegado, desde que, atinja o limite mínimo de 05(cinco) presentes na assembleia:

Trabalhadores e trabalhadoras na Base	Mínimo de Presentes na AG	Número de Delegadas e delegados
10 – 100	05	01
101 – 200	15	02
201 – 300	25	03

§ 7º - Os trabalhadores e Trabalhadoras dos campi localizados em outros municípios só poderão votar e ser votados no seu campus de lotação original, exceto quando não for convocada AG para este campus. No caso de não haver assembleia programada em algum campus, a direção da Entidade de Base deverá indicar, no edital, em qual assembleia os trabalhadores e trabalhadoras desse campus irão participar.

§ 8º - Sendo o campus avançado no mesmo município, a Assembleia Geral será realizada em um mesmo local. Em municípios diferentes, será garantida a realização de Assembleias Gerais naquele campus localizado em outro município.

§ 9º - Para os campi com menos de dez trabalhadores lotados, terão garantida sua participação em qualquer AG desde que registrada no edital de convocação, o local e participação daquele campus.

§ 10 - Durante as Assembleias Gerais e nas 24 (vinte e quatro) horas anteriores e posteriores à realização dessas para eleição de delegados, a Entidade de Base e postulantes a delegados, em hipótese alguma, poderão realizar atos festivos como sorteios, bingos, posse de direção, ajuda de custo, pagamento de diárias, pagamentos jurídicos e confraternização. Caso isto ocorra a delegação, no caso do ato ter sido convocado pela entidade, ou a chapa que cometeu a irregularidade será impedida de se credenciar.

§ 11 - Nas entidades que tiverem representação multicampi, as Assembleias Gerais deverão ser realizadas em dias distintos. Somente no caso do número de assembleias exceder a integralidade dos dias úteis (ou seja, excetuados os feriados e

# REGIMENTO CONFASUBRA

finais de semana) de todo o período programado para a eleição de delegados (as) ao XXII CONFASUBRA, será admitida a realização de mais de uma assembleia por dia da mesma entidade. Ou seja, o número de AG deverá ser distribuído de forma proporcional ao período programado para eleição dos delegados e das delegadas ao XXII CONFASUBRA, não podendo, portanto, ter mais de uma AG por dia sem que haja assembleias em todos os dias úteis convocadas com a finalidade de eleição de delegadas e delegados ao XXII CONFASUBRA. Observada esta premissa, e ainda assim sendo necessário convocar duas assembleias numa mesma data, as mesmas deverão realizar-se em turnos distintos, com distanciamento de pelo menos 3 horas entre uma assembleia e outra. Os pares de assembleias por data que sejam necessários estabelecerem-se conforme o disposto anteriormente deverão ser escolhidos e agrupados dentre o conjunto de assembleias, utilizando-se o critério de que apresentem a menor distância de deslocamento num mesmo dia, entre o conjunto de combinações de assembleias possíveis, otimizando a possibilidade de acompanhamento por parte da direção nacional da FASUBRA.

**Art. 11** – Os Editais de Convocação das Assembleias Gerais de escolha de delegados, onde deverão constar a pauta, o local, a data e o horário de realização, deverão ser divulgados amplamente nos instrumentos de divulgação da entidade.

**Art. 12** - No ato do pré-credenciamento deverão ser encaminhadas as cópias dos seguintes documentos:

I - O Estatuto da entidade (registrado no Cartório);

II - O Edital de Convocação da Assembleia Geral;

III - A Ata da Assembleia Geral (modelo padrão fornecido pela FASUBRA);

IV - A Lista de Presença fornecida pela FASUBRA;

V - Documento oficial da IE e/ou Fundações Apensas, com número da base social (ativos, aposentados, pensionistas e terceirizados);

VI - Comprovação de regularidade da situação financeira junto a FASUBRA para as entidades que se encontrarem com pendências, conforme quadro divulgado anteriormente pelo setor financeiro da FASUBRA e pela Comissão Organizadora.

§ 1º - Todos os documentos e listas de presença, relacionados acima, deverão ser datados e encaminhados com timbre da federação e das entidades de base, em meio eletrônico, e o original apresentado no ato do credenciamento.

§ 2º- O não cumprimento das exigências contidas no *caput* deste artigo e seus incisos implicará no não credenciamento dos delegados;

§ 3º- Nos casos em que a IE se recusar a fornecer as devidas informações, o Sindicato deverá no prazo estabelecido neste Regimento para convocação das Assembleias Gerais, comunicar à Comissão Organizadora do Congresso, que tomará as providências necessárias.

§ 4º - No caso das oposições não será exigido o **inciso 6º do artigo 12** deste Regimento.

**Art. 13** - Para efeito de levantamento do número máximo de delegadas e delegados que cada entidade de base filiada tem direito a eleger, respeitados os demais dispositivos deste Estatuto e o Estatuto da entidade, a Direção Nacional da FASUBRA Sindical expedirá para todas as entidades filiadas documento solicitando atualização cadastral que deverá conter, no mínimo, solicitação de informações quanto ao número de trabalhadores ativos, aposentados, pensionistas, trabalhadores e empregados de instituições públicas de ensino superior, sejam estas integrantes da administração indireta, autárquica ou fundacional, além das empresas públicas ou pessoas jurídicas de direito privado contratadas ou fundações apensas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das IE, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para a consecução e desenvolvimento dos princípios indissociáveis do ensino, da pesquisa, da extensão e assistência do órgão público de ensino, discriminado o quantitativo por cada um desses segmentos. Não serão considerados os trabalhadores docentes sócios ou não sócios dos sindicatos filiados à FASUBRA Sindical, no cálculo do número máximo de delegados a que cada entidade filiada tem direito a eleger.

§ 1º - Para as entidades em que os seus estatutos permitam a filiação dos terceirizados, encaminhar atualização do número de trabalhadores com este vínculo com a IFE, ou documento encaminhado à administração da Instituição com esta solicitação.

§ 2º - Todas as entidades de base filiadas estão obrigadas a fornecer estas informações até o dia 06 de março de 2015.

**Art. 14** - Os membros integrantes da Direção Nacional que não forem eleitos delegados eleitos na Assembleia Geral de sua respectiva Entidade de Base terão direito de participar da Comissão Diretora do CONFASUBRA, gozando apenas do direito à voz nos Grupos de Trabalho e Plenárias.

## CAPÍTULO VI

# REGIMENTO CONFASUBRA

## DOS ÓRGÃOS DO CONGRESSO

**Art. 15** - O XXII CONFASUBRA será composto dos seguintes órgãos:

- I - Comissão Organizadora;
- II - Comissão Diretora;
- III - Grupo de Trabalho;
- IV – Plenária (Assembleia Geral Nacional);
- V - Junta Eleitoral.

## SEÇÃO I

### DA COMISSÃO ORGANIZADORA

**Art. 16** - A organização do XXII CONFASUBRA ficará a cargo da Comissão Organizadora composta por 14 (quatorze) membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, conforme a proporcionalidade da composição de sua direção, e dentre eles, os 02 (dois) membros da Coordenação de Administração e Finanças.

**Art. 17** - À Comissão Organizadora compete:

- I - Receber, processar e regularizar as inscrições de todos (as) delegados (as) dos Sindicatos participantes do XXII CONFASUBRA, assim como a distribuição do credenciamento;
- II - Providenciar a recepção, alojamento e alimentação dos Delegados e Delegadas ao CONGRESSO;
- III - Coordenar o recebimento de teses apresentadas ao XXII CONFASUBRA, sistematizando-as num documento de apoio a ser distribuído aos Delegados e Delegadas ao XXII CONFASUBRA;
- IV - Providenciar a divulgação das teses apresentadas ao XXII CONFASUBRA, antecedendo ao processo de eleição dos (as) Delegados (as) pelas entidades filiadas;
- V - Coordenar os trabalhos de construção e divulgação das resoluções do XXII CONFASUBRA;
- VI - Organizar as assessorias que julgar necessárias, que contribuirão com as atividades de competência da Comissão Organizadora;
- VII - Preparar as pautas e expedientes da Plenária;
- VIII - Propor as Mesas de Direção da Plenária que serão submetidas à Comissão Diretora, no ato de sua instalação e à aprovação da Plenária do Congresso, junto com a aprovação deste Regimento;

IX – No ato do pré-credenciamento a Comissão Organizadora deverá disponibilizar para cada representante de delegação, um formulário (banco de dados) com solicitação de informações relativas ao perfil de saúde e profissional dos delegados e delegadas.

X – A Comissão organizadora poderá, a critério, profissionalizar a contratação da infraestrutura para a realização do XXII CONFASUBRA.

**Art. 18** - Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

## SEÇÃO II

### DA COMISSÃO DIRETORA

**Art. 19** - A Direção do XXII CONFASUBRA será exercida pela Comissão Diretora, composta pela Direção da FASUBRA Sindical mais 01 (um) representante por Sindicato credenciado.

**§1º** – As entidades de base deverão informar, no ato do credenciamento, o nome da delegada ou delegado escolhida / escolhido titular e suplente - para compor a Comissão Diretora.

**§2º** - As entidades de base, representadas no XXII CONFASUBRA deverão apresentar à Comissão Diretora, nomes escolhidos entre os membros de sua delegação, em número a ser definido pela Comissão Diretora, os quais serão propostos para composição das Mesas Coordenadoras dos Grupos de Trabalho;

**Art. 20** - Compete à Comissão Diretora:

- I - Orientar e coordenar os trabalhos do XXII CONFASUBRA;
- II - Fiscalizar o cumprimento deste Regimento;
- III - Designar responsáveis pela instalação dos Grupos de Trabalhos Grupos de Discussão;
- IV – A Comissão Diretora deverá apresentar aos Grupos um formato de Relatório padrão, para facilitar a sistematização dos relatórios que deverão ser apresentados em Plenária.
- V - Supervisionar a preparação do Relatório Final dos Trabalhos e o Documento Final do CONGRESSO, e divulgar no prazo de 90 dias, os quais serão redigidos por uma Comissão Relatora profissionalizada, designada e contratada pela Comissão Organizadora do XXII CONFASUBRA;
- VI - Examinar os recursos das decisões da Comissão Organizadora.



# REGIMENTO CONFASUBRA

**Art. 21** - Do Funcionamento da Comissão Diretora.

I - A Comissão Diretora será instalada no dia 04 de maio de 2015.

II – A organização dos Grupos de Trabalho deverá ser divulgada pela Comissão Diretora no 2º dia do XXII CONFASUBRA.

## SEÇÃO III

### DOS GRUPOS DE TRABALHO

**Art. 22** - A Comissão Organizadora do XXII CONFASUBRA distribuirá os delegados e delegadas inscritos/inscritas pelos Grupos de Trabalho.

§ 1º - A Comissão Organizadora formará tantos Grupos de Trabalho quantos forem necessários;

§ 2º - Só poderá haver mais de 01 (um/uma) delegado ou delegada por Sindicato em cada Grupo de Trabalho, caso a delegação tenha representantes em todos os Grupos.

**Art. 23** - Os Grupos de Trabalho serão formados por delegados e delegadas devidamente credenciados/credenciadas, cabendo-lhes discutir as matérias constantes do temário do XXII CONFASUBRA, bem como, emendar, modificar ou rejeitar as propostas contidas no documento de apoio e nas teses que lhes forem apresentadas nas discussões, durante a realização de suas reuniões.

**Art. 24** - Todas as sessões de cada Grupo de Trabalho serão instaladas por um membro da Comissão Diretora, que realizará a eleição que irá definir a composição da mesa para coordenar, secretariar e fazer a relatoria dos grupos. No caso de inexistência de candidatos para ocupar uma vaga de relatoria, a mesma será assumida pelo coordenador do grupo.

**Art. 25** - Ao fim da Sessão Temática dos Grupos de Trabalho, os Coordenadores/Coordenadoras e Relatores/Reladoras se reunirão sob a Coordenação dos membros que irão dirigir os trabalhos da Plenária referente ao temário da discussão, para elaborarem em meio eletrônico Relatório Único sobre o tema em pauta, que será apresentado à Plenária do respectivo tema, encaminhando-os à Comissão Diretora.

§ **Único** – Os Coordenadores/Coordenadoras, Secretários/Secretárias e Relatores/Reladoras dos Grupos de Trabalho deverão assinar os relatórios apresentados em formulários disponibilizados pela Comissão Diretora,

identificando de forma legível o nome e a entidade a qual pertence.

## SEÇÃO IV

### DAS PLENÁRIAS

**Art. 26** - A Plenária é o órgão máximo e soberano do XXII CONFASUBRA, e será composta pelas delegadas e delegados credenciados, com direito a voz e voto, e com a presença de observadores, observadoras, convidados e convidadas, com direito a voz e sem direito a voto, tendo a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, as decisões dos Grupos de Trabalho, observados o Temário, o Estatuto da FASUBRA Sindical, este Regimento e a Ordem do Dia.

**Art. 27** - As sessões Plenárias serão dirigidas por uma Mesa, composta de Coordenador/ Coordenadora, Vice-Coordenador/Vice-Coordenadora 01 Secretário/Secretária e 02 Relatores/Reladoras, indicados/indicadas pela Comissão Diretora e submetidos à aprovação da Plenária de abertura junto com a aprovação do Regimento do XXII CONFASUBRA.

## CAPÍTULO VII

### DO CREDENCIAMENTO

**Art. 28** - O credenciamento ao XXII CONFASUBRA será feito através de cada delegado e delegada participante, em fichas apropriadas fornecidas pela Comissão Organizadora do Congresso, devendo o mesmo/mesma se identificar no ato do credenciamento, apresentando documento de identificação oficial com foto.

§ 1º - Para a efetivação do credenciamento é obrigatória à apresentação, pelas Entidades de Base, dos originais dos documentos listados nos **incisos de I a VI, artigo 12, e § 1º** deste Regimento.

§ 2º - O credenciamento dos delegados e delegadas titulares iniciar-se-á no dia 04 de maio às 8 horas e encerrar-se-á às 12 horas do dia 05 de maio de 2015.

§ 3º - O credenciamento dos delegados e delegadas suplentes acontecerá das **13h às 18h do dia 05/05/2015**. Serão credenciados/credenciadas suplentes de delegados e delegadas, respeitando a proporcionalidade das respectivas chapas presentes ao XXII CONFASUBRA, conforme definido no **artigo 5º, parágrafo 4º** deste Regimento.

§ 4º - No ato do credenciamento, caso ocorra substituição de delegado/delegada titular, a entidade deverá informar por escrito à Comissão Organizadora do XXII CONFASUBRA;

# REGIMENTO CONFASUBRA

§ 5º - Não será aceito o credenciamento de delegado e delegada cujo nome não conste registrado na ata e lista de presença da Assembleia Geral convocada para escolha dos delegados e delegadas ao XXII CONFASUBRA, salvo justificativa expressa em resolução da Assembleia Geral;

§ 6º - Findo o prazo para o encerramento do credenciamento dos delegados e delegadas e seus respectivos, não será aceita, em hipótese alguma, a substituição de qualquer credenciado/credenciada;

§ 7º - No ato do credenciamento dos delegados e delegadas será fornecido pela Comissão Organizadora um cartão de votação, nominalmente identificado e intransferível;

§ 8º - Em nenhuma hipótese será fornecido mais de um cartão de votação por delegado/delegada, nem outra via do mesmo;

§ 9º - No ato do credenciamento dos delegados e delegadas, as entidades deverão saldar integralmente o valor correspondente a taxas de participação no XXII CONFASUBRA;

§ 10 - Para fim de cobertura de despesas necessárias à organização do XXII CONFASUBRA, 30% (trinta por cento) do valor da inscrição do total dos delegados e delegadas de cada entidade deverá ser depositado até o dia 22 de abril de 2015, em conta corrente a ser informada pela Comissão Organizadora. Os outros 70% (setenta por cento) deverão ser efetuados até o ato do credenciamento;

§ 11 - As entidades que resolverem fazer o pagamento no ato de credenciamento deverão fazê-lo em espécie ou por transferência bancária (sendo considerado o momento da efetivação da transferência – a Comissão Organizadora não se responsabiliza por problemas de ordem técnica de computadores, operadoras de telecomunicações e/ou instituições bancárias). Não serão aceitos cheques;

§ 12 - No valor da taxa de inscrição estão incluídos os pernoites, as refeições do período, material de apoio e 01 (um) Caderno de Textos, bem como toda infraestrutura de apoio.

## CAPÍTULO VIII

### DO TEMÁRIO

**Art. 29** - Será objeto de discussão e deliberação do **XXII CONFASUBRA** o seguinte Temário:

**I - Conjuntura Nacional e Internacional;**

**II - Organização e Estrutura Sindical;**

**III - Relações de Trabalho e Concepção de Estado (HU x EBSEERH, jornada, Carreira, Terceirização);**

**IV – Educação** (Modelo de Universidade: autonomia, democracia, avaliação, expansão e acesso, PNE);

**V – Segurança Social** (*Previdência, Aposentados, Saúde do Trabalhador*);

**VI – Reforma Estatutária;**

**VII- Prestação de Contas;**

**VIII- Eleição da Direção Nacional;**

**IX – Combate às opressões** (gênero, raça e sexualidade).

### Assuntos de Interesse para as mesas:

**I - Meio Ambiente;**

**II - Comunicação Sindical;**

**III – Juventude;**

**IV - Cultura, Esporte e Lazer;**

**V - Formação Política;**

**VI – Instituições Estaduais.**

## CAPÍTULO IX

### DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

**Art. 30** - Cada delegado e delegada devidamente credenciado/credenciada terá direito a 01 (um) voto;

§ 1º - As votações nos Grupos de Trabalho e nas Plenárias serão feitas levantando-se os cartões de votação;

§ 2º - Em caso de dúvida, as votações serão feitas por meio de contagem de votos;

§ 3º - Não será permitido voto por procuração;

**Art. 31** - As deliberações nos Grupos de Trabalho e nas Plenárias serão tomadas por maioria simples, excetuados os temas em que existam determinações específicas no Estatuto da FASUBRA Sindical.

**Art. 32** - Nos Grupos Trabalho e nas Plenárias somente será permitida a discussão de matéria constante do Temário e da Ordem do Dia.

**Art. 33** – Toda delegada e delegado que desejar intervir nos Grupos de Trabalho e nas Plenárias deverá se inscrever

# REGIMENTO CONFASUBRA

previamente junto à Secretaria da Mesa, que o fará segundo a ordem de inscrição.

§ 1º - As inscrições se encerrarão ao final da palavra do 5º orador/oradora;

§ 2º - O tempo para intervenção será de 03 (três) minutos, nele compreendendo o tempo de eventuais apartes, podendo ser prorrogado, a critério da Mesa, por mais 01 (um) minuto;

§ 3º - É vedada a cessão de tempo de um delegado/delegada para outro/outra.

**Art. 34** - Cada Grupo, que discutirá todos os temas, somente poderá deliberar sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo constar do seu relatório todas as propostas que atingirem o mínimo de 20% (vinte por cento) do total de votos.

**Art. 35** - Nas votações em Plenária, a Mesa solicitará ao Plenário que, durante a leitura do Relatório Final consolidado dos Grupos de Trabalho, sejam indicadas as propostas destacadas, de acordo com cada item do temário.

§ 1º - Terminada a leitura do relatório, a Mesa submeterá a aprovação em bloco às propostas não destacadas;

§ 2º - Após a votação das propostas não destacadas, a Mesa colocará em discussão proposta por proposta destacada, podendo ser agrupadas por semelhança de conteúdo;

§ 3º - Definida a forma de encaminhamento das propostas destacadas, a Mesa abrirá uma intervenção para cada grupo de propostas ou proposta em discussão, podendo, a critério dos delegados e delegadas inscritos /inscritas para defesa, ser definida por sorteio a ordem das intervenções;

§ 4º - A critério dos delegados e delegadas inscritos/inscritas para defesa, o tempo de intervenção poderá ser dividido entre dois/duas ou mais oradores/oradoras, desde que informado à Mesa antes do início das defesas;

§ 5º - Após as defesas, a Mesa consultará o Plenário sobre a necessidade de novas intervenções para tirar dúvidas, passando em seguida a fase de votação, encaminhamento ou pedidos de esclarecimento;

§ 6º - Em função da complexidade ou do teor das propostas, é facultada à Mesa Diretora dos trabalhos, por decisão de maioria simples de seus membros, abrir 02 (duas) intervenções alternadas para defesa de cada proposta ou grupos de propostas;

§ 7º - Somente poderão ser votadas em Plenária as propostas que sejam oriundas dos Grupos de Trabalho e que estejam constando no relatório consolidado apresentado à Plenária.

**Art. 36** - Os pedidos de declaração de voto somente serão aceitos em caso de abstenção do delegado/delegada, devendo ser solicitada no ato da votação;

§ 1º - O tempo para declaração de voto será de 01 (um) minuto e improrrogável;

§ 2º - Os delegados/delegadas que defenderem propostas não terão direito a solicitar declaração de voto;

§ 3º - Depois de feitas as declarações de voto, as mesmas deverão ser encaminhadas por escrito à Mesa, sem o que não serão aceitas novas declarações de voto daqueles delegados /delegadas que não o fizerem;

**Art. 37** - Os recursos de votação deverão ser apreciados na mesma Plenária em que forem postulados, dentro do próprio Tema.

## CAPÍTULO X

### DAS TESES E MOÇÕES

**Art. 38** - Os trabalhos apresentados pelas entidades ou participantes obedecerão à seguinte classificação:

**I - TESES:** devendo versar sobre item (s) constante (s) do Temário;

§ 1º - As teses deverão ser enviadas em meio eletrônico à Comissão Organizadora até **meia noite do dia 02 de fevereiro de 2015, horário de Brasília-DF.**

§ 2º - O não cumprimento desse prazo implicará na sua não publicação no Caderno de Teses do XXII CONFASUBRA;

§ 3º - As teses deverão ser entregues, em mídia eletrônica, com solicitação de confirmação de recebimento e deverão conter um máximo de 250.000 caracteres incluindo os espaços em branco;

§ 4º - A Comissão Organizadora do XXII CONFASUBRA deverá sistematizá-las, ordenando-as por sorteio, e disponibilizá-las na página da FASUBRA Sindical **até 18h do dia 3 de fevereiro de 2015**, bem como inseri-las na mesma ordem do sorteio, no caderno de teses do XXII CONFASUBRA.

§ 5º - Será constituída uma Comissão composta pela Direção Nacional da FASUBRA, com a presença facultada aos representantes de todas as teses, com o fim de elaborar documento de apoio de que trata o temário do Congresso (Caderno de Teses, Regimento e Programação), como forma de contribuir para a otimização do debate.

# REGIMENTO CONFASUBRA

§6º - As moções para deliberação em Plenário do XXII CONFASUBRA deverão ser apresentadas em meio eletrônico junto à Comissão Diretora até 19h do dia 07 de maio de 2015.

Este Regimento foi aprovado na Plenária Nacional da FASUBRA realizada nos dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2014.

## CAPÍTULO XI

### DAS ELEIÇÕES DA DIREÇÃO NACIONAL PARA O BIÊNIO 2015/2017

**Art. 39** - Os membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical serão eleitos no XXII CONFASUBRA para um mandato de dois anos, obedecendo às normas constantes do Estatuto e do Regimento Eleitoral, aprovado pelo Plenário do XXII CONFASUBRA.

**Art. 40** - As eleições da Direção Nacional serão regulamentadas e executadas por uma Junta Eleitoral composta de 07 (sete) membros titulares, que serão indicados pela Direção Nacional, respeitando-se a proporcionalidade de representação política estabelecida no XXII CONFASUBRA, a ser submetida à aprovação da Plenária de Abertura do Congresso.

§ 1º - Os (as) componentes - titulares e suplentes - da Junta Eleitoral não poderão concorrer às eleições da Direção Nacional.

§ 2º - Nenhum dos atuais membros da Direção Nacional ou do Conselho Fiscal da FASUBRA Sindical poderá integrar a Junta Eleitoral.

**Art. 41** - A eleição obedecerá ao critério da proporcionalidade qualificada nos termos do estatuto da FASUBRA.

**Art. 42** - Somente poderão votar e ser votados delegados e delegadas credenciados/credenciadas ao XXII CONFASUBRA.



§ Único - Só poderão ser membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes à base da Federação.

## CAPÍTULO XII

**Art. 43** - Os casos omissos neste Regimento serão dirimidos pela Comissão Diretora do XXII CONFASUBRA, cabendo recurso à Plenária.



## Estatuto

	Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras  Fundada em 19 de dezembro de 1978	
---	--	---

### ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical

#### CAPÍTULO I

##### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

**Artigo 1º** - A FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL - FASUBRA Sindical, fundada em 19 de dezembro de 1978, é órgão sindical que congrega sindicatos de trabalhadores em Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) sob quaisquer denominações, em todo o território nacional.

§ 1º - A categoria profissional representada pela Federação, caracterizada genericamente como técnico-administrativos, abrange os trabalhadores e empregados de instituições públicas de ensino superior, sejam estas integrantes da administração indireta, autárquica ou fundacional, além das empresas públicas ou pessoas jurídicas de direito privado contratadas ou fundações apenas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das IES, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para a consecução e desenvolvimento dos princípios indissociáveis do ensino, da pesquisa, da extensão e assistência do órgão público de ensino.

§ 2º - Para fins estabelecidos no caput deste artigo, serão abrangidos os trabalhadores das fundações apenas que atuam no âmbito da instituição, na data da promulgação do presente estatuto.

**Artigo 2º** - A FASUBRA Sindical é pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, distinta das suas filiadas e dos seus respectivos dirigentes, os quais não são responsáveis solidária ou subsidiariamente pelas obrigações por ela assumidas, com autonomia política, administrativa, patrimonial

e financeira, de âmbito nacional, duração indeterminada, com sede e foro na Capital Federal da República Federativa do Brasil situada na cidade de Brasília - Distrito Federal e com base territorial em todo o território nacional.

#### CAPÍTULO II

##### DOS FINS

**Artigo 3º** - A FASUBRA Sindical tem por objetivos e prerrogativas:

I - representar, sindicalmente, em nível nacional, o conjunto da categoria perante os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo;

II - instaurar dissídios coletivos, promover e celebrar convenções, contratos e acordos coletivos para reger as relações de trabalho, dos componentes da categoria profissional, no âmbito de sua representação;

III - promover medidas atinentes à orientação, informação política, jurídica e técnica às entidades filiadas;

IV - promover a integração permanente entre as entidades filiadas e representá-las, perante as autoridades administrativas e/ou judiciárias, bem como os interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos ou individuais da categoria representada, inclusive como substituto processual, podendo ajuizar, exclusivamente em defesa de seus objetivos institucionais, ações civis públicas, coletivas, mandados de segurança, ações populares quando expressamente autorizada pela assembléia geral do sindicato filiado e pelas demais instâncias deliberativas previstas neste estatuto;

V - estudar e buscar solução para todos os assuntos submetidos à sua apreciação e que se relacionem com os trabalhadores da base das entidades filiadas;

VI - manter intercâmbio com as demais organizações de representação do ramo de atividade da Educação em particular e as demais de forma geral;

VII - desenvolver atividades culturais, sociais e esportivas, investindo desse modo na elevação do nível sócio-cultural da categoria;

VIII - lutar pela manutenção da dignidade dos trabalhadores das IES e pela gestão democrática da administração universitária, bem como da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão produzidos nas Instituições Públicas de Ensino Superior;

IX - lutar pela integração com os movimentos e entidades nacionais e internacionais que lutam em defesa dos interesses do conjunto da classe trabalhadora em geral e dos trabalhadores em educação em especial;

# ESTATUTO

**X** - celebrar contratos, convenções e acordos coletivos, observadas as disposições previstas neste estatuto;

**XI** - filiar-se a outras organizações de caráter sindical de grau superior, no território nacional ou Internacional, desde que aprovado no Congresso Nacional da FASUBRA Sindical (CONFASUBRA);

**XII** - defender e praticar a solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo;

**XIII** - lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social, pelos direitos fundamentais dos homens, mulheres e crianças e pelo fim de toda e qualquer forma de opressão, exploração e discriminação;

**XIV** - lutar em defesa do meio-ambiente e pela qualidade de vida.

**Parágrafo único** - Para dar cumprimento ao disposto neste artigo a FASUBRA Sindical poderá manter, em caráter temporário, departamento especializado, secretarias, e ou assessorias, bem como Encontros Regionais e outros espaços de formação, devendo suas atribuições, prerrogativas e regras de funcionamento ser fixadas em Regimento Interno.

**Artigo 4º** - A FASUBRA Sindical é uma entidade democrática, laica, plural, independente em relação aos partidos políticos, ao Estado, aos patrões e às administrações das Instituições Públicas de Ensino Superior.

## CAPÍTULO III

### DA CONSTITUIÇÃO E FILIAÇÃO

#### SEÇÃO I - DA CONSTITUIÇÃO

**Artigo 5º** - A FASUBRA Sindical será integrada pelos sindicatos de trabalhadores nas IES, legalmente constituídos e que requeiram a sua filiação.

**§ 1º** - Será aceita apenas a filiação de uma entidade para cada Instituição Pública de Ensino Superior.

**§ 2º** - Às entidades filiadas, no ato da aprovação da presente redação estatutária, será concedido automaticamente o direito de manutenção da filiação.

**§ 3º** - São consideradas fundadoras as entidades presentes no ato de criação da FASUBRA.

#### SEÇÃO II

### DOS REQUISITOS E DA RESPONSABILIDADE DE FILIAÇÃO

**Artigo 6º** - Para fins de filiação à FASUBRA Sindical, devem as entidades estar em conformidade com o artigo 5º e satisfazer os seguintes requisitos:

**I** - ter personalidade jurídica;

**II** - ter Estatuto e normas coerentes com o presente Estatuto bem como os princípios defendidos pela FASUBRA Sindical;

**III** - apresentar a cópia da Ata da Assembléia Geral ou fórum de grau superior que deliberou pela filiação à FASUBRA Sindical;

**IV** - ter diretoria legítima, apresentando relação de seus membros, com indicação dos cargos e das datas do início e término do mandato;

**V** - defender os princípios que norteiam as atividades da FASUBRA Sindical;

**VI** - informar a quantidade numérica de sua base, bem como dos seus filiados.

**Artigo 7º** - O expediente solicitando a filiação e encaminhamento da documentação especificada no artigo 6º deverá ser dirigido à Direção Nacional que o analisará e aprovará a filiação, remetendo a decisão à Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical (PNG) para referendo.

**Parágrafo único** - À entidade pleiteante cabe o direito de recurso a qualquer instância superior à que negou o pleito inicial.

## CAPÍTULO IV

### DOS DIREITOS E DEVERES DAS FILIADAS

#### SEÇÃO I

#### DOS DIREITOS

**Artigo 8º** - São direitos das filiadas:

**I** - participar das instâncias deliberativas da FASUBRA Sindical, em conformidade com o disposto neste Estatuto e no Regimento Interno;

**II** - receber assessoramento da FASUBRA Sindical para os problemas de interesse da categoria que representa;

**III** - ser permanentemente informadas das atividades da Federação e receber relatórios periódicos e/ou informativos da Direção Nacional;

**IV** - participar das eleições dos organismos da FASUBRA Sindical, conforme as normas estabelecidas pelo presente Estatuto e Regimento Eleitoral;

# ESTATUTO

V - solicitar a intermediação da FASUBRA Sindical no encaminhamento de questões que possuam interface com a política defendida pela Federação;

VI - participar, desde que em dia com os deveres, de todos os eventos programados pela FASUBRA Sindical.

## SEÇÃO II

### DOS DEVERES

**Artigo 9º** - São deveres das filiadas:

I - lutar pelos princípios defendidos pela FASUBRA Sindical;

II - divulgar as atividades desenvolvidas pela Federação;

III - comparecer a todas as reuniões das instâncias da FASUBRA Sindical;

IV - acatar e implementar as deliberações emanadas das instâncias da FASUBRA Sindical;

V - pagar regularmente as contribuições financeiras fixadas no Estatuto e eventualmente determinadas pelo CONFASUBRA e Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical;

VI - fornecer meios para a participação dos seus representantes credenciados aos fóruns da Federação.

**Parágrafo único** - As entidades inadimplentes junto à FASUBRA Sindical não poderão participar, com direito a voto, das instâncias deliberativas da Federação, direito este que será automaticamente restabelecido quando sanarem as pendências.

## CAPÍTULO V

### DAS PENALIDADES DAS ENTIDADES FILIADAS

**Artigo 10** - As entidades filiadas estão sujeitas às penalidades previstas neste Estatuto quando produzirem danos patrimoniais, dano moral ou qualquer atitude definida em lei como crime ou contravenção penal contra qualquer instância ou fórum da Federação, assim como em caso de descumprimento do presente estatuto sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal, prevista na legislação nacional.

§ 1º - As entidades filiadas responderão pelos atos de seus representantes, enquanto no exercício de suas funções delegadas.

§ 2º - Será formada uma Comissão de Sindicância composta por representação proporcional das chapas que compõem a Direção Nacional, a quem caberá apresentar à Plenária Nacional Geral o relatório final em que constará,

obrigatoriamente, a sugestão de aplicação ou não de penalidade.

§ 3º - A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo instaurado no âmbito da FASUBRA Sindical no qual será assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, podendo a entidade filiada acompanhar todas suas fases, pessoalmente ou por procurador, desde que às suas expensas.

**Artigo 11** - A Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical poderá, após a apuração dos fatos e por decisão de 3/5 (três quintos) da plenária, aplicar diretamente à sua filiada que infringir norma estabelecida neste Estatuto qualquer uma das três penalidades previstas abaixo, que serão regulamentadas no Regimento Interno:

I - advertência;

II - suspensão;

III - desligamento.

**Artigo 12** - O desligamento de qualquer filiada só poderá ser deliberado por 2/3 (dois terços) dos votos de Plenária Nacional Geral instalada com 2/3 (dois terços) do seu quórum máximo.

**Parágrafo único** - Da decisão da Plenária Nacional Geral caberá recurso ao Congresso Nacional da FASUBRA Sindical, o qual deverá ser interposto por escrito na sede da FASUBRA Sindical no prazo máximo de 30 dias a contar da ciência.

**Artigo 13** - Serão desfiliações automaticamente as filiadas que:

I - solicitarem, formalmente, a sua exclusão da Federação, por decisão da instância de deliberação competente, desde que respeitadas às normas previstas em seus atos constitutivos;

II - atrasarem em 6 (seis) meses consecutivos o pagamento de sua mensalidade, sem motivo justificado.

§ 1º - A filiada excluída poderá ser refiliada, por decisão de maioria da Plenária Nacional Geral, mediante negociação da dívida vencida.

§ 2º - Para a entidade ser readmitida após a sua desfiliação deverá quitar integralmente o débito com a FASUBRA Sindical referente aos 06 (seis) meses.

## CAPÍTULO VI

### DOS CRITÉRIOS DE NEGOCIAÇÃO FINANCEIRA

**Artigo 14** - Os acordos serão elaborados obedecendo aos seguintes critérios:

I - Soma-se o total da dívida acumulada;

II - 10% (dez por cento) deste total, no mínimo, devem ser quitados, integralmente, no ato de assinatura do acordo;

III - O restante deve ser parcelado, em quantas vezes seja necessário, desde que cada parcela não seja inferior a meia mensalidade atual.

§ 1º - Deverá ser pago, mensalmente, além das parcelas do acordo, o pagamento normal da mensalidade estatutária - 5% (cinco por cento), conforme o parágrafo 1º do artigo 90.

§ 2º - Para a elaboração e assinatura do acordo é imprescindível apresentação de todas as folhas de arrecadação referentes ao (s) período (s) da dívida.

§ 3º - As Entidades reincidentes em dívida para com a FASUBRA Sindical, que não cumpriram o prazo de carência de um ano, entre a quitação de um acordo e a proposição de outro, poderão fazê-lo da seguinte forma:

I - Soma-se o total da dívida acumulada;

II - 20% (vinte por cento) deste total, no mínimo, devem ser quitados, integralmente, no ato de assinatura do novo acordo;

III - O restante deve ser parcelado, em quantas vezes seja necessário, desde que cada parcela não seja inferior a uma mensalidade atual.

§ 4º - Deverá ser pago, mensalmente, além das parcelas do acordo, o pagamento normal da mensalidade estatutária - 5% (cinco por cento), conforme o parágrafo 1º do artigo 90.

## CAPÍTULO VII

### DOS ORGANISMOS DE DECISÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

#### SEÇÃO I

##### DOS ORGANISMOS DE DECISÃO

**Artigo 15** - São organismos integrantes da estrutura da FASUBRA Sindical:

I - Congresso Nacional (CONFASUBRA);

II - Plenária Nacional Geral (PNG);

III - Plenária Nacional por Setor (PNS);

IV - Direção Nacional (DN);

V - Conselho Fiscal (CF).

## I - CONGRESSO NACIONAL

### DOS PODERES DO CONGRESSO NACIONAL

**Artigo 16** - O Congresso Nacional é a instância máxima de deliberação da FASUBRA Sindical.

§ 1º - O Congresso Nacional realizar-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) anos e extraordinariamente, desde que convocado por 2/3 (dois terços) da Plenária Nacional Geral.

§ 2º - O Congresso Nacional é soberano para deliberar sobre qualquer proposta desde que esteja incluído no temário do CONFASUBRA e ainda, não haja restrição estatutária para inclusão da mesma sem prévia divulgação.

§ 3º - O Congresso Nacional só poderá se instalar com a presença de delegações de no mínimo metade das entidades filiadas.

§ 4º - O Congresso Nacional não poderá deliberar sobre nenhuma questão que seja de competência interna das entidades filiadas, salvo as resoluções de caráter organizativo e administrativo da Federação.

**Artigo 17** – Compete ao CONFASUBRA:

I - Discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto constante da pauta aprovada no início de seus trabalhos;

II - Estabelecer as diretrizes para a execução dos objetivos previstos no artigo 3º;

III - Aprovar alterações no presente Estatuto e o Regimento das Eleições, bem como as respectivas deliberações;

IV - Avaliar a realidade da categoria e a situação política, econômica, social e cultural do país, definindo a linha de ação da Federação;

V - Deliberar quanto à filiação da FASUBRA Sindical a Confederações, Centrais Sindicais e Entidades Internacionais de objetivos e natureza semelhantes;

VI - Decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões da Plenária Nacional Geral e da Diretoria Executiva e/ou Colegiada;

VII - Delegar poderes para a Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical para discutir e deliberar sobre quaisquer temas de interesse da categoria, salvo os casos previstos nos incisos III, V e VI;

IX – Eleger a Direção Nacional da FASUBRA sindical, conforme normas estatutárias.

### DA COMPOSIÇÃO



# ESTATUTO

**Artigo 18** - Compõem o CONFASUBRA:

I - as delegações das entidades de base filiadas e das oposições reconhecidas pela FASUBRA Sindical;

II - os membros da Direção Nacional.

III - os membros do Conselho Fiscal.

**Parágrafo único:** Será permitida a participação de convidados e observadores sem direito a voto.

**Artigo 19** - Para efeito do presente Estatuto considera-se entidade de base toda entidade cujo estatuto a defina como sendo de caráter sindical de primeiro grau e que represente a categoria descrita no § 1º do artigo 1º deste Estatuto.

## DOS DELEGADOS

**Artigo 20** - Serão admitidos como delegados ao CONFASUBRA, com direito à voz e voto os trabalhadores eleitos em Assembléia Geral de suas entidades, segundo critério de representatividade de 10 (dez) presentes para cada delegado eleito e mais um para fração igual ou maior que 05 (cinco).

§ 1º - O número máximo de delegados por entidade será calculado segundo a proporção de 01 (um) delegado para cada 100 (cem) trabalhadores na base ou fração maior ou igual a 50 (cinquenta), estando compreendidos como trabalhadores todos os que se enquadram no conceito de categoria previsto no § 1º do artigo 1º, deste Estatuto.

§ 2º - Não serão considerados os trabalhadores docentes sócios dos sindicatos filiados à FASUBRA Sindical no cálculo do número máximo de delegados a que cada entidade filiada tem direito a eleger.

§ 3º - Junto com os delegados ao CONFASUBRA serão eleitos suplentes em número equivalente até a metade do número dos delegados escolhidos, respeitada a proporcionalidade dos votos obtidos em cada chapa.

§ 4º - Os suplentes somente serão credenciados na hipótese do não comparecimento ou desistência formal dos delegados eleitos, que deverá ser apresentada no ato do credenciamento, assegurando-se a proporcionalidade da composição estabelecida na escolha dos delegados.

§ 5º - É expressamente vedado o voto por procuração em qualquer instância deliberativa da FASUBRA Sindical.

**Artigo 21** - A escolha dos delegados será feita por chapas, assegurada a participação proporcional direta ao número de

votos obtidos por cada chapa concorrente e de acordo com os seguintes critérios:

§ 1º - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos às chapas concorrentes, ignorando-se para este fim os votos brancos e nulos.

§ 2º - Estabelecida a relação percentual entre as chapas que comporão a delegação, aplicar-se-á esta relação, respectivamente, ao número total de delegados e suplentes, estabelecido em conformidade com o artigo 20.

§ 3º - Por ocasião da escolha dos delegados nas entidades de base, a(s) chapa(s) concorrente(s) fará (ão), obrigatoriamente, a defesa de tese, tendo como ponto o temário do CONFASUBRA.

§ 4º - Cada chapa deverá ser composta por, no mínimo, 20% (vinte por cento) da delegação a que a base terá direito de eleger, conforme presenças registradas na Lista de Presença, observado o *caput* do artigo 20, e o número máximo a que cada entidade de base tem direito, como previsto no §1º do mesmo artigo.

§ 5º - A lista de presença, com numeração contínua, deverá ter assinatura legível e ser preenchida apenas por trabalhadores e empregados, conforme define o §1º do artigo 1º deste Estatuto.

§ 6º - A lista de presença deverá estar disponível e aberta no local da Assembléia Geral, conforme publicado no Edital, no máximo, 01(uma) hora, da primeira chamada e/ou antes do horário publicado, devendo ser recolhida e assinada pela mesa coordenadora dos trabalhos e pelos representantes das teses, no ato de início do processo de votação.

§ 7º - Não será permitida circulação da lista de presença fora do local de realização da Assembléia Geral.

§ 8º - A Comissão Organizadora disponibilizará modelo padrão de lista de presença e ata para eleição dos delegados ao CONFASUBRA.

§ 9º - A chapa, para ter direito a eleger delegado, deve fazer um mínimo de 10% (dez por cento) de votos válidos na eleição, se houver duas chapas e, 5% (cinco por cento) se houver mais de duas chapas.

**Artigo 22** - Os delegados ao CONFASUBRA serão eleitos em uma única Assembléia Geral, ressalvados os § 4º, 5º e 6º deste artigo, convocada, prioritariamente, para este fim, com a presença de Diretor da FASUBRA Sindical ou representante designado por tese.

§ 1º - As entidades de base deverão informar à Direção da FASUBRA Sindical, com antecedência mínima de 20 (vinte)

# ESTATUTO

dias, a data da realização das Assembléias Gerais, para que possa ser viabilizada a designação de seus representantes.

§ 2º - No caso de impossibilidade de comparecimento de Diretor da FASUBRA Sindical, a Assembléia Geral ocorre normalmente, desde que observado o §1º deste artigo.

§ 3º - É vedada a utilização da figura da Assembléia Geral itinerante ou permanente para a escolha de delegados (as) ao CONFASUBRA.

§ 4º - Para os Sindicatos que abrangem trabalhadores de mais de uma IES, os delegados poderão ser escolhidos nas Assembléias Gerais de cada uma destas Instituições, observando-se os critérios estabelecidos neste Estatuto.

§ 5º - No caso de seções sindicais, contemplando mais de uma IES, no mesmo município, de um mesmo sindicato, cada seção realizará sua assembléia.

§ 6º - Será garantida a escolha dos delegados nos Campi avançados ou unidades fora do município sede das IES da base do Sindicato, respeitada a proporcionalidade, de acordo com o tamanho da base sindical das respectivas Instituições.

§ 7º - Nos casos de instituições ou de campi avançados que tenham 10 ou mais Técnico-administrativos em educação, lotados naquele órgão, fica garantido 01 delegado, desde que, atinja o limite mínimo de 05 (cinco) presentes na assembléia.

Trabalhadores na Base	Mínimo de Presentes na AG	Número de Delegados
10 – 100	05	01
101 – 200	15	02
201 – 300	25	03

§ 8º - Os delegados dos campi localizados em outros municípios só poderão votar e ser votados no seu campus de lotação original, exceto quando for convocada uma única Assembléia Geral.

§ 9º - Sendo campus avançado no mesmo município, a Assembléia Geral será realizada em um mesmo local. Em municípios diferentes, será garantida a realização de Assembléias Gerais naquele campus localizado em outro município.

§ 10 - Durante as Assembléias Gerais e nas 24 (vinte e quatro) horas anteriores e posteriores à realização destas para eleição de delegados, a Entidade de Base e postulantes a delegados, em hipótese alguma, poderão realizar atos festivos como sorteios, bingos, posse de direção, ajuda de custos, pagamento de diárias, pagamentos jurídicos, confraternização, etc. Caso

isto ocorra a delegação ou a chapa que cometeu a irregularidade será impedida de se credenciar.

§ 11 - Nas entidades que tiverem representação multi-campi as Assembléias Gerais deverão ser realizadas em dias distintos.

**Artigo 23** – Os Editais de Convocação das Assembléias Gerais de escolha de delegados, onde deverão constar a pauta, o local, a data e o horário de realização, deverão ser divulgados amplamente nos instrumentos de divulgação da entidade.

§ 1º - No ato do pré-credenciamento deverão ser encaminhadas as cópias dos seguintes documentos:

I - O Estatuto da entidade (oficial, registrado no Cartório);

II - O Edital de Convocação da Assembléia Geral;

III - A Ata da Assembléia Geral;

IV - A Lista de Presença;

V - Documento oficial da IES, Fundação apensa ou Empresa, com número da base social (ativos, aposentados, pensionistas e terceirizados);

VI - Comprovação de regularidade da situação financeira junto a FASUBRA Sindical.

§ 2º - Todos os documentos e listas de presença, relacionados acima, deverão ser datados e encaminhados com timbre da entidade de base, em meio eletrônico, e o original apresentado no ato do credenciamento, excetuando-se o que determina o inciso V.

§ 3º - O não cumprimento do prazo previsto no *caput* deste artigo implicará no não credenciamento dos delegados.

§ 4º - Nos casos em que a IES se recusar a fornecer as devidas informações, o Sindicato deverá, no prazo estabelecido no Regimento do CONFASUBRA, comunicar à Comissão Organizadora do Congresso, que tomará as providências necessárias.

**Artigo 24** - Para efeitos de levantamento do número máximo de delegados a que cada entidade de base filiada tem direito a eleger, respeitados os demais dispositivos deste Estatuto e o Estatuto da entidade, a Direção Nacional da FASUBRA Sindical expedirá para todas as entidades filiadas documento solicitando atualização cadastral que deverá conter, no mínimo, solicitação de informações quanto ao número de trabalhadores da ativa, aposentados, pensionistas, das fundações apensas e demais setores que componham a base social do sindicato garantida em seu estatuto.

**Parágrafo único** - Todas as entidades de base filiadas estão obrigadas a fornecer estas informações.

**Artigo 25** - Os membros integrantes da Direção Nacional que não saírem como delegados eleitos na Assembleia Geral de sua respectiva Entidade de Base terão direito de participar da Comissão Diretora do CONFASUBRA, gozando apenas do direito à voz nos Grupos de Trabalho e Plenárias.

**Artigo 26** - Cada entidade terá direito de credenciar observadores até o máximo de 5% (cinco por cento) do número de seus respectivos delegados eleitos para o CONFASUBRA.

## DAS NORMAS GERAIS E DAS TESES

**Artigo 27** - O Regimento Interno do CONFASUBRA, aprovado pela Plenária Nacional Geral da Federação e referendado pela Plenária de Abertura do Congresso, estabelecerá:

I - número máximo de membros de cada delegação dos Sindicatos;

II - o valor da taxa de inscrição dos participantes;

III - os membros com direito a voto, os observadores e os convidados;

IV - as demais formas de funcionamento e participação no Congresso.

**Artigo 28** - As normas gerais, o Regimento Interno, o temário e as demais orientações e determinações para a realização do CONFASUBRA serão elaboradas pela Comissão Organizadora, submetidos à aprovação prévia da Plenária Nacional Geral da Federação e referendados de forma definitiva na Plenária de abertura do Congresso.

§ 1º - A Comissão Organizadora do CONFASUBRA será composta por representantes da Direção Nacional, na proporção das chapas que a integram e, no máximo 05 (cinco) representantes da entidade que sediará o evento quando for caso.

§ 2º - A aprovação a que se refere o *caput* deste artigo, assim como a sua divulgação entre as filiadas deverão acontecer 60 (sessenta) dias antes da Plenária de Abertura do CONFASUBRA.

§ 3º - O temário do CONFASUBRA deverá ser definido e apresentado até 120 (cento e vinte) dias antes de sua realização.

§ 4º - A data e o local do CONFASUBRA serão definidos pela Plenária Nacional Geral.

§ 5º - A Comissão Organizadora do CONFASUBRA - divulgará a proposta de Regimento Interno 60 (sessenta) dias antes da

Plenária de abertura e o número de delegados de cada Sindicato.

**Artigo 29** - As normas e procedimentos para a realização de um Congresso Nacional Extraordinário deverão ser regulamentados no Regimento Interno da FASUBRA Sindical.

## DAS TESES

**Artigo 30** - As teses do CONFASUBRA terão abrangência nacional, podendo dispor sobre aspectos relevantes em nível local, estadual e internacional.

§ 1º - A regulamentação necessária à inscrição de tese deverá constar do Regimento Interno do Congresso Nacional.

§ 2º - A Direção Nacional deverá fazer circular entre as filiadas as teses encaminhadas à Federação, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes da Assembleia Geral de escolha de delegados.

§ 3º - A Direção Nacional deverá fazer circular entre as filiadas, as resoluções do congresso impreterivelmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do término do Congresso Nacional.

## DO CREDENCIAMENTO

**Artigo 31** - O credenciamento ao CONFASUBRA será feito através de cada delegado participante, em fichas apropriadas fornecidas pela Comissão Organizadora do Congresso, devendo o mesmo se identificar no ato do credenciamento, apresentando documento de identificação oficial com foto.

§ 1º - Para a efetivação do credenciamento é obrigatória a apresentação, pelas Entidades de Base, dos originais dos documentos listados nos incisos: I, II, III, IV, V e VI, do § 1º do artigo 23.

§ 2º - No ato do credenciamento, caso ocorra substituição de delegado titular, a entidade deverá informar por escrito a comissão organizadora do CONFASUBRA.

§ 3º - Não será aceito o credenciamento de delegado cujo nome não conste registrado na ata e listagem de presença da Assembleia Geral convocada para escolha dos delegados ao CONFASUBRA, salvo justificativa expressa em resolução da Assembleia Geral.

§ 4º - Findo o prazo para o encerramento do credenciamento dos delegados e dos suplentes de delegados, não será aceita,

em nenhuma hipótese, a substituição de qualquer dos credenciados.

§ 5º - No ato do credenciamento dos delegados será fornecido pela Comissão Organizadora um cartão de votação, nominalmente identificado e intransferível.

§ 6º - Em nenhuma hipótese será fornecido mais de um cartão de votação por delegado nem outra via do mesmo.

§ 7º - No ato do credenciamento dos delegados, as entidades deverão saldar integralmente suas taxas de participação no CONFASUBRA em espécie ou através de transferência bancária.

§ 8º - Para fins de cobertura de despesas de pronto pagamento, necessárias à organização do CONFASUBRA, 30% (trinta por cento) do valor da inscrição do total dos (as) delegados (as) de cada entidade deverão, obrigatoriamente, ser depositados antes da realização do CONFASUBRA, em conta corrente a ser informada pela Comissão Organizadora. Os outros 70% (setenta por cento) deverão ser efetuados até o ato do credenciamento.

§ 9º - Outras formas de pagamento ou acréscimo no valor do credenciamento dos delegados serão regulamentadas pelo Regimento Interno do CONFASUBRA.

§ 10 - Toda e qualquer despesa oriunda da realização do CONFASUBRA, incluindo-se o deslocamento dos delegados de sua origem até o local de realização do Congresso, será rateada entre as Entidades de Base participantes, considerando o número de delegados presente no evento, levando-se em conta o custo médio por delegado.

§ 11 - As entidades, que optarem por fazer o pagamento, no ato de credenciamento, deverão fazê-lo em espécie. Não serão aceitos cheques.

§ 12 - As entidades em débito com a FASUBRA deverão regularizar sua situação financeira ou fazer acordos de regularização até 30 (trinta) dias antes da Plenária de Abertura do CONFASUBRA.

## II - PLENÁRIA NACIONAL GERAL DA FASUBRA SINDICAL DA CONSTITUIÇÃO

**Artigo 32** - A Plenária Nacional Geral (PNG), órgão máximo de deliberação entre um Congresso e outro, será constituída por delegados dos Sindicatos filiados, eleitos em conformidade com os seus Estatutos, respeitada a representação proporcional de suas Seções Sindicais e, ainda, por um representante da Direção do Sindicato, referendado pelas Assembléias Gerais de Base.

**Artigo 33** - As delegações dos Sindicatos serão compostas por representantes diretos da base da categoria e por membros da Coordenação e/ou Direção das Entidades Filiadas, referendado pelas Assembléias de Base, de acordo com a seguinte tabela relativa às respectivas seções sindicais:

Número de Trabalhadores Base	de Delegados de Base	Delegados de Direção
Até 500	01	01
501 a 1500	02	01
1501 a 3000	03	01
3001 a 5000	04	01
5001 a 7500	05	01
7501 a 10500	06	01
Acima de 10500	07	01

§ 1º - É obrigatória a realização de Assembléia Geral antecedendo a respectiva Plenária Nacional Geral para que seja aceito o credenciamento de delegados, inclusive para inscrição dos delegados representantes das Diretorias das Entidades de Base.

§ 2º - A escolha dos delegados de base para a Plenária Nacional Geral, no caso de apresentação de mais de uma chapa, obedecerá ao critério da proporcionalidade entre as chapas concorrentes, de acordo com os seguintes critérios:

I - quando houver 2 (duas) chapas só participam as que obtiverem no mínimo 10 % (dez por cento) dos votos válidos;

II - quando houver mais de 2 (duas) chapas só participam as que obtiverem pelo menos 5% (cinco por cento) dos votos válidos.

§ 3º - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos a qualquer uma das chapas concorrentes.

§ 4º - A proporção dos delegados de base de cada chapa concorrente será estabelecida tendo em conta o número total de presentes na Assembléia Geral e o número de votos válidos obtidos por cada chapa concorrente, observado o quorum mínimo para escolha de 1(um) delegado para cada 10 (dez) presentes na Assembléia Geral, ou fração igual ou superior a 5 (cinco).



§ 5º - Os delegados das Diretorias das entidades filiadas só terão direito a voto nas Plenárias da Federação, se sua indicação for referendada na Assembléia Geral convocada, antecedendo à realização da Plenária e, em caso de haver mais de um candidato para a vaga de diretoria, caberá à Assembléia Geral escolhê-lo.

§ 6º - No caso de sindicatos com base estadual, será respeitada a indicação de delegado, considerando a representação proporcional ao tamanho de sua base, obedecido o disposto neste artigo, devendo-se garantir a participação das IES que compõem a base desta entidade, obedecendo ao estatuto de cada entidade.

## DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

**Artigo 34** - Compete à Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical:

I - Reunir-se ordinariamente, no mínimo, a cada seis meses, para as atividades da Direção Nacional, para a implementação das resoluções do CONFASUBRA e das demais tarefas a ela destinadas no período;

II - Fixar as contribuições financeiras das entidades filiadas, de caráter extraordinário;

III - Deliberar sobre assuntos sindicais, jurídicos e administrativos da Federação;

IV - Deliberar sobre adesão a Greve Nacional e qualquer outro movimento paredista;

V - Deliberar, desde que com a aprovação 2/3 (dois terços) dos presentes, sobre a forma de utilização do patrimônio e alienação de bens móveis e imóveis;

VI - Aprovar filiação de novas entidades;

VII - Apreciar o parecer da Comissão de Sindicância e deliberar sobre as medidas cabíveis;

VIII - Decidir outros assuntos de interesse da categoria;

IX - Discutir e aprovar *ad-referendum* do Congresso Nacional a previsão orçamentária e o relatório anual da Direção Nacional, bem como as despesas extraordinárias e qualquer alteração patrimonial, após parecer do Conselho Fiscal;

X - Aprovar o Regimento Interno da Federação bem como do Conselho Fiscal.

**Artigo 35** - Na convocação da Plenária Nacional Geral deverá constar obrigatoriamente:

I - data, horário e local;

II - pauta;

III - direitos de participação;

IV - demais questões de funcionamento da Plenária.

**Artigo 36** - A pauta da Plenária Nacional Geral será discutida e aprovada nos inícios dos trabalhos.

I - A mesa diretora só será instalada na hora marcada para início da Plenária Nacional Geral, com a presença mínima de metade mais um das entidades filiadas;

II - Não se verificando quórum da primeira chamada, a Plenária Nacional Geral será instalada, trinta minutos depois com qualquer número presente;

III - No caso de realização de Plenária Nacional Geral, com quórum inferior a 50% das entidades filiadas os encaminhamentos serão de caráter indicativo;

IV - As deliberações serão tomadas por maioria simples, através de voto aberto, salvo quando o estatuto dispuser ao contrário.

**Artigo 37** - A Plenária Nacional Geral reunir-se-á extraordinariamente quando:

I - convocada pela Direção Nacional;

II - solicitado por 1/3 (um terço) das entidades filiadas, deliberado em suas instâncias.

§ 1º - Os critérios de participação, instalação e deliberação serão os mesmos da Plenária Nacional Ordinária.

§ 2º - No caso do inciso II, a convocação será feita pela Direção Nacional dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da entrega da solicitação formal.

## III - PLENÁRIA NACIONAL POR SETOR

### DA CONSTITUIÇÃO

**Artigo 38** - A Plenária Nacional por Setor (PNS), instância de deliberação do setor, inferior apenas à Plenária Nacional Geral e ao CONFASUBRA, será constituída por delegados dos Sindicatos do setor, eleitos em Assembléia Geral que discutirá a pauta da Plenária Nacional por Setor.

**Parágrafo Único** - Os critérios de participação, instalação e deliberação serão os mesmos da Plenária Nacional Geral.

# ESTATUTO

**Artigo 39** – Para fins deste Estatuto e do funcionamento da FASUBRA Sindical, ficam definidos 3 (três) Setores de atuação, assim descritos:

**I** - SETOR DAS FEDERAIS, composto pelos Sindicatos, cuja base de atuação sejam as IES Federais;

**II** - SETOR DAS ESTADUAIS, composto pelos Sindicatos, cuja base de atuação sejam as IES Estaduais;

**III** - SETOR DAS MUNICIPAIS, composto pelos Sindicatos, cuja base de atuação sejam as IES Municipais.

## DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

**Artigo 40** - Compete à Plenária Nacional por Setor da FASUBRA Sindical:

**I** - reunir-se ordinariamente a cada quadrimestre, para avaliar o encaminhamento das questões pertinentes ao setor e projetar a ação para o período seguinte;

**II** - decidir, ressalvado o disposto neste Estatuto, de forma soberana qualquer questão pertinente apenas ao setor reunido;

**III** - discutir e decidir indicativamente os temas pertinentes a toda base da Federação;

**IV** - Aplicar penalidades as entidades filiadas;

**V** - Eleger e designar Comissão de Sindicância;

**VI** - Deliberar sobre a deflagração de greve e qualquer outro movimento paredista.

### IV - DIREÇÃO NACIONAL

**Artigo 41** - A Direção Nacional (DN) da FASUBRA Sindical é o órgão executivo que, de forma colegiada, dá cumprimento às deliberações das demais instâncias da Federação e das demais funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto.

**Artigo 42** – As deliberações da Direção Nacional serão tomadas pela maioria simples de seus membros.

**Parágrafo único** – Para efeito de deliberação será exigido um quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos integrantes da Direção Nacional.

**Artigo 43** - A Direção Nacional será composta por 25 (vinte e cinco) membros titulares e 25 (vinte e cinco) membros suplentes

**§ 1º** - O quantitativo de membros suplentes de cada chapa será igual ao número de seus respectivos titulares, obedecendo ao princípio da proporcionalidade.

**§ 2º** - A Direção Nacional se reunirá bimensalmente, de forma ordinária, ou extraordinariamente a qualquer momento, desde que convocada pela Coordenação Geral, ou por 1/3 (um terço) de seus membros.

**§ 3º** - Aos membros da Direção Nacional cabe a responsabilidade pelo encaminhamento de todas as deliberações das instâncias da Federação.

**§ 4º** - Os membros suplentes substituirão os titulares nas suas faltas e impedimentos, nas hipóteses e situações previstas nos artigos 63 e 64 e seus incisos, respectivamente, observados os critérios estabelecidos no artigo 65 e seus incisos.

**Artigo 44** - A Direção Nacional é composta por 12 (doze) Coordenações, com 25 (vinte e cinco) membros titulares e 25 (vinte e cinco) suplentes, assim definidas:

**I** - Coordenação Geral – 03 (três) membros;

**II** - Coordenação de Administração e Finanças, 02 (dois) membros;

**III** - Coordenação de Educação, 02 (dois) membros;

**IV** - Coordenação de Formação e Comunicação Sindical, 02 (dois) membros;

**V** - Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentaria, 02 (dois) membros;

**VI** - Coordenação de Organização Sindical, 02 (dois) membros;

**VII** - Coordenação de Políticas Sociais e Gênero, 02 (dois) membros;

**VIII** - Coordenação da Mulher Trabalhadora, 02 (dois) membros;

**IX** - Coordenação de Raça e Etnia, 02 (dois) membros;

**X** - Coordenação de Seguridade Social, 02 (dois) membros;

**XI** - Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho, 02 (dois) membros;

**XII** - Coordenação das Estaduais e Municipais, 02 (dois) membros.

**§ 1º** - A Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria deverá ser exercida preferencialmente por trabalhador aposentado.

**§ 2º** - A Coordenação das Estaduais e Municipais deverá ser exercida preferencialmente por trabalhador das IES Estaduais e/ou Municipais.

## DA COMPETÊNCIA

# ESTATUTO

**Artigo 45** - Compete coletivamente à Direção Nacional da FASUBRA Sindical:

**I** - Dirigir e administrar a FASUBRA Sindical, inclusive em períodos de greve da categoria, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto e o Regimento Interno, buscando por em prática decisões aprovadas nas instâncias superiores da Federação;

**II** - Apresentar Planejamento Anual de Trabalho;

**III** - Elaborar anualmente a previsão orçamentária do exercício seguinte;

**IV** - Aprovar despesas extraordinárias por maioria simples dos diretores, respeitadas aquelas competências ou quorum diversos previstos neste Estatuto;

**V** - Analisar e encaminhar para aprovação pela Plenária Nacional Geral os pedidos de filiação de novas entidades;

**VI** - Aplicar as sanções disciplinares decididas na forma do Estatuto e do Regimento Interno;

**VII** - Submeter à Plenária, de acordo com a legislação contábil, o parecer prévio do Conselho Fiscal o Balanço Financeiro do exercício anterior, elaborado por contador legalmente habilitado;

**VIII** - Administrar o patrimônio e o quadro de pessoal da FASUBRA Sindical;

**IX** - Executar a gestão financeira e patrimonial da FASUBRA Sindical;

**X** - Constituir comissões, grupos de trabalho, assessorias, de acordo com as atribuições e necessidades da Direção Nacional, definindo seus membros e atribuições;

**XI** - Representar a entidade em qualquer Juízo ou Tribunal, podendo, para tanto, constituir procuradores;

**XII** - Convocar Plenária Nacional Geral e Plenária Nacional por Setor Ordinária e Extraordinária;

**XIII** - Convocar o Conselho Fiscal no caso de não haver auto-convocação;

**XIV** - Convocar os Congressos Ordinários e Extraordinários FASUBRA Sindical;

**XV** - Implementar, por meio de providências concretas, os planos, programas e projetos definidos pela Plenária e Congresso, bem como dar execução às diretrizes e deliberações da Diretoria;

**XVI** - Defender os interesses dos filiados, coletiva ou individualmente, frente aos poderes públicos, autoridades constituídas e a administração universitária;

**XVII** - Representar a FASUBRA Sindical perante as autoridades administrativas e judiciais, no estabelecimento de negociações coletivas e dissídios, podendo delegar poderes;

**XVIII** - Dirigir, em conjunto com o comando de greve, a greve nacional;

**XIX** - Empreender iniciativas de informação e conscientização da categoria, que tenham por objetivo o conhecimento dos direitos e garantias fundamentais e a elevação do grau de exercício da cidadania pelos trabalhadores;

**XX** - Acompanhar iniciativas populares de interesse da categoria;

**XXI** - Propor medidas que visem à melhoria financeira da entidade sindical;

**XXII** - Promover o intercâmbio e a troca de informações com outras entidades sindicais e afins, tanto em nível nacional quanto internacional, com as lutas dos trabalhadores;

**XXIII** - Acompanhar e efetuar estudos permanentes sobre a evolução do movimento sindical nacional e internacional;

**XXIV** - Promover a integração com os demais sindicatos;

**XXV** - Concorrer para a formação político-sindical das filiadas;

**XXVI** - Estimular entre os trabalhadores das IES a busca consciente de sua cidadania, bem como seu papel de trabalhadores do Serviço Público;

**XXVII** - Promover o assessoramento à Plenária e ao Congresso, através da elaboração e apresentação sistemática de análise de conjuntura.

## DAS COORDENAÇÕES E SUAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

**Artigo 46** - São atribuições da Coordenação Geral:

**I** - Coordenar as atividades gerais da FASUBRA Sindical;

**II** - Coordenar a abertura dos Congressos, Plenárias, reuniões da Diretoria Executiva e outros eventos promovidos pela Federação;

**III** - Promover o intercâmbio e a troca de informações com outras entidades sindicais;

**IV** - Dar encaminhamento às deliberações das instâncias da FASUBRA sindical;

**V** - Representar a FASUBRA Sindical perante as autoridades judiciárias e administrativas, entre outras, podendo delegar poderes;

# ESTATUTO

**VI** - Acompanhar os trabalhos de geração de leis e normas relativas à categoria;

**VII** - Garantir assessoria jurídica necessária às negociações da categoria;

**VIII** - Ordenar, em conjunto com a Coordenação de Administração e Finanças, as despesas autorizadas pela Direção Nacional e pelas instâncias superiores da FASUBRA Sindical;

**IX** - Por delegação da Direção Nacional, assinar títulos, cheques, duplicatas, promissórias, contratos, convênios, documentos da tesouraria e outros documentos contábeis, em conjunto com a Coordenação de Administração e Finanças, bem como todo e qualquer contrato que implique em responsabilidades e obrigações para a entidade;

**X** - Assinar as convocatórias de reuniões, Plenárias e Congressos;

**XI** - Convocar e coordenar os trabalhos das reuniões da Direção, das Plenárias, podendo delegar competências;

**XII** - Assinar contratos, convênios ou quaisquer outros atos e recebimentos de domínio, posse, direitos, prestações e ações de todas as naturezas legais, aprovadas pela Direção Nacional;

**XIII** - Alienar, após decisão da Plenária Nacional, bens da Federação, para atingir seus objetivos.

**Artigo 47** - São atribuições da Coordenação de Administração e Finanças:

**I** - Elaborar o plano orçamentário anual;

**II** - Assinar títulos, cheques, duplicatas, promissórias, contratos, convênios, documentos da tesouraria e outros documentos contábeis, em conjunto com a Coordenação Geral, bem como todo e qualquer contrato que implique em responsabilidades e obrigações da entidade;

**III** - Ser responsável pelos recebimentos das receitas, assim como, dos pagamentos das despesas, autorizadas pela Direção Nacional e pelas instâncias superiores da FASUBRA Sindical, efetuando os registros de acordo com a legislação contábil;

**IV** - Rubricar os livros contábeis e similares da FASUBRA Sindical e guardar sob sua responsabilidade os valores e títulos a ele pertencentes, bem como toda a documentação contábil, garantindo o acesso cotidiano das afiliadas aos mesmos;

**V** - Receber, dar quitação, elaborar e encaminhar mensalmente o demonstrativo semestral, o balancete patrimonial, demonstrativo de resultado (receitas + despesas) e notas explicativas da Direção Nacional sobre fatos que esta julgar relevantes para apreciação do Conselho Fiscal;

**VI** - Apresentar trimestralmente à Direção Nacional e ao Conselho Fiscal os balancetes da federação e, anualmente, o balanço geral à Plenária Nacional e Congresso Nacional;

**VII** - Elaborar a prestação de contas, quando do término do mandato;

**VIII** - Superintender o trabalho administrativo da FASUBRA Sindical, devendo propor medidas estruturais e gerenciais pertinentes ao bom atendimento das filiadas;

**IX** - Acompanhar o credenciamento de delegados as Plenárias;

**XI** - Acompanhar juntamente com a Gerência e observância e cumprimento das Normas Administrativas, zelando pelos recursos materiais e imateriais da Federação.

**Artigo 48** – São atribuições da Coordenação de Educação:

**I** - Elaborar programas de formação política para a categoria devendo os mesmos ser aprovados pela Direção Nacional da Federação;

**II** - Coordenar e/ou elaborar textos e outras publicações, que visem à formação da categoria, devendo os mesmos ter o aval da Diretoria Executiva da Federação;

**III** - Propor à Direção Nacional convênios com entidades de apoio a sua área de atuação;

**IV** - Documentar e analisar a experiência de luta e organização da FASUBRA Sindical garantindo a constituição de sua memória histórica;

**V** - Elaborar políticas e projetos sobre a educação em geral, e a Universidade em particular, submetendo-os para decisão das instâncias que lhe sejam superiores;

**VI** - Desenvolver, no âmbito da Federação, projetos e pesquisas que visem à adoção de pedagogias engajadas na causa das trabalhadoras e trabalhadores que resultem na superação das debilidades acadêmicas da categoria;

**VII** - Acompanhar e orientar as lutas vinculadas à educação brasileira, incluindo nestas o permanente acompanhamento, nacional e do suporte orçamentário da educação pública brasileira e, em especial das Universidades, buscando participar de todos os fóruns onde a temática for debatida;

**VIII** - Criar e administrar o funcionamento da biblioteca da FASUBRA Sindical, em consonância com as coordenações que dela demandem;

**IX** - Coordenar o Grupo de Trabalho de Educação da Federação, mantendo atualizado o cadastro de participantes, bem como de todos os eventos inerentes à coordenação de educação;



**X** - Manter cadastro atualizado dos participantes do Grupo de Trabalho;

**XI** - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de assuntos referentes à educação;

**XII** - Estabelecer convênios e protocolos de colaboração com outras entidades ou instituições, visando à integração entre trabalhadoras e trabalhadores em geral, e da categoria em particular;

**XIII** - Programar cursos, palestras, seminários, debates e outros eventos visando à conscientização política da categoria;

**XIV** - Elaborar textos e outras publicações visando à informação e discussão de temas sindicais e conjunturais;

**XV** - Trabalhar, em conjunto com a Coordenação de Seguridade Social os assuntos de interface dos Hospitais Universitários.

**Artigo 49** - São atribuições da Coordenação de Formação e Comunicação Sindical:

**I** - Elaborar um Plano de Comunicação para a FASUBRA Sindical, tendo em vista os objetivos e metas da Entidade;

**II** - Definir estratégias de comunicação para a FASUBRA Sindical, visando atingir seus diferentes públicos alvo (interno e externo);

**III** - Desenvolver o Plano de Comunicação da FASUBRA Sindical, através de ações e estratégias diversificadas;

**IV** - Divulgar todas as resoluções das instâncias deliberativas e da Direção Nacional, assim como auxiliar as Entidades de Base;

**V** - Zelar pela busca e divulgação de informações entre a FASUBRA Sindical, a categoria e o conjunto da sociedade;

**VI** - Desenvolver campanhas publicitárias definidas pela Direção Nacional ou instâncias superiores, desde que haja recursos financeiros para tal;

**VII** - Propor, permanentemente, alternativas de divulgação e publicidade da FASUBRA Sindical, melhorando a sua qualidade e democratizando cada vez mais o acesso à informação;

**VIII** - Desenvolver e aplicar outras formas de comunicação sindical, regulares ou não, desde que aprovadas pela Direção Nacional ou instâncias superiores;

**IX** - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar no âmbito da coordenação;

**X** - Propor e desenvolver ações de formação sindical trabalhando articulada com as demais coordenações.

**Parágrafo único** - A formação prevista no *caput* diz respeito à formação sindical, que tem como premissa elevar o grau de consciência da categoria no que tange à visão da política sindical estratégica da Federação.

**Artigo 50** – São atribuições da Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria:

**I** - planejar e implementar a política atinente à Coordenação, visando o resgate, a manutenção e a ampliação de direitos dos aposentados e pensionistas das Instituições Públicas de Ensino Superior;

**II** - articular com os Coordenadores de Aposentados das Entidades de Base com vistas a compartilhar responsabilidade na consecução das ações e na implementação da política de integração dos aposentados e pensionistas;

**III** - promover seminários, debates, oficinas, cursos e outros eventos políticos que envolvam temas de interesse dos aposentados e pensionistas;

**IV** - interagir com a Coordenação de Seguridade Social na promoção de eventos que abordem temas afins de interesse dos aposentados e pensionistas;

**V** - interagir com a Coordenação de Formação e Comunicação e com as Assessorias de Imprensa e de Informática da Federação para divulgação dos eventos promovidos pela Federação relativos à sua área de atuação;

**VI** - acompanhar, juntamente com a Assessoria Jurídica da Federação, as alterações ou possibilidades de alteração da legislação, que modifiquem ou venham a modificar as disposições legais sobre a Previdência Social e outras legislações que tratem de matéria do interesse dos aposentados e pensionistas;

**VII** - promover atividades que criem condições de participação dos aposentados na vida político-social da FASUBRA Sindical;

**VIII** - desenvolver, junto com as entidades filiadas, atividades que dizem respeito aos interesses dos aposentados e pensionistas, de forma integrada com o conjunto das lutas dos trabalhadores;

**IX** - coordenar projetos que tenham como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos aposentados e pensionistas;

**X** - buscar o estabelecimento de relações políticas com outras entidades dos aposentados, buscando sempre a defesa da Previdência Social Pública, sob controle dos trabalhadores;

**XI** - representar a FASUBRA Sindical junto a outras entidades sindicais, organizações e instituições quando se tratar de matéria no âmbito da coordenação;

**XIX** - Orientar as Entidades de Base a propor projetos de preparação para aposentadoria.

**Artigo 51** – São atribuições da Coordenação de Organização Sindical:

**I** - Elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de política sindical em seu âmbito;

**II** - Coordenar a aplicação da política de organização sindical em seu âmbito;

**III** - Promover relações e intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação com entidades sindicais de outros países;

**IV** - Implementar a política sindical em articulação com as entidades filiadas;

**V** - Proceder o assessoramento à Direção Nacional na discussão de linhas de trabalhos e desenvolver as áreas de atuação da Coordenação;

**VI** - Planejar, executar e avaliar as atividades estruturadas de educação sindical, como cursos, seminários, encontros;

**VII** - Ter um quadro atualizado de entidades filiadas à FASUBRA Sindical observar as dificuldades das mesmas e auxiliá-las, no que concerne a sua área de atuação;

**VIII** - Orientar e acompanhar a tramitação dos pedidos de registros sindicais das afiliadas junto ao Ministério de Trabalho e Emprego;

**IX** - Diligenciar pela sindicalização e participação das entidades;

**X** - Acompanhar e assessorar a atividade e a organização das entidades sindicais e outras organizações sindicais de base em seu respectivo ramo de atividade;

**XI** - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar no âmbito da coordenação.

**Artigo 52** - São atribuições da Coordenação de Políticas Sociais e Gênero:

**I** - Planejar e implementar a política social da FASUBRA Sindical;

**II** - Planejar e administrar os eventos e convênios vinculados às ações sociais na FASUBRA Sindical;

**III** - Buscar convênios e protocolos de colaboração com outras entidades ou instituições, visando à integração social dos trabalhadores em geral, e da categoria em particular;

**IV** - Elaborar estudos e seminários sobre as situações de setores minoritários e discriminados dentro da sociedade e

tentar promover a sua melhor integração no trabalho e no campo sindical;

**V** - Combater os preconceitos e discriminações nas relações de trabalho e humanas entre homens e mulheres;

**VI** - Propor ações de formação de combate a todas as formas de preconceito e, em especial, homofobia;

**VII** - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de eventos sociais;

**VIII** - Promover e organizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

**IX** - Articular a integração dos membros da categoria aos movimentos dos portadores de deficiências.

**Artigo 53** – São atribuições da Coordenação de Raça e Etnia:

**I** - Promover a política da Federação sobre a questão do negro, do índio e das demais etnias minoritária, buscando superar as discriminações em função de raça, condição física e cor;

**II** - Articular a integração dos membros da categoria aos movimentos do negro e do índio das demais etnias minoritária e organizados no País e nos Estados;

**III** - Organizar e promover cursos, seminários, encontros e palestras que versem sobre as questões de raça e etnia;

**IV** - Divulgar para toda a categoria documentos referentes à raça e etnia;

**V** - Estabelecer e manter intercâmbio com outras entidades sindicais, do movimento negro e sociais que discutam esses temas;

**VI** - Estabelecer políticas com outras entidades que trabalhem no campo da organização e superação da opressão da cor, raça e condição física;

**VII** - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de eventos no âmbito da coordenação.

**Artigo 54** – São atribuições da Coordenação das Estaduais e Municipais:

**I** - Manter permanente contato com as Entidades Estaduais e Municipais, visando à circulação de informações e orientações necessárias ao desenvolvimento das atividades da FASUBRA Sindical;

**II** - Identificar necessidades e prioridades dos Sindicatos das Instituições Públicas Estaduais e Municipais de Ensino Superior;

**III** - Elaborar uma proposta de Plano de Políticas da Federação para as Entidades sindicais de trabalhadores técnico-

administrativos das Instituições Públicas Estaduais e Municipais filiadas a FASUBRA Sindical;

**IV** - Definir estratégias de atuação junto às Entidades Estaduais e Municipais filiadas a FASUBRA Sindical;

**V** - Promover o intercâmbio com as Entidades Estaduais e Municipais para desenvolvimento de estudos e projetos nas diversas áreas;

**VI** - Coordenar a elaboração de estudos, cartilhas, documentos e publicações nas áreas de interesse das entidades Estaduais e Municipais;

**VII** - Promover estudos e desenvolver ações e projetos para que sejam efetivados pela Entidade e pela Instituição que assegure a autonomia, a democracia e a valorização do trabalhador técnico-administrativo;

**VIII** - Organizar e promover cursos, seminários, encontros e palestras que versem sobre as questões de interesse das entidades estaduais e municipais;

**IX** - Representar a FASUBRA Sindical junto às entidades sindicais, Instituições e Governos.

**Artigo 55** - São atribuições da Coordenação da Mulher Trabalhadora:

**I** - Atuar em todos os ambientes pela efetiva emancipação da mulher na sociedade Brasileira;

**II** - Elaborar e cuidar da execução do plano de ação da FASUBRA Sindical para a mulher trabalhadora;

**III** - Manter permanente e efetiva integração com organismos, sindicais ou não, onde a luta e a defesa dos interesses da mulher estejam presentes;

**IV** - Elaborar estudos e projetos de sua área, organizar a documentação e transmitir as informações da Coordenação aos demais membros da Direção Nacional;

**V** - Promover a política da Federação sobre a questão da mulher, buscando superar as discriminações sexistas;

**VI** - Organizar e promover cursos, seminários, encontros e palestras que versem sobre as questões da mulher;

**VII** - Estabelecer e manter intercâmbio com outras entidades sindicais do movimento de mulheres que discutam esses temas;

**VIII** - Estabelecer políticas com outras entidades que trabalhem no campo da organização e superação da opressão a mulher;

**IX** - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar no âmbito da coordenação;

**X** - Propor ações na luta contra a discriminação à mulher no movimento sindical;

**XI** - Propor ações para maior inserção da mulher no movimento sindical.

**Artigo 56** – São atribuições da Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho:

**I** - Acompanhar e assessorar juridicamente a FASUBRA Sindical quanto à legislação e suas modificações, que digam respeito aos interesses da categoria e da entidade;

**II** - Estruturar e manter sob sua supervisão a Assessoria Jurídica da FASUBRA Sindical, para assessorar e acompanhar processos e medidas administrativas e/ou judiciais, ou intersindicais do interesse da categoria;

**III** - Acompanhar o andamento das ações judiciais e processos administrativos, inclusive comparecendo às eventuais audiências;

**IV** - Manter vigilância quanto às políticas públicas e legislação ordinária, elaborando propostas, de interesse da categoria a serem submetidas à Direção Nacional, à Plenária e ao Congresso Nacional da FASUBRA Sindical;

**V** - Elaborar estudos, pesquisas e documentação na área trabalhista e de relações funcionais;

**VI** - Acompanhar a discussão de projetos de lei no Congresso Nacional, quando tratar de matéria de interesse da categoria;

**VII** - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de eventos em sua área de atuação;

**VIII** - Propor e desenvolver políticas para setores referentes aos trabalhadores de empresas públicas, fundacionais e terceirizados.

**Artigo 57** - São atribuições da Coordenação de Seguridade Social:

**I** - Coordenar a elaboração de estudos, cartilhas, documentos e publicações relacionadas à área;

**II** - Subsidiar a Direção Nacional e as Entidades de Base com estudos e propostas sobre a matéria;

**III** - Planejar e promover ou participar de eventos e atividades que divulguem as propostas da FASUBRA Sindical sobre a Seguridade Social, bem como suas linhas de defesa;

**IV** - Promover seminários sobre política de saúde, trabalho e seguridade, elaborada e executada pelos governos federal, estadual e municipal, procurando construir projetos alternativos de interesse da classe trabalhadora;

**V** - Manter-se articulada com as demais entidades da sociedade civil envolvidas com a questão da saúde, trabalho e seguridade social;

**VI** - Defender uma política de Previdência Social pública e um sistema de saúde gratuito, igualitário em todos os níveis, que atenda às necessidades populares, lutando pela democratização desse sistema e preservando o seu patrimônio;

**VII** - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de eventos sociais;

**VIII** - Organizar Encontros Regionais semestrais ou emergenciais para debater e avaliar a situação dos Hospitais Universitários.

## DO MANDATO, ELEIÇÃO E POSSE

**Artigo 58** - O mandato da Direção Nacional (DN) será de 02 (dois) anos, com direito a uma reeleição.

**Artigo 59** - Os membros da Direção Nacional serão eleitos no CONFASUBRA, obedecendo às exigências estabelecidas no presente Estatuto e no Regimento Interno da FASUBRA Sindical.

**§ 1º** - Somente poderão votar e ser votados os sindicalizados das entidades filiadas até no mínimo 90 (noventa) dias antes da realização do Congresso da FASUBRA e que estejam em dia com a Federação.

**§ 2º** - A eleição será regulamentada e executada por uma junta eleitoral criada pela Direção Nacional e referendada pela Plenária de Abertura do Congresso.

**Artigo 60** - A eleição obedecerá ao critério da proporcionalidade direta e qualificada entre as chapas concorrentes de acordo com os seguintes critérios:

**I** - quando houver 02 (duas) chapas só participarão da Direção Nacional, as chapas que obtiverem no mínimo 10 % (dez por cento) dos votos válidos;

**II** - quando houver mais de 02 (duas) chapas só participarão da direção as chapas que obtiverem pelo menos 5% (cinco por cento) dos votos válidos.

**§ 1º** - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos a qualquer uma das chapas concorrentes.

**§ 2º** - Estabelecida à relação percentual entre as chapas que comporão a nova Direção, aplicar-se-á a proporcionalidade direta aos números de membros da Direção Nacional.

**§ 3º** - De posse da quantidade de membros a que cada chapa tem direito, serão considerados eleitos para a Direção Nacional, aqueles presentes na listagem ordenada de cada chapa.

**§ 4º** - A distribuição dos componentes nas Coordenações mencionadas no *caput* será feita no CONFASUBRA, obedecendo à proporcionalidade qualificada, da seguinte forma:

**I** - Divide-se o número total de votos obtidos por cada chapa por 01 (um), por 02 (dois) e assim sucessivamente até atingir o número de membros que ela conquistou na proporcionalidade;

**II** - O quociente de cada cálculo indica a pontuação de cada membro eleito;

**III** - A escolha de cada posição nas Coordenações será feita pelas chapas, respeitando a pontuação de cada chapa eleita estabelecida pela aplicação do inciso II deste artigo.

**Artigo 61** - Após a proclamação dos eleitos pela Junta Eleitoral, a posse dos membros da Direção Nacional dar-se-á em sessão solene de encerramento do CONFASUBRA, quando serão conhecidos os componentes das respectivas Coordenações.

**Artigo 62** - Na Plenária de posse da Direção Nacional deverá ser apresentada aos delegados do CONFASUBRA a composição da nova Direção para homologação.

## DA VACÂNCIA E DA SUBSTITUIÇÃO

**Artigo 63** - Ocorrerá a vacância dos cargos da Direção Nacional nas seguintes hipóteses, competindo à Direção declará-la:

**I** - Abandono do mandato;

**II** - Renúncia do mandato;

**III** - Perda do Mandato nas hipóteses previstas neste Estatuto;

**IV** - Falecimento do titular;

**V** - Desfiliação da FASUBRA Sindical da entidade a que pertence o Coordenador, salvo quando a oposição for reconhecida pela Federação naquela Base;

**VI** - Desfiliação voluntária do Coordenador da FASUBRA Sindical de sua Entidade de Base.

**Artigo 64** - Os Coordenadores, respeitada a proporcionalidade entre as chapas, serão substituídos nas seguintes situações:

**I** - Substituição eventual, no caso de um dos Coordenadores da sua chapa respectiva não poder comparecer a uma atividade específica da Direção Nacional;

**II** - Substituição temporária, no caso de um dos Coordenadores de sua chapa se afastar por período de tempo determinado, sendo o período de substituição igual ao tempo do afastamento;



III - Substituição permanente nos casos definidos como vacância, na forma prevista no artigo 63, ou por solicitação formal do representante indicado da chapa.

**Artigo 65** - As substituições respeitarão os seguintes critérios:

I – A comunicação da substituição eventual e a indicação do suplente integrante da chapa respectiva deverão ser encaminhadas por escrito à Direção Nacional pelo representante da chapa, com prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência à atividade e/ou evento, devendo obrigatoriamente constar a descrição da atividade e anuência do coordenador substituído;

II - No caso da substituição temporária, esta somente se efetivará após comunicação formal e por escrito do representante da chapa, discriminando o período de duração do pedido de afastamento do titular, devendo a mesma ser comunicada à Plenária Nacional Geral;

III - No caso da substituição permanente, esta somente se efetivará após comunicação formal e por escrito do representante da chapa, devendo a mesma ser referendada pela Plenária Nacional Geral.

§ 1º - A substituição temporária não implica em alteração da composição dos cargos da Coordenação Nacional.

§ 2º - No caso de uma substituição temporária exceder a 04 (quatro) meses deverá ser providenciada a alteração formal do membro da Coordenação, na qual ocorreu a substituição na composição da Direção Nacional, procedendo-se aos devidos registros em cartório da Ata da Plenária Nacional Geral que referendou a alteração.

§ 3º - No caso de substituição permanente, é facultada à chapa respectiva, a recomposição de sua representação, sendo convocado o número de membros necessários, dentre os candidatos inscritos, pela chapa, na lista de nomes ordenada, apresentada no congresso eleitoral que elegeu a Direção Nacional respectiva.

§ 4º - A substituição permanente implica na exclusão definitiva do Diretor.

## DA RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL

**Artigo 66** - Os membros dos órgãos e/ou organismos de Direção Nacional da FASUBRA Sindical responderão civil e penalmente por quaisquer atos irregulares ou lesivos ao patrimônio social, ainda sujeitos a perda de mandato, não transferindo suas responsabilidades a qualquer filiada.

## DAS PENALIDADES DA DIREÇÃO NACIONAL

**Art. 67** - Os membros da Direção Nacional poderão sofrer as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão;

III - Perda de Mandato.

**Artigo 68** - Os membros da Direção Nacional poderão sofrer advertência quando:

I - Violar dispositivo estatutário;

II - Abandonar o cargo ou faltar, por mais de 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) vezes alternadas, às reuniões da Direção Nacional, sem justificativa aceita;

III - Ofensa verbal ou escrita.

**Artigo 69** - Os membros da Direção Nacional poderão sofrer suspensão quando reincidir nos casos:

I - Violação do dispositivo estatutário;

II - Abandono do cargo ou falta, por mais de 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) vezes alternadas, às reuniões da Direção Nacional, sem justificativa aceita.

**Artigo 70** - Os membros da Direção Nacional perderão o mandato nos seguintes casos:

I - Malversação de recursos ou dilapidação do patrimônio da FASUBRA Sindical ou de qualquer filiada;

II - Perda de vínculo no ramo de atividade da categoria;

III - Agressão física, no exercício da função de Coordenador, a qualquer dirigente da FASUBRA Sindical ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem.

**Artigo 71** - Os membros da Direção Nacional sofrerão as penalidades de advertência e suspensão conforme a gravidade da pena, cabendo à Plenária Nacional Geral deliberar sobre a matéria.

§ 1º - A perda do mandato será declarada por 2/3 (dois terços) da Plenária Nacional Geral convocada especialmente para deliberar sobre o tema.

§ 2º - A Plenária Nacional Geral, referida no parágrafo anterior, só poderá ser instalada com, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus delegados.

§ 3º - A suspensão ou destituição de cargo eletivo deverá ser precedida de notificação, a fim de que seja assegurado ao acusado o direito a ampla defesa.

§ 4º - Da decisão da Plenária Nacional Geral caberá recursos ao Congresso Nacional da FASUBRA Sindical.

§ 5º - A apuração dos fatos deverá ser realizada por uma Comissão de Sindicância composta pela Direção Nacional da FASUBRA Sindical nos termos do Regimento Interno.

## DOS REQUISITOS

**Artigo 72** - Só poderão ser membros dos organismos de direção da FASUBRA Sindical trabalhadores e empregados sindicalizados, pertencentes à categoria da base da Federação, conforme § 1º do artigo 1º deste Estatuto.

**Artigo 73** - Não poderão ser candidatos indicados a cargos eletivos da FASUBRA Sindical:

I - Aqueles trabalhadores integrantes de direções de entidades de base ou da própria Federação, cujas contas tenham sido definitivamente reprovadas;

II - Aqueles que tenham dívida junto à Federação, comprovada documentalmente, nos últimos 30 dias que antecedem à eleição.

## V - DO CONSELHO FISCAL DA FASUBRA-SINDICAL

**Artigo 74** - O Conselho Fiscal (CF) da FASUBRA Sindical será constituído de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, com direito a uma reeleição.

§ 2º - A eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada na Plenária Nacional Geral Ordinária, convocada para este fim.

§ 3º - É vedada a acumulação de cargo no Conselho Fiscal e na Direção Nacional da FASUBRA Sindical.

§ 4º - Os membros suplentes substituirão os titulares nas faltas e impedimentos do titular.

§ 5º - O Conselho Fiscal terá o seu Regimento Interno aprovado em Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical e deverá dispor sobre a periodicidade sobre as suas reuniões ordinárias e da convocação a ser dada por decisão de maioria simples de seus membros, dentre outras questões de sua competência.

§ 6º - Aplicar-se-ão na eleição do Conselho Fiscal as mesmas regras aplicadas à Direção Nacional da FASUBRA Sindical.

**Artigo 75** - Ao Conselho Fiscal da FASUBRA Sindical compete:

I - Examinar Balancetes mensais elaborado pelo setor financeiro da FASUBRA, emitindo parecer e lavrando relatórios e Atas;

II - Analisar as prestações de contas trimestrais e anual da FASUBRA Sindical encaminhando parecer a Direção Nacional;

III - Fiscalizar a gestão financeira e patrimonial da FASUBRA Sindical;

IV - Requerer vistoria dos livros contábeis da FASUBRA Sindical e, em caso de identificação de irregularidades, encaminhá-las à Direção Nacional;

V - Opinar e dar sugestões à Direção Nacional sobre qualquer assunto de interesse fiscal ou patrimonial da entidade no sentido do aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

## CAPÍTULO VIII

### DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS

**Artigo 76** - A Greve Nacional será aprovada em Plenária do Setor das Federais, com a maioria dos delegados, convocada para este fim, após exposição dos resultados das Assembléias Gerais das Entidades de Base.

**Artigo 77** - O Comando Nacional de Greve do Setor das Federais será instalado a partir da data de deflagração da Greve e dissolvido ao final do movimento paredista.

**Artigo 78** - Na Plenária Nacional do Setor das Federais de deflagração da Greve será definido a data de deflagração e o eixo da Greve.

**Artigo 79** - No momento de deflagração da Greve será constituído o Fundo de Greve no valor de 15% (quinze por cento), uma única vez, da arrecadação extra para o Fundo de Greve das entidades filiadas.

**Artigo 80** - No caso das entidades que não descontarem o Fundo de Greve, haverá um acréscimo de 2,5% (dois e meio por cento) na arrecadação mensal da entidade para a FASUBRA, pelo período que durar a Greve.

# ESTATUTO

**Artigo 81** - A FASUBRA Sindical depositará mensalmente, em conta específica para constituir um Fundo de Greve, percentual equivalente a 5% (cinco por cento) de sua arrecadação.

**Artigo 82** - A obrigatoriedade de repasse do Fundo de Greve recai sobre todas as entidades filiadas da FASUBRA Sindical do Setor das Federais.

**Artigo 83** - Ao final do movimento paredista, o saldo financeiro será depositado em uma conta especial que só poderá ser usado em greve, salvo decisão de Plenária Nacional do Setor das Federais e/ou CONFASUBRA.

## DA CONSTITUIÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS

**Artigo 84** - O Comando Nacional de Greve do Setor das Federais será constituído pela Direção Nacional da FASUBRA Sindical e por delegados das entidades de base filiadas, em greve, obedecendo à proporção indicada no Estatuto da Federação, no capítulo da eleição de delegados de base definida para a Plenária Nacional do Setor da FASUBRA Sindical, sem a figura do delegado de direção.

**Artigo 85** - Compete ao Comando Nacional de Greve debater e deliberar sobre os rumos do movimento paredista durante o período da greve.

## CAPÍTULO IX

### DA GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DA PRESTAÇÃO CONTAS

**Artigo 86** - A Direção Nacional, para cada exercício da gestão, elaborará proposta de previsão orçamentária que deverá ser apresentada à Plenária Nacional.

**Parágrafo único** - A proposta de previsão orçamentária deverá ser disponibilizada nos meios de comunicação usualmente utilizados pela FASUBRA Sindical.

**Artigo 87** - Quando ocorrer à conclusão do Balanço, para fins de acompanhamento da movimentação financeira e patrimonial da FASUBRA Sindical, a Direção Nacional deve divulgá-lo nos veículos de comunicação da entidade, estabelecendo um prazo

de 30 dias para todas as entidades de base, filiadas, ter acesso a essa documentação.

## CAPÍTULO X

### DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

**Artigo 88** - O patrimônio da FASUBRA Sindical será constituído:

**I** - Pelos bens moveis e imóveis, equipamentos e utensílios diversos de sua propriedade;

**II** - Pelos títulos e ativos financeiros sob sua guarda e poder;

**III** - Pelos bens e valores adquiridos e/ou recebidos como doação;

**IV** - Pelas receitas e contribuições.

**§ 1º** - Os bens imóveis não poderão ser alienados ou vendidos sem prévia autorização da Plenária Nacional, especialmente convocada para este fim, com no mínimo 2/3 de suas filiadas.

**§ 2º** - Os bens móveis só poderão ser alienados depois de avaliados por uma comissão da DN, destinada para tal fim.

**§ 3º** - Investimentos relacionados à aquisição de bens móveis.

**Artigo 89** - A receita da FASUBRA Sindical se classifica em ordinária e extraordinária.

**Artigo 90** - São receitas ordinárias:

**I** - O recurso das mensalidades das entidades filiadas;

**II** - Os rendimentos provenientes de operações financeiras e de títulos incorporados ao patrimônio;

**III** - A renda dos imóveis que a Federação possuir.

**§ 1º** - As contribuições das entidades de base filiadas à FASUBRA Sindical, correspondente a 5% (cinco por cento) aplicado sobre a receita da entidade, deverão ser repassadas diretamente para a Federação, incidindo somente sobre a contribuição mensal, excetuando-se o 13º salário, dos trabalhadores e empregados, caracterizados no § 1º do artigo 1º deste Estatuto.

**§ 2º** - As entidades de base filiadas à FASUBRA Sindical deverão estabelecer o debate, com a base da categoria, objetivando a unificação do percentual de contribuição para as entidades filiadas, no mínimo em 1% (um por cento) da remuneração dos sindicalizados.

§ 3º - As entidades terão um prazo, até o próximo XXII CONFASUBRA para adequarem seus estatutos à prerrogativa constante neste artigo.

**Artigo 91** - Constituem receita extraordinária:

**I** - As subvenções de qualquer natureza;

**II** - As rendas eventuais;

**III** - As contribuições extraordinárias das entidades filiadas;

**IV** - Os recursos oriundos de convênios com entidades nacionais ou internacionais ou verbas especiais a receber;

**V** - As contribuições para o Fundo de Greve.

## CAPÍTULO XI

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Artigo 92** - Todas as operações de ordem financeira e patrimonial constarão nos registros contábeis, executados sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

**Parágrafo único** - A escrituração contábil a que se refere este artigo será baseada nos documentos da receita e despesa, que ficarão arquivados à disposição das Entidades filiadas e dos órgãos competentes de fiscalização, na forma e nos prazos previstos em lei.

**Artigo 93** - Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio da FASUBRA Sindical ficam equiparados ao crime de peculato, julgados e punidos na conformidade da legislação penal, sendo garantida a apuração em processo administrativo e auditoria independente e a ampla defesa.

**Artigo 94** - É obrigatório à Direção Nacional apresentar as suas contas para apreciação e aprovação pela Plenária Nacional Geral uma vez por ano.

§ 1º - Independente da aprovação das contas pela Plenária Nacional Geral, às mesmas deverão ser apresentadas no CONFASUBRA, para ser apreciada e deliberada na sua Plenária.

§ 2º - A apresentação do balancete deve ser realizada, conforme o previsto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, com referência ao mês de dezembro de cada

ano, devendo ser efetuada em até 90 (noventa) dias após o término deste período.

## CAPÍTULO XII

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo 95** - A dissolução da FASUBRA Sindical somente poderá ocorrer através de um CONFASUBRA extraordinário, convocado exclusivamente para tal fim, e por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus delegados.

**Parágrafo Único** - Em caso de dissolução da FASUBRA Sindical, o seu patrimônio será destinado ou distribuído de acordo com a resolução do Congresso de dissolução.

**Artigo 96** - Para efeito do XXI CONFASUBRA só participarão os trabalhadores terceirizados, daquelas entidades que já possuem em seus estatutos esta representação até a Plenária Nacional de 25 e 26 de novembro de 2011.

**Artigo 97** - A FASUBRA Sindical fará o debate sobre rateio previsto no § 10 do artigo 31 deste Estatuto, bem como estabelecerá a forma de cálculo do custo médio por delegado, que vigorará no XXII CONFASUBRA.

**Artigo 98** - A fusão da FASUBRA Sindical com outra entidade sindical de base nacional ou interestadual dar-se-á em Congresso conjunto das entidades, após resolução favorável a fusão, tomada por 2/3 (dois terços) dos delegados presentes ao CONFASUBRA extraordinário, convocado para este fim com 04 (quatro) meses de antecedência.

**Artigo 99** - O presente Estatuto só poderá ser alterado por maioria absoluta dos delegados credenciados ao CONFASUBRA.

**Parágrafo único** - O CONFASUBRA que venha alterar este Estatuto deverá conter o tema na convocação do mesmo.

**Artigo 100** - O reconhecimento das oposições sindicais será regulamentado no Regimento do CONFASUBRA.

**Artigo 101** - Os efeitos deste Estatuto, no que tange ao mandato da Direção Nacional previsto no Artigo 58, vigoram a partir do XXI CONFASUBRA, não sendo considerados para aplicação desta regra os atuais mandatos dos Coordenadores.



# ESTATUTO

**Artigo 102** - Os recursos contra quaisquer deliberações da Direção Nacional serão encaminhados à mesma, que fica obrigada a incluir na pauta de uma Plenária Nacional Geral subsequente à data da apresentação do recurso.

**Parágrafo único** - Caso a Direção Nacional não inclua na pauta da Plenária Nacional Geral, a entidade requerente poderá notificar todas as entidades filiadas do inteiro teor do seu recurso.

**Artigo 103** – Serão criadas Secretarias, a critério da Direção Nacional, para estudar e elaborar políticas relativas às áreas de: Juventude, Esporte, Cultura e Lazer, Fundação e Terceirização, Meio Ambiente.

**Parágrafo único** - A competência e forma de funcionamento das Secretarias serão definidas em Regimento da Federação.

**Artigo 104** - Os casos omissos deste Estatuto serão decididos pela Plenária Nacional Geral, cabendo recurso ao Congresso Nacional.

Brasília, 11 de dezembro de 2011.

**LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA**

Coordenação Geral

**ROLANDO RUBENS MALVÁSIO JÚNIOR**

Coordenação Geral

**PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS**

Coordenação Geral

**JOSILMA SARAIVA**

**Assessoria Jurídica Nacional da FASUBRA**

**OAB/DF 11.997**